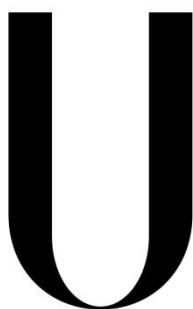


**UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

**DO PLANO DE EDUCAÇÃO POPULAR AO PLANO DE
FORMAÇÃO SOCIAL E CORPORATIVA**

**HENRIQUE VEIGA DE MACEDO, SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NACIONAL (1949-1955) E MINISTRO DAS CORPORAÇÕES E DA PREVIDÊNCIA
SOCIAL (1955-1961)**

Maria do Pilar das Neves Nunes dos Santos Santa Mansos

**Tese orientada pelo Professor Doutor Jorge Ramos do Ó,
especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor em
História da Educação**

AGRADECIMENTOS

Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação (UIDEF) do
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Biblioteca Nacional de Portugal

Hemeroteca Municipal de Lisboa

Arquivo Nacional/Torre do Tombo

Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência

Professores do Doutoramento em Educação do Instituto de Educação da Universidade
de Lisboa

Aos meus companheiros dos Seminários do Professor Doutor Jorge Ramos do Ó e em
especial a: Ana Paz, Anabela Teixeira, António Henriques, Inez Félix, Isabel Figueira,
Lígia Penim, Maria Romeiras, Mónica Raleiras e Tomás Vallera

Ao Professor Doutor Jorge Ramos do Ó, por todo o afeto, generosidade, disponibilidade
e ajuda na concretização deste projeto, e cujos Seminários permitiram o estabelecimento
de pontes conceptuais e metodológicas imprescindíveis à realização desta investigação.

À Naseema e ao Francisco pela amizade e apoio

Ao Luís e à Catarina

RESUMO

No pós II Guerra Mundial, tanto a alfabetização como a corporatização do povo surgem como objetivos ainda não atingidos, que condicionam a estabilidade do Estado Novo, que declarara o corporativismo como uma terceira via de governo. Se a primeira é sentida como condição necessária ao desenvolvimento económico, a alcançar com os Planos de Fomento, a segunda é entendida como fator de consolidação do Regime, na sequência das convulsões sociais registadas durante a guerra. Nomeada uma comissão de inquérito aos organismos corporativos, as conclusões do relatório, publicado em 1947, atribuem os desvios da organização ao facto de não estarem ainda regulamentadas e operacionalizadas as primeiras corporações.

Mas para que o corporativismo fosse finalmente levado a cabo, não bastava criar as corporações. Havia também que fazer educação corporativa. A oportunidade surgiria em agosto de 1956, com a promulgação das bases do Plano de Formação Social e Corporativa (PFSC). Todavia, a tentativa de difusão e fortalecimento do espírito corporativo, por via educativa, já havia sido iniciada anteriormente, com a Campanha Nacional de Educação de Adultos (CNEA). Esta, integrada no Plano de Educação Popular (PEP) que, à época, visava dotar a população com o nível de escolaridade básica, faz da alfabetização uma condição prévia e necessária à corporatização. Parece muito significativo o facto de todas estas iniciativas terem como signatário um mesmo indivíduo – Henrique Veiga de Macedo.

A tese procura refletir acerca das razões que viabilizaram o PEP, a CNEA e o PFSC, sobre as relações entre estes programas educativos e sobre o respetivo alcance e impacto na sociedade e na elite do Regime. Dá especial enfoque às motivações e ao envolvimento de Veiga de Macedo, como autor de um projeto que, sendo do Regime, surge amiúde como estritamente pessoal nas resistências que provoca e que, no limite, conduzem à sua exoneração.

Palavras-chave: Salazarismo; Corporativismo; Plano de Educação Popular; Plano de Formação Social e Corporativa; Henrique Veiga de Macedo.

ABSTRACT

In the years following World War II, both literacy and corporatism emerged as aims yet to be achieved, which constrained the stability of Estado Novo, which had proclaimed the corporatism as a third way of government. While literacy was sensed as a necessary condition to economic development, to be achieved with the Planos de Fomento, corporatism was perceived as a factor of consolidation of the Regime as a result of the social turmoil during the war period. A committee was appointed to enquire the corporative bodies. The report, published in 1947, concluded that the deviations were due to the lack of regulations and implementation of the early corporations.

So that corporatism could finally be carried out it was not enough to create corporations: corporative education was also necessary. The opportunity presented itself in August 1956 with the promulgation of the bases of Plano de Formação Social e Corporativa (PFSC). However, efforts to disseminate and strengthen the corporative spirit, via education, had already been initiated some time before by Campanha Nacional de Educação de Adultos (CNEA). CNEA was part of Plano de Educação Popular (PEP), which at the time aimed to provide basic education to everyone, making literacy a preliminary and necessary condition to the corporatism. It seems very meaningful the fact that all these initiatives were designed by the same person – Henrique Veiga de Macedo.

This thesis aims to discuss the reasons that made possible PEP, CNEA and PFSC, the relationships between these schemes and their reach and impact on society and on the Regime's elite. A special focus is given to the motivations and commitment of Veiga de Macedo, as author of a Estado Novo's project, which is attached to the Regime and still is strictly personal in the resistances it faces and that, ultimately, led to his resignation.

Key words: Salazarism; Corporatism; Plano de Educação Popular; Plano de Formação Social e Corporativa; Henrique Veiga de Macedo

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS.....	X
ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS	XI
INTRODUÇÃO.....	2
 PARTE I - A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO ALFABETIZADO E CORPORATIZADO - UM PROJETO ADIADO MAS SEMPRE PRESENTE	16
 CAPÍTULO I - A EMERGÊNCIA DO ESTADO NOVO CORPORATIVO...	20
1. As encíclicas	21
1.1. A carta encíclica <i>Rerum Novarum</i>	23
1.2. A carta encíclica <i>Immortale Dei</i>	27
1.3. A carta encíclica <i>Quadragesimo Anno</i>	28
1.4. Afonso Costa e a <i>Rerum Novarum</i>	30
2. Os primeiros tempos. O CADC e os doutrinadores do corporativismo	32
3. A organização corporativa	42
3.1. A Constituição de 1933 e o Estatuto do Trabalho Nacional	42
3.2. O INTP e os organismos corporativos	46
3.3. O desenvolvimento e o declínio da organização corporativa.....	51
 CAPÍTULO II - A EDUCAÇÃO COMO SUPORTE DO REGIME	60
1. O combate ao analfabetismo em <i>Educação Nacional</i>	63
2. A Campanha do Diário de Notícias	65
2.1. “Contra o analfabetismo”	65
2.2. Alguns depoimentos.	71
2.3. O Plano de ação do <i>Diário de Notícias</i>	74
3. A proposta de Araújo Correia	78
3.1. O projeto de lei “A cultura popular em Portugal”	78
3.2. A proposta de Botelho Neves.....	82
3.3. A proposta de Diniz da Fonseca	83
4. A Lei n.º 1 969, de 1938 – uma manifestação de intenções.....	85

CAPÍTULO III - A PREMÊNÇA DA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO	
ALFABETIZADO E CORPORATIZADO	90
1. A problemática da expansão da alfabetização.....	91
2. A alfabetização, condição necessária à corporatização	102
3. As expectativas e a crueza dos factos	106

PARTE II - HENRIQUE VEIGA DE MACEDO SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO NACIONAL (1949-1955) E MINISTRO DAS CORPORAÇÕES E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (1955-1961).....	110
---	------------

CAPÍTULO IV - EM TORNO DA IDENTIDADE.....	114
1. Os primeiros anos.....	117
2. Coimbra e a conversão ao ideal corporativo.	120
2.1. O CADC.....	120
2.2. Os mestres.	126
2.2.1. Mário de Figueiredo, o “mestre carismático”.....	127
3. A experiência do INTP	130

CAPÍTULO V - VEIGA DE MACEDO E O PLANO DE EDUCAÇÃO POPULAR.....	138
1. A preparação do Plano de Educação Popular	142
1.1. As reações da elite dirigente ao primeiro pacote de medidas	142
1.2. Os cursos de aperfeiçoamento como dispositivo de mobilização dos agentes de ensino.	147
1.3. A legislação de suporte básico à difusão do Ensino Primário	150
2. O Plano de Educação Popular	153
2.1. O impacto na Assembleia Nacional.....	154
3. Os Decretos-Leis n.º 38 968 e n.º 38 969	156
3.1. O caso dos menores	157
3.2. Os discursos e as medidas de sensibilização e responsabilização social em torno da escolaridade obrigatória.	159

4. Os cursos de educação de adultos e a CNEA	161
4.1. Alfabetização – um conceito em mudança	166
4.2. Da alfabetização à corporatização	171
4.2.1. A propaganda e os meios de difusão cultural e educativa	171
4.2.2. O sujeito corporatizado nos artigos de <i>A Campanha</i>	182

5. Algumas questões	186
----------------------------------	------------

CAPÍTULO VI - VEIGA DE MACEDO E O PLANO DE FORMAÇÃO

SOCIAL E CORPORATIVA.....	202
----------------------------------	------------

1. A educação corporativa como condição de completude do corporativismo.....	207
---	------------

2. A completude da organização corporativa nas Leis n.º 2085 e n.º 2086	210
--	------------

3. A ascensão do “poder corporativo” nos pareceres aos projetos de diploma.	213
---	------------

4. A projeção internacional do Estado Novo corporativo	220
---	------------

5. Alguns episódios de resistência à refundação corporativa.....	223
---	------------

5.1. A nomeação de Adérito Sedas Nunes.....	223
---	-----

5.2. O caso da Ordem dos Médicos.....	224
---------------------------------------	-----

5.3. O caso da Ordem dos Engenheiros.....	227
---	-----

5.4. Os confrontos institucionais.	230
---	-----

6. Veiga de Macedo e a expansão do corporativismo.	235
--	------------

7. Nota conclusiva.....	241
--------------------------------	------------

CONCLUSÕES.....	244
------------------------	------------

FONTES E BIBLIOGRAFIA	258
------------------------------------	------------

I. Fontes de Arquivo	259
-----------------------------------	------------

II. Fontes Impressas	265
-----------------------------------	------------

III. Bibliografia.....	303
-------------------------------	------------

ANEXOS	312
---------------------	------------

LISTA DE SIGLAS

AIECP – Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses
CADC – Centro Académico de Democracia Cristã
CGT – Confederação Geral do Trabalho
CIFE – Conselho Internacional do Filme de Ensino
CNEA – Campanha Nacional de Educação de Adultos
CPAE – Conselho Permanente de Ação Educativa
DG – Diário do Governo
DGEP – Direção Geral do Ensino Primário
DGSA – Direção Geral dos Serviços Agrícolas
EP – Escola Portuguesa
ETN – Estatuto do Trabalho Nacional
FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho
GEPAE – Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa
IMAVE – Instituto de Meios Audiovisuais no Ensino
INTP – Instituto Nacional de Trabalho e Previdência
IOS – Instituto de Obras Sociais
ISA – Instituto Superior de Engenharia
IST – Instituto Superior Técnico
JCCP – Junta Central das Casas do Povo
JAS – Junta de Ação Social
JNE – Junta Nacional de Educação
MEC – Ministério da Educação e Ciência
MEN – Ministério da Educação Nacional
MP – Mocidade Portuguesa
MPF – Mocidade Portuguesa Feminina
OMEN – Obra das Mães pela Educação Nacional
PEP – Plano de Educação Popular
PFSC – Plano de Formação Social e Corporativa
SBI – Serviço de Bibliotecas Itinerantes
S. A. – Sem Autor
s. d. – sem data
s. i. – sem identificação

s. n. – sem nome

SNI – Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo

UN – União Nacional

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 - Taxas de analfabetismo por níveis etários	88
Quadro 2 - Os números do analfabetismo na Indústria. Estudo relativo a uma amostra de 132 fábricas.....	93
Quadro 3 - Valores da população escolar dos estabelecimentos de ensino técnico. Média relativa aos anos letivos de 1940-41 e 1945-46.....	94
Figura 1	170

INTRODUÇÃO

“Se apenas houvesse uma única verdade, não poderiam pintar-se cem telas sobre o mesmo tema”.
Pablo Picasso

“Nunca a relação do pensamento com o verdadeiro foi um caso simples ou menos ainda constante, nas ambiguidades do movimento infinito. [...] A primeira característica da moderna imagem do pensamento talvez seja renunciar completamente a essa relação, para considerar que a verdade é somente o que o pensamento cria [...] pensamento é criação e não vontade de verdade. [...] E se o pensamento procura, não é tanto à maneira de um homem que pudesse dispor de um método, mas antes como um cão que desse saltos desordenados...”.
Gilles Deleuze e Felix Guattari (1992, pp. 51-52). *O que é a Filosofia?*

Com o presente trabalho pretendo contribuir para o entendimento do Salazarismo, através do percurso de vida de uma personagem que, embora tendo feito parte da elite governante de um Regime autoritário, no limite rotulado de fascista, deixa como marca de governação preocupações em torno de matérias tão atuais e inquestionáveis como a relativa ao direito à educação e demais direitos sociais, isto é, com alguns dos valores que na atualidade nos constituem como corpos sociais. Este estranhamento, ao produzir inevitáveis questionamentos acerca das ambiguidades do Estado Novo, mormente ao nível das políticas educativas e sociais, conduziu toda a investigação. Centrada num estudo de caso, a mesma prosseguiu o fim de obter possíveis respostas para as aparentes contradições sentidas, no encontro entre os constrangimentos aos pressupostos de justiça social fundadores do Regime e a subjetivação destes últimos por um ator que, na sua ação discursiva e realizadora, potencia a mudança social. Ao longo desta busca, a alfabetização surgirá como condição *sine qua non* da corporatização e ambas como objetivos sempre presentes do Regime, só atingidos por intermédio de um mesmo ator – Veiga de Macedo –, cuja atuação, aparentemente paradoxal, vai entretanto sendo desvendada.

No início dos anos cinquenta, nas vésperas da implementação do I Plano de Fomento, a desenvolver entre 1953 e 1958, é promulgado o Plano de Educação Popular (PEP), cujo mentor e impulsionador é o Subsecretário de Estado da Educação Nacional à época, Henrique Veiga de Macedo. Este pacote legislativo tem como objetivo proporcionar o nível de escolaridade básica à população, numa tentativa aliada à modernização do país e à aproximação dos países da Europa dita civilizada, no que respeita aos níveis de alfabetização. Em 1950 regista-se no país uma taxa de 42,8% de analfabetismo para os indivíduos de 12 e mais anos de idade, realidade que exige medidas eficazes, sob pena de se comprometer o esforço de progresso, materializado nos Planos de Fomento.

É assim que o PEP tem como objetivo proporcionar o grau de ensino elementar a toda a população, tornando efetiva a escolaridade obrigatória e não esquecendo também os adultos e adolescentes maiores de 13 anos, por aquela não abrangidos. Estes poderão obter o diploma de 3ª classe frequentando os cursos de educação de adultos, regime normal de aquisição do diploma de ensino primário, ou a Campanha Nacional de Educação de Adultos (CNEA), de regime transitório e dirigida sobretudo aos indivíduos entre os 14 e os 35 anos, das zonas rurais. Inicialmente programada para um período de dois anos, a CNEA será prorrogada até 31 de Dezembro de 1956.

Muito embora o PEP se constitua como um dispositivo de consolidação e perpetuação do Regime, é um diploma inovador para a época no país. Este é o primeiro momento em que, de uma forma organizada parece ter entrado em vigor uma política estatal de educação de adultos, em que se adotam e adaptam as recomendações da UNESCO para as zonas menos desenvolvidas, em que se utilizam novos métodos de ensino recorrendo-se à rádio, às lições gravadas, ao teatro, ao cinema e às missões culturais, em que se procura envolver a sociedade no programa de alfabetização e em que, num procedimento que foge ao habitual, não é imposto um “livro único” para a lecionação de adultos, solicitando-se aos agentes de ensino o envio de críticas e sugestões acerca das múltiplas questões que envolvem o ensino primário.

Este é ainda o momento em que o conceito de alfabetização sofre uma mutação, instaurada pelo isomorfismo estabelecido entre esta competência e a posse do diploma de 3.^a classe, ao qual subjaz um programa cujos conteúdos, na versão destinada a adolescentes e adultos, extravasam o simples domínio do *abc*. Encarada em sentido lato, por passar a abranger um conjunto de novas matérias tidas como o nível mínimo de conteúdos indispensáveis ao dia a dia das populações, e, por consequência, com *nuances* que variam em função do meio socioprofissional, a alfabetização toma um cariz funcional, em consonância com as recomendações da UNESCO para as zonas menos desenvolvidas, as quais apontam, no que toca à educação de adultos (Gusmão, 1978 a), p. 17), para conteúdos que tenham em conta a “idade, sexo, meio ambiente e profissão”.

Este conceito alargado de alfabetização parece seguir o padrão descrito por Deleuze e Guattari (1992, pp. 22-23), ao remeter para um problema e para a respetiva solução e ao entroncar em conceitos e problemas que, com ele interrelacionados, participam de uma mesma cocriação. Neste caso específico, a inclusão, no programa de alfabetização de matérias como a agricultura e pecuária ou a organização corporativa e previdência social, se surge associada à tentativa de resolução do problema das altas taxas de analfabetismo, é estabelecida com o intuito de dotar a população de um nível de instrução básico, indispensável à implementação do I Plano de Fomento e à completude da organização corporativa, objetivos que exigirão, complementarmente à nova definição de alfabetização, uma reformulação dos conceitos de alfabetizado e analfabeto. Este é agora uma nova personagem conceptual, representada como um ser marginal e potencialmente perigoso, que se pretende não traduza mais a pureza dos espíritos simples, até então percecionada como característica do idílico mundo rural. Em

articulação com o conceito produzido por este novo figurino, os temores recorrentemente associados à alfabetização generalizada tendem a desvanecer-se, fazendo desta um ato regenerador que, transformando-a num direito e numa obrigação dos indivíduos, dão ao autor do PEP e da CNEA e às respectivas reivindicações no campo educativo um forte cariz de atualidade.

Todavia, a tensão verificada entre o desejo de estender a escolaridade obrigatória a toda a população e a prática que, ao colidir com a opinião de alguns setores da sociedade, parece por vezes romper com este objetivo de Regime, será uma constante até ao momento em que Veiga de Macedo é forçado a abandonar o cargo na Educação e convidado a aceitar a pasta das Corporações e Previdência Social, em julho de 1955. E é assim que, se a legislação procura revestir formas conciliadoras, não impondo designadamente obrigações às entidades patronais da agricultura, contrariamente ao que se determina para as do comércio e da indústria, outro tanto não acontece com o discurso do Subsecretário, cuja palavra progressivamente endurece até se tornar incômoda em múltiplas ocasiões, que culminam na sua exoneração, seguida do convite para a pasta das Corporações.

Este trabalho prossegue uma anterior investigação feita em torno das representações do analfabeto, produzidas pelo PEP e pela CNEA, dando resposta a algumas questões que, como consequência e na sequência do mesmo, foram surgindo. Tanto o PEP como a CNEA nele integrada, são elaborados por um delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP) que, requisitado ao Ministério das Corporações, é chamado a desempenhar o cargo de Subsecretário de Estado da Educação Nacional, cumprindo uma tarefa de alfabetização generalizada, até então tida como de difícil realização. E esta dará lugar, algum tempo depois, a um novo plano educativo com a mesma autoria, o Plano de Formação Social e Corporativa (PFSC), que visa a efetivação da completude da organização corporativa. O Plano expande em profundidade e extensão os objetivos de corporatização que haviam sido introduzidos de forma rudimentar pela CNEA, fazendo desta um dispositivo preparatório daquele. Passados mais de vinte anos sobre a promulgação da Constituição Política de 1933, o PFSC e o Estatuto Jurídico das Corporações, que com ele é gizado em simultâneo, têm como fim a efetivação do corporativismo enquanto suporte ideológico do Regime, produzida pela constituição das primeiras corporações no país e pela corporatização dos sujeitos, entendida esta, como a naturalização dos princípios corporativos inscritos na legislação, via educação.

Com o PFSC, o objetivo do “direito à educação” iniciado com o PEP e a CNEA é prosseguido e alargado a outros direitos sociais, designadamente no campo dos direitos do trabalho. Em agosto de 1958, é publicado o regulamento de segurança no trabalho para a construção civil e em abril de 1959 é lançada a “Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais”, prevista pela Portaria n.º 17 118 e integrada no PFSC. Em 23 de setembro de 1960, data emblemática no erguimento da organização corporativa portuguesa, em que se comemora o aniversário da criação do INTP, é promulgado um número invulgar de diplomas que promovem regalias sociais. No entanto, se estas ocorrências parecem justificadas pelo facto de decorrerem da completude do sistema corporativo português, no qual se inscrevem objetivos de justiça social, surgindo portanto como instrumentos credibilizadores do mesmo, a expansão das mesmas é travada com o convite feito por Salazar no ano seguinte, ao seu autor, para exercer o cargo de presidente da Comissão Executiva da União Nacional.

O percurso governativo de Veiga de Macedo parece, pois, obedecer a um padrão, no qual a sua figura, ao longo de todo o processo, assume uma dimensão algo contraditória. Cumprimento de desideratos de credibilização e afirmação do Estado Novo, com picos de realizações seguidos de exoneração e chamamento para novas funções de consolidação do Estado Novo. Assim, a voz que ao serviço do Regime faz reivindicações tão atuais e inquestionáveis, centradas no direito à educação e nos direitos dos indivíduos enquanto seres inseridos no mercado de trabalho, isto é, com alguns dos valores que na atualidade nos constituem como corpos sociais, terá de ser questionada nas suas motivações e clivagens que provocam ruturas, para um melhor entendimento do que foram o PEP e a CNEA, enquanto programas de alfabetização e como instrumentos educativos do Estado Novo, integrados num objetivo mais vasto que redundará no PFSC.

A partir de tudo o que acima foi dito, um conjunto de questões se foram erguendo, tendo como ponto de partida o PEP e a CNEA e convergindo num mesmo ator: Que condições permitiram o surgimento de planos educativos que, embora inscritos no seio dum Regime autoritário e ao seu serviço, tornam o respetivo autor numa personagem a um tempo tão intrigante e atual, pela fidelidade ao Estado Novo e pelas clivagens que instaura, em nome da reclamação de direitos sociais hoje perfeitamente naturalizados? Como, porquê e em que medida as motivações de Veiga de Macedo no campo educativo entroncam, nas suas continuidades e ruturas, com os

objetivos do Regime? Que significado atribuir ao padrão que parece reger o percurso governativo de Veiga de Macedo, para o entendimento da travagem imposta ao desenvolvimento do PEP e da CNEA?

A opção metodológica escolhida para responder à problemática exposta consistiu no traçado da biografia de Veiga de Macedo. Isto porque, embora reconhecendo o caráter contingente da verdade, produzida pela subjetividade do trabalho de artesanato do biógrafo, se admite que as biografias permitem (Schmidt, 1997, pp. 15-16) “revelar dimensões de certos problemas de pesquisa não perceptíveis através de enfoques macroscópicos” e “recuperar a tensão, e não a oposição, entre o individual e o social”.

De acordo com a tipologia definida para classificação de biografias por Giovanni Levi (1989, pp. 1329-1333), o presente trabalho enquadra-se na categoria “biografia e contexto”. A razão para tal prende-se, a par das questões de investigação, com a questão da validade e limitações da biografia, método investigativo que provoca uma (Pierre Bourdieu, 1986) “ilusão biográfica”, ao produzir distorções de consistência analítica, advindas designadamente, do facto de se tomar a identidade do biografado como monolítica e previsível, ao invés de ser entendida como inerente a um sujeito que, em confronto com a realidade, se constitui como múltiplo e fracionado.

A reconstituição do contexto histórico e social envolvente, no qual se produzem os acontecimentos em análise, permite, a um tempo e de acordo com Levi (1989, pp. 1330-1331), caracterizar a atmosfera que explica as singularidades do biografado e compreender o que parece inexplicável, ao interpretar as vicissitudes biográficas à luz dum contexto que as torna possíveis e portanto normais. Por outro lado este procedimento, que reconhece a existência de determinações que condicionam o indivíduo, ao enfatizar o jogo de relações estabelecidas entre este, os campos de ação e os grupos em que se move, esbate os efeitos da “ilusão biográfica” ao pôr em relevo uma identidade em construção que, nesta interação, é permanentemente reinventada. Assim, (Ferraroti, 1990, p. 51) ao invés de se constituir como um simples reflexo do social, o indivíduo apropria-se deste, mediatiza-o, filtra-o e retradu-lo, projetando-o noutra dimensão, que é a da sua subjetividade, potenciando a mudança social. Nesta perspetiva, e muito embora admitindo a existência de características comuns a uma época ou grupo, subsiste um espaço de liberdade para a ação individual, (Levi, 1989, pp. 1333-1335) “não podendo a especificidade da atuação de cada indivíduo ser considerada como indiferente ou destituída de pertinência”.

A investigação, pese embora o que acima foi dito, mais do que estar presa a um método rígido que, embora de efeito apaziguador na tessitura deste trabalho, poderia espartilhá-la, seguiu o modelo de Jean Orieux (1944, p. 41) que afirma, como biógrafo, não possuir um sistema ou método para além daquele que classifica como um “trabalho de formiga, tempo, solidão e um grão de loucura”. Assim, o guião de pesquisa foi dirigido, num primeiro momento, pela curiosidade de desvendar possíveis respostas ao conjunto de questões formuladas e desenhado, num segundo momento, em função deste objetivo.

Sobre as múltiplas questões e temáticas que envolvem o PEP, existem estudos que, debruçando-se sobre as políticas educativas desenvolvidas pelo Estado Novo e incidindo quer na educação popular, quer no Ensino Primário, deixam entrever a ação de Veiga de Macedo no campo educativo, por meio do PEP e da CNEA. Registam-se, em particular, as obras: *O Zé Analfabeto no Cinema* (2002), de Cristina Barcoso; *Salazarismo e Cultura Popular* (2001), de Daniel de Melo; *A Construção Política da Educação, Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal contemporâneo* (2001), de António Teodoro; *Os anos de ferro. O dispositivo cultural durante a “política do espírito” (1933-1949). Ideologia, instituições, agentes e práticas* (1999), de Jorge Ramos do Ó e os artigos: “O Método dos pobres: Educação Popular e Alfabetização em Portugal (Séculos XIX e XX)” (1993), de Rui Ramos e “O Plano de Educação Popular ou a legislação de 27 de Outubro de 1952, nos primeiros anos da sua execução” (1990), de Maria Adelaide Pires.

A investigação, que beneficiou diretamente de todos estes trabalhos e indiretamente da respetiva bibliografia, procurou ir mais longe no que respeita à figura de Veiga de Macedo, no cruzamento com as condições de possibilidade de emergência das linhas diretoras no campo educativo e demais políticas sociais de que foi ator e autor, e respetivo impacto na sociedade e no seio do Regime. Assim, e após um trabalho de teor teórico metodológico que envolveu um plano heurístico sistematicamente aplicado a um conjunto de fontes documentais, a fontes impressas e à bibliografia disponível, foi produzida a biografia de Veiga de Macedo, dando-se especial enfoque ao período em que exerceu os cargos governativos de Subsecretário de Estado da Educação Nacional e de Ministro das Corporações e Previdência Social.

Foram designadamente compulsadas: correspondência oficial e particular de Veiga de Macedo a Salazar, registada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo; documentação relativa a Veiga de Macedo, constante do Arquivo da PIDE/DGS;

documentação produzida no âmbito do PEP e da CNEA e registada no Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência; documentação do biografado, de teor particular; legislação publicada no *Diário do Governo* (Portarias, Decretos, Decretos-Leis e Leis) e relativa quer ao Ensino Primário, quer à temática corporativa; intervenções, debates, propostas de lei e pareceres, constantes dos *Diários das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa* e correlacionados com a alfabetização, educação popular, ensino primário e corporativismo; títulos periódicos (*Escola Portuguesa, A Campanha, Boletim do INTP, Estudos, Estudos Corporativos*); publicações da CNEA; publicações da JAS; obras de Veiga de Macedo.

Na primeira parte deste trabalho foi privilegiado, na sua genealogia, o contexto em que emergiria a ação de Veiga de Macedo. E dado que esta reclama inscrever-se nos pressupostos de um corporativismo de base cristã, que inspiraria o Regime ao nível ideológico, foi julgada imprescindível uma pesquisa dos fundamentos do corporativismo nas encíclicas e nas diretrizes que foram sendo emanadas neste sentido pela hierarquia da Igreja. Porque o ator principal de toda esta trama é um antigo aluno da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, filiado no CADC, associação cristã na qual germinou o núcleo dos futuros governantes e doutrinadores corporativistas, alguns dos quais se tornariam seus próximos, procurou-se desvendar a linha orientadora e formativa do pensamento corporativo português, nas suas idiossincrasias e ruturas com outras perspetivas, nesta instituição estudantil. Para tal, foi pesquisada a revista *Estudos*, órgão do CADC destinado à (*Estudos*, n.º 1, maio de 1922) “formação da mentalidade dos estudantes católicos”. Desenrolando-se a vida governativa de Veiga de Macedo adentro do ministério das Corporações, tanto na situação em que, estando destacado do INTP elabora o PEP e a CNEA, como na que, como ministro das Corporações, elabora o PFSC, destinado à completude do sistema corporativo, foi dedicado um espaço de pesquisa ao erguimento do corporativismo português, consubstanciado na evolução da organização corporativa. Assim, a pesquisa incidiu na busca dos pressupostos ideológicos do corporativismo formalmente inscritos na Constituição de 1933, no debate e correntes de pensamento em torno da definição do conceito de corporativismo a aplicar no país e das suas possíveis *nuances*, e no desenvolvimento e declínio da organização corporativa, da qual Veiga de Macedo, enquanto delegado do INTP, fazia parte. Foram consultadas, designadamente, a Constituição Política de 1933, a revista *Estudos Corporativos*, que inicia as suas publicações em janeiro de 1933 e na qual colaboram Marcelo Caetano e Pedro Teotónio

Pereira¹ e o *Boletim do INTP* cujo primeiro exemplar data de finais de novembro de 1933.

Ainda no decorrer da primeira parte deste trabalho e dado que Veiga de Macedo leva a cabo um programa de alfabetização generalizada, tentou-se num segundo momento desvendar, nas considerações e debates produzidos pelos educadores, pela elite governante e transpostas para a sociedade civil, algumas das problemáticas relativas à alfabetização, no período de gestação do Estado Novo e até às vésperas da II Guerra Mundial. Para além de outras fontes, foram pesquisados o periódico *Educação Nacional*, o *Diário de Notícias* e o *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, a par da revista *Escola Portuguesa*, boletim do ensino primário oficial emitido pela Direção Geral do Ensino Primário (DGEP), publicado a partir de outubro de 1934.

Um terceiro momento foi dedicado à tentativa de descortinar as razões que teriam propiciado a emergência da necessidade de alfabetização, culminando no eclodir do PEP e da CNEA. E, dado que estes programas emanam de um delegado do INTP e que o segundo parece ter tido continuidade no PFSC, no que respeita às noções educativas de conteúdo corporativo veiculadas, procurou-se também uma anterior racionalidade de ligação, que aparecia como provável, entre a alfabetização e a corporatização, entendida esta como a naturalização dos princípios corporativos básicos à completude da organização corporativa e que faria da primeira uma condição da segunda. Para tal, a pesquisa incidiu primordialmente, no *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, na *Escola Portuguesa* e no *Boletim do INTP*.

A segunda parte deste trabalho prosseguiu o fim de dar um sentido ao estranhamento produzido por uma personagem que, ligada ao Estado Novo e respetivo projeto corporativo, e portanto associada à carga negativa que os mesmos encerram, reflete uma imagem contraditória, ao parecer travada na reivindicação de direitos que na atualidade surgem inquestionáveis por nos constituírem como corpos sociais, como é o caso do direito à educação. Este questionamento, que foi equacionado num esquema de árvore onde se encontram entrelaçados o autor e os planos por ele elaborados, envolve subquestões como a da oportunidade individual e conjuntural para que surjam e sejam levados a cabo projetos do Estado Novo por tanto tempo adiados, o impacto social que produzirão enquanto indutores de ruturas e/ou continuidades e no qual se incluem as

¹ Primeiro subsecretário de estado das Corporações e artesão do Estatuto do Trabalho Nacional (ETN), diploma que desenvolve os princípios corporativos estabelecidos na Constituição Política de 1933, definindo, em termos gerais, a estrutura da organização corporativa.

reações provocadas no seio do Regime, ou o dos objetivos que se pretende sejam atingidos.

Na tentativa da resolução desta problemática e vindo ao encontro da metodologia adotada e já atrás referida, convocou-se uma incógnita – a identidade de Veiga de Macedo. Isto porque esta, se tomada de acordo com o modelo de “sujeito sociológico” proposto por Hall (2005, pp. 10-13), parece permitir, num duplo movimento e ao refletir a interatividade entre o eu e a sociedade, entender a ação de Veiga de Macedo na qualidade de sujeito cujo núcleo interior não é “autônomo e autossuficiente” mas antes “formado na relação com outras pessoas importantes para ele” e por intermédio da qual são mediados “os valores, sentidos e símbolos” do mundo que habita e, portanto, compreender de modo mais consistente um projeto educativo que é pertença do Estado Novo. Mas se, por um lado, a análise e compreensão do projeto de construção do sujeito alfabetizado e corporatizado do Regime surge associada à identidade do seu autor, por outro lado, todo este conjunto possibilita também num trajeto inverso capturar aquilo que Goffman (2008, pp. 12-13) define como “identidade social real” de um indivíduo², para o caso específico de Veiga de Macedo. Esta, tomada como contraponto à “identidade social virtual”, definida como “aquilo que prevemos quando um estranho nos é apresentado”, ou seja, “o estereótipo que criamos para determinado tipo de indivíduo”, permite, em certa medida, desmontar a contradição sentida entre a ocorrência de um discurso centrado em alguns dos valores atuais e o sentimento de impossibilidade da sua emergência no interior do Estado Novo. Ainda de acordo com Goffman (p. 8), a “informação que o indivíduo transmite diretamente sobre si” possibilitaria a resolução das discrepâncias entre estes dois tipos de identidades sociais para o mesmo indivíduo, potenciando, portanto, em conjugação com o conceito de Hall, a compreensão da ação educativa de Veiga de Macedo no interior de um processo que em simultâneo o transcende, o sujeita, o torna agente e o constitui.

Assim sendo, nesta segunda parte foi adotada uma estratégia na qual se recorre, para fins operacionais, ao efeito *play back* e através da qual se procura capturar a voz de Veiga de Macedo registada em vários discursos e documentos de que foi autor, filtrando-a, compondo-a e interpretando-a, de modo a obter um conjunto que, embora

² Esta é entendida como “a categoria [no sentido de categorização] e os atributos que ele [o indivíduo envolvido na definição] na realidade prova possuir”.

contingente e artesanal, se mostre consistente no desenrolar da performance e na interação com as outras fontes consultadas e demais bibliografia disponível.

Num primeiro momento da segunda parte do trabalho, foi pesquisada a teia de relações tecida no seio da família, das instituições educativas e a nível profissional. No que concerne à família, foram considerados os depoimentos prestados por Veiga de Macedo em diversas épocas e situações diferenciadas. Um procedimento idêntico foi adotado relativamente às instituições educativas, porém, neste caso e por aparecer como inevitável uma pesquisa relativa ao estabelecimento de relações no âmbito do projeto estadonovista, foi dada uma atenção particular à sua passagem por Coimbra. Para tal, foram utilizadas a revista *Estudos* e o *Boletim do INTP*, bem como alguns dos discursos e obras de alguns dos mestres que terão privado de perto com Veiga de Macedo. No que concerne à passagem pelo INTP, a investigação, mais do que centrada no aprofundamento de um currículo, visou atribuir um sentido à futura ação alfabetizadora, educativa e de completude da organização corporativa que Veiga de Macedo levará por diante na década de cinquenta, já na qualidade de membro do governo. Assim, e entre outras fontes, foi mais uma vez consultado o *Boletim do INTP*, a par da legislação e do *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*

Um segundo momento foi dedicado ao PEP e à CNEA, nas condições conjunturais da respetiva emergência, na sua montagem e estruturação, no alcance e impacto que provoca, nas continuidades e ruturas que instaura e nas questões que coloca. Para tal, foram consultados, designadamente, os documentos relativos ao PEP e à CNEA e a correspondência de Veiga de Macedo a Salazar, registados respetivamente, no Arquivo do Ministério da Educação e Ciência e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a revista *Escola Portuguesa*, o *Boletim do INTP*, o jornal *A Campanha* e as publicações da CNEA.

Num terceiro momento, e não se pretendendo aqui defender ou sequer diabolizar as virtualidades do sistema corporativo que Veiga de Macedo defende, ao contribuir para a sua completude, procurou-se estabelecer uma racionalidade que, ao ligar a alfabetização e a corporativização, enquanto meios de credibilização e perpetuação do Regime e processo de obtenção de direitos sociais, permitisse uma forma de deslindar a imagem contraditória de Veiga de Macedo. Nesta fase, foram consultados, designadamente, a correspondência de Veiga de Macedo a Salazar, assim como alguns documentos relativos ao ministério das Corporações, registados no Arquivo Nacional da

Torre do Tombo, o *Boletim do INTP*, a *Escola Portuguesa*, os *Diários das Sessões da Assembleia Nacional* e a legislação.

Com esta estratégia, a tese pretende contribuir para alargar o debate em torno das políticas sociais – e, dentro delas, as educativas – do salazarismo, encontrando embora um ponto de apoio e de convergência numa figura singular. É que Veiga de Macedo surgirá nas páginas que se seguem como uma *espécie de personagem* conceptual, convidando-nos de modo direto a questionar e a problematizar o que sabemos acerca da realidade e do funcionamento de um regime autoritário, tendo por referência tanto a dinâmica institucional, legitimada pela grande bandeira ideológica das corporações, quanto a complexa microfísica relacional que se foi estabelecendo em torno da figura do seu chefe e infindáveis jogos de bastidores. A narrativa que se segue pretende assim estabelecer um vaivém entre a parte e o todo. A hipótese é que essa dinâmica se pode inteligibilizar com outra nitidez se se observar disciplinadamente a trajetória de uma personalidade singular. São múltiplas as ramificações que dela vão saindo.

PARTE I

A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO ALFABETIZADO E CORPORATIZADO – UM PROJETO ADIADO MAS SEMPRE PRESENTE

A organização corporativa é a grande batalha do futuro. A sua vitória consolidará o Estado Novo.

Salazar (1934 a), p. 4). Declarações ao Diário de Notícias, a 14 de agosto de 1934.

Mais longe iremos ainda quando pudermos, não só anunciar nos discursos ou inscrever nas leis, mas efetivar na prática os dois maiores direitos que aos homens podem ser assegurados: o direito ao trabalho e o direito à instrução.

Salazar (1935, p. 258). Discurso de 27 de abril de 1935, na Câmara Municipal de Lisboa.

CAPÍTULO I

A EMERGÊNCIA DO ESTADO NOVO CORPORATIVO

“Nas procissões e cortejos da Idade Média, em todas as suas manifestações públicas, as profissões tinham o seu lugar honroso, os homens de trabalho enfileiravam ao lado da nobreza.

Contraste curioso com os tempos de hoje em que a democracia teve o condão de afastar os homens uns dos outros, de separar os colaboradores da mesma obra, tirando-lhes todo o valor de coesão e solidariedade [...].

A democracia desune e mistura. Retirou os cidadãos dos seus quadros naturais, dentro da sociedade, para os baralhar...

Entre uma assembleia eleitoral e um sindicato, mora o infinito”.

Ângelo Cesar (1923, pp. 358-359). Organização profissional. *Estudos*.

“Pretende-se que patrões e operários sejam iguais em face do interesse nacional e social, e que a máquina da Produção não seja um instrumento da riqueza para uns sendo simultaneamente um instrumento de escravatura para outros.

É este o objetivo do regime corporativo. Que a produção deixe de representar um interesse individual para representar um interesse nacional e social. Que, partindo deste princípio, sejam considerados iguais perante a lei e o interesse coletivo os dois elementos fundamentais da Produção, a saber: O Capital e o Trabalho. Mas que vem a ser o regime corporativo, já hoje incorporado no texto da Constituição que dentro em pouco será submetida a plebiscito? Poucos o sabem, embora muitos dele falem. Sabemo-lo nós, porventura? Seremos nós porventura os depositários da verdade corporativa? Não. Mas procuramos saber o que será o regime corporativo, desejamos aproximar-nos, na medida do possível, da verdade corporativa...

[...] Talvez que, por aproximações sucessivas, servindo-nos da contribuição de todos, possamos um dia tocar a Verdade, converter em realidade sólida o que hoje existe apenas no estado de aspiração vaga”.

Augusto da Costa (1933 a), pp. 8-9). A derrota do indivíduo e vitória do produtor. *Cadernos Corporativos*.

1. As encíclicas

A encíclica *Rerum Novarum* – “das coisas novas” –, redigida pelo Papa Leão XIII e publicada a 15 de maio de 1891, surge como resposta da Igreja à luz das escrituras, não apenas face aos graves problemas do mundo do trabalho constantes de uma nova realidade social surgida com o ocaso do Antigo Regime, mas ainda perante a perspetiva de uma futura sociedade utópica, apregoada pelos movimentos socialista e comunista, em expansão.

A industrialização e o desembocar do sistema económico liberal, fruto da propagação e evolução dos efeitos da Revolução Francesa, na disseminação do sistema

capitalista na Europa, haviam gerado fortes desequilíbrios e convulsões sociais. A condição dos trabalhadores assalariados era, no início do século dezanove, de um modo especial gravosa para os operários fabris que, impedidos de se associar e de fazer greve, como meio de pressionar o patronato na busca de melhores condições de vida, usufruíam de salários de fome em troca de um trabalho que (Almeida, 1986, pp. 35-36) nalguns casos chegava a atingir as quinze horas diárias.³ Por outro lado, as doutrinas socialistas, se prometiam instaurar uma sociedade mais justa porque mais igualitária, faziam perigar o que restava do papel hegemónico da Igreja na Europa, assim como a ordem social estabelecida, ao questionarem o papel do Estado perante a sociedade e ao preconizarem uma nova ordem, da qual o sistema capitalista e os seus males seriam erradicados.

Em meados da segunda década de oitocentos, a Inglaterra reconhecia o direito à greve e permitia a associação dos operários, depois de graves tumultos sociais, sendo secundada por outros países europeus que, de igual modo, tornariam legais estas prerrogativas algumas décadas mais tarde. Os operários organizar-se-iam então em associações influenciadas não só pelos movimentos políticos em ascensão, que diziam e se propunham combater os efeitos nefastos do capitalismo⁴, mas ainda noutras que surgiriam como contraponto a estas e que eram resultado da intervenção dos católicos em prol da chamada “questão social”. Pela Europa fora os movimentos católicos que surgem e se mobilizam em torno das condições sociais dos assalariados, vão dando lugar a círculos de estudos direccionados para este tipo de questões, a associações de índole socioprofissional, de que são exemplo os “círculos católicos operários”, ou a partidos políticos influenciados pelo catolicismo. No último quartel do século XIX, as associações de operários e os sindicatos são uma realidade, nos vários países europeus que, a exemplo de Inglaterra⁵, permitem a sua organização. Na Suíça, a União Católica de Estudos Sociais⁶, instituição que se dedica a questões relativas à organização social,

³ A miséria dos operários atingia à época dimensões de proporções tais que se tornaria fonte de inspiração para escritores de várias nacionalidades, caso de Charles Dickens e de Émile Zola. Se as obras deste último destacam a opressão social, sobretudo a partir de *Germinal* (1885), os romances de Dickens são o reflexo das agruras dos efeitos da revolução industrial, que experimentou ainda criança, ao ser obrigado a trabalhar como operário numa empresa, para prover ao sustento da família.

⁴ Em fevereiro de 1848 é editado o “Manifesto do Partido Comunista”, da autoria dos teóricos fundadores do socialismo científico, Karl Marx e Friedrich Engels e em 1867 é publicado o primeiro volume da obra *O Capital*, de Karl Marx.

⁵ Em Inglaterra, a organização dos trabalhadores em sindicatos será permitida a partir de 1871 e em França a partir de 1884.

⁶ Fundada em 1884 e presidida pelo cardinal Mermillod até 1891.

ao regime de trabalho e à propriedade, envia as conclusões dos seus estudos ao Vaticano. Estas (Almeida, 1986, p. 69), servirão de documentação na elaboração da encíclica *Rerum Novarum*.

1. 1. A carta encíclica *Rerum Novarum*

A hierarquia da Igreja, personificada em Leão XIII, irá, com a publicação da encíclica, incentivar e regulamentar a ação dos católicos, implicando ainda os Estados em formas de governo que conciliem os interesses individuais com os interesses coletivos, ao procurar tornear a problemática que opõe o individualismo liberal ao coletivismo socialista. Não será mais uma simples reação de defesa contra doutrinas de governação contrárias à ação da Igreja e consequentemente rotuladas de nefastas por esta, mas uma ação que envolve uma linha de rumo e que paradoxalmente reveste uma forma imbricada de combatividade e conciliação. Se a reação de Gregório XVI e de Pio IX, antecessores do Papa Leão XIII, fora de condenação e proibição ao liberalismo e aos católicos liberais, bem como de ataque ao comunismo e ao socialismo⁷, a ação deste último, embora na linha dos primeiros, no que concerne ao repúdio destas doutrinas⁸, convida os governos a ocupar-se e a intervir nas questões sociais que envolvem os trabalhadores, estabelecendo as diretrizes da atividade dos cristãos nestas matérias. O documento Leonino procura responder à ação social, entretanto enveredada por alguns grupos de católicos leigos⁹ assim como de vários sacerdotes e bispos¹⁰, vindo ao seu encontro e preenchendo a lacuna em termos de posição oficial que se fazia sentir por parte da Igreja, perante as propostas socialista e comunista. Esta encíclica tornar-se-á doravante o paradigma da ação social cristã, ciclicamente atualizada em documentos pontifícios pelos futuros hierarcas da Igreja, de acordo com a conjuntura

⁷ Em agosto de 1832 na encíclica *Mirare Vos*, o Papa Gregório XVI condena e proíbe o periódico *L'Avenir*, afeto aos católicos liberais e fundado por La Mennais, Lacordaire e Montalembert. Pio IX condenará o socialismo e o comunismo em 1849, nas encíclicas *Quibus Quantisque* e *Nostis et Nobiscum* e o liberalismo católico em 1864, na encíclica *Quanta Cura*.

⁸ O Papa condenara o socialismo e o comunismo ateu, classificando-os na Encíclica *Quod Apostolici Muneris* (Leão XIII, [1878], pp. 7-19) de “peste mortal” e alertando para seus os efeitos nefastos, que iriam ao ponto de colocar a sociedade “num extremo perigo”.

⁹ Caso de La Tour du Pin e de Albert Mun que organizam em França, no ano de 1871, a “Obra dos Círculos Católicos para Operários”.

¹⁰ Para além do cardeal Mermillod, já citado, o arcebispo de Mogúncia W. Ketteler, defende uma política social audaz, que envolve o Estado nas questões sociais. A sua intervenção corporizada na obra *A Questão Social e o Cristianismo*, publicada em 1864, vem favorecer a organização (Cruz, 1978, p.24) de um movimento social dos católicos no combate ao socialismo.

socioeconómica de cada época.¹¹ A proposta de resolução da questão social com o concurso e aplicação dos valores espirituais cristãos, feita na *Rerum Novarum*, virá potenciar a recolocação da Igreja como condutora do governo dos homens, seja adentro do seu seio regulamentando a ação dos católicos nesta matéria, seja como contraponto e alternativa aos sistemas políticos de governo, então em vigor ou em ascensão.

De acordo com a encíclica, a difícil “condição dos operários” teria advindo da destruição das corporações decorrente da Revolução Francesa que, sem cuidar de organizar estruturas de proteção alternativas, deixara os operários isolados e sem defesa, face a uma vaga de industrialização acelerada a que se associara o capitalismo selvagem. A agravar esta situação, o sentimento religioso e os seus princípios haviam desaparecido das leis e das instituições públicas. A solução para este quadro, segundo o documento pontifício, residiria no regresso às leis e instituições cristãs. Assim, a igualdade e a fraternidade entre os homens, apregoadas pelo liberalismo, mas não alcançadas na prática, só poderiam ser atingidas à luz dos preceitos constantes das escrituras e com o concurso da Igreja, dada a origem e o fim comum de todos os homens – Deus – e o laço de fraternidade estabelecido por Cristo entre todos os indivíduos. Por outro lado, e segundo a Igreja, o socialismo não poderia solucionar a questão operária, revelando-se mais prejudicial para o operário do que proveitoso, pela injustiça de que se encontrava enformado, ao negar o direito à propriedade privada. E aqui residiria a diferença substancial entre a doutrina social cristã e o socialismo. De acordo com a encíclica, este, ao proclamar a igualdade dos homens pela negação da propriedade pessoal, apenas a alcançaria pelo despojamento e pela miséria. Aquela ao contrário, ao fundamentar a igualdade em Cristo e na solidariedade entre os homens permitiria, perante o problema, uma solução eficaz.

Segundo a *Rerum Novarum*, os problemas sociais não seriam extirpados com o recurso à luta de classes mas antes agravados, dado que as desigualdades constantes da sociedade civil se constituíam como um fenómeno natural, inerente à própria condição humana. Esta realidade poderia no entanto ser atenuada pelo recurso à colaboração social e à concórdia, desde que realizadas em consonância com as leis da Igreja de Cristo. Para isso, era necessário que os católicos se organizassem em sindicatos ou associações de patrões, de operários ou mistas que, em conjunto e de acordo com os

¹¹ Caso das encíclicas *Quadragesimo Anno* de 1931, *Mater et Magistra* de 1961 e *Centesimus Annus* de 1991 e da carta apostólica *Octogesima Adveniens* de 1971, que comemoram respetivamente os quarenta, setenta, cem e oitenta anos da *Rerum Novarum*.

preceitos preconizados pela religião cristã, envidariam esforços para que os direitos e deveres dos patrões fossem conciliados com os direitos e deveres dos operários, devidamente definidos na encíclica.¹² Assim, uma boa parte da resolução da questão social residiria na ação conjunta do patronato e do operariado que, deixando de se digladiar, contribuiriam com realizações concretas. Entre algumas iniciativas, preconizava-se a promoção de instituições de socorro aos operários e seus familiares – caso das associações de socorros mútuos.

Não obstante apelar à conciliação, a encíclica (Leão XIII, [1891], p. 34) alerta os ricos e os patrões de que “explorar a pobreza e a miséria e especular com a indigência, são coisas igualmente reprovadas pelas leis divinas e humanas”, e de que “cometeria um crime de clamar vingança ao céu quem defraudasse a qualquer, o preço dos seus labores”. Isto é, sem rejeitar a desigualdade entre as classes sociais, a Igreja demarca-se da ação do capitalismo personificado no patronato explorador, ao mesmo tempo que repudia a luta de classes e procura marcar posição face ao socialismo, pelo apelo à aplicação dos valores cristãos e à organização dos católicos em sindicatos e associações. E assim sendo, apresenta-se como uma terceira via de governo e a única possível de alcançar a paz social, alternativa às formas liberais e socialista. No documento, o “toque de reunir” assume a forma de um desafio lançado a todo o bom católico, de que deverá intervir face a falsas soluções, advertindo o Papa (Leão XIII, [1891], p. 66) que “os operários cristãos não têm remédio senão escolher entre estes dois partidos: ou darem os seus nomes a sociedades de que a religião tem tudo a temer, ou organizarem-se eles próprios e unirem as suas forças para poderem sacudir denodadamente um jugo tão injusto e tão intolerável”.

Relativamente à questão social, a ação do Estado deveria prover ao bem comum, revestindo um cariz interventivo e regulamentador, manifestado por via legislativa. De acordo com o documento pontifício, o dever principal dos que governavam consistia em (Leão XIII, [1891], pp. 46-49) zelar por todos os cidadãos e em especial pelos mais

¹² No que concerne aos deveres dos assalariados para com os patrões, o documento refere (Leão XIII, [1891], p. 33) que aqueles não deverão lesar estes nos seus bens, nem reivindicar com violência, afastando-se ainda dos “homens perversos” que lhes façam promessas impossíveis de cumprir, numa clara alusão às doutrinas socialista e comunista. No que concerne às obrigações dos patrões (pp. 33-35), um dos deveres destacado como principal perante os assalariados, reside em proporcionar a estes últimos um salário justo, que tenha em consideração a situação familiar e o caso específico de cada trabalhador. Proíbe ainda a encíclica, a imposição de trabalhos que não se coadunem com a situação física dos indivíduos, ou que não possa por estes ser suportada, especificamente no caso dos menores e das mulheres.

desprotegidos, de acordo com a justiça distributiva, procedendo, no caso dos trabalhadores, “de modo que, de todos os bens que eles proporcionam à sociedade, lhes seja dada uma parte razoável, como habitação e vestuário” e de maneira a viverem “à custa de menos trabalho e privações”. A aplicação de um pacote de leis justas impediria a existência de greves que, segundo a encíclica, se revelavam prejudiciais não só para patrões como para operários e demais cidadãos, por fazerem perigar a ordem pública. Assim, seria mais eficaz e salutar (Leão XIII, [1891], p. 53) “prevenir o mal [as greves] com a autoridade das leis e impedir a explosão, removendo a tempo as causas de que se prevê que hão-de nascer conflitos entre patrões e operários”.

Assegurada a intervenção do Estado no concernente à existência e ao cumprimento das leis relativas aos direitos individuais e aliando a mesma à ação de sindicatos e de associações católicas, seriam evitadas as convulsões sociais provocadas por salários mesquinhos e pela exigência de trabalhos excessivos, por parte de patrões gananciosos. Refira-se ainda que, para além da reunião dos católicos em sindicatos e associações, são citadas na encíclica as corporações operárias como forma privilegiada de operar uma aproximação entre as classes sociais, contribuindo eficazmente para a resolução do problema social. Todavia, o conceito de corporação no documento não é nem pode ser ainda claro. Se, por um lado, é evocado tendo como referência as antigas corporações medievais, não deixa, por outro, de ser um conceito em devir, ainda não adotado para o governo das nações. Assim, se Leão XIII convoca as antigas corporações enquanto modelos de associações que em tempos e com sucesso haviam regulado as relações entre patrões e operários, não deixa também de destacar que, numa sociedade diferente da medieval como é a da época em que redige o documento e na qual vigoram outros costumes, se impõe uma adaptação em função das novas exigências e condições, o que quer dizer que o conceito de corporação tem de ser reformulado.

Apesar de no documento se apelar à resignação dos trabalhadores, realçando-se o dever de respeitar as leis, de não reivindicar com violência nem de fazer greve, não deixa de ser permitida e até estimulada a resistência passiva dos católicos, que aparece como forma de luta e aviso aos governantes na referência de que (Leão XIII, [1891], p. 64) “uma lei não merece obediência, senão enquanto é conforme com a reta razão e a lei eterna de Deus”. Esta posição será clarificada em fevereiro de 1892, ano seguinte ao da publicação da *Rerum Novarum*, na carta *Au Milieu des sollicitudes*, enviada pelo Papa aos bispos franceses e de acordo com a qual deveriam os católicos, ao invés de se oporem aos regimes liberais entretanto estabelecidos nos respetivos países, limitar-se a

combater a legislação abusiva que deles dimanava, em particular a que se opunha aos interesses e à doutrina da Igreja, unindo-se para alcançar este propósito. Os problemas colocados pelo Papa, relativamente às formas de governo e ao tipo de reação dos católicos perante as mesmas, remetem para a *Immortale Dei*, uma das anteriores encíclicas da sua autoria.

1.2. A carta encíclica *Immortale Dei*

Publicado a 1 de novembro de 1885, o documento incide na temática que respeita à constituição cristã dos Estados. A Igreja personificada em Leão XIII, após refutar as alegações que a acusam de exercer uma força de ação contrária aos interesses da sociedade, realça que a doutrina cristã se revela como o sistema preferível para constituir os fundamentos da governação, devendo o Estado ser regido por leis impregnadas dos valores do Evangelho. A posição tomada na encíclica parece equivaler à tentativa de recolocar a Igreja na direção do governo dos Estados, muito embora, nesta sua carta pastoral, Leão XIII aparente diluir a influência daquela, dividindo-a com a ação estatal. De acordo com o documento e numa clara alusão aos estados onde já se dera a separação entre a Igreja e o Estado ou naqueles que estariam em vias de a levar a cabo, apenas seria possível manter a paz social através de leis justas promovidas por estados governados por um sistema bem ordenado de relações entre os poderes temporal e espiritual.¹³

Quanto à ação dos católicos em vista da coisa pública e muito embora não especificando qualquer forma particular de sistema político como preferível, a encíclica apela para que zelem no sentido de que a autoridade civil atenda à educação moral e religiosa da juventude e se dediquem (Leão XIII, 1885), “à administração dos negócios municipais”, pedindo ainda que “se cheguem aos grandes cargos do Estado”.¹⁴ Assim sendo, os católicos não só têm justos motivos, como o dever de participar na vida política, tornando-se necessário, segundo o documento, que tomem “a peito reconduzir

¹³ Na sequência deste alerta a encíclica condena os católicos que aderiram às correntes políticas liberais, na ânsia de verem preservados os direitos da Igreja e da liberdade religiosa.

¹⁴ Este último conselho torna-se dever de consciência, uma vez que caso os católicos se abstenham de intervir no desempenho de cargos de governação, “as rédeas do governo passarão sem contestação às mãos daqueles cujas opiniões certamente não oferecem grande esperança de salvação para o Estado”.

toda a constituição pública” de acordo com um modelo de formato cristão que, embora não devidamente concretizado, é proposto como exemplo a seguir.¹⁵

Alguns anos após a publicação destas duas encíclicas, a carta pontifícia *Graves de Communi*, publicada a 18 de janeiro de 1901 e também da autoria de Leão XIII, vem definir o que deve ser entendido por “ação dos católicos no campo social”, conceito ao tempo também designado de “democracia cristã”. Com esta encíclica, Leão XIII pretende desfazer as dúvidas que teriam surgido à época, em torno destes conceitos e que teriam derivado de interpretações erradas da doutrina emanada dos documentos pontifícios anteriores, em particular da *Rerum Novarum*. De acordo com a encíclica (Leão XIII, [1901], pp. 84-85), o termo “democracia cristã” deveria estar desligado da ação dos católicos por via partidária, a chamada “democracia social” corporizada no parlamentarismo democrático, e deveria ainda revestir um caráter que não pudesse ser confundido com os valores socialistas, numa alusão e condenação que era não só feita aos católicos liberais, mas também aos católicos que advogavam os princípios socialistas e militavam em partidos socialistas católicos.

Na sequência destes documentos pontifícios, Pio XI, um dos sucessores de Leão XIII, referir-se-á a uma forma emergente de governo e organização da sociedade, na encíclica *Quadragesimo Anno* – o modelo corporativo. O conceito em devir de corporação, usado na *Rerum Novarum* por Leão XIII já ganhara forma, sendo agora retomado e avaliado pelo novo condutor da Igreja, seu sucessor.

1.3. A carta encíclica *Quadragesimo Anno*.

A pastoral *Quadragesimo Anno* de Pio XI será publicada a 15 de maio de 1931, na altura em que se completam quarenta anos sobre a publicação da *Rerum Novarum*. Elaborada no contexto da crise económica de 1929, na sequência da qual se agravam os problemas sociais decorrentes da industrialização, agora potenciados pelos grandes grupos económicos e num período em que na Europa se afirmam os regimes totalitários, a encíclica versa a temática da restauração e aperfeiçoamento social, reiterando as diretrizes da encíclica de Leão XIII, que nela será apelidada de *Magna Carta* da atividade cristã no campo social.

¹⁵ No que toca à especificação de modelos de governo, a encíclica faz questão de referir que (Leão XIII, 1885) “dizer que a Igreja vê com maus olhos as formas mais modernas dos sistemas políticos [...] é uma calúnia vã e sem fundamento”. Isto é, a Igreja não rejeita formas que conciliem as duas formas de poder. O espiritual, dirigido pela Igreja Católica e o temporal, exercido pelo Estado.

O Papa realça que a encíclica, destinada esclarecer e a desenvolver a doutrina social e económica do seu antecessor, tem por objetivo (Pio XI, [1931 a]), p. 133) “chamar a juízo o regime económico moderno, instaurando processo ao socialismo, apontando a raiz do mal-estar da sociedade contemporânea e mostrando-lhe ao mesmo tempo a única via de restauração salutar, que é a reforma cristã dos costumes”. Refira-se que o Papa faz questão de demarcar a ação social dos católicos da dos socialistas, tal como o fizera Leão XIII. Muito embora afirmando que esta última se reclama de educadora e produtora de um homem novo, declara que os seus princípios educativos são contrários aos da pedagogia cristã, já anteriormente definida pela Igreja, em 1929, na encíclica *Divini illius Magistri*, dedicada à educação da juventude.¹⁶ A fim de restaurar a sociedade, que teria recaído no paganismo, era necessário (Pio XI, [1931 a]), p. 195) usar da “força da educação cristã, ensinando os jovens, fundando associações católicas, criando círculos onde se cultive o estudo, segundo os princípios da fé”¹⁷ e cuidando de igual modo da formação daqueles que seriam os apóstolos dos operários e dos patrões.¹⁸ O aperfeiçoamento social preconizado na encíclica destacará a solução corporativa que já fora adotada pelo regime fascista italiano¹⁹ como modelo passível de reorganizar a sociedade no sentido da remoção da “questão social”, dirigindo por consequência não apenas uma linha renovada de combate ao liberalismo e ao socialismo, como ainda à investida comunista corporizada na Revolução Russa de 1917. Embora apontando “a pacífica colaboração das classes” e “a repressão das organizações e violências socialistas” entre algumas das vantagens do corporativismo, Pio XI ([1931 a]), p. 171) não deixa de alertar para a possibilidade de o Estado corporativo poder vir a servir a “particulares intentos políticos mais que à preparação e início de uma ordem social melhor”.²⁰ A fim de evitar que tais receios se tornem realidade, Pio XI ([1931 a]),

¹⁶ Pio XI aponta ([1931 a]), pp. 181-182) a ação nefasta do socialismo, referindo que a mesma pode ser facilmente entrevista e perspectivada, tanto nas origens do movimento como nos seus efeitos – “deste socialismo educador foi pai o liberalismo, e será herdeiro o bolchevismo”. Ora assim sendo, “ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista”.

¹⁷ No que respeita à evolução das associações operárias católicas até à data, a encíclica destaca que terão florescido a partir da publicação da *Rerum Novarum*, muito embora sejam ainda em menor número do que as suas congéneres socialistas e comunistas.

¹⁸ Pio XI funda a “Ação Católica”, na tentativa de comprometimento dos cristãos em torno das questões sociais.

¹⁹ A *Carta del Lavoro*, um dos documentos políticos fundamentais do ordenamento corporativo italiano, fora editada em 21 de abril de 1927.

²⁰ Este enviesamento do corporativismo constituía-se como um perigo real, uma vez que a organização sindical e corporativa estaria assumir na altura e segundo o Papa (Pio XI, [1931 a]), p. 171), “um caráter excessivamente burocrático e político”.

pp. 138-139) apela aos fiéis para que os princípios católicos, propagados por indivíduos devidamente formados pela Ação Católica, se façam sentir na sociedade.²¹

1.4. Afonso Costa e a *Rerum Novarum*

Em Portugal, a reação à encíclica *Rerum Novarum* faz-se sentir não apenas duma forma positiva por parte dos setores católicos, como é também fortemente contestada e rebatida. Em 1895, *A Igreja e a Questão Social*, da autoria de Afonso Costa, surge como obra de análise crítica, em resposta ao documento de Leão XIII.²² De acordo com o autor e contrariamente ao que era declarado na encíclica, a mesma não teria como objetivo primordial atender à condição social dos operários, pretendendo antes aliar a Igreja às forças conservadoras dos diversos países, com o intuito de exterminar o socialismo e prover ao prolongamento da hegemonia da Santa Sé e, assim sendo, as doutrinas papais preconizadas não poderiam nunca resolver a questão social. Para Afonso Costa (1895, pp. 207-209) as soluções apontadas no documento, para além de “inúteis”, por serem a cópia de reclamações que já teriam sido atendidas e por meio das quais operários e socialistas pediam a intervenção do Estado em casos especiais²³, eram ainda “antiquadas e perigosas” por apelarem aos valores primitivos da caridade cristã, “inoportunas” por reclamarem medidas severas contra o socialismo e “excessivamente retrógradas” por pretenderem, à sombra do enaltecimento das antigas corporações medievais de artes e ofícios, restabelecer antigos privilégios da Igreja. O apelo do Papa à reunião dos católicos em associações e à reformulação das antigas corporações, traduzia, para Costa, a pretensão da Igreja de que as congregações e ordens religiosas, entrevistas como corporações de ordem moral, fossem reabilitadas e se movessem sem qualquer tipo de peias, colocadas por parte dos governos ou dos Estados.

De acordo com Afonso Costa (1895, pp. 208), o espírito que teria presidido à elaboração da *Rerum Novarum*, corresponderia ao “desejo de fazer perdurar, algum tempo mais, o organismo bastante enfraquecido e já cansado por mil lutas, da santa sé de Roma”, para além de levar a cabo, de conluio com os setores conservadores, uma

²¹ Refira-se que a Ação Católica criada por Pio XI, não devia (Pio XI, [1931 a]), p. 171) enquanto instituição, desenvolver quaisquer atividades sindicais ou políticas, não estando todavia estas vedadas aos indivíduos seguidores dos seus princípios.

²² *A Igreja e a Questão Social*, que Afonso Costa apresenta como tese de doutoramento, defendida em 1895 na Universidade de Coimbra, tem como subtítulo *Análise Crítica da Encíclica Pontifícia De Condizione Opificum, de 15 de maio de 1891*.

²³ Caso do regulamento da admissão das mulheres e menores nas fábricas.

campanha de extermínio do socialismo, que teria esfacelado por completo o socialismo católico, ou estaria em vias de o fazer. Com a condenação, pela hierarquia da Igreja, não só dos católicos socialistas, como ainda de alguns prelados e bispos empenhados neste movimento, ter-se-iam perdido alguns dos mais ardentes defensores dos operários, uma vez que aqueles teriam sido obrigados a retratar-se e a restringir-se àquilo que Afonso Costa (1895, p. 60) chamava de “doutrinas vagas da encíclica” em prol da questão social.

Se aliarmos a questão “será Leão XIII socialista?”, incluída como item a tratar na obra de Costa²⁴ (1895, p. 153), à crítica feita em torno da condenação dos católicos socialistas pelo Papa, podemos inferir que, até à publicação da encíclica, teriam existido na doutrina social da Igreja “contaminações” provocadas pelos princípios socialistas, conducentes a dúvidas e ambiguidades na interpretação da posição oficial da hierarquia personificada em Leão XIII, face ao socialismo. Isto, não obstante serem sobejamente conhecidas as declarações negativas tanto de Leão XIII como do seu antecessor Pio IX, acerca destas matérias. E assim sendo, tudo aponta para que as leituras que teriam sido feitas em torno da doutrina oficial católica, favoráveis ao socialismo enquanto solução para os problemas sociais, se tivessem vindo a desvanecer com a publicação dos sucessivos documentos pontifícios, em particular no caso da *Rerum Novarum*.

De acordo com Afonso Costa, para além de visar a manutenção do poder da Igreja e o extermínio do socialismo, a encíclica teria ainda como resultado imediato o desarmamento do proletariado, ao condenar o direito à greve e ao apelar a algo que na prática se revelava como impossível de atingir – a conciliação das classes traduzida na proposta corporativa.²⁵ No entanto, se por um lado existe na obra de Afonso Costa um afastamento do ideário papal, consubstanciado na rejeição do modelo corporativo enquanto forma cooperativa e de associação, com vista à superação da questão social, por outro lado há uma aproximação de opiniões no que concerne aos efeitos práticos da aplicação do direito à greve, que refere como um instrumento de combate não suficiente, apesar de necessário, e que se pode vislumbrar num excerto de *Le socialisme*

²⁴ Questão incluída no sumário da seção I do capítulo II de *A Igreja e a Questão Social*.

²⁵ A rejeição da viabilidade da ideia de conciliação de classes proposta na encíclica, é fundamentada (Costa, 1895, p. 203) pela evidência de não haver até à data qualquer notícia da concessão de aumentos salariais por livre iniciativa dos industriais, que ao invés agiam quer de forma direta cortando salários, quer de forma indireta recorrendo à intensificação do número de tarefas ou ao prolongamento do horário de trabalho.

integral de Benoit Malon²⁶, que usa para fundamentar o seu raciocínio e que fora publicada no ano da divulgação da *Rerum Novarum*. E assim sendo, (Costa, 1895, p. 203), só uma intervenção efetivada por recurso a reformas, produzidas pela pressão exercida nos poderes públicos a conquistar, se revelaria eficaz, conduzindo ao que apelidava de “triunfo do verdadeiro socialismo”.

No caso português e segundo a perspetiva de Afonso Costa, embora se tivessem registado algumas ações de luta, corporizadas em greves e tivesse sido criado com carácter internacional o Partido Socialista no ano de 1875, o caminho para a resolução da questão operária pela via socialista estaria ainda longe de começar a ser tratado, uma vez que nem esta matéria despertava no país as atenções, como acontecia no estrangeiro, nem existia nenhum nome no seio do socialismo português que, honrando devidamente este partido, o fizesse progredir. Uma das causas desta situação (Costa, 1895, pp. 88-89) residiria no facto de não existir a devida mobilização, produzida a partir da Universidade. A partir desta crítica, podemos deduzir que caso a situação não se invertesse, o caminho para a mobilização dos estudantes cristãos em prol da questão social via universidade se encontrava aberto, viabilizando um grupo de pressão católico conducente ao governo da sociedade, facto que se tornaria realidade e que iria tomando corpo, como reação à difusão e implementação do ideário antirreligioso no país.

2. Os primeiros tempos. O CADC e os doutrinadores do corporativismo

Com o advento da Monarquia liberal, também em Portugal, à semelhança do que ia acontecendo nos demais países católicos da Europa, se iniciaria o esboroar da hegemonia da Igreja.²⁷ Com a revolução republicana, depressa se alargou a brecha entre o novo regime e a Igreja, a ponto de parecer (Cruz, 1978, p. 243) que o desígnio daquele

²⁶ Socialista francês (1841-1893) que advogava a via reformista da sociedade, na linha da corrente possibilista. Esta, surgida em França no seio do movimento socialista nos anos oitenta do século XIX, contestava a violência e o radicalismo propostos pelo marxismo e traduzidos na revolução, propondo em sua substituição um tipo de luta restringida aos limites do “possível”, através da imposição de reformas sucessivas no sistema, por meio da via democrática aberta pelo liberalismo.

²⁷ Esta seria, de acordo com Braga da Cruz (1978, p. 57), “arrastada na queda do absolutismo miguelista”. Logo após a Convenção de Évora Monte, é publicado o decreto relativo à extinção e expropriação das ordens religiosas, da autoria de Joaquim António de Aguiar. Se bem que esta determinação tivesse vindo a esbater-se com a chegada das Irmãs da Caridade ao país no ano de 1857, alegadamente por motivos assistenciais, assim como com o retorno de franciscanos e jesuítas em finais da década de sessenta, persistiam situações que envolviam a ingerência do poder político nas questões de ordem religiosa – caso da nomeação de padres, bispos ou cardeais e da intervenção dos tribunais civis nas decisões de foro eclesiástico.

consistira no derrube desta e não no da Monarquia. E assim, a humilhação e perseguição a padres e a religiosos, ocorrida durante a Revolução de 1910, seria oficialmente legalizada na sequência da implantação da República. As ordens religiosas são de novo extintas e os seus bens integrados no Estado, a par de um conjunto de medidas que têm o fim de laicizar a sociedade, hostilizando o fervor religioso que porventura ainda subsistisse na população.²⁸

No que respeita ao ensino, é suprimida a doutrina cristã nas escolas primárias e anuladas as matrículas do 1º ano de Teologia da Universidade de Coimbra, o que corresponde na prática à extinção da respetiva Faculdade. São também abolidas todas as obrigações religiosas constantes dos Estatutos da Universidade e extinta, da Faculdade de Direito, a cadeira de Direito Eclesiástico, o que em termos simbólicos equivale a extirpar do poder legislativo temporal qualquer resquício de influência do poder eclesiástico. Afonso Costa, conhecido por “Mata Frades” e acérrimo opositor das doutrinas papais, é o responsável pela legislação anticlerical²⁹ e declara (Cruz, 1978, p. 244) pretender fazer desaparecer a religião do país, em duas gerações.

O cerco em torno da Igreja irá desencadear uma segunda vaga de luta, corporizada na união e organização dos católicos, em particular dos estudantes de Coimbra, à semelhança do que já acontecera na vigência da Monarquia Constitucional, responsável pela legislação antirreligiosa e que levava à criação, em Coimbra, do Centro Académico da Democracia Cristã – CADC. De acordo com Diniz da Fonseca (1922, pp. 58-59), o surgimento, em 1901, do Centro Nacional Académico, precursor do CADC, teria tido como catalisador o caso Calmon³⁰, ocorrido nesse mesmo ano. Na sequência deste, a questão religiosa posta desde o início da vitória dos liberais agudizara-se, levando o Governo a encerrar várias casas religiosas e a legislar em prol da interferência do poder temporal na direção das instituições católicas, cujos membros são impedidos de viver em regime de clausura e cujos estatutos terão de ser aprovados oficialmente.

²⁸ Entre as várias medidas legislativas que respeitam a preceitos culturais arraigados na população, encontram-se o fim dos feriados religiosos, que passam a ser considerados como dias de trabalho normal e a introdução do divórcio na legislação da República, com a consequente validade civil exclusiva do contrato matrimonial, que é decretada em pleno dia de Natal.

²⁹ Afonso Costa faz parte do Governo Provisório da República, ocupando a pasta da Justiça e Cultos.

³⁰ Situação que causa forte impacto na opinião pública da época e que envolve a filha do cônsul do Brasil no Porto. A jovem, que pretende ingressar na vida religiosa contra a vontade dos pais, planeia a fuga de casa. O plano, descoberto e abortado pelo progenitor, desencadeia uma forte polémica na sociedade, centrada no grau de convivência entre a jovem e a instituição religiosa que a iria acolher.

O movimento anticlerical, cujos efeitos se teriam começado a sentir na Universidade de Coimbra a partir de 1898, culmina com a ocorrência acima referida e com o incidente da Sala dos Capelos envolvendo o bispo do Porto, apupado por um grupo de estudantes no decorrer de uma cerimónia de doutoramento. Seguindo as determinações papais de convite à organização dos católicos para que combatam as leis antirreligiosas e face às ocorrências vividas na Academia o Centro Nacional Académico é criado, em 18 de março de 1901. Formado por alguns estudantes da Faculdade de Teologia de Coimbra, o novo organismo assume as funções (Vasconcelos, 1926, p. 704) “de ação, de propaganda, de combate pela ordem, pela liberdade de crença, pelos direitos de consciência católica”.

O Centro Nacional Académico, rebatizado em janeiro de 1903 com a designação de CADC, teria os primeiros estatutos aprovados ao nível civil e eclesiástico, respetivamente pelo Governador Civil e pelo Bispo de Coimbra, em 1905.³¹ A alteração da designação da associação coimbrã de estudantes católicos teria sido causada pelo desejo de demarcação de conotação política do Centro com o Partido Nacionalista, existente à época³², em consonância com as orientações de Leão XIII registadas na encíclica *Graves de Communi* e atrás já referenciadas. De acordo com a pastoral (Leão XIII, [1901], p. 83-84), após ter sido publicada a *Rerum Novarum*, ter-se-ia manifestado “uma certa união de ação entre os católicos” face à questão dos operários. O movimento, que de início não necessitara de qualquer designação específica, seria, passado algum tempo, apelidado de “socialismo cristão”³³ e assumira, na altura da publicação da encíclica, o nome de “ação popular cristã” ou “democracia cristã”. Ora este último termo, propagandeado e privilegiado pelos católicos e remetendo para uma determinada forma política de governo, estaria, de acordo com a encíclica, a causar

³¹ O organismo manterá a designação de CADC até ao início dos anos setenta. Em 1970 os responsáveis pela associação vêm-se obrigados a pedir a suspensão das atividades, devido ao envolvimento com a crise académica de 1969. No ano seguinte e como alternativa à ação do CADC é criado o Instituto Universitário Justiça e Paz, que assegurará o exercício da Pastoral Universitária em Coimbra (*Estudos*, n.º1, 2003, p. 19). A criação deste novo organismo continuará a permitir que seja assegurada pela Igreja a “pastoral das almas” da sociedade coimbrã, por intermédio dos estudantes universitários de Coimbra. O CADC permanecerá inativo apesar de nunca ter sido extinto, até 2001. Neste ano e por iniciativa de alguns antigos sócios, será decidida a renovação do Centro.

³² De acordo com o depoimento de Alberto Dinis da Fonseca (1926, pp. 769-802), a pretensa ligação entre o Centro Nacional Académico e o partido nacionalista teria levado não só à saída de alguns sócios, como impedido a realização de novas adesões ao Centro.

³³ Segundo o documento pontifício (Leão XIII, [1901], p. 69) este termo, à época, já não designaria a ação social dos católicos, por ter caído “com razão em desuso”. Ou seja, a maioria dos católicos, cumprindo as determinações papais, já teria até então interiorizado não poder existir qualquer tipo de confusão possível entre a sua ação e a do movimento socialista.

incómodo nos setores mais conservadores, atemorizados pelo facto de “sob este termo insidioso” poder estar dissimulado “o projeto de depreciar toda a espécie de poder legítimo, quer civil, quer sagrado”.

Face à problemática gerada no seio dos meios católicos pelo conceito de “democracia cristã” como símbolo de união e ação, Leão XIII ([1901], p. 86) irá redefinir este termo, “não lhe ligando outra significação a não ser a ação beneficente e cristã para com o povo” ou seja, desligando-o de qualquer conotação política. Assim sendo, não deveria existir nenhum tipo de dependência entre os preceitos do Evangelho e qualquer forma de governo temporal, não podendo por consequência os católicos “jamais ter por alvo a substituição e preferência dum regime político por outro”, não obstante fossem livres de concordar com formas de governo que cumprissem a condição de não serem contrárias à “honestidade e à justiça”. A mudança de designação de Centro Nacional Académico para CADC, simbolizava portanto o acatamento das orientações papais pelos estudantes que, deste modo, afirmavam a sua independência a nível político, enjeitando o enfeudamento ao Partido Nacionalista e aderindo aos objetivos de ação social definidos na *Graves de Communi*. Por outro lado, a alteração feita significava que teria vencido no Centro a acomodação às novas condições históricas materializadas no liberalismo vencedor, corporizada no desejo de desvinculação da identificação com a corrente legitimista e integralista, afeta ao partido nacionalista.³⁴

Na sequência do 5 de Outubro de 1910, a onda laicizante, que levaria à perseguição de monárquicos e católicos, também se abateria sobre o CADC. Em fevereiro de 1911, a associação é encerrada, após ter sido assaltada e destruída pelos apoiantes do novo regime. A situação política iria requerer, a partir de então, uma organização dos católicos que permitisse contrariar de forma eficaz as recentes leis antirreligiosas.³⁵ Em Coimbra é eleita uma nova direção do CADC, a 8 de dezembro de

³⁴ No estudo em torno do impacto do movimento modernista em Portugal, feito a partir da revista *Estudos Sociais*, órgão do CADC entre 1905 e 1911, Jorge Seabra (1993, pp. 17-81) refere-se à influência que esta corrente de pensamento teria exercido na organização estudantil coimbrã, deixando claro o foco de inovação transmitido pela revista, ao qual não teriam sido indiferentes os setores católicos mais conservadores. Assim, a par de várias acusações de heresia de que a revista teria sido objeto, aponta a acusação de defesa do liberalismo, feita pela *Revista Católica de Viseu*. O investigador regista que em 1907 se dá uma inflexão na orientação do título, que passará a assumir um cariz mais ortodoxo a partir de 1908, de acordo com as novas diretrizes da Igreja e dos acontecimentos políticos verificados no país – assassinato do rei D. Carlos e advento da República.

³⁵ O frenesi laicizante e pretensamente democrático que possuía o novel governo da República está descrito, nos seus excessos violentos ou anedóticos, em *As Últimas Farpas*. Reportando-se em janeiro de

1912, e dela fazem parte Pacheco de Amorim e António de Oliveira Salazar, que se juntam a alguns dos antigos elementos da associação, como é o caso de Manuel Gonçalves Cerejeira.³⁶ Este último será o primeiro diretor do *Imparcial*, periódico cuja vida se prolongaria até meados de 1919 e que viria a substituir a revista *Estudos Sociais*, órgão do CADC, naquela que seria a segunda fase da vida da associação, imposta pelos acontecimentos político sociais derivados da mudança de regime.

A bipolarização da sociedade coimbrã em torno do binómio católicos/republicanos, com a contestação das leis republicanas pelos primeiros, seguida da repressão por parte dos segundos, viria a transformar em pouco tempo o *Imparcial* num instrumento de forte impacto mobilizador das forças católicas, face ao avanço do ideário republicano.³⁷ A revista (Amaro, 1993, pp. 83-142), muito embora abrigasse colaboradores que advogavam o apego ao integralismo e ao regime monárquico, procurava seguir as diretrizes traçadas pela hierarquia eclesiástica, colocando-se numa posição equidistante relativamente às formas de governo e divulgando os pressupostos do movimento social católico, facto que a autorizava a assumir-se como porta-voz dos católicos face à investida das leis da república.

Faltava ainda, no entanto, uma estrutura de comando, responsável pela organização dos católicos e suscetível de realizar o combate político em pé de igualdade com os aderentes ao regime, por meio do voto. A oportunidade surgiria em 1917, com a fundação oficial do Centro Católico Português, depois de algumas modestas vitórias dos católicos no campo eleitoral.³⁸ Embora não se assumindo como partido político, seria este, na prática, o funcionamento do Centro, ao disputar lugares no parlamento com os outros partidos, postura que permitia, no seguimento da linha adotada pelos membros da

1911 ao novo pacote legislativo produzido pela República, Ramalho Ortigão (1946, pp. 20-21) registará que o mesmo fora promulgado, “sem espécie alguma de respeito pelo consenso público”.

³⁶ Além de Manuel Cerejeira, vice-presidente da direção e aluno do 5.º ano de Teologia e do 3.º de Direito, e de Oliveira Salazar, 1.º secretário e aluno do 3.º ano de Direito, faziam parte da nova direção Diogo Pacheco de Amorim e João Francisco Cavaco. O primeiro destes dois, aluno do 5.º ano de Matemática e com o cargo de presidente da assembleia geral e o segundo, assistente da Faculdade de Filosofia e presidente da direção.

³⁷ Os primeiros dias de vida do jornal, assim como a respetiva ação de união das forças católicas à época, encontram-se descritos por Cerejeira (1926, pp. 721-745) no artigo “Algumas notas sobre o *Imparcial*”, inserto no número comemorativo das bodas de prata da revista *Estudos*.

³⁸ Em junho de 1915 (Cruz, 1978, pp. 263-264), nas eleições para a 2.ª Legislatura, foram eleitos dois parlamentares católicos e nas eleições suplementares de junho de 1917, os católicos apresentaram a candidatura por Braga, de Diogo Pacheco de Amorim.

direção do *Imparcial*³⁹, congregar os esforços dos católicos, quaisquer que fossem as suas simpatias partidárias e incutir-lhes a necessidade de assumirem os deveres da governação, com vista à restauração das leis e dos costumes e em sintonia com as diretrizes papais.

A figura de António de Oliveira Salazar, que se evidenciara como colaborador do *Imparcial*, irá assumir uma nova projecção no Centro Católico. Se em julho de 1921, por ocasião das eleições para a 5.^a legislatura, é um dos candidatos do Centro eleito deputado⁴⁰, em abril do ano seguinte afirmará o seu parecer no decorrer do II Congresso Nacional do Centro Católico, opinando acerca do que deveria ser a atuação do Centro em termos políticos, isto é, definindo a ação dos católicos no tocante à governação.⁴¹

As ideias base da intervenção de Salazar serão adotadas como conclusões do Congresso⁴², apontando para a união e organização dos católicos, com o objetivo de defesa dos interesses da Igreja. Isto, em termos práticos, significava que os católicos não deveriam manifestar preferências de regime, traduzidas na militância de um partido político específico, e ainda que existia a necessidade e o dever de que intervissem na governação ao nível parlamentar, admitindo-se para tal e de acordo com as referidas conclusões do Congresso, a hipótese de combinações políticas que poderiam incluir a colaboração ao nível ministerial.

O enfoque na conciliação entre antagonismos partidários e formas de regime, aliado à sobrevalorização da representação parlamentar com base nos interesses de uma classe de indivíduos – os católicos –, deixam entrever um corporativismo emergente que, embora não se assumindo explicitamente, começará a ganhar forma e a ter viabilidade, com o incremento do peso político do Centro e de Salazar como ideólogo

³⁹ Pacheco de Amorim, um dos mais destacados colaboradores do *Imparcial* seria (Cruz, 1978, p. 265) um dos redatores das bases regulamentares do Centro Católico, aprovadas pelo episcopado em novembro de 1919.

⁴⁰ Na sequência da queda do governo de António Granjo serão dissolvidas as Câmaras e marcadas novas eleições para janeiro de 1922. Nestas, de novo são eleitos alguns dos candidatos centristas – Lino Neto, J. Dinis da Fonseca, Juvenal de Araújo, Cunha Barbosa e Dias de Andrade.

⁴¹ A questão do regime que se tinha vindo a agravar (Cruz, 1978, pp. 285-286), com acusações por parte dos monárquicos de que o Centro não estaria a defender os interesses dos católicos no parlamento e de estar a pactuar com o regime republicano, provocará a reação dos centristas em pleno parlamento no ano de 1922. A polémica será objeto de debate no II Congresso Nacional do Centro Católico, sendo a atuação do Centro defendida por Salazar.

⁴² O relevo dado pelo Congresso às teses expostas por Salazar encontra-se explicitado nas respetivas conclusões. Estas serão registadas em maio de 1922 pela revista *Estudos*, no artigo “Dois Congressos”, de Augusto Vaz Pinto (1922 a), pp. 9-12): “O Congresso, atendendo ao merecimento e utilidade prática do trabalho apresentado sobre a ação política do Centro, pelo Sr. Dr. Oliveira Salazar, resolve fazer a sua publicação e divulgação”.

do Centro, na estrutura governativa da nação. Segundo Braga da Cruz (1978, pp. 343-345) e ao nível da organização, o Centro Católico teria defendido o sindicalismo, entendido não no sentido socialista, mas tendo como referência as corporações medievais e, por consequência, o sindicalismo católico corporativista, muito embora não o concretizando na prática.

O apelo feito pelo Centro, com vista à intervenção dos católicos na definição das linhas de força que traçariam o futuro rumo do país, ecoa na revista *Estudos*, órgão do CADC que virá a substituir o *Imparcial* e que começa a ser editado a partir do mês de maio de 1922.⁴³ No artigo “primeiras palavras”, editorial do exemplar n.º 1, encontram-se expressos os objetivos que fundamentam o aparecimento do título, e que parecem derivar das diretrizes dimanadas das conclusões de dois congressos – o Congresso do Centro Católico e o Congresso das Juventudes Católicas –, encarados pela revista como dois grandes assomos de vitalidade para a causa católica portuguesa.⁴⁴

Refere o editorial ser objetivo dos *Estudos*, começar a preparação dos estudantes católicos do CADC, para que venham a constituir “o futuro escol da Nação”. E este desiderato é consubstanciado no que concerne a meios de ação e fins a atingir, não apenas na manifestação da intenção de estender as competências educativas do CADC à revista *Estudos*, enquanto órgão de divulgação e mobilização, mas ainda na designação do instante a partir do qual os estudantes deveriam estar aptos a governar a sociedade a reconstruir – o “inevitável momento”. Embora o título faça questão de realçar que o CADC só depende da autoridade eclesiástica, mantendo-se neutro em matéria política, e o artigo acima referido aponte apenas para os efeitos nocivos da laicização, a superar por meio da intervenção do catolicismo, não se chegando nele a explicitar qual o tipo de reconstrução exigida em termos de organização social, a transcrição das conclusões dos dois congressos, bem como as considerações tecidas a propósito das mesmas, apontam

⁴³ Muito embora o CADC tome, em assembleia geral realizada em maio de 1922, a resolução de que a sua intervenção se irá desenvolver em termos apartidários, mantendo-se independente e neutro politicamente e enfeitando liminarmente o enfeudamento ao Centro Católico, não deixa de igual modo de se assumir como organismo com competências na formação político social dos estudantes católicos, permitindo assim que a ação política individual, decorrente de uma opção estritamente pessoal, possa desenvolver-se em termos concretos. A secção “Vida do CADC” inserta no n.º 1 da revista *Estudos* (maio de 1922, pp. 28-32) deixa transparecer o debate que ocorre na associação estudantil após o congresso do Centro Católico e que se centra no alcance e amplitude da ação política do CADC, enquanto organismo formador dos estudantes católicos.

⁴⁴ Os eventos encontram-se pormenorizados nas respetivas conclusões, em “Dois Congressos”, artigo da autoria de Augusto Vaz Pinto (1922 a), pp. 9-15), diretor da revista *Estudos* e registado algumas páginas à frente do editorial atrás referido.

para o dever de os estudantes católicos intervirem no campo social e político⁴⁵, e para a emergência de um corporativismo em devir, de contornos ainda pouco precisos e consubstanciado nos sindicatos católicos e nas obras sociais.⁴⁶

A afinação em termos conceptuais do modelo corporativo como dispositivo de reconstrução da sociedade, a adotar no “inevitável momento”, tem como balizas orientadoras as diretrizes eclesiais que apontam para o apostolado e promoção de obras sociais, como referente as corporações medievais, e pode ser descortinada ao longo da revista *Estudos*, que se assume como manual formador e informador dos estudantes católicos, divulgando os documentos da Igreja e registando as realizações e estudos promovidos pelo CADC.

Em julho de 1922, a pastoral sobre a Ação Católica da autoria do arcebispo de Génova, Cardeal Boggiani (pp. 84-87) e inserta no n.º 3 da revista *Estudos*, com o sugestivo título “Para meditar...”, tem o duplo objetivo de incentivar e orientar a ação dos católicos portugueses. O apelo do cardeal dirige-se aos membros da Ação Católica, em particular àqueles que exercem cargos políticos ou da administração pública, alertando-os de que deverão exercê-los sempre em conformidade com as máximas do Evangelho, tendo em vista “propagar a regeneração cristã da sociedade” e “restabelecer entre os homens o reino da justiça, da verdade e da caridade”.

E algum tempo depois da publicação deste documento, temos notícia de várias iniciativas tomadas pelo CADC, quer tendo como objeto a promoção de obras sociais e a divulgação da pastoral católica⁴⁷, quer sendo dirigidas ao estudo e à reflexão em torno do tipo de organização social a adotar na sociedade do futuro. Incidindo nesta temática encontramos alguns artigos, de que são exemplo “A reforma, a revolução e o

⁴⁵ O Congresso das Juventudes Católicas adota como suas as conclusões do Congresso do Centro Católico, no que respeita à formação política social dos seus elementos. Esta realidade, aliada ao editorial e às considerações feitas em torno do Congresso do Centro Católico, que vão no sentido da forte probabilidade de evolução deste para partido político, apontam inequivocamente para o dever de os estudantes católicos de Coimbra se prepararem para a governação.

⁴⁶ Refletindo acerca do destaque dado pelo Congresso Católico à propaganda das obras sociais, que na sua 4.ª conclusão reconheceu a necessidade “de promover e intensificar a formação de obras sociais católicas”, a revista *Estudos* tece, por intermédio do seu diretor, algumas considerações acerca do processo de efetivação daquelas. A este propósito, realça (Pinto, 1922 a), p. 11) que o Congresso se estaria provavelmente a referir aos sindicatos católicos, organização de cariz forte e homogêneo e que permitiria agrupar interesses.

⁴⁷ Caso da entrada em funcionamento do círculo académico feminino católico (n.º 14, julho/1923, pp. 225-237), da conferência proferida por Serras e Silva no CADC acerca do fundador das Conferências de S. Vicente de Paulo e intitulada “A mocidade de Ozanam” (n.º 19, novembro/1923, pp. 325-339) e do curso de apologética cristã a realizar no CADC pelo então lente da Faculdade de Letras de Coimbra Manuel Cerejeira e programado para o ano letivo de 1923/24 (n.º 19, novembro/1923, p. 376).

bolchevismo”, “Portugal no passado e no presente, males e remédios”, ou “As doutrinas do catolicismo social”. O primeiro, da autoria de José Augusto Vaz Pinto⁴⁸ (1922 b), e adaptado de uma conferência proferida no CADC, refere as corporações de artes e ofícios medievais, como reguladoras dos interesses de patrões e operários e em contraponto às conquistas do liberalismo revolucionário. O segundo⁴⁹ propõe (Souto, [1922]), uma “contrainternacional católica”, consubstanciada na promoção de sindicatos católicos, à semelhança do que acontecia na Bélgica e em alternativa à Confederação Geral do Trabalho (CGT) que, de acordo com o articulista, estaria a fazer sentir a sua ação na região de Coimbra.⁵⁰ O terceiro dos artigos citados regista a conferência integral⁵¹, proferida no CADC por Pequito Rebelo em novembro de 1922 e presidida por António de Oliveira Salazar. Nela, o autor (Rebelo, 1924, pp. 459-476) convoca a encíclica *Rerum Novarum* para defender um movimento de organização sindical e propor a síntese entre o catolicismo social e o nacionalismo católico, deixando ainda transparecer, nas ideias que defende, a contaminação pelo ideário dos regimes políticos de cariz nacionalista, designadamente a ditadura de Primo de Rivera e o corporativismo italiano de Mussolini.

O exemplar da revista *Estudos*, dedicado às comemorações das bodas de prata do CADC que ocorrem em 1926, é revelador não apenas do lugar já alcançado até à data pelos católicos no campo social e político⁵², por intermédio do CADC, como do incitamento à luta em prol da expansão do mesmo, feito em nome da Igreja e das tradições da associação coimbrã⁵³, nas vésperas do golpe militar de 28 de maio desse

⁴⁸ Presidente do CADC nos anos de 1922/1923 e 1923/1924 e diretor da revista *Estudos*.

⁴⁹ Artigo adaptado de duas conferências lidas em sessão de estudo no CADC em fevereiro de 1922.

⁵⁰ De acordo com o autor, os operários da região de Coimbra estariam a contribuir com mais de 30 contos mensais para a CGT, organização que classifica como “associação mais ou menos bolchevista”.

⁵¹ Publicada ao longo dos números 20 e 21 da revista *Estudos*, respetivamente de dezembro de 1923 (pp. 409-416) e de janeiro de 1924 (pp. 459-476).

⁵² Os depoimentos de Manuel Coelho da Silva (1926, pp. 647-649), bispo de Coimbra, e de António Antunes (1926, pp. 650-651), seu coadjutor, publicados no número comemorativo das bodas de prata do CADC, referem esta associação como “a primeira escola de apostolado leigo em Portugal”, alegando que “a transformação operada nas mais elevadas classes sociais, que são sempre as dirigentes”, se deve “em grande parte à ação decidida do CADC”.

⁵³ Manuel Vieira de Matos (1926, pp. 655-657), arcebispo primaz de Braga, refere, em depoimento transcrito no exemplar dedicado às bodas de prata do CADC, que se torna necessário cristianizar “todas as regiões do pensamento e ação social”, incitando as novas gerações com as palavras de “coragem e avante!”, para a realização do cumprimento das tradições do Centro. E no mesmo exemplar da revista, o arcebispo de Évora, Manuel Mendes Santos (1926, pp. 658-665), ensina que “ser católico não é abdicar, mas antes afirmar desassombradamente os seus direitos” e, lembrando os antigos rapazes do CADC que “levaram a todos os recantos do país uma conceção nova da vida”, alerta para que “como os antigos, os atuais sócios do CADC precisam estar alerta, firmes no seu posto, prontos a combater e a acudir à primeira voz”.

mesmo ano. Os artigos, da autoria de antigos membros do CADC ou de autoridades eclesiásticas como o Cardeal Patriarca ou os Bispos de Coimbra e de Évora, revivem a luta travada contra a laicização das leis e dos costumes e referem o centro académico desde a sua fundação, como catalisador da mesma, e, com este discurso, convocam novas energias para uma outra frente de combate que se perspetiva.

A oportunidade dos católicos se consubstanciarem como resultante das diferentes linhas de força, tendente ao comando de um novo governo da sociedade, surgirá com o golpe militar de 28 de maio de 1926. Em breve os católicos se encontrarão representados nos sucessivos governos da ditadura por alguns elementos do Centro Católico, entre os quais Oliveira Salazar que, em abril de 1928, ocupa a pasta das Finanças, não obstante o facto da organização católica se demarcar oficialmente de qualquer filiação política e de vir a sofrer uma completa neutralização neste campo, com a criação da União Nacional em julho de 1930.

Apesar do desmantelamento do peso político do Centro Católico, verificar-se-á entre as duas organizações, e segundo realça Braga da Cruz (1978, p. 378), uma continuidade orgânica que residirá não apenas na transferência de quadros, mas ainda na “conceção, estruturação e definição” da União Nacional, traduzida no estatuto transpartidário e na defesa da superação da representação partidária ao nível parlamentar, numa perspetiva nacionalista e interclassista. Esta natureza conceptual, traduzida na prática pela defesa e obrigação de propagandear alguns princípios, entre os quais se contam a necessidade de organização do Estado e da sociedade segundo o modelo corporativo, pode ser visualizada nos estatutos da organização promulgados em agosto de 1932 pelo Decreto n.º 21 608⁵⁴ e plasmar-se-á alguns meses após a promulgação dos mesmos, na Constituição Política de 1933. Com esta, será instituído de facto o regime político de superação da Ditadura Militar – o Estado Novo Corporativo.

⁵⁴ A defesa do ideal corporativo está contemplada no artigo 5.º dos estatutos da União Nacional e contempla alguns princípios. O Estado “é organicamente corporativo, coordenando e harmonizando os direitos e interesses de todos os elementos individuais e coletivos da Nação”. Cabe ainda ao Estado promover a organização da sociedade civil em corporações morais e económicas e desenvolver a economia nacional corporativa. Quanto às relações entre o capital e o trabalho, deverão “ser reguladas pela ação do Estado e das corporações”.

3. A organização corporativa

3.1. A Constituição de 1933 e o Estatuto do Trabalho Nacional

O Decreto nº 22 241 insere o projeto da nova Constituição, que entra em vigor a 11 de abril de 1933 e nele se define o estado português como (Art. 5.º) “uma república unitária e corporativa, baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da nação na vida administrativa e na feitura das leis”, garantias que seriam asseguradas por meio das corporações, a constituir.⁵⁵ Incumbia ao Estado (Art. 14.º) “reconhecer as corporações morais ou económicas e as associações ou organizações sindicais, e promover e auxiliar a sua formação”.

A conciliação entre as classes decorreria da aplicação dos princípios constitucionais corporativos, que instaurariam uma nova ordem económica e social promovida, coordenada e regulada pelo Estado. Um dos objetivos desta ação catalisadora e de supervisionamento, entrevista a um tempo no diploma como obrigação e direito do Estado, consistia em (Art. 31.º) “estabelecer o equilíbrio da população, das profissões, dos empregos, do capital e do trabalho”.

Alguns meses mais tarde, em setembro de 1933, os princípios corporativos preconizados na Constituição seriam desenvolvidos, a par da definição da estrutura da organização corporativa, pelo Estatuto do Trabalho Nacional (ETN)⁵⁶, constante do Decreto-Lei n.º 23 048. Como organismos primários da organização corporativa, o diploma contempla a criação de grémios – formados pelas entidades patronais –, e de sindicatos nacionais de empregados e operários. Algumas das competências destes organismos consistiam na tutela perante o Estado e demais organismos corporativos, dos interesses dos indivíduos que representavam, assim como no ajuste de contratos coletivos de trabalho e criação e organização de caixas e instituições de previdência.

⁵⁵ Segundo estabelecia o diploma (Art. 18.º), nas corporações deveriam estar representados todos os elementos da Nação, competindo-lhes tomar parte na eleição das câmaras municipais, dos conselhos de província e na constituição da Câmara Corporativa. Esta última funcionaria junto da Assembleia Nacional, sendo composta (Art. 102.º) “de representantes de autarquias locais e dos interesses sociais, considerados estes nos seus ramos fundamentais de ordem administrativa, moral, cultural e económica” e teria como atribuições (Art. 103.º), relatar e dar parecer por escrito, sobre todas as propostas ou projetos de lei que fossem presentes à Assembleia Nacional, antes de nesta ser iniciada a discussão.

⁵⁶ Como pontos prévios à definição da estrutura da organização corporativa e a título de fundamentação, o ETN realça alguns itens contemplados na Constituição, designadamente o facto de Portugal ser (Art. 3.º) “uma república unitária e corporativa” e de caber ao Estado (Art. 7.º) “o direito e a obrigação de coordenar e regular superiormente a vida económica e social”, com o fim de “promover a formação e o desenvolvimento da economia nacional corporativa”.

Grémios e Sindicatos Nacionais seriam agrupados em Federações e Uniões, que cumpririam o papel de elementos intermédios das corporações, a criar. Estas por sua vez realizariam a forma última da organização profissional, constituindo-se como (Art. 41.º) “organização unitária das forças de produção” e representando “integralmente os seus interesses”. Refira-se que ainda antes da entrada em vigor da Constituição Política de 1933 e da promulgação do ETN, tinham sido instituídos pelos ministérios do comércio, indústria e agricultura, alguns organismos de inspiração corporativa, destinados a reorganizar certos setores económicos do país e chamados de coordenação económica, de que é exemplo a Junta Nacional de Exportação de Frutas, criada em 1931 e considerada como (Mantero, 1936, p. 279) “quase precursora da organização corporativa”.

Algumas das disposições gerais constantes do ETN, em particular as respeitantes à regulamentação da ação de grémios e de sindicatos, seriam desenvolvidas no próprio dia da promulgação do estatuto, pelos Decretos-Leis nº 23 049 e n.º 23 050, respetivamente. Todavia, de entre o conjunto de decretos relativos à organização corporativa, publicados nesta data – 23 de setembro de 1933 –, não consta nenhum dedicado aos organismos ditos intermédios ou aos superiores, ou seja, às corporações. E este facto se numa primeira leitura parece lógico, uma vez que parece ser natural que a constituição dos organismos primários ocorra numa fase anterior à dos restantes, pode também apontar para uma certa indefinição na construção do edifício corporativo. A leitura de *Cadernos Corporativos*, publicação periódica quinzenal com início em 20 de janeiro de 1933, dá-nos conta dessa outra realidade.

O exemplar número um da revista, no artigo “A derrota do indivíduo e a vitória do produtor”, da autoria do respetivo diretor (Costa, 1933 a), pp. 4-9), realça as vantagens do corporativismo como alternativa política em prol duma nova ordem económica e social, visualizando-o como algo ainda em construção, não apenas no que concerne às realizações práticas, ou seja, no que toca à estrutura e abrangência dos organismos corporativos a criar, mas ainda em termos conceptuais.⁵⁷ E apesar de no artigo aqui referido se realçarem alguns dos pontos da *Carta del Lavoro* italiana, que

⁵⁷ A indefinição no conceito de corporativismo a adotar no país, transparece a título de exemplo, nas palavras seguintes: “Mas que vem a ser o regime corporativo, já hoje incorporado no texto da Constituição que dentro em pouco será submetida ao plebiscito? Poucos o sabem, embora muitos dele falem. Sabemo-lo nós, porventura? Seremos nós porventura os depositários da verdade corporativa? Não. [...] Talvez que, por aproximações sucessivas, servindo-nos da contribuição de todos, possamos um dia tocar a verdade, converter em realidade sólida o que hoje existe apenas no estado de aspiração vaga”.

deste modo surge apresentada como um referencial do corporativismo português, existe uma indeterminação nas coordenadas dos vetores diretores deste último, pressentida como “um estado de aspiração vaga”, facto que, para além de evidenciar uma multiplicidade de possíveis *nuances* futuras, denota ainda um desejo de distanciação entre os regimes corporativos dos dois países. O artigo termina com a forma de um manifesto, no qual se revelam os objetivos da revista – contribuir para afinar o conceito de corporativismo português, instituindo-o como regime de verdade, através do estudo, da doutrinação e da observação e análise dos seus resultados práticos, com o concurso da sociedade civil consubstanciada no grupo responsável pelos *Cadernos Corporativos*.

A revista, referida pelo seu diretor, Augusto da Costa (1933 b), p. 132), como a primeira publicação da especialidade em Portugal e a (1933 c), p. 198) única dedicada aos estudos corporativos, permite tirar, pela leitura dos seus artigos e pelo peso dos colaboradores da mesma⁵⁸, algumas conclusões. Estas vão não apenas no sentido de existir à época uma evidente indefinição no conceito de corporativismo⁵⁹, que se queria “à portuguesa”, como ainda da subsequente afirmação de um distanciamento, face ao modelo italiano.⁶⁰ E teria sido esta realidade a impor a publicação da revista, aliando o desejo de construção do estado corporativo à clarificação do conceito. De tudo o que foi dito, parece podermos ainda concluir que não poderia estar feita, nem sequer encetada a criação de uma mentalidade corporativa entre as massas, como o reclamavam alguns corporativistas, entre os quais Augusto da Costa (1933 c), p. 195), para quem a mesma

⁵⁸ Entre estes encontram-se corporativistas de peso como Marcelo Caetano e Pedro Teotónio Pereira, primeiro Subsecretário das Corporações e que teria sido, de acordo com Manuel Lucena (1976, p. 179), o artesão do ETN. O próprio diretor da revista, Augusto da Costa, viria a ser um dirigente da organização corporativa, ocupando o cargo de diretor de serviços do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), organismo que fazia parte da organização corporativa.

⁵⁹ A indefinição implícita que se pressente na reclamação de Augusto da Costa (1933 c), p. 201), em torno da criação de um Centro de Estudos Corporativos em Portugal, para que seja possível o estudo, a divulgação e a propaganda das doutrinas corporativas, encontra-se patente ao longo da revista, ressaltando de imediato no título de alguns artigos. Um deles, “Corporações no Estado ou Corporações do Estado?”, da autoria de Marcelo Caetano (1933, pp.151-155), interroga a forma que deve revestir o corporativismo português.

⁶⁰ Os *Cadernos Corporativos*, enquanto revista da especialidade, apontam o carácter nacional do corporativismo português, reclamando não terem sido (Lordello, 1933, p. 225) “os métodos fascistas a inspirar as nossas ideias”. Estas ter-se-iam desenvolvido em Portugal ainda antes do advento do fascismo, sendo fruto (Lordello, 1933, p. 225) “da ação intemerata e altamente patriótica de um grupo de esforçados nacionalistas”. Muito embora afirme um distanciamento do corporativismo nacional face ao modelo italiano, o título não deixa de referir que este de certo modo lhe serviu de guia, sendo (Lordello, 1933, p. 225) “difícil precisar a que ponto podem ter influído as novas regras do direito público e privado italiano nas reformas que estão em curso”. O desejo manifestado por Augusto da Costa, no sentido da criação de um Centro de Estudos Corporativos, aponta também para um corporativismo em construção, que iria sendo moldado e definido pelo estudo e pela reflexão em torno das realizações corporativas produzidas pelo regime português.

existiria, entre a grande maioria dos apoiantes do Estado Novo, apenas “no estado de nebulosa”.

A afirmação do desejo de distanciamento do modelo italiano, proferida por alguns corporativistas e registada em *Cadernos Corporativos*, assim como a evidência de interrogações várias no tocante ao conceito a adotar em termos definitivos para o corporativismo português, não teriam sido alheias à situação de conflitualidade imposta pelos representantes do regime italiano à Igreja, via Ação Católica. Isto, muito embora o regime fascista tivesse contribuído numa primeira fase para a pacificação entre as relações Igreja/Estado, que se tinham vindo a deteriorar desde 1870 com o avanço do liberalismo, apaziguamento que viria a culminar com o Tratado de Latrão, firmado em 1929 entre Pio XI e Mussolini.

A carta encíclica dirigida em junho de 1931 pelo Papa Pio XI aos bispos italianos e que a revista *Estudos* transcreve nos dois primeiros exemplares do ano seguinte, atribuindo-lhe importância de primeira página, dá-nos conta desta nova crispação entre os poderes espiritual e temporal, representado este último pelo regime fascista. O documento vem produzir uma nova leitura da encíclica *Quadragesimo Anno*, publicada no mês anterior, e na qual o Papa (Pio XI, [1931 a]), pp. 127-198), muito embora tivesse realçado as virtualidades do corporativismo como contraponto às restantes formas de governo, já alertara para os perigos da atribuição de poderes excessivos ao Estado e da consequente deriva em prol de interesses políticos particulares, manifestando portanto implicitamente, o receio da Igreja perante o modelo corporativista italiano.

Na carta aos bispos de Itália, Pio XI ([1931 b]), pp. 537-572) será obrigado a clarificar a sua posição perante a hierarquia da Igreja, face ao regime político vigente, isto é, ao corporativismo fascista. No documento o Papa refere-se explicitamente ao aproveitamento político de um partido e de um regime que, após ter obtido dividendos das relações amigáveis com a Santa Sé, tentava esvaziar de novo a influência da Igreja na sociedade, com o recurso a métodos que visavam o desmantelamento da Ação Católica – dissolução das Associações de Juventude e das Associações de Universitários dela dependentes, acusadas de atividade política de sentido contrário aos interesses do partido fascista. Com esta atitude, a educação da mocidade passaria a ser competência exclusiva do Estado, realidade que segundo Pio XI, tornava a conceção fascista inconciliável com a doutrina católica. Para o Papa ([1931 b]), p. 563) “uma conceção

que faz pertencer ao Estado as gerações novas inteiramente e sem exceção [...] não é conciliável para um católico com a doutrina católica”.

E assim, é presumível que, de acordo com as conclusões e orientações da Igreja plasmadas nas duas encíclicas, se pretendesse para o caso português um corporativismo que, muito embora influenciado e guiado pelo caso concreto italiano no respeitante às linhas gerais da organização corporativa, fosse moldado pelos valores cristãos, não conflituando com a Igreja e adquirindo um formato tipicamente nacional.

3.2. O INTP e os organismos corporativos

Tal como acima foi referido, no mesmo dia da promulgação do ETN foram publicados mais alguns diplomas relativos à organização corporativa. Os respeitantes à regulamentação da ação dos organismos corporativos primários previstos no ETN, o relativo à criação do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), e o referente às Casas Económicas.⁶¹

Os grémios, regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 23 049, constituíam a forma de organização das entidades patronais, representadas de acordo com o ramo de comércio, indústria ou agricultura, quer estivessem ou não neles inscritas. A criação destes organismos cabia ao Estado, através dos ministérios com competência para (Art. 5.º) “coordenar superiormente as forças económicas nacionais”, ficando aqueles subordinados à orientação técnica e económica destes, assim como à respetiva fiscalização.

Enquanto organismos corporativos, atribuíam-se aos grémios deveres de conciliação social e, assim sendo, determinava-se que deveriam não apenas (Art. 3.º) “subordinar os respetivos interesses aos interesses da economia nacional, em colaboração com o Estado e com os órgãos superiores da produção e do trabalho”, mas ainda repudiar de forma simultânea “a luta de classes e o predomínio das plutocracias”. O envolvimento e a consequente responsabilização dos grémios no concernente à tentativa de concertação social e de prevenção de conflitos sociais, pode ser entrevisto

⁶¹ O Decreto-Lei n.º 23 052 dava autorização ao Governo para promover a construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos corporativos. De acordo com a legislação, as mesmas seriam distribuídas dentro das preferências manifestadas, pelos (Art. 2.º) “chefes de família, empregados, operários ou outros assalariados, membros dos sindicatos nacionais, funcionários públicos, civis e militares e operários dos quadros permanentes de serviços do Estado e das câmaras municipais”, contra o pagamento de determinado número de quantias mensais. A construção das casas económicas estava sob a alçada do Ministério das Obras Públicas, enquanto a respetiva distribuição cabia ao Subsecretariado das Corporações e Previdência Social.

no decreto, pela atribuição de competências no ajuste de contratos coletivos de trabalho com os sindicatos nacionais e pelo conjunto de algumas das obrigações imputadas a estes organismos, designadamente a de colaborar com os sindicatos nacionais na fundação de instituições sindicais de previdência⁶² e de dar parecer, quando solicitado, aos órgãos corporativos de grau superior e ao Estado, sobre a higiene e segurança dos locais de trabalho e sobre a situação do respetivo pessoal, referindo o modo de melhorar as suas condições económicas e sociais. Observando este último dever parece poder concluir-se, que a ação conciliadora atribuída aos grémios e relativa ao binómio capital/trabalho, dependeria em certa medida dos organismos corporativos de grau superior, ficando portanto a mesma comprometida com incompletude da organização corporativa.

Os sindicatos nacionais, regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 23 050, eram constituídos por trabalhadores por conta de outrem⁶³ ou por indivíduos que exerciam profissões livres⁶⁴ e tinham como objetivo (Artigo 1.º) “o estudo e a defesa dos interesses profissionais nos seus aspetos moral, económico e social”. Para o caso das freguesias rurais, estabelecia-se a permissão de se constituírem Casas do Povo, como forma de organização profissional não diferenciada.

Tal como acontecia com os grémios, também aos sindicatos se imputavam deveres, como forma de prevenção de possíveis conflitualidades de índole laboral e social. E assim, de acordo com o diploma, deviam os sindicatos nacionais (Art. 9.º) “subordinar os respetivos interesses aos interesses da economia nacional, em colaboração com o Estado e com os órgãos superiores da produção e do trabalho”, determinação em tudo semelhante à que acima foi transcrita para o caso dos grémios e que englobava de igual modo a obrigação de (Art. 15.º) “repúdio da luta de classes”.⁶⁵

⁶² De acordo com o diploma, as instituições de previdência a criar destinavam-se a proteger os trabalhadores em caso de doença, de invalidez e de desemprego involuntário, garantindo ainda pensões de reforma.

⁶³ Os sindicatos nacionais (Decreto-Lei n.º 23 050, Artigo 1.º) organizavam-se por profissões e por distrito, representando regra geral mais de 100 indivíduos. No caso de não ser possível verificar-se a constituição de um sindicato na sede de um distrito, devido à inexistência de um número suficiente de indivíduos a exercerem a mesma profissão, estabelecia a legislação que poderiam englobar-se várias profissões num mesmo sindicato. Este deveria ser o que maior correlação com elas tivesse.

⁶⁴ De acordo com a legislação (Decreto-Lei n.º 23 050, Art. 3.º), os sindicatos nacionais dos advogados, dos médicos e dos engenheiros poderiam adotar a designação de “Ordens”.

⁶⁵ As determinações legislativas impostas a grémios e sindicatos no tocante à concertação social e ao repúdio da luta de classes, encontravam-se em consonância com as determinações constantes do ETN. De acordo com as mesmas (Decreto-Lei n.º 23 048, Art. 7.º), cabia ao Estado o direito e o dever de superintender à coordenação e regulação da vida económica e social, a fim de promover o desenvolvimento da economia nacional corporativa num espírito de cooperação social. E assim, previa-se

No entanto, no caso dos sindicatos nacionais, tanto este último dever como a sua quebra se revestiam de formas mais rígidas e de implicações mais gravosas, omissas na legislação relativa aos grémios. E assim, não só se exigia que dos estatutos dos sindicatos nacionais constasse de forma explícita o dever constante do Artigo 15.º e acima referido⁶⁶, como se previa (Art. 20.º) a respetiva dissolução, no caso de se verificar quer um desvio dos fins para os quais haviam sido criados, quer uma forma de agir contrária ao que havia sido estipulado nos referidos estatutos.

Entre as competências dos sindicatos nacionais contava-se a elaboração de contratos coletivos de trabalho, a ajustar com os grémios. Dos seus deveres constava a criação de instituições sindicais de previdência, a organização de agências para a colocação de profissionais da respetiva especialidade e a criação e manutenção de escolas profissionais. À semelhança dos grémios, competia ainda aos sindicatos nacionais emitir pareceres, quando solicitados pelos organismos corporativos superiores ou pelo Estado, relativos à higiene e segurança dos locais de trabalho, das condições económicas e sociais dos seus associados e das condições da profissão que representavam, de modo a colmatar as deficiências registadas e a promover o respetivo aperfeiçoamento. E mais uma vez estes pareceres, centrados na melhoria das condições socioeconómicas e profissionais dos trabalhadores, sendo elaborados em função de solicitações dos organismos corporativos superiores, parecem comprometidos pela incompletude da organização corporativa.

A inscrição nos sindicatos nacionais não era obrigatória, mas vinculava de igual modo inscritos e não inscritos às determinações constantes dos contratos de trabalho ou aos regulamentos elaborados por estes organismos, depois de sancionados superiormente. Todavia, os não inscritos não podiam usufruir dos direitos conferidos pelas instituições de previdência dos sindicatos nacionais. E este facto teria certamente condicionado a livre decisão de inscrição.

De acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 23 050 (Art. 24.º), deveriam as organizações profissionais existentes à data, organizar os respetivos estatutos até final do ano de 1933, de acordo com a nova legislação, sob pena de dissolução. O trabalho

(Decreto-Lei n.º 23 048, Art. 9.º) a punição de empresas, técnicos, empregados ou operários que suspendessem ou perturbassem as atividades económicas.

⁶⁶ A responsabilização e implicação dos sindicatos nacionais em torno da problemática do alcance da paz social incluía, para além do repúdio da luta de classes, o reconhecimento de que estes organismos se constituíam como fatores de (Decreto-Lei n.º 23 050, Art. 15.º) “cooperação ativa com todos os outros fatores da economia nacional”, afirmação que devia constar também dos referidos estatutos.

passava a estar organizado corporativamente e esta realidade, se permitia acalentar esperanças de ganhos sociais consubstanciados designadamente, nos itens legislativos relativos à previdência social e aos contratos coletivos de trabalho, ficava comprometida não só pela incompletude da organização corporativa como acima foi referido, como ainda pela domesticação dos indivíduos imposta pelo repúdio da luta de classes.⁶⁷

Para as zonas rurais e no caso do trabalho indiferenciado, estavam previstas as Casas do Povo, regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 23 051. Estas, consideradas como (Artigo 1.º) “organismos de cooperação social”, poderiam ser criadas em todas as freguesias rurais, quer por iniciativa das respetivas juntas de freguesia ou de qualquer autoridade administrativa a cuja jurisdição estivessem submetidas, quer por particulares de reconhecida idoneidade, interessados na respetiva criação. Atribuía-se ainda competências para a criação destes organismos ao Subsecretariado das Corporações e Previdência Social, nos casos das freguesias rurais em que se verificasse urgência na tomada de medidas de previdência social.

Para além de visarem fins de previdência e assistência aos sócios, as Casas do Povo tinham ainda atribuições no que competia à instrução e aos progressos locais, cabendo-lhes designadamente proporcionar (Art. 4.º) “ensino aos adultos e às crianças, desportos, diversões e cinema educativo” e cooperar nas obras de utilidade comum, nas comunicações, no serviço de águas e na higiene pública. À semelhança do que acontecia no caso dos sindicatos nacionais, também, ao procurar enquadrar-se o meio rural no regime corporativo, se previam sanções pesadas para as Casas do Povo, caso estas se desviassem dos fins para os quais haviam sido criadas, não se permitindo quer a criação de quaisquer outros organismos de tipo análogo, quer a permanência em vigor de instituições que visassem fins sociais idênticos.⁶⁸ E assim sendo, não só se determinava estarem estes organismos impedidos de (Art. 4.º) “qualquer espécie de atividade política ou social contrária aos interesses da Nação e à Constituição do Estado”, como se atribuía ao Estado funções de vigilância no tocante ao funcionamento das Casas do

⁶⁷ Refira-se a este propósito, que Manuel Lucena (1976, p. 126) define o corporativismo como um regime que, à partida, impede ou disciplina institucionalmente a luta de classes, instaurando em seu lugar uma colaboração institucional mais ou menos tensa.

⁶⁸ De acordo com o Artigo 30.º do Decreto n.º 23 051, os organismos existentes à data da respetiva publicação e denominados de Casas do Povo, deveriam ser dissolvidos até ao final do ano de 1933. Daí por diante só deveriam manter esta designação e ter existência legal os que fossem criados em conformidade com as disposições do referido decreto.

Povo, podendo aquele suspender as suas atividades ou mesmo dissolvê-las, caso a ação das mesmas fosse (Art. 27.º) “prejudicial aos interesses da ordem política e social”.

O INTP era um organismo integrado no Subsecretariado das Corporações e Previdência Social, criado pelo Decreto-Lei n.º 23 053. Dele dependiam em alguns aspetos os grémios, os sindicatos nacionais e as Casas do Povo.⁶⁹ De acordo com o diploma acima referido, o INTP realizaria a integração dos indivíduos na organização corporativa, em conformidade com o disposto no ETN (Art. 2.º), através das atribuições que lhe eram conferidas e que visavam assegurar o cumprimento das leis de carácter social, designadamente as de proteção ao trabalho. E assim sendo, faziam parte integrante da Secretaria-geral do INTP as repartições do Trabalho e das Corporações, das Casas Económicas e da Previdência Social, prevendo também o diploma a existência de tribunais de trabalho.⁷⁰

O estudo dos problemas do trabalho e previdência, bem como a orientação e a propaganda da organização corporativa cabiam aos serviços de ação social do INTP, a cargo de seis assistentes. A ação fiscalizadora era atribuída em cada distrito do continente e ilhas adjacentes, aos delegados do INTP. Estes deveriam prestar assistência aos organismos corporativos, propagandear os princípios da nova ordem social e zelar pela proteção aos trabalhadores, para o que deveriam fazer inquirições acerca da segurança dos locais de trabalho, do regime dos salários, da observância das leis sobre trabalho das mulheres e dos menores, do horário de trabalho e de tudo o que dissesse respeito (Art. 9.º) “ao bem-estar, higiene e dignidade das famílias operárias”.

Pelas atribuições de estudo dos problemas do trabalho e pelas funções de superintendência e fiscalização dos organismos corporativos primários no tocante ao cumprimento da legislação social, parece poder concluir-se, numa primeira leitura, que, tanto o INTP como os seus assistentes e delegados fossem entrevistados como defensores da classe trabalhadora e olhados com alguma desconfiança e incómodo por parte do

⁶⁹ Os grémios estavam sob a alçada dos respetivos ministérios no que se referia aos aspetos técnicos e económicos, mas dependiam diretamente do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social e estavam sujeitos à fiscalização regular do INTP em tudo o que se relacionava com a ação social, disciplina do trabalho, salários e comparticipação para os organismos de previdência (Decreto-Lei n.º 23 049, Art. 5.º). Os sindicatos nacionais dependiam diretamente do INTP, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 23 050 (Art. 8.º). Quanto às Casas do Povo, encontravam-se sujeitas à fiscalização regular do INTP, quer no respeitante à atividade económica e social, quer no concernente à administração dos respetivos fundos (Decreto-Lei n.º 23 051, Art. 29.º).

⁷⁰ Estes, que deveriam existir em todos os distritos do continente e no Funchal, dependiam administrativamente do INTP, estipulando a legislação que deveriam (Art. 4.º) “integrar-se nos princípios dominantes da sua ação social”.

patronato ainda não rendido à filosofia corporativa, funcionando no primeiro caso como agentes corporatizadores.

A representação acima pressentida torna-se clara no discurso de Salazar, proferido aos delegados do INTP em 20 de dezembro de 1933, pouco tempo antes de assumirem os seus cargos. De acordo com o Presidente do Conselho (Salazar, 1933 a), p. 1-2), cabia aos delegados a tríplice função de propaganda, de patronato e de organização. E assim, não só deviam fazer “propaganda intensa, constante dos factos e das ideias” da doutrina já feita e a criar, como eram “defensores natos dos que trabalham”, contribuindo para a organização corporativa, ao levar os interessados a servir-se dela e a assimilar os seus princípios.

A evolução da doutrina corporativa bem como as suas realizações, com especial destaque para as questões de cariz social, encontram-se registadas no *Boletim do INTP*, revista quinzenal publicada entre 1933 e 1974, cujo primeiro número data de 30 de novembro de 1933. O título, que contempla uma secção própria destinada a cada uma das repartições do INTP, não só compila toda a legislação corporativa de proteção ao trabalho e de carácter social, como regista a orientação e o avanço da organização corporativa, nos discursos dos responsáveis e nas realizações de ordem prática.

3.3. O desenvolvimento e o declínio da organização corporativa

A organização da sociedade em moldes corporativos foi-se realizando a partir da promulgação do ETN com a constituição dos organismos corporativos primários e secundários previstos no diploma e acima referidos – sindicatos nacionais, grémios, federações, uniões, casas do povo – acrescidos das casas dos pescadores, criadas em 1937.⁷¹ Em setembro de 1940, por ocasião das comemorações do 7.º aniversário do ETN, o discurso do Subsecretário de Estado das Corporações, à época Joaquim Trigo de Negreiros (1940, pp. 408-410), assinalava o sucesso do regime corporativo, registado na

⁷¹ Previstas pela Lei n.º 1953, de 11 de março, poderiam ser instituídas em todos os centros de pesca. Estes organismos de cooperação social visavam de acordo com a Base II deste diploma, a representação profissional dos associados e, à semelhança das casas do povo, tinham também fins de educação, instrução e assistência. Competia-lhes ministrar ensino elementar a adultos e crianças, fornecer elementos de instrução profissional e promover os desportos, as diversões e o cinema educativo. No que concerne à assistência deviam prover à concessão de subsídios ou pensões e à fundação de obras de proteção e auxílio, nomeadamente nas situações de parto, doença, velhice, morte, perda de embarcações, etc. Regulamentadas alguns meses mais tarde pelo Decreto n.º 27 978, de 20 de agosto, ficavam os fins de educação, instrução e assistência confinados na sua abrangência, às possibilidades de cada um destes organismos.

constituição de centenas de organismos corporativos⁷² e na substituição da luta de classes pela harmonia dos interesses sociais e económicos.

No entanto e apesar das vantagens atribuídas à organização corporativa pelo Subsecretário, tanto a implementação como o desenvolvimento da mesma teriam sido acolhidos e efetivados quer com algum desinteresse, quer de forma não totalmente pacífica, contrariamente ao que seria de esperar por parte de quem supostamente iria beneficiar com as realizações dela decorrentes – o capital e o trabalho. Assim, e muito embora o ETN pudesse, pelas promessas de regalias sociais que inseria, ser apelidado de “carta de alforria” dos trabalhadores⁷³, ter-se-iam registado alguns incidentes nos dias 17 e 18 de janeiro de 1934, na altura da constituição dos primeiros sindicatos nacionais.⁷⁴

De acordo com a nota informativa enviada pelo gabinete do subsecretário de estado das corporações à imprensa e ao *Boletim do INTP*, algumas associações de classe haviam oposto resistência à legislação corporativa, que obrigava à reformulação de estatutos até ao final do ano de 1933⁷⁵, tendo aprovado uma moção de protesto à organização corporativa do trabalho, consubstanciada no repúdio à reconversão das associações de classe em sindicatos nacionais.⁷⁶ Aos diversos considerandos da moção, centrados na argumentação de que o regime corporativo estadonovista teria como objetivo a domesticação e o aniquilamento do movimento operário pela imposição do desaparecimento da luta de classes, contrapunha o gabinete do subsecretário o facto de

⁷² Até à data estariam já organizados 354 sindicatos nacionais, 356 casas do povo e 16 casas dos pescadores e no que respeita às organizações patronais, 149 grémios do comércio e indústria constituídos por iniciativa particular e 76 grémios da lavoura. Previa-se ainda para esse ano, a criação de 100 novos grémios.

⁷³ Epíteto conferido ao ETN pelos representantes dos sindicatos nacionais dos tanoeiros e ofícios correlativos e dos moços de armazéns de vinhos e correlativos do distrito de Lisboa, na mensagem de agradecimento enviada ao Subsecretário de Estado das Corporações, por ocasião do aniversário da assinatura do seu contrato coletivo de trabalho (*Boletim do INTP*, n.º 21, 30/9/35, p. 448-449).

⁷⁴ O protesto era fruto da reação anarco-sindicalista (Rosas, 1990, pp. 30-31) coadjuvada por alguns militantes comunistas, ao regime político instituído com a Constituição de 1933 e às suas instituições corporativas, e estaria preparado para culminar com greve geral a que se seguiria uma revolta militar que derrubaria o regime. Detidos os principais organizadores, o movimento fracassara.

⁷⁵ De acordo com o Decreto-Lei n.º 23050 datado de 23 de setembro de 1933 e relativo aos sindicatos nacionais, deveriam as associações profissionais de empregados e de operários ou trabalhadores existentes à data, organizar novos estatutos em conformidade com a nova legislação e submetê-los à aprovação do Subsecretariado das Corporações até ao final do ano. De acordo com o diploma (Art. 24.º) as associações seriam dissolvidas, caso estas determinações não fossem cumpridas ou os estatutos não fossem aprovados.

⁷⁶ De acordo com a nota do Gabinete do Subsecretário de Estado das Corporações, publicada no *Boletim do INTP* (n.º 5, 30/1/34, pp. 16-19), a moção de protesto alegava que a constituição de sindicatos nacionais visaria reforçar a ação violenta do patronato e do estado contra o proletariado, aniquilando por completo a organização dos trabalhadores.

os novos organismos representarem, relativamente às extintas associações de classe, “um aperfeiçoamento e uma valorização incontestáveis”. E esta opinião fundamentava-se nas competências atribuídas aos novos organismos, associadas a um conjunto de regalias no campo socioeconómico – representação e tutela perante o Estado e a organização corporativa dos interesses dos trabalhadores, ajuste de contratos coletivos de trabalho, organização do serviço de colocação de desempregados, obrigação de zelar pelas leis de proteção ao trabalho, de cooperar com os organismos corporativos patronais na fundação de instituições de previdência destinadas à proteção do trabalhador, de facultar aos associados a aquisição de casas económicas e de criar e manter escolas profissionais. Segundo a nota do gabinete do subsecretário de estado das corporações, os organismos que a legislação agora diluía na organização corporativa emergente teriam atuado em sentido contrário a este, ao tempo da respetiva vigência, sendo despidos de qualquer sentido social. A maioria vivendo em apatia completa, abandonados pela “massa ignorante e passiva” e evitados e ignorados pelo patronato e pelo estado, alguns ter-se-iam dedicado a “manejos subversivos”, alheando-se por completo aos interesses da profissão.⁷⁷

A partir destes considerandos, parece pois poder-se concluir que a legislação corporativa teria uma dupla função, no que concerne aos sindicatos nacionais – neutralizar os focos de resistência presentes nas antigas associações profissionais e garantir a consolidação da paz social e do apoio ao regime, por meio da promessa de um leque de regalias sociais.

Um mês após os incidentes de janeiro, o Subsecretário de Estado das Corporações Teotónio Pereira (1934, pp. 1-5), realçaria ter-se já iniciado a primeira fase da organização do trabalho “sobre os escombros das antigas associações de classe, de índole marxista” e refletiria acerca da organização corporativa, desta vez no tocante às entidades patronais e sua função.⁷⁸ E também aqui se pressente a ocorrência de resistências, se bem que desta vez, de carácter predominantemente passivo, adivinhando-se que teria agora chegado o momento da edificação da máquina corporativa para os organismos patronais.

⁷⁷ A nota refere que contrariamente ao que se propunha na nova legislação corporativa para os sindicatos nacionais, nunca as antigas associações profissionais teriam criado serviços de colocação de desempregados, escolas de aperfeiçoamento ou instituições de previdência.

⁷⁸ Conferência realizada a 17 de janeiro de 1934, intitulada “As entidades patronais na organização corporativa” e última de uma série promovida pelo Subsecretariado de Estado das Corporações, que fora iniciada a 13 de janeiro desse mesmo ano, pelo Presidente do Conselho.

Se os grêmios até então criados eram de caráter obrigatório e de iniciativa governamental, anunciava-se agora a organização das entidades patronais em moldes facultativos, em conformidade com o ETN e recordava-se o patronato de que as respetivas associações de classe tinham beneficiado de um regime transitório, contrariamente ao que acontecera no caso das associações de classe profissionais, obrigadas a reconverter-se de imediato e de acordo com o padrão corporativo⁷⁹, em sindicatos nacionais. Para tal, realçava Teotónio Pereira (1934, p. 3) que “o capital sabe em que lei deve viver e quais são as garantias que lhe dá um estado forte e consciente da sua missão”, apelando assim à união do patronato em torno do ideal corporativo.

Estas advertências, aliadas ao facto de se ter relegado para uma segunda fase da organização corporativa o enquadramento geral das entidades patronais⁸⁰, deixam entrever por parte destas a indiferença e até mesmo uma certa relutância, em torno do que se estabelecia serem alguns dos seus deveres e permitem ainda adivinhar que por meio da invocação destes últimos e dos benefícios trazidos pela organização corporativa, o Subsecretário pretendia a compreensão e a aliança tanto das classes profissionais já enquadradas como do patronato, no sentido de erguer o edifício corporativo.⁸¹

De acordo com as declarações prestadas pelo Presidente do Conselho ao *Diário de Notícias*, a 14 de agosto, e em consonância com a opinião do Subsecretário acima descrita, havia que reeducar capital e trabalho no sentido corporativo. Assim, (Salazar,

⁷⁹ Se para as associações profissionais o Decreto-Lei n.º 23 050 (Art. 24.º) exigia a reformulação e requerimento de aprovação de estatutos até final de 1933, tal não acontecia para o caso das associações patronais, referindo o Decreto-Lei n.º 23 049 (Art. 10.º), que as mesmas poderiam ainda que transitoriamente continuar a reger-se pelos respetivos estatutos.

⁸⁰ Pedro Teotónio Pereira referirá a este propósito que, quer os grêmios entretanto já criados por iniciativa estatal, quer os organismos de coordenação económica, aliados à pressão dos sindicatos nacionais, seriam estímulos que imporiam às entidades patronais o espírito de disciplina e colaboração que, segundo afirma, haviam até então recusado.

⁸¹ Após realçar a premência para o trabalhador, de um salário suficiente e de um horário equilibrado e de deixar no ar a ameaça de que aos mesmos poderiam vir a ser fixados limites por via legislativa – mínimos no caso dos salários e máximos para o horário de trabalho –, o Subsecretário remete a resolução da questão para a organização corporativa. E assim, estes itens seriam contemplados no acordo ou contrato coletivo de trabalho, a firmar entre os sindicatos nacionais e os organismos patronais e resultariam “das necessidades normais da produção, das empresas e dos trabalhadores e também do rendimento do próprio trabalho”. Parece ser clara a opinião de Pedro Teotónio Pereira acerca da posição do capital face a este assunto e por consequência, face à legislação corporativa: “também não tenho dúvida de que, de entre as entidades patronais, muitas haverá que considerarão isto um tanto chegado ao bolchevismo”. E o Subsecretário faz de novo referência à atitude conservadora do capital perante a legislação corporativa quando, ao aludir aos deveres relativos à criação de instituições de previdência em cooperação com os sindicatos nacionais, relembra, em tom irónico, as vantagens introduzidas pelo novo regime: “é também possível que muitos patrões achem isto perigoso e tenham saudades das associações de classe com a sua caixa de greves e o seu fundo de resistência social...”.

1934 a), pp. 3-4) se no primeiro caso se mostrava necessária uma influência impulsionadora que esbatesse a indiferença e a reação ao modelo corporativo, geradoras de desconfianças relativamente aos sindicatos nacionais e consubstanciadas no facto de não terem as associações patronais apresentado até à data “um só trabalho visando à sua integração na organização corporativa”, no segundo caso era preciso precaver que se desenvolvesse nos sindicatos “a política de luta de classes e de reivindicações impacientes”, decorrentes da impaciência gerada pela expectativa produzida na classe trabalhadora, pela legislação corporativa. Os casos de manifesta falta de educação corporativa, que envolviam a falta de cumprimento dos contratos coletivos de trabalho ou o recurso ao *lock-out* e à greve e violavam os artigos 11.º, 33.º e 34.º do ETN⁸², tinham já sido prevenidos por meio do Decreto-Lei n.º 23 870 de 18 de maio, que impunha penas severas aos prevaricadores e estabelecia o recurso aos tribunais de trabalho, quando se registassem controvérsias entre patrões e operários, acerca da interpretação e aplicação dos contratos coletivos de trabalho.

Para acelerar a organização da sociedade em termos económicos e sociais, havia que prover ao estudo das questões corporativas e ao desenvolvimento do “espírito corporativo” manifestamente em falta, em ordem à criação do sujeito corporatizado e assim, algumas estruturas de apoio foram sendo previstas e construídas a partir de 1934. Em agosto desse ano, surgem o Conselho Corporativo e o Centro de Estudos Corporativos da União Nacional. O primeiro, criado pelo Decreto-Lei n.º 24 362, tinha como incumbência (Art. 1.º) “estudar a orientação a seguir na resolução dos grandes problemas da reforma do Estado” decorrentes da organização corporativa e visava a orientação superior da mesma.⁸³ A primeira reunião do Conselho Corporativo realizar-se-ia no dia 24 de agosto, tendo como objeto a apreciação das bases para a constituição

⁸² De acordo com o estabelecido no Art. 11.º do ETN, à propriedade, ao capital e ao trabalho era atribuída “uma função social, em regime de cooperação económica e solidariedade”. Os contratos coletivos de trabalho continham (Art. 34.º) “normas relativas ao horário e disciplina do trabalho, salários ou ordenados, sanções por infração dos regulamentos, faltas regulamentares, descanso semanal, férias, condições de suspensão ou perda de emprego, período de garantia deste no caso de doença, licença para serviço militar, tempo de aprendizagem ou de estágio para o pessoal entrado de novo e cotas de comparticipação das entidades patronais e dos empregados ou assalariados nas organizações sindicais de previdência” e impunham obrigações (Art. 33.º) a patrões e trabalhadores da mesma indústria, comércio ou profissão, quer estivessem ou não inscritos nos grémios e sindicatos nacionais respetivos.

⁸³ O Conselho Corporativo era constituído (Art. 2.º) pelo Presidente do Conselho de Ministros – que presidia –, pelos ministros da Justiça, Obras Públicas e Comunicações, Comércio e Indústria, Agricultura e ainda pelo Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social e por dois professores das Universidades de Lisboa e Coimbra que tivessem experiência na regência do curso de direito corporativo, entretanto criado. Poderia ainda tomar parte do Conselho Corporativo qualquer outro ministro, caso estivesse em discussão qualquer assunto relacionado com o respetivo ministério.

da Câmara Corporativa apresentadas por Salazar, que foram aprovadas. No entanto, se a entrada em funcionamento da Câmara Corporativa evidenciava uma aceleração na corporativização, deixava também claro que o processo adotado, apesar de contemplado na Constituição⁸⁴, estava de certo modo subvertido por não estar ainda completa a organização corporativa. Em entrevista ao jornal *O Século*, em 19 de novembro, Salazar (1934 b), p. 3) referirá que a Câmara irá funcionar em secções especializadas, que procurarão “resumir os futuros quadros superiores das corporações”, apresentando-se como “expressão abreviada” destas últimas.⁸⁵

O Centro de Estudos Corporativos era o organismo que dentro da União Nacional, estaria encarregado do estudo e doutrinação dos problemas do Estado, referentes à organização corporativa. Seriam “membros natos” do Centro “todos os funcionários com funções de responsabilidade na construção do Estado Novo Corporativo e dependentes do Subsecretariado das Corporações”, podendo também ser incluídos os filiados na União Nacional que tivessem mostrado especial interesse, conhecimento ou aptidão relativamente aos princípios da nova ordem económica e social.⁸⁶ Ou seja, se aos filiados da União Nacional se abria a hipótese de aderirem ou não ao novo organismo criado, parecia não haver margem de manobra para a elite do Subsecretariado das Corporações. Em 30 de junho de 1937 o *Boletim do INTP* noticia uma série de conferências promovidas pelo Centro de Estudos Corporativos e regista as palavras de Rebelo de Andrade⁸⁷ (1937, p. 376) que, abrindo a sessão inaugural, refere ter chegado a hora de, ao fim de três anos de atividade do Centro, ampliar e intensificar

⁸⁴ O Decreto n.º 22 241 previa regras transitórias que dessem cumprimento (Art. 136.º) “ao espírito de representação orgânica” nele inscrito, enquanto não estivesse concluída a organização das corporações morais e económicas.

⁸⁵ O Decreto-Lei n.º 24 683, de 27 de novembro de 1934 viria a definir a constituição da Câmara Corporativa na vigência da primeira legislatura. Estabelecia o diploma (Art. 2.º), 23 secções, a saber: Cereais e Pecuária (1.ª secção); Vinhos (2.ª secção); Produtos florestais (3.ª secção); Produção agrícola não diferenciada (4.ª secção); Pesca e conservas (5.ª secção); Minas, pedreiras e produtos químicos (6.ª secção); Produtos têxteis (7.ª secção); Eletricidade (8.ª secção); Construção e materiais de construção (9.ª secção); Transportes (10.ª secção); Artes gráficas e imprensa (11.ª secção); Crédito e seguros (12.ª secção); Atividades comerciais não diferenciadas (13.ª secção); Turismo (14.ª secção); Interesses espirituais e morais (15.ª secção); Ciências, artes e letras (16.ª secção); Educação física e desportos (17.ª secção); Política e administração global (18.ª secção); Defesa nacional (19.ª secção); Justiça (20.ª secção); Obras públicas e comunicações (21.ª secção); Política e economia coloniais (22.ª secção); Administração local (23.ª secção).

⁸⁶ De acordo com a nota oficiosa fornecida à Imprensa pela União Nacional e transcrita no *Boletim do INTP* (n.º18, 15/8/34, p. 5).

⁸⁷ Subsecretário de estado das Corporações, de 1936 a 1940, e colaborador de Pedro Teotónio Pereira quando este desempenhou idênticas funções governativas.

a propaganda corporativa, “difundindo largamente pelo país os princípios e os ideais que estão na base da organização”.

A intenção de completar a organização corporativa parece definitiva no ano de 1937 e aliada, como refere Fernando Rosas (1990, p. 35), à guerra civil espanhola e enquanto elemento dissuasor de possíveis conflitos no país.⁸⁸ Segundo Teotónio Pereira (1937 b), p. 180) “se não fosse a guerra civil espanhola não faltariam vozes agoirentas a proclamar que tudo o que se tem feito não passa de bolchevismo...branco”. Ou seja, a desconfiança do patronato perante a organização corporativa esbatera-se em virtude da conjuntura política e a altura de consolidar a organização era propícia.

No primeiro dia de janeiro de 1937, o *Diário da Manhã* insere um artigo de Pedro Teotónio Pereira (1937 a), pp. 69-71), no qual se afirma que ao fim de alguns obstáculos graves derivados da “desconfiança dos humildes e da incompreensão das classes patronais” e após terem sido construídos os elementos primários da organização corporativa – grémios, sindicatos e casas do povo –, esta se encontrava na sua fase final, avistando-se já muito próximo o perfil das corporações.

E no ano seguinte o Decreto-Lei n.º 29 110, de 12 de novembro, estabelece algumas regras relativas à instituição das futuras corporações morais, culturais e económicas que haviam sido contempladas na Constituição⁸⁹, deixando implícito que esta realidade ocorrerá em breve. Previa ainda o diploma (Art. 8.º), um primeiro Congresso das Corporações para o ano de 1940, com réplicas sucessivas de dois em dois anos.⁹⁰ O respetivo preâmbulo realçava que o regimento das corporações viria mais tarde, compilando os ensinamentos da experiência das primeiras corporações que entretanto fossem postas a funcionar. De acordo com a mensagem lida a 28 de

⁸⁸ A vitória da esquerda espanhola, nas eleições de fevereiro de 1936, viria a propiciar novas condições para o reforço da capacidade de iniciativa das várias oposições ao Estado Novo, tendo-se registado no decorrer do ano de 1937 várias ações de grupos anarquistas contra o regime. O completar da organização corporativa teria assim um duplo objetivo – consolidar o regime através da finalização dos objetivos propostos no programa político e congregar consensos por meio dos benefícios económicos e sociais nele enunciados.

⁸⁹ O Decreto n.º 29 110 refere no seu Artigo 4.º, algumas das seguintes atribuições das corporações: desenvolver a consciência corporativa e o sentimento da solidariedade nacional entre todos os elementos orgânicos nelas integrados; coordenar a ação dos organismos corporativos que as constituem, tendo em vista os seus interesses próprios e os fins superiores da organização, conforme o ETN; dar parecer ao Governo sobre todos os assuntos que lhes sejam submetidos; propor ao Governo normas obrigatórias para a regulamentação coletiva das relações económicas e disciplina unitária das atividades que coordenam; promover a realização e o aperfeiçoamento das convenções coletivas de trabalho e a organização da previdência social.

⁹⁰ De acordo com o diploma (Art. 8.º), os congressos das corporações visavam “apreciar os progressos e diretrizes gerais da organização corporativa e os problemas de interesse comum da produção e do trabalho”.

novembro desse mesmo ano na sessão inaugural da Assembleia Nacional, pelo Presidente da República (Carmona, 1938, p. 14), com o novo pacote legislativo estaria “montada a máquina que há-de trabalhar para a conciliação dos interesses materiais ou morais da coletividade, na ordem, na justiça e no respeito pelo interesse geral”.

A data e o programa do congresso das corporações, que não chegará a realizar-se, são anunciados em julho de 1939 no *Boletim do INTP* (n.º 13, pp. 319-320), para maio de 1940, na cidade do Porto, surgindo como o coroar das realizações do Estado Novo no campo corporativo, e integrando as comemorações centenárias⁹¹, no dia 28, aniversário da Revolução Nacional. Rebelo de Andrade, que na altura ocupa o cargo de Subsecretário das Corporações, adianta que ainda antes do congresso existirão corporações constituídas, e que (Andrade, 1939, pp. 350) “o Congresso das Corporações funcionará com verdadeiras corporações”.⁹²

No entanto e apesar do incremento dado à organização corporativa, o deflagrar da II Guerra Mundial trará a inquietação do regime. A partir de 1941 registam-se convulsões sociais que se materializam em movimentos grevistas, provocados pela desvalorização dos salários associada à inflação, tanto nos meios operários ligados à indústria, como nos meios rurais. Em plena guerra, o acesso a alguns dos bens indispensáveis de consumo, muitos dos quais em regime de racionamento e apenas disponíveis no mercado negro a preços elevados, está vedado à população, com baixo poder de compra. A agravar esta situação e apoiada nela, a oposição reforça-se e reorganiza-se. No verão de 1943, considerado como o auge das reivindicações sociais no período de guerra, registam-se greves marcadas pela influência do Partido Comunista cujo I Congresso, ilegal, se realiza nesse ano.

A organização corporativa caíra em descrédito após um período de expansão, sendo acusada de atuar em proveito próprio no combate ao açambarcamento, à especulação e à regulação de preços.

⁹¹ Segundo havia declarado no ano anterior o Presidente do Conselho (Salazar, 1938 a), pp. 125-129), realizar-se-iam, no âmbito das comemorações centenárias dois grandes cortejos e alguns congressos, entre os quais o Congresso do Mundo Português. O “grande cortejo do trabalho” teria lugar no Porto em maio de 1940, nele desfilando representantes de todas as atividades económicas nacionais, sindicatos, grémios e casas do povo.

⁹² A comissão organizadora seria composta por: Marcelo Caetano, professor de direito corporativo da Universidade de Lisboa; Castro Fernandes, vice-presidente interino do Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria; Manuel Sardinha Borges de Oliveira, diretor do Instituto Português de Conservas de Peixe; Leonel Meneses de Aguiar, presidente do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório do distrito de Lisboa; Rebelo de Andrade, Subsecretário de Estado das Corporações.

CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO COMO SUPORTE DO REGIME

“A posse do Estado é condição necessária para salvar a Nação da ruína total e da desordem, não é fator suficiente de renovação material ou moral nem por si só pode garantir a estabilidade, o futuro da obra realizada. Esta há-de firmar-se na renovação da educação”.

Salazar (EP, n.º 2, 18/10/1934, p. 2). Palavras constantes do relatório da XV Subseção (Instrução Pública) do I Congresso da União Nacional.

Na sequência do 28 de maio de 1926 a questão endémica do analfabetismo no país, é reequacionada. E tal como tinha acontecido na transição da Monarquia para a I República, o fenómeno das altas taxas de analfabetismo que teimam em persistir, não obstante o leque de intenções generosas ocorridas no período republicano, será visualizado a um tempo como fator de desprestígio do país e bloqueio ao progresso nacional. Muito embora atuando num registo minimalista que contrasta com os objetivos expressos em termos legislativos pelo anterior regime, os governos da Ditadura que preparam a nova Constituição irão assumir como bandeira a extinção do analfabetismo, desta vez enquadrando consensos que entretanto foram sendo gerados no país em torno desta realidade, e encabeçando-os. Assim, e apesar de se registarem numa primeira fase manifestações pontuais de indiferença e até reações de sinal contrário à alfabetização⁹³ aliadas a decisões legislativas que parece poderem significar o intuito de destruir as realizações republicanas e o desinvestir no ensino primário e no combate ao analfabetismo, ir-se-á em paralelo consolidando uma corrente de opinião favorável à alfabetização, que virá a desembocar na assunção de uma atitude pragmática de resolução do problema, por parte do governo.

⁹³ A este propósito Maria Filomena Mónica (1978, pp. 113-121) invoca designadamente os casos de Aquilino Ribeiro, Virgínia de Castro e Almeida e Alfredo Pimenta. O primeiro, que lutara pela implantação da República e que lutaria de novo contra a Ditadura, pusera em questão a crença tão cara aos republicanos de que o desenvolvimento da sociedade seria consequência da criação do sujeito alfabetizado. No artigo “Do absurdo de criar escolas”, publicado a 10 de janeiro de 1927 no jornal *O Século*, argumentava Aquilino que o meio rural português, atrasado em extremo, não poderia nunca induzir o camponês a compreender os benefícios de saber ler, por falta de serventia desta competência, surgindo neste caso a escola como instituição “vã e inútil”. O autor do artigo deslocava o sentido do binómio alfabetização/desenvolvimento, tomando o segundo termo como causa do primeiro, contrariamente ao que tinha sido apregoado pelos republicanos. Virgínia de Castro e Almeida escritora de obras para crianças e adolescentes, representaria o analfabeto português em artigo publicado a 5 de fevereiro desse mesmo ano no jornal *O Século*, como “a parte mais linda, mais forte e mais saudável da alma portuguesa”, realçando os malefícios das leituras mal orientadas. Estas, para além de conterem “relações de crimes, noções erradas de política [...], propaganda subversiva”, induziam à desertificação rural ao provocarem ambições desmedidas nos leitores, aos quais eram lançados convites de ida para as cidades ou de emigração para o Brasil. Quanto a Alfredo Pimenta, um apoiante crítico da ditadura, declararia ao jornal *A Voz*, em 15 de maio de 1930, ser inadmissível por contraproducente, ensinar o povo a ler.

A primeira reforma do ensino primário da Ditadura, promulgada a 17 de maio de 1927, reduzirá a escolaridade obrigatória em um ano. Esta passará a constituir o chamado “ensino primário elementar”, com a duração de quatro anos.⁹⁴ E em 22 de maio de 1930, este será dividido em dois graus, correspondendo o primeiro, com a duração de três anos seguidos de aprovação em exame, à escolaridade obrigatória. Aliada à diminuição da escolaridade e um ano depois de efetivada a primeira redução, é aprovada em 28 de outubro de 1928 a alteração e redução dos programas, à qual se virá a juntar nova simplificação a 13 de abril de 1929.⁹⁵ Na mesma linha redutora, as instituições destinadas à formação dos professores primários serão extintas definitiva ou temporariamente⁹⁶, uma vez que a diminuição da escolaridade obrigatória e dos currículos, aliados à contenção da despesa pública não justificam a sua manutenção. Quanto às escolas móveis, oficializadas em março de 1911 e de acordo com Nóvoa (1988, p. 32) “tidas como uma das realizações mais notáveis da obra educativa republicana”, serão extintas a 5 de setembro de 1930.⁹⁷

Ao nível da educação elementar, o dismantelar das instituições republicanas e a permanência das altas taxas de analfabetismo produzirão o emergir de um consenso nacional que irá abrindo caminho para a construção da escola estadonovista⁹⁸, delineada e alicerçada em alguns mecanismos de suporte durante os últimos anos de ditadura, e para o delegar da alfabetização dos adultos à organização corporativa entretanto criada.

⁹⁴ De acordo com Carvalho (1996, p.729) a última reforma da I República, promulgada em maio de 1919, tinha dividido o ensino primário em três ciclos. O ensino infantil, que era facultativo e destinado às crianças entre os 4 e os 7 anos. O ensino primário geral, obrigatório e constituído por cinco classes, dos 7 aos 12 anos. E o ensino primário superior, composto por três classes, dos 12 aos 15 anos. A reforma de maio de 1927 diminuiria o tempo de duração do ensino primário, relativa a maio de 1919, em dois anos. Um ano no caso do ensino primário geral e um ano no caso do ensino primário superior. Estes ciclos de ensino passariam ainda a apelar-se respetivamente de ensino elementar e ensino complementar, alterando assim a designação dada ao tempo da I República.

⁹⁵ De acordo com os novos programas, os três primeiros anos, considerados como a base do ensino primário, destinavam-se ao ensino do *abc*. Na 4.^a classe eram ministrados ensinamentos complementares para os que não tencionavam prosseguir estudos.

⁹⁶ As Escolas Normais Superiores que preparavam os candidatos a professores de ensino primário complementar, serão extintas em 15 de junho de 1926, e em 19 de julho de 1930 as Escolas Normais Primárias serão substituídas pelas Escolas do Magistério Primário, após um período de encerramento e reabertura que decorre de abril de 1928 a agosto do mesmo ano e que envolve as Escolas Normais Primárias de Coimbra, Braga e Ponta Delgada.

⁹⁷ A Associação das Escolas Móveis fora criada em 1882 por iniciativa de Casimiro Freire. Inspiradas nas escolas itinerantes de origem nórdica, visavam combater o analfabetismo, numa tentativa de superação da ineficácia das instituições de ensino monárquicas.

⁹⁸ Esta viria a assumir contornos nítidos a partir de 1936 com Carneiro Pacheco, ministro da Educação Nacional.

1. O combate ao analfabetismo em *Educação Nacional*

O novo capítulo na resolução do analfabetismo, aberto pela ditadura e esboçado a partir das esperanças e reivindicações de parte da classe docente, face ao dismantelar da herança republicana e à consequente possibilidade de múltiplas soluções e escolhas, pode ser visualizado ao longo do periódico *Educação Nacional*. Considerado por Nóvoa (1993, p.172) como “um dos monumentos da imprensa pedagógica portuguesa”, o título reaparece em 1927, após uma interrupção de oito anos. O exemplar n.º 1 de 23 de fevereiro realça o regresso “ao campo de luta”, com o reatar de uma cruzada que se diz “isenta de preconceitos e alheia a influências partidárias”, em prol da instrução.⁹⁹ Dois anos depois, o jornal n.º 131 de 1 de setembro de 1929, abre com o artigo “As nossas finanças”, no qual se manifesta um voto de confiança na Ditadura, personificada em Salazar, Ministro das Finanças à época. Este, que de acordo com o título já havia feito “obra financeira”, deveria agora encetar uma obra de fomento nacional centrada na escola primária, reconhecendo o analfabetismo como um sério entrave ao progresso do país e aquela como o meio mais eficaz de o combater. Três anos passados sob o novo regime, *Educação Nacional* manifesta uma esperança nos destinos da ditadura, ao colocar a pergunta “será que desta feita a escola se salvará?”.¹⁰⁰

O diretor de *Educação Nacional*, António Figueirinhas, considerado pelo *Dicionário de Educadores Portugueses* (2003, p. 572) como “um dos mais destacados propagandistas da educação popular” inicia, no exemplar do jornal acima referido uma série de artigos, relatando a viagem que recentemente fizera ao Brasil e na qual pudera observar o que, na sequência das recentes reformas educativas, havia sido realizado no Estado de S. Paulo, Estado Federal de Rio de Janeiro e Estado de Minas Gerais. A comparação que faz, de forma explícita ou velada com a realidade portuguesa, não parece suscetível de qualquer dúvida e encontra-se resumida num excerto da entrevista (Figueirinhas, 1929 a), pp. 3-4) que concede ao jornal *A Pátria*, do Rio de Janeiro, na

⁹⁹ Uma afirmação de intenções firmada nas tradições do periódico que, desde 1896, em vários momentos e na vigência de diferentes regimes políticos, tomara iniciativas centradas no combate ao analfabetismo. Se no período monárquico o “Manifesto em prol da Instrução Popular e da defesa do professorado primário”, assinado por Bernardino Machado, pusera em relevo a ineficácia das instituições monárquicas, revelando a existência de 4/5 de analfabetos entre a população, no período republicano vários artigos alertariam os governantes para o mesmo problema, vinculando-os a promessas ainda não cumpridas.

¹⁰⁰ Realce-se que a pergunta é feita após ter sido traçado um negro panorama do ensino primário português – “a escola está por fazer na nossa terra. Atrasados na civilização, precisamos de abrir clareiras [...]. Não temos escolas normais, não temos escolas populares”.

véspera do seu regresso ao país: “O Brasil caminha, dando um salutar exemplo a outros povos que ainda têm os olhos muito fechados à luz”.

Figueirinhas (1929 b), pp. 1-4), ao observar alguns documentos que lhe haviam sido disponibilizados pelas autoridades escolares brasileiras, compara a realidade dos dois países e conclui não existir ainda em Portugal um plano definido de combate ao analfabetismo, enquanto no Brasil a questão fora já resolvida com eficácia: “pela lucidez destes relatórios, duma simplicidade admirável, as esferas superiores do ensino sabem o caminho a seguir e não andam às apalpadelas para curar enfermidades que afetam o problema máximo em que têm fitos os olhos”. Face à opinião do autor dos artigos, podemos entender o seu relato como uma crítica à indefinição e ineficácia das políticas educativas encetadas pela ditadura e consequentemente, como um contributo para possíveis modelos a adotar no campo educativo, para o caso português.¹⁰¹

A acrescer ao relato de Figueirinhas, a secção do jornal “Reclamações da classe”, presente ao longo dos exemplares que registam as impressões da visita ao Brasil, permite visualizar algumas das reivindicações docentes. Estas vêm reforçar a ideia de uma situação caótica no campo do ensino, ao nível elementar, ao mesmo tempo que manifestam uma esperança, desta vez coletiva, de que a situação se altere. Entre as reivindicações encontram-se, para além do melhoramento das condições económicas e profissionais da classe, a organização da assistência escolar em todas as escolas, a criação de cursos noturnos e de 10 000 escolas, e a reparação das escolas existentes com fornecimento de material e mobiliário, assim como a remodelação das escolas normais.¹⁰²

¹⁰¹ Refira-se que anteriormente à viagem de Figueirinhas, o problema do analfabetismo e do cumprimento da escolaridade obrigatória fora já objeto de preocupação legislativa pelo governo, embora pareça não ter daí decorrido qualquer resultado prático. A 8 de maio desse mesmo ano de 1929 fora promulgado pelo Decreto n.º 16 826, o regulamento da Comissão de Educação Popular, criada ao abrigo do Decreto n.º 16 481, de 8 de fevereiro e cujo fim consistia em (Artigo 1.º) “promover a instrução e a extinção do analfabetismo”. No entanto e segundo Sampaio (1976-77, vol. I, p. 189) esta comissão poderá nunca ter entrado em funcionamento. Vindo ao encontro desta opinião, a seção “A nossa legislação”, inserta no exemplar de *Educação Nacional* (1929, n.º 131, p. 1) que abre o relato de Figueirinhas, refere que apesar de se ter “em tempos” nomeado uma comissão para coordenar e regulamentar a legislação relativa ao ensino primário, está presentemente “tudo como dantes”.

¹⁰² As restantes reivindicações consistem no “aumento condigno dos ordenados”, na “atualização dos subsídios de residência e renda de casa e gratificações de diretoria”, no “subsídio aos filhos menores dos professores e às viúvas, quando em precárias circunstâncias”, na “aposentação facultativa aos 25 anos de serviço, independente da idade, com 5/6 do vencimento, e obrigatória aos 30 anos, com todo o vencimento”, em “pôr a concurso as escolas cujos professores atinjam o limite de idade e ainda daqueles que atinjam a aposentação”, em “fazer que a Inspeção seja o que ela é em todos os países cultos” e em “proceder à regulamentação e codificar toda a dispersa e confusa legislação escolar”.

A secção “Notas” torna evidentes os motivos de algumas das reivindicações acima apontadas. No que respeita ao estado das instalações escolares, o caso concreto do concelho de Mortágua relatado no n.º 137, de 13 de outubro de 1929, não constituiria, de acordo com o jornal, uma exceção, face à generalidade das restantes escolas primárias do país. Segundo *Educação Nacional*, as mesmas estariam “funcionando em autênticos pardieiros, sem ar, sem luz, sem quaisquer condições higiénicas e pedagógicas, verdadeiros casebres cantando os prelúdios de uma derrocada final”.

Cerca de dois anos depois e numa altura em que, de acordo com Rosas (1990, p. 22), se haviam já encerrado as hesitações no interior da Ditadura Militar, quanto à natureza do regime que lhe haveria de suceder¹⁰³, o *Diário de Notícias* lança uma campanha contra o analfabetismo que decorrerá ao longo dos anos de 1931 e 1932. A campanha assumirá dimensão nacional, congregando indivíduos de várias correntes políticas e culminará com a adesão do governo, que criará os postos de ensino. Estes, gerados pelo que surge como um movimento espontâneo em prol da educação, ao nível mais elementar, parecem ter funcionado como dispositivos de suporte do governo em devir, tornado realidade com a Constituição de 1933.

2. A Campanha do Diário de Notícias

2.1. “Contra o analfabetismo”

O editorial de 6 de agosto de 1931 lança o debate em torno do analfabetismo e inicia uma campanha de combate a esta situação, para o caso português. São vários os editoriais de propaganda e artigos que, incluídos na secção “contra o analfabetismo” especialmente criada para o efeito, procuram espelhar o que se pretende visualizado como uma triste realidade do país. Numa altura em que são divulgadas as altas taxas de analfabetismo registadas nos censos de 1930¹⁰⁴, em que se fazem sentir os efeitos da Grande Depressão de 1929¹⁰⁵, em que as lutas contra a Ditadura tomam forma¹⁰⁶ e em

¹⁰³ O ano de 1930 marcaria o momento de viragem e o início da construção do Estado Novo, sob a égide de Salazar.

¹⁰⁴ Cerca de 60% para os maiores de 12 anos.

¹⁰⁵ De acordo com Rosas (1986, pp. 93-94), o impacto da grande depressão de 1929 em Portugal terá sido tardio e relativamente rápido. As repercussões fazem-se sentir de forma clara no ano de 1931 e começam a ser superadas no ano seguinte.

¹⁰⁶ O ano de 1931 é marcado por uma série de ações e lutas contra o regime de Ditadura, iniciadas pela Revolta da Madeira, a 4 de abril.

que a superação desta para um novo regime é perspectivada para breve¹⁰⁷, a atitude dos que descreem do poder do *abc* é rebatida, deixando vislumbrar a retoma e consolidação do paradigma em função do qual, as potencialidades da alfabetização enquanto fator regenerador da economia, dissuasor de movimentos subversivos e promotor de uma nação progressiva, são destacadas.

E é assim que o título critica os que afirmam que “a ignorância absoluta, o analfabetismo completo, constituem a base de toda a felicidade”¹⁰⁸ e, comparando esta atitude a um conjunto de jogos de natureza retórica que obstariam ao “progresso sucessivo da humanidade”, passa de seguida a desenvolver a sua tese, retratando a realidade do analfabeto como “uma vida vegetativa, uma vida inferior àquela que vivem os animais selvagens”. A situação, catastrófica em termos individuais por gerar uma quase exclusão perante a sociedade alfabetizada que se quer construir, revela-se também prejudicial em termos coletivos, sendo tratada como fator de descrédito a nível internacional e conducente à infelicidade. Assinala-se então que “povo que não sabe ler é povo condenado à miséria”, realça-se que “o povo português, com uma alta percentagem de analfabetos, destaca-se na Europa de muitos outros povos e ocupa uma posição inferior” e conclui-se que “o melhoramento que pode dar-se a um povo é a sua instrução”.

Quanto à alfabetização, por contraponto ao analfabetismo, é visualizada como fator de desenvolvimento e preventora dos efeitos das crises económicas caso estas ocorram, tanto no aspeto material por impulsionar a indústria¹⁰⁹, como ao nível do controle da contestação social. Quanto ao tipo de conhecimentos a veicular, considera-se que deverá ser de nível básico – “como a lavoura precisa de adubos baratos, o homem precisa de instrução fácil” – e ter em vista fins específicos – “bem orientada, prepara os trabalhadores e dá-lhes consciência coletiva, tornando, por isso, a nação mais

¹⁰⁷ As referências às bases ideológicas que enformarão a futura constituição política, que estaria em preparação com o concurso da União Nacional, encontram-se designadamente nos discursos (Salazar [1930 a]), pp. 43-66) “Ditadura Administrativa e Revolução Política” e (Salazar, [1930 b]), pp. 96) “Princípios Fundamentais da Revolução Política”, proferidos respetivamente, a 28 de maio e a 30 de julho.

¹⁰⁸ Este apontamento pode ser visto como uma alusão a alguns intelectuais que se mostrariam descrentes e até temerosos acerca das virtualidades da alfabetização.

¹⁰⁹ A questão da industrialização parece estar intimamente ligada com as preocupações apresentadas cerca de dois meses antes do início deste debate, aquando do I Congresso Nacional de Engenharia, realizado em Lisboa entre 7 e 12 de junho de 1931. Mobilizando figuras do governo, bem como presidentes e administradores de diversas fábricas e companhias, nele sobressaem nomes como o de José Ferreira Dias, um dos porta-vozes dos ideais industrialistas e responsável pela Lei n.º 2005 do Fomento e Reorganização Industrial, de 1945.

homogénea e forte”. E se na primeira frase podemos entender alfabetização e instrução como conceitos sinónimos, nesta última frase podemos pressentir que a instrução de que se fala, embora ao nível mais elementar, visa um modelo educativo concordante com o sujeito corporatizado que se pretende construir.

Seguir-se-ão a este outros editoriais nos quais se desenvolvem as ideias acima expostas, sendo reforçada a ideia de que o analfabeto é um ser que não se compatibiliza com a construção de um “estado novo” em preparação – “o homem que não sabe ler está fora da sua época. Não há propagandas sociais, higiénicas, morais que o possam elevar; não há inteira consciência coletiva; não há espírito nacional forte; não há educação cívica sólida; não há capacidade de trabalho eficiente; não há, com populações analfabetas, civilização progressiva”. Alvitram-se em simultâneo, soluções de ordem prática mostrando-se, por comparação com outros países de fracos recursos como é o caso da Dinamarca, que é possível inverter a situação portuguesa:

“Para extinguir esta calamidade e estabelecer bases sólidas ao problema, a fim de o resolver, com rapidez, e em definitivo, há simultaneamente, que fazer duas coisas:

Criar, entre as pessoas cultas, a mentalidade correspondente à dinamarquesa; utilizar todos os meios, oficiais e não oficiais, para desenvolver o ensino da leitura.

Nada de grandes complicações no ensino. Torná-lo tudo quanto há de mais simples.

Limitá-lo à leitura e à escrita. Dar compensações, mesmo de carácter honorífico àqueles que apresentarem, cada ano, mais pessoas habilitadas. Instigar a formação de associações altruístas, destinadas a combater o mal. E, ao mesmo tempo, com uma propaganda contínua, intensa e disciplinada, fazer o Estado o sacrifício, de instalar escolas para crianças e adultos e publicar disposições legislativas que concedam certas vantagens, como por exemplo, no que diz respeito ao serviço militar, a entrada para os lugares públicos e administrativos daqueles que não sejam analfabetos”.

([S.A.], p. 1, 1931 b). Analfabetismo. *Diário de Notícias*, 20 de agosto.

A campanha irá desenrolar-se em três fases. A primeira, em que o *Diário de Notícias* através dos seus editoriais alerta a opinião pública, para o que considera ser “um magno problema” a resolver. Uma segunda, intermédia, na qual é promovido o debate por meio de inquéritos, em torno da questão. E uma terceira fase que resulta desta e na qual se adota um programa que deriva da análise feita, face aos resultados obtidos. No decurso da primeira fase da campanha e na sequência dos editoriais publicados, o título noticia as inúmeras cartas de aplauso que lhe teriam sido endereçadas, tanto por parte de cidadãos anónimos como por parte de várias entidades

coletivas, mostrando que a iniciativa tomada se constituía como fator de efetiva mobilização social, decorrente da tentativa de resolução de uma situação premente.

A algumas instituições cujo nome estava já ligado à luta contra o analfabetismo, como é o caso da Liga de Propaganda contra o Analfabetismo¹¹⁰ com sede no Porto e da Sociedade Promotora da Educação Popular Setubalense¹¹¹, juntam-se outras como a Associação Comercial e Industrial de Aveiro representada pela respetiva direção¹¹², assim como alguns títulos da imprensa diária. O eco que a campanha do *Diário de Notícias* teria tido na sociedade, faz-se sentir no facto de se ter registado um aumento da procura do título em várias localidades¹¹³, levando a que se esgotasse o número de exemplares (DN, 4/9/1931, p. 2) “logo após a chegada do correio”.

Em muitas das cartas enviadas ao jornal são oferecidos apoios de vária ordem, com o intuito de combater o analfabetismo – monetário, instalações e terrenos para criação de escolas primárias, lecionação de cursos de adultos, sugestões para o desenvolvimento da campanha. O editorial de 20 de agosto de 1931 do qual acima foi transcrito um excerto, resultaria em parte de algumas sugestões já alvitradas, entre as quais se encontram as que haviam sido registadas na carta assinada por “um amigo da instrução” e que fora publicada três dias antes. Segundo o autor da mesma, a resolução do problema posto pelo *Diário de Notícias* residiria fundamentalmente, no cumprimento da escolaridade obrigatória. E a questão seria de mais difícil solução no meio rural, onde centenas de crianças estariam impedidas de frequentar a escola por motivos de subsistência, vendo-se forçadas a ajudar a família nos trabalhos rurais. A agravar a situação, as escolas existentes ficariam distantes destas localidades, a “quilómetros de

¹¹⁰ De acordo com o depoimento de Américo Cardoso (1931, p. 1 e p. 7), presidente da Liga, esta fora fundada em janeiro de 1931, dedicando-se a desenvolver sessões de propaganda nos bairros mais populosos do Porto, com o intuito de estimular as classes desfavorecidas ao cumprimento da escolaridade obrigatória. Tendo como lema a frase de incitamento “Mandai os vossos filhos à escola!”, a ação da Liga de Propaganda contra o Analfabetismo derivara da obra já iniciada pela Federação dos Amigos da Escola Primária. Esta organização realizara em 1927 na cidade do Porto, a “I Semana contra o analfabetismo”, na sequência da qual teriam sido criados por iniciativa da Câmara Municipal do Porto, 32 cursos noturnos, número que se elevaria para 42 no ano seguinte. Associando-se a esta iniciativa, o Estado criaria em 1930 e para todo o país, 500 cursos noturnos.

¹¹¹ Fundada em 1926, mantinha em funcionamento desde 1928, uma escola diurna de instrução primária, com frequência diária de 90 alunos de ambos os sexos. A instituição promovia a realização de conferências educativas, destacando-se as realizadas pela seção de Setúbal da Universidade Popular Portuguesa. De entre os conferentes fariam parte, segundo o *Diário de Notícias* (13/9/1931, pp. 1-2), o reitor do Liceu de Bocage e Bento Caraça.

¹¹² Em carta enviada ao jornal o presidente da associação, Homem Cristo (1931, p. 1), destaca as vantagens indiscutíveis da alfabetização, referindo que “homens do comércio, indústria, artes e ofícios conhecem praticamente a grande superioridade dos profissionais instruídos sobre os analfabetos. É incalculável o prejuízo monetário anual causado pelo analfabetismo à Nação”.

¹¹³ Entre estas encontram-se Abrantes, Aveiro, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém, Setúbal e Viseu.

distância”. Assim, e enquanto não fossem criadas escolas “nas mais recônditas povoações”, havia que “facilitar o ensino” adentro das mesmas, aproveitando-se para tal as “pessoas mais ou menos habilitadas a ensinar a ler e a escrever”, como o padre ou o encarregado do posto de registo civil. Estas funções seriam devidamente gratificadas pelo Estado, desenvolver-se-iam em aulas noturnas e dirigir-se-iam a toda a população analfabeta e em particular às crianças da localidade.

Embora estas sugestões sofressem de imediato algumas críticas por parte do *Diário de Notícias*¹¹⁴, motivadas pelo facto de se sugerir que o ensino ficasse a cargo de indivíduos não credenciados, não deixa de ser referido, aludindo-se à falta das escolas móveis, poderem aproveitar-se alguns dos alvitre dados, desde que salvaguardadas “todas as medidas tendentes a evitar abusos”. E é assim que o editorial de 20 de agosto, não descurando o apoio dos particulares, convida o Estado a cavalgar o movimento alfabetizador, por meio da instalação de escolas, da publicação de legislação dissuasora do estado de analfabetismo e pela redução do ensino primário à sua expressão mais simples – a leitura e a escrita.

A 11 de setembro, o *Diário de Notícias* publica a entrevista concedida ao jornal por Júlio Dantas, ao tempo presidente da Academia das Ciências. Para o depoente (Dantas, 1931, p. 1), a obrigatoriedade do ensino primário estabelecida por lei, era-o apenas em termos teóricos, face à realidade dos factos – falta de escolas e de professores.¹¹⁵ A agravar a situação, as instalações daquelas eram impróprias, algumas ameaçando ruína. E este somatório de fatores aliado a motivos de ordem económica, contribuiria para o desvio das crianças para as fábricas e para os campos. Para resolver a questão da falta de escolas e de professores, considerada “um simples problema de administração pública”, era necessário o cumprimento de três condições – um programa, continuidade de ação governativa e dinheiro. No entanto, a eficácia de qualquer programa a desenvolver ficaria sempre refém dos dados fornecidos pela carta escolar, à data ainda não finalizada¹¹⁶ e muito embora na opinião de Dantas, pudessem ser aproveitadas algumas das sugestões que entretanto teriam surgido. Não deixa de ser

¹¹⁴ A opinião do jornal é inserida no mesmo, logo a seguir à transcrição da carta.

¹¹⁵ Segundo Júlio Dantas, para um total de 600 000 crianças a lecionar, seriam precisos 20 000 professores e cerca de 15 000 escolas. No entanto a realidade era bem diferente, revelando a existência de menos de metade das necessidades apontadas – 9 104 professores, para um total de 7 077 escolas.

¹¹⁶ A organização do cadastro escolar português havia já sido ordenada por Portaria de 9 de novembro de 1928. E esta determinação, que fora renovada a 31 de dezembro de 1929, havia sido confirmada a 6 de junho de 1930, pelo Decreto n.º 18 433.

curioso que entre as mesmas figurem, a par do lançamento de uma taxa a cobrar aos analfabetos, da instituição generalizada de cursos noturnos para adultos ou de sanções a aplicar a pais, tutores ou patrões que desviem as crianças da escola, a “improvisação de postos de ensino”, nos locais desprovidos de escolas e de professores. Embora não adiantando qualquer pormenor acerca destas instituições, o discurso de Júlio Dantas deixa entrever que as mesmas se destinariam a ministrar um ensino mais sóbrio do que o facultado pelas escolas primárias¹¹⁷, antecipando o que viria a acontecer num futuro próximo.

No dia seguinte ao depoimento do presidente da Academia das Ciências, David Lopes (1931, p.1), professor do ensino superior, sugere ao *Diário de Notícias* o lançamento de um inquérito a todos os interessados pelo problema do analfabetismo. A partir dos resultados obtidos e feita a triagem das sugestões apontadas, ficaria o jornal encarregue de delinear um programa a seguir. Na sequência do inquérito, as opiniões e alvitre acerca do problema em questão e das possíveis soluções do mesmo, provêm dos mais diversos setores e juntarão não só representantes do estado, apoiantes da Ditadura e indivíduos que num futuro próximo irão apoiar o Estado Novo, como figuras de destaque da I República e indivíduos que, no futuro, se irão distanciando do novo regime. Entre os primeiros encontra-se Braga Paixão, ao tempo diretor geral da instrução primária, Serras e Silva¹¹⁸, Homem Cristo, António Figueirinhas e Júlio Dantas. Dos segundos fazem parte entre outros, João de Barros¹¹⁹ Alexandre Ferreira¹²⁰ e Aurélio Quintanilha.¹²¹

Embora registem algumas *nuances* e omissões entre si, as opiniões de um modo geral distinguem as duas faces do problema em análise, centrado em dois conjuntos populacionais disjuntos – as crianças e os adultos – e procuram soluções. Para o

¹¹⁷ O depoente refere que o cumprimento da escolaridade obrigatória teria de ser resolvido imediata e eficazmente, dada a urgência em reduzir o número de analfabetos. E este objetivo só poderia ser atingido por meios práticos e nunca em função de métodos pedagógicos ou à custa “da preparação dos professores”.

¹¹⁸ Ao tempo (Nóvoa, 2003, pp. 1318-1320) diretor do Laboratório de Microbiologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e futuro Procurador à Câmara Corporativa. Fora membro do Centro Académico de Democracia Cristã, tendo privado de perto com Salazar.

¹¹⁹ Desempenhou cargos oficiais de relevo no campo da educação no decurso da I República, designadamente o de Diretor geral da Instrução Pública, logo após a proclamação do novo regime, tendo sido encarregado de elaborar um projeto de Reforma da Instrução Primária, em conjunto com João de Deus Ramos.

¹²⁰ Principal organizador da Universidade Livre.

¹²¹ Professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e ao tempo diretor do Instituto Botânico. Seria (Nóvoa, 2003, pp. 697-1139) afastado das funções de professor universitário em 1935, por motivos políticos e ideológicos.

primeiro caso propõe-se a criação de escolas, a assistência, as cantinas escolares, e as multas a pais e tutores que não zelem pelo cumprimento da escolaridade obrigatória dos menores a seu cargo, bem como aos patrões que empreguem menores analfabetos. A par da reivindicação de que qualquer localidade seja provida de uma escola devidamente equipada¹²² e localizada a não mais de 2km, alvitram-se soluções provisórias como as “casas de madeira desmontáveis” e continua a falar-se, se bem que esporadicamente, em escolas móveis, apesar destas terem sido já legalmente extintas e embora sejam referidas como situação de último recurso.¹²³ E podendo o ensino ser ministrado nestas “outras escolas” coloca-se uma questão que não é completamente esclarecida pelos entrevistados – quem estaria autorizado a lecionar crianças nestes locais?

No caso dos adultos, propõe-se a abertura de cursos noturnos nas escolas oficiais, nas empresas, nas sociedades de recreio e demais associações incluindo as profissionais. Como medidas dissuasoras do estado de analfabetismo pede-se a aplicação de multas aos analfabetos e inibições de ordem vária de que são exemplo a proibição de emigrar, de exercer atividade profissional nos ramos comercial e industrial ou a de abandonar as fileiras do exército antes de se saber ler e escrever, para o caso dos indivíduos incorporados. Para os professores, que poderão ser ou não indivíduos diplomados, propõem-se prémios e louvores.

A par da ação estatal, apela-se à iniciativa particular. Esta deveria assumir uma importância considerável no âmbito da alfabetização dos adultos e nas questões de propaganda e verificação do cumprimento da escolaridade obrigatória. Fala-se de comissões locais de combate ao analfabetismo e reclama-se a descentralização do ensino, numa tentativa de melhor controlar a situação.

2.2. Alguns depoimentos.

O papel, o alcance, o peso e a liberdade de movimentos da iniciativa particular face à ação do Estado, assim como as questões de ordem conceptual relativas à alfabetização, são realidades equacionadas nos vários depoimentos. A propaganda via imprensa, salientada por alguns inquiridos como um dos elementos mais importantes a ter em conta na luta contra o analfabetismo, é motivo de louvores pessoais ao pioneiro *Diário de Notícias*. António Figueirinhas (1931, pp. 1-2) salienta a crença pessoal neste

¹²² Referem-se nomeadamente as bibliotecas e por vezes os laboratórios.

¹²³ A referência às escolas móveis entretanto legalmente extintas é feita, designadamente pelo reitor do Liceu de Passos Manuel à época, Sousa Carrusca (1931, p.1 e p.4).

“poder da imprensa”, recordando o Manifesto em tempos dirigido por *Educação Nacional* à imprensa portuguesa e no qual personalidades como Bernardino Machado tinham apelado aos jornais do país para que “abrissem uma campanha despertando os poderes públicos contra o analfabetismo nacional”.¹²⁴

Tal como Figueirinhas, também João de Barros confia na ação da imprensa.¹²⁵ Para o depoente (Barros, 1931, pp. 1-2), a ação do jornal ajudaria a libertar o conceito de alfabetizado de toda a conotação negativa, transformando ainda a alfabetização numa condição de integração social: “achada a forma de dar instrução a tantos milhares de portugueses que não sabem ler, solucionadas ficam também muitas questões [...] a falta de consciência cívica, a ausência absoluta da noção dos direitos e dos deveres dos cidadãos, a errónea compreensão da palavra liberdade”. Muito embora falando enquanto republicano, o discurso de João de Barros permitia que a alfabetização fosse representada como um dispositivo integrador, estando portanto ao serviço de qualquer forma de governo.

No que concerne ao tipo de agentes alfabetizadores e se bem que para o caso das crianças se considerem os indivíduos devidamente credenciados como os mais adequados, os depoimentos sugerem o recurso a soluções variadas, numa tentativa de ultrapassar o problema a curto prazo. Serras e Silva (1931, pp. 1-2) realça que, para além da imprensa, uma outra via de propaganda de efeito iterador, consistiria na multiplicação dos meios de instrução. E, a este propósito, refere poderem “aproveitar-se os falhados na carreira das letras que abundam nas aldeias” ou “os rapazes que abandonam os seminários por falta de vocação”. O papel da Igreja seria também fundamental enquanto veículo de promoção da leitura e consequentemente, da procura de alfabetização – “o camponês poderá compreender, sobretudo se lho disser o seu pároco, que nem só de pão vive o homem. A leitura, seria ao domingo, um excelente passatempo”. E surpreendentemente, esta opinião não é exclusiva de católicos como Serras e Silva. João de Deus Ramos (1931, p. 1 e p. 4) confere de igual modo ao pároco de cada localidade um papel decisivo no combate ao analfabetismo, à semelhança do

¹²⁴ O *Manifesto em prol da Instrução Popular e da defesa do professorado primário* lançado em 1897, aliava preocupações relativas ao combate ao analfabetismo e à situação da classe docente. De acordo com Nóvoa (2003, pp. 672-574), no documento eram articulados em simultâneo, a defesa do estatuto dos professores com o conceito de propaganda e a apologia de novos métodos e programas de ensino.

¹²⁵ A crença de João de Barros no efeito propagandístico da imprensa diária seria de tal ordem que, segundo afirma, a luta contra o analfabetismo não triunfara até então, apesar de insistentes propagandas e sinceras dedicações, precisamente porque lhe faltara o apoio indispensável do *Diário de Notícias*.

que acontecera nos países protestantes. A esse “padre e mestre” o Estado atribuiria uma gratificação em função de cada analfabeto adulto que passasse a saber ler e escrever.¹²⁶ Quando questionado pelo entrevistador acerca do perigo que poderia advir para as ideias liberais, com tal agente de ensino, afirmará que essa possibilidade não existe numa primeira fase de aprendizagem – “depois dele [aluno] saber ler e escrever então é que elas [as ideias] podem digladiar-se no vasto campo da liberdade de pensamento”.

Para o caso concreto dos adultos, o jornal de 18 de setembro de 1931 registra o plano de organização de combate ao analfabetismo elaborado pela Universidade Livre e apresentado por Alexandre Ferreira. O processo (Ferreira, 1931), comandado por uma comissão central com sede em Lisboa, consistiria em dividir o país em três zonas – norte, centro e sul –, cada uma com a sua comissão executiva. Estas dividir-se-iam por sua vez em subcomissões por cidades, vilas e freguesias e teriam por missão listar os analfabetos adultos por morada, idade e gênero, fixando-os por meio de inscrição a um local de ensino que poderia ser qualquer.¹²⁷ Os alfabetizadores seriam professores, alunos das escolas normais primárias, dos cursos superiores ou dos liceus, utilizando cada um o método que julgasse ser mais adequado e utilizando as instruções transmitidas num folheto por “um pedagogo de reconhecido mérito”. Aos professores que mais alunos ensinassem seriam atribuídos prêmios e aos alunos lecionados distribuídos diplomas de habilitação. Como elementos de propaganda seriam usadas as conferências, os cartazes, os folhetos. Ao estado caberia fazer publicar legislação dissuasora do estado de analfabetismo – obrigatoriedade de ensino aliada a inibições e impostos aos analfabetos.

A entrevista concedida por Braga Paixão ao *Diário de Notícias*, na qualidade de Diretor Geral do Ensino Primário, a 20 de setembro de 1931, é esclarecedora não apenas das questões de ordem pragmática ou conceptual com as quais se confrontaria a hierarquia, mas ainda do rumo que a solução do problema iria tomar num futuro próximo. Segundo destaca (Paixão, 1931), indo ao encontro da opinião manifestada por Júlio Dantas, havia que estabelecer um plano e, para tal, tornava-se necessário definir convenientemente o problema em extensão e em intensidade. O primeiro dos aspetos ficava resolvido com a elaboração da carta escolar – Quantas escolas são precisas?

¹²⁶ João de Deus Ramos alude à conferência “Padres e Mestres”, que realizara em 1906 no Porto e durante a qual defendera princípios idênticos.

¹²⁷ Segundo Alexandre Ferreira o local de ensino poderia ser “qualquer sala, barraca ao ar livre, edifício escolar, ou mesmo ao ar livre”.

Quantos professores? Em que localidades? O segundo implicava uma opção política, ao colocar em equação os objetivos da alfabetização – em que devia consistir o ensino obrigatório? Devia limitar-se ao ensino da leitura, da escrita e das quatro operações, ou ser mais ambicioso e incluir uma vertente ideológica e/ou profissionalizante?¹²⁸ E muito embora considerando que “o alfabeto não basta como instrumento de salvação”, acaba por concluir ser lícito que se aceite o *abc* como o mínimo dos conhecimentos a adquirir, uma vez que o seu domínio potencia uma abertura a novas valências.

Quanto ao peso da iniciativa privada e respetiva liberdade de ação, no tocante à extinção do analfabetismo, se parece pela análise dos inquéritos ser consensual que o Estado assuma um papel quase exclusivo no caso das crianças, outro tanto não acontece no caso de quem, em virtude da idade, já não se encontra abrangido pela obrigatoriedade escolar. E o discurso de Braga Paixão resume estas conclusões, deixando ainda perceber a intenção da tomada de futuras medidas estatais de enquadramento e controle – “ninguém discute que continuará pertencendo ao Estado o maior papel. Ninguém tem recursos como ele. Em capitais e em possibilidade de disciplinar movimentos”.¹²⁹

2.3. O Plano de ação do *Diário de Notícias*

A 1 de novembro de 1931 o *Diário de Notícias* torna público o plano de ação de combate ao analfabetismo, delineado a partir das opiniões manifestadas pelos entrevistados e cujos fins se destinam à efetivação do cumprimento da escolaridade obrigatória e à alfabetização dos adultos. O plano seria coordenado pela secção permanente “Pró Instrução Popular”, à qual se atribuíam entre outras, as funções de organizar e coordenar “comissões auxiliares” de âmbito distrital de combate ao analfabetismo, de angariar recursos materiais e de promover a realização de conferências em todo o país. As comissões acima referidas seriam constituídas por

¹²⁸ Quanto ao primeiro dos aspetos deste binómio, Braga Paixão interroga-se se o que se pretende da escola é que, para além do ler escrever e contar, também esta “encaminhe a formação de uma consciência em cada indivíduo”.

¹²⁹ O enquadramento estatal das entidades privadas que se dedicam à alfabetização é tornado explícito na referência às consequências que poderão advir de possíveis atos desviantes. De acordo com Paixão (1931, pp. 1-2), “outra parte da obra [de alfabetização] pertence às atividades privadas. Todas são prestantes e merecem que se lhes facilitem as condições de exercício. Não esquecendo, porém, que o alfabeto é instrumento de ação escolar, e que esta em sua última instância respeita à formação de consciências, o Estado não deixará [...] de exercer a vigilância que lhe compete. A ele confia a Nação o zelo pelos seus sentimentos: ele providenciará, garantirá, pela supressão de todas as atividades escolares que ponham em risco o sentido nacional”.

“pessoas de todas as categorias sociais, sem distinção de credos políticos ou religiosos”¹³⁰ e deveriam não só proceder à recolha de dados estatísticos acerca da situação do ensino primário no respetivo concelho, apresentar soluções e criar núcleos de assistência junto às escolas¹³¹, como também promover o ensino de cursos noturnos para analfabetos adultos, zelar para que as fábricas e oficinas mantivessem ou auxiliassem escolas para os operários e incitar à benemerência com vista à criação de escolas.

Na sequência do plano e nos dias seguintes à sua publicitação, são dadas a conhecer a organização das comissões criadas e os dados e sugestões por elas registados entre os quais sobressai a necessidade urgente de mais professores e escolas. Em simultâneo são publicadas inúmeras cartas que, enviadas ao jornal, dão voz à população que reclama ensino para os filhos, reportando casos concretos de impedimento de frequência escolar, por motivos idênticos aos invocados pelas comissões – falta de escolas e de professores. Várias notícias realçam que as escolas iniciadas por meio da intervenção particular não podem ser concluídas, porque falta o apoio estatal que teria sido prometido. O diretor geral dos edifícios e monumentos nacionais Gomes da Silva (1931, p. 1 e p. 4), fala da necessidade de um empréstimo a realizar pelo governo para a construção de escolas em todo o país.

O conjunto de realidades apresentadas aos leitores, parece querer traduzir um facto – após a intervenção do *Diário de Notícias* à qual se juntara a iniciativa dos particulares, faltava ainda a ação do Estado. E finalmente a 10 de dezembro do mesmo

¹³⁰ Das comissões fazia parte um representante do *Diário de Notícias*, incluindo-se na restante composição, de um modo geral, professores de vários níveis de ensino, indivíduos ligados a organizações de combate ao analfabetismo, autoridades civis, industriais ou comerciantes e representantes da classe operária. A composição parece ter variado de acordo com o distrito em questão, em função das atividades mais relevantes. Se em Coimbra predominavam os elementos ligados à universidade – professores e representantes das associações de estudantes –, no Porto o peso de elementos ligados à indústria e ao comércio era acentuado, registando-se ainda a presença de Américo Cardoso, representante da Liga de Propaganda contra o Analfabetismo como vogal da comissão. Já em Braga é notória a inclusão de alguns padres – caso do diretor do Colégio dos Órfãos de S. Caetano ou do representante da associação dos jornalistas e homens de letras. A título de exemplo, a comissão de Leiria (DN, 5/12/1931, pp. 1-2) tinha como presidente o reitor do liceu, ao tempo António José Saraiva, tendo ainda como elementos o presidente da comissão administrativa da câmara municipal, o inspetor chefe da região escolar e presidente da junta geral do distrito, um ex diretor da escola industrial, um representante da associação comercial e industrial, o presidente da junta de freguesia, um delegado da associação de classe dos caixeiros, um representante da classe operária e um professor primário.

¹³¹ Estabelecia o plano do *Diário de Notícias* como objetivos dos núcleos de assistência: “melhorar as condições de higiene e de bom gosto no ambiente escolar; ocorrer às despesas necessárias para o fornecimento aos alunos pobres dos utensílios escolares, tais como livros, papel, lápis, etc.; coadjuvar a instalação e o funcionamento da escola, prestando a melhor assistência ao professor e alunos; manter a cantina para alimentação das crianças quando se reconheça necessário; fornecer vestuário e calçado aos alunos mais necessitados; prestar qualquer outro benefício que se não desvie da índole da instituição”.

ano, o *Diário de Notícias* transcrevendo o decreto n.º 20 604, que fora publicado oficialmente no dia anterior¹³², anuncia a atitude patriótica do governo que, juntando-se à campanha contra o analfabetismo, criara os postos de ensino. Embora realce o carácter rudimentar destes, referindo que “postos não são escolas”, o diploma justifica a sua criação com a necessidade de fazer chegar às populações dos “meios recônditos onde a escola elementar ainda não chegou”, o ensino da leitura e da escrita¹³³ e apresenta no respetivo preâmbulo as novas instituições, como instrumentos da Ditadura, em prol da resolução do analfabetismo.

A regência dos postos, que poderiam funcionar em horário diurno, noturno ou misto, destinando-se também a adultos, implicava designação ministerial e exigia apenas o que era designado como “a necessária idoneidade moral e intelectual”. Esta condição, desligada de qualquer certificação profissional, resolvia ainda a questão da falta de professores qualificados e entregava ao Estado o controle da situação.¹³⁴

Com os postos de ensino, o problema do cumprimento da escolaridade obrigatória, ou seja, do analfabetismo das crianças, parecia poder ficar resolvido e entregue ao Estado. No caso dos adultos, o Decreto n.º 20 435 de 20 de outubro de 1931, tinha já, de certa maneira, correspondido também à campanha do *Diário de Notícias*, ao permitir que no ano letivo de 1931/32 funcionassem cursos noturnos até um total de 500, nas escolas primárias.¹³⁵ Com os postos de ensino, que poderiam funcionar também à noite, o leque de oferta à população adulta, tinha-se alargado. No entanto, perante a urgência do problema tornava-se necessário apelar ao contributo particular, situação que, embora pontual, não constituía novidade.¹³⁶

¹³² Embora publicado a 9 de dezembro, o decreto é datado de 30 de novembro.

¹³³ De acordo com o decreto n.º 20 604 (Artigo 1.º), os postos poderiam ser criados por iniciativa do Ministro da Instrução Pública, ou a requerimento de algum corpo ou corporação administrativa ou de dez contribuintes.

¹³⁴ Reportando-se ao facto de o Estado não possuir verba suficiente para a instalação de muitos postos, o *Diário de Notícias* (12/12/1931, p. 1), na sua secção “contra o analfabetismo”, referir-se-á ao âmbito de ação da iniciativa particular, que ficaria bastante limitada. De acordo com o jornal, aquela deveria cingir-se aos aspetos materiais e de frequência escolar, assegurando a responsabilidade da instalação dos postos com a aquisição de mobiliário e despesas de encargos de iluminação em caso de curso noturno e garantindo a matrícula de um mínimo de 15 alunos para os cursos diurnos e de 10 para os cursos noturnos.

¹³⁵ Este decreto punha em vigor relativamente ao ano letivo de 1931/32, as determinações constantes do Decreto n.º 18 724, de 5 de agosto de 1930.

¹³⁶ Seguindo o exemplo de alguns industriais que tinham criado e mantinham cursos noturnos para os empregados, o próprio *Diário de Notícias* (17/11/31, p. 1) encabeçará a campanha contra o analfabetismo por si implementada, instituindo um curso noturno para o pessoal analfabeto, inaugurado a 16 de novembro de 1931. De acordo com o jornal, as lições funcionavam todos os dias das 18h30m às 20h30m e o material escolar era fornecido gratuitamente aos alunos.

E a 15 de dezembro de 1931, a secção “contra o analfabetismo” do *Diário de Notícias*, refere a intenção do jornal em promover um ciclo de conferências de combate ao analfabetismo, recorrendo para tal, a “velhos propagandistas” da instrução. Este facto viria a permitir que a alfabetização deixasse de ser representada como um exclusivo do ideal republicano, ao enquadrar a ação das organizações republicanas e seus representantes e simpatizantes num movimento mais vasto, que se afirmava independente de credos religiosos ou políticos e que surgiria como obra da Ditadura.¹³⁷

Na sequência da primeira das conferências, proferida por Alexandre Ferreira e realizada a 23 de dezembro na Voz do Operário, algumas empresas, associações e organizações patronais como a Companhia Reunida de Gás e Eletricidade (CRGE)¹³⁸, a cooperativa “A Padaria do Povo”¹³⁹ e a Associação Industrial e Comercial de Aveiro¹⁴⁰, tomam a iniciativa de criar cursos de adultos e a Universidade Livre contribui com a criação de 50 cursos em Lisboa, a funcionar em associações operárias, patronais, recreativas e em centros republicanos. E em 22 de novembro de 1932 o Estado cria e regulamenta o funcionamento de cursos noturnos no país até ao limite de 500¹⁴¹, tornando definitivas, pelo Decreto n.º 21 896, as disposições transitórias dos Decretos n.º 18 724, de 5 de agosto de 1930 e n.º 20 435, de 20 de outubro de 1931¹⁴² e assumindo assim uma vez mais a liderança da campanha do *Diário de Notícias*.

Muito embora se registem dúvidas por parte de alguns representantes da imprensa especializada¹⁴³, acerca da eficácia dos postos de ensino e dos desígnios que

¹³⁷ Apesar de entre os conferencistas se encontrarem republicanos como Alexandre Ferreira e João de Barros, o *Diário de Notícias* (19/12/31, p. 1 e p. 5) realçará o carácter apolítico das conferências, referindo não só o facto de se realizarem em prol de “uma das poucas causas em que todos os portugueses, sejam quais forem as suas ideias políticas ou religiosas, estão de acordo”, como ainda destacando que, durante as mesmas, “de nenhum outro assunto se tratará além do analfabetismo”.

¹³⁸ Notícia inserida na secção “contra o analfabetismo” (DN, 12/1/1932, p. 1).

¹³⁹ A cooperativa, com sede na Universidade Popular, é notícia da secção “contra o analfabetismo” (DN, 27/12/31, p. 1).

¹⁴⁰ Notícia inserida na secção “contra o analfabetismo” (DN, 15/1/1932, p. 1).

¹⁴¹ Os cursos destinavam-se a maiores de 13 anos de ambos os sexos e, segundo o diploma, funcionariam em edifícios escolares ou nas sedes de organismos associativos de carácter apartidário.

¹⁴² No preâmbulo ao Decreto n.º 21 896 é salientado o facto de, na sequência da aplicação do Decreto n.º 18 724, se terem matriculado nos cursos noturnos mais de 10 000 alunos, 6 000 dos quais registaram uma frequência regular. Este resultado, considerado como satisfatório, faria prolongar por mais um ano e pelo Decreto n.º 20 435, as disposições tomadas e tornar definitivas, após novos resultados positivos, as medidas provisórias estabelecidas nestes dois decretos.

¹⁴³ Caso da revista *O Ensino Primário*. O artigo “Postos de Ensino” (S.A., 1931 d), p. 1), publicado a 20 de dezembro, refere que em Portugal, alfabetizar o povo em extensão através de postos de ensino poderia não ser a solução ideal, tal como já acontecera, com sucesso, no Brasil. Aqui, e de acordo com o título, as verbas que seriam atribuídas aos postos, não permitiriam “grandes voos”. Quanto aos desígnios da campanha do *Diário de Notícias*, seriam questionados no artigo “Considerações oportunas sobre o

teriam levado o *Diário de Notícias* a encetar a campanha contra o analfabetismo, rapidamente as instituições alfabetizadoras criadas pela Ditadura aparecem como naturalizadas nas notícias do jornal. Estas, para além de referirem as realizações entretanto ocorridas e de sugerirem a criação de postos nalgumas localidades como alternativa a escolas fixas desativadas ou a escolas móveis extintas, apresentam casos concretos de populações que se mobilizam a fim de requer a respetiva criação.¹⁴⁴

O consenso nacional gerado em torno da necessidade de alfabetização, fase preliminar e indispensável a uma futura ação educativa de maior abrangência, produtora de melhores condições sociais e necessária ao progresso nacional, fará da educação um dos suportes do regime político que já se perspetiva. E se os postos de ensino representam ainda antes de publicada a Constituição de 1933, a garantia de que o novo governo irá continuar a dar resposta à procura de ensino por parte das populações, potenciando para o caso dos menores o cumprimento da escolaridade obrigatória, no que respeita aos adultos, a legislação relativa à organização corporativa assegurará funções homólogas, complementando a ação dos cursos noturnos.

3. A proposta de Araújo Correia

3.1. O projeto de lei “A cultura popular em Portugal”

A forte correlação positiva entre o desenvolvimento económico do país e o índice de cultura do povo será posta em evidência no projeto de lei “a cultura popular em Portugal”¹⁴⁵, da autoria de Araújo Correia (1935 a), pp. 1-31) e apresentado à Assembleia Nacional, na sessão de 5 de fevereiro de 1935. Esta proposta encontra-se relacionada com o projeto de lei que este mesmo deputado (Correia, 1935 b), pp. 196-202) apresentaria dois dias depois como alternativa à proposta de Lei de Reconstituição Económica, da responsabilidade do Ministério das Finanças¹⁴⁶, e no qual o deputado se

problema do analfabetismo”, de 25 de outubro de 1931. Nele se regista não ser claro (Agudo, p. 1) “qual o espírito que orienta a campanha do grande jornal de Lisboa”, referindo-se que os inquéritos realizados comportam “muitíssimas opiniões que não vão ao âmago da questão”.

¹⁴⁴ Em 3 de março de 1932 a secção do *Diário de Notícias* “contra o analfabetismo” realça a obra realizada pela Ditadura, registando a estatística do número de escolas e lugares de professores, criados de 1926 a dezembro de 1931, e referindo que os postos de ensino, organizados às centenas em lugares onde não era viável a criação de uma escola, revelavam ser “instituições semelhantes às extintas escolas móveis”, sendo “orientados por um mais moderno critério pedagógico”.

¹⁴⁵ Na proposta de lei, o índice de cultura é determinado pela educação popular, consubstanciada no domínio de algumas competências de que fazem parte a leitura e a escrita – alfabetização – e na aprendizagem de algumas noções educativas, a ministrar em função do meio socioprofissional.

¹⁴⁶ Proposta registada em janeiro, no n.º 8 do *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*.

referiria ao investimento na educação popular, como um dos fatores que poderiam aumentar consideravelmente o progresso económico do país.¹⁴⁷

No preâmbulo à proposta de lei em análise e suportando-se em vários estudos estatísticos que apresentam a distribuição das taxas de analfabetismo em função de variáveis como a região, o género ou a faixa etária, Correia considera que um dos fortes entraves ao progresso económico residiria na elevada percentagem de analfabetos que se regista para a faixa etária situada entre os 12 e os 40 anos, correspondente a um total de 1 600 000 indivíduos já não abrangidos pela obrigatoriedade escolar. Estes, atendendo à profissão, seriam maioritariamente trabalhadores rurais e da indústria que para além de constituírem a “massa ativa do país”, representavam mais de 25% da população total. São ainda focadas pelo autor da proposta duas outras questões que se prendem com a realidade apresentada – o facto de o analfabetismo ainda não ter sido debelado no país, apesar de todos os esforços feitos por governos “do mais variado credo político” e o facto do domínio da leitura e da escrita não se mostrar suficiente para, por si só, melhorar as condições de vida dos alfabetizados. E estas duas considerações exigiriam a adoção de métodos inovadores de combate ao analfabetismo, a par da definição de um conjunto de noções educativas a incluir na educação popular a ministrar aos adultos, tendo em conta a realidade quotidiana dos envolvidos e dando uma resposta adequada às respetivas necessidades diárias.

Face à problemática acima exposta, a solução apontada consistiria na organização de 40 000 postos radio escolares – os “postos de cultura popular” –, pelos quais seriam distribuídos os cerca de 1 600 000 analfabetos da faixa etária referida, à razão de 40 indivíduos por posto. Nos postos funcionariam cursos de instrução elementar e palestras educativas via rádio, por meio das quais seriam ministradas algumas noções de interesse para as populações rurais ou industriais. A chamada educação popular englobaria não apenas um leque de matérias estritamente relacionadas com as competências de leitura, escrita e aritmética, a lecionar a todos os adultos nos cursos de instrução elementar, como ainda um conjunto de noções que poderiam

¹⁴⁷ Comparando a proposta de Lei de Reconstituição Económica da responsabilidade do Governo com a proposta alternativa apresentada por Araújo Correia, no que respeita aos melhoramentos a introduzir no campo educativo, constatamos que enquanto a primeira apenas se refere a obras de edifícios para escolas, a segunda regista como um dos itens a contemplar, o investimento na cultura popular, por meio da educação das classes rurais.

registar *nuances* em função do meio socioprofissional, rural ou industrial.¹⁴⁸ E assim, se no meio rural podiam ser recebidas, entre outras, lições acerca do cultivo do milho e do trigo, dos cuidados a ter com as oliveiras e as vinhas ou do fabrico do azeite, algo de semelhante poderia acontecer no meio industrial, com a divulgação de noções educativas adequadas.

Para Araújo Correia, a rádio constituía um instrumento cultural de elevado alcance, permitindo veicular não apenas noções adequadas a determinado grupo de indivíduos, de que são exemplo as que acima foram registadas, mas ainda noções de âmbito geral – caso das noções de higiene – e até mesmo ideias políticas e sociais. Para além destas virtualidades, proporcionaria momentos de alegria e distração que potenciariam um desempenho profissional eficiente. E seria todo este conjunto que constituiria a chamada “educação popular” – programa dos cursos de instrução elementar e somatório de algumas das possíveis vertentes culturais a incluir nas emissões radiofónicas –, a definir o conceito de cultura popular proposto pelo deputado.

No que respeita aos professores, considerava-se no projeto a intervenção de um regente e de um professor primário oficialmente diplomado. Os postos agrupavam-se em núcleos por freguesia ou concelho, sendo cada núcleo orientado por um professor primário – o professor diretor –, nomeado de acordo com proposta do inspetor escolar. Cada posto era confiado a um regente, indicado pelo professor diretor e escolhido entre os indivíduos que possuísem melhores habilitações.

A execução do projeto ficaria a cargo da Junta de Cultura Popular (Base 1.^a), instituição a criar pelo Governo e autónoma, financeira e administrativamente, e envolveria um empréstimo contraído à Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência cujo montante máximo seria de 15.000.000\$00. Para a liquidação do mesmo previa-se (Bases 10.^a, 11.^a e 16.^a) uma quota anual de analfabetismo, paga pelos analfabetos entre os 12 e os 50 anos, de ambos os sexos. A fim de promover a extinção do analfabetismo,

¹⁴⁸ De acordo com a Base 2.^o do referido projeto de lei, o ensino nos cursos de instrução elementar teria como objetivo: leitura corrente, caligrafia e ortografia; operações de somar, diminuir, multiplicar e dividir, de números inteiros e decimais; elementos de sistema métrico, consistindo essencialmente na forma mais simples das medidas de comprimento, superfície, capacidade e peso. Estavam ainda contemplados rudimentos de história pátria e corografia, a ser ministrados através do livro de leitura. As noções consideradas de interesse para as populações rurais ou industriais, que não são listadas nas bases da proposta, mas apenas sugeridas no respetivo preâmbulo, seriam dadas como complemento da instrução elementar, nas palestras radiofónicas.

previa o projeto de diploma (Bases 2.^a e 9.^a), prémios a distribuir por agentes de ensino e alunos.¹⁴⁹

Apesar de realçar o trabalho rico em documentação e estudado ao pormenor, a Câmara Corporativa¹⁵⁰ (Dantas, 1935 a), pp. 462-463) dará um parecer negativo à proposta, emitido pela 16.^a secção¹⁵¹. Três pontos do projeto suscitam objeção – a criação de um organismo autónomo, o imposto sobre os analfabetos e o recurso à rádio. De acordo com a Câmara, a Junta de Cultura Popular constituiria uma duplicação de serviços, dado já existir um organismo com competências próprias no combate ao analfabetismo entre adultos – a Direção Geral do Ensino Primário (DGEP) – cuja ação na resolução do problema se estaria a fazer já sentir.¹⁵² Quanto à taxa a aplicar aos analfabetos, não só seria uma medida contrária ao princípio de gratuidade inscrito na legislação portuguesa, como constituiria uma medida injusta, por ter sido o Estado, a quem cabia o dever de instrução do povo, o principal responsável pela situação, ao não proporcionar possibilidades escolares – escolas e professores. No que respeita à utilização da rádio no ensino primário, a radiofonia teria um valor limitado no âmbito da instrução primária, revelando-se mesmo antipedagógica, por suprimir o contacto direto com o professor. A aparelhagem radiofónica serviria “para tudo, menos para ler, escrever e contar” e, assim sendo, deveria estar ao serviço não do ensino rudimentar, mas de uma cultura pós escolar que funcionaria como elemento complementar da educação do povo e ao serviço da qual deveriam estar não apenas a rádio, mas ainda as projeções luminosas fixas, a cinematografia, os museus ambulantes e as bibliotecas móveis.

Aquando da discussão da proposta de Araújo Correia na Assembleia Nacional e face ao parecer negativo da Câmara Corporativa, são apresentadas em alternativa duas propostas. Uma da autoria de Botelho Neves (1935, p. 502) e outra da autoria de Diniz

¹⁴⁹ Entre os prémios estavam previstas (Base 2.^a, Artigo 1.^o), bolsas de estudo a conceder aos alunos que obtivessem as classificações mais altas nos cursos e de idades entre os 12 e os 20 anos. Eram ainda contemplados (Base 9.^a, Artigos 1.^o e 2.^o), prémios monetários a conceder aos melhores alunos e aos professores mais diligentes, prevendo-se para estes, repercussões na carreira, nomeadamente ao nível de promoções. Para os organismos industriais, comerciais ou agrícolas cuja ação no campo da cultura popular se mostrasse relevante, poderiam (Base 9.^a, Art. 3.^o), o governo e a junta de cultura popular conceder louvores, bem como “quaisquer outras justas recompensas”.

¹⁵⁰ De acordo com a Constituição Política (Art. 103.^o), competia à Câmara Corporativa relatar e dar parecer por escrito acerca de todas as propostas ou projetos de lei presentes à Assembleia Nacional, antes de ser nesta iniciada a respetiva discussão.

¹⁵¹ Esta secção representava as Ciências, Artes e Letras.

¹⁵² Para o caso das crianças, refere-se terem já sido instituídos cerca de 1000 postos de ensino. Para os adultos, realça-se o facto de estarem a ser estabelecidos progressivamente, tanto nas escolas como nos postos, cursos noturnos para adultos.

da Fonseca (1935, pp. 504-505). A definição do conceito de cultura popular presente no projeto de diploma é também objeto de análise e discussão na Assembleia Nacional, por iniciativa de Moreira de Almeida (1935, pp. 499-502). Questionando a amplitude dada por Araújo Correia ao conceito acima referido, este deputado refere que o mesmo, ao incluir o aperfeiçoamento dos métodos de técnica agrícola e de trabalho industrial, extravasa os limites do ensino primário e a simples alfabetização, à qual se deveria confinar.

Cultura popular era, para Moreira de Almeida, a veiculada pelo ensino primário, reduzido ao mínimo – “ler, escrever, contar e uns rudimentos singelíssimos de história e corografia pátrias”. Tudo o que fosse para além disto constituía-se como “uma vaga instrução técnica”, destituída de qualquer interesse porque não devidamente credenciada. Para este deputado, a solução do problema apresentado por Araújo Correia consistiria então em, numa primeira fase, extinguir o analfabetismo, reduzindo o ensino primário ao mínimo e aumentando o número de escolas primárias e de professores, para, apenas numa fase posterior, serem incluídos os conteúdos educativos inicialmente propostos.

3.2. A proposta de Botelho Neves

Não pondo em questão o recurso à rádio e referindo que este poderia ou não ser utilizado no processo de combate ao analfabetismo, Botelho Neves sugere que se organizem postos de leitura, a funcionar nas Casas do Povo. A regência dos postos seria confiada a indivíduos desempregados, indicados pela direção da Casa do Povo respetiva e cujas habilitações mínimas deveriam contemplar o exame de instrução primária. A proposta, que tem como objetivo explícito valorizar a organização corporativa, deixa também entrever desconfianças relativamente à mesma, manifestadas nos receios acerca dos desvios de orientação política que poderiam ocorrer no seio das respetivas instituições, caso nestas não fossem devidamente propagandeados e subjetivados os princípios fundadores do Estado Novo. Botelho Neves refere-se explicitamente ao facto de só ser conveniente instalar uma Casa do Povo, “quando o terreno estivesse preparado”, a fim de que a mesma “em vez de uma Casa do Povo, não passasse a ser uma célula comunista”. E assim, a educação popular que propõe tem um duplo alcance

– combater o analfabetismo e ainda, através da inclusão de noções educativas adequadas, esbater os receios acima apontados.¹⁵³

A Câmara Corporativa emitirá um parecer negativo relativamente a esta proposta, alegando (Dantas, 1935 b), p. 765) que a criação de postos de ensino se constitui já como uma das atribuições das Casas do Povo, devidamente registada no Decreto-Lei n.º 23 051, de 23 de setembro de 1933. Refira-se que, de acordo com o Artigo 8.º deste diploma, competia a estas organizações corporativas, “a criação de pequenas bibliotecas e de postos de ensino destinados a ministrar instrução aos sócios e aos seus filhos”, devendo a instrução orientar-se “no sentido do aperfeiçoamento da profissão que aprendem ou que exercem”.

Comparando as noções educativas inscritas na legislação acima referida com as propostas por este deputado, parece poder-se concluir que enquanto as primeiras incidem de forma pronunciada no campo profissional, as segundas são omissas a este respeito, remetendo para a divulgação dos princípios corporativos¹⁵⁴ – ensinar os direitos e obrigações do Estado Novo. Esta posição se parece estar de acordo com o facto de Botelho Neves ser um homem do INTP¹⁵⁵ e portanto preocupado com a disseminação da ideologia corporativa, não deixa de ser curiosa ao indiciar, nos receios manifestados em torno da ampliação da organização corporativa através das Casas do Povo, falhas graves no processo de corporatização da população. E este, entendido como a naturalização dos princípios corporativos inscritos na legislação em vigor à época, pretendia-se realizado de acordo com o deputado, por via educativa.

3.3. A proposta de Diniz da Fonseca

Embora não descurando a questão das noções educativas relativas ao meio socioprofissional e a utilização da rádio como instrumento educativo e cultural, a proposta de Diniz da Fonseca (1935, pp. 504-505), visa essencialmente o combate ao

¹⁵³ Botelho Neves (1935, pp. 501-502) pretende que a proposta apresentada faça das Casas do Povo locais nos quais “se aprenda a ler a cartilha e onde se ensinem os direitos e as obrigações do Estado Novo” e onde se contrarie o cenário de “se lerem manuais que ensinam a fabricar bombas”.

¹⁵⁴ A proposta do deputado é omissa no que respeita ao programa a ministrar, aparecendo apenas, no respetivo preâmbulo e de forma vaga, a intenção de nas Casas do Povo se aprender a ler a cartilha e de se ensinarem os direitos e obrigações do Estado Novo.

¹⁵⁵ Segundo informação recolhida no *Boletim do INTP*, Botelho Neves desempenhou neste organismo o cargo de secretário, desde a respetiva criação até ao ano do seu falecimento, ocorrido em 1940. De acordo com o Dicionário Biográfico Parlamentar (Cruz, 2004, pp. 227-230), Botelho Neves teria trabalhado “em estreita colaboração” com Pedro Teotónio Pereira, primeiro Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social e artesão do ETN, de quem era cunhado.

analfabetismo. E assim, se é proposto (Base I, Artigo 1.º), o “ler corretamente, escrever e praticar as quatro operações com números inteiros e decimais”, como programa dos cursos de ensino rudimentar a instituir, são também previstas lições ou palestras radiofônicas semanais de caráter popular, destinadas (Base VI, Art. 6.º) “ao aperfeiçoamento dos conhecimentos relacionados com as diversas atividades regionais”, muito embora não sendo referida a presença da rádio nos cursos a organizar.¹⁵⁶

A originalidade desta proposta relativamente ao projeto de Araújo Correia e à proposta alternativa de Botelho Neves reside no peso atribuído à atividade particular. Invocando os princípios constitucionais¹⁵⁷, o deputado propõe que sejam instituídos em todo o país cursos livres de ensino rudimentar, livremente abertos por qualquer indivíduo detentor de diploma de instrução primária, mediante participação à inspeção escolar da indicação do número e nome dos respetivos alunos. Como incentivo à abertura e regência de cursos, não só são contempladas gratificações por cada aluno aprovado em exame, como se prevê que a preferência na colocação em postos do ensino oficial, seja dada aos regentes cujos cursos registem bom aproveitamento, comprovado pelas aprovações em exame.

Muito embora a proposta apresentada apresente semelhanças relativamente às anteriores no que concerne às habilitações dos regentes, realçando o deputado que “para ensinar a ler, escrever e contar, basta saber ler, escrever e contar e saber transmitir o que se sabe”, a grande diferença reside no facto de os cursos a organizar partirem da livre iniciativa dos regentes.

O parecer da Câmara Corporativa relativamente a esta proposta (Dantas, 1935 c), pp. 825-827) será negativo, apontando-se uma leitura abusiva da Constituição. Contrariando a opinião de Diniz da Fonseca, a Câmara Corporativa alega que tanto a instrução como a educação se constituem não como um dever subsidiário do Estado atribuído em primeiro lugar às famílias, mas antes como “uma das suas mais importantes e mais elevadas funções”, dado que aos pais apenas é imputada a obrigação de zelo relativamente à frequência escolar e ao Estado compete abrir e manter escolas,

¹⁵⁶ Diniz da Fonseca aponta a discordância que sente face à proposta de Araújo Correia relativamente ao recurso à rádio enquanto instrumento utilizado para o ensino do *abc*, destacando a “superstição excessiva conferida à máquina e à radiofonia para o ensino rudimentar”.

¹⁵⁷ No preâmbulo à proposta o deputado suporta-se nos artigos 4.º, 11.º, 13.º e 42.º da Constituição, para declarar que, tanto a instrução como a educação, são atribuições que apenas pertencem subsidiariamente ao Estado, sendo em primeiro lugar da competência das famílias. Assim sendo, o recurso à iniciativa particular, para além de não contrariar as disposições legislativas, aliviaria o Estado do peso das suas funções.

postos de ensino e demais organismos nos quais se ministra o ensino elementar às crianças e o ensino rudimentar aos analfabetos adolescentes e adultos.

A opinião da Câmara Corporativa parece remeter para a questão levantada por Botelho Neves e relativa aos possíveis desvios ideológicos que poderiam advir com o domínio da leitura e que seriam prevenidos com o controle estatal das escolas, regentes e programas. E o que se pressente no parecer acima referido e que atribui ao Estado a obrigação de prover à alfabetização dos adultos torna-se explícito nas objeções da Câmara aos “postos de ensino livre” – “trata-se de organismos que o Estado não cria, de professores que o Estado não nomeia, não regista, nem sequer fiscaliza, de escolas que aparecem e desaparecem [...], de um ensino que inteiramente se afasta dos módulos orgânicos da instrução oficial.”

4. A Lei n.º 1 969, de 1938 – uma manifestação de intenções

Não tendo sido aprovada a proposta de extinção do analfabetismo contemplada no projeto de Araújo Correia, nem nenhuma das alternativas à mesma, apresentadas por Botelho Neves e Dinis da Fonseca, continuaria em aplicação o Decreto-Lei n.º 21 896, em vigor desde novembro de 1932 e relativo à criação e funcionamento de cursos noturnos. Estes, tal como já foi referido, eram dirigidos a indivíduos maiores de treze anos, funcionavam em escolas e postos ou em sedes de organismos associativos de “caráter não partidário” e proporcionavam o diploma do grau mínimo de instrução, após aprovação em exame.

No entanto, os cursos de adultos apenas atingiam os objetivos mínimos incluídos no projeto da autoria de Correia. Faltava ainda, de acordo com a proposta, proporcionar à população trabalhadora um leque de noções educativas de âmbito específico e conforme à profissão, ou de cariz mais geral – caso das noções de higiene e das “ideias políticas e sociais”. Os momentos de alegria e distração, potenciadores de um desempenho profissional mais eficiente e que seriam proporcionados via rádio, ficavam também comprometidos com a rejeição do projeto. A resolução do problema acima exposto seria entregue à Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), criada em junho de 1935, pelo Decreto-Lei n.º 25 495, ou seja, alguns meses após ter sido apresentado oficialmente o projeto de Araújo Correia. O novo organismo propunha-se promover o aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores, de modo a assegurar-lhes não apenas “a elevação do seu nível cultural e moral”, e vindo portanto ao encontro do

conceito de cultura popular que havia sido reclamada por Correia, mas ainda “o maior desenvolvimento físico”.¹⁵⁸ A fim de cumprir o primeiro desiderato e de acordo com os respetivos estatutos, deveria o organismo criado adotar alguns meios de ação, de que são exemplo, a criação de cursos de cultura profissional ou geral, a organização de conferências, palestras radiofónicas e sessões de cinema educativo e a instalação de bibliotecas populares.

Em dezembro de 1940, os estatutos da FNAT reformulados pelo Decreto n.º 31 036, determinam que a esta cabem (Art. 6.º), “a orientação, coordenação e fiscalização de todas as iniciativas relativas à cultura popular e que emanem de organismos corporativos ou de coordenação económica”. Podemos presumir que o conceito de cultura popular, esboçado em 1935 por Araújo Correia, seria, a partir de agora, construído de acordo com um padrão mais rígido e predeterminado.¹⁵⁹ E a definição e fiscalização do mesmo acabaria formalmente entregue ao Estado, por intermédio do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), criado em fevereiro de 1944, pelo Decreto-Lei n.º 33 545.¹⁶⁰

O problema da extinção do analfabetismo seria retomado em maio de 1938 e incluído na Lei n.º 1 969 – bases da futura Reforma do Ensino Primário. O cumprimento da escolaridade obrigatória é entrevisto na legislação, como dependente de uma rede escolar suficiente, que se prevê estar criada em breve. Para os maiores de treze anos, estabelece-se que o Estado subsidiará cursos noturnos para o ensino primário elementar nas Casas do Povo, nos Sindicatos Nacionais, nas Casas dos Pescadores e ainda nas escolas e postos escolares, quando solicitados por núcleos de analfabetos ou criados por iniciativa de corpos administrativos. Estes últimos, em conjunto com os concessionários do Estado e as entidades particulares, são obrigados a compartilhar na instalação e manutenção de escolas, postos escolares e cursos noturnos, caso tenham pessoal assalariado em concentração que justifique. É instituído (Base IX), o “voluntariado para o combate ao analfabetismo” em todos os estabelecimentos de ensino primário oficial, com a atribuição de prémios aos agentes de ensino –

¹⁵⁸ Objetivos registados no Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 25 495.

¹⁵⁹ Refira-se que a expressão “cultura popular” não se encontra nos primeiros estatutos da FNAT, constantes do Decreto-Lei n.º 25 495, de junho de 1935, muito embora os objetivos deste organismo venham ao encontro de algumas das questões apontadas por Araújo Correia no projeto da sua autoria.

¹⁶⁰ De acordo com o Regulamento do SNI, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 34 134, de 24 de novembro de 1944, as atribuições deste organismo, no respeitante à cultura popular, visavam (art. 2.º), “a orientação, o estímulo e a coordenação de todas as atividades” que se destinassem a “elevar o nível moral e intelectual do povo português e a exaltar e valorizar a sua individualidade nacional”.

professores, regentes e “pessoas idóneas” –, em função do aproveitamento escolar. Prevê-se (Base IX) que, na “hora educativa para os trabalhadores”, a realizar aos sábados nas escolas ou postos escolares, sejam difundidos conhecimentos elementares sobre “higiene moral e física, técnica profissional, corporativismo e história pátria”.

Da leitura do diploma podemos perceber a resultante do debate subjacente às soluções preconizadas em torno da resolução do analfabetismo e concluir que este continuaria a constituir-se até então, como uma questão difícil que se pretendia ver resolvida. Apesar da Lei n.º 1 969 não ter entrado em execução, as “Palavras de Salazar”, transcritas em novembro no órgão oficial da Direção Geral do Ensino Primário (DGEP), *Escola Portuguesa*, deixam entrever que a tentativa de extinção do analfabetismo iria ser retomada, muito embora não abrangendo ainda os adultos de forma generalizada e sistemática, e incidindo, no caso dos menores, no alargamento da rede escolar:

“Dentro de cinco, seis anos, conto que todas as crianças em idade escolar tenham à sua disposição escolas e professores que as ensinem a ler. Ficarão ainda de fora os adultos, cujo problema é mais difícil”.

Salazar (1938 b), p. 73). Palavras de Salazar.

Dois anos depois, a Lei n.º 1 985 (Art. 7.º) prevê para o ano seguinte o início da execução de um plano que contemple o número, localização e escolas a construir “para completo apetrechamento do ensino primário” – o Plano dos Centenários. Publicado em Despacho de 29 de julho de 1941, constitui um dos desideratos do Regime, inscrito na Lei de Reconstituição Económica apresentada à Assembleia Nacional em janeiro de 1935, nele se prevendo a construção de 12 500 salas de aula, num período não inferior a 10 anos. A expansão da rede trará como consequência a reabertura das escolas do magistério primário em setembro de 1942, pelo Decreto-Lei n.º 32 243¹⁶¹, instituições

¹⁶¹ A falta de professores credenciados vinha-se fazendo sentir já há algum tempo, com o encerramento das escolas do magistério, com o aumento de matrículas no ensino primário e com a exigência legislativa de só estes professores poderem lecionar nas escolas. Em dezembro de 1940, o Decreto-Lei n.º 30 951 insere medidas de emergência, referindo que nesse ano tinham ficado encerradas por falta de professor 134 escolas, apesar de se ter contornado a legislação e recorrido aos agentes de ensino que apenas podiam lecionar em postos escolares. O diploma permitirá que os indivíduos habilitados com o 2.º ciclo do liceu lecionem nas escolas primárias, após aprovação em exame de cultura específica e aptidão pedagógica e frequência de um estágio de 3 meses, enquanto não estiverem em funcionamento as escolas do magistério.

cujo encerramento havia sido iniciado em novembro de 1936, com a ordem de fecho determinada pelo Decreto-Lei n.º 27 279 (Art. 7.º), das matrículas do 1.º ano.

A partir dos anos quarenta os níveis de analfabetismo, que até aí se tinham mantido elevados para todos os níveis etários, começam a diminuir sensivelmente entre os legalmente abrangidos pela obrigatoriedade escolar, verificando-se uma diferenciação cada vez mais acentuada entre as taxas de analfabetismo relativas a este nível etário e as dos que já não estão sujeitos à frequência do ensino primário. Esta evidência traduz o facto de que o combate ao analfabetismo, embora começando a delinear-se, ainda não envolve os adultos.

Quadro 1 - Taxas de analfabetismo por níveis etários

Anos	De 7 a 11 anos	De 12 e mais anos
1890	71,2%	76,6%
1900	83,8%	73,1%
1911	79,4%	68,8%
1920	73,5%	65,1%
1930	73,1%	60,2%
1940	46,2%	49,4%
1950	20,3%	42,8%

Fonte: Decreto-Lei n.º 38 968.

Embora protelada, a questão da alfabetização dos adultos mantém-se presente tanto nas intenções, como nas medidas preventivas que entretanto vão sendo tomadas, suscitadas pelos temores recorrentes associados às potencialidades da leitura. E a necessidade de alfabetizar a população integrando-a e educando-a no ideal corporativo do regime tornar-se-á evidente com a II Guerra Mundial, impondo um novo combate e novas soluções.

CAPÍTULO III

A PREMÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO ALFABETIZADO E CORPORATIZADO

“Compete às Casas do Povo a criação de escolas ou postos de ensino destinados a ministrar instrução aos sócios e aos seus filhos.

As Casas do Povo podem tomar a iniciativa de uma grande campanha para o analfabetismo dos adultos, organizando para tal fim, cursos noturnos [...].

Urge estudar o plano de elaboração imediata de uma coleção especialmente destinada às bibliotecas das Casas do Povo, coleção constituída por vinte a vinte e cinco volumes de pequeno formato, facilmente conservável numa pequena estante de modelo característico. Os assuntos mais indicados para esses volumes seriam, entre outros: a história de Portugal, noções muito simples sobre direito de família e organização política e administrativa, geografia de Portugal, economia agrária, cronologia e meteorologia, agricultura, indústrias rurais, teatro de amadores, folclore português, lendas e narrativas, cancionero, profilaxia e higiene, organização das Casas do Povo...”

Castro Fernandes (1945, pp. 105-106). Discurso proferido no ato de posse da Junta Central e da Comissão Consultiva das Casas do Povo.

1. A problemática da expansão da alfabetização

A II Guerra Mundial viria a pôr em destaque a fragilidade da economia portuguesa. A falta de indústrias de base impunha a importação de numerosos produtos, situação que num contexto conturbado de conflito à escala mundial, colocava problemas complexos. Para evitar este tipo de condicionalismo, o Decreto-Lei nº 31 177, de 17 de março de 1941 (Artigo 1.º), autoriza o Ministro da Economia a mandar efetuar inquéritos e estudos técnicos, tendo em vista a realização de um plano de reorganização e desenvolvimento industrial. O preâmbulo ao diploma refere a urgência de pôr a funcionar de imediato algumas unidades fabris para obstar à privação de “substâncias indispensáveis à vida” e de, para tal, ter de requisitar e contratar técnicos competentes.

Alguns anos mais tarde, as Leis n.º 2002 de 26 de dezembro de 1944 e n.º 2005 de 14 de março de 1945, respetivamente de Eletrificação Nacional e de Fomento e Reorganização Industrial, retomam e reforçam as intenções da legislação de 1941 acima referida. E, de novo, a tentativa de modernização e industrialização do país inscrita nestes dois diplomas vem requerer a existência de operários especializados e, por consequência, pôr em evidência a necessidade de reorganização do ensino técnico. A reforma deste tipo de ensino, promulgada a 19 de junho de 1947, pela Lei n.º 2.025, estava prevista há já alguns anos e de igual modo em correlação com o objetivo de reorganizar e desenvolver a indústria. Em julho de 1941, alguns meses após a publicação do Decreto-Lei nº 31 177, é atribuída à Comissão de Reforma do Ensino Técnico, criada pelo Decreto-Lei nº 31 431, a função de elaborar as bases da respetiva

reforma. Muito embora este diploma refira que a necessidade de reorganizar o ensino técnico é uma realidade que já se sente desde 1935, não será possível regulamentar as conclusões dos estudos então efetuados. Paradoxalmente, a situação de guerra que tinha originado fortes condicionalismos económicos e tornara evidente a urgência de reformulação deste tipo de ensino não teria permitido, de acordo com o discurso oficial contido na proposta de Lei n.º 99 relativa à reforma do ensino técnico profissional¹⁶², que tal desiderato fosse efetivado.

No entanto, muito embora na altura não tivesse sido possível levar a cabo a reorganização do ensino técnico, a intenção manifestada em termos legislativos traria por arrasto a exigência de uma população alfabetizada. E assim, apesar de não existir nos anos quarenta um plano organizado de combate ao analfabetismo entre os adultos, é possível vislumbrar-se um certo empenho estatal em que estes venham a possuir o diploma da escolaridade obrigatória, desde o início da década. A circular do L.º 16-A, n.º 6 de 29 de janeiro de 1942, alerta os regentes de cursos noturnos para o “especial interesse” que deve envolver o respetivo funcionamento e aproveitamento, havendo para tal que atender à “boa vontade e espírito de abnegação” dos alunos, indivíduos esforçados em apagar “a nódoa de analfabetismo” que os mancha.

O alerta, feito por Araújo Correia nos anos trinta, vem assim assumir, na década seguinte, uma nova dimensão. Como já foi referido, as conclusões dos estudos que realizara e apresentara no preâmbulo à proposta “a cultura popular em Portugal” apontavam para elevadas taxas de analfabetismo na indústria, embora a situação se apresentasse mais grave no meio rural. Setúbal, uma das cidades mais industrializadas, apresentava entre as restantes cidades do país, a menor taxa de indivíduos que sabiam ler e escrever – 46,4%. E um estudo que levava a cabo a partir de uma amostra de 132 organismos industriais envolvendo 17.414 operários, revelara que destes, somente 4.121 possuía o exame de instrução primária, ou seja, apenas 24% era detentor de uma certificação escolar básica. Refletindo acerca desta realidade que pode ser apreciada no quadro abaixo, o proponente do projeto envolve e responsabiliza patrões e gestores, ao referir que os números obtidos «sugerem melancólicas reflexões sobre a vida industrial de muitas empresas», que «bem podiam despender meia dúzia de contos na manutenção de escolas que melhorassem a cultura dos seus operários».

¹⁶² Publicada em dezembro de 1946, no n.º 61 do *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*.

Quadro 2 - Os números do analfabetismo na Indústria. Estudo relativo a uma amostra de 132 fábricas.

Sexo	Nº Operários	Sabem ler	Analfabetos (%)
Masculino	12.973	8.974	31%
Feminino	4.441	1.544	65,2%
Masc./Fem.	17.414	10.518	40%

Fonte: “A cultura popular em Portugal” – Projeto de Lei apresentado na sessão de 5 de fevereiro de 1935 da Assembleia Nacional.

A reforma do ensino técnico profissional, promulgada pela Lei n.º 2 025, de 1947, vem ao encontro dos alertas de Araújo Correia, realçando algumas das fragilidades relativas ao desenvolvimento económico por este apontadas, nomeadamente as que se prendem com a necessidade de uma formação profissional que deverá implicar o envolvimento do patronato e que exige o domínio das competências associadas à alfabetização, tanto para o meio industrial, como para o meio rural. E assim, o diploma não só estabelece que as empresas industriais e comerciais e os proprietários rurais deverão colaborar com o Estado na criação de escolas e cursos para a educação e formação profissional dos trabalhadores¹⁶³, como ainda exige, que a frequência do 1.º grau de ensino profissional, industrial e comercial dependa da posse do diploma de 4.ª classe da instrução primária¹⁶⁴, ou da realização de um exame de admissão, cuja passagem obviamente implica que os candidatos dominem o *abc*. Quanto ao ensino agrícola, aparece pela primeira vez na legislação, articulado com o ensino técnico.¹⁶⁵ Esta última realidade, e o facto de no preâmbulo à Proposta de Lei n.º 99 relativa à reforma do ensino técnico profissional se destacar que, o ensino agrícola se revela como “o menos difundido de todos os ramos do ensino técnico”¹⁶⁶, parecem prenunciar a respetiva expansão e a consequente exigência de medidas relativas à alfabetização do meio rural.

Esta última questão é focada de forma sistemática no parecer da Câmara Corporativa (Júnior, 1946, pp. 62-92) e nos debates da Assembleia Nacional, na sequência da apresentação da proposta de lei n.º 99, quer pelo realce dado aos níveis de analfabetismo rural, quer pela comparação feita entre estes e os relativos à indústria. A situação pode ser apreciada no Quadro 3, onde se registam os números relativos à

¹⁶³ O dever de colaboração é também imputado às autarquias locais, aos organismos de coordenação económica e aos organismos corporativos.

¹⁶⁴ À época, a escolaridade obrigatória consistia na frequência das três primeiras classes do ensino primário, sendo a 4.ª classe facultativa.

¹⁶⁵ A legislação anterior, relativa à organização do ensino técnico-profissional – Decreto n.º 20 420, de 21 de outubro de 1931 – não faz referência ao ensino agrícola.

¹⁶⁶ Proposta de Lei e parecer da Câmara Corporativa, registados em dezembro de 1946, no n.º 61 do *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*.

população dos três ramos de ensino técnico, para o período compreendido entre os anos letivos de 1940/41 e 1945/46. Refletindo sobre estes resultados, a Câmara Corporativa refere que os mesmos evidenciam uma “posição de nítida inferioridade” do ensino agrícola, que se mostra “quase inexistente no grau elementar”.¹⁶⁷

Quadro 3 - Valores da população escolar dos estabelecimentos de ensino técnico. Média relativa aos anos letivos de 1940-41 e 1945-46.

	Ensino elementar		Ensino Médio	
	N.º total de alunos	Percentagens	N.º total de alunos	Percentagens
Ramo industrial	16 644	47	1 498	46
Ramo comercial	18 577	52,3	1 229	37,6
Ramo agrícola	231	0,7	533	16,4
Totais	35 452	100	3 260	100

Fonte: (Júnior, 1946, p. 83). Parecer da Câmara Corporativa à proposta de lei n.º 99.

O parecer da Câmara Corporativa destaca ainda que os cursos de especialização destinados aos operários agrícolas e contemplados até à data, na legislação que regulamentava o ensino agrícola, elementar e médio, teriam sido comprometidos nos seus objetivos, uma vez que a impreparação dos alunos “em parte analfabetos” exigia programas de âmbito limitado.¹⁶⁸ A clivagem entre os níveis de analfabetismo dos trabalhadores rurais e dos operários da indústria estaria, segundo a Câmara Corporativa, correlacionada com o caráter tradicionalista e conservador da estrutura agrária. Reagindo sempre “mais vivamente a novas ideias e a novos métodos do que a estrutura

¹⁶⁷ Segundo o Decreto n.º 18 909, de 15 de junho de 1931, o ensino elementar agrícola (Artigos 1.º, 2.º, 7.º), desenvolvia-se em Escolas Práticas de Agricultura ao longo de quatro anos letivos e tinha como objetivo formar feitores agrícolas – indivíduos “capazes de executar conscientemente os diversos trabalhos práticos duma exploração agrícola”. O ensino médio agrícola, regulamentado pelo Decreto n.º 19 908, de 15 de junho de 1931, distinguia-se do ensino elementar por proporcionar (Art. 2.º) “uma instrução equivalente ao curso geral dos liceus”, desenvolvia-se ao longo de sete anos letivos e visava (Artigo 1.º), a formação de regentes agrícolas – “técnicos destinados à agricultura particular e ao serviço nos quadros oficiais”. Para além das disciplinas técnicas, o curso de regente agrícola (Art. 5.º e 8.º) era constituído pelas disciplinas que faziam parte do curso geral dos liceus, funcionando as escolas de regentes agrícolas no que respeita ao ensino secundário, como liceus nacionais. Os dois diplomas acima referidos previam (Decreto n.º 19 908, art. 33.º e Decreto n.º 19 909, Art. 25.º), para além dos cursos regulares de ensino elementar e médio, a realização de cursos de especialização a funcionar nas escolas práticas de agricultura e nas escolas de regentes agrícolas e destinados a operários rurais. Para este tipo de cursos, o primeiro dos diplomas não exigia como requisito de frequência, a alfabetização.

¹⁶⁸ O Decreto n.º 19 909, de 19 de junho de 1931 e relativo ao ensino elementar agrícola, permitia a instituição de cursos especializados para operários rurais, a funcionar nas escolas práticas de agricultura, à semelhança do que se encontrava legalmente estabelecido pelo Decreto n.º 19 908, para as escolas de ensino médio agrícola. O diploma refere designadamente os cursos de condutores de máquinas, tratadores de gado, lagareiros, podadores, enxertadores, pomicultores, jardineiros, hortelãos, vaqueiros, tosquiadores, avicultores, cunicultores, sericultores, apicultores, operários de laticínios.

industrial”, sentiria uma fraca exigência em aplicar qualquer tipo de inovação, daqui decorrendo uma quase ausência de procura de educação profissional. E esta realidade levaria a Câmara à constatação de um facto – “na indústria sabe-se pouco, na agricultura sabe-se mal”.

Refira-se ainda que muito embora todas estas considerações tivessem surgido em torno da reorganização do ensino técnico considerada urgente, em várias ocasiões o parecer da Câmara Corporativa parece colocar a proposta de lei em análise em questão, quer quando coloca o analfabetismo em primeiro plano, realçando que este problema se antepõe ao primeiro pela elevada taxa de analfabetos, que avalia em cerca de 50%, quer quando, ao usar este mesmo argumento, questiona a utilidade dos cursos de mestrança, contemplados no projeto de diploma e destinados aos futuros contramestres, mestres e chefes de oficina.¹⁶⁹

Mas para lá da atávica condição de analfabetismo dos rurais, a falta de hábitos de leitura constituía-se como forte entrave a qualquer tentativa de fomento agrícola, por rapidamente voltar a tornar em analfabetos, aqueles que porventura se tivessem convertido em seres alfabetizados. Referindo-se à dificuldade que existiria no país em divulgar em tempo útil as inovações técnicas e os métodos agrícolas reconhecidos como mais eficazes na Europa alfabetizada, o deputado André Navarro constataria, no decurso da discussão das Contas Gerais do Estado relativas ao ano de 1946:

“o camponês dificilmente os assimila, por virtude de não possuir o nível de cultura do rural dinamarquês ou do belga. Estes últimos fazem, com facilidade e proveito, a leitura de folhetos técnicos, circunstância que faculta uma fácil difusão das boas normas de cultura. A maior parte dos rurais portugueses, pelo contrário, é avessa à leitura, não tendo, por isso, a receptividade dos cultos agricultores do Norte da Europa”.

André Navarro (1948, p. 426). Intervenção na Assembleia Nacional.

O reconhecimento da necessidade de alfabetização do povo e da consequente generalização e naturalização de hábitos de leitura traria o aparecimento de temores recorrentes. Estes, associados à divulgação e propagação de ideias subversivas ou de costumes dissolventes, surgiriam a nível interno, com a contestação social provocada

¹⁶⁹ Os cursos de mestrança, realizados nas grandes escolas dos centros industriais, destinavam-se (Base IX), a ministrar a instrução geral e técnica dos operários que, trabalhando nas profissões dos ramos relativos a estes cursos, pretendessem exercer funções de contramestres, mestres e chefes de oficina.

pelo agravamento das condições de vida, numa primeira fase e ainda durante a guerra¹⁷⁰ e, numa segunda fase após o seu término, com a estabilidade do regime fortemente comprometida pelas forças da oposição, que havia sido reforçada pela vitória dos países democráticos e da Rússia comunista.¹⁷¹ A agravar este panorama e a nível externo, a aceleração da queda dos impérios coloniais ocorrida no pós guerra¹⁷² e o facto de o fascismo, vencido pelas potências aliadas, estar associado ao corporativismo, fariam perigar a manutenção do regime, requerendo uma intervenção que permitisse justificar e reforçar as idiossincrasias do ideário estadonovista. Impunha-se portanto, no campo educativo e a vários níveis, quer a criação de novos dispositivos e tecnologias de controlo, com o reforço na vigilância do cumprimento das determinações entretanto já contempladas na legislação, quer um incremento na fabricação de sujeitos cuja identidade, de formato tipicamente português, se pretendia que oferecesse resistência aos modelos estrangeiros.

Estas precauções teriam reflexos com alcance múltiplo, podendo ser descortinadas em algumas das disposições tomadas relativamente aos cursos de adultos, designadamente no que concerne ao processo de nomeação de regentes e às atribuições conferidas aos organismos corporativos, entre as quais se encontram a recomendação e disponibilização de leituras aos trabalhadores, como forma de ocupação dos tempos livres e de prevenção de retorno ao analfabetismo.

Ao longo da década de quarenta, *Escola Portuguesa*, boletim oficial da DGEP, relembra os seus leitores, docentes do ensino primário e potenciais regentes de cursos noturnos ou diretores de distritos escolares, algumas das obrigações insertas nas

¹⁷⁰ A partir de 1941 registam-se no país convulsões sociais, materializadas em movimentos grevistas provocados pela desvalorização dos salários associada à inflação, tanto no meio operário da indústria como no rural e a oposição, apoiada no descontentamento social, reforça-se e reorganiza-se. As greves do verão de 1943, considerado como o auge das reivindicações sociais durante a guerra, são marcadas pela influência do Partido Comunista cujo I Congresso, embora ilegal, se realiza nesse ano. As várias correntes oposicionistas unem-se contra o regime, constituindo também em 1943, o Conselho Nacional de Unidade Antifascista, que posteriormente dará lugar ao MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Antifascista.

¹⁷¹ Com o final da II Guerra Mundial, as preocupações do Estado Novo redobrarão de intensidade. A nível interno, com o nascimento do Movimento de Unidade Democrática (MUD) em outubro de 1945, e com a candidatura do general Norton de Matos às eleições presidenciais de 1949.

¹⁷² A nível externo, a inquietação do regime não seria menor. Em 1947 a Índia torna-se independente da Grã-Bretanha, facto que virá permitir a reivindicação a breve trecho dos territórios portugueses da Índia, por parte do novo estado. Nesse mesmo ano assinala-se o início da Guerra Fria, no decurso da qual se registam acontecimentos que farão perigar a estabilidade mundial, nomeadamente a separação da Alemanha em dois blocos, a criação da República Popular da China e a guerra da Coreia.

disposições legais em vigor.¹⁷³ Alerta-se nomeadamente para o facto de, em conformidade com a circular do L.º 3 – H, N.º 3, de 6 de setembro de 1938, a regência de cursos depender de requerimento, endereçado pelos candidatos ao ministro, por intermédio das direções dos distritos escolares, devendo aquele ser “acompanhado da declaração a que se refere o decreto-lei n.º 27 003” – declaração anticomunista.¹⁷⁴ Faz-se também referência ao facto de a nomeação dos regentes depender da “livre escolha do ministro” e de se exigir que aqueles sejam “todos de comprovado espírito nacionalista”, conforme havia sido preceituado no Art. 8.º do Decreto-Lei n.º 28 081 de 9 de outubro de 1937. A revista destaca que este último requisito terá de “fazer-se sentir no ensino”, dado que “tanto ou mais que nas escolas, a atividade dos regentes dos cursos noturnos deve visar, além do elementar grau de instrução expresso nos programas das respetivas disciplinas, a formação do caráter e da personalidade moral dos alunos” (EP, n.º 479, 30-12-43, pp. 209-211). O enfoque na vertente educativa dos cursos de adultos é ainda sublinhado por meio da referência à Circular n.º 110, de 5 de março de 1937. Segundo esta, deveriam os cursos de adultos, à semelhança do que estava previsto na legislação para o caso das crianças e para os estabelecimentos de ensino primário, destinar o sábado para prática do canto coral e de exercícios coletivos de educação moral e física.¹⁷⁵

A Junta Central das Casas do Povo (JCCP), presidida pelo Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social e criada em janeiro de 1945 pelo Decreto-Lei n.º 34 373, virá dar visibilidade às finalidades da organização corporativa para o meio rural, tendo o triplo objetivo de impulsionar, coordenar e orientar a sua ação, com particular incidência no campo educativo. De acordo com o preâmbulo ao diploma, para além das funções de representação e defesa dos interesses profissionais dos trabalhadores e da atividade nos domínios da previdência e assistência, incumbia de igual modo às Casas do Povo o desempenho de um importante papel de educação popular, a desenvolver “através do ensino sistematizado e do aproveitamento do tempo

¹⁷³ As referências encontram-se na seção relativa à legislação, nomeadamente no n.º 414 de 1 de dezembro de 1942, no n.º 479 de 30 de dezembro de 1943, no n.º 486 de 17 de fevereiro de 1944, no n.º 646 de 13 de março de 1947 e no n.º 780 de 6 de outubro de 1949.

¹⁷⁴ Diploma de 14 de setembro de 1936. O mesmo torna obrigatória por parte do candidato a um lugar do Estado, no caso de admissão a concurso, nomeação efetiva ou recondução, a declaração de estar (Artigo 1.º) “integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com ativo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas”.

¹⁷⁵ Determinações constantes do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 27 279, de 24 de novembro de 1936.

disponível da gente rural, com a finalidade de a valorizar física, intelectual e moralmente”.

Com este novo organismo, ficava portanto reforçado e alargado ao meio rural, o movimento de ação educativa dos trabalhadores que havia sido entregue à FNAT numa primeira fase, com a criação desta estrutura em 1935, e numa segunda fase, com a reformulação dos seus estatutos, promulgada em dezembro de 1940 pelo Decreto n.º 31 036. Estes incluíam como novidade, a referência explícita à “cultura popular” e a determinação, de caber à FNAT (Art. 6.º) a orientação, coordenação e fiscalização de qualquer iniciativa que se integrasse neste conceito e fosse proveniente dos organismos corporativos ou de coordenação económica.¹⁷⁶ No decorrer dos anos quarenta, a ênfase estatal dada à cultura popular pode ser ainda visualizada pela instituição do Secretariado da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). Criado em 23 de fevereiro de 1944, pelo Decreto-Lei n.º 33 545, tinha este organismo entre outras atribuições, a de coordenação das atividades nacionais referentes à cultura popular, “assegurando nestes domínios a superior orientação e fiscalização do Estado”.¹⁷⁷

Por ocasião da tomada de posse da JCCP, António Júlio de Castro Fernandes, Subsecretário de Estado das Corporações, referir-se-á às funções educativas das Casas do Povo. Segundo declara, estas não deveriam apenas cingir-se à criação de escolas ou postos de ensino destinados a ministrar instrução aos sócios, em conformidade com as determinações explícitas incluídas na legislação¹⁷⁸, mas podiam alargar a sua ação, desenvolvendo a iniciativa de encetar (Fernandes, 1945, p. 105) “uma grande campanha contra o analfabetismo dos adultos”. Esta envolveria a organização de cursos noturnos e

¹⁷⁶ De acordo com os respetivos estatutos, anexos ao Decreto-Lei n.º 25 495, de 13 de junho de 1935, que promulgou a criação deste organismo, a ação da FNAT (Artigos 2.º e 3.º), limitava-se “aos trabalhadores inscritos nos Sindicatos Nacionais e nas Casas do Povo e suas famílias”, tendo como finalidade “aproveitar o tempo livre dos trabalhadores portugueses de forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral”. Para atingir o segundo destes dois objetivos contemplava-se no Artigo 4.º, a realização de conferências, horas de música e teatro, sessões de cinema educativo e palestras radiofónicas, visitas de estudo a museus e monumentos, assim como a instalação de bibliotecas populares e a criação de cursos de cultura profissional ou geral. Com a reformulação dos estatutos, ocorrida em 28 de dezembro de 1940 e constante do Decreto n.º 31 036, serão atribuídas à FNAT, de forma explícita, mais algumas competências no domínio educativo e designadamente, a de (Art. 5.º) “promover o desenvolvimento da consciência corporativa, tendo sobretudo em vista a formação dos dirigentes sindicais” e as de (Art. 6.º), “orientação, coordenação e fiscalização de todas as iniciativas relativas à cultura popular”, provenientes de “organismos corporativos ou de coordenação económica”.

¹⁷⁷ Conforme o Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 34 133, de 24 de novembro de 1944, destinado a organizar os serviços do SNI.

¹⁷⁸ Segundo o Decreto-Lei n.º 23 051, de 23 de setembro de 1933, relativo à criação das Casas do Povo, competia a estas (Art. 8.º), “a criação de pequenas bibliotecas e de escolas ou postos de ensino destinados a ministrar instrução aos sócios e aos seus filhos”.

“a colaboração de pessoas de séria competência e de boa vontade, designadamente o professor primário e o pároco da aldeia”.

Neste mesmo discurso e reportando-se à ação educativa a desenvolver pelas Casas do Povo, Castro Fernandes (1945, p. 105) destaca a “delicadeza do problema da cultura popular”. Segundo refere, o conceito de cultura popular registaria variações. Assim, se em sentido estrito poderia ser tomado como “a cultura que o próprio povo cria”, ou seja, o folclore, em sentido lato podia ser entendido como o “aperfeiçoamento da mentalidade do povo”. Ora, se a primeira das definições parece implicar um cariz predominantemente estático e independente de torções provocadas por forças exteriores, por se encontrar confinada às tradições populares, a segunda, por visar o alcance de um ideal, mostra-se evolutiva e requer uma intervenção externa. E seriam estas características do último dos conceitos, a impor por parte do Estado certos cuidados. De acordo com Castro Fernandes, “às vezes, quando não se tem ideias muito claras a este respeito [cultura popular], pode ser-se conduzido a ministrar uma falsa cultura”.

Estes apontamentos justificavam, não apenas a orientação estatal do conceito de cultura popular, como ainda a criação dos organismos que iriam garantir a coordenação e fiscalização de todas as atividades que com o mesmo se relacionassem. Até à data, a FNAT e o SNI. A partir de agora, a JCCP. E esta nova estrutura, embora subordinada às orientações das duas primeiras no que à cultura popular respeitava permitiria, pelo respetivo raio de ação, limitado às Casas do Povo, exercer uma dinâmica mais forte e um controlo mais eficaz.¹⁷⁹

A amplitude e contornos do conceito de cultura popular a veicular no meio rural, pode ser entrevista no tipo de ação educativa a desenvolver pelas Casas do Povo e registado no discurso do presidente da JCCP e Subsecretário das Corporações. Para além da expansão do *abc*, a realizar por meio da “grande campanha contra o analfabetismo dos adultos”, acima referida, propunha-se a criação de pequenas bibliotecas e a organização de cursos de curta duração para aperfeiçoamento das atividades próprias do meio rural e em função do género. Às raparigas ensinar-se-ia a costura, a cozinha e a higiene elementar, com o propósito de aperfeiçoar as indústrias domésticas específicas da mulher, corrigindo ou introduzindo hábitos auxiliares da formação de boas donas de casa. Aos rapazes seriam disponibilizadas noções de

¹⁷⁹ Em 14 agosto de 1945, em despacho do Subsecretariado das Corporações, é de novo revisto o regulamento da FNAT, reforçando-se mais uma vez as atribuições orientadoras e fiscalizadoras deste organismo.

agricultura, destinadas à prática elementar dos trabalhos profissionais mais frequentes na região. A resolução da questão da leitura para o povo, considerada por Castro Fernandes como “um dos principais problemas que à Junta Central incumbe resolver”¹⁸⁰, deveria envolver a elaboração de uma coleção constituída por vinte a vinte e cinco volumes, especialmente destinada às futuras bibliotecas das Casas do Povo. Dos temas propostos para leitura constavam (Fernandes, 1945, p. 106) “a história de Portugal, noções muito simples sobre direito de família e organização política e administrativa, geografia de Portugal, economia agrária, cronologia e meteorologia, agricultura, indústrias rurais, teatro de amadores, folclore português, lendas e narrativas, cancionário, profilaxia e higiene e organização das Casas do Povo”.

As funções da JCCP no respeitante às linhas orientadoras da formação intelectual dos trabalhadores rurais, a par do reconhecimento da leitura como veículo privilegiado desta última, revelar-se-ão de importância fundamental nos anos seguintes e enquanto instrumentos ao serviço do projeto educativo estadonovista para o meio rural. A 31 de maio de 1946, o *Boletim do INTP* (n.º 10, p. 256) publica uma nota de Castro Fernandes relativa à escolha de obras para as bibliotecas das Casas do Povo. De acordo com a mesma, incorriam em penas que iriam da suspensão à dissolução os organismos corporativos rurais que permitissem a inclusão nas respetivas bibliotecas, de obras que, dissociando a formação intelectual da educação moral dos sócios, violassem o Artigo n.º 12 do Decreto-Lei n.º 23 050, de 1933 e segundo o qual “tanto a instrução como a educação moral, intelectual ou física, a ministrar aos sócios das Casas do Povo, devem ter por objetivo a formação de caracteres fortes, de trabalhadores ativos e de cidadãos inteiramente votados ao serviço da Pátria”. E o Subsecretário das Corporações punha em guarda os dirigentes das Casas do Povo contra as ofertas de livros para a constituição de bibliotecas, referindo que “organizações mais que suspeitas” estariam a procurar realizar “uma obra de propaganda das ideias de subversão social, por meio de bibliotecas móveis e da orientação da leitura popular”. Assim sendo, neste aspeto como em todos os restantes assuntos de índole cultural, deveriam antes estes dirigentes “recorrer ao conselho e orientação da Junta Central das Casas do Povo”.

¹⁸⁰ Conforme determinado no Decreto-Lei n.º 23 051, de 23 de agosto de 1933, que autorizava a criação de Casas do Povo em todas as freguesias rurais, entre os fins destes organismos estava contemplada a ação educativa na esfera intelectual. A mesma seria assegurada (Art. 4.º, Art. 8.º), designadamente através da criação de escolas ou postos de ensino e de pequenas bibliotecas.

A 5 de julho do mesmo ano, a JCCP elaboraria o regulamento das sessões de leitura nas Casas do Povo, publicado a 15 de julho no *Boletim do INTP* (n.º 13, p. 307). Embora não deixe de considerar o interesse de iniciativas deste tipo, que se estariam a realizar em vários organismos corporativos rurais, o documento visa direcionar e fiscalizar o tipo de leituras e implicar os dirigentes na ocorrência de possíveis desvios de orientação. Entre as disposições constantes do regulamento determina-se que (Art. 8.º) “nenhuma sessão de leitura poderá ser efetuada sem a presença de um dos membros dos corpos gerentes”, devendo ser registada em ata (Art. 9.º, Art. 10.º), a hora e o dia da sessão, bem como o texto ou textos lidos “com indicação do título e da publicação de que foram extraídos”. Quanto aos textos para leitura, deveriam ser escolhidos “por livre acordo entre os leitores e as direções das Casas do Povo”, de entre as publicações do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social ou dos seus serviços e de entre as publicações da FNAT ou do SNI. Para além destes, eram também previstos textos (Art. 11.º) “excecionalmente indicados pelos serviços do INTP” e ainda os que, depois de aprovados por este organismo, tivessem sido numa primeira fase escolhidos pelas direções das Casas do Povo. E a estas determinações acrescia-se uma outra que parece não admitir alternativa às anteriores e mostra a um tempo a importância conferida às virtualidades e aos perigos da leitura e a desconfiança na subjetivação dos princípios corporativos, não apenas por parte dos trabalhadores, como também por parte dos dirigentes destes organismos. De acordo com o Artigo 11.º do regulamento, “em caso nenhum poderá deixar de se atender à doutrina deste artigo, ainda que o texto escolhido seja extraído de publicação existente na Casa do Povo”

O impulso dado à educação corporativa por meio da leitura seria efetivado ainda nesse ano de 1946 pela JCCP, e esta iniciativa, objeto de louvor na Assembleia Nacional. Na sessão de 18 de dezembro, o deputado João Ameal¹⁸¹ refere-se elogiosamente à instituição pela JCCP, de uma série de prémios destinados aos escritores que procurassem, através de romances ou novelas, dar uma imagem verídica da realidade dos trabalhadores portugueses, numa atitude que surgia como contraponto à literatura estrangeira disponível e em voga. De acordo com Ameal (1946, pp. 190) este último tipo de literatura, centrado na luta de classes e tendo por pano de fundo dois

¹⁸¹ Este deputado desempenhava na época o cargo de secretário da Comissão de Educação Nacional. A referida comissão, constituída por Alexandre de Sousa Pinto, Álvaro Neves da Fontoura, Mendes Correia, Diogo Pacheco de Amorim, André Navarro, Morais Carrapatoso, Fernandes Prieto, Virgínia Gersão e Luís Mendes de Matos, entre outros, tinha como relator Marques de Carvalho e como presidente Mário de Figueiredo.

protagonistas “o patrão, monstro de egoísmo, de rapacidade e de crueza, e o proletário da oficina ou do campo, sua vítima e mártir, esmagado sob tarefas exaustivas a troco de salários irrisórios”, encontrava-se ao serviço de propaganda antinacional, divulgando uma “falsa cultura”. Ora o corporativismo, baseado na cooperação entre o capital e o trabalho, requeria outro tipo de leituras a coadjuvar os seus princípios orientadores e enquanto suporte educativo. De acordo com Ameal, seria necessário retratar o povo português de acordo com as respetivas características e estas, dentre as quais se destacavam o “vivo amor da Pátria” e a “sincera crença em Deus”, nada tinham de comum com as “abstratas personagens de romance russo”.

A naturalização do corporativismo tornava portanto imprescindível, para além da divulgação explícita dos seus fundamentos, a disponibilização de leitura adequada, embora não especializada. E teriam sido as condicionantes e realidades da II Guerra Mundial a tornar inadiável a difusão dos princípios corporativos, sob pena da descredibilização do próprio regime.

2. A alfabetização, condição necessária à corporatização

As fortes restrições impostas pela guerra viriam a pôr em causa a organização corporativa, acusada de atuar em proveito próprio no combate ao açambarcamento, à especulação e à regulação de preços. E a situação tornar-se-ia de tal modo grave, ao ponto de ser requerida em fevereiro de 1946 à Assembleia Nacional, a constituição de uma comissão de inquérito à atuação dos organismos corporativos. O pedido, realizado pelo deputado Mário de Figueiredo (1946, p. 391), não tinha como objetivo colocar a organização corporativa em questão, mas antes dar um novo fôlego ao corporativismo e assim reforçar o regime, numa altura em que este se via fortemente questionado pelas forças da oposição. Para tal, propunha-se a verificação da existência de vícios de funcionamento na organização, da determinação das causas dos mesmos caso fossem encontrados, bem como da respetiva correção. E isto implicava a retoma do ideal corporativo.

Em março do ano seguinte, é publicado oficialmente no suplemento ao n.º 96 do *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, o relatório geral da comissão de inquérito¹⁸² aos elementos da organização corporativa. O documento (Figueiredo, 1947,

¹⁸² A comissão, eleita a 23 de março de 1946, seria composta pelos deputados Albano Camilo de Almeida Pereira Dias de Magalhães, António Cortês Lobão, António de Sousa Madeira Pinto, Armando Cândido

pp. 1-125) refere que a investigação fora orientada no sentido de serem detetados vícios de estrutura em casos particulares, ou defeitos de estruturação geral do princípio constitucional relativo à organização corporativa, reiterando-se o facto de nunca este ter estado em causa. Ou seja, a comissão de inquérito respondia aos ataques da oposição e à opinião pública, com a credibilização e reforço do regime e, justificando-se com a ocorrência de desvios de ideário, mostrava ser necessária uma reintegração do corporativismo português no que teriam sido os seus pressupostos fundadores.

Assim, e muito embora as conclusões do inquérito realcem a atuação da organização corporativa como algo de positivo que esbatera as consequências do estado de carência decorrente da guerra, são feitas algumas sugestões ao governo, com o objetivo expresso de “que a organização se reintegre no pensamento inicial que lhe deu o sentido”. E as mesmas seriam direcionadas para a completude e afinação da organização corporativa, contemplando-se a criação das corporações, a reorganização das Casas do Povo e a reestruturação do Gabinete de Estudos do Conselho Técnico Corporativo.

Tanto o relatório da comissão de inquérito aos elementos da organização corporativa, como a discussão do mesmo na Assembleia Nacional, apontam para desvios de funcionamento na aplicação dos princípios corporativos consignados na Constituição, aliados e em estreita correlação positiva com uma deficiente educação corporativa. E teria sido esta a realidade que provocara o descontentamento generalizado e que exigia uma intervenção eficaz.

O facto de até à data não terem sido constituídas as corporações teria contribuído para que o corporativismo português, apresentado em termos conceptuais como de “associação” e traduzido em termos económicos por um sistema de economia autodirigida se revelasse ao invés, como um corporativismo de Estado. Com o adiamento da constituição das corporações encontrava-se oficialmente entregue aos organismos de coordenação económica, desde julho de 1936, pelo Decreto-Lei n.º 26 757, a coordenação e regulação de algumas atividades económicas dependentes do Ministério do Comércio e Indústria.¹⁸³ De acordo com o preâmbulo ao diploma, estes

de Medeiros, Artur Augusto de Figueiroa Rego, Horácio José de Sá Viana Rebelo, João Luís Augusto das Neves, João Mendes da Costa Amaral, Joaquim Mendes do Amaral, Jorge Botelho Moniz, José Alçada Guimarães, José Esquível, José Maria Braga da Cruz, Mário Borges e pelo requerente, Mário de Figueiredo.

¹⁸³ Segundo o Decreto-Lei n.º 26 757, os organismos de coordenação económica englobavam três modalidades – Comissões reguladoras, Juntas nacionais e Institutos. Já existiam no entanto, à data de

organismos permitiriam um maior intervencionismo estatal, tendo em vista o enquadramento corporativo das atividades económicas e a efetivação do corporativismo de associação, prevendo-se que se integrassem nas corporações logo que estas fossem constituídas. Muito embora em termos discursivos se afirmasse que os organismos de coordenação económica visavam a construção do edifício corporativo, na prática esta ficava protelada com a delegação de funções nestes novos organismos, subvertida pelo intervencionismo estatal que contrariava o conceito de corporativismo de associação¹⁸⁴ e comprometida com a determinação do dever de obediência dos grêmios aos novos organismos, inscrita no diploma.¹⁸⁵

A promiscuidade entre a organização corporativa e os organismos de coordenação económica, gerada pelo dever de subordinação dos grêmios a estes organismos, faria com que àqueles tivessem sido imputados muitos vícios de que na realidade não teriam sido diretamente responsáveis. E em agosto de 1943, a situação ter-se-ia agravado com a criação da Intendência Geral dos Abastecimentos, organismo dependente do Ministério da Economia e responsável pela distribuição de bens de consumo de primeira necessidade no país e ao qual a ação dos organismos corporativos se encontrava em alguns aspetos, subordinada.¹⁸⁶ De acordo com o relatório da comissão encarregada do inquérito à organização corporativa, embora a maioria das queixas registadas se devesse à atuação deste organismo, a população regra geral manifestava-se contra os grêmios por não os diferenciar, enquanto entidades distintas ou no âmbito das respetivas competências, da Intendência Geral dos Abastecimentos, tal como tinha acontecido relativamente aos organismos de coordenação económica. E a confusão teria alastrado, ao ponto de a comissão de inquérito à organização corporativa ter sido

publicação deste diploma organismos com denominação idêntica, designadamente o Instituto do Vinho do Porto, a Junta Nacional de Exportação de Frutas e a Comissão Reguladora do Comércio do Arroz e do Bacalhau. A experiência decorrente da vida destas instituições teria levado à promulgação do diploma acima referido criando os novos organismos, com idênticas funções.

¹⁸⁴ O cariz estatizante do corporativismo português, provocado pelos organismos de coordenação económica, levaria o deputado Luís Teotónio Pereira (1947, p. 909) a referir-se aos mesmos como agentes “portadores desde o início do germe anticorporativo”, aquando da discussão do relatório da comissão de inquérito aos organismos corporativos na Assembleia Nacional.

¹⁸⁵ O diploma estabelecia (art. 4.º), que os grêmios, uniões e federações deviam acatar os regulamentos e determinações definidos pelos organismos de coordenação económica, promovendo o respetivo cumprimento por parte dos agremiados.

¹⁸⁶ A título de exemplo, de acordo com o Art. 3.º do Decreto-Lei n.º 32 945, cabia à Intendência Geral dos Abastecimentos “pronunciar-se sobre a constituição de reservas por parte dos organismos corporativos [...] para serem lançadas no consumo nos períodos de carência” e “fixar os contingentes de produtos alimentares e outros de primeira necessidade para cada concelho, ouvidos os organismos corporativos e de coordenação económica e assegurar o seu fornecimento na devida oportunidade”.

chamada a intervir em questões relativas ao ensino, às alfândegas, à administração geral do Estado ou aos tribunais e portanto completamente estranhas ao raio de atuação dos organismos corporativos.

O descrédito no corporativismo corporizado contra a atuação dos grémios decorreria portanto, a par da incompletude do sistema corporativo nacional, de uma deficiente educação corporativa que atingia de modo particular as Casas do Povo. De acordo com a comissão de inquérito, muitas destas instituições teriam sido fundadas “sem a necessária preparação prévia das populações” e este facto, aliado à fraca ação desenvolvida pelos dirigentes no âmbito da previdência e da assistência, teria levado os sócios a desdenhar os benefícios que lhes poderiam ser disponibilizados. Assim, ao invés de terem contribuído como focos de paz e ordem social, algumas Casas do Povo teriam sido antes “um motivo de perturbação local”.

As causas para o deficiente funcionamento das Casas do Povo seriam atribuídas pela Assembleia Nacional, no decurso da discussão do relatório, ao facto de a direção das mesmas ter sido entregue aos sócios efetivos, isto é, aos operários agrícolas¹⁸⁷, não habituados a funções diretivas e mal preparados em termos corporativos. Rotulando esta decisão de “delírio romântico-corporativo”, o deputado Cerveira Pinto (1947, p. 943) afirmaria estar convencido de não existir em Portugal um único trabalhador rural, à altura de assumir este tipo de funções.

Para uma efetiva corporatização do meio rural tornava-se indispensável divulgar de forma eficaz os princípios corporativos entre a população, de modo a que esta os assimilasse e subjetivasse. Para tal, havia que investir na alfabetização. E as competências de leitura associadas no meio rural à modernização do setor agrícola e ao incremento da economia contribuiriam também para cimentar a estrutura corporativa, em edificação.

¹⁸⁷ De acordo com o Decreto-Lei n.º 23 051, de 29 de setembro de 1933, as Casas do Povo eram constituídas por dois tipos de associados – os sócios efetivos e os sócios protetores. Dos primeiros faziam parte os chefes de família, assim como quaisquer outros indivíduos do sexo masculino, maiores de 18 anos. Dos segundos, faziam parte todos os proprietários rurais da freguesia respetiva. A direção das Casas do Povo era constituída por três dos sócios efetivos, com as funções de presidente, secretário e tesoureiro. Em agosto de 1940, o Decreto-Lei n.º 30 710 distribuiria os sócios destas instituições por três categorias – sócios efetivos, sócios contribuintes e sócios protetores. A primeira, constituída pelos indivíduos do sexo masculino, chefes de família ou maiores de dezoito anos, residentes na área da Casa do Povo e que fossem trabalhadores rurais ou que destes se não diferenciasssem em situação material ou modo de vida. A segunda, composta pelos produtores agrícolas da área da Casa do Povo. A terceira, constituída por todas as entidades que voluntária e periodicamente contribuíssem com quaisquer quantias para a constituição destas instituições corporativas.

3. As expectativas e a crueza dos factos

O reconhecimento da alfabetização enquanto fator potenciador do desenvolvimento económico e da divulgação da doutrina corporativa, que assumira relevância a partir do início dos anos quarenta e propiciara a apresentação de propostas e medidas legislativas, não produziria resultados imediatos. E as expectativas de extinção do analfabetismo revelar-se-iam exageradas a curto prazo, mostrando que as realizações entretanto efetuadas eram ainda insuficientes. As falhas ao nível do ensino primário que seriam de ordem vária, envolvendo designadamente a falta de cumprimento da escolaridade obrigatória e as deficiências na rede escolar, encontram-se plasmadas nos relatórios das contas gerais do Estado para os anos de 1945, 1946 e 1947.

O relatório relativo ao ano de 1946 revelaria, no item relativo ao Ministério da Educação Nacional (S.A., 1948, pp. 53-64) que, contrariamente ao previsto, a frequência no ensino primário diminuiria 2,5% no ano letivo de 1945/46, relativamente ao ano de 1940/41.¹⁸⁸ O documento inclui um estudo estatístico que relaciona o número de alunos em idade escolar, inscritos pela primeira vez, com o número de crianças recenseadas e conclui que apesar do esforço sério que estaria sendo levado a cabo no sentido de debelar o analfabetismo, existiriam ainda zonas do país com necessidade “de ser cuidadosamente vigiadas”. Isto porque, muito embora tivessem sido registadas 88,7% de primeiras inscrições na escola primária, relativamente ao total de crianças recenseadas, existiam concelhos onde estes números mal ultrapassavam os 50%¹⁸⁹ e outros que nem sequer chegavam a atingir esta percentagem.¹⁹⁰ O parecer elaborado pela comissão encarregada de apreciar as contas públicas de 1946, enfatiza que devem ser tomadas providências relativas ao cumprimento da escolaridade obrigatória, salientando não se compreender “que possa haver concelhos onde se não matriculam metade das crianças recenseadas”. Um ano decorrido, o parecer relativo às contas gerais do Estado para 1947 (S.A., 1949, pp. 54-61), revela preocupações idênticas, referindo de novo que se torna “indispensável fazer cumprir a lei de ensino obrigatório”, devendo para tal as autoridades locais em conjunção com os professores primários, “vigiar as frequências”. Estas considerações surgem aliadas à esperança de que o censo de 1950 mostre os

¹⁸⁸ A comissão encarregada de apreciar as contas públicas refere serem “de estranhar” estes resultados.

¹⁸⁹ Caso dos concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Barquinha e Coruche.

¹⁹⁰ Caso dos concelhos de Ourique, Almodôvar, Arronches, Salvaterra de Magos, Santiago do Cacem e Corvo. Neste último concelho, nenhuma das crianças do sexo feminino que haviam sido recenseadas teria sido matriculada.

“progressos realizados na última década”, ou seja, de que os números relativos ao analfabetismo revelem uma diminuição considerável.

No que respeita à rede escolar, os relatórios relativos aos anos de 1945 (S.A., 1947, pp. 84-89) e 1946, fazem referência à implementação do Plano dos Centenários e às escolas do Magistério Primário criadas ou postas de novo em funcionamento, na sequência da promulgação do Decreto-Lei n.º 32 243, de 5 de setembro de 1942.¹⁹¹ Muito embora o primeiro dos pareceres realce que a construção de novas escolas primárias teria entrado em maior atividade no decorrer do ano em análise, o ano seguinte parece registar um abrandamento, destacando o respetivo relatório no item “edifícios escolares primários” que, dos 7 200 edifícios com 12 500 salas, previstos pelo Plano dos Centenários, estão apenas executados ou em curso 1 200, com 2 500 salas. Quanto ao segundo dos pontos referidos, em ambos os relatórios se refere a necessidade de reformular a distribuição destas instituições, tendo em conta os números de frequência e os pedidos de criação de novas escolas do magistério. A este propósito, refira-se que os múltiplos pedidos de criação de escolas do magistério, apresentados em finais de 1945 e no decurso do ano seguinte à Assembleia Nacional pelos deputados da Nação, são reveladores de uma má distribuição destas instituições, com repercussões na rede escolar e implicações óbvias no cumprimento da escolaridade obrigatória. Lima Faleiro (1945, pp. 67-68) solicita a criação de uma escola do magistério primário para Beja, alegando que a respetiva criação permitiria contornar a falta de professores primários sentida no distrito e referindo que dos 518 lugares de professor registados como necessários, apenas estariam funcionando à data 312, sendo que destes, 115 se encontravam a cargo de regentes de postos escolares, por não ter sido possível obter até então entre efetivos e agregados, os professores necessários ao preenchimento daquelas vagas.

Em 1949 e apesar de todos estes reparos, o Subsecretário de Estado da Educação Nacional Luís Leite Pinto, inscreve uma nota de esperança relativa aos resultados do combate ao analfabetismo:

¹⁹¹ Conforme já atrás houve ocasião de referir, estas escolas tinham encerrado após a ordem de suspensão de matrícula, dada em novembro de 1936, pelo Decreto-Lei n.º 27 279.

“o ritmo em que temos desenvolvido a nossa campanha dá-nos o direito de esperar que os números estatísticos que o censo de 1950 vier a inscrever hão de assinalar mais uma vitória da incruenta guerra que declaramos a esta mácula nacional [o analfabetismo]”.
Leite Pinto (1949, p. 236). Discurso proferido na II Conferência da União Nacional.

Embora a diminuição das taxas de analfabetismo fosse uma realidade inscrita pelos censos de 1950, as falhas inseridas nos relatórios acima referidos e apontadas ao ensino primário refletir-se-iam no registo de números que ainda não eram satisfatórios. Se para as crianças de 7 a 11 anos se dera uma descida considerável relativamente aos censos de 1940, baixando a taxa de analfabetismo de 46,2% para 20,3%, havia não só a ter em conta que este era um número ainda elevado, como também o facto das taxas relativas aos maiores de 12 anos terem apenas variado neste período de dez anos, de 49,9% para 42,8%. A crueza destes números, associada às expectativas em torno das potencialidades da alfabetização propiciariam o eclodir de um leque de medidas de cariz mais abrangente.

Em 1952 o governo implementará o Plano de Educação Popular (PEP), programa nacional de extinção do analfabetismo, com o objetivo de proporcionar o grau de ensino elementar a toda a população. Todavia, este não será o único programa educativo gizado pelo regime na década de cinquenta. Em 1956, o Plano de Formação Social e Corporativa (PFSC), virá associar-se ao projeto de completude da organização corporativa efetivado com a promulgação da Lei n.º 2 086, de 22 de agosto e na qual se inserem as bases para a constituição das primeiras corporações. Se este diploma permite que a completude do edifício corporativo se efetive a nível legal, o PFSC virá dar-lhe consistência em termos doutrinários, pelo propósito de esclarecer e divulgar os princípios corporativos, estabelecido no objetivo de “difundir e fortalecer o espírito corporativo e a consciência dos deveres de cooperação social”, inscrito na Base I.

A tentativa de construção do indivíduo alfabetizado e corporatizado, projeto adiado pelo regime mas no entanto sempre presente, seria somente levada a cabo de forma sistemática e organizada na década de cinquenta por meio destes dois planos educativos, elaborados pelo mesmo homem – Henrique Veiga de Macedo.

PARTE II

HENRIQUE VEIGA DE MACEDO

**SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
(1949-1955)**

E

**MINISTRO DAS CORPORAÇÕES E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
(1955-1961)**

E ao falar de educação [...] ocorre-me dizer que as forças do destino parece terem conspirado no sentido de que o mesmo homem que como Subsecretário de Estado, se dedicou de alma e coração à abertura, condução e êxito duma campanha educativa, polarizando à sua volta boas vontades e dedicações, agora, como Ministro e em diverso departamento do Estado, proclame e lance uma outra e empunhe galhardamente o facho que há-de alumiar novos caminhos a percorrer. Então o País começou a ser alfabetizado intensamente; agora procurar-se-á que seja mais extensa e intensamente corporatizado.

Marques Teixeira (1956, p. 1197). Discussão na Assembleia Nacional da proposta de lei sobre o Plano de Formação Social e Corporativa.

CAPÍTULO IV

EM TORNO DA IDENTIDADE

[...]senti-me disposto a pedir à direção do CADC, a quem exprimo o sincero reconhecimento, que me dispensasse, não já de comparecer, mas do difícil encargo de proferir o discurso de quinze minutos ordenado ao sócio número vinte e sete dos anos de 1933 a 1939, hoje feito, por capricho do destino, Subsecretário de Estado da Educação Nacional. Foi nesse momento de hesitação que me vieram à memória e ao coração, as palavras de minha mãe transmitidas no abraço de despedida, quando em outubro de 1933, parti a caminho de Coimbra para frequentar o curso de Direito – “peço-te por tudo que sejas sócio do CADC. A Universidade poderá fazer de ti um sábio, mas o que é preciso é que sejas um homem”.

Veiga de Macedo (1951 b), p. 394). Discurso de encerramento das comemorações das bodas de ouro do CADC.

*[...] Ninguém estranhará se afirmar que é ao Doutor Mário que eu mais fiquei a dever. Honro-me de o ter tido como Mestre [...]. E repito também que, como nenhum outro, exerceu influência vincada no meu espírito e até no rumo da minha vida [...]. Averso às soluções puramente individualistas e às doutrinas totalitárias e defensor das liberdades das pessoas e de um regime económico-social de raiz e estrutura corporativas, pôde sistematizar e expor os seus princípios e concorrer para a sua aplicação prática entre nós. Neste particular, a sua douta conferência *Princípios Essenciais do Estado Novo Corporativo* logo se impôs, no espírito de muitos e no meu, como padrão de bem pensar.*

Veiga de Macedo (1969, pp. 12-14). Discurso proferido na Assembleia Nacional por ocasião da morte de Mário de Figueiredo.

O projeto por largos anos adiado de construção do sujeito alfabetizado e corporatizado iria, como atrás se referiu, ser gizado e levado a cabo por Veiga de Macedo no decurso dos anos cinquenta. No entanto, o caminho que levaria à efetivação deste plano, apesar de numa primeira leitura poder aparecer como consensual entre a elite do Estado Novo, por corresponder a uma manifestação de intenções do regime até então adiada por contingências de vária ordem, não se faria sem a ocorrência de momentos de debate e até mesmo de situações indiciadoras de clivagens, acerca da matéria em causa. Neste cenário, a figura de Veiga de Macedo assume uma dimensão algo contraditória. Se por um lado está ligada ao Estado Novo e ao respetivo projeto corporativo, surgindo portanto associada à carga negativa que aqueles comumente nos dias de hoje encerram, por outro e nos aspetos de cariz social e tanto ao nível discursivo como no das realizações, a sua ação parece por vezes entrar em conflito com a representação acima referida.

E assim, a leitura apriorística a que somos conduzidos na qualidade de cidadãos educados à luz dos valores da democracia, acerca da ação de um personagem, em virtude deste ter feito parte da elite governante de um regime autoritário, no limite rotulado de fascista, não pode deixar de ser questionada quando, ao debruçarmo-nos com mais algum detalhe sobre a mesma, nos deparamos com preocupações em torno de matérias tão atuais e inquestionáveis como as relativas ao direito à educação e aos direitos e deveres dos indivíduos enquanto seres inseridos no mercado do trabalho, isto é, com alguns dos valores que na atualidade nos constituem como seres sociais. Por outro lado, os planos de alfabetização e corporatização elaborados por Veiga de Macedo e apresentados na Assembleia Nacional como “produto das forças do destino” por Marques Teixeira (1956, p.1197), ou seja, como símbolos representantes de verdades superiores e inquestionáveis, convergentes e ativadas num mesmo ator – Veiga de Macedo –, não podem de igual modo deixar de ser interrogados na sua qualidade de instrumentos de cariz educativo, produzidos na vigência do Estado Novo e ao serviço do respetivo projeto político.

O questionamento acima descrito pode equacionar-se num esquema de árvore, onde se encontram entrelaçados o autor e os planos por ele elaborados e envolve subquestões como a da oportunidade individual e conjuntural para que surjam e sejam levados a cabo projetos por tanto tempo adiados, o impacto social que produzirão enquanto indutores de ruturas e/ou continuidades e no qual se incluem as reações provocadas no seio do regime, ou o dos objetivos que se pretende sejam atingidos.

E na tentativa de resolução da problemática acima descrita, convoca-se uma incógnita – a identidade de Veiga de Macedo. Isto porque esta, se tomada de acordo com o modelo de “sujeito sociológico” proposto por Hall (2005, pp. 10-13), parece permitir, num duplo movimento e ao refletir a interatividade entre o eu e a sociedade, entender a ação de Veiga de Macedo na qualidade de sujeito cujo núcleo interior não é “autónomo e autossuficiente” mas antes “formado na relação com outras pessoas importantes para ele” e por intermédio da qual são mediados “os valores, sentidos e símbolos” do mundo que habita e, portanto, compreender de modo mais consistente um projeto educativo que é pertença do Estado Novo.

Mas se por um lado a análise e compreensão do projeto de construção do sujeito alfabetizado e corporatizado do regime surge associada à identidade do seu autor, entendendo-se o conceito na perspetiva acima referida, por outro lado, todo este conjunto possibilita também num trajeto inverso capturar aquilo que Goffman (2008,

pp. 12-13) define como “identidade social real” de um indivíduo¹⁹², para o caso específico de Veiga de Macedo. Esta, tomada como contraponto à “identidade social virtual” definida como “aquilo que prevemos quando um estranho nos é apresentado”, ou seja, “o estereótipo que criamos para determinado tipo de indivíduo”, permite em certa medida, desmontar a contradição sentida entre a ocorrência de um discurso centrado em alguns dos valores atuais e o sentimento de impossibilidade da sua emergência no interior do Estado Novo. Ainda de acordo com Goffman (2008, p. 8), a “informação que o indivíduo transmite diretamente sobre si” possibilitaria a resolução das discrepâncias entre estes dois tipos de identidades sociais para o mesmo indivíduo, potenciando portanto, em conjugação com o conceito de Hall, a compreensão da ação educativa de Veiga de Macedo no interior de um processo que em simultâneo o transcende, o sujeita, o torna agente e o constitui.

Assim sendo, a opção tomada em termos metodológicos consiste em adotar uma estratégia na qual se recorre para fins operacionais ao efeito *play back* e através da qual se procura capturar a voz de Veiga de Macedo registada em vários documentos de que foi autor, filtrando-a, compondo-a e interpretando-a, de modo a obter um conjunto que, embora contingente e artesanal, se mostre consistente e coerente no desenrolar da performance e na interação com as outras fontes disponíveis, designadamente as que respeitam a algumas representações sociais relativas à identidade de Veiga de Macedo e que foram recolhidas a partir de diferentes autores.

1. Os primeiros anos.

Henrique Veiga de Macedo nasce a 27 de abril de 1914 em Santa Maria de Lamas, concelho de Santa Maria da Feira. A educação recebida durante a infância é referida pelo próprio (Macedo 1992 a), pp. 137-145) como fator determinante na construção e formatação identitárias “eu sou filho da paisagem do meu tempo de menino [...]. É lá, lá nesses tempos de menino, que mora o meu destino”. E aquela teria tido como agentes as figuras modelares da família e dos mestres, desenvolvendo-se em conformidade com os valores e as orientações da igreja católica. O pai, Henrique Francisco de Macedo, é retratado (Macedo 1992 a), pp. 187) como “homem simples e bom, modelo de honradez e autenticidade” e a mãe, Palmira Alves Ferreira da Veiga,

¹⁹² Esta é entendida como “a categoria [no sentido de categorização] e os atributos que ele [o indivíduo envolvido na definição] na realidade prova possuir”.

como uma “educadora extraordinária, mulher forte como a mulher forte da Escritura”, por quem teria a “a mais enterneceida e afetuosa admiração”. Esta, de caráter forte e determinado, teria no seio familiar um peso considerável na orientação impressa à sua educação.

Após concluir a escola primária e de uma breve passagem pelo Seminário de Vilar no Porto, frequenta o Colégio de Ermesinde e de novo no Porto, o Colégio Almeida Garrett, ficando aprovado com distinção no exame do 7.º ano, realizado no Liceu de D. Manuel II. A saída do Seminário para o Colégio de Ermesinde, também conhecido como “Colégio da Formiga”, seria devida à mãe. Na obra *Trovas...e saudades*, volume dedicado aos antigos companheiros do colégio e no qual relata em alguns poemas a sua passagem como aluno pela instituição, relembra o seu primeiro dia na escola levado pelo pai, realçando no entanto, ter sido a mãe (Macedo, 1992 b), p. 16) “quem realmente assim o quis”.¹⁹³ A educação recebida no Colégio, instituição de que fora diretor D. António de Castro Meireles¹⁹⁴, parece ter sido precursora da opção pelo ingresso no CADC anos mais tarde, já estudante universitário e pela adesão ao projeto corporativista do regime.

Na introdução à obra atrás referida, refere-se aos professores como “homens bons” que em muito teriam contribuído para a sua formação, através da “cultura e sensibilidade”, bem como do “nobre exemplo das suas vidas”. O diretor, padre, é representado numa quadra como (Macedo, 1992 b), p. 22) “jurista afamado, pensador, educador”.¹⁹⁵ As categorias com que define os mestres e as recordações que evoca deixam entrever alguns dos valores com que se terá identificado, as marcas da educação recebida, a rede de contactos que se foram mantendo ou esbatendo com o decorrer do

¹⁹³ Apesar de católica praticante e de fortemente decidida a dar uma educação católica ao filho, a mãe que é representada como Macedo (1992 a), p. 187) “de espírito cristianíssimo”, não teria hesitado em retirá-lo do Seminário quando numa visita de rotina, deparara com o cabelo loiro do filho cortado à escovinha, em cumprimento dos rigores da instituição.

¹⁹⁴ Professor e um dos três diretores do Colégio entre 1914 e 1924. Ordenado padre em 1908 e formado em Teologia e Direito pela Universidade de Coimbra em 1912, fora eleito deputado por Oliveira de Azeméis nas eleições de 1915, pelo Círculo Católico. Bispo de Angra do Heroísmo entre 1924 e 1928 e Bispo do Porto entre 1929 e 1942, o seu nome está ligado a várias instituições de ensino, no contexto da promoção da influência da Igreja na sociedade. Em Ponta Delgada funda o Colégio da Esperança e o Colégio Sena de Freitas. Em 1933 o Colégio de Ermesinde passa para as suas mãos, por doação do proprietário, José Joaquim Ribeiro Teles. Em 1932 e tal como já atrás foi referido, é um dos depoentes na *Campanha do Diário de Notícias*, realizada nos anos trinta.

¹⁹⁵ Além destes atributos intelectuais são ainda valorizados os aspetos relacionais e humanos, com referências que incluem a retidão de caráter e o aprumo, este último tomado no sentido de imagem visual transmitida pela presença física.

tempo e a razão da escolha do curso de Direito que, tal como o diretor do colégio, viria a frequentar e a concluir em Coimbra.

A par da bondade e do exemplo dado pelos professores, são referenciados o ambiente austero da instituição e todo este conjunto aparece associado a alguns valores educativos que circulariam à época e se tornariam marca do futuro regime – o respeito, a obediência, a responsabilidade e o dever:

“Bem cumprida a devoção [de rezar na Igreja de Santa Rita, anexa ao colégio], manda a sineta comer. Que será a refeição? [...]. Ai! O jantar hoje é mau. Carne velha, empedernida. Couves? Duras como o pau. E morna e mole a bebida! [...]. Engoli, comei, comei, pois quem não manja falece [...]. Partiste um prato? Já sabes. Não vais pagar um, mas dez. Não é com modos suaves que se educa um português”.

Veiga de Macedo (1992 b), p. 20). Trovas e saudades.

Aqui, sente o cumprimento do dever em função dos papéis desempenhados, numa lealdade por vezes complicada de gerir, mas que não pode ser quebrada entre os pares e consoante se é aluno ou professor.¹⁹⁶ A este sentimento de lealdade grupal deve acrescer-se o treino das capacidades de liderança e de luta pela consecução de um objetivo, desenvolvidas através do desporto. No colégio é o capitão e centro avançado da equipa de futebol da *Ermesinde School Sporting Association*, que em tempos teria tido alguma projeção.

Ainda nos tempos de Ermesinde, a apetência pelo desporto tê-lo-á levado a juntar-se ao União de Lamas, clube criado em 1932 e de que foi um dos fundadores, em cujo *team* ocupava cargo e posições semelhantes às da equipa do colégio – capitão e ponta de lança.¹⁹⁷ Em entrevista concedida em setembro de 1983 ao jornal *União*, de Santa Maria de Lamas (Macedo, 1992 a), pp. 259-266), cerca de três meses após terem ocorrido as comemorações das bodas de ouro do clube, é reconhecido como “o goleador do grupo”, possuidor de “um remate muito potente”, de “*drible* ou finta fácil e corrida veloz”. Recordando o percurso de capitão da equipa, refere ter sido “unanimente escolhido pelos dirigentes e companheiros”, cabendo-lhe o papel de congregar as

¹⁹⁶ A este propósito, relata (Macedo, 1992 b), p. 23) uma difícil situação vivida no colégio com um dos padres e professor: “comigo [o padre] foi duro. Eu não lhe quis revelar quem saltava à noite o muro e ele não quis perdoar. Tinha razão, e eu também. Cumpriu assim o dever. [eu] Nunca delatei ninguém”.

¹⁹⁷ No União, Veiga de Macedo praticou também outras modalidades desportivas. Salto em comprimento, triplo salto, basquetebol e andebol. De acordo com Pires (2004, p. 7), teria sido campeão nas modalidades de corrida de velocidade e salto em comprimento.

energias do grupo uma vez que este, quando o jogo corria mal, “desanimava com facilidade” e não possuía “o necessário espírito de luta quando este se mostrava mais necessário”. Neste cargo, a sua maior tarefa teria consistido em convencer e levar à luta os companheiros, com “afinco e garra”, em proporção inversa aos desaires sofridos durante o jogo.

A carreira desportiva acabaria por opção própria, com o ingresso na Universidade de Coimbra e, segundo refere, para que nada obstasse ao objetivo de concluir o curso de Direito. Em Coimbra, a inscrição no CADC e o contacto com os mestres viriam reforçar e dar consistência à educação católica recebida no colégio, em particular no capítulo referente à ação social da Igreja, enquadrada pelo modelo corporativo português, tendo condicionado a escolha da futura profissão.

2. Coimbra e a conversão ao ideal corporativo.

2.1. O CADC.

Chegado a Coimbra, matricula-se na Faculdade de Direito e torna-se sócio do CADC, a pedido da mãe.¹⁹⁸ As características modeladoras do Centro, enquanto instância educadora que daria continuidade à educação católica recebida na Formiga, são destacadas no discurso proferido a 4 Março de 1951, na qualidade de Subsecretário de Estado da Educação Nacional, por ocasião da comemoração das bodas de ouro do CADC. Segundo refere (Macedo, 1951 b), pp. 393-399), aqui eram preparados para a governação os futuros dirigentes do Estado Novo, num treino que implicava a constituição dos sujeitos segundo um modelo que se propunha levar a cabo uma política baseada no humanismo cristão.¹⁹⁹ Os contornos daquele e o sentido das palavras do orador podem ser descortinados na revista *Estudos*, órgão do CADC, ao longo dos artigos referentes ao período em que Veiga de Macedo estuda em Coimbra.

¹⁹⁸ Esta ter-lhe-á dito (Macedo, 1951 b), p. 394) antes de partir para Coimbra: “peço-te por tudo que sejas sócio do CADC. A Universidade poderá fazer de ti um sábio, mas o que é preciso é que sejas um homem”. Tornar-se-ia o sócio n.º 27 dos anos de 1933 a 1939.

¹⁹⁹ No discurso, Veiga de Macedo (1951 b), p. 394) salienta o facto de o Ministério da Educação ter feito ponto de honra em estar presente no evento, “para testemunhar o alto apreço do Governo pelo valiosíssimo contributo do CADC na formação da juventude e na preparação das elites portuguesas”. De acordo com o seu depoimento (Macedo, 1951 b), p. 398) “o maior título de glória” do Centro teria consistido em “levar o homem a definir-se de acordo com os princípios do cristianismo”, ou seja, na definição, divulgação e doutrinação dos sujeitos segundo um novo conceito de homem, em ordem a superar os modelos de governo individualista e comunista.

Para a elite católica estadonovista, a entrada em vigor da Constituição Política de 1933 implicava que se pusesse em movimento o projeto corporativista do regime de que tinha sido responsável, integrando-o em termos efetivos nas diretrizes papais inscritas na encíclica *Quadragesimo Anno* e, para tal, era necessário doutrinar e formar quadros e dirigentes, dando continuidade à ação educativa que até aí tinha sido levada a cabo pelo CADC. De acordo com este cenário, é possível descortinar o alcance de algumas das opções editoriais da revista *Estudos*, antevendo o impacto que estas terão tido em Veiga de Macedo.²⁰⁰

Nesse ano de 1933, o apreço pela instituição católica coimbrã é reiterado no testemunho dado à revista *Estudos* pelos antigos sócios, também construtores e defensores do novo regime e alguns deles futuros professores de Veiga de Macedo.²⁰¹ No ano seguinte, o primeiro fascículo do título abre com as palavras de D. António Antunes (1933, p. 2-5) que, após se ter referido ao CADC como uma escola de defesa dos direitos da Igreja e aos *Estudos* como sua trincheira, envia votos para que os futuros diretores e colaboradores, tornados nos “mais fervorosos obreiros da Ação Católica”, façam com que a revista, entrada no seu segundo decénio²⁰², possa marcar “o início duma época mais gloriosa para Portugal e para a Igreja”.

O discurso é significativo por ter sido publicado pouco tempo após ter entrado em vigor a nova Constituição, numa altura em que a *Quadragesimo Anno* viera dar uma nova amplitude à “questão social” já anteriormente inscrita na *Rerum Novarum* e questionar as virtualidades do modelo corporativo, quando desligado dos princípios orientadores da Igreja.²⁰³ A partir deste momento, a revista não só realça o facto de que a

²⁰⁰ Embora na revista não se encontre nenhum artigo de que tivesse sido autor, de modo a permitir observar de forma direta o reflexo da ação educativa do Centro no período de estudante de Coimbra, podemos deduzir a tradução e o alcance dessa influência em Veiga de Macedo, se conjugarmos o conteúdo de alguns dos artigos da revista com o seu futuro percurso profissional e político e com o depoimento prestado por ocasião das comemorações das bodas de ouro do CADC.

²⁰¹ Entre estes, encontram-se Pacheco de Amorim e Cabral de Moncada. O primeiro após definir o CADC como (Amorim, 1933) “uma instituição onde as influências da Igreja e da Universidade se congregam para a formação de cidadãos piedosos e cultos e de profissionais competentes e honrados”, realça ser esta a elite, que há-de “levar a cabo a grande obra de restauração nacional”. O segundo, que presta testemunho no mesmo exemplar da revista (Moncada, 1933, p. 303), depois de salientar que a missão política da Igreja consiste em “cristianizar e educar” os nacionalismos emergentes, “colocando-os ao serviço dos mais altos valores da cultura cristã”, refere que ao CADC cabe a função de “procurar interpretar e realizar, no grémio das juventudes universitárias, o pensamento desta alta missão da Igreja”.

²⁰² Tal como já foi referido, a revista iniciara as publicações em maio de 1922, em substituição do *Imparcial*.

²⁰³ Refira-se uma vez mais que apesar de o modelo corporativo ter sido proposto pela *Quadragesimo Anno* em maio de 1931, como forma de solucionar a chamada questão social e de a encíclica apontar algumas das vantagens do corporativismo fascista italiano, entre as quais se encontravam (Pio XI, [1931

teoria corporativa portuguesa está enformada das diretrizes papais, como trata de cuidar para que tal na prática venha a acontecer, pelo apelo que é feito direta ou implicitamente aos estudantes no sentido destes se interessarem pelas questões relativas ao corporativismo e que faz derivar da correlação fortemente positiva, estabelecida entre a justiça social advinda desta forma de governo e os deveres de ação social devidos aos católicos.²⁰⁴

A mensagem que se procura passar aos estudantes católicos de Coimbra torna-se nítida com as notícias que envolvem a organização em bases oficiais da Ação Católica em Portugal.²⁰⁵ Com a instituição desta no país pretender-se-ia, de acordo com o Cardeal Patriarca de Lisboa, também ele antigo sócio do CADC, levantar (Cerejeira, 1934, p. 702) “em toda a parte o exército de Deus” a fim de se exercer uma ação social e apostólica na sociedade portuguesa, pelo facto de o Estado se manter (Cerejeira, 1934, p. 706) “fundamentalmente laico”. Estas críticas, apontadas à carência de espírito cristão e que culminavam na frase (Cerejeira, 1934, p. 705) “não faltará aí quem veja a salvação no Estado Novo. Pela política, esperam recristianizar o mundo”, atingiam por consequência o corporativismo português, exigindo o distanciamento efetivo do modelo italiano que o orientara e uma intervenção reforçada dos católicos nas estruturas governativas da nação.

a)], p. 171) “a pacífica colaboração das classes” ou “a repressão das organizações e violências socialistas”, não deixam de ser nela incluídos alguns reparos que vão no sentido de se estar a viver em Itália uma excessiva intervenção estatal. E assim, são registados os receios de que (Pio XI, [1931 a]), p. 171) “o Estado se substitua às livres atividades” e de a nova organização corporativa ter “caráter excessivamente burocrático e político”, podendo estar a “servir a particulares intentos políticos mais que à preparação e início de uma ordem social melhor”. O Papa explicitaria estes alertas a 29 do mês seguinte, na carta encíclica *Non Abbiamo Bisogno*, e na qual denunciava (Pio XI, [1932 b])), os abusos do regime totalitário fascista em Itália, dando conta do desmantelamento das Associações de Juventude e das Associações Universitárias dependentes da Ação Católica, após esta ter sido acusada de traição contra o partido e o regime.

²⁰⁴ Nesse mesmo exemplar da revista, são lembradas por Fernando Urcullú (1934, pp. 16-20), presidente do Conselho Superior das Conferências Vicentinas de Portugal, a vida e a obra das conferências vicentinas da Universidade de Coimbra, como obras sociais que apesar de suspensas em 1910 com a I República, à data se encontravam em pleno desenvolvimento e dependentes do CADC. No número seguinte é incluída uma notícia (*Estudos*, n.º 122, fevereiro/1934, pp. 106-109) que procura espelhar a projeção que a Constituição Política do Estado Novo, recentemente promulgada, teria tido nos setores católicos europeus preocupados com as questões sociais e de acordo com a qual, a mesma estaria “impregnada de um espírito social bastante pronunciado”, que teria colhido inspiração na encíclica *Quadragesimo Anno*.

²⁰⁵ Em dezembro de 1934 são notícia do n.º 132 da *Estudos*, alguns documentos e artigos relativos a esta matéria. A carta de Pio XI ([1933], pp. 681-696) ao cardeal patriarca em resposta ao pedido de organização da Ação Católica em Portugal, as *Bases da Ação Católica portuguesa* (S.A., 1934 a), pp. 697-701), o discurso do Cardeal Patriarca sobre Ação Católica (Cerejeira, 1934, pp. 702-713) e o artigo intitulado *O CADC e a Ação Católica* ([S.A., 1934 b), pp. 714-725).

No ano seguinte, António de Sousa Gomes (1935, pp. 38-76) reverbera o comunismo e o nazismo enquanto regimes totalitários e, não deixando de fazer uma breve referência condenatória ao fascismo, lança algumas questões relativas ao corporativismo português que implicam uma afinação do modelo, de acordo com as premissas que enformam a justiça social católica, constante das encíclicas.²⁰⁶ E Soares da Fonseca²⁰⁷, no artigo “Ação católica e ação política”, vem recordar os leitores de que em conformidade com a carta enviada pelo Papa ao cardeal patriarca de Lisboa²⁰⁸, a Ação Católica (Fonseca, 1935, p. 209-210) “prepara os seus membros, com a formação que lhes dá, para a ciência de bem governar a nação” e de que embora estes estejam impedidos de se imiscuir em política partidária “não podem alhear-se da vida política da cidade, do bem comum, da prosperidade da nação”, constituindo esta sua atividade de cidadãos “uma obrigação de caráter social”.

Nesse mesmo ano, a revista *Estudos* (n.º 139, julho, pp. 424-427) noticia a realização em Bruxelas da V Conferência Internacional Católica do Serviço Social que decorrerá entre 28 e 31 de julho e na qual terão participado, para além de algumas personalidades ligadas à hierarquia da Igreja e de representantes de escolas católicas de serviço social a nível mundial, governantes de algumas nações europeias.²⁰⁹ E as questões sociais relativas ao corporativismo nacional serão abordadas pela revista

²⁰⁶Segundo Sousa Gomes (1935, p. 72) “quanto melhor a sociedade cumpra e fizer cumprir as suas obrigações e funções, também menos necessitará do Estado, que se reduzirá à sua função supletiva em ordem às obrigações sociais. Ora, justamente no hitlerismo e no comunismo, e um pouco no fascismo, coloca-se o problema ao contrário, reduzindo-se ou pretendendo-se reduzir a sociedade ao seu mínimo e pretendendo-se dilatar o Estado ao máximo”. As questões que coloca parecem reforçar as potencialidades do modelo português e pretendem ainda lançar uma chamada de atenção para o facto deste, ainda em desenvolvimento e reclamando-se distinto dos demais porque cristão, exigir em prol dessa demarcação, o estudo e a subsequente inclusão de algumas propostas de sociólogos católicos, relativas às relações entre o capital e o trabalho. De acordo com Gomes (1935, p. 75) “não será mais cristã a organização social que coloque o trabalho a par do capital para poder colaborar na direção da produção? [...]. Não estará, numa representação mais permanente e mais eficaz do trabalho na direção da produção, a solução do problema social que maior importância tem na hora que passa? Não queremos evidentemente ao formular estas perguntas, dizer que em todas as empresas deve haver uma maior colaboração e uma maior participação na direção das empresas, entre os elementos que representam o trabalho. Mas deve haver em algumas ou em muitas, como deixam antever alguns sociólogos católicos, “ações” representativas do trabalho”.

²⁰⁷ Presidente do CADC entre 1928/1929 e 1939/1931, e à época, recentemente formado pela Universidade de Coimbra. Viria nos anos cinquenta a assumir a pasta das Corporações.

²⁰⁸ Carta enviada por Pio XI ao cardeal português em 10 de novembro de 1933, em resposta à resolução do episcopado, de organizar no país a ação católica.

²⁰⁹ Da conferência teriam participado designadamente o ministro do Trabalho e da Previdência Social belga e o ministro das Finanças, da Previdência Social e do Trabalho luxemburguês e seriam apresentadas comunicações de autores de escolas sociais da Polónia, França, Inglaterra, Estados Unidos, Bélgica, Brasil e Chile. De entre as temáticas focadas constavam “o serviço social, fator de eficiência na atuação dos poderes públicos para o bem-estar social” e “a educação popular e os cursos profissionais complementares em França”.

(*Estudos*, n.º 140, outubro, pp. 499-508), na referência às obras “Problemas do Trabalho” de Sousa Gomes e “O desemprego e a colocação no regime corporativo” de Ruy de Lordelo, publicadas em 1934 e 1935 respetivamente. As considerações feitas em torno da análise destes dois documentos, mais uma vez reforçam a necessidade de uma educação corporativa em moldes cristãos que, distanciando o corporativismo português dos modelos totalitários, o possam afinar e levar à prática.

Com o advento e a eclosão da guerra civil de Espanha e da II Guerra Mundial, o apelo corporativo moldado pelos valores cristãos e orientado pelo CADC tornar-se-á cada vez mais explícito na revista, enquanto tampão dos ideários comunista e nazi fascista, sendo exemplo disto em 1936, os artigos “A missão dos estudantes na reconstrução da ordem social”²¹⁰ (Porto, pp. 298-320), “Da verdade corporativa e da escravidão comunista”²¹¹ (Dias, pp. 477-495) e “Ânsia de justiça”²¹² (Fonseca, pp. 578-593). Nos anos seguintes e até finais de 1939, ano em que Veiga de Macedo termina a licenciatura em Coimbra, esta mesma linha editorial pode ser visualizada designadamente na notícia inserida no exemplar respeitante aos dois primeiros meses de 1938 e relativa à publicação da brochura “Quatro palavras” (*Estudos*, n.ºs 163 e 164, pp. 111-112) e nos artigos “O problema social em Portugal” (Mendes, 1938, pp. 226-236) e “Sonho e ação. O Dr. Sá e Melo e os trabalhadores” (Neves, 1939, pp. 8-12). Sobre “Quatro palavras”²¹³, são realçadas duas qualidades – a temática e a autoria. A primeira, por respeitar às Casas do Povo, “uma das instituições de maior alcance social do corporativismo português” e cuja “propaganda ou estudo consciencioso [...] nos devem merecer o maior aplauso”. A segunda, pelo facto de provir de “um novo”.²¹⁴ Quanto aos restantes dois artigos, o primeiro retrata o CADC como instituição onde se teriam apontado (Mendes, 1938, p. 232) “pela primeira vez em Portugal, as vantagens do

²¹⁰ Conferência realizada no CADC a 17 de maio de 1936, dia da consagração dos quintanistas católicos da Universidade de Coimbra. Nela apela-se à intervenção dos estudantes para que propaguem a “ordem social” cristã, inscrita nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*.

²¹¹ Transcrição de discurso pronunciado numa sessão preparatória do comício anticomunista, realizado em 7 de outubro de 1936, na Covilhã.

²¹² Artigo que pode ser sintetizado na frase (Fonseca, p. 592): “em conclusão: impelidos pela ânsia de justiça, os homens querem hoje em dia resolver a grande questão social. Analisando friamente, racionalmente tal problema, rejeitámos o comunismo marxista, aceitámos o corporativismo e assentámos que este só é fecundo espiritualizado pelo cristianismo”.

²¹³ Discurso proferido por Mário Roseira em 1 de novembro de 1936, na sessão solene de inauguração da Casa do Povo de Covas do Douro.

²¹⁴ Refira-se que Mário Roseira teria na altura em que discursa, acabado de completar 23 anos. Delegado do INTP, o seu nome encontra-se referenciado como membro da direção da Conferência de S. Vicente de Paulo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em outubro/novembro de 1935, na seção “Vida do CADC” da revista *Estudos* (n.ºs 139 e 140, pp. 510-511).

corporativismo segundo as bases da Rerum Novarum”.²¹⁵ O segundo, da autoria do padre Moreira das Neves, presta uma homenagem a Sá e Melo, recentemente falecido. Este é apresentado aos leitores como defensor dos trabalhadores, na sua qualidade de assistente dos serviços de ação social do INTP e de jovem formado na escola do CADC²¹⁶.

Mário Roseira e Sá e Melo são o exemplo continuador de um projeto corporativo, que se pretende cristão e português, e que apela à participação das novas gerações. Nos meses seguintes e com o eclodir da II Guerra Mundial, o envolvimento dos estudantes católicos de Coimbra nesse projeto, mais do que promovido, passará a ser exigido na revista, em cumprimento do respeito à tradição do CADC e ao destino histórico da nação, representada como baluarte da fé cristã. Em outubro/novembro de 1939, a seção “Crivo” (*Estudos*, n.ºs 180-181, pp. 390-396) referindo-se ao conflito europeu que havia recentemente deflagrado, realça que a situação de neutralidade do país face à situação de guerra “não pode significar alheamento ou impassibilidade”. Esta recomendação é devidamente fundamentada e explicitada, por meio da carta pastoral enviada pelo Cardeal Patriarca de Lisboa (Cerejeira, 1939, pp. 392-396) ao clero e fiéis e relativamente à qual são transcritos alguns excertos. Nestes e após ter descrito uma Europa enfraquecida por “ideologias francamente pagãs”, o cardeal realça que “a missão de Portugal, perante a crise contemporânea está oficialmente definida: defesa da civilização cristã [...]. Portugal quer assentar o edifício político social sobre alicerces de princípios cristãos”.²¹⁷

²¹⁵ O artigo refere ainda que o corporativismo português não é identificável (Mendes, 1938, p. 235) “a nenhum regime totalitário da Europa”, com “o nazismo e o fascismo bem diferentes do nosso lusitanismo”. Isto, muito embora se registre que “a defesa da ordem social e da sua oposição aos princípios comunistas o aproxime de alguns”. Mais uma vez, daqui se infere que o conceito de corporativismo português residiria fundamentalmente na aplicação dos princípios cristãos definidos nas encíclicas, não tendo sido ainda levado à prática em toda a sua amplitude.

²¹⁶ Miguel António de Sá e Melo Moreira, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra e assistente dos serviços de ação social do INTP, desde novembro de 1936, falecera após ter adoecido em meados de 1938.

²¹⁷ As recomendações do cardeal português são potenciadas pela publicação no referido artigo, de alguns excertos da encíclica *Summi Pontificatus* de Pio XII (1939, pp. 395-396). Ainda que publicada algum tempo após o envio da carta pastoral de Cerejeira ao clero e fiéis de Lisboa, a encíclica, datada de 28 de outubro de 1939, pouco tempo após ter deflagrado o conflito mundial, reforça a ideia contida na primeira mensagem, ao condenar as ideologias pagãs aliadas às formas ditatoriais de governo, que, de forma implícita, faz constatar no nazismo. Considera o Papa que “desligar o Direito dos Povos da âncora do Direito Divino, para assentá-lo na vontade autónoma dos Estados, não é outra coisa senão destroná-lo [...], entregando-o ao funesto dinamismo do interesse particular e do egoísmo coletivo que apenas tem os olhos postos no valor dos seus próprios direitos e desconhece os dos outros”.

Aos estudantes do CADC cabia, portanto, a incumbência de levar a cabo estes desígnios. E a probabilidade da sua aplicação prática a curto prazo, teria sido sem dúvida maior para os finalistas, possíveis candidatos a cargos na estrutura corporativa do regime. Este seria o caso de Veiga de Macedo, licenciado a 25 de julho de 1939.

2.2. Os mestres.

Os docentes do curso de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito de Coimbra viriam, pela proximidade e afinidade intelectual com os discentes, coadjuvar e reforçar as orientações ceadecistas dirigidas aos estudantes, não se constituindo Veiga de Macedo como uma exceção. Paulo Mereia, Cabral de Moncada, José Carlos Moreira, Adriano Vaz Serra, Teixeira Ribeiro, Manuel de Andrade, Fernando Pires de Lima, José Beleza dos Santos, José Alberto dos Reis, Diogo Pacheco de Amorim e Mário de Figueiredo teriam sido seus professores (Macedo, 1970 b), p. 13). Alguns destes docentes haviam feito parte do círculo íntimo de Salazar nos primórdios do CADC, contribuindo para a implantação e consolidação do Estado Novo e, consequentemente, para a difusão entre os estudantes do ideário que partilhavam. Era o caso de Diogo Pacheco de Amorim já atrás referido, de José Alberto dos Reis e de Mário de Figueiredo.

O primeiro, dirigente do Centro Católico que ajudara a fundar em 1915, militante do CADC e colaborador do *Imparcial*, concorrera por diversas vezes às eleições no período da I República, tornando-se o único deputado católico do parlamento, em maio de 1919. Na vigência do Estado Novo voltaria a exercer o cargo de deputado à Assembleia Nacional, nas legislaturas de 1935-1938 e de 1945-1949 (Cruz, 2004, pp. 169-171). José Alberto dos Reis, docente da Universidade de Coimbra desde 1900, estabelecera amizade com o futuro Presidente do Conselho por intermédio do CADC, tendo integrado o júri do concurso para assistente da Faculdade de Direito de Coimbra, a que Salazar se submeteria em 1917. Anos mais tarde (Cruz, 2004, pp. 445-448), faria parte do grupo que deu parecer sobre o projeto de Constituição de 1933 e desempenharia os cargos de deputado e presidente da Assembleia Nacional nas três primeiras legislaturas, de 1934 a 1945. Quanto a Mário de Figueiredo, ativista católico, confidente e amigo íntimo de Salazar desde os tempos do Seminário de Viseu, fora presidente do CADC no ano letivo de 1916/1917 e diretor da Faculdade de Direito entre 1930 e 1940, ou seja, durante o período em que Veiga de Macedo frequentara a Universidade de Coimbra. Companheiro de Salazar durante toda a sua carreira política,

durante a Ditadura Militar exercera os cargos de Ministro da Justiça e dos Cultos e de membro do conselho Político Nacional.²¹⁸ Ministro da Educação Nacional, entre o final de agosto de 1940 e o início de setembro de 1944, foi deputado à Assembleia Nacional desde a primeira legislatura. Seria nomeado porta-voz do governo deste organismo a partir das eleições de 1945 e presidente do mesmo desde 1961 até à sua morte, ocorrida em 1969. Membro do Conselho de Estado a título vitalício em 1952, o seu nome está ligado ao processo de elaboração, negociação e assinatura da Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, firmada em 1940 no Vaticano.

2.2.1. Mário de Figueiredo, o “mestre carismático”.

De entre todos os docentes da Universidade de Coimbra acima citados, Mário de Figueiredo tornar-se-ia para Veiga de Macedo no (Steiner, 2005) “mestre carismático”²¹⁹ aquele que, tocando “na alma e nas raízes do ser” tornaria o passado presente, protegendo e impondo a memória. E esta era a da comunidade ceadecista que estivera na origem do Estado Novo e que, com o consolidar do regime, exigia continuadores à altura. Nas palavras em homenagem a Mário de Figueiredo, proferidas na Assembleia Nacional em 28 de novembro de 1969, pouco após a sua morte²²⁰, Macedo (1970 b), pp. 9-28) assinalaria o facto de ter sido este o professor da universidade a quem mais ficara “a dever”, registando também a amplitude do efeito pedagógico do mestre, em si: “como nenhum outro, exerceu influência vincada no meu espírito e até no rumo da minha vida [...], a sua douta conferência *Princípios Essenciais do Estado Novo Corporativo* logo se impôs no espírito de muitos e no meu, como padrão de bem pensar”.

A conferência fora proferida em 28 de maio de 1936, em cumprimento de uma ordem de serviço dirigida ao reitor da Universidade pelo Ministro da Educação Nacional. Nela se determinava que nesse dia (Figueiredo, 1936) “fossem explicados em todos os estabelecimentos de ensino, por forma adequada ao respetivo grau, os princípios essenciais do Estado Novo Corporativo e suas mais importantes realizações”. O evento, realizado numa data emblemática para o regime e a cerca de dois meses do deflagrar da guerra civil de Espanha, tivera, segundo o autor da conferência (Figueiredo,

²¹⁸ Respetivamente, entre novembro de 1928 e julho de 1929 e em 1932.

²¹⁹ Mário de Figueiredo foi professor de Veiga de Macedo (1970 b), p. 13), nas cadeiras de Direito Comercial, Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado, tendo arguido também a sua tese de licenciatura.

²²⁰ O falecimento de Mário de Figueiredo ocorrera em 19 de setembro desse mesmo ano.

1936), objetivos claros – “mostrar [...] que a posição ideológica do Estado Novo se justifica, e se não justificam posições ideológicas que lhe são adversas”. No discurso, o corporativismo português que se reclama de não estatista, distanciando-se portanto do modelo italiano, é apresentado como realizável através da organização corporativa e só efetivado com a constituição das corporações, no topo da mesma:

“ [...] a corporação, tendo poderes normativos sobre a atividade que representa, descongestiona o poder do Estado, amacia a sua onipotência e, sendo um processo de fusão dos elementos da produção, do capital e do trabalho, excita o espírito de colaboração, reduzindo o de luta e de concorrência”.

Mário de Figueiredo (1936, p. 35). *Princípios Essenciais do Estado Novo Corporativo*.

Esta conferência teria sem dúvida potenciado em Veiga de Macedo o efeito de outras iniciativas com idênticos objetivos e a que, como estudante, teria estado exposto – caso da conferência proferida em Coimbra no dia 27 de fevereiro de 1937 por Pedro Teotónio Pereira²²¹ e da publicação, no ano em que terminara a licenciatura, da obra *Princípio e fins do sistema corporativo português* da autoria de Teixeira Ribeiro, seu mestre. O primeiro dirige um apelo aos estudantes de Coimbra para que se dediquem às questões corporativas, a fim de ser dada continuidade ao projeto que ajudara a construir (Pereira, 1937 c), p. 181) “Embora já concluídos os capítulos fundamentais do nosso corporativismo, não falta todavia aos estudiosos largo campo de trabalho [...]. Aqueles que tenham o gosto da ação, que ardam no desejo de servir e ser úteis, devem pensar que o futuro das novas instituições estará tanto melhor assegurado quanto mais dignos forem os homens a quem as confiarmos”. Para além do despertar do interesse pelos aspetos teóricos do corporativismo, estas palavras apontam para que a futura escolha profissional dos jovens seja realizada adentro da organização corporativa.

A obra de Teixeira Ribeiro (1939, pp. 1-96), elaborada a partir de lições ministradas pelo autor no curso de Direito Corporativo da Faculdade de Direito de Coimbra, permitiria que, embora de forma não explícita, fosse alcançado objetivo semelhante, pela reflexão feita em torno de alguns aspetos do corporativismo português²²², numa altura em que o funcionamento da organização corporativa era

²²¹ Á época, ministro do Comércio e Indústria, fora o primeiro subsecretário de estado das Corporações no país.

²²² Entre estes, encontrava-se a evidência daquele se encontrar em conformidade com a doutrina social da Igreja e do facto da organização corporativa se encontrar ainda incompleta e suscetível de

fortemente contestado e alvo de debate na Assembleia Nacional. A este propósito, refira-se que o responsável pela discussão em torno da organização corporativa seria Mário de Figueiredo, que, à semelhança do que iria acontecer alguns anos depois, no pós-guerra²²³, havia lançado na sessão de 15 de dezembro de 1938 um aviso prévio, no qual afirmaria o desejo de (Figueiredo, 1938, p. 70) “tratar da economia corporativa, dos seus elementos de organização em Portugal, da atuação por eles desenvolvida e dos resultados obtidos”. Desta iniciativa resultaria reforçado o corporativismo português e, consequentemente, a figura de Mário de Figueiredo como seu defensor.

Se o exemplo e influência do mestre aparecem como óbvios, na elaboração do plano de corporatização encetado por Veiga de Macedo, outro tanto parece ter acontecido relativamente à alfabetização.²²⁴ A este propósito, no discurso proferido em 28 de novembro de 1969 na Assembleia Nacional e já atrás referido, após haver relatado o facto de ter sido Mário de Figueiredo a mandar reabrir as escolas do magistério primário “inexplicavelmente encerradas havia anos”, Veiga de Macedo (1970 b), pp. 9-28) manifesta “apreço e gratidão” ao mestre, pelo “apoio à campanha contra o analfabetismo” que levara a cabo. Podemos ainda presumir, que o tipo de apoio prestado teria extravasado o incentivo e os limites do campo estritamente pessoal, para desembocar numa força de pressão de tipo institucional e hierárquico, uma vez que Mário de Figueiredo era à época, presidente da Junta Nacional de Educação (JNE) e do Conselho Permanente da Ação Educativa (CPAE).²²⁵ E esta presunção, aliada à

melhoramentos. De acordo com Teixeira Ribeiro (1939, pp. 55- 63), este último aspeto envolvia o agrupamento das Casas do Povo em Federações, ponto omissso na legislação e que possibilitaria, à semelhança da Junta Central das Casas dos Pescadores, uma melhor realização dos fins para que haviam sido criadas. Quanto às corporações ainda inexistentes, traçava-se um possível quadro organizador, apontando-se o facto de estar anunciada para breve a respetiva constituição.

²²³ Como atrás já foi referido, Mário de Figueiredo irá requerer à Assembleia Nacional em 5 de fevereiro de 1946, que seja constituída uma comissão de inquérito à atuação dos organismos corporativos. A situação, decorrente da acusação de estes terem sido acusados de atuar em proveito próprio durante a guerra, punha em causa o corporativismo e consequentemente o regime que nele se fundava.

²²⁴ O período em que Mário de Figueiredo desempenha o cargo de ministro da Educação Nacional, entre agosto de 1940 e setembro de 1944, marca uma intenção alfabetizadora centrada no alargamento da rede escolar, efetivada na reabertura das escolas do magistério primário e na definição das condições para a execução do Plano dos Centenários. Prevista no Decreto-Lei n.º 32 243, de 5 de setembro de 1942, a reabertura das escolas do magistério primário prossegue a tomada de medidas de emergência relativas ao recrutamento de professores primários em falta no sistema, que haviam sido contempladas no Decreto-Lei n.º 30 951, de dezembro de 1940. O Plano dos Centenários, publicado em Despacho de 29 de julho de 1941, fixava “o número, localização e tipo de escolas a construir para completo apetrechamento do Ensino Primário”, dando cumprimento ao artigo 7.º da Lei n.º 1985, de dezembro de 1940.

²²⁵ Instituída pela Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936, a JNE (Base II) tinha como objeto o estudo dos problemas relativos “à formação do caráter, ao ensino e à cultura” e englobava sete seções – educação moral e física, ensino primário, ensino secundário, ensino superior, ensino técnico, belas artes e investigação científica e relações culturais. O CPAE, a que presidia o presidente da JNE, era ainda

representação do mestre como alguém que no desempenho destes cargos, se teria dedicado ao trabalho “estudando os problemas, atenuando ou eliminando conflitos entre serviços e entre pessoas”, deixa entrever também, a ocorrência de algum tipo de resistências por parte da elite do Estado Novo, em torno da campanha alfabetizadora de Veiga de Macedo que, de algum modo, teriam sido atenuadas por Mário de Figueiredo.

3. A experiência do INTP.

Veiga de Macedo entra no INTP, como subdelegado para o distrito de Castelo Branco, em setembro de 1940²²⁶, permanecendo em funções neste organismo, até ser requisitado para o cargo de Subsecretário de Estado do Ministério da Educação Nacional, em 1949. Até esta altura e de acordo com o testemunho prestado pelo próprio na obra *Salazar visto pelos seus próximos* (Macedo, [2003], pp. 45-58), teria desempenhado vários cargos e desenvolvido um leque diferenciado de atividades dentro da organização corporativa. Nos dois primeiros anos, subdelegado do INTP na Covilhã e agente do Ministério Público junto do Tribunal de Trabalho do distrito de Castelo Branco. Entre 1942 e 1946, subdelegado do INTP e inspetor do Trabalho no Porto, período em que organizara a Caixa Sindical de Previdência e a Caixa de Abono de Família das Indústrias Têxteis, de que tinha sido o primeiro presidente. No ano seguinte e no distrito de Braga, delegado do INTP e delegado do Comissariado do Desemprego e presidente da Caixa Regional de Abono de Família. De 1947 e até assumir o cargo de Subsecretário de Estado da Educação Nacional, delegado do INTP, delegado da FNAT e da Federação de Caixas de Previdência no Porto, e vice-presidente para o norte do país, da Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas.

Mais do que uma investigação centrada no aprofundamento deste currículo, interessa atribuir-lhe um sentido, tendo em conta a futura ação alfabetizadora, educativa e de completude da organização corporativa que Veiga de Macedo levará por diante, na década de cinquenta, já na qualidade de membro do Governo. De acordo com o Decreto-Lei n.º 23 053, de 23 de setembro de 1933 que criara o INTP, este organismo

composto (Base III) pelos presidentes das seções atrás referidas. A este órgão cabia, a par de uma função consultiva, “assegurar através da hierarquia, a unidade e continuidade da ação do Ministério da Educação Nacional”, acordo com o regimento da JNE, promulgado a 19 de maio de 1936, pelo Decreto-Lei n.º 26 611,

²²⁶ Informação recolhida nos n.ºs 15 e 16, de 15 e 31 de agosto de 1940, do *Boletim do INTP*.

tinha como fim (Art. 2.º), “assegurar as leis de proteção ao trabalho e demais de caráter social, integrando os trabalhadores e restantes elementos da produção na organização corporativa”, em conformidade com o previsto no ETN. Cabia aos delegados respetivos, para além do dever de propagandear os princípios corporativos e de prestar assistência e inspeção aos organismos corporativos do distrito onde exerciam funções, a obrigação de exercer uma (Art. 7.º) “eficaz e permanente proteção, sob todas as formas aos trabalhadores, inquirindo da segurança dos locais de trabalho, do regime dos salários, da observância das leis sobre trabalho das mulheres e dos menores e do horário de trabalho”, ou seja, de tudo o que dissesse respeito ao “bem-estar, higiene e dignidade das famílias operárias”. Segundo destaca Fátima Patriarca (1995, p.161), os técnicos e quadros do INTP e dos Serviços de Ação Social²²⁷, pela especificidade das suas funções e no contacto com a dura realidade das condições de vida e de trabalho do operariado, assumiam na prática a ação de dirigentes dos sindicatos nacionais, litigando, negociando e pressionando os patrões.

Tal como já atrás foi referido, este exercício de tutela no tocante à promoção e cumprimento da legislação social, faria com que os assistentes e delegados do INTP fossem olhados com alguma desconfiança e incómodo por parte do patronato ainda não rendido à filosofia corporativa, na sua qualidade de (Salazar, 1933 a), p. 2) “defensores natos dos que trabalham”, categoria formalmente atribuída pelo Presidente do Conselho no discurso de 20 de dezembro de 1933, dirigido aos primeiros delegados do organismo, pouco tempo antes de terem assumido o respetivo cargo. Em tempo de guerra, a tarefa de esbater os conflitos de classe que cabia aos quadros do INTP, teria sido particularmente difícil e crucial e exigiria da parte daqueles um particular envolvimento e investimento pessoal, no tocante às realizações relativas à previdência, não apenas com o intuito de melhorar a condição social dos trabalhadores, mas ainda como forma de promover e credibilizar a organização corporativa que tinha caído em descrédito.²²⁸ O parecer elaborado pela comissão encarregada de apreciar as contas públicas relativas ao ano de 1942, no item dedicado ao Subsecretariado das Corporações e Previdência

²²⁷ De acordo com o Decreto-Lei n.º 23 053, os serviços de ação social estavam a cargo de seis assistentes e funcionavam integrados no INTP, sob a direção do seu presidente. Cabia-lhes (Art. 5.) “estudar os problemas do trabalho e de previdência e respetivas soluções”, assim como “fomentar e orientar a organização corporativa e propagar o espírito da nova ordem social”.

²²⁸ Como já atrás se disse, o descrédito teria assumido proporções consideráveis, ao ponto de ser requerida à Assembleia Nacional, em fevereiro de 1946, a constituição de uma comissão de inquérito à atuação dos organismos corporativos.

Social”²²⁹, apontaria esta questão como um “problema delicado e complexo” da incumbência do INTP e que exigiria mais estudos e resultados práticos.

A propaganda e defesa da organização corporativa por parte dos delegados correspondiam, na prática, à sua transformação em agentes corporatizadores. No aspeto educativo, por terem a incumbência de levar trabalhadores e patrões a servir-se das virtualidades da organização e a assimilar os seus princípios. No aspeto reprodutor e amplificador, por todo este processo tender ao desenvolvimento e completude da organização corporativa. A contribuição de Veiga de Macedo em prol destes objetivos, ainda no período em que exerce funções no INTP, parece evidente, não só pelo amplo leque de funções que assumiria dentro da organização, como ainda pelo pioneirismo demonstrado no âmbito da Previdência Social, ao organizar a Caixa Sindical de Previdência e a Caixa de Abono de Família das Indústrias Têxteis, e pelo desempenho de cargos de algum relevo – presidente da Caixa Regional de Abono de Família em Braga e vice presidente da Federação de Caixas de Previdência – Habitações Económicas, para o norte do país.

A vertente educadora de Veiga de Macedo, enquanto delegado do INTP, teria sido fortemente amplificada com o desempenho do cargo de delegado da FNAT. Esta instituição, cujas competências incidiam na promoção do aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores, a fim de lhes garantir “o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral”, alargaria e aprofundaria a sua ação a partir dos anos quarenta, com a publicação dos respetivos estatutos e com o exercício de orientação da cultura popular, a ser veiculada a partir dos organismos corporativos do meio rural, por intermédio da Junta Central das Casas do Povo (JCCP).

Os estatutos da FNAT, promulgados pelo Decreto n.º 31 036, de dezembro de 1940, previam a existência de delegações em vários pontos do país, estabelecendo como competências respetivas a orientação, coordenação e fiscalização de todas as iniciativas relativas à cultura popular providas da organização corporativa e prevendo um leque de realizações, entre as quais se incluíam a criação de cursos de cultura geral e profissional, a instalação de bibliotecas populares, a organização de conferências e palestras radiofónicas ou as sessões de cinema. A orientação e coordenação da ação das Casas do Povo, entregue à JCCP em janeiro de 1945, pelo Decreto-Lei n.º 34 373 (Art.

²²⁹ Parecer constante do n.º 70 S, sessão de 29 de março de 1944, do *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, pp. 32-33.

3.º), permitia efetivar e alargar as competências de âmbito educativo dos organismos corporativos primários rurais, “tanto no aspeto do ensino organizado, como no aproveitamento do tempo disponível dos trabalhadores”, após reforçar e alargar ao meio rural as atribuições da FNAT relativas à cultura popular, ou seja, depois de estas terem sido devidamente enquadradas.

A JCCP era presidida pelo Subsecretário de Estado das Corporações, sendo as funções do organismo asseguradas por um vice-presidente, designado pelo Subsecretário e por três vogais – um representante da Direção Geral dos Serviços Agrícolas, um representante da FNAT e o chefe da 1.ª repartição do INTP. Os assuntos de especial importância eram entregues pela presidência da Junta a uma comissão consultiva composta por nove elementos, entre os quais se encontrava um representante da Direção Geral do Ensino Primário (DGEP), um representante do SNI – organização que superintendia a nível nacional às atividades relativas à cultura popular –, três representantes das Casas do Povo e três representantes dos Grémios da Lavoura. Observando a proveniência dos elementos diretivos da JCCP e a composição da respetiva comissão consultiva, parece poder-se perspetivar a necessidade de uma articulação entre o Ministério da Educação Nacional, o INTP e a FNAT, em ordem a estender a cultura popular ao meio rural.

Tal como já atrás foi referido, Castro Fernandes, Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social e presidente da JCCP, definiria em traços largos o conceito de cultura popular, no discurso proferido por ocasião da criação da JCCP. Aquele, sujeito a orientação estatal, incluiria, para além de um conjunto de noções educativas adequadas ao meio rural e em função do género, a alfabetização dos adultos. E esta, segundo o Subsecretário das Corporações, deveria revestir a forma de uma “grande campanha”, requerendo a colaboração conjunta das estruturas e agentes do Ministério da Educação e da organização corporativa. Isto, não só porque a alfabetização se pretendia integrada na cultura popular e associada à respetiva disseminação, como ainda por que as altas taxas de analfabetismo dos adultos, à época, evidenciavam que a intervenção do Ministério da Educação Nacional não tinha sido por si só e até à data, solução para a resolução de um problema, que assumia dimensões alarmantes no meio rural.

Nesse mesmo ano e ao longo do debate da proposta de lei sobre fomento e reorganização industrial, realizado na Assembleia Nacional entre 10 e 19 de janeiro, algumas questões recorrentes e de sinal contrário, surgiam associadas ao analfabetismo.

Por um lado, a erradicação deste impunha-se como condição prévia de desenvolvimento económico. Por outro lado, a fuga dos campos que levava a um urbanismo associado à dissolução dos costumes e à contestação social, aparecia como consequência nefasta da alfabetização. Ora, a integração desta na definição de cultura popular, permitia a um tempo resolver ambos os problemas, pois, muito embora a criação de novas indústrias e a reorganização das já existentes potenciasses o abandono do trabalho agrícola, permitia por outro lado, que ao serem aplicadas novas técnicas na agricultura, fosse sentida a necessidade de alfabetização, bem como de um leque de noções educativas adequadas e necessárias ao meio rural. A estas, juntar-se-iam por arrasto mais algumas, como era o caso da educação corporativa, esbatendo-se os perigos e desvantagens do domínio das competências do *abc*. E assim, ao invés da inevitável fuga massiva dos campos, poderia antes resultar de todo este movimento educativo, uma valorização do trabalho agrícola em termos simbólicos e económicos, com a subsequente fixação à terra e assimilação e acatamento dos princípios do Estado Novo. Em qualquer dos casos, as regalias sociais que derivavam da organização corporativa, também ela potencialmente ampliada nos seus propósitos de negação e oposição à luta de classes, com o fomento industrial, permitiriam prevenir e controlar os efeitos perversos do abandono rural decorrente da alfabetização.²³⁰

A escolha de Veiga de Macedo para ocupar o cargo de Subsecretário de Estado do Ministério da Educação Nacional em 1949, parece ter tido em conta todas estas considerações. A questão do analfabetismo deveria ser solucionada no interior do Ministério da Educação e ter como polo catalisador, alguém cujo espírito de iniciativa, já comprovado, se mostrasse capaz de efetivar os desígnios alfabetizadores referidos por Castro Fernandes e impostos pela industrialização, integrando-os num programa de cultura popular, cuja implementação seria otimizada na razão direta do conhecimento e experiência ganhos no interior da organização corporativa.

²³⁰ Esta problemática seria tratada na Assembleia Nacional, ao longo das sessões dedicadas à discussão da proposta de lei de fomento e reorganização industrial. Na sessão n.º 117, realizada em 10 de janeiro de 1945 e que inaugura este debate, o deputado Alçada Guimarães (p. 102) refere-se à organização corporativa como dispositivo seguro cuja expansão, potenciada pelos efeitos da lei agora em apreciação, permitiria sossegar os que se inquietavam com a vaga industrializadora em perspetiva: “quanto aos inconvenientes de uma proliferação de massas operárias, é preciso encará-los dentro de um quadro de realidades. [...] o lugar em que o Estatuto do Trabalho Nacional situou o operário, as regalias que lhe conferiu e os deveres de solidariedade que dele reclama, já não consentem certas críticas formuladas. Limitemo-nos a atender aos aspetos de higiene, de previdência, de salários, de saúde física e moral que a reorganização há-de despertar, para lhes darmos as soluções de que carecerem”.

Enquanto delegado do INTP, Veiga de Macedo teria tido alguma projeção, esperando-se por consequência o desenrolar de uma ação educativa, inerente ao cargo de delegado da FNAT, no momento em que assumisse estas funções. Logo após a tomada de posse, o seu nome viria à baila como referência a ter em conta, no decurso do debate gerado pelo aviso prévio acerca do exercício do comércio retalhista de vinho e outras bebidas alcoólicas, lançado pelo deputado Mendes de Matos e realizado entre 7 e 14 desse mês, na Assembleia Nacional. O deputado reclamava a regulamentação e fiscalização do funcionamento das tabernas, alegando que a sua abertura aos domingos apesar de permitida por lei²³¹, vinha potenciar a ação das mesmas enquanto focos de imoralidade, perversão e instabilidade social.²³² A contrariar a procura destes locais de reunião, existiam as sessões da FNAT, organismo que, segundo o deputado Pinheiro Torres (1948, pp. 138-139) fora “criado precisamente para entreter, para levar alegria aos que trabalham, nas horas de descanso, entretenimento e alegria sãs, educativas, desviando-os de ambientes que são ou podem vir a ser-lhes funestos”. E, como suporte das suas alegações, referiria: “ainda ontem o Dr. Veiga de Macedo, no ato da sua posse de delegado da FNAT no Porto, disse no seu discurso que era preciso desviar o trabalhador do vício e da taberna”.²³³

A requisição para o Ministério da Educação teria ocorrido pela mão de Joaquim Trigo de Negreiros, Subsecretário de Estado das Corporações entre 1940 e 1944. Segundo Veiga de Macedo ([2003], p. 48), aquele ter-lhe-ia confidenciado, por ocasião da sua saída do governo em 1961, haver indicado o seu nome a Salazar, havendo ainda fortes razões para supor que esta decisão houvesse sido suportada, por influência de Fernando Pires de Lima e de Mário de Figueiredo. A ser assim, existiriam fortes expectativas de que no desempenho do seu novo cargo, Veiga de Macedo viesse a cumprir as metas do Estado Novo para a cultura popular, com dinamismo e determinação. Tanto Trigo de Negreiros como os seus dois antigos professores de

²³¹ De acordo com o Decreto n.º 24 402, de 24 de agosto de 1934, todos os estabelecimentos industriais e comerciais deveriam encerrar um dia por semana. Este, só em casos excecionais poderia deixar de ser o domingo, ficando neste caso, a fixação do dia de descanso semanal a cargo da respetiva câmara municipal, depois de ouvidos os organismos corporativos interessados e após sujeição à aprovação do INTP. As tabernas ficavam no entanto isentas destas disposições, assim como um conjunto de outros estabelecimentos entre os quais se incluíam os de laboração contínua.

²³² Na sessão n.º 120, de 7 de janeiro, Mendes de Matos (1948, pp. 97-102) refere-se aos malefícios provocados pela frequência das tabernas, realçando que “não faltam tabernas que funcionam ao domingo como pequenos clubes revolucionários [...]. Fala-se muito do despovoamento dos campos e com razão, mas esquece-se este outro despovoamento de mais funestas consequências ainda e que é o abastardamento das qualidades cívicas e morais do nosso povo”.

²³³ Considerações registadas na sessão n.º 123, de 10 de janeiro de 1948.

Coimbra teriam atestado as suas qualidades de trabalho e dedicação ao regime corporativo. Parece significativo o facto de Pires de Lima ser à data o Ministro da Educação Nacional a quem iria assessorar, e que o antigo Subsecretário das Corporações, de quem fora subordinado durante os primeiros anos do INTP, o tivesse indicado para a pasta da educação, numa altura em que a organização corporativa se propunha difundir o que definira como cultura popular.

No depoimento acima referido, Veiga de Macedo refere ter ficado surpreendido quando em meados de julho de 1949, Salazar o mandara chamar ao Forte de Santo António no Estoril, comunicando-lhe o “seu empenho” em vê-lo ocupar o cargo de Subsecretário. Tal como acontecera com o episódio da indicação do seu nome por Trigo de Negreiros, só anos mais tarde ao ler a obra *Salazar*, de Franco Nogueira, havia tomado conhecimento “dos termos honrosos” em que fora proposto pelo Presidente do Conselho, na carta por este enviada a Carmona. Os termos referidos por Nogueira (1980, p. 152) e que talvez por uma questão de modéstia não cita, são elucidativos no que toca à representação da personalidade de Veiga de Macedo e do que dele espera no desempenho do novo cargo: “pessoa modesta, inteligente e de grandes qualidades de trabalho”.

O dinamismo e a determinação com que o novo Subsecretário de Estado da Educação Nacional teria encarado as tarefas em prol da cultura popular que tomaria a seu cargo, e que levariam à elaboração e dinamização do Plano de Educação Popular, estão expressos no rótulo de “novo cavaleiro do abc” e na referência a uma mistura de “leninismo e evangelismo” presentes na sua ação alfabetizadora, atributos conferidos por Rui Ramos (1993, p. 61). Todavia, embora a extinção do analfabetismo se constituísse em termos oficiais como um objetivo a alcançar, todo este percurso não se faria sem a ocorrência de algumas desconfianças e resistências.

CAPÍTULO V

VEIGA DE MACEDO E O PLANO DE EDUCAÇÃO POPULAR

[...] não enfileiramos com aqueles que, numa visão superficial e deformada das coisas, se convencem de que os analfabetos se constituem, por definição, reserva moral dos povos, como se a ignorância e o atraso mental fossem sinónimos de perfeição e de virtude, ou a cultura e a moral se houvessem mostrado necessariamente inconciliáveis.

Tão pouco admitimos a tese dos que encaram a instrução como perigo social e afirmam que, não sendo possível suscitar nos recém alfabetizados espírito crítico, ela virá afinal a contribuir para a divulgação de doutrinas espúrias com risco para a ordem e tranquilidade públicas [...].

Nem se diga que não deve ser obrigada a receber ensino a população de certos meios rurais porque ela é feliz sem a instrução e não sente necessidade de aprender a ler. Mal de nós se quem assim pensa pudesse comandar a política de educação do País [...].

Não se duvida, é claro, de que pode oferecer perigo grave uma política de cultura popular sem base doutrinária ou com fundamento contrário à essência do pensamento cristão. E foi por isso que, ao denominar-se de “Educação Popular” o plano instituído pelos diplomas legais de 27 de outubro findo, se quis fazer uma afirmação de princípios, proclamando-se que uma política integral de cultura popular não pode apenas divulgar as primeiras letras, mas ainda, e dentro do possível, valorizar socialmente o povo e completar-lhe a sua formação moral e espiritual.

Veiga de Macedo (1953 d), pp. 24-27). Discurso proferido a 8 de julho de 1953, no ato de posse do Diretor e Adjuntos do Serviço de Bibliotecas das Escolas Primárias.

[...] estará a obra de educação popular, que estruturamos e erguemos, condenada a não ter continuidade no futuro e a constituir mais um episódio, se bem que brilhante, na já longa sucessão de tentativas ensaiadas, desde o século passado, para debelar o analfabetismo? [...]

Sou presentemente o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, mas já não o serei amanhã [...].

Veiga de Macedo (1955 d). Discurso proferido a 11 de setembro de 1954, no ato de encerramento da V Reunião dos Funcionários Superiores do Ensino Primário.

A década de cinquenta do século vinte inicia-se e desenvolve-se no país, regida pelo signo do combate ao analfabetismo. A nível internacional, as recomendações da UNESCO²³⁴ vêm destacar as altas taxas lusas registadas nos censos de 1950²³⁵,

²³⁴ Criada no final da II Guerra Mundial, a instituição oficial da UNESCO como órgão da ONU, data de 4 de novembro de 1946. Cabe-lhe a missão de promover a educação, a ciência e a cultura, enquanto fatores potenciadores da paz entre as nações.

²³⁵ De acordo com os censos de 1950 (Decreto-Lei n.º 38968, de 27/10/1952, 56.), na faixa etária dos 7 aos 11 anos a taxa de analfabetismo situava-se nos 20,3% sendo, para os maiores de 12 anos, de 42,8%.

comprometendo a imagem de Portugal face a uma Europa que no pós-guerra investe na reconstrução e inovação social, política e económica. Na 3.^a Conferência Geral desta organização, realizada em Beirute no ano de 1948 é recomendado que, em conformidade com os objetivos traçados no respetivo ato constitutivo (UNESCO, 1949, p. 16), os estados membros assegurem uma educação de base a toda a população e instituam, tão breve quanto possível, um ensino primário universal, gratuito e obrigatório, facultando de igual modo o ensino elementar a todos os que, em virtude da idade, já não estejam abrangidos pela obrigatoriedade do ensino.

A conferência de Elsinore realizada no ano seguinte na Dinamarca, entre 16 e 25 de junho e para a qual foram dirigidos convites a todos os estados, quer fossem ou não membros da UNESCO, teria como objeto a educação de adultos. Embora considerando (Gusmão, 1978 a), pp. 9-17) a alfabetização como distinta da educação de adultos, por esta visar não tanto “dar instrução, mas assegurar uma formação”, o documento preparatório do encontro inscreve-a como domínio da educação básica, estabelecendo para o conceito uma definição alargada que, variando em função das “necessidades específicas dos indivíduos, dos grupos sociais e nacionais e consoante a premência dos problemas a resolver”, pode incluir o objetivo de “ensinar a ler e escrever a uma população mais ou menos analfabeta”. E este era o caso de Portugal que, apesar de só ter aderido à organização na qualidade de membro em 1965, viria a sofrer a influência de algumas das suas recomendações, adotando-as.

Por outro lado e internamente, os Planos de Fomento a iniciar em 1953, viriam colocar exigências no campo da formação dos trabalhadores e, ao nível mais básico, na necessidade de alfabetização, com o atraso das populações rurais a ser destacado designadamente nos pareceres da Câmara Corporativa à proposta de lei relativa ao primeiro Plano de Fomento. A par do enfoque no domínio do *abc* como condição do desenvolvimento da economia e do destaque em torno da necessidade de difusão de um conjunto de conhecimentos práticos, úteis no dia-a-dia das populações, as inquietações do regime relativamente à respetiva estabilidade, sentidas durante e na sequência da II Guerra Mundial e já atrás referenciadas, estabeleceriam complementarmente a necessidade de uma intervenção educativa, na qual fosse tomada em consideração a vertente ideológica.

Em janeiro de 1949, no decurso da II Conferência da União Nacional e alguns meses antes de Veiga de Macedo ocupar o cargo de Subsecretário de Estado da Educação, Luís Leite Pinto, seu antecessor, faria o balanço da obra do Estado Novo no

capítulo da educação elementar, explicitando algumas das variáveis presentes na eliminação do analfabetismo e propondo soluções futuras. No seu discurso (Pinto, 1949) o acesso à cultura, entendida como “preparação para a vida”, é encarado como um direito universal dos indivíduos, apenas sujeito a limitações em função dos respetivos “recursos intelectuais” e a ser facultado pelo Estado. De acordo com o conceito apresentado, a alfabetização surge como um primeiro patamar a ser generalizado “por qualquer preço”, devendo constituir-se como facto inevitável a curto prazo, à semelhança do que acontecia à época na “maior parte dos países civilizados”.

De acordo com o Subsecretário Leite Pinto, o problema da extinção do analfabetismo só não fora ainda resolvido por envolver questões complexas, entre as quais se encontrava a realização de um recenseamento eficaz. E o destacar da necessidade de um melhor desempenho dos serviços administrativos e estatísticos para travar a fuga das crianças à escola, traria à baila uma outra variável – o analfabetismo dos pais. Estes, e particularmente os do meio rural, não reconheceriam as vantagens da escolaridade elementar, dado que a mesma não tinha qualquer aplicação prática nos locais onde a lavoura, pobre, se revestia de “feição quase patriarcal”. Uma outra questão que condicionava a matrícula e frequência escolares, suscetível de ser atenuada por meio do recurso assistencial a cantinas escolares, consistia no problema económico das famílias, que muitas vezes não só contavam com o trabalho dos menores, como ainda dele dependiam em termos de subsistência.

Em vésperas de uma nova década, o discurso sobre a cultura a facultar às massas englobava como primeiro estágio uma alfabetização com aplicação prática, generalizada e efetivada pelo cumprimento da escolaridade obrigatória e por um programa a definir, que envolvesse os adultos. De acordo com o Subsecretário Leite Pinto, o conceito de cultura deveria ainda conter o objetivo de dotar o indivíduo de competências que, possibilitando-o de poder “pronunciar um juízo claro acerca de si mesmo, das suas ações, das realidades que o cercam”, o tornassem capaz de “distinguir com segurança o bem do mal”. Esta vertente ética do conceito de cultura encontrava-se em consonância com o ideário vigente do regime, de modo a evitar a desagregação social e tudo o que fosse potencialmente contrário à sua estabilidade.²³⁶ A consecução destes objetivos

²³⁶ Acerca da noção de cultura, Leite Pinto (1949, p. 233) afirmaria dever a mesma ter “um sentido nacional e tradicional”. E a fundamentação residiria no “decisivo contributo que ela pode prestar à coesão do agregado populacional e à sua subsistência como pátria, e pela eminente necessidade de que ela não seja causa do desenraizamento dos indivíduos, da família, do meio e até da profissão”.

tornava portanto imprescindível que fossem incluídos na definição de cultura, os fundamentos e princípios do corporativismo e da organização corporativa, de modo a realçar as suas potencialidades e a afirmar as virtualidades do Regime.²³⁷

O traçado deste programa educativo que havia sido esboçado em linhas gerais por Leite Pinto seria objetivado por Veiga de Macedo a partir do momento em que, tendo sido requisitado para o Ministério da Educação Nacional na qualidade de Subsecretário, suspendera funções no INTP a 23 de julho de 1949.

1. A preparação do Plano de Educação Popular

1.1. As reações da elite dirigente ao primeiro pacote de medidas

No desempenho do novo cargo, Veiga de Macedo implementa um conjunto de medidas que visam o cumprimento da escolaridade obrigatória e que incluem, para além do incentivo à frequência escolar por meio da criação de novas cantinas, como fora preconizado por Leite Pinto, o reordenamento da rede escolar respetiva. E a 28 de abril de 1950 o deputado Antão Santos da Cunha (1950 b), pp. 996-997) solicita que as informações sobre o ensino primário que requerera a 20 desse mesmo mês e que havia entretanto recebido, em relatório subscrito pelo Subsecretário, sejam publicadas no *Diário das Sessões*, “por se tratar de um trabalho notável”.²³⁸ Realçaria ainda o deputado, que as medidas tomadas por Veiga de Macedo não constituíam “motivos para apreensões ou inquietações” uma vez que, não só estava a prosseguir “a obra de valorização espiritual da grei lusíada”, como a ser “conduzida com a seriedade e honestidade” que era “timbre dos melhores servidores do regime”.

A atitude de Antão Santos da Cunha denota uma tentativa de apaziguar eventuais receios e animosidades. E se é de crer que os primeiros se constituíssem como uma questão recorrente, colocada com a perspetiva de alargamento da escolaridade básica a toda a população, é natural que as segundas decorressem do facto de um

²³⁷ No discurso de abertura da II Conferência da União Nacional e portanto antes de Leite Pinto dissertar acerca do conceito de cultura, o Presidente do Conselho estabeleceria de forma implícita a necessidade de neste serem incluídos os fundamentos do corporativismo português. Confrontando o comunismo com o corporativismo, reafirmaria inequivocamente as potencialidades deste último: (Salazar, 1951, vol. IV, p. 369) “o primeiro [o comunismo], obrigado pela força da socialização, a dirigir rigidamente a vida e a suprimir toda a liberdade; o segundo assegurando, dentro do condicionalismo da produção os interesses materiais e morais do trabalho e respeitando a liberdade do homem, do membro da família, do trabalhador, do cidadão”.

²³⁸ Os elementos requeridos reportam-se ao período a partir do qual Veiga de Macedo começara a exercer o cargo de Subsecretário de Estado da Educação Nacional.

indivíduo estranho à máquina do Ministério da Educação Nacional, neste caso Veiga de Macedo, pretender resolver uma situação por tanto tempo protelada e aparentemente insolúvel, como era a das altas taxas de analfabetismo. A acrescer a tudo isto e muito embora o Subsecretário fosse um homem do regime²³⁹, o facto de provir do INTP, organismo cuja atuação se revelara por vezes incómoda para o patronato e que fazia parte da estrutura corporativa, fortemente contestada pela opinião pública há alguns anos atrás e por tal sujeita a inquérito por iniciativa da Assembleia Nacional²⁴⁰, teria posto com forte probabilidade algumas reservas à futura reforma educativa do ensino primário, de programa desconhecido e prospetivada para breve.

A convicção da existência de suspeitas em torno da ação do Subsecretário, acima enunciada, é reforçada pelo facto daquele, no documento por si subscrito e apresentado à Assembleia Nacional, ter sentido necessidade de se justificar, quer perante os céticos que duvidavam de um programa de disseminação do Ensino Primário que recorria ao reordenamento da rede escolar pelo fecho de centros de ensino, quer perante os receosos das putativas consequências que decorreriam da perspetiva do alargamento da escolaridade básica a toda a população. Respondendo às dúvidas dos primeiros, Veiga de Macedo (1950, p. 1000) afirmaria que o objetivo do polémico reajustamento da rede escolar consistira em “aumentar a frequência e levar a instrução a milhares de crianças que de outra forma não a teriam” e não em fazer economias, “como houve quem julgasse”. Para rebater os argumentos dos segundos, realçaria não ser único intento do Governo no capítulo da instrução elementar, (Macedo, 1950, p. 999) “apenas levar a todos os portugueses o conhecimento das primeiras letras”, mas antes dotar o ensino primário de um “sentido formador” que reafirmava a sua fidelidade ao Regime por meio do cumprimento dos seus princípios, expressos na Constituição.

O pedido de Antão Santos da Cunha surge na sequência de uma série de intervenções realizadas na Assembleia Nacional por alguns deputados. Logo após Veiga de Macedo ter assumido o cargo de Subsecretário, não só foram requeridos alguns

²³⁹ A afirmação de fidelidade ao regime por parte do Subsecretário é posta publicamente em relevo em diversos momentos. Na sessão realizada na delegação da FNAT do Porto, a 8 de novembro de 1949, por ocasião das eleições para a Assembleia Nacional e para as quais a União Nacional concorreria com uma lista de deputados, Veiga de Macedo (1949, pp. 129-131) realçaria a obra social do regime e o facto da mesma só ter sido possível por estar em conformidade com os princípios enformadores do Estado Novo.

²⁴⁰ Tal como foi atrás referido, Mário de Figueiredo requereu no decorrer da sessão n.º 25 da Assembleia Nacional, realizada a 5 de fevereiro de 1946, a nomeação de uma comissão de inquérito à organização corporativa, em virtude do descrédito em que esta caíra durante a guerra, acusada de desvirtuar os fins para os quais havia sido criada.

elementos relativos ao ensino primário²⁴¹, como foram registadas declarações de preocupação face à alegada situação de carência económica dos professores primários, pedindo-se que a resolução deste problema fosse incluída na reforma de ensino primário que se preparava.²⁴² Estas intervenções indiciam mais uma vez, não apenas presumíveis discordâncias, como uma efetiva desconfiança relativamente à ação desenvolvida e a desenvolver no ensino primário, pelo recém-nomeado Subsecretário de Estado da Educação Nacional e teriam sido espoletadas pela imprensa diária.

Com a publicação do relatório no *Diário das Sessões*, Antão Santos da Cunha que muito provavelmente teria privado de perto com Veiga de Macedo numa primeira fase enquanto estudante de Direito em Coimbra e posteriormente na qualidade de delegado do INTP²⁴³, visaria não apenas dar a conhecer a ação que até então fora por este desenvolvida ao nível do ensino primário, mas sobretudo credibilizá-la e reforçá-la pela tentativa de dissipação dos temores latentes nas intervenções dos deputados²⁴⁴, abrindo assim caminho para a legitimação das reformas em devir.

As alterações efetuadas relativamente à rede escolar, que incluíam a passagem de alguns postos masculinos a mistos e implicavam a entrega da lecionação a um agente educativo do sexo feminino, não teriam sido pacíficas, por colidirem quer com interesses instalados, quer com as inquietações de todos aqueles que entendiam o

²⁴¹ A 15 de dezembro de 1949, são requeridos por Amaral Neto (1949, pp. 107-108) alguns elementos relativos ao número de edifícios que, ao abrigo do Plano dos Centenários haviam sido construídos ou se encontravam em construção, bem como informações acerca do número de lugares de professor criados e em efetivo funcionamento.

²⁴² O deputado Galiano Tavares ilustraria esta realidade a 12 de janeiro de 1950, reportando-se à notícia inserida num jornal diário e intitulada “Um parecer sobre a situação dos regentes de postos de ensino”. Nela se dava conta do parecer favorável da Procuradoria-Geral da República ao pedido de um regente, que pretendia aceder ao concurso de fiel de armazém na Câmara Municipal de Coimbra. Comentando este facto, observaria o deputado: (Tavares, 1950, p. 162) “não conheço situação mais pungente no quadro dos serviços do Estado. Acho que é preferível ser fiel de qualquer coisa a ser regente nos postos de ensino. Tenho ouvido dizer, com frequência, que os regentes de postos de ensino estão em meios geralmente generosos, geralmente dadores de alguma coisa, o que equivale a dizer, senhores deputados, que os regentes que nas segundas-feiras ensinam as crianças a soletrar e a tabuada pedem esmola ao domingo no adro da igreja, às próprias crianças que ensinam”.

²⁴³ Antão Santos da Cunha, nascido em junho de 1914 e portanto com a mesma idade de Veiga de Macedo, era, à semelhança deste, licenciado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Coimbra. Ter-se-iam cruzado de novo na Covilhã entre 1940 e 1941, desta vez a nível profissional. O primeiro como delegado do INTP, o segundo como subdelegado deste instituto. A personalidade e as qualidades educativas do Subsecretário seriam sobejamente conhecidas e apreciadas por este deputado, não só pelo contacto mantido a nível estudantil e profissional, como ainda pelo facto de Antão Santos da Cunha ter desempenhado as funções de Governador Civil do Porto, ao tempo em que Veiga de Macedo fora delegado da FNAT nesta cidade.

²⁴⁴ A este propósito diria o deputado (Cunha, 1950 b), pp. 996-997), que os elementos que fizera questão de requerer e apresentar à Assembleia Nacional visavam a um tempo, tanto o próprio esclarecimento pessoal como o da assembleia e “através dela o país, acerca do verdadeiro sentido da política seguida [...] quanto ao ensino primário, no tocante sobretudo, à sua rede escolar”.

mínimo sinal de mudança como passível de subverter os alicerces do sistema instituído. Assim, parece sintomático que os mesmos deputados que invocavam a figura da justiça social, reclamando melhores condições salariais para o professorado primário, fossem em simultâneo aqueles que denotavam preocupações não apenas relativamente à mobilidade social que o ensino primário quando não devidamente orientado poderia provocar, como ainda no que respeitava à situação de igualdade de estatuto entre professores, então em vigor. E esta, por ser independente do género, estaria, segundo afirmavam, a provocar a fuga dos agentes de ensino do sexo masculino das escolas, situação que, sendo potenciada com a passagem de alguns postos masculinos a mistos, teria manifestas repercussões negativas para o sistema educativo.²⁴⁵

No documento apresentado e reportando-se ao reordenamento da rede escolar, Veiga de Macedo refere, para o período entre 30 de junho de 1949 e 22 de abril de 1950, a extinção de 67 lugares de professor em Lisboa e Porto e a criação de 104 novos lugares em diferentes pontos do país. Estes reajustamentos são fundamentados na discrepância que fora verificada entre as baixas frequências dos alunos nas grandes cidades e as registadas nas aldeias e zonas industriais de certos distritos. Assim, refere que em contraste com um total de 565 postos escolares inativos em todo o país por falta de regentes²⁴⁶ e maioritariamente situados em aldeias e ainda de algumas escolas nas zonas industriais que funcionavam em sobrelotação, existiam nas grandes cidades escolas com frequência diminuta. A solução adotada para este problema consistia em evitar o funcionamento de novas escolas em locais de recenseamento escasso, criando-

²⁴⁵ A polémica em torno do primeiro pacote de medidas levadas a cabo no ensino primário por Veiga de Macedo pode ser visualizada, nomeadamente nas seguintes ocasiões: requerimento de Amaral Neto, realizado na sessão n.º 10 de 15 de dezembro de 1949 e já referido; intervenção de Galiano Tavares na sessão n.º 14, de 12 de janeiro de 1950; requerimento de Abel de Lacerda, na sessão n.º 41, de 31 de março de 1950; requerimento de Antão Santos da Cunha, feito na sessão n.º 46, de 19 de abril de 1950; intervenções deste último deputado, de Abel de Lacerda, Melo e Castro e Manuel Domingues Basto, na sessão n.º 54, de 28 de abril de 1950. A propósito das alegações dos deputados acima mencionadas, Manuel Domingues Basto (1950, p. 1006), considera existirem “razões para perguntar se o ensino primário [...] serve bem a nação, servindo o meio onde atua ou se, pelo contrário, vive à margem das realidades e faz desenraizados do seu meio e da sua profissão”. Abel de Lacerda (1950, pp. 1002-1003), classifica o êxodo do professorado masculino das escolas, como “gravíssimo erro pedagógico” que urge solucionar, propondo inclusive vencimentos diferenciados, em função do género. Segundo o deputado, existiriam duas razões fundamentais para que a educação dos rapazes não fosse confiada a mulheres. E assim, para além do facto de estas não imprimirem caráter aos indivíduos do sexo masculino, prescindir do professor primário consistia em “contribuir para o desmoronamento da estabilidade rural” que “a todo o transe” urgia defender, uma vez que esta figura masculina, em conjunto com as do padre e do médico se constituíam como “os três grandes pilares” das aldeias portuguesas.

²⁴⁶ A carência de professores primários constituía à época um grave problema, que exigiria como solução de emergência a colocação de cerca de 1500 regentes em escolas, no ano letivo de 1949/50, levando ao encerramento de 565 postos escolares. Esta situação levaria a que alguns milhares de crianças se encontrassem privadas da instrução elementar.

se postos sempre que, em função do número de crianças envolvidas tal se justificasse e dado que, no final do ano letivo de 1948/49 se verificara que em mais de 1100 escolas, a frequência média não atingira os 25 alunos por lugar, enquanto dezenas de postos tinham funcionado com um número maior de crianças. Nos centros urbanos, procurara transformar-se os postos de elevada frequência em escolas, enquanto para as escolas de baixa frequência situadas nas pequenas localidades, a opção fora no sentido da respetiva manutenção, por haver receio de falta de regente, caso fossem transformadas em postos. De acordo com o relatório do Subsecretário, apesar das alterações na rede escolar terem provocado o fecho de alguns locais de ensino, encontravam-se em funcionamento espalhados pelo país e relativamente ao ano letivo anterior, mais 106 postos e 37 escolas.

O reordenamento da rede, com a passagem de 66 postos masculinos a mistos e associado ao aumento da frequência média do número de alunos por lugar de professor²⁴⁷, ter-se-ia traduzido num acréscimo, para o ensino primário, de 34 236 alunos. E deste total, 1.124 correspondiam a crianças do sexo feminino que seriam excluídas da escolaridade elementar, caso não se tivesse optado pela transformação dos postos masculinos em mistos e uma vez que a legislação em vigor impedia a frequência de meninas em postos regidos por homens, nas localidades onde o recenseamento escolar não contemplava a criação de postos femininos. Muito embora a alteração efetuada contribuísse para a diminuição das taxas de analfabetismo, a contrapartida de exigir que a lecionação fosse entregue a mulheres teria, como atrás se referiu, provocado uma reação negativa por parte de alguns dos deputados.

Para além das realizações descritas, foram nomeadas duas comissões. Uma, incumbida de estudar a reorganização dos serviços das direções escolares. Outra, encarregada de proceder à revisão geral da legislação do ensino primário. No que concerne à assistência escolar, foram solicitados às direções escolares elementos respeitantes às cantinas, com o intuito de melhorar o respetivo funcionamento e de ampliar o seu raio de ação a um maior número de alunos²⁴⁸. Esta iniciativa, saudada na

²⁴⁷ A frequência média de alunos por professor que, relativamente ao ano letivo de 1948/49, era de 36,3 nas escolas e de 21,4 nos postos, subira no ano seguinte para 37,6 e 21,8, respetivamente.

²⁴⁸ Ainda de acordo com o relatório de Veiga de Macedo, desde o início do ano letivo de 1949/50 e até final de março, ou seja, no espaço de seis meses, foram postas em funcionamento mais 59 cantinas, beneficiando 5256 alunos. Se em termos absolutos estes números podem aparecer como modestos, em termos relativos e atendendo ao curto espaço de tempo, revelam um peso não despidendo. De facto, de um total de 360 cantinas e de 23489 alunos beneficiados que foram registados no início do ano letivo de

Assembleia Nacional pelo deputado Melo e Castro (1950, pp. 1005-1006), com “uma palavra quente de louvor”, seria ainda por este rotulada de “alevantado e inteligente propósito” que viria a “confirmar os grandes merecimentos e a bela formação de sentido social, do jovem mas já distinto homem público”.²⁴⁹

No que concerne aos professores, foram fomentados os cursos de aperfeiçoamento, dando-se instruções aos serviços de inspeção para que ultrapassassem as funções exclusivamente disciplinares, focalizando-se nas questões de ordem pedagógica.

1.2. Os cursos de aperfeiçoamento como dispositivo de mobilização dos agentes de ensino.

A apresentação oficial do relatório de Veiga de Macedo na Assembleia Nacional viria, tal como atrás foi referido, legitimar a ação desenvolvida em torno da expansão do ensino primário, abrindo caminho para uma intervenção redobrada. E a ideia de que esta só poderia surtir efeitos práticos com a adesão efetiva dos agentes de ensino, levaria a que, numa primeira fase, a respetiva mobilização e envolvimento fosse perspetivada e objetivada através dos cursos de aperfeiçoamento. De acordo com o Subsecretário (Macedo, 1950, pp. 525-529), pretendia-se com tal, promover o estreitamento entre os serviços do ministério e os professores, em ordem a que estes últimos pudessem ser devidamente “protegidos e orientados”. A orientação de que se falava, visava a atualização científica ao contemplar a divulgação dos métodos e técnicas da chamada “pedagogia moderna” e, concomitantemente, a formação doutrinária em estreita consonância com o conceito de analfabetismo estabelecido, o qual, de acordo com Veiga de Macedo, assumia um duplo cariz de “ordem cultural e moral”.²⁵⁰

1948/49, passar-se-ia num semestre, a 419 e a 28745, números que correspondem em termos relativos, a acréscimos que rondam 16% e 22%, respetivamente.

²⁴⁹ Á semelhança de Antão Santos da Cunha, Melo e Castro ter-se-ia muito provavelmente cruzado com Veiga de Macedo na Universidade de Coimbra. Nascido no mesmo ano de 1914, fora presidente da Associação Académica de Coimbra nos anos letivos de 1937/38 e 1938/39, sendo também licenciado em Direito. A sua intervenção, mais do que uma mera manifestação de amizade, é a de quem, sensibilizado pelas questões da Assistência Social se reclamava à época, (Castro, 1950, pp. 1005-1006) um colaborador interessado na obra das cantinas escolares, vindo a assumir entre 1954 e 1957, o cargo de Subsecretário de Estado da Assistência Social.

²⁵⁰ As diretrizes relativas aos cursos de aperfeiçoamento, nomeadamente as que respeitam ao ano letivo de 1950/51, são expostas pelo Subsecretário da Educação Nacional, no discurso proferido aquando da sessão solene de homenagem aos professores do ensino primário, realizada a 10 de junho de 1950, na Sociedade de Geografia.

Quanto à proteção a disponibilizar aos professores, seria materializada através da supervisão e confronto interpares e do reconhecimento profissional. Por um lado, referiam-se como mais-valias provindas dos cursos, a troca de experiências, a partilha de problemas e a quebra de isolamento. Por outro, considerava-se a atribuição de cargos de maior responsabilidade em caso de mérito, uma vez que com os cursos, era possível dar a conhecer os profissionais mais competentes. A interseção entre a orientação e a proteção acima referidas, funcionava portanto, não apenas como mecanismo de controlo e doutrinação compulsiva, mas ainda como dispositivo de motivação e envolvimento dos professores.

O regulamento dos cursos de aperfeiçoamento a alargar a todo o país, seria apresentado como resultado dos trabalhos de uma comissão, nomeada a 5 de junho de 1950²⁵¹. De acordo com mesmo²⁵², os temas a desenvolver deveriam ser escolhidos em reunião conjunta dos diretores das escolas do magistério primário com os diretores e inspetores dos distritos escolares. Os cursos relativos ao ano letivo de 1950/51 denotam preocupações de ordem científica, pedagógica e doutrinária, tendo-se estabelecido que os temas a tratar incidiriam na interpretação dos programas, na iniciação da leitura, do cálculo e da escrita, nos princípios fundamentais da educação e no ensino da moral. Nesse mesmo ano e na sessão de encerramento do curso de aperfeiçoamento destinado aos professores do distrito de Lisboa, Veiga de Macedo (1951 c), pp. 557-565) reivindicaria para esta última, “a qualidade de ciência basilar da pedagogia, ao lado da psicologia e da sociologia”.

Embora sobrevalorizando a vertente ideológica, pela elevação da moral a ciência da educação, o Subsecretário não deixa de realçar no seu discurso, que o primeiro dos temas a tratar nos cursos de aperfeiçoamento consiste na interpretação dos programas.

²⁵¹ Presidida por Manuel Cristiano de Sousa, ao tempo Diretor Geral do Ensino Primário, a comissão era ainda constituída por António Leal, chefe da Seção dos Serviços Pedagógicos e Disciplinares, por Alfredo da Silva Neves, inspetor e por Otávio Dordonnat, Diretor da Escola do Magistério Primário de Lisboa (EP, n.º 838, 10/12/50, pp. 155-156).

²⁵² Estabelecia o regulamento que os cursos, de cariz essencialmente prático, deveriam centrar-se nos aspetos pedagógicos e culturais, destinando-se não apenas a consolidar e ampliar a formação que havia sido disponibilizada aos professores nas escolas do magistério primário, como ainda a integrar a escola no meio em que se encontrava. A realização dos cursos devia ser levada a cabo no decurso de cada ano letivo em todos os distritos escolares, ao longo de duas a seis sessões a repartir por um máximo de três dias, e com uma duração unitária que poderia atingir os noventa minutos. Com o fim de promover o ensino primário no seio da classe e entre a população, o regulamento impunha um ritual de exaltação que englobava uma sessão solene à qual deveriam assistir as autoridades locais, assim como todos os que se interessassem pelos problemas escolares, contemplando-se a possibilidade de, sempre que possível, serem organizadas exposições escolares, locais ou concelhias, orientadas no sentido da divulgação da metodologia e didática do ensino.

Isto por considerar que o ensino primário, mais do que teórico ou livresco, deve ser fundado na observação direta dos factos e dos fenómenos do meio ambiente, ao invés de recorrer a métodos e processos de ensino mecanizados e em ordem a desenvolver a iniciativa e o espírito de cooperação entre as crianças, que deverão sentir-se felizes ao frequentar os estabelecimentos de ensino. Assim sendo, o cumprimento dos programas a lecionar deveria ter em conta que a observação e o raciocínio, enquanto capacidades a desenvolver, nunca deviam ser subestimadas em favor de uma memória sobrelotada quer de “ideias inertes, com matérias mortas e com indigestas séries de datas e factos” quer de “regras e definições sem o menor interesse”, sob pena de, e segundo o Subsecretário, ficar irremediavelmente comprometido o desempenho dos alunos, muito particularmente no caso da Matemática.

Mais do que um simples cariz facilitador, cujo efeito prático resultaria no baixar de qualidade deste nível de ensino, o discurso, destinado aos professores do ensino primário e centrado nas capacidades dos alunos, aparece como imbuído de um espírito inovador.²⁵³ E neste sentido, dois factos parecem significativos. Um, consiste no apelo feito em torno da iniciativa e capacidade crítica do professor que, embora estando implicitamente condicionado à ideologia do regime, deveria usar da liberdade “indispensável” para interpretar os programas, de acordo com o grau de maturidade dos alunos em presença. O outro, se bem que de forma indireta, parece estimular o ato de criação quando, ao referir a necessidade de rever ou substituir os manuais escolares, invoca o facto destes, por recorrerem predominantemente à memória, servirem de estímulo “à preguiça mental, não apenas do aluno, mas também do professor”. Relevante é ainda o pedido feito aos agentes de ensino para que enviem críticas e sugestões centradas não apenas nas questões relativas aos cursos de aperfeiçoamento, mas também “sobre todos os assuntos de interesse para o ensino primário”. Esta opção, oficialmente efetivada alguns meses depois²⁵⁴, ainda que possibilitando um maior

²⁵³ Com efeito, a questão do desenvolvimento das capacidades de observação e raciocínio, em detrimento da memória, aparece como central para Veiga de Macedo, quer no caso do ensino primário, quer no caso do ensino liceal, sendo que este último, conotado com o prosseguimento de estudos e reservado às elites e às classes sociais mais favorecidas era por consequência, tido como mais rigoroso. Discursando por ocasião da inauguração do Liceu da Póvoa de Varzim (Macedo, 1952, p. 68), o enfoque no desenvolvimento das capacidades do aluno é assumido como prática a seguir no processo de ensino/aprendizagem, em cumprimento do “respeito pelos direitos dos alunos”.

²⁵⁴ Por Despacho de 7 de novembro de 1951, convidam-se todos os professores a emitir opinião acerca de “assuntos de carácter pedagógico e administrativo”, recomendando-se aos funcionários superiores do ensino primário para que a respetiva ação não se reduza a esclarecer e a orientar as escolas, devendo ainda remeter as propostas feitas pelos professores à Direção Geral do Ensino Primário, que as estudará.

envolvimento dos professores e portanto uma maior sujeição face às políticas educativas subjacentes, não deixaria, num movimento inverso e ao dar-lhes voz, de potenciar a produção de reflexões geradoras de hipóteses que, face às orientações superiormente estabelecidas, poderiam assumir não só vários cambiantes e níveis de enquadramento, como discordâncias ainda que não formalizadas.

1.3. A legislação de suporte básico à difusão do Ensino Primário

A 14 de outubro de 1950 é solicitado, em despacho remetido às direções dos distritos escolares que, no espaço de três meses, indiquem todas as localidades cujas crianças se encontram privadas de ensino e apurem as causas desta situação – recenseamento deficitário, abandono escolar, estabelecimentos de ensino primário em número insuficiente –, em ordem a “que não haja crianças impossibilitadas da frequência escolar por muito humildes que sejam as terras a que pertençam”.

A perceção de que a difusão do ensino primário se revelará uma determinação legislativa inoperante, caso não se constitua como questão naturalizada e requerida pela comunidade²⁵⁵, fará incluir no diploma o pedido de que os distritos escolares envolvam as entidades locais, os párocos, os organismos corporativos, a imprensa, assim como todos os interessados na matéria. Recomenda-se também o fomento da regularização e aumento da frequência escolar “por todas as formas”, mormente por recurso à aplicação das sanções legais em vigor²⁵⁶ e à criação de cantinas²⁵⁷, e ainda uma ação redobrada dos

²⁵⁵ A este propósito, refira-se que o preâmbulo ao Decreto-Lei n.º 38 968, de 27 de outubro de 1952, cujo mentor é Veiga de Macedo encerra esta mesma ideia, fazendo-se questão de registar logo no seu início, que “as remodelações dos planos de estudo do ensino primário de 1870, 1878, 1884, 1897, 1901, 1911 e 1919 e muitas outras reformas sobre a escola primária atestam que não foi por falta de legislação que os problemas da cultura elementar não encontraram as soluções adequadas”. A reforçar esta linha de pensamento o diploma apontará ainda, desta vez no capítulo destinado à cronologia da assistência escolar em Portugal, ficar mais uma vez provado que “só com leis, embora excelentes na sua doutrina e nas suas intenções, não se resolvem os problemas”.

²⁵⁶ A Circular n.º 96, endereçada a 8 de março de 1951 aos diretores dos distritos escolares, determina que os agentes de ensino deem, sob pena de sanções disciplinares, integral cumprimento às disposições inscritas nos diplomas legais em vigor – Decreto n.º 9 223, de 6 de novembro de 1923 e Circular n.º 514, de 18 de dezembro de 1934 –, relativas às penas a aplicar aos pais e tutores que não zelem pela matrícula e frequência dos menores a seu cargo.

²⁵⁷ A ordem de serviço remetida às direções dos distritos escolares, a 20 de janeiro de 1950, determinando o levantamento e envio à DGEP de alguns dados relativos às cantinas – número, local e sugestões de funcionamento, total de beneficiados, entre outros –, tem o intuito de facilitar a matrícula e prevenir o abandono escolar. A 11 de fevereiro de 1952, esta diretiva seria reforçada por Despacho, solicitando-se às direções dos distritos escolares que informassem a DGEP acerca da localização das cantinas necessitadas de auxílio. Este dependeria da contribuição da cantina em prol da eliminação do analfabetismo, comprovada pelos elementos enviados.

professores, na tarefa de convencer os pais na obrigação e importância de mandar os filhos à escola.

O recenseamento, dispositivo vital para a difusão do ensino primário, é alvo do Decreto n.º 38 369, de 6 de agosto de 1951. Nele são delegados poderes a duas comissões. Uma de âmbito concelhio e a funcionar na Conservatória do Registo Civil²⁵⁸ e outra de freguesia ou de zona escolar. Esta última, a funcionar num estabelecimento de ensino oficial da respetiva localidade e presidida pelo diretor da escola, era ainda constituída pelos agentes de ensino e pelo presidente da Junta de Freguesia. O decreto envolveria os professores nos trabalhos de recenseamento, a dois níveis. Por um lado, e reforçando o seu estatuto, atribuía-lhes a presidência das comissões de freguesia com o argumento, expresso no preâmbulo ao diploma, de que a atribuição deste cargo a “elementos estranhos ao professorado” havia sido até então, “causa das maiores dificuldades e, por vezes, de atritos de diversa ordem”. Por outro lado, responsabilizava de forma direta os agentes de ensino, ao incluir o desempenho neste campo, como fator da respetiva classificação anual.

Para além da questão do recenseamento, a falta de estabelecimentos de ensino, apontada como uma outra causa do analfabetismo, seria tratada na Circular de 20 de maio de 1952, com a atribuição aos diretores dos distritos escolares, da tarefa de proporem a criação de estabelecimentos de ensino nas localidades onde não existissem, ou existindo, registassem níveis de frequência excessiva.

A relevância atribuída à recolha de dados estatísticos com vista ao cumprimento da escolaridade obrigatória, é destacada por Veiga de Macedo em vários momentos, designadamente na Ordem de Serviço de 8 de maio de 1950²⁵⁹ e em particular na recomendação feita em Despacho de 24 de abril de 1951 e enviado às Direções Escolares, para que organizem os serviços de estatística, em ordem a que, de modo correto e eficaz, possam responder às informações solicitadas pela DGEP.

No que respeita à criação ou manutenção de cursos noturnos, será adotada orientação similar à que fora seguida para os estabelecimentos de ensino primário destinados às crianças em idade escolar, ou seja, extinção dos que registassem escassa frequência e criação no caso de ocorrer uma efetiva procura. Neste sentido, o Despacho

²⁵⁸ Esta comissão é constituída: pelo Conservador, na qualidade de presidente; pelo chefe de secretaria da Câmara Municipal; pelo delegado do diretor do distrito escolar.

²⁵⁹ Ordem de serviço referida no Despacho de 24 de abril de 1951 e de acordo com a qual, não seria possível “resolver os numerosos e complexos problemas do ensino primário” sem se proceder “a uma constante recolha de elementos e ao seu estudo atento”.

de 28 de outubro de 1950, a ser transmitido aos diretores e inspetores escolares, determina que a manutenção e criação de cursos decorra do interesse das populações, não se fazendo em função da importância da localidade ou do tipo de atividade económica predominante. Este diploma visa dar resposta à DGEP que, alegando falta de verba suficiente para pôr em funcionamento no ano letivo de 1950/51, todos os cursos que haviam sido criados, propõe que seja dada autorização de abertura apenas a alguns, à semelhança do que era usual em anos anteriores.²⁶⁰ É de realçar que o despacho acima referido aponta claramente para realizações em devir, centradas em torno da alfabetização do meio rural, ao salientar a necessidade de se alterar a orientação seguida até à data e que consistia em dar preferência às sedes de concelhos e distritos, bem como às localidades industriais na criação de cursos noturnos, com a justificação de ser nas povoações pequenas que se registaria a maior carência de recursos materiais e humanos e ainda por não haver razão para serem privilegiadas as zonas industriais em detrimento das rurais.²⁶¹

Todo este conjunto de medidas teria conduzido a alguns resultados positivos no combate ao analfabetismo, em particular para o caso dos menores abrangidos pela escolaridade obrigatória. Assim, e de acordo com o preâmbulo ao Decreto n.º 38 968, o número de estabelecimentos de ensino teria aumentado de um total de 14 639, no ano letivo de 1949/50, para 15 662, em finais de março de 1952. Quanto ao número de menores abrangidos pela escolaridade obrigatória e que se encontravam matriculados, aumentaria de um total de 528 889, registados em junho de 1949, para 626 107, em 31 de março de 1952. Esta variação, que corresponde a um aumento de 97 218 crianças matriculadas no ensino obrigatório em menos de três anos, torna-se mais significativa por ter diminuído em cerca de 9 000 neste mesmo espaço de tempo, o número de crianças em idade escolar. De igual modo e para a 4.ª classe se teria verificado um aumento do número de matrículas, que teria variado de um total de 68 486 no ano de 1949/50, para 79 318 em março de 1952.

²⁶⁰ A DGEP reportava-se aos cursos que pertenciam às sedes dos concelhos e distritos e aos das Casas do Povo e dos Pescadores, dos sindicatos, dos núcleos da Legião Portuguesa, das associações de reconhecida utilidade, das localidades industriais e fronteiriças e de turismo.

²⁶¹ O despacho faz referência à suspensão de 99 cursos em Lisboa e no Porto. De acordo com o documento a determinação, que na altura teria gerado forte contestação, resultara da sua fraca frequência.

2. O Plano de Educação Popular

Os resultados advindos das alterações efetuadas pelo Subsecretário, ao nível do ensino primário, teriam assumido proporções significativas, projetando o nome de Veiga de Macedo no cenário da Educação Nacional e anunciando um pacote ampliado de medidas. E estas, não obstante terem presumivelmente suscitado a aprovação do Ministro da Educação Nacional, exigiriam, pelo seu carácter particular e impactante, a supervisão e o aval de Salazar. A audiência seria formalmente pedida, a conselho de Pires de Lima, em carta enviada por Veiga de Macedo ao Presidente do Conselho, a 6 de fevereiro de 1952²⁶². O teor da missiva, na qual o autor refere o facto de o Ministro da Educação Nacional o haver alertado para a “vantagem de pedir uma audiência” a Salazar, a fim de “poderem ser tratadas algumas questões de interesse relacionadas com o ensino primário”, apontando ainda a satisfação pessoal de “ao fim de dois anos e meio” de trabalho no ministério, poder enfim “ver e ouvir” o Presidente do Conselho, parece revelador de tudo o que acima foi dito. O momento, no qual o Ministro da Educação reconhece de forma implícita não se considerar já, diretamente responsável pela ação do seu Subsecretário, vem coroar o desempenho de Veiga de Macedo no campo da educação, franqueando-lhe a entrada no círculo de indivíduos próximos de Salazar.

E com o acordo do Presidente do Conselho, a grande “cruzada contra o analfabetismo”, da responsabilidade de Veiga de Macedo e organizada pelo governo, será lançada no início no ano letivo de 1952/53. Instituída e regulamentada respetivamente pelos Decretos-Leis n.º 38 968 e n.º 38 969, ambos de 27 de outubro de 1952, seria consubstanciada no Plano de Educação Popular (PEP), cujo primeiro objetivo visava, de acordo com o preâmbulo ao primeiro dos decretos, “tornar exequível o princípio da escolaridade obrigatória”. Dado que o cumprimento desta afirmação de princípios apenas permitia atingir o desiderato de facultar a certificação da alfabetização por meio da posse do diploma da 3.ª classe a um segmento da população, o PEP, enquanto instância alfabetizadora de âmbito alargado, apresentava duas vertentes. A já referida, que se destinava a tornar efetiva a escolaridade obrigatória e uma outra, dirigida aos adolescentes maiores de 14 anos e aos adultos, ou seja, àqueles que tinham ultrapassado a idade de frequentar a escola primária. Esta segunda vertente, que em

²⁶² Correspondência consultada no ANTT (AOS/CP-162, pasta 4.4.4/1, fls. 273-274).

termos conceptuais sofrera a influência dos estudos internacionais promovidos no âmbito da educação de adultos pela UNESCO, era composta pelos cursos de educação de adultos e pela Campanha Nacional de Educação de Adultos (CNEA). Os primeiros, constituindo o regime usual de habilitação para exame de 3.^a classe, e, a segunda, de regime transitório, e dirigida sobretudo aos indivíduos das zonas rurais, que se apresentava à data e no país, como uma novidade no campo da educação de adultos.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 38 969 (Art. 93.º, Art. 111.º), os programas a ministrar aos adultos, tanto no caso dos cursos de adultos como no caso da CNEA, eram os “da instrução elementar, com as alterações que o ministro da Educação Nacional determinar, ouvida a 2.^a secção da Junta de Educação Nacional”. As referidas alterações aos programas eram acompanhadas da recomendação da inclusão de algumas matérias que, reforçando o carácter educativo dos mesmos, extravasavam o domínio do *abc*. Assim, eram designadamente contempladas noções de educação moral e cívica, educação corporativa, previdência social, segurança no trabalho, economia doméstica, higiene e defesa da saúde e agricultura e pecuária.

A fim de estimular a procura de alfabetização e, no caso dos menores, o cumprimento da escolaridade obrigatória, estabeleciam-se inibições aos analfabetos e penas aos encarregados de educação relapsos nas obrigações para com os menores a seu cargo. As empresas do comércio e da indústria eram envolvidas no esforço alfabetizador do Estado, impondo-se-lhes o dever de cedência de instalações para o funcionamento de cursos destinados ao respetivo pessoal, no caso de empregarem mais de vinte indivíduos com idade superior a 35 anos, sem diploma da 3.^a classe. Estas obrigações, devidas ao meio empresarial da indústria e do comércio, não se estendiam no entanto a outros setores profissionais, como o agrícola ou o dos serviços domésticos.

2.1. O impacto na Assembleia Nacional

Apesar de ter ocorrido entre 8 e 13 de setembro de 1952, cerca de um mês antes da promulgação do PEP, uma reunião conjunta entre o Subsecretário e os funcionários superiores do Ministério da Educação Nacional, com o intuito de tratar e presumivelmente debater alguns dos assuntos que iriam ser objeto da legislação acima referida, metodologia semelhante não seria adotada relativamente à Assembleia Nacional, tendo os decretos entrado em execução imediata, sem que houvesse lugar a discussão prévia. E muito embora a justificação oficial para o facto, consistisse na premência da entrada em vigor dos diplomas, tal não deixaria de ser referido e

lamentado por alguns dos deputados. A partir das considerações por estes tecidas, é possível pressentir com alguma segurança a existência de uma acesa polémica, assim como dos pontos que se teriam revelado mais controversos, caso tivesse havido lugar a um debate no hemiciclo.

Do ponto de vista material, a massificação do ensino primário prevista no PEP implicava entre outras condições, a construção de escolas, ao abrigo do Plano dos Centenários. E este obrigava as câmaras a uma comparticipação de 50%, relativamente aos custos das novas salas de aula.²⁶³ Na qualidade de presidente de uma das câmaras do país, o deputado Manuel Vaz (1952, p. 899) refere ser este um encargo insuportável, agravado pelo facto de o preço médio de cada sala de aula ter sido inicialmente estimado por defeito.²⁶⁴ Embora louve os diplomas, o deputado põe em dúvida a versão oficial, ao sugerir que a entrada em execução do PEP sem preliminar sujeição à Assembleia, visara apenas evitar a discussão em torno de uma legislação de “longa projecção política” e de “extensa repercussão em todos os recantos do País”.

As cautelas apontadas pelo deputado, a existirem, não se confinariam apenas a motivos de ordem económica. Cortês Pinto (1952, pp. 899-901) e Melo e Castro (1952, pp. 887-890) nas respetivas intervenções procuram legitimar as novas diretrizes legislativas, desvelando o alcance das palavras de Manuel Vaz, na desmontagem dos receios recorrentes acerca dos efeitos nocivos da alfabetização. Ambos consideram que esta não só não se opõe aos fundamentos cristãos do Estado Novo, como só se poderá efetivar com o seu concurso. O primeiro faz radicar a difusão do ensino em Portugal no destino histórico da pátria, cuja missão consistiria em educar os povos de acordo com os valores ocidentais e cristãos. E assim sendo só o Estado Novo, pelos fundamentos cristãos que o enformavam e na prática através do PEP, poderia resolver eficazmente o problema do analfabetismo, contrariamente ao que sucedera na vigência dos anteriores governos liberais e republicanos. O segundo, ao considerar que em Portugal a alfabetização se havia feito representar por uma correlação positiva muito estreita “entre ligas dos direitos do homem [...] e outras espécies gremiais da propaganda maçónica”, vem ao encontro do anterior discurso, procurando desfazer as conexões que porventura ainda pudessem ligar o objetivo governamental a qualquer tipo de ideário antirreligioso,

²⁶³ A comparticipação, adiantada pelo Estado numa primeira fase, deveria ser efetivada pelas câmaras cinco anos após a conclusão do Plano.

²⁶⁴ A avaliação inicial, que estimara gastos de construção na ordem dos 40 contos, corresponderia à época da intervenção do deputado, e segundo este, a 116 contos.

e portanto, de sinal contrário ao do Estado Novo. Segundo afirma, seria a própria realidade a contrariar tal correlação, tanto no caso europeu dos países que no decurso do século XIX haviam investido com êxito na alfabetização, como no fracassado caso português. Isto porque, se a ação dos primeiros nunca se havia realizado contra as igrejas, em Portugal os que haviam reclamado ir “derrubar-se igrejas para construir escolas” tinham falhado os intentos alfabetizadores. E daqui decorria não só ser a alfabetização apenas realizável com o concurso da religião, como a conclusão final e lógica de que aquela não se poderia nunca vir a afirmar como opositora ao Estado Novo.²⁶⁵

Não se limitando a evidenciar e desmontar os receios relativos à alfabetização, Melo e Castro considera ser esta uma condição necessária à continuidade do Estado Novo. Em termos de progresso económico, porque o sucesso do Plano de Fomento depende do investimento na capacidade técnica do povo. No campo ideológico, porque a consolidação e completude do corporativismo enquanto regime político exigem a divulgação das virtualidades da organização corporativa.

3. Os Decretos-Leis n.º 38 968 e n.º 38 969

Os diplomas instauram em simultâneo a continuidade e a rotura com o passado, relativamente ao ensino primário no país. A primeira, pelo desiderato de debelar o analfabetismo, objetivo desde há longa data previsto na legislação portuguesa, ainda que não efetivado. A segunda, pela tentativa de tornar reais os discursos recorrentes relativos ao objetivo de diminuir as taxas de analfabetismo, explicitada na assunção de que por si só as determinações legislativas não se revelam suficientes e aliada a um conjunto de medidas. Estas, umas vezes já enunciadas e outras inovadoras, transformar-se-ão em realizações, relativas quer ao cumprimento da escolaridade obrigatória, quer a aplicar aos que em virtude da idade já não lhe estão sujeitos – os adolescentes e os adultos.

²⁶⁵ Não obstante estas afirmações, Melo e Castro faz referência aos esforços daqueles que, embora não compartilhando o ideário do Estado Novo lutam pela instrução popular, sem “quaisquer intuídos de polémica partidária”, solicitando a adesão e o auxílio de todos, em torno da campanha que em breve irá ter início.

3.1. O caso dos menores

A obrigatoriedade do ensino primário, enquanto primeira das metas a atingir pelo PEP, será objeto de atenção a vários níveis, implicando um traçado prévio. A assunção inscrita no Decreto-Lei n.º 38 968, de não se poder conceber “uma luta eficaz contra um mal [o analfabetismo] sem a determinação da sua origem ou origens”, levará a uma análise da temática em causa que, embora não se diferenciando das anteriormente elaboradas no que respeita a conclusões, fundamentará e conduzirá às determinações impostas pelo Decreto-Lei n.º 38 969. De acordo com o primeiro dos diplomas, o analfabetismo no país e em particular no meio rural radicar-se-ia no facto de o povo não sentir “a necessidade de aprender”, realidade já apontada em 1883, por Ramalho Ortigão. A consequência lógica desta situação levaria a considerar como finalidade a atingir na fase inicial do PEP, estabelecida de acordo com os seus objetivos, o “interesse esclarecido [da população] pela instrução”. Determinava-se que o mesmo deveria ser devidamente despertado e desenvolvido de forma ativa “por processos diretos e indiretos” aliados a “métodos suaves ou repressivos”.

O princípio da obrigatoriedade do ensino primário, contemplado nas sucessivas reformas a partir da sua instituição em 1835, por Rodrigo da Fonseca Magalhães, mas na prática nunca aplicado de forma efetiva, exigia um controle a partir de várias perspetivas – sanções e multas a aplicar aos encarregados de educação negligentes nos deveres de matrícula e frequência escolar, assistência a desenvolver por meio do alargamento dos benefícios das cantinas e caixas escolares, como método de aliciamento das famílias sem recursos económicos e um recenseamento eficaz, em ordem a identificar os menores sujeitos à escolaridade obrigatória. Apesar de nenhuma destas medidas constituir novidade legislativa, algumas das alterações introduzidas traduzem uma vontade de ação que, pretendendo ser inovadora ao romper com os anteriores discursos desligados de realizações impõe, por consequência, a necessidade de fundamentação.

No que respeita à primeira das medidas acima referidas, contemplada desde 1844 na Reforma de Costa Cabral, é instituído, de acordo com o preâmbulo ao Decreto-Lei n.º 38 968, “um novo sistema de penalidades” no qual se contempla a pena de prisão para os que não paguem a multa devida ao Estado. Esta, de acordo com o Decreto-Lei n.º 38 969, previa-se respetivamente nos Artigos 26.º e 28.º, para o caso dos encarregados de educação que se tivessem eximido dos deveres de matrícula ou que não justificassem as faltas à escola dos menores a seu cargo. Ainda de acordo com este

diploma considerava-se a hipótese da intervenção dos tribunais de menores, na eventualidade de se registar falta de frequência ou frequência irregular sem justificação plausível. As penalidades imputadas aos encarregados de educação eram ainda alargadas à retirada do abono de família, regalia instituída, desde agosto de 1942, pelo Decreto-Lei n.º 32 192 para algumas classes profissionais, e de acordo com o qual se prescrevia a respetiva suspensão, caso o beneficiário não zelasse pelo (Art. 31.º) “sustento, vestuário e educação das pessoas a seu cargo”. Admitia o Decreto-Lei n.º 38 968 que estas determinações legais nunca tivessem sido aplicadas até à data, em termos efetivos, e de forma a punir de modo eficaz os prevaricadores.

No que respeita à assistência, contemplada desde a Reforma de 1870²⁶⁶, procurava o PEP, através da reorganização das caixas e cantinas escolares, instituições que vigoravam à data, reforçar a respetiva ação. As primeiras, previstas a partir de 1901 por Decreto de 24 de dezembro e criadas em termos legais junto de cada escola em novembro de 1923 pelo Decreto n.º 9223, mantinham a qualidade de organizações obrigatórias, mas eram agora agregadas a núcleos de zona e não a cada estabelecimento de ensino de per si. Os benefícios disponibilizados aos alunos de precárias condições económicas eram estendidos, para além dos artigos de vestuário e calçado e do material escolar fornecido gratuitamente ou a preços reduzidos, à (Art. 60.º) “frequência de colónias de férias no campo ou na praia, organizadas por quaisquer entidades oficiais ou particulares”. Quanto às cantinas, previstas desde a reforma de 1911 enquanto instituições de assistência escolar, realçava-se o cariz não obrigatório que, dependente da iniciativa e benemerência particulares no tocante à respetiva criação e manutenção, implicava como contrapartida um estímulo do Estado impresso (Art. 38.º) “por todos os meios ao seu alcance”.²⁶⁷

O recenseamento, condição essencial para a organização e funcionamento da rede escolar e em estreita correlação com uma execução eficiente do Plano dos

²⁶⁶ Esta Reforma determinava a constituição em cada paróquia, de uma comissão escolar com competências para promover a distribuição de vestuário para as crianças necessitadas e de livros gratuitos aos alunos.

²⁶⁷ A este propósito, determinava o PEP (Decreto-Lei n.º 38 969, Art. 69.º) que no caso de serem doados bens de valor não inferior a 250 000\$00 e destinados à manutenção de cantinas, o Estado encarregar-se-ia da construção dos respetivos edifícios, cabendo aos doadores o direito da indicação de dois professores que ocupariam lugares em vagas abertas ou a abrir nas escolas do núcleo beneficiado pela cantina. Estas orientações vinham imprimir uma maior intervenção do Estado na criação de cantinas relativamente às disposições legislativas de 27 de julho de 1946. Nestas (Decreto-Lei n.º 35 769, Art. 1.º), e muito embora se fixassem os valores doados num montante menor, não inferior a 200 000\$00, estabelecia-se a “prévia autorização do Ministro das Finanças”, como condição necessária à respetiva construção.

Centenários, viria a impor (Decreto-Lei n.º 38 969, Art. 40.), a intervenção do Instituto Nacional de Estatística (INE), no caso dos grandes centros urbanos.

Em paralelo com as disposições tomadas e acima referidas, a anulação do anterior preceito legal de impedimento de matrícula na 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a classes, respetivamente para crianças de mais de 9, 10, 11 e 12 anos de idade, substituída pela imposição dos limites mínimo e máximo de 7 e 13 anos, a completar até 31 de dezembro de cada ano civil, para a frequência obrigatória da instrução primária até à aprovação em exame do ensino elementar, vinha potenciar a frequência escolar, alargando em cerca de um ano o prazo de cumprimento da escolaridade obrigatória.²⁶⁸

3.2. Os discursos e as medidas de sensibilização e responsabilização social em torno da escolaridade obrigatória.

O PEP traduz uma manifestação de intenções de justiça social produzida via ensino pela viabilização de uma potencial mobilidade e contida na afirmação de que “com a expansão do ensino primário se alarga a base de recrutamento daqueles que, nos diferentes ramos de atividade, hão-de ser elementos condutores da vida social e constituir, pela sua preparação e formação, o escol intelectual e moral da nação”. O cariz educativo do diploma, expresso na parte final desta frase, é definido e explicitado no registo de que “a instrução, a cultura e a educação”, não se constituem como fins em si mesmas, propondo-se, em consequência deste facto, que a educação popular possa divulgar não apenas “os conhecimentos das primeiras letras, mas ainda, e na medida do possível, valorizar e completar a formação moral do povo”.²⁶⁹ Em ordem a tal pressuposto e ainda com o propósito de criar o gosto pela leitura, sob pena do domínio das competências do *abc* se transformar num valor inoperante por falta de prática, são criadas bibliotecas junto das escolas primárias, dando-se execução às determinações do Decreto-Lei n.º 36 147, de 5 de fevereiro de 1947. De acordo com o Decreto-Lei n.º 38 968, aquelas seriam providas de um conjunto de (Art. 12.º) “livros de recreio, de informação e formação criteriosamente escolhidos”.

A partir do PEP, a responsabilização social pelo cumprimento da escolaridade obrigatória dos menores a ela sujeitos, imporia obrigações que extravasariam os limites

²⁶⁸ Alterações estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 38 968 (Art. 23.º) e Decreto-Lei n.º 38 969 (Artigo 1.º). Permitia-se ainda a matrícula, a título excecional e sob condições específicas, dos menores que completassem 7 anos entre 1 de janeiro e 7 de outubro do ano seguinte, bem como daqueles que, excedendo o limite de idade estabelecido, não tivessem ainda completado 14 anos até ao ato de matrícula.

²⁶⁹ As frases acima transcritas foram recolhidas no Decreto-Lei n.º 38 968 (Art. 13.º).

do círculo familiar. E assim, o Decreto-Lei n.º 38 969 (Art. 35.^a) prescrevia multas a aplicar, aos que durante as horas letivas admitissem, em salas de espetáculos ou em lugares públicos de diversão, jovens em idade escolar, bem como aos patrões que nas mesmas condições os admitissem.²⁷⁰ Em ordem a anular as consequências deste tipo situação, cuja atenuação não era garantida em exclusivo pelo recurso a multas, atribuíam-se poderes aos agentes da autoridade (Art. 36.^a), para conduzir os jovens à respetiva escola ou, não estando matriculados, à escola mais próxima, a fim de aí serem matriculados.

No que concerne aos professores, o Decreto-Lei n.º 38 969 exigia um maior comprometimento efetivo, com a consequente possibilidade de penalizações ou regalias em função do desempenho e enquanto atores privilegiados do controle do cumprimento da escolaridade. Neste sentido, requeria-se (Art.7.º), o exercício de uma ação fomentadora da matrícula e da assiduidade escolar, tanto por parte dos agentes de ensino como dos diretores das escolas, junto dos encarregados de educação. A omissão do dever de comunicação das transgressões à obrigação do ensino a cargo dos diretores de cada estabelecimento era, sem prejuízo de outras sanções disciplinares, punida com multas iguais àquelas em que incorriam os familiares, o mesmo acontecendo aos agentes de ensino responsáveis. No caso de este tipo de ocorrência se registar num estabelecimento particular, a pena assumia um cariz mais duro (Art.29.º), com o encerramento temporário ou definitivo. Fazia-se ainda depender a classificação anual de serviço dos agentes de ensino (Art. 55.º) do desempenho prestado nos trabalhos de recenseamento e no (Art. 82.º), funcionamento das cantinas e caixas escolares.

O discurso dos diplomas e em particular o preâmbulo ao Decreto-Lei n.º 38 968 apontam para uma resistência ou indiferença social generalizada e não exclusiva do meio rural, que se procura combater com medidas punitivas ou pelo recurso a fundamentação adequada. Esta realidade, não obstante ter produzido o PEP, teria impedido medidas de âmbito mais incisivo e alargado, facto que parece inclusive comprometer a própria DGEP, no que toca à ação anteriormente desenvolvida. A este propósito, apesar de se afirmar no diploma que a atual legislação se propõe “fomentar um estado de espírito que conduza à convicção geral de que não só não é inútil o saber ler, como passa a ser indispensável, em muitas circunstâncias da vida, sob pena de graves prejuízos e contratempos, a posse de um mínimo de habilitações”, considera-se

²⁷⁰ As multas oscilavam entre os montantes de 500\$00 e de 2 500\$00.

ser prematura a aplicação de medidas restritivas às atividades agrícolas e ao serviço doméstico semelhantes às que são introduzidas na indústria e no comércio²⁷¹, referindo-se que o Governo mantém “a disposição de o fazer logo que as circunstâncias o aconselhem”. Quanto à atuação da DGEP, que se entrevê de cariz rotineiro e acomodatório, parece ser implicitamente posta em causa em vários momentos. É disto exemplo a afirmação de que se não deseja descansar sobre a obra realizada até então pelo Estado Novo, pretendendo-se “pelo contrário, prosseguir, e prosseguir se possível, com ritmo mais vivo”, associada à referência de que se impõe “pôr de parte toda uma regulamentação anacrónica, dispersa e tantas vezes contraditória, e proceder à revisão profunda das soluções que vêm sendo adotadas na execução do princípio da obrigatoriedade do ensino primário”. E assim sendo, a opção legislativa contida no Decreto-Lei n.º 38 969 (Art. 131.º) de reorganizar a DGEP com o aumento de mais uma secção vem, para além de uma mera ampliação de estruturas e de alargamento dos quadros de pessoal, no sentido de uma distribuição de serviço mais eficaz.

4. Os cursos de educação de adultos e a CNEA

Tanto os cursos de educação de adultos como a CNEA visavam a extinção do analfabetismo entre os maiores de 14 anos, efetivada pela posse do diploma da 3.ª classe. Tal como foi acima apontado, ambos os regimes teriam sofrido influência, em termos conceptuais, dos estudos internacionais promovidos pela UNESCO no âmbito da educação de adultos. A este propósito, refiram-se as conclusões do Congresso Interamericano de educação de adultos, realizado em 1949 em Quitandinha, Rio de Janeiro e divulgadas pelo jornal *A Campanha* (n.º 11, maio de 1954, Suplemento), órgão oficial da CNEA como boas práticas a seguir, assim como a participação portuguesa em diversos congressos internacionais.²⁷²

A diferença entre estas duas modalidades de ensino residiria, de acordo com o Despacho de 13 de janeiro de 1953, no regime jurídico, no sistema de ensino e na remuneração da atividade docente. Os cursos de educação de adultos constituíam “o

²⁷¹ Proibição de admissão nos quadros permanentes das empresas, de indivíduos maiores de 18 anos, sem a habilitação do exame da 3.ª classe.

²⁷² A título de exemplo, refira-se o congresso sobre cinema, rádio e televisão na educação popular, promovido pela UNESCO e pelo instituto Pedagógico de Hamburgo, realizado nesta cidade em novembro de 1954 e ao qual Portugal envia dois representantes. António Carlos Leónidas, chefe da seção de Difusão do ensino e Afonso Botelho, chefe dos Serviços Centrais da Campanha (*A Campanha*, n.º 18, dezembro de 1954, p. 7).

regime normal de habilitação para o exame de ensino elementar de adolescentes e adultos”, sendo a Campanha uma forma excecional e transitória de obter o diploma de 3.^a classe e, portanto, marginal aos primeiros. A criação de cursos de adultos podia depender da iniciativa do Ministério da Educação, nos termos da lei²⁷³, ou ser realizada a pedido de qualquer entidade pública ou particular, após justificação da existência de mais de 20 analfabetos interessados na respetiva frequência. Os cursos, com a duração de duas horas diárias, durante 7 meses por ano, funcionavam em edifícios escolares ou em instalações facultadas pelas entidades requerentes, sendo obrigados à cedência de instalações os organismos em que funcionassem cursos criados por iniciativa ministerial. No caso da CNEA, o ensino era prestado em “quaisquer condições de local e horário” e tinha como principais destinatários aqueles cuja profissão não obrigava a posse do exame de 3.^a classe, designadamente os trabalhadores rurais e os que se dedicavam ao serviço doméstico, estes últimos predominantemente do sexo feminino.

Os agentes de ensino, tanto no caso dos cursos de adultos como na CNEA, podiam ou não ser docentes devidamente credenciados. A lecionação de cursos requeria nomeação do ministro da Educação Nacional, após apresentação de candidatura, acompanhada da declaração anticomunista e de referência ao aproveitamento obtido em cursos anteriormente regidos.²⁷⁴ No caso da CNEA, apenas se exigia garantia de competência pedagógica e de idoneidade moral e cívica, condição que não implicava candidatura nem verificação prévia destes atributos. No que respeita à remuneração, os encarregados dos cursos auferiam uma gratificação mensal fixa atribuída pelo Estado, enquanto os colaboradores da CNEA recebiam 500\$00 por cada indivíduo de idade compreendida entre os 14 e os 35 anos que ficasse aprovado no exame de 3.^a classe.²⁷⁵

Comparando os dois regimes de ensino, parece existir uma maior preocupação relativamente aos cursos de adultos, no que respeita aos aspetos científicos, pedagógicos e ideológicos. Em termos de qualidade, a regência dos cursos é entregue prioritariamente a professores e regentes que, não obstante serem profissionais, poderão

²⁷³ As empresas dos ramos comercial e industrial, os concessionários do Estado e os corpos administrativos que tivessem ao serviço mais de 20 indivíduos menores de 35 anos, sem diploma de 3.^a classe, estavam obrigadas à criação de cursos de adultos. Os cursos poderiam ser também frequentados pelos trabalhadores maiores de 35 anos.

²⁷⁴ De acordo com o Decreto n.º 38 969 (art. 115.º) não havia lugar a recondução, caso não se tivesse registado “um aproveitamento considerado normal”.

²⁷⁵ Era ainda necessário registar a identificação dos analfabetos a lecionar, em impresso próprio, a enviar ao diretor do distrito escolar respetivo, não se garantindo gratificação ao agente alfabetizador que não cumprisse atempadamente este requisito.

ver a respetiva candidatura excluída, caso não tenham obtido anteriormente nos cursos lecionados, aproveitamento considerado satisfatório. A competência dos candidatos que não são profissionais de ensino à leção de cursos é atestada por meio de documento apresentado no ato de candidatura, como comprovativo das respetivas habilitações literárias.²⁷⁶ Muito embora no regime de Campanha se procure promover a participação de professores e regentes do ensino primário, seja com incentivos²⁷⁷, seja recorrendo ao controlo da respetiva adesão²⁷⁸, qualquer indivíduo alfabetizado é convidado a lecionar, em particular os que possuem experiência pedagógica noutros níveis de ensino, encarando-se todos os contributos como dever moral e patriótico.²⁷⁹ Como regra geral, estes agentes alfabetizadores são representados como voluntários ao serviço da nação e não como candidatos a um lugar que exige e depende de uma apreciação prévia, tal como acontece no caso dos cursos de adultos. E isto porque, muito embora seja feita referência ao dever possuírem “competências pedagógicas”, não é pedido documento oficial comprovativo.

No que concerne ao controlo ideológico dos colaboradores da CNEA, quando confrontado com os que lecionam cursos de adultos, outro tanto parece acontecer. No caso dos primeiros, embora se faça referência a um bom comportamento moral e cívico, não se lhes exige documento comprovativo, contrariamente ao que acontece com os segundos.²⁸⁰ Estes devem apresentar no ato de candidatura a declaração anticomunista e,

²⁷⁶ Todas as candidaturas à regência de cursos de adultos relativas a indivíduos não profissionais, que foram analisadas no Arquivo do MEC (série 7, caixas n.º 3177, n.º 3217, n.º 3427, n.º 3435, n.º 3436, n.º 3477), incluem documento comprovativo de habilitações literárias. Entre as propostas apresentadas são rejeitados alguns candidatos, alegando-se falta de garantia de maturidade e de competência pedagógica, quer em virtude da sua pouca idade ou do facto de só possuírem o exame de 3.ª classe.

²⁷⁷ Para além da gratificação relativa à CNEA, é atribuído aos agentes de ensino oficial o aumento de meio valor na graduação profissional, por cada dez analfabetos que concluem o exame de 3.ª classe. Esta bonificação é válida após leção em qualquer dos regimes e respeita a analfabetos que podem ser maiores de 35 anos. Aos agentes de ensino primário oficial que se encontrem a lecionar, com aproveitamento e em regime de Campanha, um mínimo de 10 analfabetos entre os 14 e os 45 anos, é ainda concedida preferência absoluta, nas colocações relativas ao ano de 1953/54, em vagas a preencher por agentes agregados.

²⁷⁸ Aos agentes de ensino primário oficial, é imposta a obrigação (Ata n.º 1 da reunião conjunta das comissões centrais da CNEA), de apresentarem superiormente ao chefe dos Serviços Centrais da CNEA, o plano de ação que se propõe desenvolver, no âmbito da Campanha.

²⁷⁹ Refira-se o Despacho de 1954 que incide sobre a cooperação a prestar à CNEA pelos professores e alunos do ensino secundário. De acordo com o diploma, a ação a desenvolver por estes docentes e em especial pelos reitores dos liceus, dos diretores das escolas técnicas e dos dirigentes da Mocidade Portuguesa, poderia desenvolver-se nomeadamente pela promoção de reuniões entre professores e alunos com vista a estabelecer planos de ação no combate ao analfabetismo, pela leção em regime de Campanha e pela tentativa de fazer com que cada um dos alunos lecionasse pelo menos um analfabeto.

²⁸⁰ Foi apenas encontrado um parecer negativo à colaboração em Campanha, no Arquivo do MEC (série 7, caixa n.º 3443). Este, datado de 22 de abril de 1953 e enviado ao Diretor Geral do Ensino Primário, pelo diretor do distrito escolar de Beja, refere que a candidata a alfabetizadora não possui as devidas

no caso de não serem docentes credenciados, acrescentar pareceres complementares da respetiva autoridade administrativa – presidente ou vice-presidente da câmara, ou da junta de freguesia.

Encarada pela legislação (Decreto-Lei n.º 38 968, 58.) como “método geral para uma primeira fase de educação de adultos, mais defendido pelos especialistas da cultura popular”, a campanha contra o analfabetismo seria efetivada entre o início de 1953 e o final do ano seguinte por intermédio da CNEA.²⁸¹ Daqui decorria que esta visasse, para além da “tarefa essencial” de “ensinar o analfabeto a pensar e a falar com clareza e precisão” e de “compreender e empregar os sinais gráficos”, o alcance de “outro grande objetivo”, explicitado no desiderato de:

“ [...] ensinar o analfabeto a defender a saúde e a saúde dos seus, a melhorar o seu teor de vida, a aperfeiçoar o seu trabalho e as suas técnicas de produção, a conservar e a utilizar os recursos naturais; a ajudá-lo a tomar consciência dos valores sociais, económicos, estéticos, cívicos, morais e espirituais; adaptá-lo às condições da vida moderna; defendê-lo de falsas ideias e perigosos mitos”.

Preâmbulo ao Decreto-Lei n.º 38 968

Sendo a lecionação de adultos em regime de campanha prioritariamente dirigida aos que não estavam obrigados à obtenção de diploma de 3.ª classe, uma das finalidades primordiais da CNEA residia na sensibilização e congregação da opinião pública em torno do problema do analfabetismo. Assim sendo e para além de estarem legalmente previstos (Decreto-Lei n.º 38 969, art.112.º e 114.º), o concurso e a intervenção de diversas instituições estatais²⁸² e dos Ministérios do Interior, do Exército, da Economia e das Corporações e Previdência Social, contemplava-se a colaboração da imprensa, rádio, cinema, teatro, organização corporativa, estabelecimentos de ensino particular, entidades coletivas, empresas comerciais e agrícolas, dos párocos, assim como de “todas as entidades e indivíduos em condições de colaborarem na educação dos adolescentes e adultos analfabetos”.

competências morais e cívicas, por se encontrar separada do marido e professar a religião protestante. Esta situação seria ainda agravada pelo facto de ser uma “continuadora da obra nefasta do pai, grande orientador do comunismo local”.

²⁸¹ A CNEA seria posteriormente prorrogada até 31 de dezembro de 1956, pelo Decreto-Lei n.º 40 011, de 30 de dezembro de 1954.

²⁸² Caso da Emissora Nacional, do SNI e do INE. Este último organismo teria, de acordo com a legislação (Decreto-Lei n.º 38 969, Art. 113.º), um papel fundamental na recolha e tratamento dos dados relativos ao problema do analfabetismo, designadamente no respeitante à identificação e localização dos analfabetos registados nos censos de 1950, bem como à proposta de medidas a enviar aos serviços de organização e orientação da Campanha.

A orientação da CNEA seria entregue a três comissões – Comissão Executiva e de Orientação Pedagógica, Comissão de Administração e Comissão de Informação e Propaganda. À primeira, presidida pelo Ministro da Educação Nacional, cabia a direção e planeamento da Campanha. À segunda, constituída pelo Diretor Geral do Ensino Primário e respetivos chefes de seção, pelo chefe da 10.^a repartição da Contabilidade Pública e por dois indivíduos nomeados pelo Ministro da Educação Nacional, competia promover a aquisição e distribuição do material destinado à CNEA e administrar o Fundo Nacional de Educação de Adultos, especialmente criado para prover às despesas da CNEA. Quanto à terceira²⁸³, incumbia solicitar a participação na Campanha dos organismos não estatais atrás mencionados, informando ainda o público em geral, por meio da edição de cartazes e publicações, da aquisição de livros e películas educativas, de modo a que este se interessasse e colaborasse na CNEA.

Prevía ainda a legislação comissões de âmbito local, ao nível distrital e concelhio. Estas, que por seu turno se subdividiam em comissões de freguesia²⁸⁴, eram constituídas pelas respetivas autoridades administrativa e escolar e pelos representantes da imprensa, rádio e organização corporativa.²⁸⁵ Em articulação com os órgãos centrais da CNEA, competia-lhes designadamente e para além da realização de sessões de propaganda e de divulgação de notícias sobre a luta contra o analfabetismo e em ordem a “criar um clima propício ao natural desenvolvimento da Campanha e uma verdadeira psicose de luta contra o analfabetismo”, a função de difundir por meio do cinema, do

²⁸³ A Comissão de Informação e Propaganda era constituída por diversas entidades, a ela pertencendo não apenas os departamentos estatais que se previa colaborarem com a Campanha, como ainda as estruturas de propaganda e controlo da sociedade ao serviço do Estado Novo. Faziam parte desta Comissão, de acordo com o Decreto-Lei n.º 38 969 (Art. 122.º): um representante de cada um dos seguintes organismos: Ministério do Interior; Ministério do Exército; Ministério da Marinha; Ministério da Economia; Ministério das Corporações e da Previdência Social; Subsecretariado de Estado da Aeronáutica; Episcopado Português. De igual modo pertenciam à Comissão: os Comandantes-gerais da GNR, da PSP e da Legião Portuguesa; o Comissário Nacional da MP; a Presidente da direção da OMEN; a Comissária Nacional da MPF; o Presidente da direção da Emissora Nacional de Radiodifusão; o Presidente da direção da FNAT; o Presidente da Junta Central das Casas dos Pescadores; o Vice-presidente da JCCP; o Presidente da direção do Grémio Nacional da Imprensa Diária; o Presidente da direção do Sindicato Nacional dos Jornalistas; um representante dos Grémios Nacionais; um representante dos Sindicatos Nacionais; um representante da Imprensa Regional e um representante da Rádio Particular.

²⁸⁴ Estas comissões eram compostas por indivíduos que, em função da respetiva profissão, cargo, posição social ou qualidades pessoais se considerava poderem dinamizar a CNEA, ao nível local. Assim, de acordo com o Despacho de 22 de julho de 1953, delas deviam fazer parte “o pároco, o presidente da Junta, o regedor, os agentes de ensino, os dirigentes corporativos e desportivos, os industriais, comerciantes e proprietários mais esclarecidos e as pessoas cultas”.

²⁸⁵ Das comissões distritais faziam parte (Decreto-Lei n.º 38 969, Art. 124.º e Art. 125.º) o governador civil, o diretor do distrito escolar, o delegado do INTP, um representante da imprensa e da rádio e dois representantes da organização corporativa. As comissões concelhias eram compostas pelo presidente da câmara, pelo delegado escolar, por um representante da imprensa local, por dois representantes da organização corporativa e por um pároco.

teatro, do livro e de artigos e cartazes, as várias noções educativas a difundir entre os adultos a alfabetizar²⁸⁶.

4.1. Alfabetização – um conceito em mudança

Ao estabelecer um isomorfismo entre alfabetização e posse do diploma de 3.^a classe, ao qual subjaz um programa que envolve um conjunto de saberes e competências que extravasam o simples domínio do *abc*, o PEP, na versão destinada aos adolescentes e adultos, instaura uma mudança no conceito de alfabetização que por sua vez e como consequência se reflete e se articula com os conceitos de alfabetizado e analfabeto.²⁸⁷ Assim, e muito embora as observações aos programas do ensino elementar para adultos²⁸⁸ refiram, numa versão estrita de alfabetização que, “ensinar a ler e a escrever constitui a primeira preocupação na instrução primária”, não deixam de apontar que deverão ser transmitidas a todos os alunos, por meio de “exposições orais muito simples, de leituras seleccionadas e de lições de coisas”, um conjunto de noções educativas que englobam a “educação moral e cívica, higiene e defesa da saúde, organização corporativa, situação geográfica de Portugal, factos dominantes da história pátria e forma de Governo vigente”. Para além deste conjunto de matérias, são ainda consideradas a “economia doméstica, previdência social, segurança no trabalho, agricultura e pecuária”, a ser fornecidas “quando o indicar o sexo, a profissão, ou o meio social dos educandos”.²⁸⁹

²⁸⁶ Determinações constantes do Despacho de 22 de julho de 1953.

²⁸⁷ O isomorfismo é formalmente estabelecido nos artigos 110.º e 111.º do Decreto-Lei n.º 38 969. Estabelecem-se aqui como objetivos da CNEA (Art. 110.º), a realização de uma campanha nacional contra o analfabetismo, cujo fim (Art. 111.º) “visará essencialmente a preparação para o exame de ensino primário elementar de analfabetos com idade compreendida entre os 14 e os 35 anos”.

²⁸⁸ Determinações contidas no Despacho de 27 de março de 1953.

²⁸⁹ Refira-se que apesar de a passagem do exame de 3.^a classe apenas dependa, conforme reza o Despacho de 12 de junho de 1953 relativo ao regulamento de exames, de demonstração perante o examinador, do domínio das matérias relativas ao *abc*, devidamente comprovado através de uma prova escrita composta por ortografia, redação e aritmética e de uma prova oral que incide na “leitura e interpretação do sentido de um texto do livro do aluno” e na “resolução de no quadro preto de alguns problemas de caráter prático”, é incluído nesta última prova um “breve interrogatório” de caráter não eliminatório, “sobre as matérias constantes das alíneas a) e b) do n.º 3 dos programas do ensino primário elementar de adolescentes e adultos”. E estas, são precisamente as noções educativas que acima se enunciaram. Refira-se ainda que muito embora o resultado oficial do exame se publicite apenas com duas categorias – mau e suficiente –, respeitantes à classificação relativa ao *abc*, existe uma valorização confidencial atribuída de acordo com a prestação do aluno no interrogatório acima citado, sendo que algumas empresas e padrões estabelecem prémios aos funcionários submetidos a exame, de acordo com a valorização obtida, valorizando assim, ainda que a título individual e voluntário, as matérias educativas contempladas nos programas.

Esta recomendação indicia uma variação nos conceitos de alfabetização e alfabetizado, em função das características do conjunto em que o educando se insere uma vez que, muito embora estas noções educativas não assumam caráter eliminatório em exame, fazem parte do leque de conhecimentos obrigatórios que passam a integrar o que se define como a “educação de base”, a ministrar aos candidatos à posse do diploma que é garantia de uma certificação de nível básico. A situação de alfabetizado é a partir deste momento validada formalmente por um exame, do qual constam matérias que extravasam o mero “ler, escrever e contar” e cujo conteúdo, assumindo tonalidades diversas, de acordo com o meio socioprofissional, se deseja relacionado e aplicado às necessidades dos indivíduos e ao que se considera ser constituinte da respetiva realidade.

Muito embora a alfabetização apareça tratada no sentido mais estrito em alguns dos documentos consultados, podemos perspetivar uma mudança no conceito quando por vezes são introduzidos dois níveis de analfabetismo, perante a necessidade de discernir, de entre os indivíduos que não possuem o diploma de 3.^a classe, os que não sabem ler dos que possuem esta competência. Os primeiros são designados de “totalmente analfabetos” ou “efetivamente analfabetos”. Os segundos, de “semianalfabetos”. A legislação estabelece (Decreto-Lei n.º 38 968, 49.) “sérias dificuldades aos analfabetos”²⁹⁰, que só serão ultrapassadas, com a obtenção do diploma de 3.^a classe, sendo portanto em termos formais considerado analfabeto, quem, apesar de saber ler, não possua o equivalente ao nível básico de estudos que à época vigora.

A ênfase no peso da componente educativa do conceito de alfabetização é destacada em vários momentos pelos responsáveis da CNEA. José Francisco Rodrigues²⁹¹ (1954, p. 12) destaca a vertente ideológica quando afirma existir uma outra espécie de analfabetismo, “mais perigoso ainda que o dos iletrados” – o “analfabetismo ou primarismo espiritual”.

Encarada em sentido lato por passar a abranger, ainda que de forma algo marginal, um conjunto de novas matérias tidas como o mínimo de conteúdos indispensáveis ao dia a dia das populações, a alfabetização toma um cariz funcional, em consonância com as recomendações da UNESCO no que toca à educação de adultos

²⁹⁰ Caso das inibições impostas pelo Decreto-Lei n.º 38 969, aos indivíduos sem aproveitamento no exame de 3.^a classe, designadamente (Art. 87.º) no tocante ao ingresso nos serviços do Estado, à (Art. 88.º) condução de veículo automóvel, à (Art. 89.º) emigração de indivíduos entre os 14 e os 35 anos e à (Art. 90.º) passagem à disponibilidade dos mancebos incorporados nas forças militares.

²⁹¹ Membro da Comissão Executiva e de Orientação Pedagógica da CNEA.

para as zonas menos desenvolvidas, as quais apontam (Gusmão, 1978 a), p. 17) para conteúdos que tenham em conta a “idade, sexo, meio ambiente e profissão”. A vertente funcional da alfabetização está ainda de acordo com o isomorfismo estabelecido entre esta e a posse de um conjunto de conhecimentos adquiridos após a conclusão de um ciclo básico de estudos, neste caso o ensino primário e mais uma vez de acordo com as diretrizes da UNESCO, nas quais o ensino de adultos em Portugal, e à data, se legitima.²⁹²

Para além de uma pretensa aplicação direta aos problemas reais e diários dos indivíduos, potenciando o desenvolvimento social e económico, a funcionalidade da alfabetização resolve os receios relativos à instrução das massas, ao coadjuvar a governação dos indivíduos, designadamente através das noções de educação moral e cívica. Esta virtualidade está patente no artigo “Métodos” (*A Campanha*, n.º 11, maio/1954, Suplemento) que, incidindo sobre a metodologia a aplicar no ensino de iletrados, regista as conclusões do Congresso Interamericano de Educação de Adultos, realizado em 1949 no Rio de Janeiro, alertando para que “a alfabetização deve tender para a interpretação do pensamento contido na página escrita, como um dos meios mais eficazes para obter [...] modos de conduta não só desejáveis como úteis”.

Em Portugal o conceito alargado de alfabetização adotado parece seguir o padrão descrito por Deleuze e Guattari (1992, pp. 22-23), ao remeter para um problema e para a respetiva solução e ao entroncar em conceitos e problemas que, com ele interrelacionados, participam de uma mesma cocriação. No caso específico, a inclusão no programa de alfabetização de matérias como a agricultura e pecuária ou a organização corporativa e previdência social, se surge associada à tentativa de resolução do problema das altas taxas de analfabetismo, é estabelecida com o intuito de dotar a população de um nível de instrução básico, indispensável à implementação do I Plano de Fomento e à realização da completude da organização corporativa, ambos tendentes à consolidação do Regime. Estes objetivos exigirão, complementarmente à nova

²⁹² A este propósito o extrato retirado do boletim da UNESCO *Estudos e documentos de educação* e inserido em *A Campanha*, órgão da CNEA (n.º 16/17, outubro/novembro/1954, p. V), parece elucidativo ao referir que “o ensino da leitura e da escrita devem prosseguir até os alunos possuírem uma instrução funcional. Segundo trabalhos ultimamente realizados com vista a definir normas satisfatórias, esta instrução pode ser avaliada quantitativamente pelo número de anos de estudo a que corresponde [...]. Verificou-se que a maioria dos adultos podem atingir esse resultado, depois de terem recebido 120 lições de duas horas cada uma, cuidadosamente preparadas”.

definição de alfabetização, uma reformulação dos conceitos de alfabetizado e analfabeto.

O texto que a seguir se transcreve, da autoria de António Feliciano de Castilho e retirado de um modelo de lição destinado aos adultos e proposto em *A Campanha*, pelo reavivar e retoma de antigos ideais, contamina e legitima a ampliação e deriva das tendências conceptuais da época, parecendo elucidativo do que acima foi dito:

“Vós, se ledes ao serão, cultivais melhor e mais lucrativamente no dia seguinte; sabeis conservar melhor os vossos frutos, administrar com mais interesse os vossos haveres. Outro tanto sucede aos vossos vizinhos: ferreiro, carpinteiro, surrador, tintureiro, etc. A povoação onde se sabe ler e se lê, é mais pacífica e trabalhadora, mais unida e rica, mais poderosa, mais contente, mais amável e mais amada”. (*A Campanha*, n.º 33, maio/1956, p.15)

Embora veementemente condenada e criticada em timbres de registos diversificados e em vários momentos, a condição de analfabeto que até aqui havia sido tolerada ou mesmo exaltada enquanto sinónimo de pureza caraterístico dos espíritos simples²⁹³ equivaleria, a partir do PEP e sem reboço, a uma situação de deficiência e inferioridade, assintoticamente tendente à exclusão social. A carga negativa induzida por este personagem conceptual de novo figurino é um potente operador da CNEA, que se propaga nas suas mensagens e explode nos discursos oficiais de Veiga de Macedo:

“Será por mera casualidade que, em todo o mundo, o grande recrutamento dos mendigos se faz entre os analfabetos? Que a taxa de mortalidade infantil atinge mais elevado nível nas regiões de mais baixa cultura? Não será o nosso atraso no campo da educação que há-de explicar o facto de sermos um dos povos da Europa de menor rendimento individual médio? Será porventura, por simples acaso que cerca de 70 por cento dos criminosos que expiam penas nas prisões não têm sequer o exame de ensino primário elementar”. (Macedo 1955 f), p. 23). Discurso proferido a 31 de janeiro, no salão nobre do Governo Civil de Beja.

A primeira quadra do poema “Saber ler”, que António Correia de Oliveira (1954, pp. 6-7) compõe propositadamente para o jornal *A Campanha*, representa o analfabeto como um cego, em virtude das limitações que o sujeitam.²⁹⁴ A cegueira do

²⁹³ Caso de Virgínia de Castro e Almeida que, em artigo publicado a 5 de fevereiro de 1927, no jornal *O Século*, representara o analfabeto português como “a parte mais linda, mais forte e mais saudável da alma portuguesa”.

²⁹⁴ Este padece de um mal cuja natureza, diferente dos tipos de cegueira física e moral pode ser facilmente curado, bastando para tal o concurso do professor e a vontade do analfabeto:

analfabeto, provinda do facto de não atribuir significação ao código escrito, torna-o potencialmente perigoso em termos individuais e coletivos, realidade que está patente em *A Campanha* e é caricaturada na série de banda desenhada intitulada “Desventuras do Zé Analfabeto”²⁹⁵, da autoria de Marcelo de Moraes e em diversos *cartoons*, de que é exemplo o que abaixo se apresenta.

Figura 1



Fonte: “Página Recreativa”, (*A Campanha*, n.º 5, 1 de maio/1954, p. 8).

Assim retratado, o analfabeto é entrevisto como um animal selvagem, um ser improdutivo, perigoso e associal que, sendo no entanto passível de recuperação pela campanha alfabetizadora que decorre, se pretende em extinção a breve trecho, qual bicho raro. Esta realidade, que é visível nas palavras de Veiga de Macedo, logo nos

“Quantas cegueiras no Mundo!

A natural, se Deus quer;

A dos que tapam os olhos;

A de quem não sabe ler”.

²⁹⁵ As tiras de “Zé Analfabeto” retratam as peripécias de quem, pelo facto de não saber ler, desrespeita por desconhecimento preceitos legalmente estabelecidos e, por tal, se vê envolvido num leque de situações embaraçosas que, no limite, levam à intervenção das autoridades policiais.

primeiros meses de implementação do PEP, não só justifica como alimenta a ação individual do Subsecretário, canalizando e reforçando a mobilização da sociedade:

“o analfabeto constitui, efetivamente, um ser marginal que é mister elevar ao mundo da cultura elementar para que compreenda e viva os problemas nacionais, produza mais e melhor, possa integrar-se na vida moderna, defender a sua saúde e a dos seus e educar convenientemente os seus filhos”
(Macedo, 1953 c), p. 528). Discurso proferido em 4 de abril de 1953, aquando da visita aos cursos de educação de adultos do Centro Vidreiro de Oliveira de Azeméis.

A imagem do indivíduo alfabetizado é, em decorrência do que acima foi dito, construída por contraponto à de analfabeto, constituindo-se o recém-alfabetizado como vetor de progresso e estabilidade social. Isto porque este, enquanto ser redimido pela alfabetização, traduzida no pacote educativo disponibilizado pelo PEP, não pode agora e sob pena de falência do programa governamental para a educação primária, ser considerado veículo de qualquer corrente deletéria de ideias ou, de algum outro modo, negativamente conotado. Esta ideia, que deve ser naturalizada e seguida pela comunidade e em especial por todo o bom católico, é divulgada num dos artigos da secção Aponte-se e Louve-se de *A Campanha* (n.º 16/17, outubro/novembro/1954, p. 9) que, noticiando o dístico colocado “a toda a largura” de uma das ruas de Pombal no mês de maio, por ocasião da cerimónia de receção a N. S.^a de Fátima, destaca a ordem da Virgem à vidente Lúcia: “reza o terço e aprende a ler”.

4.2. Da alfabetização à corporatização

4.2.1. A propaganda e os meios de difusão cultural e educativa

A propaganda, essencial a uma realização eficaz da CNEA é efetivada, com o concurso dos meios de comunicação disponíveis à época, pelas três secções da Comissão de Informação e Propaganda – secção de Informação pela Imprensa, secção de Informação e Propaganda pela Rádio e secção de Informação e Propaganda pelo Cinema e Teatro.²⁹⁶ E dada a vertente funcional e alargada da alfabetização que é objeto da Campanha, a Comissão de Informação e Propaganda subdivide-se, para além das três

²⁹⁶ Da primeira das secções fazem parte o secretário nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, o presidente da direção do Grémio Nacional da Imprensa Diária, o presidente da direção do Sindicato Nacional dos Jornalistas e o representante da Imprensa Nacional. A segunda secção é composta pelo presidente da direção da Emissora Nacional, pelo secretário nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo e pelo representante da Rádio Particular. A terceira secção é constituída pelo secretário nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo e pelo presidente da FNAT.

secções acima mencionadas, em quatro outros agrupamentos – “Educação Moral e Cívica”, “Organização Corporativa, Previdência Social e Segurança no Trabalho”, “Higiene e Defesa da Saúde” e “Agricultura e Pecuária”.²⁹⁷

Na rádio, espaços dedicados à Campanha desempenham uma função cultural e educativa e transmitem informações, esclarecimentos vários e frases de incitamento à luta contra o analfabetismo²⁹⁸, em conformidade com o protocolo estabelecido entre o MEN e a Emissora Nacional. Programas como “A Campanha em Marcha”, “Teatro Radiofónico”²⁹⁹ ou “Consultório da Campanha” surgem semanalmente incluídas na programação. Para além das funções de divulgação da CNEA e das suas realizações, o primeiro dos programas disponibiliza um conjunto de diálogos culturais e educativos e coloca no ar trechos de literatura nacional. O segundo, que promove a luta contra o analfabetismo, destina-se ainda a incutir valores cívicos, morais e culturais. O terceiro dos programas mencionados procura dar resposta às dúvidas dos ouvintes, acerca do programa de luta contra o analfabetismo. Quanto às rubricas habituais, entre as quais “Domingo Sonoro”, “Programa da Manhã”, “Serões para Trabalhadores” ou “Noticiário”, passam a conter momentos dedicados à Campanha. Como forma de propaganda da CNEA são de igual modo realizadas via rádio, reportagens e entrevistas aos seus diversos intervenientes. Ainda no que respeita à comunicação áudio, são constituídas pequenas discotecas circulantes, de que fazem parte as “cartas falantes”, destinadas a auxiliar o desempenho dos agentes de ensino de adultos e que consistem em gravações de lições, dedicadas ao aperfeiçoamento da língua materna e, em particular, às noções básicas de higiene e saúde.

²⁹⁷ O primeiro dos agrupamentos mencionados é composto pelo representante do Episcopado Português, pelos representantes do Ministério do Exército e da Marinha, pelo representante do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, pelos comandantes-gerais da GNR, da PSP e da Legião Portuguesa, pelos comissários nacionais da MP e da MPF e pela presidente da OMEN. Do segundo, fazem parte os representantes dos Ministérios da Economia e das Corporações e Previdência Social, o presidente da direção da FNAT, o presidente da Junta Central das Casas dos Pescadores, o vice-presidente da JCCP e os representantes dos Grémios Nacionais e dos Sindicatos Nacionais. O terceiro é constituído pelos representantes dos Ministérios do Interior e das Corporações e Previdência Social. O quarto agrupamento é formado pelo representante do Ministério da Economia, pelo vice-presidente da JCCP e pelo representante dos Grémios Nacionais.

²⁹⁸ Estas frases resultam de concursos promovidos no âmbito da CNEA, constando também de algumas das suas publicações.

²⁹⁹ Algumas das peças radiodifundidas encontram-se compiladas na obra *Peças de Teatro Radiofónico*, um dos volumes da Coleção Educativa, editada pela CNEA. De acordo com os registos constantes no Arquivo do MEC (série 7, caixas n.º 2390 e n.º 2657), entre os autores dos episódios radiodifundidos contam-se, entre outros, Adolfo Simões Muller, Alice Ogando, Edgar Marques, João da Silva Tavares, Miguel Trigueiros, e Odette de Saint-Maurice. Quanto aos intérpretes destacam-se as vozes de Alina Vaz, António Silva, Assis Pacheco, Aura Abranches, Cármen Dolores, Mirita Casimiro, Raul de Carvalho, Rogério Paulo e Vasco Santana.

Ouvida em direto pela rádio na Conferência de Imprensa e Rádio, realizada a 5 de novembro de 1953, por ocasião das comemorações do primeiro aniversário do PEP, a voz do subsecretário (Macedo, 1954 b) ecoa pelo país expondo os resultados obtidos até à data no combate ao analfabetismo, apelando à Campanha e congregando esforços em torno das novas diligências que anuncia. Como meio de divulgação do discurso oficial, a rádio transmite ainda as diretrizes dadas pelas Comissões Centrais da CNEA às Comissões Concelhias, permitindo não só que estas as conheçam em tempo útil, como também que a população delas se inteire.

As Missões Culturais percorrem o país, seguindo o exemplo das campanhas de alfabetização realizadas no estrangeiro, no âmbito dos programas da UNESCO³⁰⁰. Aplicadas ao caso português em função do objetivo de divulgação da luta contra o analfabetismo, Veiga de Macedo (1955 p), p. 60) realçaria a afinidade relativamente “às missões cinematográficas e motorizadas de alguns países, que se destinam a levar o povo a colaborar ativamente em campanhas de interesse nacional” e o distanciamento do modelo sul-americano no que concerne ao tempo de permanência das missões nas localidades visitadas.³⁰¹

Coordenadas, programadas e executadas pelos Serviços Centrais da CNEA, realizam-se 16 missões culturais entre setembro de 1953 e junho de 1955, segundo dois tipos de padrão – As Missões de Teatro e Cinema e as Missões de Cinema e Educação Sanitária, cujos números totalizam respetivamente seis e dez. As primeiras, compostas por um grupo de teatro, visitam cidades ou vilas de índice cultural médio, aí realizando em salas de espetáculos equipadas com material adequado (Macedo, 1955 p), p. 46) “programas mistos de teatro e cinema, com peças e filmes relativos aos fins da Campanha Nacional de Educação de Adultos ou de natureza educativa”. As segundas, constituídas por um médico, um professor primário e um motorista projecionista, requerem a existência de aparelhagem de som e de cinema de 16mm e o concurso de um motor gerador, destinando-se aos meios rurais socialmente mais atrasados, nomeadamente às (Macedo, 1955 p), p. 49) “aldeias e lugares ainda não servidos pela

³⁰⁰ A utilização das Missões, sugerida por Maria Teresa Andrade Santos, membro da Comissão Executiva e de Orientação Pedagógica da CNEA, encontra-se registada na ata (número três, de 17 de abril de 1953) da reunião da comissão executiva e de orientação pedagógica da CNEA.

³⁰¹ Em Portugal, as visitas das missões eram de curta duração, prolongando-se sensivelmente ao longo de um mês por região, contrariamente às missões sul americanas que chegavam a permanecer por três anos nos locais que visitavam.

energia elétrica e com elevada percentagem de analfabetos”.³⁰² Ao nível sanitário, a ação educativa das missões deste tipo vai progressivamente sendo alargada, desde um primeiro momento em que é entregue ao médico encarregue da missão, até à fase em que incluirá a colaboração dos delegados e subdelegados de saúde dos distritos visitados.³⁰³ A partir de 1955 participarão das missões educadoras familiares e assistentes sociais, agora no âmbito da economia doméstica e da educação familiar, nomeadamente no respeitante à divulgação de cuidados de saúde materno infantil.

A experiência adquirida no campo da educação popular por intermédio destas dezasseis missões culturais permitiria, numa segunda fase, a realização de missões de âmbito mais restrito – as Missões Distritais.³⁰⁴ Estas, embora fossem ainda orientadas pelos Serviços Centrais da Campanha, partiam agora da sede do respetivo distrito escolar para as freguesias que lhes estavam agregadas, sendo dinamizadas por professores que haviam entretanto recebido formação específica, em dois cursos realizados para o efeito e centrados nos audiovisuais.³⁰⁵ As direções dos distritos escolares que, em 23 de outubro de 1954 e no âmbito das comemorações do segundo aniversário do PEP, haviam sido dotadas de diverso material de cinema e som, podiam a partir de agora, com recursos humanos habilitados para o efeito, utilizá-lo e incluí-lo nas missões culturais e nos cursos de adultos, perspetivando-se ainda num futuro próximo, o respetivo alargamento de utilização, às escolas primárias.³⁰⁶

³⁰² Neste tipo de missão, as sessões efetuadas obedecem ao seguinte esquema tipo (Macedo, 1955 p), pp. 49-50): exibição de filmes de propaganda da campanha contra o analfabetismo; breve palestra do professor sobre os objetivos da Campanha, com referência a algumas disposições legais sobre a alfabetização dos adultos iletrados; exibição de filmes de educação sanitária e, por vezes, de agropecuária; breve palestra do médico sobre higiene rural e educação sanitária; exibição de um filme cultural de interesse mais genérico do que os acima referidos. Para além destas são ainda desenvolvidas mais algumas atividades, nomeadamente as destinadas a recolher elementos informativos sobre o andamento do PEP e das condições sanitárias das populações visitadas e as efetuadas por intermédio do empréstimo de uma biblioteca itinerante pelo período de três meses e pela distribuição de folhetos de divulgação e relativas à difusão de noções básicas de agricultura, pecuária e educação sanitária. Ao médico da missão compete ainda uma ação centrada no despiste de doenças, na prestação de assistência às populações e no aconselhamento aos indivíduos doentes ou portadores de defeitos físicos remediáveis.

³⁰³ Os registos da colaboração dos delegados e subdelegados de saúde podem ser encontrados a partir da X Missão (Macedo, 1955 p), pp.53-79).

³⁰⁴ As Missões continuariam a sua atividade nas décadas de cinquenta e sessenta, já após o término da Campanha, com a designação de Missões de Difusão da Cultura Popular.

³⁰⁵ Realizados no decurso dos anos de 1954 e 1955, o primeiro consistia na formação técnica em torno da utilização dos recursos disponíveis, e o segundo na questão da difusão da vertente educativa da campanha, consubstanciada no estudo (Macedo, 1955 p), p. 58) das “grandes linhas de orientação pedagógica e didática das Missões”.

³⁰⁶ Reunidas a 10 de março de 1954, as Comissões Centrais da CNEA deixam registado em ata (número oito, pp. 98-99) que todo o material audiovisual adquirido pela Campanha será disponibilizado para uso nos cursos de adultos, nas escolas primárias e nos postos escolares após o seu término, considerando o Subsecretário, que se dá no país “o primeiro passo para a utilização no ensino primário, dos novos

Integrados nas missões culturais, os audiovisuais em conjunto com o teatro e a imprensa permitiam, a par da divulgação da Campanha, disseminar o conjunto de noções educativas previsto no programa de educação básica de adultos. A Secção de Teatro da Campanha, composta por elementos do Teatro da MP e chefiada por António Manuel Couto Viana, inicia as suas atividades em setembro de 1953, no âmbito da primeira Missão Cultural³⁰⁷, com as peças “O Livro” e “Um chapéu que lhe sirva”, especialmente escritas para a CNEA.³⁰⁸ No seu primeiro ano de vida, a secção de teatro realiza, para um público que ronda as 30 000 pessoas, 41 espetáculos, atuando integrada nas missões culturais ou para alunos dos cursos de adultos, em empresas, clubes recreativos ou sedes de juntas de freguesia. Neste intervalo de tempo, mais duas peças de teor educativo são acrescentadas às anteriores – o “Auto da Visitação” de Gil Vicente, num arranjo de Afonso Lopes Vieira, e o “Auto do Bom Pastor”, da autoria de Couto Viana. O reportório da Secção de Teatro vai sendo enriquecido e alargado em ambas as vertentes clássica e popular, à medida que vão sendo incluídas no anterior conjunto não apenas algumas obras de autores clássicos nacionais, mas ainda obras da autoria dos concorrentes a dois concursos de peças de teatro promovidos pela CNEA. Um grupo cénico profissional constituído por dois atores e duas atrizes atua nas Missões Culturais, estreando-se em junho de 1956 no Teatro Nacional de D. Maria II, com um espetáculo integrado no Teatro de Campanha.³⁰⁹ Neste evento atua durante o intervalo o Teatro de Títeres da Campanha³¹⁰, entretanto criado como método eficaz, barato e fácil

processos visuais de transmissão de conhecimentos”. A participação de dois representantes de Portugal – António Carlos de Pinho Leónidas e Afonso Botelho, chefes da Seção de Difusão do Ensino e dos Serviços Centrais da CNEA, respetivamente –, no congresso sobre cinema, rádio e televisão na educação popular, realizado em Hamburgo em novembro do mesmo ano, indicia que o discurso anterior não pretendia reduzir-se a uma mera manifestação de intenções.

³⁰⁷ Esta, que é uma Missão de Teatro e Cinema, parte de Lisboa a 5 de setembro, regressando à capital a 1 de outubro. Visita e realiza espetáculos em Viana do Castelo, Póvoa do Varzim, Braga, Espinho, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Leiria, Caldas da Rainha e Santarém.

³⁰⁸ A primeira, da autoria de Fernando Amado, tem como cenógrafo Manuel de Oliveira e recorre ao elogio da leitura. A segunda, da autoria de José António Ribeiro, ridiculariza aqueles que têm a pretensão de poder esconder o facto de não saberem ler.

³⁰⁹ Constituído por (*A Campanha*, n.º 34, junho/1956, p. 17), Tomás de Macedo, Mário Pereira, Maria Albergaria e Fernanda Montemor, neste espetáculo o grupo cumpre a realização de um programa do qual constam (Arquivo do MEC, série 7, caixa n.º 3218) numa primeira parte, o “Auto da Visitação” e trechos do “Auto da Alma”, ambos de Gil Vicente, cenas de “A Castro” e de “O fidalgo aprendiz”, respetivamente de António José Ferreira e de D. Francisco Manuel de Melo e excertos e trechos de “A guerra do alecrim e manjerona” e “Frei Luís de Sousa”, respetivamente de António José da Silva e Almeida Garrett, à qual se segue a peça “A Senhorinha”, após uma intervenção do teatro de títeres da Campanha que atua durante o intervalo.

³¹⁰ O respetivo reportório, a cargo dos Serviços de Teatro da Campanha é constituído por obras da autoria do diretor do Teatro de Fantoques da MP e agora no cargo de orientador do Teatro de Títeres da

de comunicação com a população e que, à semelhança do sucedido em alguns países³¹¹, participaria das missões culturais.

A função educativa do teatro nos aspetos relativos à formação da personalidade e respetivo enriquecimento, ao desenvolvimento do espírito de observação, ao conhecimento apurado da linguagem, para além das virtualidades no campo moral e social, é oficialmente reconhecida na circular enviada em 1954 aos professores de adultos, encorajando-os “firmemente” à criação de um grupo cénico que interpretaria excertos ou peças completas de um reportório fornecido e orientado pelos Serviços Centrais da Campanha, em cada um dos cursos que lecionam. Em meados de 1956, já em finais da Campanha, é constituído um grupo cénico constituído por candidatos escolhidos de entre os alunos dos cursos de adultos de Lisboa e destinado, em digressão pelo país, a levar à cena peças de propaganda da CNEA.

O pedido de peças de teatro aos Serviços Centrais da Campanha assim como a criação de grupos cénicos amadores³¹² não se confinaria aos cursos de adultos, tendo provindo de outros níveis de ensino e de organizações diversas – associações desportivas, clubes recreativos e casas do povo. Este facto indicia um impacto com repercussão positiva, no que toca à propaganda pelo teatro desenvolvida pela CNEA. E aquele gerará, alimentado pelas orientações dos serviços oficiais e pela sociedade civil, um movimento expansivo e circular de retorno. Para promover a criação de grupos de teatro amador e responder aos pedidos de peças de teatro, a Campanha edita três volumes que passam a fazer parte das suas publicações.³¹³ Escritores, companhias e agrupamentos teatrais e ainda atores a título individual, aderem à campanha de alfabetização pelo teatro. Reinaldo Ferreira (*A Campanha*, n.º 12/13, junho/julho/1954, p. 8) oferece aos alunos da Escola do Magistério de Lisboa uma peça da sua autoria,

Campanha, Fernando de Paços, e por algumas das peças concorrentes a um concurso promovido no âmbito da CNEA, aberto à população e semelhante aos já realizados para peças de teatro.

³¹¹ Caso do México, Egito e Finlândia, de acordo com o relato do Chefe da Seção de Teatro da Campanha que, citando os relatos registados nesse mesmo ano no n.º 2-3 do boletim da UNESCO *El Correo*, (Arquivo do MEC, série 7, caixa n.º 3218), assim justifica a proposta que envia ao chefe dos Serviços Centrais da CNEA, a 27 de julho de 1955, no sentido de se recorrer ao teatro de fantoches.

³¹² Pedidos registados no Arquivo do MEC, série 7, caixas n.º 1810 e n.º 2683.

³¹³ Os três volumes intitulados de *Peças de Teatro*, *Peças de Teatro Radiofónico* e *Teatro da Campanha*, são respetivamente os números 1, 2 e 3, da série O – livros recreativos – publicada pela CNEA. O primeiro volume é constituído pelas peças – “O Livro” e “Um chapéu que lhe sirva” –, que haviam sido levadas à cena no decurso da primeira missão cultural, em conjunto com o “Auto do bom pastor” e o “O fidalgo aprendiz”. No segundo volume encontram-se registadas algumas das peças radiodifundidas e no terceiro, as vencedoras dos três primeiros prémios do concurso realizado em 1954 – “A fonte”, “A sombra e a luz” e “Sinal de Deus” –, em conjunto com “O aldrabão”, oferta de Fernando Amado à Campanha.

incitando à instrução. Igrejas Caeiro divulga frases de estímulo à Campanha, nos espetáculos do agrupamento “Os Companheiros da alegria”, que dirige.³¹⁴ A companhia de teatro de Vasco Morgado (*A Campanha*, n.º 22, abril/1955, p. 9) doa à CNEA 300 entradas semanais nos espetáculos de teor educativo. E o teatro de revista passa a incluir rábulas, cuja temática gira em torno do analfabetismo.

Quanto ao cinema, assumirá relevância na CNEA, sendo utilizado em ambos os tipos de missão cultural – de Cinema e Teatro e de Cinema e Educação Sanitária. Considerado ao tempo como o mais poderoso veículo de propaganda e comunicação, o cinema será objeto de debate na Assembleia Nacional por ocasião e na sequência da promulgação do Decreto-Lei n.º 38 964, publicado em simultâneo com o PEP, a 27 de outubro de 1952, e no qual se regulamenta a assistência de menores aos espetáculos públicos. O diploma realça, no seu preâmbulo, a vantagem da utilização do cinema “não só para a disseminação de conhecimentos úteis, como até para complemento do ensino e educação”.³¹⁵ Cerca de um ano após o início da CNEA, a importância da utilização deste meio audiovisual como método de ensino é destacada no hemicycle aquando do debate acerca da correta aplicação do Decreto-lei acima referido. A sua força de penetração (Pimenta, 1954, p. 853) “superior a qualquer forma escrita ou falada” e que “excede extraordinariamente a da imprensa e da rádio”, torná-lo-ia, no “instrumento mais formidável para a propagação de atitudes, sentimentos, costumes e ideias”. Postas em relevo nos discursos oficiais, as potencialidades do cinema servirão a tarefa de alfabetização em curso, com sessões de filmes animados a decorrer nas cidades e nas vilas e sessões de projeção fixa destinadas aos cursos de adultos. Para as localidades mais atrasadas, sem salas de espetáculos e ainda não abastecidas de energia elétrica, recorre-se a geradores de luz, a máquinas de projetar adquiridas pela CNEA, e reduzem-se os filmes a 16mm.

Num primeiro momento e de acordo com os objetivos traçados no plano geral de ação que envolve a CNEA, o cinema encontra-se sobretudo ao serviço da propaganda contra o analfabetismo, para de seguida se centrar nas temáticas educativas a

³¹⁴ Informação recolhida no Arquivo do MEC, série 7, caixa n.º 3218.

³¹⁵ Muito embora o diploma vise primordialmente a regulação da assistência de menores a espetáculos públicos, dando uma nova constituição à Comissão de Censura dos Espetáculos, já existente e criando para tal a Comissão de Literatura e Espetáculos para Menores, o seu alcance não se reduz como é referido no respetivo preâmbulo, a uma mera “defesa dos menores contra a ação nociva de certos espetáculos”, mas antes a utilizá-los e melhorá-los, enquanto “elementos de cultura”.

ministrar.³¹⁶ No decurso da reunião conjunta das Comissões Centrais da Campanha, realizada em 10 março de 1954, os assuntos a tratar pelo cinema, de acordo com proposta apresentada por Veiga de Macedo³¹⁷, deveriam incidir sobre “leitura, educação sanitária, posição de Portugal no mundo, arte portuguesa, previdência social e segurança no trabalho, homenagem ao esforço dos professores na luta contra o analfabetismo e dignificação da missão dos educadores”. Sobre os filmes da CNEA, Cristina Barcoso (2002, pp. 84-85) contabiliza 38 filmes portugueses e estrangeiros, numa primeira fase dedicados ao combate ao analfabetismo e à utilidade da leitura, seguidos regra geral de temas de Higiene e defesa da saúde e História e Geografia de Portugal, numa segunda fase.³¹⁸

Por ocasião da partida da XVI Missão Cultural, que percorre a Madeira numa viagem com início a 28 de junho de 1955, Veiga de Macedo (1955 p), pp. 68-69) realça que a qualidade técnica do cinema da campanha “deve ter excedido, em regra, o nível do que até ao presente se tem feito ao nível da cinematografia nacional” e, a título exemplificativo, refere-se ao Congresso Internacional sobre cinema, rádio e televisão, na educação popular. No decurso deste, realizado em Hamburgo em novembro de 1953, algumas fitas da Campanha, em conjunto com uma italiana, haviam sido as únicas escolhidas para a cinemateca da UNESCO. Nesse mesmo discurso, o Subsecretário (Macedo, 1955 p), pp. 74-75) anuncia a expansão da atividade educativa do cinema, por meio da ação de 25 unidades móveis nas regiões mais atrasadas e carenciadas do país, nas “aldeias onde a percentagem de iletrados atinge maiores proporções ou onde nem sequer há energia elétrica”. Quanto ao impacto do cinema em números, mais de 150 000 indivíduos terão visionado as sessões integradas nas quinze primeiras missões culturais (Macedo, 1955 p), p. 68), registando o jornal *A Campanha* (n.º 11, maio/1954, p. 8 e p. 14) uma assistência que em termos globais teria totalizado cerca de 2 milhões de pessoas, até à data.³¹⁹ A procura do cinema educativo provém de organismos vários –

³¹⁶ O projeto de cinema a integrar na CNEA, da autoria de Afonso Botelho, seria apresentado perante as comissões centrais e registado na ata número oito da segunda reunião conjunta, realizada a 10 de março de 1953. Este participaria em conjunto com António Carlos de Pinho Leónidas e como atrás se referiu, no Congresso sobre cinema, rádio e televisão que se realizaria em Hamburgo, em novembro do ano seguinte.

³¹⁷ Decisão registada na Ata n.º 8 das comissões centrais da CNEA.

³¹⁸ Não existe consenso sobre o número de filmes da Campanha, seja porque a contagem incluiu apenas os que foram produzidos a nível nacional pela CNEA ou por produtoras nacionais contratadas para tal, seja porque se contabilizaram alguns filmes encomendados à Walt Disney.

³¹⁹ Esta estimativa, feita após a realização da VI Missão Cultural em meados de 1954, corresponde ao número de espetadores em termos gerais, incluindo não apenas o cinema das missões, como ainda todas

agregações desportivas e recreativas, liceus, reformatórios, seminários, centros paroquiais – e encontra-se registada nos pedidos de filmes enviados aos Serviços Centrais da Campanha.³²⁰

No que concerne à ação a desempenhar pela Imprensa na campanha de alfabetização, são tomadas várias disposições. A fim de fomentar o gosto e hábito de leitura entre os recém-alfabetizados e para que estes não percam as competências acabadas de adquirir, o PEP põe em execução o Decreto-Lei n.º 36 147, de 5 de fevereiro de 1947, instalando bibliotecas escolares junto das escolas primárias.³²¹ Seguindo esta linha de ação e ainda no intuito de ocupar os tempos livres do povo recorrendo a (Macedo, 1953 d), p. 23) “livros que distraiam, ensinem e eduquem”, são também criadas bibliotecas itinerantes que percorrem o país integradas nas missões culturais, ou que se enviam a pedido de várias entidades – caso das associações culturais ou dos regentes de cursos de adultos. A CNEA edita várias séries de publicações cuja temática, divulgada por Veiga de Macedo na conferência de imprensa e rádio realizada a quatro de novembro de 1953, por altura das comemorações do primeiro aniversário da promulgação do PEP inclui, a par de um pacote diversificado de noções educativas, a propaganda e a legislação de suporte à CNEA.³²²

As primeiras bibliotecas das escolas primárias, num total de 35, são distribuídas a 12 de abril de 1954 pelos diversos distritos do país. Organizadas em três tipos de conjuntos de acordo com o nível etário e compostas por cerca de 30 000 livros e 10 000 folhetos e revistas, as obras das bibliotecas, escolhidas após consulta de várias

as sessões respeitantes ao cinema da Campanha – filmes distribuídos pelos cinemas do país, fitas passadas nas fábricas e cursos de adultos, etc.

³²⁰ Pedidos registados no Arquivo do MEC (série 7, caixas n.º 1810 e 1811). Destes, um número considerável parte de padres que requerem filmes com o fito de proporcionar sessões educativas aos paroquianos, em cumprimento das determinações da hierarquia eclesiástica. A este propósito, refira-se que a Circular n.º 59 de 4 de maio de 1955, enviada aos prelados pelo representante do episcopado português na Comissão de Informação e Propaganda da CNEA, cónego Gregório Neves, apela para que os párocos adiram à campanha de educação popular, com a realização de sessões de cinema educativo.

³²¹ Consideradas no preâmbulo ao diploma como “elemento eficaz de renovação e elevação da cultura popular”, de grau superior aos espetáculos, cinema, telefonia ou palestras, as bibliotecas das escolas primárias não só se constituem como de “função importante na luta contra o analfabetismo”, como promovem ainda um conjunto de outras potencialidades educativas, nas quais se incluem “a formação moral, a aquisição de hábitos de seriedade, de probidade, de altruísmo, de ordem”.

³²² De acordo com Macedo (1954 b), p. 38), as séries incluirão as temáticas seguintes: Doutrina – discursos, legislação e despachos; Informação e propaganda; História pátria e Geografia de Portugal e do Império; Arte portuguesa; Etnografia e folclore; Literatura e pensamento portugueses; Educação moral e cívica; Educação familiar, economia doméstica e puericultura; Educação sanitária e educação física e desporto; Aperfeiçoamento profissional; Organização corporativa; Seguro social e segurança no trabalho; Agricultura e pecuária; Artesanato; Psicologia de adultos e educação de adultos – didática geral e especial.

entidades, deviam ser utilizadas pelo professor na qualidade de instrumentos didáticos, por meio dos quais se estimulava o hábito de leitura, se desenvolviam matérias dadas ou se provia à formação moral dos alunos.³²³ Os professores e todos aqueles que haviam já abandonado a escola contavam-se também entre os destinatários dos livros das bibliotecas das escolas primárias.³²⁴ Para os primeiros, um pequeno núcleo de volumes tinha a função de completar a respetiva formação doutrinária, em termos morais, filosóficos e religiosos. Para os segundos e especificamente no caso do meio rural, algumas obras editadas pelo Ministério da Economia e ainda *A Enciclopédia da vida rural*.

As 100 primeiras bibliotecas itinerantes são organizadas no ano de 1953 e integradas na maioria das missões culturais. Cada uma com 44 volumes é entregue em cada localidade por intermédio das autoridades religiosas, escolares ou administrativas, aos indivíduos que manifestem desejo de ler. Em finais de 1955 são criadas mais 300 bibliotecas itinerantes com um total de 25 000 obras, acondicionadas em 600 “malas-estantes” e permanecem nas localidades por um período renovável de dois meses.³²⁵ Para além das bibliotecas itinerantes e para responder aos pedidos de material de leitura solicitados por diversos organismos, a Biblioteca Central da Campanha envia coleções de livros que doa ou empresta durante algum tempo.³²⁶

A escolha de um conjunto de livros a disponibilizar, no caso dos leitores adultos, teria exigido uma triagem prévia de entre os existentes no mercado. A este propósito, a 12 de abril de 1954, por ocasião da sessão inaugural das primeiras bibliotecas das escolas primárias, Veiga de Macedo refere-se à dificuldade da tarefa, realçando as questões “da impropriedade da leitura, do seu nível demasiadamente alto, do emprego de expressões técnicas pouco usuais, da má revisão tipográfica”. O problema da

³²³ Catalogadas de acordo com os níveis etários dos leitores em obras de literatura infantil, para adolescentes, e destinada a adultos, a respetiva escolha e aprovação fora submetida à consulta de entidades como a JNE, a DGEP, alguns membros dos serviços da CNEA, diretores de bibliotecas e vários escritores e pensadores portugueses, assim como à Comissão de Literatura e Espetáculos para Menores, criada, pelo Decreto-Lei n.º 38 964, em outubro de 1952.

³²⁴ Refira-se que um dos objetivos das bibliotecas das escolas primárias consistia na promoção do convívio entre professores, alunos e encarregados de educação.

³²⁵ Estas bibliotecas são constituídas por obras catalogadas de acordo com o público-alvo. Para os meios rurais, obras de Tipo A. Para os meios industriais e urbanos, obras de tipo B. Como complemento das anteriores, obras de tipo C. As obras das bibliotecas itinerantes abrangem temas de religião, educação, estudo da língua, história, geografia, viagens, poesia, conto, romance, teatro, etnografia, folclore, sociologia, divulgação da ciência e das técnicas, iniciação à arte e contém ainda biografias e hagiografias.

³²⁶ Associações culturais e recreativas, clubes desportivos, sindicatos nacionais, casas do povo, hospitais, prisões, empresas e cursos de adultos, entre outros, são algumas das entidades que solicitam material de leitura.

desadequação e insuficiência, tanto no campo ideológico como por motivos de ordem técnica, das obras disponíveis para constituição de bibliotecas populares, no caso específico dos adultos, levaria a CNEA a editar um conjunto de publicações, envolvendo catorze séries – duas relativas a temas de doutrina, informação e propaganda e as restantes, designadas por “Coleção Educativa”, de natureza educativa, cultural e recreativa.³²⁷

A CNEA recorre ainda a jornais, para promover a alfabetização e divulgar e propagandear a campanha em curso. O jornal de parede *A Campanha em marcha*, de periodicidade mensal, ilustrado e escrito em estilo direto e conciso e afixado em locais de reunião e passagem, tem a função divulgar os objetivos da CNEA, pretendendo-se com ele promover uma colaboração complementar que consiste em aprender ou ensinar.³²⁸ O periódico *A Campanha*, órgão da CNEA, de conteúdo “informativo, recreativo e cultural”³²⁹, serve um triplo objetivo. Manual de leitura para os alfabetizando adultos e orientador dos alfabetizadores em termos metodológicos e doutrinários e no que respeita ao cumprimento da legislação em vigor, é também um instrumento que legitima e dissemina a Campanha pela publicitação dos discursos oficiais e das realizações efetuadas, naturalizando-a pela inclusão e enfoque dados ao impacto positivo que, em torno da mesma, se estaria a verificar por parte da sociedade. A partir deste título, considerado por António Nóvoa (1993, pp. 200-202) como um documento de interesse para o estudo e compreensão do programa de alfabetização desenvolvido pelo Estado Novo, podem pois perspetivar-se as competências educativas a alcançar e através da análise destas, idealizar a imagem do adulto alfabetizado que se pretende construir.

³²⁷ O plano de publicações da CNEA é composto pelas seguintes séries: A – Doutrina; B – Informação e propaganda; C – Educação supletiva de adultos; D – História pátria; E – Geografia de Portugal; F – Geografia de Portugal; G – Literatura e pensamento portugueses; H – Educação moral e cívica; I – Educação familiar; J – Educação sanitária. Educação física e desporto; L – Aperfeiçoamento profissional; M – Organização corporativa. Previdência social. Segurança no trabalho; N – Agricultura. Pecuária. Industrias Caseiras. Artesanato; O – Livros recreativos. No que concerne às obras da “Coleção Educativa”, Daniel de Melo (2001, p. 315) refere, a existência de um número considerável de obras relativas às atividades económicas do meio rural, destinadas aos potenciais leitores das bibliotecas das escolas primárias e das casas do povo, em detrimento dos temas relativos à etnografia e folclore.

³²⁸ Afixado designadamente nas casas do povo e dos pescadores, nos sindicatos nacionais, nas unidades militares, nas sociedades culturais e recreativas, nas fábricas e em locais como as estações de caminho-de-ferro ou dos CTT, adros de igrejas, mercados e vendas, o jornal de parede para além de divulgar a campanha, destina-se ainda a exercer uma função educativa, servindo de modelo a futuros jornais elaborados pelos alunos dos cursos de adultos. A tiragem inicial de 19 000 exemplares será considerada insuficiente, vindo a atingir os 39 000 a partir do n.º 5.

³²⁹ Classificação registada na Ata número seis, relativa à reunião conjunta das comissões centrais da CNEA, em 27 de outubro de 1953.

4.2.2. O sujeito corporatizado nos artigos de *A Campanha*.

O jornal, cujo primeiro exemplar vem comemorar o primeiro aniversário do PEP, data de outubro de 1953. Totalizando 37 números de periodicidade variável ao longo da sua existência, o título termina em dezembro de 1956 com o findar da CNEA. Os artigos publicados encontram-se agrupados por temas, em secções que por vezes assumem uma designação específica, e foram, em sede de trabalho anterior (Mansos, 2005), agregados de acordo com dois eixos estruturantes – propaganda e noções educativas –, consoante visam legitimar e dar visibilidade à CNEA ou veicular as noções educativas que, para além do *abc*, se encontram inscritas nos programas de educação de adultos.³³⁰ Os resultados obtidos de acordo com a tipologia adotada e atrás referida apontam para pesos de 56% e 44%, respetivamente. Os artigos relativos às noções educativas foram subdivididos em nove categorias, contabilizando-se as respetivas frequências relativas – “o abc” (26%), “educação moral e cívica” (23%), “higiene e defesa da saúde” (8%), “situação geográfica de Portugal” (6%), “factos dominantes da história pátria” (8%), “economia doméstica” (5%), “previdência social” (5%), “agricultura e pecuária” (7%), “outras” (12%).³³¹

As “noções educativas” encontram-se organizadas no periódico em torno de três grandes grupos de descritores, de acordo com as observações aos programas de ensino a ministrar nos cursos de adultos e na CNEA, determinadas no Despacho de 27 de março de 1953. O primeiro diz respeito às questões do *abc*, traduzidas quase exclusivamente na leitura.³³² O segundo descritor respeita às questões educativas de

³³⁰ A propaganda à CNEA, constante em várias das secções do jornal, reveste um duplo formato de doutrinação e amplificação de efeitos. No primeiro caso encontram-se os artigos que publicam a legislação de suporte ao PEP, os excertos dos discursos dos responsáveis pelas políticas educativas e alguns textos orientadores. No segundo, os que veiculam as realizações decorrentes da campanha de alfabetização e as notícias publicadas na imprensa diária citadina ou regional acerca do combate ao analfabetismo – caso de *Aponte-se e louve-se*, *Noticiário da Campanha* e *A Campanha na Imprensa*. Quanto às noções educativas encontram-se registadas em secções como *Página da Família*, *Economia Doméstica*, *Higiene e Saúde*, *Lavoura e Artesanato* ou *Previdência Social*.

³³¹ Esta última categoria respeita maioritariamente a entradas relativas a temáticas de Arte e Educação Física e Desporto e ainda a alguns artigos de Artesanato e Folclore.

³³² Dos artigos respeitantes à leitura, cerca de 56% corresponde a excertos de obras de literatura portuguesa, tidas como modelares, e nos quais se inclui uma pequena biografia dos autores. Os restantes 44% centram-se nas questões metodológicas relativas à leitura e à escrita, remetendo para o seu carácter utilitário e envolvendo por vezes, propostas de exploração pedagógica de textos. Refira-se que, das 147 entradas registadas relativamente ao descritor *abc*, apenas 6 correspondem exclusivamente à escrita – ortografia e sintaxe – não se encontrando nenhuma relativa à Aritmética. Uma provável explicação para o banimento desta, residirá no facto da mesma não potenciar nos leitores a vertente educativa da alfabetização, que se pretendia valorizar. A este propósito, o artigo “Um caminho para a educação de adultos” (*A Campanha*, n.º 3, 1/12/1953, pp. 9-10) realça que “o ensinar a contar é um ato de instrução

âmbito geral, inscritas nos programas de exame de 3ª classe – Educação Moral e cívica, Higiene e defesa da saúde, Situação geográfica de Portugal, Factos dominantes da história pátria –, com enfoque posto na primeira. Quanto ao terceiro descritor, reporta-se às noções educativas específicas a veicular em função do género e do meio socioprofissional, como é o caso da Previdência Social que irá ser tratado de seguida.

A secção de Previdência Social de *A Campanha* nasce com o n.º 1 do periódico, em outubro de 1953, sendo publicada em 26 dos seus 37 exemplares. Da autoria de Mário Roseira³³³ é composta por uma série de artigos direcionados para os direitos e deveres dos trabalhadores, em consonância com os pressupostos legais do estado corporativo, no âmbito da Previdência.³³⁴ Muito embora com um peso relativo diminuto na distribuição das noções educativas do jornal, é destinada à educação corporativa dos leitores, pelo legitimar do discurso edificador de condutas desejáveis a adquirir neste domínio, produzido pela divulgação de alguns princípios basilares da legislação relativa aos organismos corporativos, combinada e naturalizada com o recurso à utilização da sabedoria popular, com a inclusão de alguns provérbios.

O primeiro artigo da secção (*A Campanha*, n.º 1, outubro/1953, p. 9) destaca a segurança disponibilizada pela previdência social em situações de adversidade, tornando-a numa evidência necessária. Dedicados aos benefícios da previdência social, os artigos subsequentes reiteram a legitimação da existência desta instituição e

pura”, declarando-se que, em contrapartida, “o ensinar a ler e a escrever é já, simultaneamente, ato de instrução e ato de educação”.

³³³ Representante do Ministério das Corporações e Previdência Social na Comissão de Informação e Propaganda da CNEA. Desde cedo interessado e ligado às questões sociais na perspetiva do corporativismo português de inspiração cristã, Mário Roseira tal como atrás foi referido, havia feito parte da direção da Conferência de S. Vicente de Paulo da Faculdade de Direito de Coimbra. Membro do CADC com vários artigos publicados na segunda metade dos anos trinta, na revista *Estudos*, concluiu a licenciatura em Ciências Político Económicas no ano letivo de 1938/39, no mesmo ano em que também na Faculdade de Direito, Veiga de Macedo se licenciara em Ciências Jurídicas. Cruzar-se-iam de novo em termos profissionais, no INTP.

³³⁴ De acordo com o ETN promulgado em setembro de 1933 pelo Decreto-Lei n.º 23 048, cabia aos sindicatos e grêmios, enquanto organismos corporativos, a iniciativa e criação de caixas e instituições de previdência devendo para tal, trabalhadores e patrões contribuir com os fundos necessários. Com a mesma data do ETN, os Decretos-Leis n.º 23 049 e n.º 23 050 que regulamentam respetivamente a ação dos grêmios e dos sindicatos nacionais, obrigam os segundos à criação de instituições sindicais de previdência, e os primeiros à cooperação na fundação progressiva deste tipo de organizações que deverão proteger os trabalhadores na doença, na invalidez e no desemprego involuntário, garantindo-lhes de igual modo, pensões de reforma. Dois anos mais tarde e a partir da Lei n.º 1884, ficaria delineado um sistema integral de organização da previdência social, que se iria alargando e organizando sob a orientação superior do Estado, através da criação progressiva de instituições estreitamente ligadas à organização corporativa e sujeitas à direta interferência desta. O diploma vem definir vários tipos de instituições de previdência social entre as quais se contam as dos organismos corporativos, constituídas pelas caixas sindicais de previdência criadas ao abrigo do ETN e, nos meios rural e piscatório, pelas caixas de previdência das Casas do Povo e das Casas dos Pescadores.

também, ao tratá-la como uma criação do corporativismo, a adoção deste enquanto regime a vigorar no país. Para poder aceder às regalias da previdência em caso de necessidade, há que definir o termo no contexto do corporativismo português, operação que requer a aquisição de algumas noções básicas relativas à organização corporativa. Assim, o conceito de previdência e a sua abrangência são abordados pelo jornal em torno de questões do tipo: O que é a previdência? Para que serve? Que amplitude deve ter? Onde provém?

No título (n.º 2, novembro/1953, p. 5), o conceito de previdência está ligado às noções de poupança – “ser previdente é sacrificar alguma coisa no presente para a aproveitar no futuro” – e de dever – “quem vai para o mar avia-se em terra”. Uma outra vertente da previdência aparece conectada com ideia de justiça social, transformando-a num direito do trabalho. Segundo *A Campanha* (nº 7, fevereiro/1954, p. 10) é justo que “a recompensa de uma vida de trabalho seja bastante para [o trabalhador] ficar ao abrigo das necessidades presentes e futuras”, frase complementada com o ditado popular “o seu a seu dono”. Quanto aos objetivos da instituição, considera-se que (*A Campanha*, n.º 9, março/1954, p. 10) “a previdência social se destina à defesa contra os principais perigos que ameaçam a vida dos trabalhadores”, ou seja, nas situações em que o indivíduo se encontra impedido de prover ao sustento individual ou familiar – doença, velhice ou desemprego. Estas ocorrências, representadas como inevitáveis para o sujeito (*A Campanha*, n.º 10, abril/1954, p. 10) “tanto morre o Papa, como o que não tem capa”, ou aleatórias e incontrolláveis “um dia frio, outro quente, logo o homem é doente”, têm forte probabilidade de surgir combinadas, “atrás dum mal, outro vem”, causando uma potenciação de efeitos no equilíbrio da economia ou da subsistência familiar. A realidade assim exposta, vem reforçar a necessidade da organização da previdência. E esta, por prover à segurança do trabalhador, deve encontrar-se ligada à organização do trabalho, que no país se encontra sujeita à legislação de base corporativa.

A partir de todas estas considerações, a secção de previdência social de *A Campanha* passa a dedicar alguns artigos à relação entre a organização corporativa portuguesa e a previdência social, realçando algumas normas de formação social no âmbito da previdência e inscritas na legislação relativa à regulamentação dos organismos corporativos, que deverão ser seguidas por patrões e assalariados. Remetendo implicitamente e em simultâneo para o ETN, para os decretos que regulamentam grémios e sindicatos e para a Lei n.º 1884, o jornal relembra que estes

dois organismos de representação coletiva intervêm na organização da previdência social, incumbindo-lhes, através de acordos ou contratos coletivos de trabalho, a criação de caixas sindicais e a designação dos respectivos membros dos corpos diretivos. Para além do cumprimento destas obrigações, compete-lhes ainda colaborar com as caixas criadas e contribuir para o seu melhor funcionamento, tendo em vista a defesa dos trabalhadores e das empresas representadas, daqui decorrendo que “a previdência social está estreitamente ligada à organização corporativa e valerá o que ela vale” (*A Campanha*, nº 25, agosto/setembro/1955, pág. 7).

Após criada uma caixa de previdência, resultam para os interessados sérias obrigações. Os patrões devem cumprir atempadamente com o pagamento das contribuições, nas quais estão incluídas as dos trabalhadores a seu cargo, cabendo-lhes ainda a instrução destes últimos no que concerne aos respectivos direitos e obrigações. Assim, deverão zelar para que os mesmos paguem as contribuições devidas, de modo a não perderem os benefícios de que poderão usufruir em caso de necessidade, no futuro. Para *A Campanha* (n.º 26, outubro/1955, p. 7), esta competência a que os patrões se encontram obrigados pela legislação corporativa e que é “tão de consciência como a de pagar o salário devido”, redundará para estes e como consequência lógica da asserção “as injustiças sempre se vêm a pagar” em prejuízo, caso não seja seguida – “ruim senhor cria mau servidor”.

Quanto aos beneficiários das caixas, deverão (*A Campanha*, n.º 27, novembro/1955, p. 7) esclarecer-se acerca dos respectivos direitos, a fim de poder usufruir das regalias disponíveis – “quem não sabe é como quem não vê” –, e estar conscientes dos respectivos deveres, sendo honestos nos pedidos e reclamações que fizerem – “não serás abastado, se primeiro não for honrado”. De acordo com o jornal (n.º 29, janeiro/1956, p. 7), o conhecimento acerca da ação das caixas de previdência permitiria, ao dissipar o sentimento de fraca eficácia da instituição, contrariar a tendência para menores contribuições, situação que, a dar-se, não só se traduziria em prejuízo para o trabalhador, como potenciaria o risco de falência da previdência. Tal facto, a ocorrer e por pôr em causa a própria organização corporativa, redundaria, no limite, no descrédito do regime corporativo.

A série de artigos inscritos na seção “previdência social” de *A Campanha*, destinar-se-ia portanto a realizar uma ação educativa, com vista a prover à alfabetização corporativa dos leitores, isto é, à respetiva corporatização, entendendo-se esta última como a naturalização dos princípios corporativos inscritos na legislação

portuguesa, em vigor à época. Tendo tomado conhecimento e interiorizado estes princípios, o sujeito corporatizado aplicá-los-ia, quer usufruindo de direitos quer acatando deveres. E de todo este movimento sairia reforçada a organização corporativa e o regime corporativo que a integrava.

5. Algumas questões

Com o PEP e a CNEA que nele se integrava, Veiga de Macedo leva a cabo um desígnio que, apesar de enunciado como objetivo fundador do regime corporativo português desde os seus primórdios, não havia sido ainda levado à prática em profundidade e extensão.³³⁵ Este facto é abordado por Melo e Castro (1952, p. 890) quando, reportando-se à recente promulgação dos Decretos-Leis n.º 38 968 e n.º 38 969, realça o orgulho que sentem os “da sua geração de Coimbra”, em ver Veiga de Macedo ligado a um projeto confirmador de “que permanece intacta a frescura dos grandes escopos da primeira hora”. Apesar de tardio, o vigor impresso ao Regime pelo novo pacote legislativo, vem torná-lo num dispositivo político de relevo. O facto será evidenciado pelo Presidente do Conselho no decurso da primeira reunião plenária da União Nacional em maio de 1953: “o ambiente político geral ressentia-se favoravelmente, da repercussão de certo número de factos e providências governativas recentes, entre os quais a Campanha contra o analfabetismo e o plano de fomento são, sem dúvida, os de maior relevo”.

Vinte anos após o ocorrido nos anos 30, altura em que o *Diário de Notícias* tornara a adesão governamental à campanha contra o analfabetismo, que encetara, numa realidade que em breve se transformaria num dos fins a atingir pelo novo Regime, contribuindo para a sua aceitação e consolidação, partia do Estado o impulso mobilizador em prol da alfabetização. E embora tendo-se invertido o sentido do movimento inicial, mais uma vez o antigo desiderato, agora resultante de uma força de sentido contrário, reforçaria o Estado Novo, ao surgir como realização credibilizadora de um desígnio fundador.

³³⁵ Salazar explicita este objetivo no discurso proferido a 27 de abril de 1935, na Câmara Municipal de Lisboa: “[...] vamos conseguindo, com segurança e método, na sequência da nossa política realista e por meio da nossa organização corporativa, o que revolucionariamente não pode ser executado, ainda que prometido, e mais longe iremos ainda quando pudermos, não só anunciar nos discursos ou inscrever nas leis, mas efetivar na prática os dois maiores direitos que aos homens podem ser assegurados: o direito ao trabalho e o direito à instrução”.

A ação do Subsecretário de quem, de acordo com Melo e Castro, os da mesma geração de Coimbra se orgulhavam, é retratada, por Rui Ramos (1993, p. 61), como um enérgico movimento de cariz popular e patriótico, desenvolvido por um “novo cavaleiro do abc” que, “misturando leninismo e evangelismo [...] falava em brigadas culturais e em ação de apostolado”. E as repercussões deste impacto alfabetizador que ecoava no retângulo peninsular³³⁶ em breve atingiriam outros pontos do país e portugueses de outras geografias, alcançando também o exterior, na forma de possível modelo a seguir. Em 1955, dois anos decorridos após o arranque da CNEA, a comunidade portuguesa das Bermudas representada pelo padre José Alfredo Nunes, reclama em carta enviada ao MEN (*A Campanha*, n.º 23, maio, p. 8) não poder usufruir dos benefícios da CNEA. Nesse mesmo ano, os cursos de adultos vão a caminho da Terra Nova (*A Campanha*, n.º 24/25, junho/julho, p. 9) na campanha bacalhoeira, a bordo do Gil Eanes, e a luta contra o analfabetismo chega a Cabo Verde (*A Campanha*, n.º 28, dezembro, p. 17). Espanha envia um inspetor do ensino primário e bolseiro do seu ministério de educação a Portugal (*A Campanha*, n.º 8, fevereiro/1954, p. 8), a fim de tomar contacto com os problemas deste nível de ensino e, em especial, com a CNEA.³³⁷ A Faculdade de Educação da Universidade de São Marcos, de Lima, Peru, solicita à DGEP por intermédio da respetiva embaixada em Lisboa o envio dos programas do ensino primário, bem como a legislação portuguesa em vigor, relativa à educação.³³⁸ Tal como já atrás se referiu, algumas fitas da Campanha são as únicas escolhidas no decurso do Congresso Internacional sobre cinema, rádio e televisão na educação popular, realizado em Hamburgo, em novembro de 1953, para, em conjunto com uma fita italiana, fazerem parte da cinemateca da UNESCO. E em julho de 1954, no decurso da XVII Conferência Internacional de Instrução Pública que se realiza em Genebra, Piaget (*Escola Portuguesa*, n.º 1034, 10/1/55, pp. 312-313) elogia o modo dinâmico de condução da CNEA.³³⁹

³³⁶ O PEP aplicava-se à população do Continente e Ilhas Adjacentes.

³³⁷ De acordo com o jornal, o inspetor Genadio Gravillez Nuñez, que visitara várias escolas primárias e cursos de educação de adultos em Lisboa, Porto e Coimbra e se deslocara aos Serviços Centrais da CNEA a fim de observar o funcionamento das respetivas seções, teria regressado ao seu país “profundamente impressionado com tudo o que viu”. O periódico regista ainda no mesmo ano (n.º 12/13, junho/julho, p. 9) a visita de vinte e sete inspetores espanhóis que, de passagem por Lisboa, cumprem o desejo de tomar contacto com as realizações desenvolvidas, no âmbito do combate ao analfabetismo.

³³⁸ Pedido registado no Arquivo do MEC, série 5, caixa n.º 1542.

³³⁹ Do evento, realizado entre 5 e 13 de julho, participam delegados de 57 países, sendo Portugal representado por Maria Irene Leite da Costa, professora de Pedagogia no Instituto António Aurélio da Costa Ferreira e diplomada em Psicologia e Pedagogia pelo Instituto de Ciências da Educação da

Este é o primeiro momento em que, de forma organizada, parece ter entrado em vigor no país uma política estatal de educação de adultos, registando o Decreto-Lei n.º 38 968, no capítulo dedicado à CNEA, o “elevado propósito de integrar, como é mister, a educação de adultos no sistema nacional de educação”. Para tal e reconhecendo-se que o ensino de adultos se deveria reger por moldes diferentes dos aplicados às crianças, o mesmo diploma contempla a inclusão nos planos de estudo das escolas do magistério primário, de cursos de psicologia de adultos e de educação de adultos.³⁴⁰ A notícia da respetiva realização em vários pontos do país é divulgada pelo jornal *A Campanha* que em 1954 (n.º 5, janeiro, p. 9) publicita a conclusão do 1.º curso de educadores de adultos na escola do magistério primário de Coimbra, frequentado por 160 alunos.³⁴¹ Dada a falta de livros adequados ao ensino de adultos, o próprio órgão da CNEA, tal como atrás foi referido, cumpre a dupla função de manual escolar e de livro de apoio ao agente alfabetizador, incluindo para tanto, possíveis planos de lições e considerações de ordem didática e metodológica. Não obstante haver sido contemplada³⁴² a hipótese da elaboração de um projeto de guia de leitura a ser editado em larga escala, há a salientar o facto de, com o intuito de preservar a liberdade de métodos de ensino, não se pretender impô-lo como obrigatório. Esta opção de salvaguarda emerge como inovadora numa época em que no ensino primário se encontra em vigor o chamado “livro único”³⁴³ e poderá ter gerado alguma perturbação enquanto potenciadora de leituras não canonicamente orientadas.

O objetivo de cumprir com determinação e vigor o plano de alfabetização delineado faria, como já atrás se referiu, com que por vezes a voz de Veiga de Macedo

Universidade de Genebra. De acordo com o noticiado em *Escola Portuguesa*, Piaget, que considerara a Sala de Portugal como uma das mais visitadas e a tomar como modelo, no tocante à apresentação, havia anteriormente enviado uma missiva a Veiga de Macedo, “felicitando-o pelo êxito obtido na execução do Plano de Educação Popular e pela extensão e profundidade da obra realizada”.

³⁴⁰ Logo no decurso da primeira reunião conjunta das comissões centrais da CNEA, realizada a 2 de fevereiro de 1953, Veiga de Macedo (Ata número um, pp. 19-20) referir-se-ia à carência de técnicos e à “falta de experiência, em matéria de educação de adultos, na legislação e na tradição pedagógica portuguesa”. Este facto tê-lo-ia levado a delinear a CNEA, forçando-o a um trabalho que, segundo o próprio, não caberia em condições normais a um membro do governo, mas antes a serviços especializados.

³⁴¹ Esta é a primeira referência, feita no jornal, à realização de cursos de educadores de adultos nas escolas do magistério primário do país. Mais algumas serão feitas, designadamente a inauguração de cursos deste tipo em Lisboa (*A Campanha*, n.º 7, fevereiro/1954, p. 9) com um total de 85 inscrições e em Viseu (*A Campanha*, n.º 9, março/1954, p. 9) com 155 alunos.

³⁴² Referência registada na Ata número três da reunião da comissão executiva e de orientação pedagógica da CNEA, realizada a 17 de abril de 1953.

³⁴³ A opção parece vir contra corrente, uma vez que o livro único para a 3.ª classe fora publicado em 1951, na sequência da publicação dos manuais da 1.ª e 2.ª classes, respetivamente em 1941 e 1944.

soasse incômoda até no seio do próprio Regime e não obstante a ação desenvolvida servisse à respetiva consolidação. A este propósito, a carta que envia ao Presidente do Conselho a 27 de outubro de 1954, data do 2.º aniversário da promulgação do PEP, parece esclarecedora³⁴⁴. Nela, o Subsecretário apoia-se na legislação espanhola de 1945, para justificar a expressão “direitos das crianças” que, ao usar num documento oficial, provocara reparos e queixas a Salazar. O teor da missiva torna-se mais transparente com a afirmação de que a utilização do termo havia sido “conduzida sem ofensa da boa doutrina” e com a referência ao pedido de demissão, submetido seis meses atrás ao ministro da educação. O discurso remete para uma dupla fidelidade do Subsecretário aos propósitos fundadores do Regime e ao seu representante máximo a qual, para ser cumprida, exigiria a saída do cargo que ocupava: “esperava que me fosse concedida tal mercê [a exoneração] para, então, afirmar a Vossa Excelência, não como responsável, mas como simples português agradecido e educado à sombra de uma doutrina de resgate, em Vossa Excelência personificada, que uma das razões mais salientes da minha atividade, ao longo destes últimos cinco anos, foi sempre a de prestar um serviço útil ao Senhor Presidente do Conselho”.³⁴⁵ Refira-se que Veiga de Macedo, cerca de um mês antes de redigir esta carta, havia já sentido necessidade de se explicar publicamente tanto do termo acima descrito como da posição dinâmica assumida na luta contra o analfabetismo, invocando para tal, apoios fundamentados na doutrina da Igreja e nos pressupostos do Regime. Em 12 de setembro de 1954, aquando da inauguração da cantina escolar Cardeal Cerejeira, aproveitará para referir (Macedo, 1955 e), p. 29), que o empenho pessoal “numa obra de defesa dos direitos das crianças” se deve ao facto de não poder esquecer a identidade de delegado do INTP que o constitui. E uma vez adquirida adentro da organização corporativa, a formação social recebida assumira a forma de um dever que, não só legitimava a ação encetada, como o impelia também a apelar no decorrer do evento e em cumprimento das encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, à adesão de novos beneméritos das cantinas.

³⁴⁴ Carta consultada no ANTT (AOS/CP – 162, 4.4.4./1., fls. 279-282).

³⁴⁵ Os reparos ao uso da expressão “direitos das crianças” conflituam com as incumbências dos organismos corporativos, relativas à instrução dos filhos dos respetivos sócios. Assim sendo, aquela surge de forma implícita como um direito das crianças, a realizar pela organização corporativa. E daqui decorre que seria sempre ingrata, qualquer posição tomada por Veiga de Macedo, face às objeções de Salazar. Caso estas fossem aceites de ânimo leve, tal corresponderia à negação da doutrina corporativa recebida no INTP e portanto, à rejeição da própria identidade. Caso não as acatasse e procurasse na qualidade de subsecretário da educação defender a sua posição, poderia incorrer em desrespeito pela hierarquia. Restava então a hipótese de demissão. E esta, proporcionando-lhe liberdade de exposição, garantir-lhe-ia ainda fidelidade ao Presidente do Conselho e aos princípios corporativos que advogava.

A tensão verificada entre o desejo de estender a escolaridade obrigatória a toda a população, educando-a e consolidando o Regime e a prática que, ao colidir com a opinião de alguns setores da sociedade, parece por vezes romper com este objetivo, será uma constante até ao momento em que Veiga de Macedo abandona o cargo de subsecretário. A problemática acima descrita é abordada logo após o início da CNEA, em julho de 1953, na referência (Macedo, 1953 d), p. 25) ao receio manifestado por “um grande proprietário rural”, de que “a eliminação do analfabetismo levasse em linha reta à comunização da gente do campo”.³⁴⁶

Uma vez identificado, o temor que resulta num potencial bloqueio à ação alfabetizadora é torneado com a adoção de algumas medidas tendentes à respetiva neutralização. O Despacho de dia 22, enviado nesse mesmo mês e ano às comissões regionais da CNEA, atribui competências às comissões de freguesia, no sentido de estas promoverem a cooperação das entidades patronais, nomeadamente as domésticas e as da lavoura de modo a que “não levantem obstáculos” e “facilitem e aconselhem ao seu pessoal o acesso à cultura elementar”. E no ano seguinte, novas determinações do subsecretário publicadas em despacho de 8 de fevereiro, vão no sentido de integrar a escola rural no seu meio, devendo aquela, para tal, estudá-lo, compreendê-lo e provocar nos alunos “marcado interesse pelos trabalhos agrícolas e amor consciente pela vida dos campos”. O diploma prevê entre algumas das disposições nele incluídas a realização de pequenas demonstrações de técnica agrícola para os alunos das escolas primárias e dos cursos de adultos, “com vista a interessá-los pelos mais elementares problemas agropecuários” e incumbe a Direção Geral do Ensino Primário de diligenciar, em articulação com os Ministérios da Economia e das Corporações e Previdência Social, no sentido de “fixar à terra a gente do campo e elevar o nível cultural das zonas rurais”. Estas medidas, ao valorizar a agricultura, potenciavam a diminuição de fuga dos campos, tão temida pelos proprietários rurais como um dos efeitos perniciosos do PEP, potenciando a adesão voluntária ao programa de alfabetização, dos dirigentes de um meio tradicionalmente refratário à sua generalização. E embora o despacho salvaguardasse o facto de não se pretender que a escola primária fosse transformada em escola profissional, a organização de um curso de formação rural para professores e alunos da Escola do Magistério Primário de

³⁴⁶ Discurso proferido aquando da tomada de posse do diretor e adjuntos do Serviço das Bibliotecas das Escolas Primárias.

Lisboa e a publicação oficial das explorações agrícolas suscetíveis de visitas de estudo³⁴⁷, decorrentes da aplicação do diploma, continham uma vertente profissional que vinha ao encontro das aspirações de expansão e modernização do setor agrícola, já enunciadas na Lei n.º 1969 de 1938, que não entrara em execução.³⁴⁸ O grémio da lavoura de Setúbal aplaudiria a realização do curso de formação rural, remetendo o seu apreço a Veiga de Macedo pela política educativa seguida.³⁴⁹

Se a legislação procurava revestir formas conciliadoras, como tática de efetivação do PEP, outro tanto não acontecia com a palavra do Subsecretário, que ia progressivamente endurecendo até ao ponto de se tornar incómoda em múltiplas ocasiões. Logo após a prorrogação da CNEA por mais dois anos³⁵⁰, o Subsecretário visita Beja, sede do distrito onde se regista o maior número de analfabetos e³⁵¹, no discurso que profere (Macedo, 1955 f), pp. 15-24) perante uma assistência onde se encontram reunidos os proprietários rurais do Baixo Alentejo, faz questão de realçar que em Portugal apenas se solicita a colaboração e compreensão das entidades patronais e dos detentores de riqueza, contrariamente ao verificado em vários países, onde o Estado havia “imposto a pesada colaboração” das entidades patronais, incluindo a da lavoura, “obrigando-as a manter, em articulação com os poderes públicos, ensino primário gratuito para os seus servidores e para os filhos destes”. O pedido, que é

³⁴⁷ Em abril de 1955, o n.º 1046 da revista *Escola Portuguesa* noticia a publicação da primeira lista oficial das explorações agropecuárias que se situam a cerca de 1 km de estabelecimentos de ensino primário e cujos proprietários autorizam visitas escolares. E a Circular n.º 317, enviada aos diretores dos distritos escolares na sequência da publicação da listagem acima referida (Arquivo do MEC, série 5, caixa n.º 1542), requererá que sejam realizadas visitas com os alunos das escolas e postos escolares, às explorações agropecuárias constantes das listas publicadas na *Escola Portuguesa*, em cumprimento do despacho do subsecretário. As visitas, de periodicidade mensal ou quinzenal, envolviam a realização de um relatório a elaborar pelo agente de ensino, que deveria ser remetido à DGEP pelo diretor do distrito escolar respetivo. De acordo com a Circular, os ensinamentos recebidos pelos alunos durante as visitas deveriam ser posteriormente usados nas aulas, servindo de base aos exercícios de redação, trabalhos manuais e desenho e “sempre orientados para a integração da escola no seu meio, segundo a interpretação fiel do pensamento de S. Ex.^a o Sr. Subsecretário de Estado”.

³⁴⁸ A Lei n.º 1969 estabelecia normas para a futura Reforma do Ensino Primário, dando a este nível de ensino uma maior abrangência e peso relativo. Se bem que a escolaridade obrigatória fosse, à semelhança do que vigorava nos anos cinquenta, constituída por 3 classes, contemplava-se para este nível de ensino, um total de 5 classes, a última das quais, “de índole regional, utilitária e de sentido económico-social”, faria a ligação ao ensino profissional.

³⁴⁹ Refere o grémio (*A Campanha*, n.º 22, abril de 1955, p. 10) que, com esta iniciativa e para além do apetrechamento cultural “Portugal é encaminhado no sentido da valorização da terra, pela criação de interesses agrários e agrícolas e respetiva cultura técnica nas novas gerações, tornando-as aptas a singrar uma vida económica mais segura e tradicional, que é a vida da lavoura”.

³⁵⁰ Tal como atrás se referiu, a CNEA, de início programada para terminar em finais de 1954, seria prolongada até finais de 1956.

³⁵¹ Veiga de Macedo aponta para o distrito, níveis percentuais de 83,5 e 57,9, relativos respetivamente à população que não possui diploma de 3.ª classe e que é analfabeta.

fundamentado no caso concreto da lei de educação primária espanhola de 1945 e acompanhado da advertência de ser provisória esta singularidade do ministério da educação português, soa como ameaça caso não seja aceite. No início do mês seguinte e em visita ao distrito de Faro, o Subsecretário (Macedo, 1955 g), pp. 27-37) convida as entidades patronais da lavoura para que instituem o ensino particular ou garantam transporte diário gratuito aos menores cujos encarregados de educação sejam seus assalariados, caso não exista escola a menos de três quilómetros e “enquanto não se reputar aconselhável a adoção de adequadas medidas legislativas”.

Em junho desse mesmo ano e no decurso da visita à Madeira, onde a taxa de analfabetismo que rondava os 50%, atingia em particular os menores sujeitos à escolaridade obrigatória em virtude da falta de escolas, as palavras de Veiga de Macedo (1955 l), pp. 27-42) sobem de tom, reclamando a intervenção das autoridades locais e da sociedade civil mais favorecida em termos económicos.³⁵² Às Juntas Gerais dos distritos insulares relembra-se que a criação e manutenção dos estabelecimentos de ensino lhes cabe por lei. Às Câmaras refere-se o dever de arrendarem casas para novas salas de aula, enquanto não se encontrar executado o Plano dos Centenários. Aos encarregados de educação e proprietários de imóveis, manifesta-se a intenção de impedimento de matrícula na 4.^a classe dos menores a seu cargo, caso não colaborem com os municípios para o arrendamento de salas de aula, com a justificação de não poderem estar a ocupar Macedo (1955 l), pp. 37) “o lugar que por melhor direito deverá pertencer às crianças a inscrever nas três classes, cuja frequência é obrigatória por lei”.

Na reunião de trabalho realizada na Madeira com os professores do ensino secundário oficial e particular em prol do desenvolvimento do PEP, Veiga de Macedo (1955 j), pp. 45-56) referir-se-á em concreto à batalha travada contra as resistências ao programa de alfabetização, não se coibindo de criticar tanto os que consideravam que “a instrução do povo constituía grave perigo social, na medida em que contribuiria para desenraizar da terra a gente do campo”, como aqueles que, embora defendendo a alfabetização generalizada, sustentavam que o analfabetismo só poderia ser resolvido

³⁵² A criação de estabelecimentos de ensino primário não era na Madeira, da alçada do Ministério da Educação, motivo que levaria Veiga de Macedo a insurgir-se contra a indiferença das autoridades competentes, na referência de que “se a criação de escolas e postos escolares dependesse, nas Ilhas Adjacentes, do Ministério da Educação Nacional, não se hesitaria em tomar as providências adequadas”.

através da melhoria das condições sociais.³⁵³ Deste discurso também não ficavam de fora alguns intelectuais que, tendo reagido negativamente a um novo paradigma educativo que também os envolvia, na colaboração solicitada, haviam protestado de forma irónica perante os pedidos de colaboração com o ministério, alegando estar a fazer-se pontaria errada, uma vez que “parecia haverem-se esquecido os iletrados para, em sua vez, se pretender alfabetizar os doutores”.

O desfasamento entre a brandura da legislação apontada pelo Subsecretário e a dureza das suas palavras, perspectiva a falta de vontade política em resolver por via legislativa as resistências ao apelo do PEP, numa sociedade que se encontrava em vias de naturalizar em pleno a alfabetização, como direito universal. E, no dia do seu regresso a Lisboa, o Subsecretário receberia uma mensagem de Salazar, solicitando-lhe que assumisse a pasta das Corporações e Previdência Social. O honroso convite para (Macedo, [2003], p. 48) “reacender o antigo fogo e continuar a cruzada social e corporativa”, significava também um corte com o trabalho desenvolvido, num momento em que se registava um pico de realizações e no qual o discurso contundente de Veiga de Macedo anunciava novas medidas legislativas, por si previstas desde há algum tempo.

Por ocasião da VI Reunião Anual dos funcionários superiores do ensino primário, o novo Subsecretário da Educação Nacional, Baltazar Rebelo de Sousa (1955, pp. 881-882), referiria que a batalha da educação deve “abranger todos os graus do ensino”, não podendo “limitar-se ao ensino primário e à educação popular”. A definição desta última havia-se entretanto deslocado em direção a um novo paradigma que, apresentando-se como que de sinal contrário à CNEA, pelo destronar da instrução e da componente utilitária dos programas dos cursos de adultos, em favor quase exclusivo da vertente ideológica, anunciava o abrandamento em conferir o grau elementar de ensino a toda a população.³⁵⁴

³⁵³ Entre os primeiros, podemos visualizar os setores mais conservadores, tidos como afetos ao Regime e representados pelo “grande proprietário rural” que manifestara a Veiga de Macedo, os seus mais secretos temores face ao PEP. Dos segundos, faziam parte os que, não alinhando com as políticas estadonovistas, duvidavam da bondade da medida.

³⁵⁴ A redefinição do conceito de cultura popular seria apresentada aquando da I Sessão Plenária do IV Congresso da União Nacional por Rebelo de Sousa (1956, pp. 685-686): “Confunde-se, a cada passo, ou confina-se a noção de cultura popular às de aprendizagem das técnicas da leitura e da escrita, da disseminação de noções relativas às ocupações normais do povo (noções de agricultura, de pecuária, de ofícios mecânicos). [...] Toda a cultura se define em termos de consciência de valores. Ser consciente de direitos e deveres, amar a terra em que se nasceu, sentir o orgulho das suas usanças, ter um sentimento de justiça, formar uma noção da autoridade, da sociedade, da família, da responsabilidade do trabalho, sentir

A inflexão no nível de ensino a privilegiar daí em diante pelo Ministério da Educação refletir-se-ia, em particular, sobre os indivíduos que em virtude da idade não estavam abrangidos pela escolaridade obrigatória. Alguns dias antes da data prevista para o encerramento da CNEA, o Ministro da Educação Nacional anunciaria perante as respetivas Comissões (Pinto, 1956, p. 219), constituir “teimosia onerosa” o facto de se pretender forçar que a curva de analfabetismo dos adultos diminuísse, “para além da sua natural tendência assintótica”.³⁵⁵

E muito embora o Governo afirmasse pretender dar continuidade ao PEP, com a publicação do Decreto-Lei n.º 40 964 no dia em que se dá por terminada a vigência oficial da CNEA, a inscrição de algumas das medidas propostas por Veiga de Macedo no diploma e ainda não efetivadas parece ter ficado bastante aquém da amplitude da respetiva enunciação pelo antigo Subsecretário. É o caso da obrigatoriedade de frequência escolar até à 4.ª classe decretada no diploma, a partir de outubro de 1957, apenas para os menores do sexo masculino, e que havia sido apontada por Veiga de Macedo (1955 c), pp. 157-160), no decurso da V Reunião Anual dos Funcionários do Ensino Primário, realizada em setembro de 1954, como “medida de alta importância”, a implementar a partir do ano letivo de 1955/56, sem qualquer menção a restrições de género.³⁵⁶ De igual modo, a tentativa de equiparação entre as entidades patronais da lavoura e as da indústria e do comércio prevista por Veiga de Macedo (1955 c), pp. 308-309) no decurso do evento acima mencionado e relativa às obrigações de fornecimento de instalações para o ensino elementar, dos assalariados analfabetos menores de 40 anos e caso estes fossem mais de vinte, apesar de contemplada no decreto, seria comprometida na sua amplitude, ao estabelecerem-se os 35 anos como idade limite de aplicação. Outro tanto aconteceria com o impedimento imposto pelo Decreto-Lei n.º 40964 a partir de janeiro de 1959, à admissão ao serviço de menores de 21 anos sem o exame de 4.ª classe para as entidades patronais do comércio e da

o orgulho dos pais e o dever dos filhos, compreender as exigências da solidariedade humana e praticar a ajuda coletiva, venerar lugares, respeitar costumes, ter determinado critério sobre o que é bem e o que é mal – tudo isto são as pedras fundamentais da cultura popular”.

³⁵⁵ Leite Pinto que profere o discurso por ocasião da reunião das Comissões da CNEA, realizada a 27 de dezembro de 1956, considera que a difusão do ensino primário entre as crianças, principal objetivo da Campanha, já se encontra praticamente atingido.

³⁵⁶ A questão seria abordada durante o evento, nas instruções dadas por Veiga de Macedo (1955 c), pp. 160-162) aos funcionários, como medidas preparatórias que visavam a instituição do ensino obrigatório até à 4.ª classe. Em ordem ao respetivo cumprimento, deviam as autoridades e demais indivíduos influentes, “ser convidadas” a contribuir para a generalização do ensino da 4.ª classe a todas as crianças em idade escolar, contrariando assim, “a errada e tão generalizada convicção de que as raparigas não precisam de instrução superior à do ensino primário elementar”.

indústria, e, sem o exame de 3.^a classe no caso da lavoura, e que fora referido pelo subsecretário (Macedo, 1955 c), pp. 165-166), como medida a aplicar após 1 de janeiro de 1957. Previa ainda o diploma, que as atividades de difusão da cultura popular entre os adultos e inscritas na CNEA prosseguissem, contemplando para tal, uma verba a disponibilizar à DGEP. No entanto e apesar de ter sido realizada esta promessa legislativa, as futuras “missões de difusão da cultura popular”³⁵⁷ teriam tido uma projeção limitada relativamente às anteriores missões, por falta de renovação de programas culturais, conclusão que transparece nos relatórios enviados à DGEP pela inspeção.³⁵⁸ A este propósito, refira-se que ao dissertar acerca das finalidades da educação popular no âmbito da educação supletiva de adultos, no decurso da conferência de Imprensa e Rádio realizada em novembro de 1953, Veiga de Macedo (1954 b), pp. 14-15) aventaria a hipótese de num futuro mais ou menos próximo, poder ser elaborado e executado um plano cultural mais ambicioso que, complementarmente e no seguimento lógico da Campanha, desse maior projeção e amplitude à cultura popular.³⁵⁹

No que concerne aos resultados do PEP, se este parece ter sido eficaz no alcance dos seus objetivos para o caso dos menores, outro tanto não teria acontecido para as restantes faixas etárias, registando os censos de 1960 uma taxa de analfabetismo de 2,5% para os indivíduos de 7 a 11 anos e de 52,7% para os de 40 e mais anos, valores que em 1950 haviam sido estimados em 20,3% e 54,7%, respetivamente. Em sede de trabalho anteriormente realizado (Mansos, 2005, pp. 189-196) concluiu-se da existência de uma forte correlação positiva entre a diminuição das taxas de analfabetismo registadas entre os dois censos e a obrigatoriedade de frequência escolar. A questão da imposição por via legislativa da posse do diploma da 3.^a classe para os assalariados refletir-se-ia de igual modo na variação dos índices de analfabetismo registados, produzindo desníveis menos acentuados no caso do meio

³⁵⁷ De âmbito distrital, estas missões que são constituídas por um professor primário, um médico, uma educadora familiar, um fantocheiro e um motorista projecionista, recorrem a audiovisuais e bibliotecas e realizam sessões em escolas, cursos de adultos, casas do povo, cineteatros, adros de igrejas, salões paroquiais, coletividades de cultura e recreio, garagens e barracões.

³⁵⁸ Relatórios relativos ao ano letivo de 1957/58 e registados no Arquivo do MEC, série 7, caixas n.º 138 e 139.

³⁵⁹ De acordo com o Subsecretário, o futuro plano cultural destinar-se-ia a “difundir as ciências e as artes, a literatura e a filosofia, a geografia e a história”, à semelhança do que acontecia em alguns países, onde o analfabetismo praticamente não existia e nos quais a educação de adultos se situava ao nível do ensino médio e superior.

rural e do sexo feminino, esbatidos em função do aumento da idade das classes consideradas na distribuição.

Sobre os efeitos práticos do PEP e muito embora registrando-se algumas diferenças de análise, aparece como consensual por parte dos que se debruçaram sobre o assunto, o enorme esforço desenvolvido no combate ao analfabetismo. Este, que é destacado de modo particular para os três primeiros anos da vigência do Plano, coincide com a permanência de Veiga de Macedo no cargo de Subsecretário da Educação Nacional.³⁶⁰ Mas, muito embora o PEP não tenha atingido os seus objetivos em termos numéricos, designadamente no que respeita à disseminação do grau do ensino primário entre os adolescentes e adultos e à extinção do analfabetismo, teve sem dúvida implicações positivas com repercussão futura. A prevenção do retorno ao analfabetismo efetivada com o aumento do número de bibliotecas e a renovação de métodos de ensino com a utilização progressiva de audiovisuais são duas realidades que radicam na CNEA. As bibliotecas escolares previstas legalmente desde 1947, mas só inauguradas com o PEP, vão aumentando em número, assim como as bibliotecas circulantes.³⁶¹ Em finais de 1961, a “Coleção Educativa” da CNEA dispõe de 74 obras publicadas, cada uma com cerca de 15 000 exemplares, num total de 1 207 000 volumes.³⁶² No que respeita aos audiovisuais os Serviços de Cinema da DGEP, entretanto criados e com origem na CNEA, possuem, em 1959, uma cinemateca composta por 70 filmes.³⁶³ A rádio escolar que inicia um período experimental no ano letivo de 1959/60 passa, em outubro de 1960, a emitir regularmente programas com

³⁶⁰ Maria Adelaide Pires (1990, p. 513) assinala não ter existido em Portugal nenhum outro programa comparável ao PEP e à Campanha em vivacidade e resultados, ao nível do ensino primário e da educação de adultos. Socorrendo-se das estatísticas do INE e dos discursos dos responsáveis pela pasta da educação à época (Pires, 1990, pp. 495-497), assinala a diminuição brusca do número de crianças sem ensino no decorrer dos dois primeiros anos de aplicação do PEP e, como evidência da força da CNEA e da personalidade de Veiga de Macedo na resolução da questão do analfabetismo entre os adultos, compara o considerável aumento de inscrições no ensino primário, no primeiro ano de vigência da campanha, com a descida abrupta das mesmas para menos de metade, em 1957/58, e, para um terço, em 1960/1961. Já Salvado Sampaio (1976-1977, vol. II, pp. 126-137) que vem ao encontro da opinião anterior, registando como resultado do PEP uma acentuada subida de inscrições de adolescentes e adultos em 1954/55 e a diminuição brusca das mesmas, a partir de 1957/58, conclui que a baixa nas taxas de analfabetismo verificada entre 1950 e 1960 é pouco relevante, quando comparada com as registadas nos períodos de 1930/1940 e 1940/1950

³⁶¹ Em 1961 encontram-se distribuídas pelo Continente e Ilhas Adjacentes 2 502 bibliotecas escolares com um total de 446 746 volumes e 368 bibliotecas circulantes com 23 170 volumes (Arquivo do MEC, série 11, caixa n.º 1032).

³⁶² Conforme registo constante do Arquivo do MEC (série 11, caixa n.º 1032).

³⁶³ A participação da DGEP desde 1958 no Conselho Internacional do Filme de Ensino (CIFE) (EP, n.º 1257, março/1962, p. 8), vem permitir a aquisição de novos filmes, portugueses e estrangeiros, para utilização no ensino primário.

lições gravadas e reproduzidas nas escolas, ao nível da Língua Materna, Educação Musical, Canto Coral, História, Ciências Geográficas Naturais e Segurança no Trabalho. A adesão dos professores à utilização destes dois meios audiovisuais no ensino é catalisada com a promoção do envolvimento destes profissionais, na produção de materiais didáticos. Em finais de 1958 a Direção Geral do Ensino Primário (EP, n.º 1218, 25/12/58, p. 9) lança um concurso de argumentos cinematográficos que versem temas educativos ou culturais, relativos ao Ensino Primário e à Cultura Popular e aberto a todos os professores.³⁶⁴ E de igual modo no ano seguinte o boletim do Ensino Primário *Escola Portuguesa* (n.º 1226, 25/8/59, p. 7) promove um concurso de episódios radiofónicos entre os professores deste nível de ensino, destinados ao Plano de Difusão da Cultura Popular.³⁶⁵

As alterações comportamentais traduzidas na frequência escolar dos menores e na aspiração ao prosseguimento de estudos, induzidas pelas representações sociais construídas no âmbito da CNEA e produzidas na sequência das medidas legislativas tomadas, são resultado da revolução alfabetizadora conduzida pelo PEP. E o movimento produzido trará consequências a médio prazo, tornando possíveis alguns dos antigos projetos de Veiga de Macedo relativamente à difusão e ampliação da escolaridade obrigatória. Em maio de 1960 o alargamento do ensino primário da 3.ª para a 4.ª classe passará a ser efetivado em relação às meninas, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 42 994, possibilitando uma igualdade de oportunidades no prosseguimento de estudos. Relativamente aos jovens do meio rural, a regulamentação do ensino profissional agrícola pelo Decreto-Lei n.º 41 381 de 1957 e já prevista desde 1947³⁶⁶ virá dar seguimento lógico às políticas de disseminação do ensino elementar, ao absorver os jovens entretanto habilitados com a 4.ª classe e permitir o prosseguimento de estudos no âmbito do ensino profissional, credibilizando as profissões ligadas ao setor agrícola e fixando à terra as gentes do campo. O alargamento da escolaridade em mais dois anos e para além da 4.ª classe, que havia sido preconizado por Veiga de Macedo em setembro de 1954 (1955 c), p. 163) no decurso da V Reunião Anual dos

³⁶⁴Para os argumentos a concurso são estabelecidos dois prémios monetários e duas menções honrosas. De acordo com o regulamento (EP, n.º 1218, 25/12/58, p. 9), os argumentos deverão ficar na posse da DGEP e revestir a forma de história, não excedendo ¼ de hora de duração.

³⁶⁵Para os argumentos a concurso são estabelecidos dois prémios monetários e duas menções honrosas. De acordo com o regulamento (EP, n.º 1218, 25/12/58, p. 9), os argumentos deverão ficar na posse da DGEP e revestir a forma de história, não excedendo ¼ de hora de duração.

³⁶⁶Prevista a 19 de junho, pela Lei n.º 2025, que não chegara a ser regulamentada.

Funcionários Superiores do Ensino Primário, como forma de acelerar o nível cultural e o progresso económico do país, tornar-se-á também uma realidade no ano de 1964.³⁶⁷

Na pasta das corporações, o novo ministro usará os poderes conferidos pela legislação de que fora responsável, cumprindo o que havia prometido a 8 de julho de 1955, durante a reunião conjunta das comissões centrais da CNEA, realizada por ocasião da sua despedida do cargo de Subsecretário de Estado do Ministério da Educação Nacional. Na altura e referindo-se³⁶⁸ “aos latos poderes” do titular das corporações, no tocante à viabilização de “uma atuação saliente na execução da política cultural do Governo”, manifestara a intenção de os usar, sempre que tal fosse julgado necessário.³⁶⁹ Este discurso, para além de marcar a continuação de um projeto já encetado, parece mais uma vez soar como resposta perante possíveis entraves ao desenvolvimento da Campanha ainda em curso e a partir do momento em que o homem que a delineara já não se encontrava ao comando da execução do PEP. Encarado sob esta perspetiva, o Decreto-Lei n.º 40 964, mais do que um diploma emanado em consequência de uma remodelação ministerial relativa à Educação, surge, no dia em

³⁶⁷ Durante o evento o Subsecretário (Macedo, 1955 c), pp. 88-91) propõe que, uma vez assegurada a todas as crianças a instrução primária até à 4.ª classe, seja considerada a instituição do ensino complementar primário. Este, não se constituía como uma novidade legislativa, pois havia sido previsto por várias vezes em anterior legislação, constando nomeadamente da Lei n.º 1969, de 20 de maio de 1938 que não chegara a ser regulamentada. Veiga de Macedo propõe um ensino primário composto por seis classes, correspondendo as duas últimas ao ensino complementar primário. Para além da elevação do nível cultural da população, uma outra vantagem da medida aventada consistiria, de acordo com o subsecretário, em protelar por mais dois anos a escolha do ramo de ensino, técnico ou liceal, a seguir pelos alunos no caso de prosseguimento de estudos e dado que só após os 12 ou 13 anos deveria ser feita esta opção, em conformidade com os resultados científicos obtidos no âmbito da psicopedagogia. Passados dez anos, o Decreto-Lei n.º 45 810, de 9 de julho de 1964, vem ao encontro da proposta referida, ao alargar a escolaridade obrigatória em mais dois anos. Esta passará a compreender dois ciclos. O ciclo elementar, correspondendo às antigas 4 classes e o ciclo complementar com a duração de mais 2 anos. Estabelecia ainda o diploma que ficavam dispensados da frequência deste ciclo de ensino os alunos que, em prosseguimento de estudos, tivessem frequentado o 1.º ciclo do ensino liceal ou o ciclo preparatório do ensino técnico até ao final, ambos com a duração de dois anos. Em 2 de janeiro de 1967, o Decreto-Lei n.º 47 480 que cria o ciclo preparatório do ensino secundário, realizando a fusão dos dois primeiros ciclos de ensino, liceal e técnico, permitirá dar corpo ao desiderato de adiar por dois anos a escolha pelos alunos, da opção da via de prosseguimento de estudos.

³⁶⁸ Discurso registado na Ata número doze da reunião conjunta das comissões centrais da CNEA.

³⁶⁹ De acordo com o estabelecido no PEP (Decreto-Lei n.º 38 968, Art. 11.º), poderiam ser vedados por despacho do ministro das Corporações e Previdência Social, tanto o ingresso em certas profissões, como o acesso a determinadas classes profissionais a todos que, independentemente da idade, não possuísem a 3.ª ou a 4.ª classe do ensino primário. Esta norma implicava portanto que o impedimento estabelecido no decreto acima referido, relativamente aos menores de 18 anos sem o exame de 3.ª classe e no tocante ao exercício de atividades do comércio e da indústria (Art. 10.º), se tornasse extensível a outros domínios, caso o ministro das Corporações assim o entendesse. De igual modo se previa no PEP uma estreita colaboração entre o MEN e o MCPS, no respeitante à extinção do analfabetismo. E esta, expressa designadamente no Art. 98.º do Decreto-Lei n.º 38 969, determinava que as entidades patronais cujos quadros permanentes possuísem mais de 20 assalariados, com menos de 35 anos e sem a habilitação da 3.ª classe, pudessem ser obrigadas pelo MEN, após ouvido o ministro das Corporações e Previdência Social, a fornecer instalações para funcionamento de cursos de educação de adultos.

que a CNEA é formalmente encerrada, como manobra dilatória de alargados ímpetus alfabetizadores que Veiga de Macedo havia já formulado, travestida de concessão ao ex-subsecretário, num ato de reconhecimento face ao trabalho desenvolvido.

E algum tempo após ter sido empossado do novo cargo, o agora ministro das Corporações dá instruções, em Despacho de 30 novembro de 1955, no sentido de que a Direção Geral do Trabalho e Corporações, a Inspeção do Trabalho e as Delegações do INTP cooperem com o MEN, no alargamento da rede de cursos de educação de adultos destinados aos trabalhadores.³⁷⁰ No ano seguinte em 26 de janeiro, um outro despacho das Corporações volta a requerer a intervenção dos organismos corporativos na erradicação do analfabetismo, solicitando a respetiva colaboração na execução do PEP, em cumprimento da decisão que havia sido tomada em setembro de 1954, no decorrer da V Reunião Anual dos Funcionários Superiores do Ensino Primário.³⁷¹ O despacho, que incide de modo particular no meio rural, alerta os organismos corporativos sobre o dever de dar conhecimento às autoridades escolares das transgressões à lei de escolaridade obrigatória, referindo que o caso específico do emprego de menores em idade escolar, durante o funcionamento das aulas, deve ser reportado à Inspeção do Trabalho. A incumbência atribuída aos organismos corporativos extravasava a função fiscalizadora acima descrita e inscrevia-se no âmbito de uma ação educativa a exercer, face a uma população rural tradicionalmente refratária à instrução, e da qual os proprietários, não sendo excluídos, antes surgiam como parte do problema a resolver. Para tal, apelava-se às Casas do Povo para que, em ordem a despertar e desenvolver a procura de instrução por parte de crianças e adultos, promovessem reuniões de trabalhadores rurais. Esta ação, entrevista como enquadrada no capítulo das funções de ordem cultural a levar a cabo pela organização corporativa entre os trabalhadores,

³⁷⁰ Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 38 969 (Art. 102.º), estava o INTP incumbido de enviar ao MEN, após recolha de dados por intermédio de inquérito enviado às firmas, a lista daquelas que poderiam ser obrigadas à cedência de instalações para o funcionamento de cursos de adultos. E estas eram, conforme determinava o diploma atrás referido (Art. 98.º), as dos ramos industrial e comercial que possuísssem nos seus quadros permanentes, mais de 20 assalariados com menos de 35 anos e sem a habilitação da 3.ª classe. O Despacho do ministro das Corporações, ao requerer uma cooperação reforçada das estruturas corporativas com o MEN, vinha portanto acelerar a criação de cursos de adultos, prevista no PEP.

³⁷¹ De acordo com os objetivos traçados no decurso deste encontro anual, a cooperação dos organismos corporativos na execução do PEP é requerida (Macedo, 1955 c), pp. 136-138) tendo em vista o cumprimento da obrigatoriedade do ensino para o caso específico dos menores. Para o caso dos adultos, solicita-se (Macedo, 1955 c), p. 306) a cooperação na Campanha e a elaboração de inquéritos que visam determinar quais as entidades patronais que ainda não deram cumprimento às disposições legais inscritas no Art.º 98.º do Decreto-Lei n.º 38 969.

deveria de igual modo estender-se, de acordo com o despacho, às “próprias entidades patronais”.

A oportunidade de Veiga de Macedo contrariar o movimento de desaceleração do PEP traduzir-se-ia não apenas no reforço e agilização das atribuições da organização corporativa agora a seu cargo e inscritas na legislação, mas ainda no alargamento do programa educativo que iniciara, agora no âmbito da educação corporativa. Na pasta das Corporações, este item, que havia já sido contemplado no pacote de conteúdos destinados ao programa de alfabetização de adultos, iria ser ampliado, redefinido e aplicado a novos públicos. Após a fase da alfabetização iniciava-se, em “modo generalizado”, a fase da corporatização.

CAPÍTULO VI

VEIGA DE MACEDO E O PLANO DE FORMAÇÃO SOCIAL E CORPORATIVA

Se o corporativismo é um dos fulcros doutrinários do Regime, importa garantir a continuidade destes através do aperfeiçoamento da organização corporativa [...]; importa, para adotar a expressão lapidar do Senhor Presidente do Conselho, “reacender o antigo fogo” e “levar por diante a cruzada corporativa”[...]. A cruzada corporativa vai prosseguir, mas será precedida e acompanhada de uma campanha de doutrinação. Lançar-se-á mão de todos os meios de expressão e de transmissão de ideias e de sentimentos para esclarecer a opinião pública e sobretudo as entidades patronais, os trabalhadores e os dirigentes corporativos.

Veiga de Macedo (1955 q), pp. 281-282). Discurso proferido a 8 de julho de 1955, no ato da posse da pasta das Corporações e Previdência Social.

Os vários departamentos do estado ou dos corpos administrativos são os primeiros sobre que impende o dever de dar concurso à Revolução Corporativa. O Ministro das Corporações e da Previdência Social e os seus colaboradores, não podem, por si sós, fazer tudo. A sua ação será prejudicada ou anulada se os diversos setores da administração não cooperarem abertamente, aceitando e vivendo os princípios da doutrina social consagrada na constituição política. Com dizer isto não se pretende fugir a responsabilidades, porque todas se assumirão, mas apenas despertar a consciência dos dirigentes e servidores públicos para o dever de fazerem connosco política corporativa, até porque só assim será possível evitar as lutas sociais e o ressurgir das dissensões partidárias.

Veiga de Macedo (1955 q), p.281). Discurso proferido a 8 de julho de 1955, no ato da posse da pasta das Corporações e Previdência Social.

Em meados dos anos cinquenta, passados mais de vinte anos sobre a entrada em vigor da Constituição Política de 1933, será finalmente erguido, com o pronunciamento da completude da organização corporativa, contido no Estatuto Jurídico das Corporações e registado na Lei n.º 2086, o edifício delineado pelo corporativismo fundador do Estado Novo. Este desiderato, que em finais de 1938 havia sido anunciado de forma implícita pelo Decreto-Lei n.º 29 110³⁷² e que só não se cumprira, de acordo com o discurso oficial, em virtude das fortes condicionantes impostas pelo deflagrar do conflito mundial no ano de 1939, iria poder tornar-se realidade a partir do ano de 1951,

³⁷² Decreto que define as regras da instituição das corporações previstas na Constituição e no ETN. Embora o preâmbulo ao diploma salguarde que este ainda não é o Regimento das Corporações, realçando que as mesmas serão instituídas por decreto, a previsão da realização do primeiro congresso das corporações para o ano de 1940, no Artigo 8.º, deixa implícito que a respetiva criação estará para breve, efetivando-se algures entre a data de publicação deste decreto e a última data mencionada.

no período de acalmia política registada no país após as fracassadas candidaturas oposicionistas de Quintão Meireles e Ruy Luís Gomes à presidência da República.³⁷³

A este momento de estabilidade propício à completude da organização, juntava-se uma outra motivação, intrínseca aos fundamentos do modelo ideológico adotado pelo Estado Novo. Consistia esta na crença de que o corporativismo, ao conciliar diversos ou inclusive opostos interesses de classe e assim resolvendo com eficácia a chamada questão social, preveniria e evitaria toda a sorte de conflitos sociais em devir. Fora esta a razão de fundo que levava à decisão de constituição das corporações constante do Decreto-Lei n.º 29 110 acima referido e que aparecera aliada ao intuito de mitigar a expansão da contaminação dos efeitos da guerra civil espanhola ao país, que se haviam feito sentir em 1937, em algumas ações contra o regime, realizadas por grupos anarquistas. Fora também esta a razão que levava a comissão de inquérito aos elementos da organização corporativa a concluir, em relatório publicado em 1947 e realizado na sequência dos graves conflitos sociais registados ainda durante a guerra e após a reorganização das forças oposicionistas, materializada na constituição do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF) em finais de 1943, por um reforço do corporativismo que surgia enquadrado pelo objetivo expresso de que a organização corporativa se integrasse no pensamento inicial que lhe dera origem e no qual se incluía a constituição das corporações.³⁷⁴

Por outro lado, a não completude da organização corporativa significava a capitulação do Estado Novo, enquanto regime que desde a sua fundação declarara o corporativismo como uma terceira via de governo, num após guerra em que este, conotado com o fascismo italiano, aparecia destronado pelas potências democráticas e

³⁷³ Apoiado pelo Movimento Nacional Democrático (MND), pró comunista, que havia sido criado em 1949 na sequência da desistência de Norton de Matos à presidência da República, também Ruy Luís Gomes desistiria da candidatura, alegando não haverem sido criadas condições para que fossem asseguradas eleições livres. Quanto a Quintão Meireles, apoiado pelos democratas, seria considerado inelegível pelo Conselho de Estado, órgão responsável à data pela apreciação das candidaturas.

³⁷⁴ Tal como já atrás foi referido, a solicitação da constituição de uma comissão de inquérito à atuação dos organismos corporativos, surgira na sequência do requerimento solicitado por Mário de Figueiredo à Assembleia Nacional, em fevereiro de 1946. O pedido era suportado no descontentamento geral da população, que durante a guerra imputara à organização corporativa o agravamento das condições sociais, acusando-a de atuar em proveito próprio no combate ao açambarcamento, à especulação e à regulação de preços. As convulsões sociais registadas no país a partir de 1941, materializadas em movimentos grevistas e decorrentes das fortes restrições impostas pela guerra, atingiriam um pico no verão de 1943. Nesse mesmo ano e suportado no descontentamento geral, teria lugar o I Congresso do Partido Comunista e constituir-se-ia o Conselho Nacional de Unidade Antifascista. Com o final da guerra e com o nascimento do MUD em 1945, o Estado Novo redobraría as preocupações relativas à sua estabilidade e continuidade.

pela Rússia comunista. É neste contexto, que em 1949 o Presidente do Conselho declarará que o regime não tem de autodestruir-se, devendo ao invés completar a sua evolução. A partir do ano seguinte verificar-se-á, com a criação do Ministério das Corporações e da Previdência Social em 1950, com a constituição do Conselho Corporativo em 1955 e com as nomeações de Marcelo Caetano para o cargo de Ministro da Presidência em 1953 e de Pedro Teotónio Pereira para membro vitalício do Conselho de Estado em finais de 1955, uma preocupação crescente em preparar a execução do programa corporativo previsto na Constituição, traduzida e efetivada na produção de um pacote legislativo adequado e na chamada ao governo de homens ligados ao ideal corporativo.³⁷⁵

A independência da Índia em 1947 trará a breve trecho repercussões na reivindicação por aquela potência dos territórios portugueses situados na península indostânica³⁷⁶ e em 1954 os enclaves de Dadrá e Nagar Aveli serão ocupados pelas forças da União Indiana. Nesse mesmo ano a impaciência grassaria nos meios económicos e financeiros portugueses porque, de acordo com Franco Nogueira (1980, pp. 346-375), “não está ainda erguida toda a pirâmide do corporativismo” que uns advogam e outros combatem e dado que a situação de Goa, semelhante à dos enclaves, seria posta e traria uma série de críticas ao governo, acusado de não estar a conduzir o litígio com habilidade. E no início do ano seguinte por ocasião da celebração dos vinte anos de funcionamento da Câmara Corporativa, Salazar convoca Marcelo Caetano. Na conversa, “aborda-se o problema das Corporações, como fecho do sistema corporativo”.

Com a queda dos impérios coloniais em aceleração, reiterada e promovida em abril de 1955 pela Conferência de Bandung³⁷⁷, a perspectiva da extensão da questão

³⁷⁵ Em agosto de 1950 o Subsecretariado de Estado das Corporações é elevado a Ministério das Corporações e da Previdência Social, pelo Decreto-Lei n.º 37 909, e em outubro de 1955 o Conselho Corporativo, que havia sido criado em agosto de 1934, é constituído, pelo Decreto-Lei n.º 40 324. Marcelo Caetano, desde a primeira hora doutrinador corporativista e presidente da Câmara Corporativa de 1949 a 1953 irá, a partir de novembro de 1953 e na qualidade de Ministro da Presidência, tomar parte do Conselho Corporativo. A presença de Pedro Teotónio Pereira, primeiro Subsecretário de Estado das Corporações e construtor das primeiras estruturas do corporativismo português, no Conselho de Estado, é sem dúvida significativa. Refira-se ainda, que também Marcelo Caetano havia sido nomeado membro vitalício do Conselho de Estado, a 30 de julho de 1952.

³⁷⁶ Logo a partir de inícios de 1950, o jornal *O Século* insere uma série de artigos que focam as pretensões de Nehru relativamente à Índia Portuguesa, reforçando a ideia de que as mesmas resultam da ação dos agentes de Moscovo, numa tentativa de bolchevizar a Ásia.

³⁷⁷ Realizada na Indonésia entre 18 e 24 de abril de 1955, a conferência reúne os estados da Ásia e da África, tornados recentemente independentes do domínio colonial. Suportando-se na Carta das Nações Unidas assinada em junho de 1945 e na Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada pela ONU em finais de 1948, a conferência declara total apoio ao princípio de autodeterminação dos povos e das nações, declarando o colonialismo como um mal a que se deve rapidamente pôr fim.

colonial aos restantes territórios portugueses ultramarinos era uma realidade que impunha a completude do corporativismo português, não apenas enquanto dispositivo dissipador de ideologias contrárias à integridade territorial, mas ainda como sinal de coesão e potência do regime.

Encarada como incontornável nos anos cinquenta, a constituição das corporações integrava questões complexas que envolviam os próprios fundamentos do corporativismo português. Uma delas era a instituição do Ministério das Corporações que, emanando do Estado e dele sendo parte integrante, vinha colocar em xeque a afirmação de dissociação do modelo corporativo português dito de associação, do modelo italiano de cariz estatizante, realidade que levaria Marcelo Caetano (1950, p. 13) à afirmação de parecer tão inconveniente a existência de tal ministério no regime corporativo português, “como seria no regime liberal um Ministério da Liberdade”.

José Soares da Fonseca, titular da pasta das corporações à época³⁷⁸, não teria estado à altura de finalizar o modelo corporativo idealizado, tendo-se revelado (Nogueira, 1980, p. 383) um fracasso ao mostrar-se “hesitante e paralisado perante decisões básicas”.³⁷⁹ As exigências do momento, aliadas às aparentes contradições do projeto, exigiriam a intervenção de um personagem de ação que se batesse sem peias por um ideal. Esse homem era Veiga de Macedo que na campanha contra o analfabetismo, (Nogueira, 1980, p. 383) “dera provas de lealdade, trabalho incansável e consciencioso, integridade pessoal”.

O convite para a pasta das corporações dirigido por Salazar a Veiga de Macedo, que para este surgira num movimento inverso à imposição de abandonar o cargo de Subsecretário de Estado da Educação Nacional, emerge agora à luz desta outra perspetiva, clarificado pela personagem do “parresiasta”, conceptualizado por Michel Foucault em *O governo de si e dos outros*. Com efeito, “a verdade, o engajamento e o risco” enquanto traços estruturais da “parresia” (Foucault, 2011, p. 3), parecem encontrar-se presentes no discurso e na ação de Veiga de Macedo ao longo do percurso na Educação Nacional. A luta em prol do direito à educação que não se cansara de proclamar e que gerara suscetibilidades, levando-o a pôr o cargo à disposição de

³⁷⁸ Nomeado ministro das Corporações em agosto de 1950 e exonerado do cargo em julho de 1955, José Soares da Fonseca fora diretor do CADC e do respetivo órgão *Estudos* entre 1928 e 1930.

³⁷⁹ Franco Nogueira (1980, p. 383), não deixa todavia de acrescentar a frase “sem embargo de toda a sua lucidez”, às considerações pouco abonatórias que tecera, acerca do desempenho de Soares da Fonseca.

Salazar³⁸⁰ como forma de reação às críticas de ter usado num documento oficial o termo “direitos das crianças”, era reivindicada em nome de uma verdade corporativa não só ainda não atingida como bastas vezes distorcida e que seria invocada a título justificativo, quer no caso desta situação em carta particular dirigida ao próprio Presidente do Conselho, quer publicamente quando, na cerimónia de inauguração da Cantina Cardeal Cerejeira, realizada em setembro de 1954, reclamara (Macedo, 1955 e), p. 29) que o empenho pessoal posto “numa obra de defesa dos direitos das crianças” era intrínseco à identidade de delegado do INTP que o passara a constituir.³⁸¹

O posto de Ministro das Corporações teria pois sido aceite e ainda que não enjeitando a razão mundana do alcance de um maior prestígio pessoal, por proporcionar ao seu detentor uma mais alargada abrangência do ato de proclamação da verdade corporativa, ou seja, de poder agir em nome da obrigação do direito de exercício de “parresia”. O convite, que implicava a exoneração do cargo de Subsecretário da Educação e punha em risco um programa encetado que se confundia com o respetivo autor, se na perspetiva do convidado pode ser entrevisto como uma forma de penalização – morte simbólica –, aliada ao uso de “parresia”, aparece também, na perspetiva de quem o endereça enquadrado pela vertente política que envolve a função “parresiástica”, consubstanciada (Foucault, 2010, p. 325) no direito adquirido pelo “parresiasta” em “falar aos outros para guiá-los”, num momento chave em que se prepara a finalização do sistema corporativo enquanto forma de governo.

1. A educação corporativa como condição de completude do corporativismo.

A necessidade de realização de uma adequada e efetiva educação corporativa, que desde os primórdios do Estado Novo aparecera associada à problemática que envolvia o erguer do estado corporativo, renascerá com a previsão da criação efetiva das

³⁸⁰ Carta consultada no ANTT (AOS/CP – 162, 4.4.4./1., fls. 279-282) e já atrás mencionada.

³⁸¹ Refira-se que para além da forte componente ideológica de cariz teórico, o corporativismo exigia dos delegados do INTP uma prática de vida consentânea com aquilo que proclamava. Realçada e requerida na exortação feita aos primeiros delegados por Salazar (1933 a), pp. 1-2), que apelara não só à propaganda intensa de ideias, mas ao dever daqueles se constituírem como “defensores natos dos que trabalham”, esta qualidade é referida por Fátima Patriarca (1995, p. 651) como tendencialmente alcançada, ao retratá-los como agentes que na ação se assumem como substitutos dos dirigentes dos sindicatos nacionais, litigando, negociando e pressionando os patrões. Esta exigência de fidelidade à enunciação dos princípios corporativos, interiorizada e repercutida nas vivências e que se estendia à defesa do direito à educação dos trabalhadores e dos menores a seu cargo, transformava os delegados do INTP em figuras modelares de forte impacto educativo.

corporações. Marcelo Caetano (1941, p. 81) que em 1939 alertara para o facto de não se haver curado “com o desvelo preciso da educação dos dirigentes e das massas”, retomará o tema em 1950. Alertando para o facto de que a falta de corporações no país (Caetano, 1950, pp. 11-12) se traduzia na prática pela existência de um Estado corporativo que apenas o era em intenção, concluiria que a situação se devia à “escassez de pessoal orientador e dirigente cuja preparação, logo que foi possível pensar nisso, se deveria ter fomentado e apressado”.³⁸² Questão transversal à sociedade que se pretendia corporatizada, também já em 1942 ao analisar a situação do corporativismo português, Salazar (1942, pp. 395-399) realçara a “falta de propaganda formativa para as massas e de cultura apropriada para os dirigentes”.³⁸³ E a constatação, que culminava na frase “muitos de nós raciocinam à liberal ou à socialista, mesmo quando pretendem ser corporativistas”, apontava para uma deriva no entendimento e aplicação dos princípios corporativos que, presente na elite do próprio Regime, o comprometia, exigindo uma intervenção adequada do foro educativo. A questão, intimamente aliada à evolução corporativa, seria de novo abordada em julho de 1953 pelo Presidente do Conselho, aquando da primeira reunião dos organismos superiores da União Nacional. No discurso então proferido (Salazar, 1953 b), pp. 334-335) é realçada a falta “de doutrinação do povo português em tudo o que interessa à vida política e social” e esta lacuna, a par da “suspensão da evolução corporativa”, é apontada como uma das “duas falhas importantes” da vida do regime.³⁸⁴

A 23 de setembro de 1955, data comemorativa do 22.º aniversário da promulgação do ETN, Veiga de Macedo (1955 t, p. 423) anuncia aos funcionários superiores do INTP e aos dirigentes corporativos que no ano seguinte, serão instituídas as corporações, por não ser aconselhável “esperar indefinidamente pela criação de uma consciência corporativa”, acrescentando que esta lacuna será objeto de uma ação centrada numa “mais acentuada preocupação de esclarecer, de divulgar e de educar”,

³⁸² Palavras proferidas na conferência intitulada “Posição atual do corporativismo português”, proferida a 23 de março na Sociedade de Geografia e promovida pelo Gabinete de Estudos Corporativos da Mocidade Portuguesa. A conferência que por si mesma se constitui como um ato educativo teria, segundo o autor, o objetivo de contribuir (Caetano, 1950, p. 5) para o “trabalho de esclarecimento da juventude acerca dos princípios e das realizações da doutrina corporativa”.

³⁸³ Comunicação aos dirigentes dos sindicatos nacionais, lida na sessão realizada no Coliseu dos Recreios e radiodifundida para todo o país, a 23 de junho de 1942.

³⁸⁴ Realça Salazar (1953 b), p. 335) que “o corporativismo é um dos traços característicos do regime e a base mais segura em que pode assentar a sua continuidade”, daqui decorrendo que “não completar e não consolidar a organização [corporativa], estruturando-a cabalmente, institucionalizando-a, é correr os piores riscos de retrocesso”. Assim sendo, há que “reacender o antigo fogo e continuar caminho”.

por parte do ministério que dirige.³⁸⁵ A problemática será desenvolvida com a referência à questão da formação de dirigentes – “o problema número um” – e à falta de reconhecimento dos operários no tocante às regalias proporcionadas pela organização corporativa, que desconhecem, designadamente as relativas aos benefícios da Previdência Social. A estas duas situações juntar-se-ia ainda a referência à falta de sensibilidade social de alguns patrões.

A problemática da corporatização do patronato, perspectivada nas questões de justiça social que enformam os princípios corporativos e imbricada com a elite do regime, surgirá de forma recorrente nos discursos do ministro das Corporações. Em janeiro de 1956³⁸⁶ lamentará (Macedo, 1956 a), p. 66), referindo-se ao desrespeito pelos direitos do trabalho “que pessoas com especiais responsabilidades, pela cultura, pela fortuna ou por outros títulos, se dispensem de sistematicamente dar o seu concurso a uma política de resgate inspirada nos mais puros princípios do cristianismo”. A forte correlação positiva estabelecida entre a continuidade do regime e a necessidade de uma tarefa de âmbito educativo a desenvolver³⁸⁷, teria feito desta, uma prioridade do ministro das corporações.

Em novembro de 1955, pouco depois de ter assumido novas funções, já Veiga de Macedo havia solicitado ao Presidente do Conselho “diretrizes sobre alguns aspetos” da proposta de lei sobre formação social e corporativa que acabara de elaborar.³⁸⁸ E o próprio seio do regime não era excluído do alcance educativo do projeto, considerando ironicamente o ministro que a respetiva apresentação na Assembleia Nacional poderia “ser útil... para alguns deputados menos integrados nos princípios corporativos”.

³⁸⁵ Discurso proferido durante o almoço de confraternização realizado na colónia de férias da FNAT, na Costa da Caparica. Os traços gerais da linha de ação a desenvolver pelo ministério, serão resumidos por Veiga de Macedo (1955 t), p. 423) em duas conclusões: “não devemos esconder, sob um falso prurido de modéstia, a obra social realizada, até por ser nossa obrigação dar conhecimento ao país dos seus traços fundamentais e do espírito que a informa. Devemos esclarecer e educar os trabalhadores, para que se integrem nos princípios da ação social do Instituto Nacional do Trabalho e para que fiquem a saber o que são e o que não são a Previdência e a Organização Corporativa, nos múltiplos aspetos das suas atividades e da sua doutrina”.

³⁸⁶ Discurso proferido no ato de homenagem a Albino dos Reis.

³⁸⁷ No discurso atrás referido, Macedo afirma a intenção de “suscitar, difundir e fortalecer o espírito corporativo e social”, em ordem a “opor às atividades de tendência comunista uma força salutar de esclarecimento”.

³⁸⁸ Pedido de audiência feito em carta de 21 de novembro e registado no ANTT (AOS/CP – 162, 4.4.4./1., fls. 292-293)

2. A completude da organização corporativa nas Leis n.º 2085 e n.º 2086

A 16 de março de 1956 são apresentadas à Assembleia Nacional duas propostas de lei. Uma dará lugar ao Plano de Formação Social e Corporativa, inscrito na Lei n.º 2085, de 17/8/56. A outra redundará no Estatuto Jurídico das Corporações, promulgado pela Lei n.º 2086, de 22/8/56.

Prevê esta segunda proposta de diploma (Macedo, 1956 a) a criação, numa primeira fase, das corporações ligadas às atividades económicas – Corporação da Lavoura, Corporação da Indústria, Corporação do Comércio, Corporação dos Transportes e Turismo, Corporação do Crédito e Seguros e Corporação da Pesca e Conservas –, à qual se seguiria a instituição das corporações de ordem moral e cultural, a definir posteriormente pelo Governo. Organizadas no respeitante ao modo de agregação das categorias económicas, de acordo com os critérios “do ramo fundamental da produção” e “da grande atividade nacional”³⁸⁹, a proposta inscreve-se num ato de corporativismo em construção no qual se perspectivam, para o futuro, não apenas a desmultiplicação das corporações de segundo tipo agora instituídas, mas ainda a criação de outras “em obediência a novos pontos de vista”³⁹⁰ e cuja evolução estaria dependente “da criação de uma forte consciência corporativa entre os dirigentes, as entidades patronais e os trabalhadores”. Para tal, fora em conjunto com esta elaborada uma outra proposta, relativa à organização de um plano de formação social e corporativa.

A execução deste plano educativo garantiria, numa altura em que se instituíam as primeiras corporações, não apenas a consolidação do Regime como a respetiva perpetuação, correlativa à evolução do sistema corporativo. E isto porque se entendia, de acordo com a proposta relativa ao PFSC (Macedo, b), pp. 584-593), não terem sido até à data subjetivados ou sequer suficientemente divulgados, quer os princípios corporativos fundadores do Estado Novo, que atribuíam “ao capital e ao trabalho uma

³⁸⁹ O critério da “grande atividade nacional” é adotado para a Corporação da Lavoura, da Indústria, do Comércio, do Crédito e Seguros e dos Transportes e Turismo. O do “ramo fundamental da produção”, para a Corporação da Pesca e Conservas. Critérios como o da “categoria”, de acordo com o qual cada corporação integraria horizontalmente cada grupo de atividades similares ou idênticas dentro de cada ramo da produção, ou o do “produto ou do processo ou ciclo produtivo”, que integraria em cada corporação, verticalmente, o conjunto de categorias relativas ao fabrico, transformação, transporte e venda do produto em questão, seriam rejeitadas na proposta com o argumento de, entre algumas outras razões de ordem técnica, darem origem a um excessivo número de corporações.

³⁹⁰ No caso da corporação da indústria perspectivava-se que as indústrias têxteis, as metalomecânicas, as da construção e as da alimentação, a ela agregadas como seções respetivas pudessem, a partir da experiência entretanto colhida, autonomizar-se.

função social, em regime de cooperação económica e de solidariedade”, quer os resultados atingidos com as realizações entretanto já alcançadas. E a atitude de indiferença e incompreensão face à obra até então realizada atingiria tanto a classe laboral, entrevista como sua mais direta beneficiária, como o patronato e demais setores da vida económica que, de acordo com a proposta, teriam saído a lucrar com o clima de paz social e a melhoria das condições de vida da população, gerados pelo regime. Havia então que prosseguir a doutrinação destes dois grupos³⁹¹, sob pena de ficar comprometido o esforço perspectivado com a instituição das corporações e, por consequência, a completude da organização corporativa, condição tida como indispensável para a estabilidade política.

Destinado a (Base I) “difundir e fortalecer o espírito corporativo e a consciência dos deveres de cooperação social” o PFSC, a executar pelo Ministério das Corporações com o concurso dos organismos corporativos, seria concretizado por três organismos a criar – o Centro de Estudos Sociais e Corporativos, o Instituto de Formação Social e o Serviço Social e do Trabalho. Ao primeiro, dirigido por (Base X) “uma individualidade de reconhecido mérito” e vocacionado (Base IX) para o estudo dos princípios orientadores do sistema corporativo e dos problemas suscitados pelo seu funcionamento, designadamente os relativos ao trabalho, aos aspetos sociais da vida e organização das empresas, à previdência e à ação social, cabia a definição da doutrina corporativa. Ao segundo, com a missão de preparar quadros diretivos e implementar e desenvolver a consciência das obrigações de carácter social entre os dirigentes das empresas e os trabalhadores, competia (Base XII) assegurar a organização e funcionamento de cursos e visitas de estudo destinados a dirigentes e servidores da organização corporativa e das empresas. Refere a proposta no seu preâmbulo que, apesar da conveniência em manter cursos homogêneos, quanto ao nível de educação a ministrar e no que respeita à cultura e à idade dos destinatários, há vantagem de neles se “juntar patrões, encarregados, técnicos e operários, como processo de aproximação e entendimento”. Ao terceiro, exercido por assistentes sociais e outros técnicos qualificados, competia (Base XIV) criar e desenvolver o espírito de cooperação social e a consciência de direitos e responsabilidades nos patrões e trabalhadores, ajudando estes

³⁹¹ A proposta explicita, no seu preâmbulo, os principais problemas que se propõe eliminar, por colocarem em confronto capital e trabalho, potenciando a luta de classes negada pelo corporativismo. Tratados como “dois graves perigos” consistiam, por um lado, na falta de espírito de justiça dos que se recusavam a “abrir os olhos às necessidades e direitos dos trabalhadores” e, por outro, nas “reivindicações sistemáticas e desmedidas das massas operárias”, fruto do seu “permanente descontentamento”.

últimos a utilizar os benefícios concedidos pelas instituições ou serviços criados. Cabia-lhe de igual modo fornecer aos organismos corporativos e instituições de carácter social, informações e opiniões tendentes à melhoria dos serviços e exercer ação social complementar à dos restantes serviços da organização corporativa e do Ministério das Corporações.

Paralelamente à criação destes três organismos era ainda instituída a Comissão Diretiva da Ação Social³⁹², presidida pelo Ministro das Corporações e com competência para (Base V) orientar e coordenar as atividades previstas no diploma, bem como as de todos os serviços de ação social, dependentes do ministério das Corporações. Para além desta função, cabia-lhe ainda um vasto conjunto de atribuições, tendo em vista a divulgação da política social corporativa e a promoção de estudos de âmbito social e corporativo³⁹³. Previa o PFSC (Base VIII) que, no âmbito da ação formativa e doutrinadora, este órgão adotasse missões de ação social, círculos de estudo e ciclos de palestras, cursos de férias, cursos noturnos e visitas de estudo, encontros e congressos sobre temas de carácter social ou corporativo, bibliotecas nos organismos corporativos e locais de trabalho, bibliotecas itinerantes, distribuição de livros, recurso à imprensa, à radiodifusão, à televisão e ao cinema.

A obra educativa encetada pelo PEP prosseguia agora no PFSC, tanto ao nível organizacional através de um processo similar de divulgação e esclarecimento de conceitos e homologia de recursos, como em termos concetuais, pela consolidação e ampliação em extensão e profundidade, das noções básicas de âmbito educativo que anteriormente haviam sido difundidas.

Da leitura destes dois projetos legislativos há a destacar as considerações e preocupações neles vertidas pelo respetivo subscritor as quais, no cruzamento com a análise e parecer da Câmara Corporativa e respetiva discussão na Assembleia Nacional deixam entrever, na afirmação e reavaliação dos fundamentos ideológicos do corporativismo, algumas das questões iminentes à sua refundação bem como a posição de Veiga de Macedo face aos possíveis trilhos a percorrer pelo corporativismo em edificação.

³⁹² De acordo com a Lei n.º 2085, de 17 de agosto de 1956, que insere as bases do PFSC, este organismo passará a denominar-se de Junta de Ação Social (JAS).

³⁹³ A Comissão Diretiva da Ação Social visava a consecução de um conjunto de objetivos, entre os quais se incluíam a promoção da criação e desenvolvimento de centros ou gabinetes de estudos sociais e corporativos e o patrocínio do funcionamento ou criação de escolas de formação de trabalhadores sociais.

3. A ascensão do “poder corporativo” nos pareceres aos projetos de diploma.

A proposta que envolve o PFSC leva a Câmara Corporativa a algumas considerações que se prendem com a necessidade de legitimar o objetivo de doutrinação nela inscrita, suscitadas pelo facto do diploma emanar diretamente do governo de um Estado que, por oposição aos regimes comunista e socialista, se autodefine de antitotalitário e se afirma regido por um corporativismo de associação.

De acordo com o respetivo parecer (Cruz, 1956), segundo a Constituição e demais textos legislativos da República Portuguesa, competia ao Estado realizar o bem comum por meio de um papel supletivo e complementar à iniciativa privada, protegendo-a, fomentando-a e, no caso desta se mostrar insuficiente ou inadaptada aos fins em vista, suprimindo-a ou completando-a. E esta ação que se entendia dever ser transversal aos domínios da economia, do fomento interno e a diversos outros setores devia incidir também no campo educativo. Ora sendo o projeto em análise um “grande plano de educação” era legítimo ao Estado assumir as funções de educador, desde que salvaguardadas algumas condições – ser aquele apresentado como proposta educativa e entregar-se à iniciativa privada a função doutrinadora nela contida, logo que tal fosse exequível. E assim, a Câmara Corporativa propõe o acrescento de uma base à proposta de lei, na qual se prevê que o Plano seja transferido do Ministério das Corporações para as corporações, que o executarão assim que se encontrem suficientemente estruturadas e em funcionamento.

Considerada como “formalmente perfeita” no concernente ao serviço social e corporativo e do trabalho, a Câmara Corporativa não deixa de lhe tecer algumas críticas. Classifica-a de pouco ambiciosa no aspeto político, que aponta como fator menosprezado, muito embora reconheça que a doutrinação económica e social preconizada (Cruz, 1956, p. 852) “é já de si também, em muitos dos seus pormenores, uma verdadeira doutrinação política”.³⁹⁴ Requer ainda a introdução de uma base na qual

³⁹⁴ Refere o parecer que (Cruz, 1965, p. 851) “a ideia que domina a proposta é [...] a da doutrinação corporativa no campo económico e social”. Ora não sendo o corporativismo segundo o parecer, uma doutrina estritamente social e económica mas também uma doutrina política, insiste o mesmo em que (Cruz, 1956, p. 852) “não basta cuidar da doutrinação corporativa no mundo do trabalho e da formação de dirigentes corporativos sindicais e patronais, é preciso difundir e fortalecer a mentalidade do corporativismo em todos os setores da vida nacional”. Neste sentido, aponta a necessidade de na regulamentação do diploma se “apresentar sempre e a todos os propósitos, o corporativismo económico como um simples aspeto do corporativismo integral, que tem de dominar, cada vez mais, toda a vida política e administrativa da Nação”.

se perspectiva a inclusão nos planos de estudos de nível universitário (Cruz, 1956, p. 853) “das matérias reputadas fundamentais para a formação social e corporativa dos estudantes”. Esta solicitação da Câmara Corporativa na qual se entrevê uma ingerência do Ministério das Corporações nos assuntos da competência do Ministério da Educação, propiciando um incremento da respetiva potência governativa ao pretender incluir matérias de teor ideológico nos conteúdos educativos a ministrar, faz-se ainda sentir no lamento em torno da omissão (Cruz, 1956, p. 852) “do problema da formação social e corporativa do professorado dos vários graus de ensino e dos estudantes dos cursos secundários”.³⁹⁵

No que concerne à proposta que envolve a criação das corporações, a Câmara Corporativa, no seu parecer (Cardoso, 1956, p. 866), classifica-a de “grande acontecimento nacional”, afirmando que representa, pela “intenção perentória” em levar a cabo a completude da organização corporativa, “uma autêntica viragem histórica” e “a tomada de um novo rumo, com todas as implicações que a sua novidade contém”.³⁹⁶ E entre estas encontravam-se não apenas as perspectivas de revigoração do Estado Novo recorrentemente associadas à evolução do corporativismo, mas também algumas das problemáticas que, tendo até à data obstado a uma plena efetivação deste, enquanto regime, de novo se iriam equacionar.

A questão conceptual do corporativismo português, traçado em termos teóricos mas que na prática ainda não fora realizado requeria agora, na altura da sua efetivação, uma redefinição consentânea com o facto de Portugal ser à data, conforme a Câmara Corporativa faz questão de realçar (Cardoso, 1956, p. 872), “o único país onde existe propriamente um regime corporativo”.³⁹⁷ Para tal era necessário credibilizar o conceito e

³⁹⁵ Refira-se que a ação educativa a ministrar aos estudantes estava contemplada no PFSC, ainda que de forma indireta e a incidir nas atividades circum-escolares ao nível do ensino não superior. Neste sentido previa a Base II que a OMEN, a MP, a MPF e os serviços do estado colaborassem na execução do PFSC, “pela forma que vier a ser estabelecida”. A este propósito, a Câmara Corporativa não deixará de lamentar a inexistência de uma proposta de concretização em termos específicos.

³⁹⁶ Considerava o parecer que os grémios e os sindicatos nacionais, assim como as respetivas federações e uniões, ou seja, os organismos corporativos primários e intermédios até então criados, muito embora visassem uma finalidade corporativa, não revestiam “intrinsecamente tal natureza”, por não colocarem em presença interesses divergentes com o objetivo do seu relacionamento e conciliação, em ordem ao bem comum. O princípio corporativo apenas funcionaria em pleno na corporação, tornando-a no “único e verdadeiro” organismo corporativo. A relevância atribuída pelo parecer ao projeto de diploma decorria por consequência, do isomorfismo estabelecido entre a instituição das corporações e a efetivação do corporativismo português.

³⁹⁷ De acordo com a Câmara Corporativa (Cardoso, 1956, pp. 873-874), muito embora o corporativismo enquanto regime tivesse apenas sobrevivido residualmente de forma assumida em Portugal, vários países entre os quais a Suíça, a Bélgica, a Holanda, a Noruega, a Suécia, a França, a Itália, a Inglaterra, a Grécia e a Turquia, registariam ainda “manifestações de uma ideia corporativa em ação”, adotando instituições

desligá-lo inequivocamente do modelo fascista italiano, apontando na sua singularidade as respetivas virtualidades, afinando-o e resolvendo a contradição entre a afirmação de um corporativismo de cariz não estatal e a criação de corporações por via legislativa.

De acordo com o parecer, um dos traços típicos do corporativismo português residia no seu caráter “quase integral”, uma vez que muito embora contemplasse a criação de corporações de ordem moral e cultural, contrariamente ao caso italiano e à escola católica, que haviam restringido a ação do corporativismo respetivamente às atividades económicas e económico sociais, também não revestia a forma integral do modelo romeno, que perspetivava a integração corporativa do exército assim como de toda e qualquer função social.³⁹⁸

Uma outra particularidade residiria no seu cariz “autónomo”, definido a um tempo pela autonomia dos organismos corporativos e pela possibilidade da criação destes pelo governo, que assim se substituíra à iniciativa dos interessados, com a intenção de impulsionar a sua ação. Apresentado como uma categoria do corporativismo “de associação”, com o qual o corporativismo português em termos teóricos e por oposição ao corporativismo de Estado se identificava, o conceito adotado permitia resolver a contradição que consistia na afirmação de um corporativismo de cariz não estatal, que determinava a criação de corporações por via legislativa. De acordo com a Câmara Corporativa (Cardoso, 1956, pp. 872-873), o corporativismo “autónomo” ao assumir e prescrever a autonomia dos organismos corporativos, característica considerada “elemento básico e fundador” do corporativismo “de associação”, tornava-se numa das suas possíveis modalidades. Isto, não obstante deixasse registado que este, na “sua pureza ideal”, se caracterizava pela livre iniciativa de constituição dos organismos corporativos.³⁹⁹

de índole corporativa designadas de modos diversos – conselhos nacionais, conselhos industriais, comissões paritárias, grupos industriais, grupos de produção, comissões económicas, comunidades profissionais.

³⁹⁸ Não admitia o corporativismo português a integração corporativa de atividades como o Exército, a Armada, a Polícia, a representação diplomática e consular, assim como de algumas outras que se encontravam igualmente adstritas à Administração Central.

³⁹⁹ A autonomia prescrita não tinha, de acordo com a definição apresentada, a abrangência de uma independência soberana, mas antes significava a coexistência harmónica que devia respeitar o princípio de hierarquia, pelo qual se deviam reger entre si os diversos organismos corporativos. Recorde-se a este propósito que a organização corporativa se organizava de acordo com uma pirâmide hierárquica de três níveis – organismos primários, organismos intermédios e as corporações, no topo. Segundo a Câmara Corporativa (Cardoso, 1956, p. 882) “ao afirmar-se autónomo um organismo corporativo, subentende-se que o é com inteira subordinação hierárquica àqueles que se situem num nível superior ao seu. Assim como pode tomar em inteira liberdade as deliberações para que seja competente, também se lhe exige o estrito acatamento das resoluções dos organismos superiores, na esfera da sua competência coordenadora,

Mas para além da solução encontrada com o enviesamento produzido na definição de corporativismo de “associação”, uma outra questão que de igual modo se prendia com o requisito indutor do carácter não estatal reclamado pelo corporativismo português, permanecia ainda. Consistia esta na tomada de posição acerca do que viriam a ser as futuras funções dos organismos de coordenação económica, após concluído o processo de constituição das corporações.

Criados para preencher o vazio provocado pela inexistência de corporações, o respetivo quadro legal fora definido em 1936 pelo Decreto-Lei n.º 26 757.⁴⁰⁰ Destinados a coordenar e a regular nos aspetos económico e social certas atividades dependentes do Ministério do Comércio e Indústria e com a atribuição de funcionar como elos de ligação entre o Estado e a organização corporativa, determinava ainda o diploma que os organismos de coordenação económica fossem integrados nas corporações logo que estas se constituíssem. Isto porque a respetiva atuação implicava um maior intervencionismo estatal que, embora admissível e desejado enquanto catalisador do enquadramento corporativo das atividades acima referidas numa situação de incompletude da organização corporativa, poderia, numa fase posterior de evolução do sistema corporativo, vir a colidir com o modelo não estatal de corporativismo adotado.

Esta situação que como atrás foi referido, havia ocorrido durante o conflito mundial, provocando o descrédito generalizado da população pela organização corporativa⁴⁰¹ e levando o deputado Luís Teotónio Pereira (1947, pp. 909-910) a se referir aos organismos de coordenação económica como agentes do “germe anticorporativo” necessitaria, a partir de então, de ser prevenida com a redefinição e delimitação das funções destes organismos. De tal havia cuidado o projeto relativo à

regulamentária ou disciplinar”. O princípio de autonomia pelo qual se regia o corporativismo português devia ainda cumprir o objetivo de promover o bem comum respeitante à atividade integrada na corporação, não contrariando de igual modo o bem comum nacional. Enquanto supremo garante do bem comum, cabia ao Estado exercer um papel fiscalizador e, para tal, deveria encontrar-se representado na corporação. Este exercício requeria no entanto, um difícil equilíbrio. Caso a fiscalização crescesse desmesuradamente ao ponto da autonomia da corporação se anular, correr-se-ia o risco de se estar perante um “corporativismo de Estado”, contrariamente ao preconizado. Caso a autonomia dos organismos corporativos excedesse os limites previstos, a corporação poderia redundar num elemento perturbador da sociedade que não cumpria o objetivo inscrito no programa corporativo, de contribuir para o bem comum.

⁴⁰⁰ Classificados segundo três categorias – Comissões reguladoras, Juntas nacionais e Institutos –, existiam já à data da promulgação do Decreto-Lei n.º 26 757, organismos com denominação e funções idênticas – Instituto do Vinho do Porto, Junta Nacional de Exportação de Frutas, Comissão Reguladora do Comércio do Arroz e do Bacalhau. Da experiência da vida destas últimas instituições teria decorrido a criação de organismos semelhantes, possibilitada por este decreto.

⁴⁰¹ De acordo com o relatório da comissão de inquérito aos elementos da organização corporativa, publicado no Suplemento ao n.º 96 do Diário das Sessões da Assembleia Nacional, a 5 de março de 1947.

instituição das corporações, nele se prevendo que os organismos de coordenação económica continuassem a funcionar como elementos de ligação entre o Estado e as corporações, enquanto (Base III), “fossem julgados necessários”.⁴⁰² Esta orientação que não se mostrava tão rígida como a prescrita na legislação de 1936 e na qual se determinara a respetiva integração nas corporações assim que estas fossem constituídas, suscitaria por parte da Câmara Corporativa o aditamento de alguns itens de salvaguarda. Entre estes encontrava-se (Cardoso, 1956, p. 934), o estabelecimento de um período máximo de dois anos para a subsistência dos organismos de coordenação económica, contado a partir da data em que fosse constituída cada corporação integradora das atividades económicas coordenadas por aqueles organismos.⁴⁰³

A ascensão do poder corporativo patente no questionamento da Câmara Corporativa relativamente à subsistência dos organismos de coordenação económica seria ainda posta em evidência, nas considerações tecidas acerca da competência legislativa das corporações.⁴⁰⁴ Refletindo acerca da temática o parecer refere que o facto de a Câmara Corporativa dispor até então de funções consultivas mas não deliberativas, teria resultado de uma organização corporativa incipiente, à qual faltavam as corporações como seu órgão superior. Assim e perante a perspetiva de completude do sistema corporativo, reivindica que o conceito de corporativismo seja perfeitamente definido, no sentido de se determinar, (Cardoso, 1956, p. 873) “se ele é levado até às suas naturais consequências de reformar o Estado de alto a baixo”, ou “se deve confinar-se na posição mais modesta de mero instrumento constitucional, que tem voz, mas não decide”.

O desejo de incrementar o poder corporativo, bem como as considerações e receios suscitados pelas várias hipóteses de evolução do corporativismo e decorrentes

⁴⁰² O preâmbulo à proposta de lei salienta que esta determinação segue a orientação inscrita no Decreto-Lei n.º 29 110 de 12 de novembro de 1938, no qual se definem as regras de instituição das corporações. Este, muito embora admitindo a possibilidade de extinção futura dos organismos de coordenação económica determina, a par da respetiva subsistência, a transferência para as corporações de algumas das atribuições que por eles haviam sido exercidas até então.

⁴⁰³ Estabelecia-se ainda, que no decurso do primeiro destes dois anos fossem efetuados estudos no sentido de transferir para as corporações todas as funções dos organismos de coordenação económica que deveriam passar a pertencer-lhes, devendo também o Governo tomar providências relativamente às funções dos mesmos organismos que deviam passar a ser desempenhadas por serviços estatais.

⁴⁰⁴ A este respeito o parecer segue uma classificação de corporativismo que envolve três categorias. (Cardoso, 1956, p. 873) “Corporativismo puro”, quando a Câmara Corporativa detém o poder exclusivo de fazer as leis. “Corporativismo misto”, no caso de a Câmara dividir o poder legislativo com uma assembleia do tipo parlamentar. “Corporativismo subordinado”, quando a Câmara dispõe de mera função técnica consultiva. Nesta última categoria enquadrava-se o corporativismo português, não dispondo a Câmara Corporativa de poder deliberativo.

das duas propostas de lei, atravessa também o respetivo debate na Assembleia Nacional.⁴⁰⁵ A intervenção de Águedo de Oliveira⁴⁰⁶ (1956, pp. 1230-1235) no decorrer da discussão em torno da proposta relativa ao PFSC resume, a par de um leque de possíveis cambiantes no traçado do caminho corporativo, algumas das inquietações dos deputados.

Discorrendo acerca da evolução do corporativismo português, Águedo de Oliveira aponta três possíveis rumos de orientação. Correspondentes a três projetos políticos de edificação do corporativismo e fundando-se no que “falta fazer”, destinaram-se a “completar, acabar e construir de uma vez para sempre”. De acordo com o primeiro, que classifica de tese oficial, proveniente das “opiniões mais qualificadas”, a falta de corporações teria conduzido à inexistência de poder legislativo da Câmara Corporativa, realidade que devia ser invertida. O segundo, que seguiria a corrente de pensamento dos corporativistas católicos, invocava a falta de um ideal comum que, funcionando como “mola mestra do movimento intelectual e associativo”, conduzisse à organização corporativa da nação. O terceiro, que teria derivado do facto de a literatura portuguesa da especialidade se ter revelado “mais explicativa do que construtora”, apontava para a inexistência de um corpo de doutrina indispensável ao desenvolvimento e completude dos fundamentos essenciais do corporativismo português e implicava um investimento em recursos humanos.

Optar pela primeira das hipóteses significava segundo o deputado (Oliveira, 1956, p. 1231), enveredar por uma reforma constitucional, a fim de “levar até às últimas consequências a expansão do princípio corporativo como regra das demais atividades”.

⁴⁰⁵ O debate em torno da proposta relativa ao PFSC decorre na Assembleia Nacional entre 26 de junho e 3 de julho de 1956 (sessões n.º 157 e n.º 161). Nele intervêm Marques Teixeira e Morais Alçada (sessão n.º 157, 26-6-56, pp. 1195-1200), Carlos Mendes e Maria Leonor Botelho (sessão n.º 158, 27-6-56, pp. 1203-1209), André Navarro e Galiano Tavares (sessão n.º 159, 28-6-56, pp. 1218-1222), Águedo de Oliveira (sessão n.º 160, 29-6-56, pp. 1230-1235), Pinto Barriga, Augusto Cancela de Abreu, Mário de Figueiredo, Carlos Moreira, Maria Leonor Correia Botelho e Melo Machado (sessão n.º 161, 3-7-56, pp. 1242-1250). O debate relativo ao projeto que institui as primeiras Corporações tem lugar entre 4 de julho e 18 de julho de 1956. Nele tomam a palavra os deputados Dinis da Fonseca (sessão n.º 162, 4-7-56, pp. 1259-1262), Mendes Correia e Pinto Barriga (sessão n.º 163, 10-7-56, pp. 1267-1271), José Sarmento, Melo Machado e Carlos Mantero (sessão n.º 164, 11-7-56, pp. 1277-1290), Mário de Figueiredo, Henrique Tenreiro e Correia Pinto (sessão n.º 165, 12-7-56, pp. 1296-1305), Manuel Vaz, Santos da Cunha, Furtado de Mendonça e Cortês Pinto (sessão n.º 166, 13-7-56, pp. 1319-1330), Sá Linhares, Abrantes Tavares e Jorge Jardim (sessão n.º 167, 13-7-56, pp. 1333-1346), Águedo de Oliveira, Mário de Figueiredo, Camilo de Mendonça, Jorge Jardim e Botelho Moniz (sessão n.º 168, 17-7-56, pp. 1355-1365), José Sarmento, Camilo Mendonça, Furtado de Mendonça, Mário de Figueiredo, Carlos Moreira e Cortês Pinto (sessão n.º 169, 18-7-56, pp. 1372-1377).

⁴⁰⁶ Ministro das Finanças entre 1950 e 1955, a atividade parlamentar deste deputado que (Cruz, 2004, pp. 253-254) se doutorou na Universidade de Coimbra sob a orientação de Salazar, incidiu em temas relacionados com a política financeira do Estado.

Da terceira hipótese derivava a necessidade de criar e preparar um escol de juristas e técnicos, os primeiros erguendo a arquitetura doutrinal e os segundos exigindo que as realizações verificassem a confirmação dos resultados esperados. Contrariamente a estas duas, a opção pela segunda hipótese, adotada no PFSC, não implicava qualquer novo investimento ou reforma significativa, dado a proposta de lei cumprir o requisito de prover ao (Oliveira, 1956, p. 1232) “impulso anímico criador e entusiasta” em torno da ideia de corporativismo, proclamado como indispensável pelos escritores católicos, ao ter em vista “difundir, propagandar, derramar entusiasmo, criar prosélitos nas camadas numerosas, desencadear nova vaga mística”.

Enquadrando-se numa linha de pensamento católica, a posição assumida por Veiga de Macedo relativamente à evolução do corporativismo era traduzida em termos operacionais num enfoque dado às questões sociais que, transposto para a proposta relativa ao PFSC, seria criticado por Águedo de Oliveira:

“O relatório da proposta fala em formação social e corporativa; refere que é necessário fazer educação social viva; recomenda ação social e o robustecimento da consciência das obrigações de caráter social; reporta-se a uma obra de autentica missão social e procura robustecer num serviço social corporativo as técnicas e finalidades de ação social, a teoria e a doutrina corporativa. Esta terminologia não é de rigor e peca por excesso, embora em escritores estrangeiros se encontre isto e muito mais como fomento social. Não fazemos jogo de palavras, mas formação corporativa não é formação social”.

Oliveira (1956, p. 1233). Intervenção na Assembleia Nacional aquando do debate sobre a proposta de Lei relativa ao PFSC.

De um modo geral podemos constatar que tanto o PFSC como o projeto de diploma relativo à instituição das corporações foi bem recebido pela elite do regime, ainda que com algumas clivagens entre os que encaravam o corporativismo como uma doutrina económica e social, e os que além destes dois aspetos punham o enfoque no aspeto político, tomado em sentido estrito. Apesar das três vertentes – económica, social e política – constarem da Constituição como marcas do corporativismo português, a questão não se revelava pacífica uma vez que, se para uns a vertente política se encontrava refletida nos aspetos económico e social, para outros não existia de facto, sem que fossem atribuídos poderes legislativos à Câmara Corporativa. De qualquer modo, como o PFSC se apresentava na Assembleia Nacional em simultâneo com a proposta de lei relativa às Corporações, subsistia a esperança de que ao levar por diante estes dois diplomas, a Câmara pudesse, num futuro não muito longínquo, legislar. As

duas propostas vinham ainda, para além de dar um novo fôlego ao corporativismo, acalmar os ânimos daqueles que entendiam que o regime corporativo só poderia ser implementado de facto e vingar, com o recurso a doutrinação adequada e dos que achavam que tal só era possível, com a criação das corporações.

No que concerne ao impacto da afirmação de consolidação do regime corporativo por parte do Estado Novo, plasmado nestes dois projetos legislativos, há a destacar várias referências elogiosas dos deputados. Morais Alçada (1956, pp. 1198) aponta o “júbilo” e o “reconforto” gerados na Nação pelo envio das duas propostas de lei à Presidência do Conselho pelo Ministério das Corporações. Marques Teixeira (1956, pp. 1196) refere o “estado de ansiedade e de verdadeiro espírito de euforia” com que o país recebeu o PFSC e a nível externo, o “marcado sentido de curiosidade e de interesse” com que dele se ocupou a imprensa de países como o Brasil, Espanha, Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Suíça, Bélgica, Holanda e Argentina, entre outros. Para além da propaganda e do exagero que possamos atribuir a estas afirmações, o país e a parte do mundo com a qual Portugal mantinha à época relações, parecem não ter ficado de todo indiferentes a estas novas medidas governamentais.⁴⁰⁷

4. A projeção internacional do Estado Novo corporativo

Na sequência da publicação destes decretos e da promulgação dos diplomas relativos à instituição das primeiras quatro corporações em 1957⁴⁰⁸, Veiga de Macedo informa Salazar do pedido de declarações acerca do funcionamento das corporações, que lhe havia sido endereçado pelo secretário da associação da imprensa estrangeira em Lisboa.⁴⁰⁹ Esta solicitação dos jornalistas estrangeiros, que não surgia pela primeira vez, levaria o ministro a declarar ao Presidente do Conselho não lhe ser possível “declinar de novo, o convite”. E em 7 de junho de 1958 Veiga de Macedo concederia uma entrevista

⁴⁰⁷ Ainda no que respeita ao impacto provocado pelas propostas de lei, a nível interno Pinto Barriga realça que (1956, pp. 1215-1218) “o país recebeu com alegria o projeto de renovação corporativista”. A nível externo, Carlos Mendes (1956, pp. 1203-1204) refere o lugar de “primeira linha” atribuído a Portugal pela imprensa mundial, no que respeita à ideia corporativa.

⁴⁰⁸ Em 23 de setembro de 1957 data comemorativa da promulgação do ETN, seriam instituídas as corporações da lavoura, dos transportes e turismo, do crédito e seguros e da pesca e conservas, respetivamente pelos Decretos-Leis n.º 41 287, n.º 41 288, n.º 41 289 e n.º 41 290. No mesmo mês e dia do ano seguinte seguir-se-ia a instituição das corporações da indústria e do comércio, respetivamente pelos Decretos-Leis n.º 41 875 e n.º 41 876. Nesta data seriam também promulgados os regimentos das primeiras quatro corporações.

⁴⁰⁹ Veiga de Macedo tomaria conhecimento deste convite em fevereiro de 1958 (ANTT, AOS/CP – 162, 4.4.4./1, fls. 450-451).

à imprensa estrangeira que seria editada em português, francês e inglês e incluída no conjunto de publicações previsto pelo PFSC (Macedo, 1958 b).

No ano seguinte, em correspondência enviada em junho ao Presidente do Conselho⁴¹⁰, Veiga de Macedo relata as ocorrências registadas no decurso da 43.^a Conferência Internacional do Trabalho (CIT) organizada pela OIT, que decorre em Genebra e na qual Portugal se encontra representado.⁴¹¹ Muito embora gozando de influência institucional no seio da OIT, devido ao estatuto de fundador e membro do Conselho de Administração do Bureau International du Travail (BIT)⁴¹², era fundamental que o programa corporativo do Estado Novo fosse apresentado no evento por Veiga de Macedo de modo a que Portugal, enquanto reduto do corporativismo, saísse credibilizado perante as delegações dos 76 países participantes.

A 18 de junho Veiga de Macedo relata ao Presidente do Conselho que o discurso previamente preparado e por este revisto fora escutado na sessão plenária desse mesmo dia por uma assembleia numerosa, de que faziam parte quase todas as delegações dos diferentes países e vários ministros. Muito embora atribuisse a afluência registada ao facto de ir discursar o ministro inglês e de não se realizarem nesse momento quaisquer reuniões de comissões especiais, não deixaria de realçar o facto de haver quem

⁴¹⁰ Correspondência registada no ANTT (AOS/CP – 162, 4.4.4./1, fls. 523-531) e composta por um total de três cartas enviadas de Genebra a Salazar.

⁴¹¹ Membro fundador da OIT, criada em 1919, Portugal participa na respetiva Conferência Internacional em junho de 1959. A delegação portuguesa é constituída por Veiga de Macedo, que assiste ao evento na qualidade de Ministro das Corporações de Portugal e por três tipos de delegados – governamentais, dos empregadores e dos trabalhadores. Delegados governamentais: António Jorge da Motta Veiga, juiz conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo, procurador à Câmara Corporativa e antigo subsecretário de Estado das Corporações entre 1948 e 1950, que no INTP havia desempenhado os cargos de secretário (1941), diretor geral (1944) e presidente (1948); Alexandre Ribeiro da Cunha, diretor de serviços no Ministério das Corporações e suplente do representante do governo português junto do Conselho de Administração da OIT; Fernando de Oliveira, conselheiro de Legação do Ministério dos Negócios Estrangeiros; Álvaro Neves da Fontoura, professor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos; Augusto Santos Lima, inspetor de Administração Ultramarina; António Pereira de Torres Fevereiro, inspetor do Ministério das Corporações, Manuel Sebastião de Almeida Lorena, chefe do Serviço de Relações Internacionais do Ministério das Corporações. Delegados dos empregadores: António Morales de los Rios Leitão, da União de Grémios dos Industriais e Exportadores de Produtos Resinosos e procurador à Câmara Corporativa; Luís Manuel Fragoso Fernandes, vogal da Junta Central das Casas do Povo e procurador à Câmara Corporativa; Afonso Patrício Gouveia, do Grémio Nacional dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas do Sul; Henrique Silva e Sousa, do Grémio dos Industriais de Cortiça do Norte e procurador à Câmara Corporativa. Delegados dos trabalhadores: Pedro Monteiro Maury, da Federação Regional dos Sindicatos dos Empregados de Escritório do Sul e Ilhas Adjacentes; Luís de Sousa e Silva, do Sindicato Nacional dos Conferentes Marítimos de Lisboa; Serafim Martins das Neves, do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Porto; José Diogo da Silva, do Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria de Angola.

⁴¹² Enquanto secretariado permanente da OIT cabia ao BIT organizar e pôr em execução as atividades daquela, sob supervisão do Diretor Geral da organização e do respetivo Conselho de Administração. Este último era o órgão executivo da OIT, com funções decisórias relativamente à política do BIT.

admitisse que a grande concorrência registada se devia “à curiosidade de ouvir um Ministro das Corporações”, motivada pelo facto desta última designação se apresentar como “equívoca e antidemocrática”.

A boa impressão causada pelas palavras proferidas levaria o conferencista a considerar poder vir a fazer declarações “de maior interesse” em futuras conferências, numa tribuna de grande importância como esta e que convinha “aproveitar bem”, contrariamente ao que havia acontecido até à data. Em jeito de balanço, Veiga de Macedo reportaria a Salazar o resumo da sua prestação no encontro: “creio que esta minha vinda a Genebra foi útil para os nossos interesses”.

Este era sem dúvida um resultado positivo no tocante às relações internacionais, numa altura em que a questão colonial se punha com alguma acuidade no seio da OIT.⁴¹³ Para além das questões de política externa, Veiga de Macedo refletiria sobre o traçado e realizações do nosso regime corporativo, no tocante às questões sociais e de trabalho, confrontando-as com as dos países participantes no encontro.⁴¹⁴ A comparação com Inglaterra seria feita a propósito do discurso do respetivo ministro do trabalho que, na sua referência ao carácter autónomo e papel das instituições de assistência e ação social em vigor no país, levariam Veiga de Macedo à consideração de que o mesmo fora moldado por uma “inspiração quase corporativa”. As medidas de combate ao desemprego desenvolvidas e realçadas no depoimento do ministro sueco dos Assuntos Sociais, do Trabalho e da Habitação, levariam Veiga de Macedo a referências a Salazar acerca do atraso português na matéria.

⁴¹³ Logo na primeira carta enviada de Genebra a Salazar, Veiga de Macedo rotula os assuntos discutidos na convenção de “grande complexidade e melindre”, por ultrapassarem as questões técnicas e sociais e terem sérias repercussões políticas. A questão de África, relativamente à qual não via “ambiente favorável para as nossas teses” teria sido posta com a proposta feita pela França, de filiação à OIT dos novos países cujos territórios lhe haviam pertencido, bem como da participação destas repúblicas africanas na reunião da Comissão Consultiva Africana, marcada para Luanda e a realizar em finais desse ano. A questão revelava-se melindrosa dado que a França ameaçava não participar da reunião, caso as repúblicas africanas integradas na sua comunidade, não pudessem estar presentes.

⁴¹⁴ A participação de Portugal nas reuniões da OIT era fundamental no tocante à questão da aferição entre as políticas sociais seguidas pelo regime corporativo português e as dos restantes países. No relatório enviado em novembro de 1955 ao ministro das Corporações e elaborado após haver participado na 130.^a sessão do Conselho de Administração do BIT, Alexandre Ribeiro da Cunha (ANTT, AOS, CO CR – 2, fls. 116-122), designa o BIT como “ponto de observação magnífico” que permitiria apreciar a nível mundial os problemas sociais e os movimentos em torno da respetiva solução. Sobre este organismo diria: “ali podemos aprender o que é bom, podemos colher muitos ensinamentos e podemos sobretudo aprender a defender-nos do que é mau”.

5. Alguns episódios de resistência à refundação corporativa

Com a segunda vaga corporativa espoletada com a promulgação do Estatuto Jurídico das Corporações e do PFSC, ambos desenvolvidos por legislação e realizações subsequentes, as manobras de influências e os jogos de poder inerentes aos interesses das forças representativas em palco manifestar-se-iam. A respetiva intervenção e desempenho, que por vezes conflituaria com o objetivo de edificação do corporativismo comprometendo o esforço do ministro das corporações, clarifica a posição deste perante os possíveis rumos do corporativismo português e por consequência, certas facetas da sua personalidade.

5.1. A nomeação de Adérito Sedas Nunes.

Uma vez criado o Gabinete de Estudos Sociais e Corporativos (GEC) por meio do PFSC, era necessário dar-lhe andamento. Dirigido ao estudo dos princípios orientadores do sistema corporativo e aos problemas suscitados pelo seu funcionamento, estabelecia a proposta relativa ao respetivo diploma fundador que a direção do órgão coubesse a “uma personalidade de reconhecido mérito”. Para este cargo Veiga de Macedo escolheria Adérito Sedas Nunes.⁴¹⁵ Este, com diversos estudos publicados no âmbito do corporativismo era, desde há quatro anos, membro do Gabinete de Estudos Corporativos do Centro Universitário de Lisboa da MP⁴¹⁶ e enquanto tal, fortemente marcado pelo pensamento social católico e pela doutrina social da Igreja. Esta garantia de peso não teria sido, no entanto, suficiente.

A proposta para a ocupação do cargo, que o ministro das corporações defende em carta enviada ao Presidente do Conselho em outubro de 1956⁴¹⁷, teria suscitado preocupações relativas ao futuro desempenho de Sedas Nunes como diretor do Centro, por este ser “pessoa com posição exclusivamente católica que nada quer com a política”. Face ao comentário, Veiga de Macedo argumentaria ser Sedas Nunes, tanto pelas obras publicadas como pela doutrina defendida, “um dos únicos intelectuais

⁴¹⁵ De acordo com documentação consultada no ANTT (AOS CO CR - 2, fls. 583-584), esta teria sido uma segunda escolha. Alexandre Pinto Coelho Amaral que num primeiro contacto se mostrara disponível, acabaria por recusar o cargo, por ambicionar o ingresso na Faculdade de Direito de Coimbra como professor.

⁴¹⁶ Inaugurado em 1949, o Gabinete de Estudos Corporativos do Centro Universitário de Lisboa da MP era dirigido por José Pires Cardoso, professor de Direito Corporativo no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF). Relator do parecer n.º 42/VI da Câmara Corporativa acerca da proposta de lei sobre corporações, Cardoso era um teórico de destaque do ideal corporativo.

⁴¹⁷ Documento consultado no ANTT (AOS/CP – 162, fls. 336-339).

portugueses, devotado a sério, ao estudo da teoria da doutrina corporativa”.⁴¹⁸ A estes atributos de “um espírito crítico e independente” juntava-se ainda o entusiasmo manifestado em trabalhar no INTP, facto que, sendo demonstrativo de um desejo inequívoco de tomar “parte ativa na política social e corporativa do regime”, vinha consolidar a opção tomada. E a reação irónica do ministro das corporações às provocações que punham em questão a sua escolha e a ação interventiva dos católicos em prol da evolução corporativa seria incisiva:

“O Dr. Sedas Nunes provará, no lugar, que é político e dos nossos, sem deixar de ser católico, melhor, precisamente por ser católico [...]. Estarei enganado? É possível. Se assim fosse, teria de penitenciar-me, pois longe estou de admitir que o Centro de Estudos possa ser uma academia ou uma sacristia – isto sem desdouro para a meritória função de uma ou de outro”.

5.2. O caso da Ordem dos Médicos.

Do seu predecessor, Veiga de Macedo teria herdado um contencioso que, provocando mal-estar nas relações entre certos grupos profissionais de peso institucional considerável e a organização corporativa de que também faziam parte, comprometia a evolução corporativa tão almejada pelo Regime. Era o caso da Ordem dos Médicos, “sindicato nacional” dos profissionais de Medicina.⁴¹⁹ Em dezembro de 1954, por despacho do anterior ministro das corporações, fora decretada a reformulação do respetivo Regulamento Disciplinar, em conformidade com o parecer emitido um ano antes pela Direção Geral do Trabalho e Corporações, relativamente a um processo que envolvia a Ordem dos Médicos e um seu associado, alvo de sanção disciplinar.⁴²⁰

⁴¹⁸Conforme constava do *curriculum vitae* de Sedas Nunes à época (ANTT, AOS CO CR -2, fls. 586-588), este havia desempenhado entre outros, os cargos de Presidente Diocesano da Juventude Universitária Católica em 1951-1952 e de Presidente Geral da Juventude Universitária Católica em 1952-1953. Entre as obras da sua autoria, encontravam-se vários artigos publicados no âmbito das temáticas económico-sociais, na *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos* e a obra *Situação e problemas do corporativismo*, editada em 1954 e galardoada com o prémio “Anselmo de Andrade”, nesse mesmo ano.

⁴¹⁹De acordo com o Decreto-Lei n.º 23 050 de 23 de setembro de 1933, que reorganizara os sindicatos nacionais, deveriam as profissões livres organizar-se (Art. 3.º) “num único sindicato nacional com sede em Lisboa”, podendo os sindicatos nacionais dos advogados, dos médicos e dos engenheiros “adotar a denominação de “Ordens”.

⁴²⁰A ocorrência, registada no ANTT (AOS CO CR-2, pasta 6, fls. 125-314), respeita ao caso do médico Custódio Frias Ferreira. Acusado de infringir o código deontológico em virtude de haver publicitado métodos de diagnóstico e tratamento do cancro, cuja inocuidade e potencialidade curativa ainda não demonstrara à comunidade científica e que utilizaria no respetivo consultório em parceria com um curandeiro, corticeiro de profissão, havia sido punido pelo Conselho Disciplinar da Secção Regional do Porto, com multa pecuniária no valor de 5 000\$00. Não concordando com a decisão o arguido interpusera

A situação configurava um caso de particular gravidade uma vez que, da atribuição de competências processuais de âmbito disciplinar à Direção Geral do Trabalho, decorria o esvaziamento de poder da Ordem dos Médicos, enquanto organismo corporativo representativo da classe. O aval do ministro ao parecer emitido pela Direção Geral do Trabalho afrontava a Ordem, por pôr em evidência a sua submissão ao Instituto Nacional de Trabalho e abria uma guerra no seio da organização corporativa.⁴²¹ De acordo o mesmo⁴²², os instrumentos jurídicos constitutivos do dispositivo de direito disciplinar da Ordem dos Médicos seriam “defeituosíssimos, repletos de deficiências, de lacunas, de anomalias e até de crassos erros”, facto que, ao impossibilitar um correto exercício de funções por parte das várias instâncias disciplinares deste organismo corporativo, impunha algumas providências de fundo.⁴²³ Reclamava o parecer por uma reforma do Estatuto da Ordem dos Médicos que, aproximando a respetiva orgânica à dos demais sindicatos nacionais, requeria o estabelecimento do princípio de sujeição dos conselhos disciplinares da Ordem aos Tribunais do Trabalho e a retirada da aprovação do respetivo Regulamento Disciplinar em vigor desde dezembro de 1939.⁴²⁴

recurso para o Conselho Geral da Ordem dos Médicos. Ao analisar o caso, este órgão agravava-lhe a pena, decretando a realização de exame psiquiátrico e suspensão preventiva até à conclusão do processo.

⁴²¹ De acordo com o Decreto-Lei n.º 23 050 de 29 de setembro de 1933 (Art. 8.º), a Ordem dos Médicos, na qualidade de sindicato nacional, encontrava-se dependente do INTP. Esta determinação havia sido já contestada em 1946 pelo Conselho Geral da Ordem dos Médicos que então argumentara (ANTT, AOS CO CR-2, pasta 6, fl. 250) não concordar com o estabelecido, uma vez que “o aspeto moral, deontológico do exercício da medicina”, ao não poder ser comparado com o de qualquer outra profissão, deveria ser regulado pela classe.

⁴²² Parecer elaborado pelo chefe da 7.ª seção da 3.ª repartição da Direção Geral do Trabalho (ANTT, AOS CO CR-2, pasta 6, fls. 126-195). Refira-se que a Direção Geral do Trabalho era um dos serviços do INTP cuja 7.ª seção da 3.ª repartição tinha, segundo determinava o Decreto-Lei n.º 37 268 de 31 de dezembro de 1948 (Art. 20.º), a incumbência de estudar e proceder à revisão e alteração dos estatutos e regulamentos dos organismos dependentes do INTP. Este era o caso da Ordem dos Médicos, na sua qualidade de sindicato nacional.

⁴²³ A subordinação da Ordem dos Médicos enquanto sindicato nacional, à hierarquia corporativa, é evidenciada no parecer da Direção Geral do Trabalho: “tudo, neste sindicato, desde os estatutos aos regulamentos, exige remodelação profunda a impor rigor na ordenação das matérias, clareza na redação do articulado, simplicidade na estruturação do organismo, respeito absoluto pelo interesse geral e pelos direitos fundamentais das pessoas”.

⁴²⁴ No seu parecer, a Direção Geral do Trabalho recomendava que caso a infração disciplinar aplicada pela Ordem incluísse a pena de suspensão do exercício profissional, deveria o processo transitar para os Tribunais do Trabalho. Refira-se que estes, ao dependerem em termos administrativos do INTP, organismo ao qual de acordo com o Decreto-Lei n.º 23 053 (Art. 2º) cabia “assegurar a execução das leis de proteção ao trabalho”, garantiam em termos teóricos a isenção de julgamento nas questões laborais, protegendo o trabalhador perante a entidade patronal. As conclusões da Direção Geral do Trabalho relativamente à análise deste processo apontavam por consequência, para a retirada de confiança das decisões de âmbito disciplinar da Ordem entregando-a ao INTP, seu superior na pirâmide corporativa.

A reação não se faria esperar, com a contestação da decisão feita a 10 de junho de 1955 ao ministro das Corporações pelo Conselho Geral da Ordem dos Médicos⁴²⁵, suportada nos pareceres dos juristas Afonso Rodrigues Queiró, Marcelo Caetano e Adelino da Palma Carlos, que nos seus depoimentos prestavam apoio jurídico incondicional ao órgão corporativo da classe médica, em detrimento das razões da Direção Geral do Trabalho.⁴²⁶

Veiga de Macedo, acabado de chegar ao Ministério das Corporações, seria encarregado das conversações com a Ordem no tocante à reformulação dos respetivos Estatutos, cujos estudos esta reclamava haver iniciado algum tempo antes do ocorrido. As negociações teriam chegado a bom termo, com uma solução que conciliava as pretensões da Ordem nos aspetos disciplinares, com as objeções apontadas pela Direção Geral do Trabalho. O projeto de relatório respeitante à revisão do Estatuto da Ordem dos Médicos, enviado por Veiga de Macedo a Salazar, muito embora refira que “o julgamento das faltas disciplinares deve competir aos membros da própria Ordem”, atribui a presidência do Conselho Superior Disciplinar a um juiz do Supremo Tribunal Administrativo, “o qual, pela sua formação específica e por ser alheio às paixões de classe, oferece a garantia de uma melhor justiça”. Apesar desta determinação a Ordem saía reforçada na sua autonomia de organismo corporativo, ao não serem envolvidos os Tribunais de Trabalho nestas matérias.⁴²⁷

⁴²⁵ O registo da representação do Conselho Geral da Ordem dos Médicos ao Ministro das Corporações e da Previdência Social foi consultado no ANTT (AOS CO CR-2, pasta 6, fls. 198-257).

⁴²⁶ O peso dos depoimentos, todos a favor da Ordem dos Médicos, era considerável. Qualquer uma das três individualidades era uma autoridade em Direito, sendo que os dois primeiros também o eram, no tocante à variante que englobava os aspetos corporativos. Afonso Queiró, professor catedrático de Direito Administrativo na Universidade de Coimbra e Procurador à Câmara Corporativa, subscreveria os pareceres relativos aos projetos de lei relativos ao Plano de Formação Social e Corporativa e às Corporações. Marcelo Caetano, professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, mestre de Direito Corporativo e teórico do corporativismo com várias obras publicadas, era à época presidente da Câmara Corporativa. Palma Carlos desempenhava o cargo de Bastonário da Ordem dos Advogados. Para Marcelo Caetano (ANTT, AOS CO CR-2, pasta 6, fls. 287-300), as disposições disciplinares vigentes na Ordem dos Médicos, estariam “perfeitamente de acordo com os princípios gerais do Direito Disciplinar”. Afonso Queiró (ANTT, AOS CO CR-2, pasta 6, fls. 258-286) poria em questão a subordinação da Ordem dos Médicos ao INTP: “os organismos corporativos [...] são titulares de interesses próprios, entes autónomos propostos à realização dos próprios fins. Um desses fins é precisamente, no caso da Ordem dos Médicos, a tutela do interesse da categoria profissional dos médicos portugueses”.

⁴²⁷ De acordo com o projeto de relatório as funções disciplinar e administrativa da Ordem que até então estavam ligadas, passariam a partir da remodelação de estatutos a ser exercidas independentemente, “em ordem a uma antiga aspiração do organismo”. Anteriormente, de acordo com o Decreto-Lei n.º 29 171, de 24 de novembro de 1938, cabia aos conselhos regionais – que faziam parte dos órgãos dirigentes da Ordem –, julgar os processos por faltas cometidas pelos médicos, no exercício da sua profissão, o mesmo acontecendo com o Conselho Geral da Ordem, presidido pelo presidente deste organismo corporativo e com competência para julgar em recurso as decisões dos conselhos regionais. Com a remodelação de estatutos, estes dois órgãos diretivos deixariam de intervir nas questões disciplinares, que passariam a ser

5.3. O caso da Ordem dos Engenheiros.

O papel conciliador desempenhado por Veiga de Macedo relativamente à questão da Ordem dos Médicos, herdada do anterior ministro das Corporações, em breve daria lugar a uma contenda com a classe dos engenheiros, provocada em parte pela impaciência em ver completado o sistema corporativo português. A controvérsia, suscitada pelo Decreto-Lei n.º 40 774 de 8 de setembro de 1956 que reformulava os Estatutos da Ordem dos Engenheiros, respeitava à determinação de integração na Ordem de todos os profissionais diplomados com cursos superiores “por lei qualificados de engenharia” e à extinção da Associação dos Engenheiros Cíveis Portugueses (AECV).

Em protesto, a ex-comissão administrativa do organismo extinto enviaria ao Presidente do Conselho a 7 de janeiro de 1957 uma exposição⁴²⁸, suportada pelo abaixo-assinado de apoio incondicional de 457 dos seus 790 sócios efetivos e do qual constavam os nomes de Francisco da Cunha Leal, Ezequiel de Campos, Ferreira Dias Júnior e Cancela de Abreu.⁴²⁹ Reclamavam os subscritores não existir “fundamento jurídico nem razão moral” para tal, dado o caráter exclusivamente científico e cultural da associação, as personalidades de relevo que compunham o seu percurso centenário de prestígio internacional e o papel que a instituição desempenhara no desenvolvimento da organização corporativa, ao assumir em 1936 o encargo de reorganização da Ordem dos Engenheiros e a colaboração no projeto dos estatutos respetivos.⁴³⁰

confiadas a conselhos disciplinares regionais e a um conselho superior disciplinar, “dotados de autonomia em relação aos órgãos diretivos da Ordem”. Estas intenções seriam levadas à prática, constando do Decreto-Lei n.º 40 651 de 21 de junho de 1956, que viria remodelar o Estatuto da Ordem dos Médicos.

⁴²⁸ Documento consultado no ANTT (AOS CO CR – 2, pasta 12, fls. 366-404).

⁴²⁹ Estes eram alguns dos nomes que, pelo respetivo percurso político e profissional, davam peso e credibilidade ao documento enviado, pondo em xeque o ministro das corporações. Cunha Leal, diplomado em engenharia pela Escola do Exército, crítico e opositor ao Estado Novo, havia sido candidato da oposição nas eleições para a Assembleia Nacional em 1949 e um dos principais apoiantes da candidatura de Quintão Meireles à Presidência da República. Ezequiel de Campos, engenheiro, economista e político, ministro da agricultura em 1924-25, colaborara na organização e execução do I Plano de Fomento e era à época procurador à Câmara Corporativa, cargo que desempenhava desde 1935. Ferreira Dias Júnior, licenciado pelo Instituto Superior Técnico (IST), fora responsável pelas Leis n.º 2002 de 1944 e n.º 2005 de 1945, respetivamente de eletrificação e fomento e reorganização industrial. Relator do parecer sobre o projeto de proposta de lei relativo ao I Plano de Fomento na qualidade de Procurador à Câmara Corporativa, desempenhava esta função desde 1944 por inerência ao cargo de presidente da ordem dos Engenheiros, para o qual tinha sido eleito nesse mesmo ano. Augusto Cancela de Abreu diplomado em engenharia civil pelo IST, fora ministro das Obras Públicas e Comunicações entre 1944 e 1947 e ministro do Interior entre 1947 e 1950 e era à época, deputado à Assembleia Nacional e presidente da comissão executiva da União Nacional.

⁴³⁰ A argumentação baseava-se no facto de o organismo extinto não ser uma associação de defesa dos interesses de classe, mas tão só uma associação científica e cultural. Assim sendo, a sua manutenção não entrava em colisão com a orgânica corporativa, que em 1933 entregara as questões de ordem profissional aos sindicatos nacionais, neste caso à Ordem dos Engenheiros.

Quanto à integração na Ordem, o facto de o novo estatuto perspetivar a inclusão de geógrafos, agrónomos e silvicultores, vinha abrir uma antiga ferida e provocar nova onda de indignação na classe.⁴³¹ E se no caso dos geógrafos a questão se punha apenas ao nível da identidade institucional, por se permitir a inclusão de licenciados pela universidade clássica num organismo que reunia diplomados pela universidade técnica, outro tanto não acontecia com a admissão dos restantes. Para estes chegava mesmo a questionar-se a posse de licenciatura, com o argumento deste grau não constar do Decreto n.º 38 636, que em 1952 promulgara a reforma dos estudos do Instituto Superior de Agronomia (ISA).⁴³²

A reclamação, enviada numa exposição ao Presidente do Conselho em janeiro de 1957⁴³³ e subscrita por Cancela de Abreu, exigiria um parecer ao Ministério da Educação, requerido por Veiga de Macedo. Este, emitido pela Junta Nacional de Educação (JNE)⁴³⁴ e homologado pelo ministro respetivo, viria dar razão ao Ministro das Corporações. De acordo com o mesmo, não só estaria ainda em vigor a lei orgânica do ISA, que em 1918 conferira os graus de licenciado e de engenheiro, como também se mantinha pelo Estatuto da Universidade Técnica de Lisboa, a faculdade de o ISA conferir os títulos referidos, de acordo com o estabelecido no Decreto n.º 19 488 de 1931. A decisão assim fundamentada e tomada pelo Conselho Permanente da Ação

⁴³¹ A polémica associada à concessão do título de engenheiro registara-se em 1920 aquando da reorganização do Ministério do Comércio e Comunicações e envolvera a AECP e o governo republicano de então (Rollo, 2012), pelo facto de se ter permitido a atribuição da designação de engenheiros auxiliares a indivíduos não diplomados pelas escolas de engenharia, como era o caso dos condutores de obras públicas. O conflito, que assumira dimensão considerável com a convocação de uma greve pela AECP em 1924, viria a amainar com a publicação do Decreto n.º 11 988 de 27 de julho de 1926. Este apenas concedia o título de engenheiro aos detentores de formação académica superior, designando de “agentes técnicos” os diplomados com cursos médios. Refira-se no entanto, que este decreto permitia o uso do título de engenheiro aos diplomados com o curso de engenheiro geógrafo das faculdades de ciências e aos habilitados com os cursos de engenheiro agrónomo e engenheiro silvicultor do Instituto Superior de Agronomia. A Ordem dos Engenheiros criada em 1936 pelo Estado Novo, não permitiria a hipótese de inscrição a estes profissionais, reforçando-se nos respetivos estatutos constantes do Decreto-Lei n.º 27 288 de novembro desse ano, o peso de uma classe constituída pelos diplomados nas escolas superiores de engenharia, nas especialidades de engenharia civil, eletrotécnica, mecânica, de minas e químico-industrial.

⁴³² O decreto omitia sem no entanto revogar, a lei orgânica do ISA de 1918 que, nos artigos n.º 19 e n.º 20 do Decreto n.º 4 685 conferia, tanto o grau de licenciado como o de engenheiro.

⁴³³ Documento consultado no ANTT (AOS CO CR – 2, pasta 12, fls. 480-485).

⁴³⁴ Parecer da JNE consultado no ANTT (AOS CO CR – 2, pasta 12, fls. 486-495). Instituída pela Lei n.º 1 941 de 11 de abril de 1936 a JNE era, de acordo com o respetivo regimento constante do decreto-lei n.º 26 611 de 19 maio de 1936, um “órgão técnico e consultivo” que, funcionando junto do ministro da Educação Nacional visava “o estudo dos problemas relativos à formação do carater, ao ensino e à cultura do cidadão português”.

Educativa (CPAE)⁴³⁵, ao tempo presidido por Mário de Figueiredo, punha em ridículo as pretensões elitistas da Ordem dos Engenheiros, que nela se traduziam como lesivas e discriminatórias:

“ [...] a este respeito, o ISA teria no conjunto das nossas escolas universitárias uma situação única. Na verdade, os diplomados com os cursos da Faculdade de Letras, de Direito, de Medicina e de Economia são licenciados; os diplomados com os cursos do IST e da Faculdade de Engenharia são, ao mesmo tempo, licenciados e engenheiros; os diplomados com os cursos da Faculdade de Ciências são, licenciados ou engenheiros geógrafos; os diplomados com os cursos do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras são licenciados; os diplomados com os cursos das Escolas de Farmácia são farmacêuticos e os diplomados com os cursos da Faculdade de Farmácia são, ou farmacêuticos ou licenciados em Farmácia (químicos farmacêuticos); os diplomados com os cursos da Escola Superior de Medicina Veterinária são, ao mesmo tempo, licenciados e médicos veterinários...Só aos cursos superiores de agronomia e silvicultura não correspondia qualquer grau ou título!”

E a argumentação era fortalecida com o facto de estar implícita no Decreto n.º 38 636 a concessão do título de licenciado para os diplomados do ISA, uma vez que no Artigo 20.º deste diploma se previam para o mesmo Instituto, os graus de doutor em Agronomia e em Silvicultura. Esta seria então uma situação de exceção, que fazia do ISA e no parecer da JNE “a única escola universitária a poder conferir o grau de doutor, sem poder conferir o de licenciado, isto é, a poder o mais e a não poder o menos”.

As determinações da JNE davam fim legal a uma controvérsia que, tendo chegado à Assembleia Nacional, fora objeto de um aceso debate nas sessões de 12 e 13 de dezembro de 1956⁴³⁶, agravado pelo facto de Veiga de Macedo ter designado, pouco após a publicação do Decreto n.º 38 636, um agrónomo e um silvicultor para fazerem parte da comissão que administrava a Ordem dos Engenheiros, até à eleição dos novos corpos gerentes. E se o engenheiro civil Cancela de Abreu (1956, p. 134) manifestara repúdio pelas determinações legislativas, com a declaração de já haver requerido o cancelamento da sua inscrição na Ordem, outro tanto não acontecera com o agrónomo

⁴³⁵ Formada pelos presidentes das 7 seções da JNE, constituídas de acordo com o nível e tipo de ensino respetivo, o CPAE desempenhava funções de consulta e tinha por fim, de acordo com o Decreto-Lei n.º 26 611 de abril de 1936 (Art. 2.º), “assegurar, através da hierarquia, a unidade e continuidade da ação do MEN”.

⁴³⁶ Do debate participaram contra a inscrição na Ordem de agrónomos e silvicultores, Amaral Neto, Daniel Barbosa e Cancela de Abreu. A favor da mesma, Carlos Moreira, Camilo Mendonça, André Navarro e Mário de Figueiredo.

André Navarro⁴³⁷ (1956 b), pp. 156-157) que na sua intervenção realçara as virtualidades de uma medida já adotada pelos “elementos responsáveis dos países avançados” e que apostava na justaposição profissional de atividades técnicas, cujas fronteiras continuamente se tocavam. A acrescentar a estas alegações apontava o exemplo recente dos trabalhos realizados nas bacias dos rios Limpopo e Cunene em Moçambique, onde engenheiros civis, geógrafos e agrónomos formando um bloco profissional único, deitavam por terra “peias antiquadas e bolorentas de castas” e desmentiam de forma incondicional “a antiga ideia dos genealogistas de que são os títulos que fazem a nobreza”.

A crise na Ordem dos Engenheiros teria perdurado para além das determinações da JNE e levaria alguns dos seus antigos elementos à recusa do desempenho de cargos no organismo sindical remodelado e ao corte de relações com os respetivos dirigentes, repercutindo-se negativamente na construção da orgânica corporativa.⁴³⁸

5.4. Os confrontos institucionais.

A consolidação do sistema corporativo que traria por arrasto o aumento de poder do Ministério das Corporações, redundaria ainda em confrontos institucionais entre alguns dos seus organismos e os de outros ministérios, motivados pelo direito de desempenho de competências. Algum tempo após ter ficado sanada a contenda com a Ordem dos Médicos atrás referida, abrir-se-ia uma nova fase de conflitos.⁴³⁹ A criação do Ministério da Saúde e Assistência em agosto de 1958 levaria a Ordem à renovação da antiga reivindicação de desvinculação do INTP. Para tal, solicitaria a sua ligação ao novo ministério, em ofício ao ministro respetivo.⁴⁴⁰ Por outro lado e ao defender uma política unitária de saúde, a Ordem pressionava o ministério recentemente criado a

⁴³⁷ Licenciado pelo ISA, este deputado fora subsecretário de estado da Agricultura entre 1940 e 1944, e era à época diretor daquele instituto e elemento da comissão de Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais da Assembleia Nacional.

⁴³⁸ Na missiva enviada ao ministro da Defesa Nacional em maio de 1958 (ANTT, AOS CO CR-2, pasta 6, fls. 534-537), o coronel Zilhão realçaria a atmosfera “pesada e hostil” que então reinava na classe. Reportando-se à crise aberta na Ordem por “grande percentagem de colegas, alguns dos quais dos mais distintos e afetos à Situação”, apontaria os prováveis efeitos nefastos dela decorrentes, no contexto da aproximação das eleições presidenciais.

⁴³⁹ O contencioso aberto entre o Ministério das Corporações e da Previdência Social, a Ordem dos Médicos e o Ministério da Saúde e Assistência encontra-se registado no ANTT (AOS CO CR-2, capilha 22, fls. 636-652).

⁴⁴⁰ Esta solicitação estava enquadrada numa linha de autonomização da classe médica proporcionada pela criação do Ministério da Saúde e Assistência, uma vez que os serviços de saúde pública e assistência pública, até então tutelados pelo Ministério do Interior, passavam a estar sob a alçada do novo ministério. O pedido encontra-se registado na carta enviada pelo ministro da Saúde e Assistência a Salazar, em 12 de dezembro de 1958 (ANTT, AOS CO CR-2, capilha 22, fls. 646-652).

interferir nos organismos corporativos, designadamente ao nível das competências da previdência das Casas do Povo, entre as quais se incluía a assistência médica às populações rurais. Esta ingerência que se agravava pelo facto de se haverem há pouco constituído as Federações das Casas do Povo e a Corporação da Lavoura, colidia com os pressupostos da orgânica corporativa, comprometendo a respetiva expansão.

Os dois desideratos da Ordem, que haviam sido reportados a Veiga de Macedo pelo ministro da Saúde, levá-lo-iam a desabafar em carta ao Presidente do Conselho⁴⁴¹: “a Ordem sabe que nunca darei anuência, nem a uma, nem a outra das pretensões, tanto mais que, se o fizesse, comprometeria seriamente o futuro da própria organização corporativa”. A posição de Veiga de Macedo face ao último dos objetivos da Ordem havia já sido clarificada a Salazar quando, em meados de dezembro de 1956, realçara não pretender sobrestimar as competências inerentes ao cargo, mas antes estar vigilante em relação a tudo o que pudesse de alguma forma diminuir a política corporativa.⁴⁴² E este cuidado, segundo o ministro, exigia que qualquer tipo de colaboração com entidades exteriores ao Ministério das Corporações fosse feito com respeito pela “competência e natural autonomia das instituições de raiz corporativa”, sob pena de redundar em subordinações e interferências a interesses alheios e mesmo contrários aos que suportavam os ideais corporativos de justiça social e que apenas visariam “a solução de problemas de carácter geral à custa dos meios afetados por lei e pelos princípios, a fins específicos de carácter social e provenientes na realidade, das remunerações do trabalho”.⁴⁴³

⁴⁴¹ Carta datada de 26 de novembro de 1958 e registada no ANTT (AOS CO CR-2, capilha 22, fls. 636-644).

⁴⁴² Carta consultada no ANTT (AOS CP 162, pasta 4.4.4/1, fls. 350-353).

⁴⁴³ A assistência médica aos trabalhadores rurais era garantida por meio das caixas de previdência das Casas do Povo. Criadas pelo Decreto-Lei n.º 23 951 de junho de 1934, eram destinadas a assegurar os fins de previdência e assistência previstos na legislação de 1933 (Decreto-Lei n.º 23 051, art. 4.º) e que abrangiam a doença, o desemprego e a velhice, aos sócios efetivos destes organismos corporativos que para elas contribuíam com uma quota. A partir de 1940 e de acordo com o decreto-lei n.º 30 710 que reorganizara as Casas do Povo, passaram estas a funcionar (Art. 8.º) como instituições de previdência, concedendo (Art. 9.º) assistência médica a todos os seus sócios efetivos. Com a nova legislação ficou portanto generalizada a assistência médica aos sócios efetivos de todas as Casas do Povo, uma vez que a anterior legislação não obrigava estes organismos corporativos à constituição de uma caixa de previdência. A nova realidade vinha dar um novo vigor à política social corporativa e tornava estas instituições num exemplo de cooperação social. Por outro lado com esta medida ampliava-se a dependência das Casas do Povo ao Ministério das Corporações, pois de acordo com o previsto na Lei n.º 1884 de 1935 (Art. 14.º) relativa às instituições de previdência, estas encontravam-se subordinadas aquele ministério e sujeitas à fiscalização do INTP. Neste contexto a reação de Veiga de Macedo era natural, não apenas na perspectiva de titular da pasta das Corporações ao não permitir incursões nas competências do ministério que dirigia, mas ainda enquanto fiel zelador da doutrina corporativa, que cuidava dos interesses dos beneficiários das instituições de previdência a seu cargo.

A atribuição de poderes mais alargados à organização corporativa, advinda da respetiva ampliação, levaria também a confrontos com o Ministério da Economia. E estes, se bem que ainda relacionados com a completude das estruturas corporativas da Lavoura⁴⁴⁴, eram agora provocados pela Direção Geral de Serviços Agrícolas (DGSA) que dependia daquele ministério.⁴⁴⁵ A aplicação do Decreto-Lei n.º 41 473, de dezembro de 1957 que promulgara a intensificação da assistência técnica à lavoura, faria surgir fortes atritos que envolveriam o organismo do Ministério da Economia acima referido e a Direção Geral do Trabalho dependente do Ministério das Corporações, relativamente à superintendência administrativa dos organismos corporativos rurais, designadamente dos Grémios da Lavoura. Ao analisar o respetivo projeto de diploma Veiga de Macedo de imediato apresentara ao Ministro da Economia os seus reparos, provocados por não haverem sido “suficientemente acautelados” os interesses da organização corporativa, dando conhecimento do facto ao Presidente do Conselho.⁴⁴⁶ De acordo com o ministro das Corporações, a proposta incluiria objetivos que transcendiam “os limites da ação específica do ministério da Economia”, ao incidir não apenas no campo administrativo mas também na assistência social às populações rurais, atribuição que constituía uma das competências específicas das Casas do Povo.

Muito embora os problemas colocados parecessem ter sido de momento atendidos, ficando acordado em reunião conjunta de ambos os ministros com o subsecretário de estado da Agricultura, que a competência da respetiva direção geral ficaria “circunscrita aos assuntos puramente técnicos e económicos”, tal não teria acontecido. Decorridos cerca de dois anos, o diretor geral do trabalho transmitiria ao ministro das Corporações algumas interferências da DGSA que excederiam, na sua gravidade, as anteriormente previstas. Desta vez, segundo relato de Veiga de Macedo a

⁴⁴⁴ Cerca de dez anos após a publicação oficial do Decreto n.º 36 681 que, em dezembro de 1947, regular a constituição e funcionamento das Federações dos Grémios da Lavoura, seriam finalmente criadas (Brandão, 2008, p. 225) em fevereiro de 1956, estas instituições. Quanto às Federações de Casas do Povo, a respetiva constituição, atribuições e funcionamento seria determinada a 23 de setembro de 1957, no dia da instituição da Corporação da Lavoura (Brandão, 2008, p. 238), pelo decreto n.º 41 286.

⁴⁴⁵ A Direção Geral dos Serviços Agrícolas que até 1940 fizera parte do Ministério da Agricultura passaria, a partir de então, para a alçada do Ministério da Economia. Igual resolução seria tomada para todos os serviços daquele ministério e para os do Ministério do Comércio e Indústria. No Ministério da Economia o setor da Agricultura passaria a estar afeto ao subsecretariado homónimo.

⁴⁴⁶ O parecer enviado ao ministro da Economia seria remetido a Salazar por Veiga de Macedo, com a informação de se haver chegado entretanto a acordo relativamente a “alguns dos aspetos que haviam suscitado dúvida ou reparo” (ANTT, AOS CP 162, pasta 1, fls. 385-402).

Salazar⁴⁴⁷, aquele organismo teria entrado “em terreno que nunca lhe pertenceu”, imiscuindo-se na administração dos grémios da lavoura, com pretensões de “orientar a própria política corporativa”. E a sua apreensão perante o ocorrido era exemplificada com a notícia do pedido de fiscalização ao grémio da lavoura de Torres Vedras, solicitado pelo presidente da câmara da localidade ao Ministério das Corporações, com o objetivo de impedir que um delegado daquela direção geral continuasse a interferir no grémio da lavoura do concelho. A agravar todo este quadro, já anteriormente e perante situações idênticas, os funcionários da DGSA teriam alegado que só este organismo teria “competência para fiscalizar os grémios da lavoura”.⁴⁴⁸ Para o Ministro das Corporações, a incursão feita por instituições ou elementos estranhos aos serviços dos organismos corporativos, ao comprometer gravemente a sua autonomia, constituía-se como “um dos aspetos que mais tem afetado o natural desenvolvimento do sistema corporativo”.

A questão da fiscalização dos organismos corporativos não era nova, nem se punha apenas no caso concreto das atividades da lavoura. Veiga de Macedo preveniria Salazar para “a necessidade de sujeitar todos os organismos corporativos a uma fiscalização única”, a executar pelo INTP⁴⁴⁹, referindo não concordar que fossem “os

⁴⁴⁷ Relato de Veiga de Macedo a Salazar, enviado a 20 de agosto de 1959 (ANTT, AOS CP 162, fls. 558-560).

⁴⁴⁸ O diferendo entre os serviços dos dois ministérios residiria na redação da Lei n.º 1 957, de maio de 1937, relativa à organização corporativa da agricultura e do Decreto-Lei n.º 29 494, de maio de 1939, que a vinha regulamentar. Estabelecia a Base V da referida Lei, que os grémios da lavoura dependiam do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social e ficavam sujeitos à fiscalização do INTP no tocante às relações com os restantes organismos corporativos, à ação social, disciplina no trabalho e questões de previdência. No respeitante à orientação técnica e atividade económica, encontravam-se submetidos à inspeção e fiscalização dos serviços competentes do Ministério da Agricultura. No caso do Decreto-Lei n.º 29 494 (Art. 46.º) a fiscalização e inspeção exercidas por estes serviços incidiam também na orientação administrativa, ficando nos aspetos referidos, os grémios da lavoura subordinados ao Ministério da Agricultura.

⁴⁴⁹ Em carta enviada a Salazar em finais de novembro de 1957, Veiga de Macedo (ANTT, AOS CP 162, pasta 1, fls. 433-438) relataria o caso concreto reportado em relatório pelo delegado do INTP em Aveiro, relativo a um contencioso sobre remunerações de trabalho, no qual estariam envolvidos os pescadores e o proprietário de um determinado navio bacalhoeiro. O resultado das averiguações, feito na sequência de uma exposição de cidadãos escandalizados com o comportamento do empregador, apontaria para uma entidade patronal que, não obstante ser vogal da Direção da Cooperativa dos Armadores de Pesca do Bacalhau e elemento do Conselho Geral do respetivo grémio, olharia “só à defesa dos seus interesses, sem ter em conta os dos trabalhadores”. A fiscalização das instalações que não competia ao INTP, estava entregue ao mesmo indivíduo, um fiscal da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau, desde há cinco anos e a pedido do armador. Perante este facto que não garantia isenção, o delegado lamentaria as limitações de intervenção do INTP no apuramento dos factos, referindo que “embora neste caso se trate de regulamentação e de remuneração do trabalho, embora se trate de organização corporativa, tudo está praticamente afeto a outros setores”. Apontaria ainda no seu relatório, a necessidade de o INTP passar a exercer a fiscalização dos organismos corporativos ligados a este setor de atividade, uma vez que dentro em breve entraria em atividade a Corporação da Pesca e Conservas.

departamentos com funções económicas a exercer, mormente nos aspetos administrativos ou sociais, uma ação fiscalizadora junto dos grémios”. A este propósito concluiria:

“Este problema pode assumir um melindre especial, ao atentar-se no perigo de a Organização [corporativa] vir a ser influenciada por pessoas ou agrupamentos económicos de interesses não coincidentes com os das respetivas atividades e com os próprios interesses nacionais. Tenho procurado estar atento ao que neste domínio se vai passando e, pelo que observo, julgo que o meu receio não pode considerar-se de todo injustificado”.

O alerta envolvia portanto, para além de uma mera questão de delimitação de poderes ao nível ministerial, a credibilização do sistema corporativo que suportava o Regime e, conseqüentemente, a credibilização do próprio Regime.

Uma outra situação que envolveria os Ministérios das Corporações e da Economia prender-se-ia com as questões de higiene e segurança nos locais de trabalho. A temática que já fora abordada de modo rudimentar aquando do PEP, sob forma de noção educativa a reter pelos trabalhadores, apareceria agora enquanto área a fiscalizar pelo Ministério das Corporações, numa perspetiva mais lata que, para além de responsabilizar diretamente o empregador, envolvia questões técnicas. Em setembro de 1960 perante a pretensão de Veiga de Macedo em ser entregue ao ministério que tutelava, a competência para fixar as providências, regulamentos e normas, respeitantes à higiene e segurança nos locais de trabalho e à prevenção de acidentes, reagiria negativamente o Ministro da Economia.⁴⁵⁰ Alegaria que estas atribuições eram inseparáveis da fiscalização técnica que já cabia aos serviços do seu ministério, embora concordasse com o Ministro das Corporações, relativamente às deficiências que se verificavam neste domínio.

As aspirações de Veiga de Macedo que vinham na sequência da publicação do regulamento de segurança no trabalho para a construção civil, em agosto de 1958⁴⁵¹ e da “Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais”,

⁴⁵⁰ Nota do ministro da Economia e considerações de Veiga de Macedo sobre a mesma a Salazar, registadas no ANTT (AOS/CP 163, fls. 102-106).

⁴⁵¹ Promulgado pelo Decreto n.º 41 821, o regulamento inseria as normas de segurança para os dispositivos utilizados na construção civil, o equipamento de proteção, as condições de fiscalização, as penalizações relativas às infrações cometidas por trabalhadores, técnicos responsáveis, empreiteiros e donos das obras de construção civil. O documento (Art. 179.º) impedia o despedimento dos operários, na sequência de reclamação contra a falta de segurança “dos locais de trabalho, das instalações e dos aparelhos ou máquinas ali empregados”.

prevista em abril de 1959 pela Portaria n.º 17 118⁴⁵² e integrada no Plano de Formação Social e Corporativa, seriam parcialmente atendidas com a publicação do Decreto-Lei n.º 43 182, sobre legislação do trabalho, proteção do trabalho feminino e dos menores e prevenção de acidentes e doenças profissionais, em 23 de setembro de 1960, data do aniversário da promulgação do ETN. Estabelecia o diploma que os funcionários da Inspeção do Trabalho fossem acompanhados por representantes especializados dos organismos que visitavam, quando se tornasse necessária a obtenção de conhecimentos de ordem técnica. Ainda na mesma data, seria aprovada pelo Decreto-Lei n.º 43 189, a “Tabela nacional de incapacidades por acidentes de trabalho e doenças profissionais”, encarada pelo legislador como “instrumento de valor na efetiva proteção dos sinistrados e vítimas de doenças profissionais”.

6. Veiga de Macedo e a expansão do corporativismo.

O objetivo de completude do sistema corporativo reiterado no Estatuto Jurídico das Corporações e a alcançar com auxílio do PFSC começaria a ser efetivamente cumprido, com a instituição legal das corporações previstas no primeiro diploma referido. Num primeiro momento, a 23 de setembro de 1957, data emblemática de comemoração do aniversário do ETN, as corporações da lavoura, dos transportes e turismo, do crédito e seguros e da pesca e conservas⁴⁵³. Num segundo momento, e exatamente um ano decorrido, as corporações da indústria e do comércio⁴⁵⁴. Para além destas, em 1959 e em igual dia do mês, seriam instituídas a corporação da Imprensa e Artes Gráficas e a corporação dos Espetáculos, que não haviam sido explicitamente

⁴⁵² De acordo com este diploma, a campanha visava “criar e desenvolver nas entidades patronais, nos técnicos responsáveis, nos meios escolares e na opinião pública em geral mais perfeita consciência da obrigação moral e legal de proteção aos trabalhadores nas suas ocupações, por forma a reduzir-se a frequência e gravidade dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais”. Para além desta intenção de âmbito educativo, um outro objetivo que apontava mais diretamente para futura legislação consentânea com o domínio em questão, consistia em “estimular o cumprimento dos deveres: de aperfeiçoamento das condições de segurança dos locais de trabalho por parte das entidades patronais e dos técnicos responsáveis; de estrita observância das regras de segurança, no que respeita aos trabalhadores”. A campanha que deveria ter a duração de um ano seria prorrogada por igual período, pela Portaria n.º 17 668, em abril de 1960.

⁴⁵³ Corporações instituídas respetivamente pelos Decretos-Leis n.º 41 287, n.º 41 288, n.º 41 289 e n.º 41 290. Os regimentos respetivos seriam aprovados pelas Portarias n.º 16 872, n.º 16 873, n.º 16 874 e n.º 16 875, de 23 de setembro de 1958.

⁴⁵⁴ Corporações instituídas respetivamente pelos Decretos-Leis n.º 41 875 e n.º 41 876. Os regimentos respetivos seriam aprovados pelas Portarias n.º 17 367 e n.º 17 366.

mencionadas na Lei n.º 2086⁴⁵⁵. De acordo com este diploma as corporações, que coordenavam, representavam e defendiam os interesses das atividades de ordem moral, cultural e económica, com vista à realização do bem comum, tinham múltiplas atribuições que englobavam, entre outras, e para além dos aspetos de coordenação ou meramente políticos⁴⁵⁶, a previdência, as obras sociais, as relações capital/trabalho, a educação corporativa e o aperfeiçoamento profissional.

A realização eficaz das funções das corporações, acima descritas, implicava um incremento ao nível das estruturas corporativas básicas e intermédias, para além da reorganização de setores como a previdência e a ampliação e criação de serviços de âmbito social ou educativo. No que respeita ao meio rural a constituição de Federações de Casas do Povo em setembro de 1957, ao permitir a representação destes organismos primários de cooperação social equiparados a instituições de previdência na corporação da Lavoura viria, de acordo com o preâmbulo ao Decreto-Lei n.º 41 286, “garantir proteção mais eficaz ao trabalhador rural”, objetivo que teria feito parte das preocupações e intenções legislativas de Veiga de Macedo.⁴⁵⁷ Foi este o caso da Lei n.º 2 092, de abril de 1958, que previa a concessão de empréstimos por parte da Previdência às Casas do Povo e suas Federações, para a construção de habitações destinadas aos beneficiários destes organismos corporativos.⁴⁵⁸ O problema da habitação no meio rural seria de igual modo contemplado na reorganização do Conselho Superior da Previdência Social em setembro de 1960, organismo integrado no Ministério das Corporações, que passaria a partir de então a chamar-se Conselho Superior da Previdência e da Habitação Económica e integraria uma nova subsecção especialmente vocacionada para o estudo do problema da habitação nos meios rurais.⁴⁵⁹

⁴⁵⁵ Corporações instituídas respetivamente pelos Decretos-Leis n.º 42 523 e n.º 42 524. O regimento da corporação dos espetáculos seria aprovado em 23 de setembro de 1960 pela Portaria n.º 17 953. Quanto ao regimento da corporação da imprensa e artes gráficas, seria aprovado pela Portaria n.º 18 878 em dezembro de 1961, já após Veiga de Macedo ter abandonado o cargo de ministro das Corporações.

⁴⁵⁶ Uma das atribuições das corporações consistia em (Base V) “exercer as funções políticas conferidas pela lei”.

⁴⁵⁷ Refira-se que a legislação anterior não previa a constituição de Federações de Casas do Povo, contrariamente ao que fora determinado para os sindicatos nacionais, os grémios do comércio e indústria e os grémios da lavoura, constando respetivamente dos Decretos-Leis n.º 23 050 e n.º 23 049 de 1933 e n.º 36 681 de 1947.

⁴⁵⁸ Na carta enviada a Salazar, aquando da elaboração do projeto relativo a este diploma sobre “casas de renda acessível”, o ministro das Corporações consideraria haver-se encarado “pela primeira vez, o problema da habitação nos meios rurais” (ANTT, AOS CP 162, pasta 1, fls. 344-345).

⁴⁵⁹ A reorganização deste órgão consultivo presidido pelo ministro das Corporações e da Previdência Social, seria promulgada pelo Decreto-Lei n.º 43 183, por iniciativa de Veiga de Macedo. Inicialmente destinado a coadjuvar o Governo no estudo dos problemas da previdência social e dos que com ela se relacionavam, passava agora, com a divisão em duas seções – previdência social e habitação económica –

A questão das precárias condições socioeconómicas dos trabalhadores rurais e a limitada margem de manobra do Ministério das Corporações em reverter a situação, face às pressões dos interesses agrários e aos limites legais de ação que se esforçava por ampliar, suscitaria os lamentos de Veiga de Macedo⁴⁶⁰: “em virtude do condicionalismo existente, o INTP pouco tem podido fazer nesta matéria”. E os reparos que eram feitos a propósito das obras de hidráulica agrícola da região de Badajoz, executadas pelo governo espanhol, apontavam para as realizações ali feitas “em benefício da coletividade e dos trabalhadores rurais, que não só da grande propriedade”.

Tal como acontecera no ofício de Subsecretário de Estado da Educação Nacional, o Ministro das Corporações mostrar-se-ia incansável nas novas funções, não apenas pela iniciativa de completude do sistema corporativo após um longo período de estagnação, mas ainda pelas reformas a ela associadas e centradas nos órgãos e competências do ministério a seu cargo.⁴⁶¹ E tal como então, ao empenho, à determinação e às realizações em perspetiva, opor-se-iam as resistências de um jogo de interesses que, indiferentes ou contrários às iniciativas tomadas, impunham um travão à celeridade e ao desenvolvimento da ação. A proposta de lei relativa à reforma da previdência que na sua ampliação visava um considerável aumento de benefícios, embora datada e enviada ao Presidente do Conselho a 28 de maio de 1957⁴⁶², com o objetivo de seguir de imediato para a Câmara Corporativa, só seria legalmente aprovada em junho de 1962 pela Lei n.º 2 115, já após Veiga de Macedo ter abandonado a pasta das corporações.

O projeto, que corporizava uma “fuga para a frente” face às investidas contra o corporativismo e respetiva política social, seria divulgado à Imprensa pelo ministro, numa reiteração de fidelidade aos princípios fundadores da verdade corporativa. O

a dar uma maior amplitude e relevo às questões habitacionais, que apareciam a par da previdência. No que respeita aos operários da indústria o novo diploma determinava também, em cumprimento da Lei n.º 2007, de maio de 1945 (Art. 3.º), que as autorizações para estabelecimento de indústrias sujeitas ao condicionamento industrial deveriam depender da inclusão de uma cláusula que obrigasse a empresa interessada, à construção de casas de renda económica para o pessoal respetivo, caso este fosse em número superior a 50.

⁴⁶⁰ Nota enviada por Veiga de Macedo a Salazar, em julho de 1960 (ANTT, AOS/CP 163, fls. 89-90).

⁴⁶¹ De acordo com o Decreto-Lei n.º 38 152, de janeiro de 1951, que estruturara os serviços na sequência da transformação do Subsecretariado de Estado das Corporações em ministério das Corporações e Previdência Social, aqueles compreendiam para além do gabinete do ministro e da Secretaria-geral, os serviços de ação social, as delegações do INTP, a magistratura do trabalho, a direção geral do trabalho e corporações e a direção geral da previdência e habitações económicas.

⁴⁶² A nota referente ao envio da proposta a Salazar encontra-se registada no ANTT (AOS CP 162, fls. 372-373).

impacto das afirmações que então fizera publicamente levaria Veiga de Macedo a novos lamentos e justificações ao Presidente do Conselho⁴⁶³:

“Impressiona-me, por exemplo, que seja em vésperas da criação das corporações e quando se está a fazer um sério esforço para valorizar o sistema, que maior relevo e simpatia se esteja a dispensar a tudo o que não é corporativo ou é anticorporativo. Daí que sinta a necessidade de chamar a atenção para a atividade desenvolvida pelo Ministério das Corporações. Isto se faz com a única intenção de facilitar o prosseguimento da política corporativa e robustecer o seu prestígio. Este o propósito visado, ao dar-se conhecimento direto à Imprensa dos termos da proposta de lei relativa à previdência”.

O Plano de Formação Social e Corporativa, dispositivo educativo gizado para acompanhar a evolução do sistema corporativo e, na sua função corporatizadora, preventor e atenuador de reações negativas semelhantes às descritas, seria também desenvolvido em múltiplas realizações. Em abril de 1958 seria aprovado o regulamento do Instituto de Formação Social e Corporativa, previsto na Base IX do referido Plano e destinado a difundir e a fortalecer o espírito corporativo e a consciência dos deveres de cooperação social.⁴⁶⁴ A Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, já atrás referida, seria outra das realizações integradas no PFSC. Promulgada pela Portaria n.º 17 118 em abril de 1959, envolveria a organização de ciclos de conferências e palestras, publicação de artigos, reportagens e entrevistas, edição de livros, folhetos e cartazes, utilização do cinema, rádio e televisão. Seria prorrogada por mais dois anos.

A impaciência em levar a cabo uma política social consentânea com os princípios corporativos que advogava, faria com que Veiga de Macedo elaborasse uma multiplicidade de documentos legislativos, que surgiriam em consequência das reações que classificara de anticorporativas e como resposta à demora na promulgação da reforma da previdência, pendente do parecer da Câmara Corporativa.

Em 23 de setembro de 1960, ano anterior ao abandono de funções ministeriais, seriam publicados 23 diplomas emanados do ministério das corporações, número exorbitante em relação à norma. Entre estes diplomas encontra-se o Decreto-Lei n.º 43

⁴⁶³ A carta, acerca da divulgação da proposta de lei à Imprensa, seria enviada a Salazar no dia seguinte ao da nota acima referida. Nela faria questão de frisar: “tive o cuidado, nas declarações feitas à Imprensa, de salientar que se trata de uma proposta de lei” (ANTT, AOS CP 162, fls. 374-375).

⁴⁶⁴ A fim de cumprir os objetivos referidos, devia o Instituto organizar e promover a realização de cursos destinados a dirigentes e demais funcionários dos organismos corporativos e, de igual modo, a trabalhadores e elementos dos corpos diretivos das empresas.

183, já atrás referido e relativo à reorganização do Conselho Superior da Previdência Social. A propósito do que acima foi dito, não deixa de ser curioso verificar que o respetivo preâmbulo, ao justificar este ato legislativo com as múltiplas questões que iriam decorrer da execução da reforma da previdência, põe em destaque o facto desta ainda se encontrar em análise.⁴⁶⁵ Outro dos diplomas, a Portaria n.º 17 967, que cria a Federação de Caixas de Previdência – Obras Sociais e insere a publicação dos respetivos estatutos, corresponde a uma evolução da previdência e vem em alguns aspetos contornar o bloqueio causado pela demora da apreciação da respetiva proposta de reforma.⁴⁶⁶ Organismo constituído pelas instituições de previdência, cabe-lhe a organização, orientação e coordenação das obras sociais acessórias ou complementares dos esquemas da previdência, que vai da instalação de casas de repouso e colónias de férias à concessão de bolsas de estudo.⁴⁶⁷

Na mesma linha de ampliação de benefícios aos trabalhadores, o direito a abono de família é ampliado para além dos 14 anos, pelo Decreto-Lei n.º 43 184. Caso se trate de estudante do ensino médio e superior, o limite passará respetivamente para os 18 e 21 anos.⁴⁶⁸ De igual modo, a atribuição de subsídio de casamento, nascimento e aleitação que até então só abrangia 15% do total dos inscritos na previdência social, será estendida pela Portaria n.º 17 963 a todos os beneficiários.⁴⁶⁹

No que concerne à defesa dos direitos do trabalho e às relações capital/trabalho, o Decreto-Lei n.º 43 182 já atrás mencionado, assim como o Decreto-Lei n.º 43 179, inserem algumas disposições. Prevê o primeiro, entre algumas determinações relativas à

⁴⁶⁵ A proposta relativa à reforma da previdência havia sido gizada por Veiga de Macedo em 28 de maio de 1957, ou seja, já há cerca de três anos.

⁴⁶⁶ Na mesma data, mais alguns diplomas terão tido o mesmo objetivo, designadamente as Portarias: n.º 17 964 que amplia os esquemas de assistência farmacêutica aos beneficiários da previdência, estendendo-os ainda aos respetivos familiares; n.º 17 965 que fixa as pensões mínimas a pagar pelas caixas de previdência; n.º 17 966 que torna extensiva aos reformados das caixas de previdência, por motivo de invalidez ou velhice, a assistência médica e medicamentosa assegurada aos restantes beneficiários.

⁴⁶⁷ Cabe à Federação (Art. 4.º): instalar e manter casas de repouso para reformados das caixas federadas; promover a instalação de colónias de férias destinadas aos filhos menores dos trabalhadores inscritos nas caixas e de situação económica precária; construir e manter pavilhões nas colónias de férias da FNAT para os beneficiários das caixas federadas; fomentar o acesso ao ensino médio e superior dos filhos dos beneficiários das caixas, através da concessão de bolsas de estudo; criar serviços de recuperação e readaptação profissional de inválidos das caixas federadas; contribuir para a humanização das relações entre as caixas e os trabalhadores e manter um estreito contacto com a FNAT, na realização dos seus objetivos.

⁴⁶⁸ À época o abono de família apenas era concedido em certas profissões, designadamente aos empregados e assalariados por conta de outrem na indústria, no comércio e nas profissões livres ou ao serviço dos organismos corporativos e de coordenação económica e de instituições de previdência, relativamente aos descendentes menores de 14 anos.

⁴⁶⁹ Prevê o diploma que o subsídio de aleitação fosse concedido pela Federação de Caixas de Previdência – Obras Sociais, acabada de constituir.

legislação do trabalho que, em articulação com a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, o Ministério das Corporações fixe a remuneração devida aos empregados e assalariados das empresas suspensas pela inspeção do trabalho, em consequência de não estarem garantidas as condições de higiene e segurança, tidas como essenciais. Quanto ao segundo, reitera o propósito corporativista de conciliação social na afirmação da negação da luta de classes, pelo maior alcance dado às comissões corporativas. Estas, cujas atribuições incidiam na promoção do aperfeiçoamento e execução das convenções coletivas de trabalho e na conciliação dos litígios relativos à não observância de direitos daquelas decorrentes, deixariam de ser facultativas como até então estabelecera o Decreto n.º 36 173, de março de 1947, e passariam a ser criadas não apenas pelas convenções coletivas de trabalho mas ainda pelas portarias ou despachos de regulamentação de trabalho. O estreitamento das relações capital/trabalho preconizado pelo corporativismo, enquanto preventor de diferendos e portanto a montante da ação conciliatória, seria também observado no diploma, com o enfoque dado às atribuições de ordem interpretativa e executória das comissões corporativas e com a determinação explícita (Art. 1.º) de nas mesmas se encontrarem paritariamente representados o patronato e os trabalhadores.⁴⁷⁰

No início desse mesmo ano, a tentativa de completude da orgânica corporativa ter-se-ia também estendido aos territórios ultramarinos, na intenção manifestada a Salazar de, em articulação com o ministério do Ultramar, ajustar a política corporativa do trabalho e da previdência, a todo o território português.⁴⁷¹

Um ano decorrido, no início de maio de 1961, Salazar daria por findas as funções ministeriais de Veiga de Macedo solicitando-lhe (Macedo, [2003], p. 49), num “pedido pessoal” feito com “vivo empenho”, que passasse a presidir à Comissão Executiva da União Nacional, pretensão que aceitaria, muito embora não fosse filiado no organismo.

Anos mais tarde, já em plena democracia, refletindo acerca do seu percurso como ministro das Corporações, Veiga de Macedo ([2003], pp. 49-50) questionar-se-ia, a propósito das “expressivas referências” tecidas por Salazar à sua ação governativa e ao “momento alto em que esta cessara”, ambas feitas aquando do convite para a União

⁴⁷⁰ Anteriormente, previa o Decreto-Lei n.º 36 173 (Art. 11.º) uma “representação paritária dos organismos ou entidades outorgantes”.

⁴⁷¹ O desiderato, registado no ANTT (AOS CP 163, fl. 1), seria formulado na sequência de algumas conversas com o ministro do Ultramar “sobre os problemas do trabalho, de previdência e da organização corporativa” nas províncias ultramarinas.

Nacional, acerca da existência de uma correlação positiva entre um pedido que vinha pôr em risco a obra até então realizada e a “viva e crescente reação de fortes grupos económicos, hostis à política social que [...] vinha executando”, e que, segundo refere, teria recrudescido na altura em que se soubera do propósito em integrar a cobertura dos riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais na Previdência Social e da Proposta de Lei da sua autoria, onde se previa “a participação dos trabalhadores nos lucros das grandes empresas privadas e nas empresas públicas”.

7. Nota conclusiva.

Tal como anteriormente havia acontecido relativamente ao PEP, também as realizações decorrentes da política social corporativa desenvolvida por Veiga de Macedo teriam prosseguido, num jogo de equilíbrio entre as resistências apontadas e a perceção do Presidente do Conselho de depender desta categoria do corporativismo e em detrimento da vertente exclusivamente política e económica, a estabilidade, evolução e perpetuação do Estado Novo. E muito embora tudo leve a crer que essas resistências tenham comprometido a atuação do Ministro das Corporações, forçando a sua saída do Governo e protelando algumas das realizações em projeto, como parece ter acontecido no caso da reforma da Previdência, a sua ocorrência não teria descredibilizado a ação desenvolvida no seu todo, que antes sairia reforçada, perante os fortes desequilíbrios sociais que se propunha atenuar e face à conjuntura doméstica e internacional.

O momento de tranquilidade política em que Veiga de Macedo iniciara o respetivo mandato nas Corporações, ocorrido depois da inquietação subsequente ao pós II Guerra Mundial, que, com o banimento do corporativismo a nível internacional e o questionamento da legitimidade da política colonialista, levava às candidaturas oposicionistas de Norton de Matos às eleições presidenciais em 1949 e de Quintão Meireles e Ruy Luís Gomes em 1951, brevemente seria seguido por novas e fortes turbulências. A candidatura de Humberto Delgado galvanizaria em 1958 a sociedade em torno das promessas democráticas, centradas nas críticas a uma política ultramarina desatualizada e ao atraso do país. Anunciando uma (Nogueira, 1980, pp. 495-520) “política social nova e rasgada”, o discurso de Delgado traria uma crise de revolta e subversão generalizadas que, no rescaldo das presidenciais, conduziria à remodelação do governo, fortemente desacreditado.

O bispo do Porto juntaria a sua voz ao coro de protestos, na carta enviada a Salazar em julho de 1958, um mês depois do resultado eleitoral. Criticando de forma contundente o Regime, por não ter cumprido as intenções de justiça social que proclamara, o bispo reclamava contra a delegação desse objetivo numa mera função educativa do Estado, ilegítima porque até então comprovadamente ineficaz. Estas considerações que parecem pôr em xeque a atuação do Ministro das Corporações, enquanto motor da política corporativa e produtor do PFSC, teriam no entanto dado, pelo tom incisivo, consistência aos lamentos de Veiga de Macedo e suporte a algumas das realizações em projeto. Por outro lado, após esta ocorrência, parece natural que os esforços do ministro em prol da justiça social tenham redobrado, na ânsia de rebater um discurso que, embora a título individual, provinha da Igreja e não só comprometia a sua prestação no cargo, como o regime corporativo que defendia.

O facto de Veiga de Macedo não ter sido demitido em consequência da crise governamental, que decorrera da crise eleitoral, é indicador de um prestígio pessoal que, decorrente das declarações de intenções e realizações no campo social, não teria sido suficientemente abalado quer pelas críticas da oposição, quer pelos considerandos do bispo do Porto, saindo antes reforçado por estas últimas. É assim que, reportando-se à crise eleitoral que tornara inevitável a reorganização do governo, em função do desempenho dos ministros, Franco Nogueira (1980, p. 522) afirma não se ter imposto alteração no caso do Ministro das Corporações, um “trabalhador afincado”. Este rótulo, que é dado no contexto de um ambiente político (Nogueira, 1980, p. 450) “de incerteza, de desassossego”, em que teriam germinado os consensos em torno da candidatura de Humberto Delgado, é afinado na descrição de Veiga de Macedo como “um incansável, devotado à sua missão”, que assim “contribui para a paz social”.

Assim, num contexto de múltiplas realizações e projetos em devir, o convite para a União Nacional que termina o desempenho do Ministro das Corporações e surge, para este, como uma penalização, não deixa de apresentar, por outro lado, uma componente de reconhecimento e de desejo de continuidade de um trabalho desenvolvido em prol do Estado Novo.

Embora servindo aos objetivos do Regime, como exemplo das virtualidades da orgânica corporativa, algumas das realizações de Veiga de Macedo, designadamente no âmbito dos direitos do trabalho e regalias sociais, suscitavam inquietação e produziam resistências a que o ministro respondia com uma ação mais incisiva, em nome de uma verdade corporativa que, apesar de enunciada, não fora ainda cumprida. O convite, feito

para ocupar a presidência da comissão executiva da União Nacional, significava portanto, para além das presumíveis cedências do Presidente do Conselho a pressões que exigiriam um corte forçado na ação que Veiga de Macedo desenvolvia nas Corporações, a intenção de utilização de um capital de prestígio adquirido enquanto governante, na liderança e credibilização de um órgão doutrinário de apoio ao Governo e sua única organização política, numa fase em que aquele se encontrava débil e inoperante⁴⁷² e numa altura em que se tornava necessário mobilizar a opinião pública para enfrentar o anticolonialismo.

Veiga de Macedo desempenharia a função de presidente da comissão executiva da União Nacional até 18 de fevereiro de 1965, altura em que seria substituído nestas funções, por Castro Fernandes. Convidado para o lugar de diretor geral do trabalho por José Gonçalves Proença, ministro que o substituíra nas Corporações, ocuparia oficialmente este cargo a partir de finais de 1961 e até 1974, a par do de presidente da Federação de Caixas de Previdência – Obras Sociais, instituição que criara, na pasta das Corporações.

⁴⁷² A crise e desmobilização que (Cruz, 1988, pp. 146-152) vinham desde o início da década de cinquenta e seriam atestadas nas eleições de 1958, com a União Nacional a registar o mais fraco resultado de sempre na sua história eleitoral, ter-se-iam mantido sem grandes alterações até à data do convite.

CONCLUSÕES

A ação desenvolvida por Veiga de Macedo nos cargos de Subsecretário de Estado da Educação Nacional e de Ministro das Corporações, apesar de coartada em pontos de desempenho máximo da reativação de antigos desideratos fundadores do Regime, contribuiu para a respetiva credibilização, estabilidade e manutenção. O PEP e a CNEA constituíram a efetivação e o prosseguimento de um objetivo que, inscrito na campanha contra o analfabetismo levada a cabo pelo *Diário de Notícias*, entre 1931 e 1932, gerara um movimento nacional em torno da necessidade de alfabetização, transformando a educação, num dos suportes do regime político em construção.⁴⁷³

Reativado nos anos cinquenta, mais uma vez este objetivo, pelo seu caráter regenerador, serviria à afirmação do Regime. Perante as altas taxas de analfabetismo registadas nos censos de 1950, mostrava-se, a par de uma intenção modernizadora que colocava a educação como condição do desenvolvimento da Economia, em vésperas do lançamento do I Plano de Fomento, o sinal da abertura de um Regime que não se fechava sobre si mesmo, mas antes acolhia as recomendações da UNESCO. Por outro lado, alguns dos conteúdos educativos associados ao programa de alfabetização de adultos permitiriam o começo da realização generalizada de um outro antigo intento – a corporativização dos indivíduos. Esta, entendida como a naturalização dos princípios corporativos inscritos na legislação portuguesa, havia sido desde sempre apontada pelos teóricos do corporativismo, como indispensável à completude da organização corporativa.

Aqui, o conceito alargado de alfabetização parece ter seguido o padrão descrito por Deleuze e Guattari (1992, pp. 22-23), ao remeter para um problema e respetiva solução e ao entroncar em conceitos e novos problemas que, com aquele interrelacionados, participam de uma mesma cocriação. No caso específico, a inclusão de matérias como a agricultura e pecuária a par da organização corporativa e previdência social, se surge associada à tentativa de resolução do problema das altas taxas de analfabetismo, é estabelecida com o intuito de dotar a população de um nível de instrução básico, indispensável não só à implementação do I Plano de Fomento como à completude da organização corporativa.

⁴⁷³ A este propósito, parece significativo que os postos de ensino criados pelo Decreto n.º 20 604 em finais de novembro de 1931, num período que segundo Rosas (1992, p. 90), corresponde à “fase de transição para a plena institucionalização do Estado Novo”, tenham surgido no contexto de uma campanha contra o analfabetismo que congregara a opinião pública nacional, sendo apresentados como exemplo da atitude patriótica do governo, que à mesma se juntara.

Um propósito idêntico a este último, de âmbito mais alargado, suportaria a promulgação do PFSC e do Estatuto Jurídico das Corporações, elaborados por Veiga de Macedo no cargo de Ministro das Corporações. Os dois diplomas são um sinal de coesão e potência do Regime, ao reiterarem o desígnio de finalização do edifício corporativo há mais de vinte anos esboçado a partir da Constituição Política de 1933, num pós guerra em que o corporativismo conotado com o fascismo italiano caíra em descrédito, destronado pelas potências democráticas e pela Rússia comunista, e em que a questão dos territórios ultramarinos portugueses se colocava, com a aceleração da queda dos impérios coloniais. Por outro lado, esta refundação corporativa, que respondia às críticas de atraso do país providas da oposição, com o argumento de que tal derivava da incompletude da orgânica corporativa, vinha trazer um novo vigor ao Estado Novo e aos seus fundamentos ideológicos.

De facto, qualquer destes pacotes legislativos produziria um considerável impacto político, favorável ao Regime. No decurso da primeira reunião plenária da UN e cerca de seis meses após a promulgação do PEP, o Presidente do Conselho faria referência a um favorável ambiente político, gerado no país por esta providência governativa.⁴⁷⁴ De igual modo, o parecer da Câmara Corporativa à proposta de lei sobre a criação das corporações (Cardoso, 1956), apesar dos muitos reparos, refere-se ao documento como um “ato de fé” que traduz um “quase milagre” da ressurreição corporativa, deixando claro o contributo em prol da continuidade do Estado Novo, tornada possível pela reafirmação do cumprimento dos seus ideais fundadores.

No âmbito da refundação corporativa, o PEP potencia e prepara o surgimento do PFSC ao funcionar como um dispositivo preparatório deste, incluindo, nos programas para o ensino elementar de adultos⁴⁷⁵ matérias como a segurança no trabalho, a previdência social ou a organização corporativa. Introduzidas a nível elementar, no pacote da “educação de base” a ministrar aos candidatos ao exame de 3.^a classe, que garantia uma certificação básica, estas encontram-se contempladas no jornal *A Campanha*, órgão da CNEA e manual de leitura para os adultos a alfabetizar, sendo posteriormente desenvolvidas a partir da promulgação do PFSC.

⁴⁷⁴ Tal como atrás foi referido, realçaria Salazar (1953, p. 334): “o ambiente político geral ressentia-se favoravelmente, da repercussão de certo número de factos e providências governativas recentes, entre as quais a Campanha contra o analfabetismo e o Plano de Fomento são, sem dúvida, os de maior relevo”.

⁴⁷⁵ Programas constantes do Despacho do MEN de 23 de março de 1953.

O objetivo de corporativização da sociedade, contido em ambos os planos educativos, seria legitimado pelos pressupostos de justiça social inscritos nos fundamentos do corporativismo português. Se no PEP, a obrigatoriedade de posse do diploma de ensino primário surgia como um “direito à educação”⁴⁷⁶ que, ao implicar deveres, possibilitava a mobilidade social e o usufruto de alguns dos benefícios da organização corporativa, pela divulgação e naturalização dos seus princípios básicos, no PFSC esta ação corporatizadora era ampliada, em profundidade e extensão. Por outro lado, a ideia de usufruto e cumprimento de direitos e deveres em prol do bem comum, inscrita no corporativismo como condição *sine qua non* de realização de justiça social e basilar no PFSC, sendo implícita e transversal ao PEP, faz deste uma realização corporativa no âmbito da chamada questão social.⁴⁷⁷

E teria sido de entre as vertentes política, económica e social, esta última categoria do corporativismo a ligar os dois planos educativos e a impulsionar a ação governativa de Veiga de Macedo, que se pode considerar enquadrada por uma linha de pensamento, no âmbito do corporativismo social católico. Seria por este motivo que a Câmara Corporativa, embora louvando o PFSC, que considerara “formalmente perfeito” no concernente ao serviço social corporativo e do trabalho, o criticara, por este se mostrar pouco ambicioso no aspeto político. Pela mesma razão, de igual modo Águedo de Oliveira (1956, pp. 1230-1235) reprovava, aquando do debate da proposta de lei relativa ao PFSC na Assembleia Nacional, o enfoque dado pelo documento aos aspetos sociais do corporativismo, alertando para o facto de formação corporativa não ser equivalente a formação social e reclamando que o documento, firmado numa ideia de corporativismo proclamada pelos corporativistas católicos, reduzia a teoria e doutrina corporativas a um conjunto de técnicas e finalidades de ação social.

A execução de uma refundação corporativa centrada na vertente social do corporativismo português e no âmbito do corporativismo social católico pode ser entendida pelo percurso construtor da identidade de Veiga de Macedo, tomada esta, de acordo com o modelo de (Hall, 2005, pp. 10-13) “sujeito sociológico”. Nesta perspetiva, as instituições educativas e profissionais que frequentara, bem como algumas das relações pessoais aí estabelecidas, teriam em muito contribuído para alinhar os

⁴⁷⁶ A capa do exemplar n.º 1 de *A Campanha* transmite a ideia de obrigatoriedade de ensino básico como direito dos indivíduos na frase “A instrução e a educação deverão ser direito de todos”.

⁴⁷⁷ A este propósito é significativo que as Casas do Povo, organismos corporativos de cooperação social para o meio rural, contem entre os seus fins, e para além da previdência e assistência, a instrução.

respetivos sentimentos subjetivos aos lugares objetivos que ocuparia no mundo social e na governação e à ação desenvolvida no campo discursivo e das realizações. Se parece claro que as instituições educativas frequentadas, a filiação no CADC, o convívio com os mestres de Coimbra e em particular com Mário de Figueiredo, teriam influenciado a opção de adesão ao projeto corporativo do Estado Novo, é também de crer que a passagem pelo INTP, no cargo de delegado, tenha desenvolvido em Veiga de Macedo o perfil de educador e o desejo de intervir no campo social.

A este propósito e tal como já foi referido, tinha este organismo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 23 053, a incumbência de (Art. 2.º) “assegurar a execução das leis de proteção ao trabalho e as demais de caráter social”, de modo a integrar “os trabalhadores e restantes elementos da produção na organização corporativa prevista no Estatuto do Trabalho Nacional”, cabendo aos respetivos delegados (Art. 9.º) propagandear os princípios corporativos e zelar no sentido de uma “eficaz e permanente proteção sob todas as formas aos trabalhadores”, relativamente a tudo o que respeitasse à “dignidade das famílias operárias”. Estes deveres, que regiam o INTP e os seus delegados, transformando-os segundo o Presidente do Conselho (Salazar, 1933 a), p. 2) em “defensores natos dos que trabalham”⁴⁷⁸, parecem surgir como determinantes no entendimento da ação de Veiga de Macedo. Teria sido em ordem ao cumprimento destas obrigações que elaboraria o PEP, a CNEA e o PFSC, que criaria, dado o protelamento na promulgação da reforma da previdência, a Federação de Caixas de Previdência – Obras Sociais e que, já fora de funções governativas em novembro de 1961, solicitaria ao Presidente do Conselho para que agilizasse a sua nomeação, em termos oficiais, para o cargo de diretor geral do trabalho.⁴⁷⁹ O cariz educativo do PEP, da CNEA e do PFSC, ao nível da formação das consciências e em torno da ideia de efetivação de justiça social no âmbito do corporativismo, assim como as realizações deles decorrentes, encontram-se por consequência enquadrados e legitimados pelas atribuições conferidas ao INTP e seus delegados, de patronato das classes trabalhadoras

⁴⁷⁸ Discurso dirigido aos primeiros delegados do INTP a 20 de dezembro de 1933, pouco tempo antes de terem assumido os respetivos cargos.

⁴⁷⁹ O pedido a Salazar que se encontra formalizado em carta de 14 de novembro de 1961 e registado no ANTT (AOS CP 163, fl. 174-175) teria sido feito após ter aceitado informalmente este cargo, que lhe havia sido proposto pelo seu substituto nas Corporações, José Gonçalves Proença, em agosto desse mesmo ano.

e desfavorecidas e que Veiga de Macedo evocaria, como raízes do seu empenho pessoal na luta contra o analfabetismo.⁴⁸⁰

A afirmação de uma verdade corporativa fundadora, que se reclama ainda não realizada, faz de Veiga de Macedo um instrumento ao serviço do Estado Novo, que por seu intermédio se apresenta coeso e duradouro, ao surgir regenerado na retoma dos ideais de justiça social, entre os quais se contam o direito à instrução, os direitos do trabalho e os benefícios da previdência social. Por outro lado e neste quadro, a perspectiva de abertura da amplitude destas regalias sociais, ao suscitar as mais variadas inquietações no seio do próprio Regime ou em setores que lhe são afetos, impõe um equilíbrio de contenção que, no limite, ao exigir o cessar de funções, vem tornar Veiga de Macedo numa personagem intrigante por aparentemente contraditória.

O padrão que parece reger a sua vida governativa e que pode caracterizar-se pelo exercício de cargos ligados a transformações de fundo associadas à continuidade do Estado Novo, seguidas de uma travagem nas suas múltiplas realizações, imposta pelo convite para o assumir de novas funções credibilizadoras do Regime, pode ser desmontado, ao remeter para a personagem do “parresiasta”, conceptualizada por Michel Foucault em *O governo de si e dos outros*. Nesta perspectiva, parecem encontrar-se presentes no discurso e na ação de Veiga de Macedo (Foucault, 2011, p. 3), “a verdade, o engajamento e o risco”, enquanto traços estruturais da “parresia”⁴⁸¹. Assim, tanto o PEP como o PFSC teriam sido elaborados e posteriormente desenvolvidos, em nome de uma verdade que, inscrita no corporativismo, surgia como ainda não atingida ou até mesmo distorcida, exigindo de Veiga de Macedo um forte empenhamento pessoal que a breve trecho provocaria resistências, impondo o abandono do cargo que ocupava e, por consequência, a morte simbólica da sua ação. Por outro lado, o convite para o desempenho de novas funções relevantes no seio do Estado Novo, designadamente o de Ministro das Corporações e da Previdência Social e o de

⁴⁸⁰ Tal como já atrás foi referido, Veiga de Macedo (1955 e), p. 29) faria questão de frisar em setembro de 1954 e aquando da inauguração da cantina escolar Cardeal Cerejeira, que o seu compromisso em prol de uma “obra de defesa dos direitos das crianças” derivava do facto de não poder esquecer a identidade de delegado do INTP que o constituía. Refira-se ainda que tanto o PEP como a CNEA foram elaborados por um Subsecretário de Estado da Educação Nacional requisitado ao INTP, no decurso do cumprimento das funções de delegado deste organismo. O PFSC teria tido idêntica génese, uma vez que o seu autor, na qualidade de ministro das Corporações, presidia ao INTP.

⁴⁸¹ Não deixa de ser interessante verificar que a representação de “novo cavaleiro do ABC”, atribuída por Rui Ramos (1993, p. 61) a Veiga de Macedo, parece surgir de igual modo enquadrada pela personagem do “parresiasta”, nas características de verdade, engajamento e risco, que à figura de um cavaleiro são comumente associadas.

presidente da comissão executiva da União Nacional, surgido em momentos chave do Regime e que decorre de uma penalização aliada ao exercício do direito de “parresia”, ao remeter para a presumível vinculação dos ouvintes a um discurso que se reclama de justo e verdadeiro e que, face às resistências, vai endurecendo, parece ainda enquadrar-se na vertente política que envolve a função “parresiástica”, consubstanciada (Foucault, 2010, p. 325) no direito adquirido pelo “parresiasta”, em “falar aos outros para guiá-los”.

Para Veiga de Macedo, se, por um lado, a ocupação do cargo de Ministro das Corporações e da Previdência Social punha em risco as perspectivas de alargamento do programa de combate ao analfabetismo que havia encetado e levado a cabo, proporcionava, por outro lado, uma maior abrangência do exercício de proclamação da verdade corporativa. E esta, aliada às disposições contidas no PEP, que atribuíam competência especial ao Ministro das Corporações para colaborar no combate ao analfabetismo entre o operariado, surgia de algum modo como garantia mínima de salvaguarda, que Veiga de Macedo não hesitaria em utilizar, logo após ter sido empossado no novo cargo.⁴⁸²

Já a aceitação do cargo na União Nacional, parece ter uma leitura algo diferente quando, a par dos pedidos de exoneração feitos a Salazar pouco tempo após ter sido nomeado, se toma conhecimento não apenas da sua permanência em funções como presidente da Federação de Caixas de Previdência – Obras Sociais, como ainda do desejo e impaciência em ocupar o posto de diretor geral do trabalho⁴⁸³, ânsia que em breve se tornaria realidade. O facto de poder continuar a levar à prática a vertente social do corporativismo no seio do Ministério das Corporações explica, quando associado a

⁴⁸² Tal como atrás já foi referido, o ministro das Corporações daria instruções para que a Direção Geral do Trabalho e Corporações, a Inspeção do Trabalho e as delegações do INTP cooperassem com o MEN, no alargamento de cursos de adultos destinados aos trabalhadores. Estas, vertidas no despacho de 30 de novembro de 1955, podem ser lidas como uma forma de pressão que tem como fim contornar a inflexão no movimento de alfabetização de adultos, produzida aquando da sua saída deste ministério. Um propósito idêntico, agora no sentido de o PEP não diminuir de intensidade relativamente aos menores do meio rural, comandaria, em fevereiro do ano seguinte, a elaboração do despacho que define a colaboração a prestar pelos organismos corporativos às entidades escolares, na execução da lei sobre ensino primário obrigatório.

⁴⁸³ O pedido a Salazar para que agilizasse a nomeação para o cargo de diretor geral do trabalho, que já havia informalmente aceitado, após convite feito pelo seu sucessor no Ministério das Corporações, seria enviado em novembro de 1961 (IANTT, AOS CP 163, fls. 174-175). Quanto às solicitações de exoneração do cargo de presidente da comissão executiva da União Nacional, encontram-se registadas no ANTT (AOS CP 163, fls. 190-191) e referenciadas na carta enviada a Salazar em 19 de fevereiro de 1962, cerca de seis meses após ter abandonado o lugar de ministro das Corporações e na qual se refere a “um profundo desejo” de ser substituído, aludindo à dispensa de funções que havia há dias atrás requerido ao Presidente do Conselho.

uma questão de fidelidade ao Presidente do Conselho, representante dos pressupostos ideológicos do Estado Novo, não só a ocupação, como a permanência num lugar de chefia dum organismo de cariz predominantemente político e para o qual não se sentiria particularmente vocacionado.

O binómio fidelidade/”parresia” que parece poder ilustrar, nas relações de força entre os seus componentes, o percurso da vida governativa de Veiga de Macedo, teria estado também presente na génese da sua requisição ao Ministério das Corporações, para ocupar o cargo de Subsecretário de Estado da Educação Nacional. De facto, e muito embora o PEP e a CNEA não tenham sido explicitamente encomendados a nível hierárquico, aparecendo antes como obra da exclusiva responsabilidade do autor, teriam existido fortes expectativas de que este, no desempenho do novo cargo, viesse a cumprir, sem grandes sobressaltos, as metas do Estado Novo já definidas em traços largos por Castro Fernandes⁴⁸⁴ (1945, pp. 99-109), relativamente à erradicação do analfabetismo, devendo este ser integrado num programa de disseminação da cultura popular, que requeria a colaboração conjunta do Ministério da Educação e da organização corporativa. E assim, a indicação do seu nome para o posto de Subsecretário da Educação Nacional, feita por Trigo de Negreiros e suportada por Mário de Figueiredo e Pires de Lima, evidencia qualidades de trabalho e dedicação ao regime corporativo que garantem, a um tempo, eficácia na ação e fidelidade ao Estado Novo⁴⁸⁵, num contexto de exigência de alfabetização imposta pelo objetivo de desenvolvimento económico e face às questões de sinal contrário, que àquela surgiam recorrentemente associadas.

No que respeita aos resultados práticos do PEP, muito embora no caso das faixas etárias não abrangidas pela obrigatoriedade escolar, se pode considerar, tal como atrás já foi referido, que os objetivos atingidos se revelaram modestos, não pode deixar de ser apontado o facto deste pacote legislativo ter produzido uma transformação social associada à introdução de uma mutação de conceitos, com impacto a médio e longo

⁴⁸⁴ Castro Fernandes, responsável pela pasta das Corporações entre 1944 e 1948, tornaria públicas estas declarações, no discurso proferido aquando da criação da JCCP, organismo de que era presidente.

⁴⁸⁵ Joaquim Trigo de Negreiros desempenhara o cargo de Subsecretário de Estado das Corporações entre 1940 e 1944, período em que Veiga de Macedo cumprira os seus primeiros anos como delegado do INTP. Pires de Lima e Mário de Figueiredo haviam sido, como atrás já se referiu, seus professores em Coimbra. A escolha de Trigo de Negreiros e o aval de Mário de Figueiredo e de Pires de Lima constituíam-se, portanto, como garantias dadas em simultâneo ao nome de Veiga de Macedo, pela organização corporativa e pela Educação Nacional. A este propósito, é significativo o facto de Mário de Figueiredo ter desempenhado o cargo de Ministro da Educação Nacional, entre 1940 e 1944, e de Pires de Lima ser, à época, o titular deste ministério, que Veiga de Macedo iria assessorar.

prazo e traduzida a curto prazo numa acentuada baixa das taxas de analfabetismo, para os menores entre os 7 e os 11 anos⁴⁸⁶.

A condição de analfabeto, até então tolerada e no limite exaltada, enquanto sinónimo de pureza do mundo rural e característica dos espíritos simples, passa a estar imbuída, a partir do PEP, de uma forte conotação negativa. A nova personagem conceptual é agora um ser marginal, potencialmente perigoso e improdutivo, pelo facto de não atribuir significado ao código escrito. Em articulação com o conceito produzido por este novo figurino, os temores recorrentemente associados à alfabetização generalizada tendem a desvanecer-se, fazendo desta um ato regenerador que a torna, em simultâneo, num direito e numa obrigação dos indivíduos. E assim, embora fique aquém dos objetivos de extinção do analfabetismo e de expansão do ensino primário manifestados publicamente por Veiga de Macedo, o Decreto-Lei n.º 40 964, promulgado no último dia em que vigora a CNEA, surge como uma concessão que não mais pode ser adiada, à justeza das suas reclamações.⁴⁸⁷

Tal como atrás foi referido, algumas das reivindicações de Veiga de Macedo só seriam atendidas em pleno, e apesar de hoje soarem como naturais, anos mais tarde. No que concerne à atualidade das suas propostas, aponta-se o objetivo, registado no Decreto n.º 38 968, de integrar a educação de adultos no sistema educativo nacional. Esta, e pese embora o facto de os regentes dos cursos da CNEA poderem ser indivíduos não credenciados, é encarada a partir de então, como um tipo de ensino específico que requer professores especializados e que vem a exigir a realização de cursos de

⁴⁸⁶ Em finais de 1956 o Decreto-Lei n.º 40 964 refere, para os menores desta faixa etária e relativamente ao ano de 1955, a taxa de analfabetismo de 1%, obtida a partir de inquérito efetuado pela DGEP. O mesmo estudo revela que, comparativamente com os registos obtidos a partir dos censos de 1950, o número de crianças desta faixa etária sem ensino, teria diminuído de um total de 156 219, para 8 891.

⁴⁸⁷ O Decreto-Lei n.º 40 964 estabelecerá a extensão da obrigatoriedade de frequência do ensino primário, por mais um ano e até à 4.ª classe, apenas para os menores do sexo masculino, a partir de outubro de 1957, vindo assim ao encontro, embora de modo mais contido, das reclamações de Veiga de Macedo. Tal como atrás foi referido, este havia apontado no decurso da V Reunião Anual dos Funcionários Superiores do Ensino Primário, realizada em setembro de 1954 (Macedo, 1955 c), pp. 157-160), sem qualquer menção a restrições de género, a obrigatoriedade da frequência escolar até à 4.ª classe, como “medida de alta importância” a implementar a partir do ano letivo de 1955/56. No que respeita à extinção do analfabetismo, o decreto supracitado traduz o objetivo de alargar as medidas adotadas, também já explicitado por Veiga de Macedo. Este, no decorrer do evento acima mencionado (Macedo, 1955 c), pp. 308-309), havia referido a necessidade de equiparar as obrigações das entidades patronais da lavoura às entidades patronais do comércio e da indústria, relativamente à cedência de instalações para a lecionação dos trabalhadores analfabetos, desde que tivessem ao serviço mais de 20 trabalhadores com menos de 40 anos, sem exame de 3.ª classe. A obrigação de frequência dos cursos deveria ainda passar a estender-se a todos os trabalhadores sem este tipo de habilitação, independentemente do vínculo contratual e seria alargada, dos 35 anos, aos 40 ou 45 anos de idade. O decreto, menos ambicioso, viria a estabelecer como limite de idade para a obrigação de frequência de cursos de adultos, os 35 anos para os trabalhadores do comércio e da indústria e os 30 anos para os trabalhadores rurais.

educadores de adultos nas escolas do magistério primário, em conformidade com as determinações contempladas no diploma atrás mencionado, de serem incluídos nos planos de estudo destas escolas, cursos de psicologia de adultos e de educação de adultos⁴⁸⁸.

A necessidade de material didático e de livros específicos para o ensino de adultos, ao trazer por arrasto a permissão de adoção de uma multiplicidade de manuais, soa na atualidade como inovadora, podendo traduzir-se como uma inflexão na política de “livro único” adotada pelo Estado Novo e que à época estaria em expansão, com a publicação em 1951, do “livro único” para a 3.^a classe⁴⁸⁹. No que concerne aos professores, regista-se o convite feito, em despacho de 7 de novembro de 1951, a uma participação ativa que envolve o envio de críticas e sugestões à DGEP, “sobre todos os assuntos de interesse para o ensino primário”. Um pedido de teor semelhante será renovado, aquando do lançamento do jornal *A Campanha*, tendo em vista o seu aperfeiçoamento. O procedimento, que suscita por parte de alguns dos alunos das escolas do magistério primário e professores das respetivas escolas anexas, comentários de “falta de espírito crítico” e justificações várias que traduzem medo e incapacidade de expressão, parece introduzir uma mudança de perspetiva no que toca ao acatamento acéfalo de métodos e didáticas pedagógicas, previamente definidas a nível hierárquico.⁴⁹⁰

No que respeita a recursos e métodos de ensino, as bibliotecas escolares, as bibliotecas circulantes e a utilização progressiva de audiovisuais são realidades que se vão naturalizando e que radicam no PEP e na CNEA. Previstas desde 1947, pelo

⁴⁸⁸ Os cursos teriam sido frequentados, de acordo com os registos constantes do Arquivo Histórico do MEC (série 5, caixa n.º 1542 e série 7, caixa n.º 1810), maioritariamente pelos alunos das escolas do magistério primário e por agentes de ensino em exercício.

⁴⁸⁹ Contemplada na Lei n.º 1941, de 11 de abril de 1936, a legislação relativa ao “livro único”, previa que em todo o país fosse adotado o mesmo livro de leitura, em cada classe do ensino primário. Em novembro do mesmo ano, o Decreto-Lei n.º 27 279 determinaria a existência de um único livro que incluísse (Art. 2.º) “as matérias de todas as disciplinas”, para cada classe do ensino primário. A regulamentação das questões relativas ao “livro único”, pelo Decreto-Lei n.º 27 882, de julho de 1937, tornaria possível a respetiva elaboração e implementação, nos anos seguintes. Os primeiros livros únicos da 1.^a e 2.^a classe seriam publicados respetivamente, em 1941 e 1944. O da 3.^a classe, em 1951. Assim, é significativo que no decurso da reunião da comissão executiva e de orientação pedagógica da CNEA, realizada em abril de 1953, Veiga de Macedo, embora fazendo referência (Ata número 3, p. 40) à elaboração de “um projeto de guia de leitura, destinado a ser editado em larga escala”, que estaria em curso, não deixe de apontar o facto de não se pretender impô-lo como único, em ordem a ficar salvaguardada a liberdade de métodos de ensino.

⁴⁹⁰ Registadas no Arquivo Histórico do MEC (série 7, caixa 1810), as respostas de alguns alunos das escolas do magistério primário e professores das escolas anexas revelam o temor de ofender os superiores hierárquicos com as suas considerações, na justificação que incluem de as críticas e sugestões que enviam serem resultantes de um procedimento que se conforma a determinações superiores.

Decreto-Lei n.º 36 147, as primeiras 35 bibliotecas das escolas primárias distribuídas em abril de 1954 passam a um total de 2 502, em 1961.⁴⁹¹ As 100 primeiras bibliotecas circulantes organizadas em 1953, e cuja criação precede a do serviço de bibliotecas itinerantes (SBI) da Fundação Calouste Gulbenkian, em 1958, aumentarão para um total de 368, em 1961. O findar da CNEA e a integração do material audiovisual que aí fora usado, na DGEP, tornaria possível a criação dos Serviços de Cinema deste organismo e a respetiva participação (EP, n.º 1257, março/1962, p. 8) no Conselho Internacional do Filme de Ensino, de 1958 em diante. A partir de então, seria potenciada a utilização de novos filmes, portugueses e estrangeiros, no ensino primário. No ano letivo de 1959/60, a rádio escolar inicia um período experimental e, em 1960, passa a emitir regularmente programas com lições gravadas e reproduzidas nas escolas.⁴⁹² A progressão da utilização dos métodos audiovisuais no ensino, iniciada com a CNEA, culminará na criação do Instituto de Meios Audiovisuais (IMAVE) e da telescola, dele dependente, em 31 de dezembro de 1964.⁴⁹³

A intervenção de Veiga de Macedo no campo educativo, após o PEP, não terminaria com o PFSC e o respetivo enfoque na educação corporativa. Convidado em 1963 para membro do grupo encarregado dos estudos de planeamento da ação educativa⁴⁹⁴, pelo então Ministro da Educação Nacional, Inocêncio Galvão Teles, Veiga de Macedo proporia, no âmbito de um projeto de reforma do ensino primário e da educação popular por si elaborado, a prorrogação da escolaridade obrigatória para seis anos, através de um ensino unificado de dois ciclos, e a remodelação dos cursos de educação de adultos.⁴⁹⁵

⁴⁹¹ Informação recolhida no Arquivo Histórico do MEC (série 7, caixa 1032).

⁴⁹² As lições são compostas por temas variados – língua materna, educação musical, canto coral, história, ciências geográficas naturais e segurança no trabalho.

⁴⁹³ Integrado no MEN, o IMAVE, criado pelo Decreto-Lei n.º 46 135, tinha como finalidade (Artigo 1.º) “promover a utilização, a expansão e o aperfeiçoamento das técnicas audiovisuais como meios auxiliares e de difusão do ensino e de elevação do nível cultural da população”. A telescola, dependente do IMAVE e criada no MEN pelo Decreto-Lei n.º 46 136, destinava-se (Artigo 1.º) “à realização de cursos de radiodifusão e televisão escolares”. Em dezembro do ano anterior, havia sido criado no Instituto de Alta Cultura, pelo Decreto-Lei n.º 45 418, o Centro de Pedagogia Audiovisual, com o qual devia o IMAVE colaborar.

⁴⁹⁴ Grupo precursor do Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa (GEPAE), criado em 16 de janeiro de 1965, pelo Decreto-Lei n.º 46 156. Este organismo, instituído no MEN e na dependência direta do ministro, tinha como funções (Artigo 1.º), “estudar, de forma permanente, os problemas relacionados com a educação e propor as correspondentes soluções, de acordo com a evolução das necessidades do país”.

⁴⁹⁵ Informação recolhida a partir das notas biográficas acerca de Veiga de Macedo (Pires, 2004).

Eleito deputado da Assembleia Nacional, de 1961 a 1974, nas VIII, IX, X e XI legislaturas, participaria em debates de diversos avisos prévios relacionados com questões educativas e discutiria detalhadamente, em 1973, a proposta de lei de reforma do sistema educativo. Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e Assistência Social nas VIII e IX legislaturas e da Comissão da Educação, Cultura e Interesses Espirituais e Morais nas X e XI legislaturas, as suas intervenções no parlamento, centrar-se-iam nas questões relativas à educação e à previdência e assistência sociais.

Na qualidade de presidente da Federação de Caixas de Previdência – Obras Sociais, instituição por si criada em 1960 no período em que ocupava a pasta das Corporações e posteriormente designada por Instituto de Obras Sociais (IOS), impulsionaria a criação de uma rede de colónias de férias infantis, de colónias para trabalhadores, de colónias termais, de pousadas de férias e residências para estudantes, de infantários e de jardins-de-infância.

Sobre a obra social e a ação educativa de Veiga de Macedo e suas relações com a política do Estado Novo, muito mais haveria a dizer, ficando de igual modo incompleta e até inexplorada a atividade desenvolvida no seio do INTP, no que concerne aos direitos do trabalho, numa primeira fase como delegado deste organismo e posteriormente, a partir de 1961, como diretor geral do trabalho.

Em junho de 1974 cessaria, por decisão superior, o desempenho de Veiga de Macedo no IOS. Aposentado compulsivamente pouco tempo depois e, no ano seguinte, exonerado do cargo de diretor geral do trabalho, que exercia desde 1961, emigraria para o Brasil em outubro de 1974, aqui permanecendo cerca de dez anos. Em 1982, Veiga de Macedo seria reintegrado no posto de diretor geral do trabalho, de que tinha sido exonerado em 1975, até à sua aposentação, ocorrida em 1984.

A ação governativa de Veiga de Macedo, muito embora apresentando-se enquadrada pelos objetivos de estabilidade e continuidade de um Regime consensualmente tido como conservador e autoritário, pareceu por vezes entrar em colisão com os respetivos desígnios e categorias representativas, ao conter aspetos de cariz inovador e atual e ao surgir associada a um padrão de cessação de funções, em momentos que registam picos de realizações. Esta característica, intrigante e aparentemente contraditória, que deu consistência à investigação, permitiu, na tentativa

de desmontar o paradoxo, perscrutar não apenas algumas das facetas identitárias de Veiga de Macedo, como ainda a possibilidade de emergência da sua ação e condições de desenvolvimento das realizações daí decorrentes, face uma realidade onde se cruzam múltiplos interesses e se joga a continuidade do Estado Novo.

É exatamente neste ponto que se encerra e creio se encontra o essencial da minha tese: o de procurar demonstrar a força operativa de um estudo de caso, no *caso* o da narrativa biográfica, para a compreensão do funcionamento de uma forma de governo do Estado e da coisa pública que amiúde se lê e interpreta como sendo monolítica e soberana, nas decisões e iniciativas políticas que tiveram origem no seu interior. Julgo que a partir da figura de Veiga de Macedo ficaram mais expostas as ambiguidades e contradições do regime – mormente nos domínios das políticas sociais e da educação. A meu ver, a trajetória de Veiga de Macedo mostra que a continuidade do salazarismo e a sua capacidade de durar, muito ficaram a dever, também, à capacidade de absorver, e até tomar como suas, bandeiras que se diriam as do Estado Social e da Escola para Todos. Uma biografia serve para ver com mais nitidez a complexidade do Mundo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. Fontes de Arquivo

1. Arquivo Histórico do Ministério da Educação e Ciência

Relatórios de estagiários e de professores – 1953. Relatórios, série 3, caixa n.º 106.

Requerimentos, atribuição de prémios aos melhores alunos. Reunião anual de inspetores e diretores escolares, sugestões escolares, pedidos de autorização para peditório para assistência à tuberculose – 1953. Diversos, série 5, caixa n.º 1542.

Excursões escolares, cedência de campos. Bolsa de estudo, emissão radiofónica, aulas particulares dadas por professores. Diversos, série 5, caixa n.º 3462.

Bibliotecas, prémios, missões culturais, publicações, cursos, expedições, jornal, teatro – 1953/55. CNEA, série 7, caixas n.º 1810, n.º 1811.

Circulares – 1953/55. CNEA, série 7, caixa n.º 3440.

Conta de gerência – 1953/58. CNEA, série 7, caixas n.º 2582, n.º 2583, n.º 3219.

Criação de cursos, inscrição de cursos – 1951/55. CNEA, série 7, caixa n.º 3435.

Documentação de todos os distritos, jornal da campanha, publicações, teatro, bibliotecas, cinema, rádio – 1957/58. CNEA, série 7, caixa n.º 2683.

Dossier com duplicados e datilografados, relativos a trabalhos produzidos para publicação, seus autores e notas de despesa, listas de colaboradores. Programa de “espetáculo de teatro” sobre as obras-primas do teatro clássico. Regulamento do II concurso de peças de teatro. Documentação relativa à formação do grupo cénico. Informação, projetos e orçamentos para a área de teatro – 1954. CNEA, série 7, caixa n.º 3218.

Gratificações – 1953/55. CNEA, série 7, caixa n.º 3441.

Gratificações e valorizações – 1954/56. CNEA, série 7, caixas n.º 3488 e n.º 3513.

Imprensa – duplicados de textos de alguns autores portugueses datilografados para o jornal A Campanha. Estudos e planos. Ofertas, contratos, fornecimentos. Diversos (informações, propostas). Documentação sobre a 2.ª exposição dos resultados da Campanha – 1955/56. CNEA, série 7, caixa n.º 3220.

Inquérito sobre a influência da CNEA na luta contra o analfabetismo nas idades escolares. Adultos a receber ensino da 4.ª classe em regime de Campanha – 1954/56. CNEA, série 7, caixa n.º 3708.

Inspeção de cursos. Informações sobre determinados cursos – 1953/55. CNEA, série 7, caixa n.º 3437.

Lecionação de alunos em regime de Campanha. Criação de lugares, pedidos para colaborarem na Campanha por parte de professores – 1953/55/56. CNEA, série 7, caixa n.º 3443.

Listas de analfabetos inscritos – 1952/56. CNEA, série 7, caixas n.º 1263, n.º 1264, n.º 3401.

Livro de registo de entradas – 1953. CNEA, série 7, caixa n.º 3450.

Nomeação de professores regentes de cursos de adultos da Direção Escolar do Porto. Requerimentos, pedido de regência escolar, mapas de distribuição, estatísticas de alunos inscritos, aprovações – 1954/55. CNEA, série 7, caixa n.º 3477.

Nomeação e exoneração de professores para a regência de cursos de educação de adultos – 1953. CNEA, série 7, caixa n.º 3177.

Mapas estatísticos mensais e anuais – exames, pessoal docente, alunos, assistência escolar – 1951/53. CNEA, série 7, caixa n.º 3215.

Motivos e justificação de não frequentar o curso – 1953/55. CNEA, série 7, caixa n.º 3439.

Pedidos para a realização de cursos. Seleção de professores. Pedidos de regência por parte de alguns professores. Informação relativa à lecionação de alunos – 1953/56. CNEA, série 7, caixa n.º 3427.

Prémios, despesas, encargos administrativos, publicidade, propaganda – 1954/56. CNEA, série 7, caixas n.º 2655 a n.º 2658.

Publicidade e propaganda – 1955. CNEA, série 7, caixa n.º 2643.

Publicidade e propaganda, encargos administrativos, prémios, condecorações, gratificações, pessoal contratado – 1953/55. CNEA, série 7, caixa n.º 2390.

Recusa de professores para a regência de cursos – 1953/55. CNEA, série 7, caixa n.º 3436.

Relatórios das missões de Difusão de Cultura Popular – 1957/58. CNEA, série 7, caixas n.º 138 a n.º 141.

Requerimentos de professores a solicitar a sua nomeação para a regência de cursos de adultos e respetivos despachos – 1954/55. CNEA, série 7, caixas n.º 1306, n.º 1307, n.º 1411, n.º 3217.

Suspensão de cursos – 1953/55/56. CNEA, série 7, caixa n.º 3442.

Mapas estatísticos de alunos dos cursos de adultos. Criação de cursos – 1954. Mapas sintéticos de recenseamento, série 11, caixa n.º 1534.

Mapas estatísticos referentes à educação de adultos – 1954/59. Mapas sintéticos de recenseamento, série 11, caixa n.º 1034.

Mapas estatísticos relativos a todo o país. Escolas e postos, educação de adultos, métodos de ensino, cantinas, diversos – 1952/59. Mapas sintéticos de recenseamento, série 11, caixa n.º 1033.

Mapas estatísticos relativos a todo o país e ultramar – rede escolar, população escolar, matrículas, movimento de alunos, exames, ação social, cantinas, diversos – 1949/70. Mapas sintéticos de recenseamento, série 11, caixa n.º 1032.

Direção escolar do distrito de Faro, assuntos pedagógicos e diversos – 1954/767. Direções escolares, série 26, caixa n.º 989.

Bibliotecas escolares – 1954. Bibliotecas escolares, série 28, caixa n.º 1025.

Envio das teses respeitando a estes cursos a realizar em diversas cidades do país – 1951. Cursos de Aperfeiçoamento, série 39, caixa n.º 1408.

Circulares e ofícios. Circular do Ministério das Corporações e da Previdência Social – 1950/1956. Circulares e Regulamentos, série 49, caixa n.º 3383.

Circulares e regulamentos – 1945/72. Circulares e regulamentos, série 49, caixa n.º 2950.

2. Arquivo Nacional/Torre do Tombo

2.1. Arquivo de Salazar

2.1.1. Correspondência oficial. Corporações

Conclusão das negociações entre a União dos Sindicatos dos ferroviários e a CP, relativas ao contrato coletivo de trabalho (1955-1956), capilha 3, AOS/CO/CR-2.

Nomeação do grémio da lavoura de Aveiro e Ílhavo (1955), capilha 4, AOS/CO/CR-2.

Participação portuguesa na 130.^a sessão do Conselho de Administração do BIT – Bureau International du Travail (1955), capilha 5, AOS/CO/CR-2.

Reclamação da decisão disciplinar da Ordem dos Médicos, que atingiu Custódio Frias Ferreira, médico no Porto (1955), capilha 6, AOS/CO/CR-2.

Acusação contra a ação do sindicato nacional dos artistas teatrais (1955), capilha 7, AOS/CO/CR-2.

Aplicação prática de normas e princípios legais sobre horário de trabalho (1956), capilha 8, AOS/CO/CR-2.

Agradecimento pela criação da Casa do Povo de Porto de Mós (1956), capilha 9, AOS/CO/CR-2.

Revisão do Estatuto da Ordem dos Médicos (1956), capilha 10, AOS/CO/CR-2.

Designação do magistrado judicial João dos Santos Carvalho Júnior para presidir ao Conselho Superior Disciplinar da Ordem dos Médicos (1956), capilha 11, AOS/CO/CR-2.

Incorporação dos bens da Associação dos Engenheiros Civis no património da Ordem dos Engenheiros (1956-1958), capilha 12, AOS/CO/CR-2.

Integração dos diplomados pelo Instituto Superior de Agronomia na Ordem dos Engenheiros, AOS/CO/CR-2.

Preparação do Estatuto da Ordem dos Engenheiros (1956-1957), capilha 13, AOS/CO/CR-2.

Pretensão de António Alberto de Araújo Macedo, médico de uma caixa de previdência, de passar aos quadros da Federação dos Serviços Médico Sociais (1956), capilha 14, AOS/CO/CR-2.

Designação de Adérito Sedas Nunes para desempenhar as funções de diretor do Centro de Estudos Corporativos (1956), capilha 15, AOS/CO/CR-2.

Publicação da revista *Labor*, editada pela Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos, do artigo intitulado “A psicologia do trabalhador africano e o sindicalismo” (1956), capilha 16, AOS/CO/CR-2.

Preparação de acordo, entre Portugal e França, relativo à troca de estagiários (1956), capilha 17, AOS/CO/CR-2.

Informação sobre política sindical internacional (1956), capilha 18, AOS/CO/CR-2.

Realização de reunião geral dos funcionários superiores e dos delegados do INTP – Instituto Nacional de Trabalho e Previdência sobre o Plano de Formação Social e Corporativa, as relações de trabalho, a previdência social e abono de família, a política de habitação e os serviços do Ministério das Corporações e da Previdência Social (1956), capilha 19, AOS/CO/CR-2.

Dotações a conceder às Casas do Povo pelo Orçamento Geral do Estado (1956), capilha 20, AOS/CO/CR-2.

Cooperação das instituições de previdência e das Casas do Povo na construção de casas económicas (1957), capilha 21, AOS/CO/CR-2.

Relações do Ministério das Corporações e da Previdência Social com a Ordem dos Médicos e com o Ministério da Saúde e Assistência (1958), capilha 22, AOS/CO/CR-2.

Reorganização do Conselho Superior de Previdência Social (1956-1958), capilha 1, AOS/CO/CR-3.

Proposta de nomeação de Diogo de Paiva Brandão para o lugar de vice-presidente da Junta de Ação Social (1956), capilha 2, AOS/CO/CR-3.

Realização de greve nas salinas de Alcochete, por razões salariais (1957), capilha 3, AOS/CO/CR-3.

Criação da Corporação da Lavoura. Regulamentação e organização da mesma (1957-1965), capilha 4, AOS/CO/CR-3.

Eleições para a constituição da Ordem dos Engenheiros (1957), capilha 5, AOS/CO/CR-3.

Realização de greve na Empresa Carbonífera do Douro, de Pedorido, por razões salariais (1957), capilha 6, AOS/CO/CR-3.

Atividade da Open Door International, associação para a emancipação da mulher trabalhadora (1957-1963), capilha 7, AOS/CO/CR-3.

Proteção ao trabalho feminino. Definição de normas sobre o assunto, para constarem das cláusulas das convenções coletivas (1958), capilha 8, AOS/CO/CR-3.

Regulamentação das condições de segurança no trabalho de construção civil (1958), capilha 9, AOS/CO/CR-3.

Criação do Instituto de Formação Social e Corporativa (1958), capilha 10, AOS/CO/CR-3.

Participação portuguesa no congresso mundial de prevenção contra acidentes de trabalho (1958), capilha 11, AOS/CO/CR-3.

Revisão do estatuto dos tribunais do trabalho (1958-1960), capilha 12, AOS/CO/CR-3.

Apresentação, pelo grémio da indústria de limpezas de chaminé do distrito de Lisboa, de projeto de regulamento económico (1958), capilha 13, AOS/CO/CR-3.

Nomeação do médico Rui Gustavo de Freitas Vidal para o cargo de diretor dos serviços de estomatologia dos serviços médico social da federação das caixas de previdência (1958), capilha 14, AOS/CO/CR-3.

Informação sobre a idoneidade moral e política dos dirigentes da casa do povo de Benavente, bem como do escriturário desse organismo, José Sebastião Gomes de Azevedo (1958), capilha 15, AOS/CO/CR-3.

Atividade do serviço das habitações económicas da federação das caixas de previdência (1958), capilha 16, AOS/CO/CR-3.

Pedidos de revisão geral do acordo coletivo de trabalho celebrado entre os sindicatos dos ferroviários e a CP – companhia dos caminhos-de-ferro portugueses e de atualização dos salários (1959-1965), capilha 17, AOS/CO/CR-3.

Situação de litígio entre os armadores e os pescadores de sardinha de Matosinhos (1959), capilha 18.

A urbanização e o problema habitacional da região de Lisboa (1959), capilha 4. Pedido de financiamento para a construção de casas para os empregados da empresa Irmãos Costa Dias, Lda. (1959), capilha 5, AOS/CO/CR-4.

Informação sobre a formação de sindicatos, grémios, federações de grémios, casas do povo e federações de casas do povo, desde 1955 (1959), capilha 6, AOS/CO/CR-4.

Comemorações do Estatuto do Trabalho Nacional (1959), capilha 7, AOS/CO/CR-4.

Situação da firma Centro Vidreiro do Norte de Portugal, Lda., de Oliveira de Azeméis. Contrato coletivo de trabalho da indústria vidreira (1960), capilha 10, AOS/CO/CR-4.

Realização de greve dos operários das minas de Aljustrel (1960), capilha 11, AOS/CO/CR-4.

Agradecimentos pela promulgação de diploma sobre a heráldica das corporações (1960), capilha 12, AOS/CO/CR-4.

O problema das doenças profissionais. Criação da caixa nacional de seguros de doenças profissionais (1960), capilha 13, AOS/CO/CR-4.

Atividade da Seção de Missões da Junta de Ação Social, no âmbito do Plano de Formação Social e Corporativa (1960), capilha 14, AOS/CO/CR-4.

Descontentamento dos empreiteiros e demais pessoal ligado à construção civil do distrito de Ponta Delgada, pelo aumento dos descontos para a caixa sindical de previdência dos empregados e operários do arquipélago dos Açores (1961), capilha 15, AOS/CO/CR-4.

Informação acerca do acordo coletivo de trabalho entre a CP – Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses e o seu pessoal (1961), capilha 16, AOS/CO/CR-4. Publicação de notícias relativas às casas não ocupadas dos bairros económicos (1961), capilha 17, AOS/CO/CR-4.

Pedido de arrendamento de prédio necessário à instalação de 3 varas para o tribunal de trabalho de Lisboa (1961), capilha 18, AOS/CO/CR-4.

Situação da comissão administrativa do sindicato mineiro de Aljustrel (1961), capilha 19, AOS/CO/CR-4.

Assinatura do contrato de trabalho da indústria de confeitaria do sindicato nacional dos operários confeitores dos distritos do Porto e de Lisboa (1961), capilha 20.

2.1.2. Correspondência particular

Henrique Veiga de Macedo [correspondência a Salazar, de 9/9/1949 a 17/12/1959, fls. 268-571], pasta 4.4.4/1, AOS/CP-162.

Henrique Veiga de Macedo [correspondência a Salazar, de 11/1/60 a 1967, fls. 1-408], pasta 4.4.4/2, AOS/CP-163.

2.2. Arquivo da PIDE/DGS

Documentação respeitante a Henrique Veiga de Macedo:

Boletim de informação nº 19704. Serviços Centrais. NT (UI): 7975. 4 folhas [fl. 1 – 25/5/1965; fl. 2 – 19/5/1965; fl. 3 – 11/5/1965; fl. 4 – 17/3/1965]. PIDE/DGS.

Código do documento nº 19888. Delegação do Porto. NT (UI): 3773. 12 folhas [fls. 1-3 – 22/9/1973; fl. 4 – 22/8/1970; fl. 5 – 30/9/1969; fl. 6 – 26/9/1969; fl. 7 – 26/7/1969; fl. 8 – 18/7/1969; fl. 9 – 26/7/1969; fl. 10 – 18/7/1969; fls. 11-12 – 21/07/1969]. PIDE/DGS.

Processo de informação nº 35899. Delegação de Coimbra. NT (UI): 4848. 1 folha [8/10/1965]. PIDE/DGS.

Código do documento nº 1613 – CI(1). Serviços Centrais. NT (UI): 1225. 8 folhas [fls. 1-4 – 15/2/1973; fl. 5 – 18/4/1970; fl. 6 – 26/7/1969; fl. 7 – 31/10/1966; fl. 8 – 26/8/1965]. PIDE/DGS.

Código do documento nº 9/44 (P.º SR). Serviços Centrais. NT (UI): 2448. 92 folhas [fls. 1-92 – 1943/1972]. PIDE/DGS.

II. Fontes Impressas

1. Legislação consultada em:

1.1. Diários do Governo

Decreto n.º 4685 (1918). Secretaria de Estado da Agricultura – Direção da Instrução Agrícola [Aprova a organização do Instituto Superior de Agronomia]. D.G. n.º 161, série I, de 20 de julho.

Decreto n.º 9223 (1923). Ministério da Instrução Pública – Secretaria geral [Modifica algumas disposições do regulamento de ensino primário e normal]. D.G. n.º 235, série I, de 6 de novembro.

Decreto n.º 11 988 (1926). Ministério do Comércio e Comunicações [Declara que a designação de “engenheiro” pertence aos diplomados com qualquer dos cursos normais indicados neste decreto]. D.G. n.º 164, série I, de 29 de julho.

Decreto n.º 16 481 (1929). Ministério da Instrução Pública – Secretaria geral [Cria, junto do Ministério da Instrução Pública, a Comissão de Educação Popular]. D.G. n.º 32, série I, de 8 de fevereiro.

Decreto n.º 16 826 (1929). Ministério da Instrução Pública – Direção Geral do Ensino Primário e Normal – Repartição Pedagógica [Aprova o regulamento da Comissão de Educação Popular]. D.G. n.º 104, série I, de 9 de maio.

Decreto n.º 18 433 (1930). Ministério da Instrução Pública – Direção Geral do Ensino Primário e Normal – Repartição Pedagógica [Define as atribuições da comissão da carta escolar nomeada por portaria de 31 de dezembro de 1929]. D.G. n.º 130, série I, de 6 de junho de 1930.

Decreto n.º 18 724 (1930). Ministério da Instrução Pública – Direção Geral do Ensino Primário – Repartição Pedagógica [Permite o funcionamento nas escolas de ensino primário elementar e no ano letivo de 1930-1931 de cursos noturnos até ao limite total de quinhentos]. D.G. n.º 180, série I, de 5 de agosto.

Decreto n.º 19 908 (1931). Ministério da Instrução Pública – Direção Geral do Ensino Técnico [Aprova a regulamentação do ensino médio agrícola]. D.G. n.º 140, série I, de 19 de junho.

Decreto n.º 19 909 (1931). Ministério da Instrução Pública – Direção Geral do Ensino Técnico [Aprova a regulamentação do ensino elementar agrícola]. D.G. n.º 140, série I, de 19 de junho.

Decreto n.º 20 420 (1931). Ministério da Instrução Pública – Direção Geral do Ensino Técnico – Repartição do Ensino Industrial e Comercial [Aprova a organização do ensino técnico profissional]. D.G. n.º 243, 2.º Suplemento, série I, de 21 de outubro.

Decreto n.º 20 435 (1931). Ministério da Instrução Pública – Direção Geral do Ensino Primário [Manda pôr em vigor em relação ao ano letivo de 1931-1932 o decreto n.º 18 724, que permite o funcionamento de cursos noturnos nas escolas de ensino primário elementar até ao limite de quinhentos]. D.G. n.º 246, série I, de 24 de outubro.

Decreto n.º 20 604 (1931). Ministério da Instrução Pública – Direção Geral do Ensino Primário [Autoriza o Governo a criar postos de ensino destinados à propagação dos conhecimentos que constituem o 1.º grau do ensino primário elementar]. D.G. n.º 283, série I, de 9 de dezembro.

Decreto n.º 21 608 (1932). Ministério do Interior – Secretaria geral [Aprova os estatutos da União Nacional]. D.G. n.º 195, série I, de 20 de agosto.

Decreto n.º 21 896 (1932). Ministério da Instrução Pública – Direção Geral do Ensino Primário [Regula o serviço noturno no ensino elementar primário oficial]. D.G. n.º 274, série I, de 22 de novembro.

Decreto n.º 22 241 (1933). Presidência do Ministério [Promulga o projeto de Constituição da República Portuguesa]. D. G. n.º 43, Suplemento, Série I, de 22 de fevereiro.

Decreto n.º 24 402 (1934). Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e da Previdência Social [Promulga o horário de trabalho nos estabelecimentos comerciais e industriais]. D.G. n.º 199, série I, de 24 de agosto.

Decreto n.º 27 978 (1937). Presidência do Conselho [promulga o regulamento das Casas dos Pescadores]. D.G. n.º 194, série I, de 20 de agosto.

Decreto n.º 31 036 (1940). Presidência do Conselho. Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social [Promulga os Estatutos da FNAT]. D.G. n.º 301, de 28 de dezembro.

Decreto n.º 36 681 (1947). Presidência do Conselho e Ministério da Economia [Regula a constituição e o funcionamento das federações de grémios da lavoura]. D.G. n.º 294, série I, de 19 de dezembro.

Decreto n.º 38 369 (1951). Ministério da Educação Nacional – Direção Geral do Ensino Primário [Estabelece o recenseamento escolar, que abrangerá todas as crianças de idade compreendida entre os 7 e os 11 anos completos ou a completar até 31 de dezembro]. D.G. n.º 165, série I, de 6 de agosto.

Decreto n.º 38 636 (1952). Ministério da Educação Nacional – Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes [Promulga a reforma dos estudos do Instituto Superior de Agronomia]. D.G. n.º 29, série I, de 8 de fevereiro.

Decreto n.º 41 286 (1957). Ministério das Corporações e Previdência Social [Regula a constituição, atribuições e funcionamento das federações de Casas do Povo]. D.G. n.º 215, série I, de 23 de setembro.

Decreto n.º 41 821 (1958). Ministérios das Obras Públicas e das Corporações e Previdência Social [Aprova o Regulamento de segurança no trabalho na construção civil]. D.G. n.º 175, série I, de 11 de agosto.

Decreto-Lei n.º 23 048 (1933). Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social [Promulga o Estatuto do Trabalho Nacional]. D.G. n.º 217, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 23 049 (1933). Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social [Estabelece as bases a que devem obedecer os grémios, organismos corporativos das entidades patronais]. D.G. n.º 217, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 23 050 (1933). Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social [Reorganiza os sindicatos nacionais]. D.G. n.º 217, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 23 051 (1933). Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social [Autoriza em todas as freguesias rurais a criação das Casas do Povo, organismos de cooperação social, com fins de previdência, assistência, instrução e progressos sociais]. D.G. n.º 217, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 23 052 (1933). Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social [Autoriza o Governo a promover a construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos do Estado]. D.G. n.º 217, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 23 053 (1933). Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social [Cria no Subsecretariado das Corporações e Previdência Social o Instituto Nacional de Trabalho e Previdência e extingue o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral e os atuais tribunais dos desastres no trabalho, de árbitros avindores e arbitrais de previdência social]. D.G. n.º 217, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 23 870 (1934). Ministério da Justiça [Estabelece as bases a que ficam sujeitos os que praticarem delitos de *lock-out* ou de greve]. D.G. n.º 115, série I, de 18 de maio.

Decreto-Lei n.º 23 951 (1934). Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social [Considera abrangidas pelo preceituado no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 23 051 as instituições ou caixas de previdência criadas nas Casas do Povo ao abrigo do disposto no § único do artigo 5.º do mesmo decreto e cujo regulamento tenha sido aprovado pelo Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social]. D.G. n.º 128, série I, de 2 de junho.

Decreto-lei n.º 24 362 (1934). Presidência do Conselho [Cria o Conselho Corporativo, órgão de orientação superior da organização corporativa nacional]. D.G. n.º 191, série I, de 15 de agosto.

Decreto-Lei n.º 24 683 (1934). Presidência do Conselho [Regula a constituição da Câmara Corporativa da primeira legislatura da Assembleia Nacional]. D.G. n.º 279, série I, de 27 de novembro.

Decreto-Lei n.º 25 495 (1935). Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social [Cria a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho]. D.G. n.º 134, série I, de 13 de junho.

Decreto-Lei n.º 26 611 (1936). Ministério da Educação Nacional – Secretaria-geral [Aprova o Regimento da Junta Nacional de Educação]. D.G. n.º 116, série I, de 19 de maio.

Decreto-Lei n.º 26 757 (1936). Ministério do Comércio e Indústria [Autoriza o Ministro a constituir organismos destinados a coordenar e a regular superiormente a vida económica e social nas atividades diretamente ligadas aos produtos de importação e exportação]. D.G. n.º 158, série I, de 8 de julho.

Decreto-Lei n.º 27 003 (1936). Presidência do Conselho [Torna obrigatória a declaração de estar integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com ativo repúdio do

comunismo e de todas as ideias subversivas, para a admissão a concurso, nomeação, assalariamento e noutras circunstâncias, com relação aos lugares do Estado e serviços autónomos, bem como dos corpos e corporações administrativas, e ainda para os candidatos à frequência das escolas que preparam exclusivamente para o funcionalismo]. D.G. n.º 216, série I, de 14 de setembro.

Decreto-Lei n.º 27 279 (1936). Ministério da Educação Nacional – Direção Geral do Ensino Primário – Repartição Pedagógica [Estabelece as bases em que deve assentar o ensino primário]. D.G. n.º 276, série I, de 24 de novembro.

Decreto-Lei n.º 27 288 (1936). Presidência do Conselho [Aprova os estatutos do Sindicato Nacional dos Engenheiros, que fica tendo a designação de Ordem dos Engenheiros]. D.G. n.º 276, Suplemento, série I, de 24 de novembro.

Decreto-Lei n.º 27 882 (1937). Ministério da Educação Nacional – Direção Geral do Ensino Primário [Regula a elaboração do livro único destinado a cada uma das três classes do ensino primário elementar e a aquisição da respetiva propriedade literária e artística]. D.G. n.º 168, série I, de 21 de julho.

Decreto-Lei n.º 28 081 (1937). Ministério da Educação Nacional – Direção Geral do Ensino Primário [Promulga várias disposições acerca de escolas e postos de ensino primário]. D.G. n.º 236, série I, de 9 de outubro.

Decreto-Lei n.º 29 110 (1938). Presidência do Conselho [Define as regras da instituição das corporações morais, culturais e económicas previstas na Constituição e no Estatuto do Trabalho Nacional]. D.G. n.º 263, série I, de 12 de novembro.

Decreto-Lei n.º 29 171 (1938). Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social [Constitui, com a denominação de Ordem dos Médicos, o Sindicato Nacional dos Médicos]. D.G. n.º 273, série I, de 24 de novembro.

Decreto-Lei n.º 29 494 (1939). Ministério da Agricultura – Gabinete do Ministro [Regulamenta a constituição dos grémios e casas da Lavoura]. D.G. n.º 67, série I, de 22 de março.

Decreto-Lei n.º 30 710 (1940). Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social [Estabelece a nova organização das Casas do Povo]. D.G. n.º 201, série I, de 29 de agosto.

Decreto-Lei n.º 30 951 (1940). Ministério da Educação Nacional – Secretaria-geral [Insera várias disposições relativas à habilitação para o exercício do magistério oficial primário]. D.G. n.º 286, série I, de 10 de dezembro.

Decreto-Lei n.º 31 177 (1941). Ministério da Economia – Gabinete do Ministro [Autoriza o ministro a mandar proceder, no país ou no estrangeiro, a inquéritos, estudos técnicos e ensaios de matérias-primas que forem julgados necessários à reorganização e desenvolvimento industrial]. D.G. n.º 62, série I, de 17 de março.

Decreto-Lei n.º 31 431 (1941). Ministério da Educação Nacional – Direção Geral do Ensino Técnico [Cria a Comissão de Reforma do Ensino Técnico, que funcionará na dependência direta do Ministério, até ser promulgada a reorganização daquele ensino nos graus elementar e médio]. D.G. n.º 174, série I, de 29 de julho.

Decreto-Lei n.º 32 192 (1942). Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social [Institui o regime de abono de família para os trabalhadores por conta de outrem na indústria, no comércio, nas profissões livres ou ao serviço dos organismos corporativos ou de coordenação económica]. D.G. n.º 188, série I, de 13 de agosto.

Decreto-lei n.º 32 243 (1942). Ministério da Educação Nacional – Direção Geral do Ensino Primário [Regula o funcionamento das escolas do magistério primário]. D.G. n.º 208, série I, de 5 de setembro.

Decreto-Lei n.º 32 945 (1943). Ministério da Economia – Gabinete do Ministro [Cria no Ministério, para funcionar enquanto durarem as circunstâncias derivadas do estado de guerra, a Intendência Geral dos Abastecimentos e estabelece a respetiva organização e atribuições]. D.G. n.º 161, série I, de 2 de agosto.

Decreto-lei n.º 33 545 (1944). Presidência do Conselho [Concentra num Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular, dependente da Presidência do Conselho, o Secretariado da Propaganda Nacional, os serviços de turismo, os serviços de imprensa, em que serão integrados os serviços de censura, os serviços de exposições nacionais ou internacionais não atribuídos por providência especial a qualquer outro organismo e os de radiodifusão]. D.G. n.º 37, série I, de 23 de fevereiro.

Decreto-Lei n.º 34 133 (1944). Presidência do Conselho [Organiza os serviços do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo]. D.G. n.º 260, série I, de 24 de novembro.

Decreto-Lei n.º 34 134 (1944). Presidência do Conselho [Promulga o Regulamento dos serviços do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI)]. D.G. n.º 260, série I, de 24 de novembro.

Decreto-Lei n.º 34 373 (1945). Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social [Cria junto do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social a Junta Central das Casas do Povo]. D.G. n.º 7, série I, de 10 de janeiro.

Decreto-Lei n.º 35 769 (1946). Ministério das Obras Públicas e Comunicações – Gabinete do Ministro [Insere várias disposições relativas ao plano de construção de escolas primárias denominado Plano dos Centenários]. D.G. n.º 167, série I, de 27 de julho.

Decreto-Lei n.º 36 147 (1947). Ministério da Educação Nacional – Direção Geral do Ensino Primário [Cria, junto das escolas de ensino primário, bibliotecas constituídas por livros em língua portuguesa]. D.G. n.º 29, série I, de 5 de fevereiro.

Decreto-Lei n.º 36 173 (1947). Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social [Regula e uniformiza a estrutura das convenções coletivas de trabalho. Estabelece os princípios que devem reger os respetivos contratos e acordos]. D.G. n.º 52, série I, de 6 de março.

Decreto-Lei n.º 36 681 (1947). Presidência do Conselho e Ministério da Economia [Regula a constituição e o funcionamento das federações dos grémios da lavoura]. D.G. n.º 294, série I, de 19 de dezembro.

Decreto-Lei n.º 37 268 (1948). Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social [Aprova o regulamento do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência]. D.G. n.º 303, série I, de 31 de dezembro.

Decreto-Lei n.º 37 909 (1950). Presidência do Conselho [Introduz alterações na orgânica do Governo e eleva o Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social a Ministério das Corporações e da previdência Social]. D.G. n.º 152, série I, de 1 de agosto.

Decreto-Lei n.º 38 152 (1951). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Organiza os serviços do Ministério das Corporações e da Previdência Social]. D.G. n.º 12, série I, de 17 de janeiro.

Decreto-Lei n.º 38 964 (1952). Presidência do Conselho [Regula a assistência de menores a espetáculos públicos. Dá nova constituição à Comissão de Censura dos Espetáculos e cria a Comissão de Literatura e Espetáculos para Menores e define as suas atribuições]. D.G. n.º 241, série I, de 27 de outubro.

Decreto-Lei n.º 38 968 (1952). Ministério da Educação Nacional – Gabinete do Ministro [Reforça o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar, reorganiza a assistência escolar, cria os cursos de educação de adultos e promove uma campanha nacional contra o analfabetismo]. D.G. n.º 241, série I, de 27 de outubro.

Decreto-Lei n.º 38 969 (1952). Ministério da Educação Nacional – Gabinete do Ministro [Regula a execução do decreto-lei n.º 38 968, que reforça o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar]. D.G. n.º 241, série I, de 27 de outubro.

Decreto-Lei n.º 40 011 (1954). Ministério da Educação Nacional – Direção Geral do Ensino Primário [Prorroga a CNEA até 31 de dezembro de 1956]. D.G. n.º 291, série I, de 30 de dezembro.

Decreto-Lei n.º 40 262 (1955). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Constituição da Caixa de Previdência dos Ferroviários]. D.G. n.º 166, série I, de 29 de julho.

Decreto-Lei n.º 40 324 (1955). Presidência do Conselho [Constitui o Conselho Corporativo criado pelo decreto-lei n.º 24 362 e define a sua competência]. D.G. n.º 216, série I, de 6 de outubro.

Decreto-Lei n.º 40 552 (1956). Ministério das Corporações e Previdência Social [Cria uma nova classe de casas económicas]. D.G. n.º 52, série I, de 12 de março.

Decreto-Lei n.º 40 651 (1956). Ministério das Corporações e Previdência Social [Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Médicos, instituída pelo decreto-lei n.º 29 171]. D.G. n.º 127, série I, de 21 de junho.

Decreto-Lei n.º 40 774 (1956). Ministério das Corporações e Previdência Social [Aprova o Estatuto da Ordem dos Engenheiros, instituída pelo decreto-lei n.º 27288. Extingue o Sindicato Nacional dos Engenheiros Geógrafos e a Associação dos Engenheiros Cíveis Portugueses e revoga o Estatuto da Ordem dos Engenheiros aprovado pelo referido decreto-lei]. D.G. n.º 192, série I, de 9 de agosto.

Decreto-Lei n.º 40 964 (1956). Ministério da Educação Nacional – Direção Geral do Ensino Primário [Amplia e reforça o regime da obrigatoriedade do ensino primário elementar. Dá nova estrutura a alguns dos serviços da Direção Geral do Ensino Primário]. D.G. n.º 284, série I, de 31 de dezembro.

Decreto-Lei n.º 41 286 (1957). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Regula a constituição, atribuições e funcionamento das federações de Casas do Povo]. D.G. n.º 215, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 41 287 (1957). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Institui a Corporação da Lavoura]. D.G. n.º 215, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 41 288 (1957) Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Institui a Corporação dos Transportes e Turismo]. D. G. 215, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 41 289 (1957). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Institui a Corporação do Crédito e Seguros]. D.G. n.º 215, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 41 290 (1957). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Institui a Corporação da Pesca e Conservas]. D.G. n.º 215, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 41 381 (1957). Ministério da Educação Nacional – Direção Geral do Ensino Técnico Profissional [Institui no ensino profissional agrícola os cursos complementares de aprendizagem, elementares de aperfeiçoamento e de formação profissional]. D.G. n.º 264, série I, de 21 de novembro.

Decreto-Lei n.º 41 473 (1957). Ministério da Economia – Gabinete do Ministro [Promulga o regime para a intensificação da assistência técnica à lavoura. Restabelece o Conselho Superior de Agricultura]. D.G. n.º 291, série I, de 23 de dezembro.

Decreto-Lei n.º 41 745 (1958). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Aprova o Estatuto dos Tribunais do Trabalho]. D.G. n.º 157, série I, de 21 de julho.

Decreto-Lei n.º 41 820 (1958). Ministério Obras Públicas e das Corporações e Previdência Social [Promulga várias disposições atinentes à segurança e proteção do trabalho nas obras de construção civil]. D.G. n.º 175, série I, de 11 de agosto.

Decreto-Lei n.º 41 875 (1957). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Institui a Corporação da Indústria]. D.G. n.º 205, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 41 876 (1957). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Institui a Corporação do Comércio]. D.G. n.º 205, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 42 523 (1959). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Institui a Corporação da Imprensa e Artes Gráficas]. D.G. n.º 219, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 42 524 (1959). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Institui a Corporação dos Espetáculos]. D.G. n.º 219, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 42 994 (1960). Ministério da Educação Nacional. [Declara obrigatória a frequência da 4.^a classe para todos os menores que, em 31 de dezembro de cada ano civil, tenham idade igual ou superior a 7 anos e inferior a 13 anos]. D.G. n.º 125, série I, de 28 de maio.

Decreto-Lei n.º 43 179 (1960). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Promulga a revisão do regime jurídico das comissões corporativas]. D.G. n.º 222, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 43 182 (1960). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Insere disposições tendentes à revisão de vários preceitos da legislação do trabalho, da proteção do trabalho feminino e dos menores e de prevenção de acidentes e doenças profissionais]. D.G. n.º 222, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 43 183 (1960). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Reorganiza o Conselho Superior da Previdência Social, instituído pelo Decreto-Lei n.º 35 896, o qual passa a denominar-se Conselho Superior da Previdência e da Habitação Económica]. D.G. n.º 222, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 43 184 (1960). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Dá nova redação ao §§ 2.º e 4.º do artigo 2.º e ao § 3.º do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 33 512 (regime de abono de família para os trabalhadores por conta de outrem na indústria, no comércio e nas profissões livres)]. D.G. n.º 222, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 43 189 (1960). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Aprova a tabela nacional de incapacidades por acidentes de trabalho e doenças profissionais]. D.G. n.º 222, série I, de 23 de setembro.

Decreto-Lei n.º 45 418 (1963). Ministério da Educação Nacional. Instituto de Alta Cultura. [Cria no Instituto de Alta Cultura o Centro de Estudos de Pedagogia Audiovisual e define as suas atribuições]. D.G. n.º 288, série I, de 9 de dezembro.

Decreto-Lei n.º 45 810 (1964). Ministério da Educação Nacional – Secretaria-geral [Amplia o período de escolaridade obrigatória]. D.G. n.º 160, série I, de 9 de julho.

Decreto-Lei n.º 46 135 (1964). Ministério da Educação Nacional – Gabinete do Ministro. [Cria no Ministério da Educação Nacional o Instituto de Meios Audiovisuais de Ensino e define os seus fins e atribuições]. D.G. n.º 305, série I, de 31 de dezembro.

Decreto-Lei n.º 46 136 (1964). Ministério da Educação Nacional – Gabinete do Ministro. [Cria no Ministério da Educação Nacional, na dependência do Instituto de Meios Audiovisuais de Ensino, uma telescola destinada à realização de cursos de radiodifusão e televisão escolares]. D.G. n.º 305, série I, de 31 de dezembro.

Decreto-Lei n.º 46 156 (1964). Ministério da Educação Nacional – Gabinete do Ministro. [Cria no Ministério da Educação Nacional, na dependência direta do ministro, o Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa (GEPAE)]. D.G. n.º 13, série I, de 16 de janeiro.

Decreto-Lei n.º 47 480 (1967). Ministério da Educação Nacional – Gabinete do Ministro [Institui o ciclo preparatório do ensino secundário, que substitui tanto o 1.º ciclo do ensino liceal

como o ciclo preparatório do ensino técnico profissional. Cria no Ministério a Direção de Serviços do Ciclo Preparatório]. D.G. n.º 1, série I, de 2 de janeiro.

Despacho (1941). Presidência do Conselho [Plano de construções de escolas primárias (Plano dos Centenários)]. D.G. n.º 174, série I, de 29 de julho.

Lei n.º 1884 (1935). Presidência do Conselho [Especifica as instituições que ficam reconhecidas como sendo de previdência social]. D.G. n.º 61, série I, de 16 de março.

Lei n.º 1941 (1936). Ministério da Instrução Pública [Estabelece as bases da organização deste Ministério, que passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional]. D.G. n.º 84, série I, de 11 de abril.

Lei n.º 1 953 (1937). Presidência do Conselho – Instituto Nacional do Trabalho e Previdência [Estabelece as bases para a criação, em todos os centros de pesca, de organismos de cooperação social, com personalidade jurídica, denominados Casas dos Pescadores]. D.G. n.º 58, série I, de 11 de março.

Lei n.º 1957 (1937). Ministério da Agricultura [Estabelece as bases para a organização corporativa da agricultura]. D.G. n.º 116, série I, de 20 de maio.

Lei n.º 1969 (1938). Ministério da Educação Nacional [Promulga as bases da reforma do ensino primário]. D.G. n.º 115, série I, de 20 de maio.

Lei n.º 1985 (1940). Ministério das Finanças [Prevê que a execução do plano geral da rede escolar, chamado “dos Centenários”, tenha início em 1941]. D.G. n.º 292, série I, de 17 de dezembro.

Lei n.º 2002 (1944). Ministério das Obras Públicas e Comunicações [Promulga a eletrificação do país]. D.G. n.º 285, série I, de 26 de dezembro.

Lei n.º 2005 (1945). Ministério da Economia [Promulga as bases a que deve obedecer o fomento e reorganização industrial]. D.G. n.º 54, série I, de 14 de março.

Lei n.º 2007 (1945). Ministério das Obras Públicas e Comunicações [Estabelece as bases a que deve obedecer a construção de casas de renda económica]. D.G. n.º 98, série I, 7 de maio.

Lei n.º 2025 (1947). Presidência da República [Promulga a reforma do ensino técnico profissional]. D.G. n.º 139, série I, de 19 de junho.

Lei n.º 2085 (1956). Presidência da República [Promulga as bases do Plano de Formação Social e Corporativa]. D.G. n.º 173, série I, de 17 de agosto.

Lei n.º 2086 (1956). Presidência da República [Promulga as bases para a instituição das corporações]. D.G. n.º 177, série I, de 22 de agosto.

Lei n.º 2091 (1958). Presidência da República [Promulga a Reforma dos Tribunais do Trabalho]. D.G. n.º 72, série I, de 9 de abril.

Lei n.º 2092 (1958). Presidência da República [Promulga as bases da cooperação das instituições de previdência, das Casas do Povo e suas Federações no fomento da habitação]. D.G. n.º 72, série I, de 9 de abril.

Lei n.º 2115 (1962). Presidência da República – Secretaria [Promulga as bases da reforma da previdência social]. D.G. n.º 138, série I, de 18 de junho.

Portaria n.º 16 674 (1958). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Aprova o Regulamento do Instituto de Formação Social e Corporativa]. D.G. n.º 82, série I, de 21 de abril.

Portaria n.º 16 872 (1958). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Aprova o Regimento da Corporação da Lavoura]. D.G. n.º 205, série I, de 23 de setembro.

Portaria n.º 16 873 (1958). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Aprova o Regimento da Corporação dos Transportes e Turismo]. D.G. n.º 205, série I, de 23 de setembro.

Portaria n.º 16 874 (1958). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Aprova o Regimento da Corporação do Crédito e Seguros]. D.G. n.º 205, série I, de 23 de setembro.

Portaria n.º 16 875 (1958). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Aprova o Regimento da Corporação da Pesca e Conservas]. D.G. n.º 205, série I, de 23 de setembro.

Portaria n.º 17 118 (1959). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Aprova as normas da Campanha Nacional de prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais]. D.G. n.º 82, série I, de 11 abril.

Portaria n.º 17 366 (1959). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Aprova o Regimento da Corporação do Comércio]. D.G. n.º 219, série I, de 23 de setembro.

Portaria n.º 17 367 (1959). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Aprova o Regimento da Corporação da Indústria]. D.G. n.º 219, série I, de 23 de setembro.

Portaria n.º 17 668 (1960). Ministério das Corporações e Previdência Social [Prorroga por mais um ano a campanha nacional de prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais]. D.G. n.º 84, série I, de 11 de abril.

Portaria n.º 17 953 (1960). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Aprova o Regimento da Corporação dos Espetáculos]. D.G. n.º 222, série I, de 23 de setembro.

Portaria n.º 17 963 (1960). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Regula a concessão de subsídios de casamento, nascimento e aleitação aos trabalhadores inscritos nas caixas de abono de família e nas caixas de previdência com abono de família integrado]. D.G. n.º 222, série I, de 23 de setembro.

Portaria n.º 17 964 (1960). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Amplia o esquema da assistência farmacêutica pela Federação de Caixas de Previdência – Serviços Médico Sociais aos beneficiários das caixas de previdência e seus familiares com direito a assistência médica]. D.G. n.º 222, série I, de 23 de setembro.

Portaria n.º 17 965 (1960). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Fixa o quantitativo das pensões mínimas de velhice a pagar pelas caixas sindicais de previdência e pelas caixas de reforma ou previdência]. D.G. n.º 222, série I, de 23 de setembro.

Portaria n.º 17 966 (1960). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Torna extensiva aos reformados, por invalidez ou velhice, das caixas sindicais de previdência e das caixas de reforma ou de previdência a assistência médica e medicamentosa assegurada aos restantes beneficiários]. D.G. n.º 222, série I, de 23 de setembro.

Portaria n.º 17 967 (1960). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Manda constituir a Federação de Caixas de Previdência – Obras Sociais]. D.G. n.º 222, série I, de 23 de setembro.

Portaria n.º 18 878 (1961). Ministério das Corporações e Previdência Social – Gabinete do Ministro [Aprova o Regimento da Corporação da Imprensa e Artes Gráficas]. D.G. n.º 288, série I, de 14 de dezembro.

1.2. Imprensa Pedagógica, publicações periódicas e publicações da CNEA:

Ordem de serviço (1950). DGEP [Cantinas escolares], de 20 de janeiro. *Escola Portuguesa*, n.º 798, 10/2/50, pp. 277-278.

Circular (1937). DGEP [Cursos noturnos]. L.º 2-O, n.º 110, de 5 de março. *Escola Portuguesa*, n.º 646, 13/3/1947, p. 322.

Circular (1938). DGEP [Cursos noturnos]. L.º 3-H, n.º 3, de 6 de setembro. *Escola Portuguesa*, n.º 479, 13/3/1947, pp. 209-210.

Circular (1942). DGEP [Cursos noturnos]. L.º 16-A, n.º 6, de 29 de janeiro. *Escola Portuguesa*, n.º 479, 30/12/1943, p. 210.

Circular (1943). DGEP [Passagens de classe e exames dos alunos dos cursos noturnos]. L.º 11-A, n.º 716, de 25 de junho. *Escola Portuguesa*, n.º 479, 30/12/1943, p. 211.

Circular (1951). DGEP [Obrigatoriedade de matrícula]. L.º 11-D, n.º 975, de 8 de março. *Escola Portuguesa*, n.º 851, 17/3/1951, p. 401.

Circular (1952). DGEP [Interpretação dos programas]. L.º 16-E, n.º 1321, de 29 de fevereiro. *Escola Portuguesa*, n.º 898, 10/3/1952, pp. 352.

Circular (1952). DGEP [Combate ao analfabetismo]. L.º 23-A, n.º 1013, de 20 de maio. *Escola Portuguesa*, n.º 918, 10/8/1952, pp. 673-674.

Circular (1953). Episcopado português [enviada aos párocos pelo representante do episcopado na comissão de informação e propaganda da CNEA], de 29 de setembro. *Escola Portuguesa*, n.º 984, 24/12/1953, pp. 222-223.

Circular (1954). DGEP [A função educativa do teatro]. *A Campanha*, n.º 12/13, junho/julho, Suplemento, [p. 2].

Circular (1954). DGEP [Visitas a museus e monumentos]. *A Campanha*, n.º 14/15, agosto/setembro, Suplemento, p. VIII.

Circular (1955). DGEP [Envio da lista das explorações agropecuárias situadas a cerca de 1km das escolas e postos de ensino primário e que estão autorizadas pelos proprietários a serem visitadas pelos alunos]. L.º 12-G, n.º 122, de 7 de abril. *Escola Portuguesa*, n.º 1046, 10/4/55, p. 528.

Despacho (1945). MCPS [Regulamento da FNAT], de 14 de agosto. *Boletim do INTP*, n.º 15, de 15/8/45.

Despacho (1950). MEN [Difusão do ensino primário], de 14 de outubro. *Escola Portuguesa*, n.º 844, 25/1/1951, pp. 273-274.

Despacho (1950). MEN [Cursos noturnos], de 28 de outubro. *Escola Portuguesa*, n.º 846, 10/2/1951, pp. 313-314.

Despacho (1951). MEN [Frequência de escolas primárias, postos de ensino e cursos noturnos], de 24 de abril. *Escola Portuguesa*, n.º 859, 17/5/1951, pp. 526-527.

Despacho (1951). DGEP [Convite aos professores primários para que apresentem sugestões de carácter pedagógico e administrativo], de 7 de novembro. *Escola Portuguesa*, n.º 883, 17/11/51, pp. 98.

Despacho (1952). DGEP [Cantinas escolares], de 11 de fevereiro. *Escola Portuguesa*, n.º 899, 17/3/1952, pp. 370-371.

Despacho (1952). MEN [Construção de edifícios escolares], de 27 de agosto. *Escola Portuguesa*, n.º 921, 2/9/52, pp. 721-722.

Despacho ([1952] 1953). MEN [Cooperação da Imprensa no combate ao analfabetismo], de 27 de novembro. *Despachos*. Lisboa: CNEA, pp.7-8.

Despacho (1952). MEN [Assistência escolar], de 12 de dezembro. *Escola Portuguesa*, n.º 935, 17/12/1952, pp. 197-198.

Despacho (1953). MEN [Cursos de educação de adultos e CNEA], de 13 de janeiro. *Escola Portuguesa*, n.º 939, 17/1/1953, pp. 261-262.

Despacho (1953). MEN [Regalias concedidas aos agentes de ensino primário oficial que lecionem no âmbito da CNEA], de 10 de março. *Escola Portuguesa*, n.º 948, 25/3/1953, pp. 413.

Despacho (1953). MEN [Prorrogação do prazo do início de funcionamento dos cursos de adultos], de 13 de março. *Escola Portuguesa*, n.º 948, 25/3/1953, p. 414.

Despacho (1953). MEN [Programas de trabalho dos agentes de Ensino Primário oficial], de 27 de março. *Despachos*. Lisboa: CNEA, pp. 23-25.

Despacho (1953). MEN [Programas do ensino primário a ministrar nos cursos de educação de adultos e na CNEA], de 27 de março. *Escola Portuguesa*, n.º 951, 10/4/1953, pp. 466-467.

Despacho (1953). MEN [Colaboração dos agentes do ensino primário na CNEA], de 27 de março. *Escola Portuguesa*, n.º 950, 10/4/1953, pp. 449-450.

Despacho (1953). MEN [Livros a adotar nos cursos de educação de adultos e na CNEA], de 12 de maio. *Escola Portuguesa*, n.º 954, 10/10/1953, pp. 18.

Despacho (1953). MEN [Regulamento dos exames do ensino primário elementar de adultos], de 12 de junho. *Escola Portuguesa*, n.º 960, 25/6/1953, pp. 633-635.

Despacho (1953). MEN [Diretivas às comissões regionais da Campanha Nacional de Educação de Adultos], de 22 de julho. *Despachos*, pp. 32-40.

Despacho (1953). MEN [A cooperação dos agentes do ensino primário na CNEA], de 10 de setembro. *Despachos*. Lisboa: CNEA, pp. 40-45.

Despacho (1953). MEN [Louvor aos agentes do ensino primário], de 9 de novembro. *Despachos*. Lisboa: CNEA, p. 45.

Despacho (1954). MEN [A missão das escolas primárias e dos cursos de educação de adultos nos meios rurais], de 8 de fevereiro. *A Campanha*, n.º 8, Suplemento [pp.1-3].

Despacho (1954). MEN [Cooperação a prestar à CNEA pelos professores e alunos do ensino secundário]. *A Campanha*, n.º 9, Suplemento [pp. 1-2].

Despacho (1954). Secretaria de Estado da Agricultura [Colaboração com o MEN tendo em conta o despacho acerca da missão das escolas primárias e os cursos de educação de adultos nas zonas rurais], 17 de março. *Escola Portuguesa*, n.º 1003, 17/5/54, pp. 585.

Despacho (1954). MEN [A posição da organização corporativa na execução do PEP]. *A Campanha*, n.º 14/15, agosto/setembro, Suplemento, p. II e p. IV.

Despacho (1954). MEN [Plano de rastreio da tuberculose no ensino primário obrigatório], de 13 de novembro. *Escola Portuguesa*, n.º 1028, 25/11/54, pp. 157-158.

Despacho (1955). MCPS [Trabalho noturno de menores e mulheres], de 1 de agosto. *Boletim do INTP*, n.º 18, 30/7/55, p 427.

Despacho (1955). MCPS [Instruções à Direção Geral do Trabalho e Corporações, à Inspeção do Trabalho e às delegações do INTP, no sentido de colaborarem com o MEN no alargamento da rede de cursos de educação de adultos destinados aos trabalhadores], de 30 de novembro. *Boletim do INTP*, n.º 22, 30/11/55, pp. 492-493.

Despacho (1956). MCPS [Define a colaboração a dar pelos organismos corporativos às entidades escolares na execução da lei sobre ensino primário obrigatório], de 26 de janeiro. *Boletim do INTP*, n.º 3, 15/2/56, pp. 76-77.

Despacho (1956). MCPS [Equiparação de cursos para efeitos de concessão de abono de família em relação a descendentes com idade superior a 14 anos], de 28 de março. *Boletim do INTP*, n.º 7, 16/4/56, pp. 173.

Despacho (1956). MCPS [Equiparação de alguns cursos, a cursos secundários, para o efeito de abono de família], de 18 de maio. *Boletim do INTP*, n.º 10, 31/5/56, pp. 257.

Despacho (1957). MCPS [Regulamento Disciplinar da Ordem dos Médicos], de 5 de abril. Boletim do *INTP*, n.º 7, de 15 de abril, pp. 242-251.

2. Pareceres da Câmara Corporativa

CARDOSO, José Pires [relator] (1956). Parecer n.º 42/VI. Proposta de lei n.º 37. Corporações. *Atas da Câmara Corporativa*, n.º 91, sessão de 7 de junho, pp. 865-939.

CRUZ, Guilherme Braga da [relator] (1956). Parecer n.º 41/VI. Proposta de lei n.º 38. Plano de Formação Social e Corporativa. *Atas da Câmara Corporativa*, n.º 89, sessão de 14 de maio, pp. 839-862.

DANTAS, Júlio [relator] (1935 a). Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 22 “A cultura popular em Portugal”. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 24, sessão de 8 de março, pp. 462-463.

DANTAS, Júlio [relator] (1935 b). Parecer sobre a proposta de substituição [de Botelho Neves] ao Projeto de Lei n.º 22 (cultura popular). *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 37, sessão de 28 de março, pp. 764-765.

DANTAS, Júlio [relator] (1935 c). Parecer da 16.^a seção sobre a proposta de substituição [de Diniz da Fonseca] ao Projeto de Lei n.º 22 [cultura popular]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 40, sessão de 2 de abril, pp. 825-827.

JÚNIOR, José do Nascimento Ferreira Dias [relator] (1946). Parecer n.º 13. Proposta de Lei n.º 99. Reforma do Ensino Técnico Profissional. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 61, sessão de 9 de dezembro, pp. 62-92.

3. Intervenções, relatórios e propostas de lei apresentados à Assembleia Nacional

ABREU, Augusto Cancell de (1956 a). [Intervenção acerca da situação dos agrónomos e dos silvicultores perante a Ordem dos Engenheiros]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 173, sessão de 12 de dezembro, pp. 133-139.

ABREU, Augusto Cancell de (1956 b). [Intervenção aquando da discussão acerca da Proposta de Lei sobre o Plano de Formação Social e Corporativa]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 161, sessão de 3 de julho, pp. 1242-1250.

ALÇADA, Luís Filipe da Fonseca Morais (1956). [Intervenção aquando da discussão acerca da Proposta de Lei sobre o Plano de Formação Social e Corporativa]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 157, sessão de 26 de junho, pp. 1198-1200.

ALMEIDA, Luís Augusto de Campos Metrass Moreira de (1935). [Intervenção no debate acerca do Projeto de Lei “A cultura popular em Portugal”]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 26, sessão de 12 de março, pp. 499-502.

AMEAL, João (1946). [Intervenção de louvor à JCCP por ter instituído uma série de prémios destinados a escritores que versem especialmente assuntos relativos à vida dos trabalhadores

portugueses]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 67, sessão de 17 de dezembro, pp. 190-191.

BARRIGA, António Pinto de Meireles (1956). [Intervenção aquando da discussão acerca da Proposta de Lei sobre o Plano de Formação Social e Corporativa]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 161, sessão de 3 de julho, pp. 1242.

BASTO, Manuel Domingues (1950). [Intervenção acerca da situação económica do professorado primário]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 54, sessão de 28 de abril, pp. 1006-1008.

BOTELHO, Maria Leonor Correia (1956 a). [Intervenção aquando da discussão acerca da Proposta de Lei sobre o Plano de Formação Social e Corporativa]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 158, sessão de 27 de junho, pp. 1204-1209.

BOTELHO, Maria Leonor Correia (1956 b). [Intervenção aquando da discussão acerca da Proposta de Lei sobre o Plano de Formação Social e Corporativa]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 161, sessão de 3 de julho, pp. 1242-1250.

CARMONA, Óscar Fragoso (1938). [Mensagem à Assembleia Nacional]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 3, sessão de 28 de novembro, pp. 13-15.

CASTRO, José Guilherme de Melo e (1950). [Intervenção louvando Veiga de Macedo pela ação desenvolvida em prol das cantinas escolares]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 54, sessão de 28 de abril, pp. 1005-1006.

CASTRO, José Guilherme de Melo e (1952). [Intervenção acerca da promulgação do PEP]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 159, sessão de 4 de novembro, pp. 887-890.

CORREIA, José Dias de Araújo (1935 a). [Proposta de Lei “A cultura Popular em Portugal”. Apresentado na sessão de 5 de fevereiro]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 9 S, sessão de 11 de fevereiro, pp. 1-31.

CORREIA, José Dias de Araújo (1935 b). [Proposta de Lei sobre reorganização económica]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 11, sessão de 7 de fevereiro, pp. 196-202.

CUNHA, Antão Santos da (1950 a). [Requerimento ao MEN, solicitando informações acerca do ensino primário relativas a 30 de junho de 1949, outubro de 1949 e 31 de março de 1950. Número de lugares de professores e de postos escolares em funcionamento, número de alunos matriculados em escolas e postos escolares, frequência média nos lugares de professores e nos postos escolares. Pedido de explicações acerca das razões que teriam determinado os despachos relativos à conversão de alguns postos masculinos em mistos]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 46, sessão de 19 de abril, pp. 849.

CUNHA, Antão Santos da (1950 b). [Intervenção solicitando que as informações acerca do ensino primário, que requerera a 20 de abril de 1950, sejam publicadas no *Diário das Sessões*]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 54, sessão de 28 de abril, pp. 996-997.

FALEIRO, Luís Maria da Silva Lima (1945). [Intervenção referindo a necessidade urgente da criação de uma escola do magistério primário no distrito de Beja]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 8, sessão de 11 de dezembro, pp. 67-68.

FIGUEIREDO, Mário de (1938). [Aviso prévio sobre a economia corporativa, seus elementos de organização, atuação por eles desenvolvida e resultados obtidos]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 11, sessão de 15 de dezembro, p. 70.

FIGUEIREDO, Mário de (1946). [Solicitação da constituição de uma comissão de inquérito aos organismos corporativos]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 25, sessão de 5 de fevereiro, p. 391.

FIGUEIREDO, Mário de et al (1947). [Relatório geral da comissão de inquérito aos elementos da organização corporativa]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 96S, sessão de 5 de março, pp. 1-125.

FIGUEIREDO, Mário de (1956 a). [Intervenção aquando da discussão acerca da Proposta de Lei relativa à instituição das corporações]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 165, sessão de 12 de julho, pp. 1296-1301.

FIGUEIREDO, Mário de (1956 b). [Intervenção aquando da discussão acerca da Proposta de Lei relativa ao Plano de Formação Social e Corporativa]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 161, sessão de 3 de julho, pp. 1242-1250.

FONSECA, Joaquim Diniz da (1935). [Intervenção e proposta de substituição ao Projeto de Lei “A cultura popular em Portugal”]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 26, sessão de 12 de março, pp. 502-505.

GUIMARÃES, Alçada (1945). [Intervenção aquando do debate da Proposta de Lei de fomento e reorganização industrial]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 117, sessão de 10 de janeiro, pp. 100-102.

LACERDA, Abel Maria Castro de (1950). [Intervenção requerendo vários elementos acerca do Ensino Primário]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 41, sessão de 31 de março, p. 673.

LACERDA, Abel Maria Castro de (1950). [Intervenção acerca do ensino e dos professores primários]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 54, sessão de 28 de abril, pp. 1002-1003.

MACEDO, Henrique Veiga de (1950). [Elementos sobre o ensino primário apresentados à Assembleia Nacional em resposta ao requerimento do deputado Antão Santos da Cunha]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 54, sessão de 28 de abril, pp. 997-1002.

MACEDO, Henrique Veiga de (1956 a). [Proposta de Lei. Corporações]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 130, sessão de 16 de março, pp. 577-584.

MACEDO, Henrique Veiga de (1956 b). [Proposta de Lei. Plano de Formação Social e Corporativa]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 130, sessão de 16 de março, pp. 584-593.

MACEDO, Henrique Veiga de (1969 a). [Intervenção acerca da política de proteção à velhice]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 182, sessão de 25 de fevereiro, pp. 11.

MACEDO, Henrique Veiga de (1969 b). [Intervenção acerca da política de proteção à velhice]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 184, sessão de 27 de fevereiro, pp. 41.

MACEDO, Henrique Veiga de (1969 c). [Moção aprovada e palavras finais acerca da política de proteção à velhice]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 184, sessão de 27 de fevereiro, pp. 63.

MACEDO, Henrique Veiga de (1969 d). [Intervenção por ocasião da morte de Mário de Figueiredo]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 2, sessão de 28 de novembro, pp. 11-16.

MACEDO, Henrique Veiga de (1970 a). [Intervenção aquando da discussão do aviso prévio sobre a Universidade e a sociedade moderna]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 35, sessão de 15 de abril, pp. 708-711.

MACEDO, Henrique Veiga de (1970 a). [Intervenção aquando da discussão do aviso prévio sobre a Universidade e a sociedade moderna]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 35, sessão de 15 de abril, pp. 708-711.

MACEDO, Henrique Veiga de (1970 b). [Intervenção aquando da discussão do aviso prévio sobre a Universidade e a sociedade moderna]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 37, sessão de 17 de abril, pp. 759-762.

MACEDO, Henrique Veiga de (1971). [Intervenção aquando da discussão da proposta e dos projetos de lei de alterações à Constituição]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 116, sessão de 1 de julho, pp. 2347-2351.

MACEDO, Henrique Veiga de (1973). [Intervenção acerca da política ultramarina]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 222, sessão de 6 de fevereiro, pp. 4524-4527.

MACHADO, Melo Francisco Cardoso de (1956). [Intervenção aquando da discussão acerca da Proposta de Lei relativa ao Plano de Formação Social e Corporativa]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 161, sessão de 3 de julho, pp. 1242-1250.

MATA, José Caeiro da (1946). [Proposta de Lei n.º 99. Reforma do Ensino Técnico Profissional]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 61, sessão de 9 de dezembro, pp. 53-61.

MATOS, Luís Mendes de (1948). [Aviso prévio acerca do comércio retalhista de vinhos e outras bebidas alcoólicas]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 120, sessão de 7 de janeiro, pp. 97-102.

MENDES, Carlos de Azevedo (1956). [Intervenção aquando da discussão acerca da Proposta de Lei sobre o Plano de Formação Social e Corporativa]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 158, sessão de 27 de junho, pp. 1203-1204.

MOREIRA, Carlos Alberto Lopes (1956). [Intervenção aquando da discussão acerca da Proposta de Lei relativa ao Plano de Formação Social e Corporativa]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 161, sessão de 3 de julho, pp. 1242-1250.

NAVARRO, André Francisco (1948). [Intervenção durante o debate acerca das contas gerais do Estado]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 142, sessão de 2 de abril, pp. 424-427.

NAVARRO, André Francisco (1956 a). [Intervenção aquando da discussão acerca da Proposta de Lei sobre o Plano de Formação Social e Corporativa]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 159, sessão de 28 de junho, pp. 1218-1220.

NAVARRO, André Francisco (1956 b). [Intervenção acerca da situação dos agrónomos e dos silvicultores perante a Ordem dos Engenheiros]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 174, sessão de 13 de dezembro, pp. 156-157.

NETO, Carlos Monteiro do Amaral (1949). [Requerimento de informações sobre a execução do Plano dos Centenários ao ministério das Obras Públicas e de elementos respeitantes ao Ensino Primário ao ministério da Educação Nacional]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 10, sessão de 15 de dezembro, pp. 107-108.

NEVES, Pedro Augusto Pinto da Fonseca Botelho (1935). [Intervenção e proposta de substituição ao Projeto de Lei “A cultura popular em Portugal”]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 26, sessão de 12 de março, pp. 501-502.

OLIVEIRA, Artur Águedo de (1956). [Intervenção aquando da discussão acerca da Proposta de Lei sobre o Plano de Formação Social e Corporativa]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 160, sessão de 29 de junho, pp. 1230-1235.

PEREIRA, Luís Teotónio (1947). [Intervenção aquando da discussão do relatório geral da comissão parlamentar de inquérito aos elementos da organização corporativa]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 106, sessão de 18 de março, pp. 909-910.

PIMENTA, Elísio de Oliveira Alves (1954). [Intervenção acerca da aplicação do Decreto-Lei n.º 38 964, que regula a assistência de menores a espetáculos públicos]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 50, sessão de 23 de março, pp. 852-854.

PINTO, Cerveira (1947). [Intervenção aquando da discussão do relatório geral da comissão parlamentar de inquérito aos elementos da organização corporativa]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 108, sessão de 20 de março, pp. 943.

PINTO, Américo Cortês (1952). [Intervenção acerca da promulgação do PEP]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 160, sessão de 5 de novembro, pp. 899-901.

S.A. (1944). [Contas gerais do Estado de 1942]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 70 S, sessão de 29 de março, pp. 9-106.

S.A. (1947). [Contas gerais do Estado de 1945]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 100 S, sessão de 12 de março, pp. 1-152.

S.A. (1948). [Contas gerais do Estado de 1946]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 132 S, sessão de 4 de março, pp. 7-180.

S.A. (1949). [Contas gerais do Estado de 1947]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 190 S, sessão de 23 de março, pp. 1-98.

SALAZAR, António de Oliveira (1935). [Proposta de Lei. Reconstituição económica. Apresentada na sessão]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 8, sessão de 22 de janeiro, pp. 72-73.

TAVARES, António Raul Galiano (1950). [Intervenção sobre problemas relativos ao ensino primário]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 14, sessão de 12 de janeiro, p. 162.

TAVARES, António Raul Galiano (1956). [Intervenção aquando da discussão acerca da Proposta de Lei sobre o Plano de Formação Social e Corporativa]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 159, sessão de 28 de junho, pp. 1220-1222.

TORRES, António Maria Pinheiro (1948). [Intervenção aquando do debate do aviso prévio do deputado Mendes de Matos acerca do comércio retalhista de vinhos e outras bebidas alcoólicas]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 123, sessão de 10 de janeiro, pp. 136-139.

TEIXEIRA, Manuel Marques (1956). [Intervenção aquando da discussão acerca da Proposta de Lei sobre o Plano de Formação Social e Corporativa]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 157, sessão de 26 de junho, pp. 1195-1198.

VAZ, Manuel Maria (1952). [Intervenção acerca da promulgação do PEP]. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 160, sessão de 5 de novembro, pp. 898-899.

4. Encíclicas e cartas pastorais

BOGGIANI (Cardeal) (1922). Para meditar...[Pastoral sobre Ação Católica]. *Estudos*, n.º 3, julho, pp. 84-87.

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves (1939). Carta pastoral do Senhor Cardeal Patriarca ao clero e fiéis do Patriarcado de Lisboa [Excertos]. *Estudos*, n.º 180/181, pp. 392-396.

GREGÓRIO XVI (1832). Mirare Vos. [online]: <http://agnusdei.50webs.com/mirari.htm>, (acedido a 10/2/2010).

LEÃO XIII ([1878] 1931). Quod Apostolici Muneris. *A Igreja e a questão social*. Lisboa: União Gráfica, vol. I, pp.7 - 19.

LEÃO XIII (1885). *Immortale Dei*. [online]:

http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01111885_immortale-dei_po.html, (acedido a 10/2/2010).

LEÃO XIII ([1891] 1990). Rerum Novarum. *A condição dos operários*. Lisboa: Edições Paulistas, pp.17 - 74.

LEÃO XIII (1892). *Au milieu des sollicitudes*. [online]:

http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_16021892_au-milieu-des-sollicitudes_en.html, (acedido a 10/2/2010).

LEÃO XIII ([1901] 1961). Graves de Communi. *A Igreja e a questão social*. vol. I, Lisboa: União Gráfica, vol. I, pp. 81 – 99.

PIO IX (1864). Quanta Cura. [online]: <http://agnusdei.50webs.com/quantcur.htm>, (acedido a 10/2/2010).

Pio X ([1903]). Motu próprio. *A Igreja e a questão social*. Lisboa: União Gráfica, pp. 83-89.

PIO XI ([1929], 1945). Divini illius Magistri. *A Igreja e a Família*. Lisboa: União Gráfica, vol. I, pp. 137-190.

PIO XI ([1931 a] 1955). Quadragesimo Anno. *A Igreja e a questão social*. Lisboa: União Gráfica, vol. I, pp.127- 198.

Pio XI ([1931 b]) 1932). Carta encíclica do S. Padre Pio XI a favor da Ação católica [*Non abbiamo bisogno*]. *Estudos*, n.º 105/106, janeiro/fevereiro, pp. 537-572.

Pio XI ([1933] 1934). Carta de S.S. Pio XI a S. Em.^a o Sr. Cardial Patriarca. *Estudos*. Coimbra: CADC, n.º132, dezembro, pp. 681-696.

Pio XII (1939). *Summi Pontificatus* [excertos]. *Estudos*. Coimbra: CADC, n.º180 e n.º 181, outubro e novembro, pp. 395-396.

5. Publicações periódicas

Boletim do INTP, 1933-1965.

Cadernos Corporativos, 1933.

Cadernos de Serviço Social, 1956-1961.

Diário da Manhã, 1930-1965.

Diário de Notícias, 1931-1932.

Educação Nacional, 1927-1929.

O Ensino Primário, 1931.

Estudos, 1922-1952; 2003.

Revista do Gabinete de Estudos Corporativos, 1950-1961.

O Século, 1930-1950.

A Voz, 1930.

6. Atas das comissões centrais da CNEA

Ata número um da reunião conjunta das comissões centrais (23 de fevereiro de 1953). *Atas das comissões centrais da Campanha Nacional de Educação de Adultos*. Lisboa: CNEA, pp. 15-21.

Ata número dois da reunião conjunta das comissões centrais da Campanha (10 de março de 1953). *Atas das comissões centrais da Campanha Nacional de Educação de Adultos*. Lisboa: CNEA, pp. 23-37.

Ata número três da reunião da comissão executiva e de orientação pedagógica (17 de abril de 1953). *Atas das comissões centrais da Campanha Nacional de Educação de Adultos*. Lisboa: CNEA, pp. 39-44.

Ata número quatro da reunião das comissões executiva e de orientação pedagógica, de informação e propaganda (12 de janeiro de 1953). *Atas das comissões centrais da Campanha Nacional de Educação de Adultos*. Lisboa: CNEA, pp. 45-67.

Ata número cinco da reunião da comissão executiva e de orientação pedagógica (9 de outubro de 1953). *Atas das comissões centrais da Campanha Nacional de Educação de Adultos*. Lisboa: CNEA, pp. 69-71.

Ata número seis da reunião conjunta das comissões centrais (27 de outubro de 1953). *Atas das comissões centrais da Campanha Nacional de Educação de Adultos*. Lisboa: CNEA, pp. 73-88.

Ata número sete da reunião da comissão executiva e de orientação pedagógica (7 de dezembro de 1953). *Atas das comissões centrais da Campanha Nacional de Educação de Adultos*. Lisboa: CNEA, pp. 89-93.

Ata número oito da reunião das comissões executiva e de orientação pedagógica, de informação e propaganda (10 de março de 1954). *Atas das comissões centrais da Campanha Nacional de Educação de Adultos*. Lisboa: CNEA, pp. 95-99.

Ata número nove da reunião das comissões executiva e de orientação pedagógica, de informação e propaganda (6 de agosto de 1954). *Atas das comissões centrais da Campanha Nacional de Educação de Adultos*. Lisboa: CNEA, pp. 101-105.

Ata número dez da reunião conjunta das comissões centrais (27 de outubro de 1954). *Atas das comissões centrais da Campanha Nacional de Educação de Adultos*. Lisboa: CNEA, pp. 107-108.

Ata número onze. *Atas das comissões centrais da Campanha Nacional de Educação de Adultos*. Lisboa: CNEA, pp. 109-137.

Ata número doze da reunião conjunta das comissões centrais (8 de julho de 1955). *Atas das comissões centrais da Campanha Nacional de Educação de Adultos*. Lisboa: CNEA, pp. 139-147.

7. Publicações da CNEA

A assistência escolar no combate ao analfabetismo (1953). Lisboa: CNEA, série A, n.º 4.

Atas das Comissões Centrais da Campanha Nacional de Educação de Adultos (1955). Lisboa: CNEA, série B, n.º 3.

Despachos (1953). Lisboa: CNEA, série B, n.º 1.

Discurso de S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor Fernando Andrade Pires de Lima (1953). Lisboa: CNEA, série A, n.º 1.

A educação popular no progresso económico do país (1953). Lisboa: CNEA, série A, n.º 2.

Grandes e pequenos problemas da educação primária portuguesa (1955). Lisboa: CNEA, série A, n.º 9.

No limiar da 2.^a fase da execução do Plano de Educação Popular (1955). Lisboa: CNEA, série A, n.º 8.

A missão do livro na educação popular (1953). Lisboa: CNEA, série A, n.º 3.

Missões culturais. Educação sanitária (1955). Lisboa: CNEA, série A, n.º 7.

Peças de teatro (1955). Lisboa: CNEA, Coleção Educativa, série O, n.º 1.

Peças de teatro radiofónico (1955). Lisboa: CNEA, Coleção Educativa, série O, n.º 2.

A política da educação popular e o seu espírito (1955). Lisboa: CNEA, série A, n.º 6.

Previdência social (1955). Lisboa: CNEA, série M, n.º 1.

O Problema do analfabetismo (1954). Lisboa: CNEA, série A, n.º 5.

O Problema do analfabetismo na Madeira (1955). Lisboa: CNEA, série A, n.º 10.

IV Reunião anual dos funcionários superiores do Ensino Primário (1954). Lisboa: CNEA, série B, n.º 2.

Teatro da Campanha (1955). Lisboa: CNEA, Coleção Educativa, série O, n.º 3.

8. Publicações da Junta de Ação Social (PFSC)

Bibliotecas para os organismos corporativos e locais de trabalho (1962 a). Lisboa: JAS.

Bibliotecas para os organismos corporativos e locais de trabalho (1962 b). Catálogo. Lisboa: JAS.

Corporações (1957). Lisboa: JAS, 3 vol.

Doutrina social e corporativa (1957). Lisboa: JAS.

Fomento da Habitação Económica. Cooperação das Instituições de Previdência e Casas do Povo no Fomento da Habitação [s. d.]. Lisboa: JAS.

Fundamentos da política social e corporativa (1961). Lisboa: JAS.

Guia Prático da Previdência (1962). Lisboa: JAS.

Higiene e segurança no trabalho (1962). Lisboa: JAS.

A legitimidade histórica e doutrinária do corporativismo português (1961) [Discurso de Gonçalves Proença, proferido na sessão de encerramento do I Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência Social]. Lisboa: JAS.

Normas da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais. Regulamento de Segurança no Trabalho de Construção Civil [s. d.]. Lisboa: JAS.

Previdência e habitação (1961). Lisboa: JAS.

A Previdência Social e as condições de trabalho dos seus servidores [s. d.]. Lisboa: JAS.

Reforma da Previdência Social (1957). Lisboa: JAS.

Reforma dos Tribunais do Trabalho (1958). Lisboa: JAS.

Serviço social em empresas (1963). Lisboa: JAS.

Temas de Previdência (1962). Lisboa: JAS.

O Trabalho e as corporações no pensamento de Salazar (1960). Lisboa: JAS.

9. Obras e discursos de Veiga de Macedo

MACEDO, Henrique Veiga de (1949). Discurso proferido por S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. Veiga de Macedo, no encerramento da sessão realizada em 8 de novembro na delegação da FNAT na cidade do Porto. *Escola Portuguesa*, n.º 788, 1 de dezembro, pp. 129-131.

MACEDO, Henrique Veiga de (1950). Na Sociedade de Geografia [Discurso proferido por Veiga de Macedo na sessão solene realizada a 10 de junho na Sociedade de Geografia, em homenagem aos professores do Ensino Primário]. *Escola Portuguesa*, n.º 815, 17 de junho, pp. 525-529.

MACEDO, Henrique Veiga de (1951 a). Discurso proferido por S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. H. Veiga de Macedo, no dia 27 de janeiro último, na inauguração das novas instalações da Escola do Magistério Primário de Viseu. *Escola Portuguesa*, n.º 845, 2 fevereiro, pp. 293-297.

MACEDO, Henrique Veiga de (1951 b). Discurso proferido por S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. H. Veiga de Macedo, no dia 4 de março de 1951, na sessão solene de encerramento das comemorações das bodas de ouro do CADC, realizada no salão nobre do Liceu de D. João III, de Coimbra. *Escola Portuguesa*, n.º 851, 17 de março, pp. 393-399.

MACEDO, Henrique Veiga de (1951 c). Discurso proferido em 24 de maio último, por S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. H. Veiga de Macedo, na sessão de encerramento do Curso de Aperfeiçoamento dos professores do Ensino Primário de Lisboa. *Escola Portuguesa*, n.º 861, 2 de junho, pp. 557-565.

MACEDO, Henrique Veiga de (1951 d). Discurso proferido por S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. H. Veiga de Macedo, no dia 5 de julho de 1951, ao encerrar a sessão de propaganda eleitoral realizada no Porto, no salão nobre do Liceu Carolina de Michaelis. *Escola Portuguesa*, n.º 867, 17 de julho, pp. 657-661.

MACEDO, Henrique Veiga de (1951 e). Discurso proferido por S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. H. Veiga de Macedo, na sessão de encerramento das comemorações do VI centenário de Francisco Sanches, realizada no salão nobre da Biblioteca Pública de Braga, na tarde de 10 de novembro de 1951. *Escola Portuguesa*, n.º 884, 25 de novembro, pp. 117-118.

MACEDO, Henrique Veiga de (1952). Na inauguração do Liceu da Póvoa do Varzim [Discurso]. *Escola Portuguesa*, n.º 929, 2 de novembro, pp. 65-68.

MACEDO, Henrique Veiga de (1953 a). *A educação popular no progresso económico do país* [Discurso proferido a 8 de fevereiro em Torres Vedras, na cerimónia de inauguração dos primeiros cursos de educação de adultos criados em empresas industriais]. Lisboa: CNEA.

MACEDO, Henrique Veiga de (1953 b). A colaboração da Rádio na campanha Nacional de Educação de Adultos [entrevista concedida à Emissora Nacional e transmitida através do “Domingo Sonoro”, a 15 de março]. *Escola Portuguesa*, n.º 949, 2 de abril, pp. 433-434.

MACEDO, Henrique Veiga de (1953 c). Visita de S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Senhor Dr. Veiga de Macedo, aos cursos de educação de adultos do Centro Vidreiro, Lda., em Oliveira de Azeméis. *Escola Portuguesa*, n.º 954, 10 de maio, pp. 525-528.

MACEDO, Henrique Veiga de (1953 d). *A missão do livro na educação popular* [Discurso pronunciado a 8 de julho no Ministério da Educação Nacional, no ato de posse do Diretor e Adjuntos do Serviço de Bibliotecas das escolas primárias]. Lisboa: CNEA.

MACEDO, Henrique Veiga de (1953 e). *A assistência escolar no combate ao analfabetismo* [discurso proferido a 29 de julho, no ato inaugural de 13 cantinas escolares do distrito de Setúbal]. Lisboa: CNEA.

MACEDO, Henrique Veiga de (1953 f). *Despachos de S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. Henrique Veiga de Macedo*. Lisboa: CNEA.

MACEDO, Henrique Veiga de ([1953] 1954 a). *IV Reunião Anual dos Funcionários Superiores do Ensino Primário* [Diretivas dadas no decurso do evento, realizado entre 7 e 12 de setembro de 1953]. Lisboa: CNEA.

MACEDO, Henrique Veiga de ([1953] 1954 b). *O problema do analfabetismo. I- Educação supletiva de adultos. II – Expansão do Ensino Primário entre as crianças em idade escolar* [Exposição feita na conferência de Imprensa e Rádio, realizada em 4 e 5 de novembro de 1953, no Ministério da Educação Nacional]. Lisboa: CNEA.

MACEDO, Henrique Veiga de ([1953] 1955 a). Algumas das palavras proferidas por Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, em 5 de setembro de 1953, no ato da partida da I Missão Cultural da Campanha Nacional de Educação de Adultos. *Missões Culturais. Educação Sanitária*. Lisboa: CNEA, pp. 35-44.

MACEDO, Henrique Veiga de ([1954] 1955 b). Discurso pronunciado em 5 de fevereiro de 1954, no ato da partida da IV Missão Cultural da Campanha Nacional de Educação de Adultos. *Missões Culturais. Educação Sanitária*. Lisboa: CNEA, pp. 19-32.

MACEDO, Henrique Veiga de ([1954] 1955 c). *Grandes pequenos problemas da educação primária portuguesa* [Diretrizes transmitidas aos funcionários superiores do Ensino Primário, no decurso da V Reunião Anual, realizada entre 6 e 11 de setembro]. Lisboa: CNEA.

MACEDO, Henrique Veiga de ([1954] 1955d). Discurso proferido [a 11 de setembro de 1954] no ato de encerramento da V Reunião Anual dos Funcionários Superiores do Ensino Primário]. *A Política de Educação Popular e o seu Espírito*. Lisboa: CNEA, pp. 9-21.

MACEDO, Henrique Veiga de ([1954] 1955 e). Discurso proferido [a 12 de setembro de 1954] na inauguração da cantina escolar Cardeal Cerejeira. *A Política de Educação Popular e o seu Espírito*. Lisboa: CNEA, pp. 23-32.

MACEDO, Henrique Veiga de (1955 f). Discurso proferido por Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Senhor Dr. H. Veiga de Macedo, no salão nobre do Governo Civil de Beja, em 31 de janeiro de 1955. *No limiar da 2.ª fase do Plano de Educação Popular*. Lisboa: CNEA, pp. 15-24.

MACEDO, Henrique Veiga de (1955 g). Discurso proferido no Governo Civil de Faro, no dia 2 de fevereiro de 1955, por Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Senhor Dr. H. Veiga de Macedo, por ocasião da reunião da comissão distrital e das comissões concelhias da Campanha Nacional de Educação de Adultos. *No limiar da 2.ª fase do Plano de Educação Popular*. Lisboa: CNEA, pp. 25-37.

MACEDO, Henrique Veiga de (1955 h). Entrevista concedida à Imprensa e à Rádio, à partida para a Madeira, no dia 21 de junho de 1955. *O problema do analfabetismo na Madeira*. Lisboa: CNEA, pp. 85-89.

MACEDO, Henrique Veiga de (1955 i). Discurso proferido no dia 24 de junho de 1955, no salão nobre dos Paços do Concelho do Funchal, pelo Senhor Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. Henrique Veiga de Macedo, na sessão solene de receção a este membro do governo. *O problema do analfabetismo na Madeira*. Lisboa: CNEA, pp. 12-23.

MACEDO, Henrique Veiga de (1955 j). Discurso proferido no dia 27 de junho de 1955, na cidade do Funchal, pelo Sr. Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. H. Veiga de Macedo, na reunião dos professores do Ensino Secundário, oficial e particular, destinada a definir os princípios da cooperação destes agentes de ensino na Campanha de Educação Popular. *O problema do analfabetismo na Madeira*. Lisboa: CNEA, pp. 43-56.

MACEDO, Henrique Veiga de (1955 k). Discurso proferido no dia 28 de junho de 1955, na cidade do Funchal, por S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação nacional, Dr. Veiga de Macedo, no ato da partida para os diversos concelhos da Madeira, da XVI Missão Cultural da Campanha Nacional de Educação de Adultos. *Missões Culturais. Educação Sanitária*. Lisboa: CNEA, pp. 65-79.

MACEDO, Henrique Veiga de (1955 l). Discurso proferido na cidade do Funchal, pelo Sr. Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. H. Veiga de Macedo, por ocasião da reunião da comissão distrital e das comissões concelhias da Campanha Nacional de Educação de Adultos. *O problema do analfabetismo na Madeira*. Lisboa: CNEA, pp. 27-42.

MACEDO, Henrique Veiga de (1955 m). Discurso proferido na cidade do Funchal, pelo Sr. Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. H. Veiga de Macedo, na sessão solene de entrega de prémios pecuniários aos agentes de ensino pela lecionação de adultos analfabetos no regime da Campanha Nacional de Educação de Adultos. *O problema do analfabetismo na Madeira*. Lisboa: CNEA, pp. 75-84.

MACEDO, Henrique Veiga de (1955 n). Entrevista concedida à Imprensa e à Rádio da Madeira por Sua Excelência o Senhor Subsecretário de Estado da Educação Nacional, no palácio de S. Lourenço, momentos antes de embarcar para Lisboa, em 2 de julho. *O problema do analfabetismo na Madeira*. Lisboa: CNEA, pp. 93-97.

MACEDO, Henrique Veiga de (1955 o). Entrevista concedida à Imprensa do Continente, no regresso da Ilha da Madeira. *O problema do analfabetismo na Madeira*. Lisboa: CNEA, pp. 101-103.

MACEDO, Henrique Veiga de (1955 p). Notas sobre a atividade das Missões Culturais. *Missões Culturais. Educação Sanitária*. Lisboa: CNEA, pp. 45-62.

MACEDO, Henrique Veiga de (1955 q). Discurso proferido, no dia 8 de julho de 1955, por Sua Excelência o Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo [discurso de tomada de posse]. *Boletim do INTP*, n.º 13, 15 de julho, pp. 280-283.

MACEDO, Henrique Veiga de (1955 r). Discurso proferido em 26 de julho de 1955, pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, no ato de posse do delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência na Covilhã. *Boletim do INTP*, n.º 14, 31 de julho, pp. 312-313.

MACEDO, Henrique Veiga de (1955 s). Discurso proferido, no dia 29 de julho de 1955, por Sua Excelência o Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, no ato da assinatura do acordo coletivo de trabalho celebrado entre a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses e a União dos Sindicatos dos Ferroviários e outros Sindicatos. *Boletim do INTP*, n.º 15, 16 de agosto, pp. 350-352.

MACEDO, Henrique Veiga de (1955 t). Discurso proferido, no dia 23 de setembro de 1955, na Costa da Caparica, Colónia de Férias da FNAT, por Sua Excelência o Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, no almoço que ofereceu aos funcionários superiores do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência e aos dirigentes corporativos para comemorar o XXII aniversário da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional. *Boletim do INTP*, n.º 18, 30 de setembro, pp. 422-425.

MACEDO, Henrique Veiga de (1956 a). Discurso proferido pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, no dia 15 de janeiro de 1956 no ato de homenagem ao Dr. Albino dos Reis. *Boletim do INTP*, n.º 3, 15 de fevereiro, pp. 64-67.

MACEDO, Henrique Veiga de (1956 b). Discurso proferido pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, no dia 24 de maio de 1956, no ato da inauguração da Escola Técnica de Aveiro. *Boletim do INTP*, n.º 11 e n.º 12, 15 e 30 de junho, pp. 273-276.

MACEDO, Henrique Veiga de (1956 c). Discurso proferido em Braga pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, no dia 25 de junho de 1956, no ato de encerramento do I Congresso de Etnografia e Folclore. *Boletim do INTP*, n.º 13, 15 de julho, pp. 347-350.

MACEDO, Henrique Veiga de (1956 d). Palavras proferidas perante o Conselho Geral da Ordem dos Médicos pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, a propósito da publicação do novo Estatuto daquela instituição. *Boletim do INTP*, n.º 16, 31 de agosto, p. 429.

MACEDO, Henrique Veiga de (1956 e). Palavras proferidas pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, no salão nobre da Câmara Municipal de Braga, na sua última visita àquela cidade. *Boletim do INTP*, n.º 17, 15 de setembro, p. 461.

MACEDO, Henrique Veiga de (1956 f). Discurso proferido, no dia 23 de setembro de 1956 na Colônia de Férias da Caparica, pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, no decurso do almoço oferecido a este membro do Governo pelos Sindicatos Nacionais do País. *Boletim do INTP*, n.º 18, 29 de setembro, pp. 513-517.

MACEDO, Henrique Veiga de (1956 g). Discurso proferido pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, no dia 4 de outubro de 1956, na Figueira da Foz, no ato da inauguração de um infantário e de um posto de puericultura da Junta Central das Casas dos Pescadores. *Boletim do INTP*, n.º 19, 15 de outubro, pp. 535-537.

MACEDO, Henrique Veiga de (1956 h). Palavras proferidas pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, no dia 14 de outubro, no encerramento da sessão solene, realizada na Casa dos Pescadores de Matosinhos, por ocasião da inauguração do novo agrupamento de moradias económicas do Bairro dos Pescadores daquela vila e do posto clínico de Angeiras. *Boletim do INTP*, n.º 20, 31 de outubro, pp. 563-564.

MACEDO, Henrique Veiga de (1956 i). Palavras proferidas, no dia 20 de setembro último, pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, perante uma representação de engenheiros agrónomos e silvicultores, a propósito da publicação do novo Estatuto da Ordem dos Engenheiros. *Boletim do INTP*, n.º 22, 30 de novembro, pp. 631-632.

MACEDO, Henrique Veiga de (1957 a). *A cooperação das instituições de previdência e das Casas do Povo na construção de habitações económicas*. Lisboa: FNAT.

MACEDO, Henrique Veiga de (1957 b). *A Política social e corporativa: doutrina e ação. Alguns discursos de Sua Excelência o Ministro das Corporações Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório.

MACEDO, Henrique Veiga de (1957 c). Palavras proferidas pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, no dia 7 de dezembro findo, em resposta à mensagem dirigida ao Senhor Presidente do Conselho, pelos Sindicatos Nacionais, em nome dos trabalhadores portugueses, como protesto contra a intervenção comunista na Hungria. *Boletim do INTP*, n.º 1, 2 de janeiro, p. 1.

MACEDO, Henrique Veiga de (1957 d). Palavras proferidas pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, em 18 de dezembro de 1956, por ocasião das saudações que lhe foram dirigidas pelos corpos diretivos da Caixa Sindical dos Profissionais de Seguros. *Boletim do INTP*, n.º 5, 15 de março, pp. 163-164.

MACEDO, Henrique Veiga de (1957 e). Discurso proferido, em 19 de março, pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, no primeiro ato público de execução do Plano de Formação Social e Corporativa, instituído pela Lei n.º 2 085, de 17 de agosto de 1956. *Boletim do INTP*, n.º 6, 30 de março, pp. 205-209.

MACEDO, Henrique Veiga de (1957 f). Algumas palavras proferidas pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, no jantar de confraternização dos dirigentes e empregados da SACOR. *Boletim do INTP*, n.º 7, 15 de abril, pp. 231-232.

MACEDO, Henrique Veiga de (1957 g). Palavras proferidas por Sua Excelência o Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, na homenagem prestada, em

19 de maio de 1957, aos velhos comerciantes de Lisboa, por ocasião das comemorações do 17.º aniversário da União de Grémios de Lojistas de Lisboa. *Boletim do INTP*, n.º 10, 31 de maio, pp. 346-347.

MACEDO, Henrique Veiga de (1957 h). Declarações feitas à Imprensa e à Rádio, no dia 29 de maio, pelo Sr. Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, sobre a proposta de lei relativa à Reforma da Previdência Social. *Boletim do INTP*, n.º 11, 15 de junho, pp. 405-410.

MACEDO, Henrique Veiga de (1957 i). Discurso proferido, no dia 8 de julho de 1957, na sede da delegação do INTP, do Porto, pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, no ato de cumprimentos promovido pela organização corporativa do distrito, a este membro do Governo, pela passagem do segundo aniversário da posse daquele cargo. *Boletim do INTP*, n.º 13, 15 de julho, pp. 535-537.

MACEDO, Henrique Veiga de (1957 j). Discurso proferido, no dia 29 de junho de 1957, na Senhora da Hora, (Matosinhos), pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo. *Boletim do INTP*, n.º 12, 29 de junho, pp. 459-462.

MACEDO, Henrique Veiga de (1957 k). Discurso proferido, em 23 de setembro de 1957, no Palácio dos Desportos, no Porto, pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, nas comemorações do 24.º aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional. *Boletim do INTP*, n.º 18, 30 de setembro, pp. 673-687.

MACEDO, Henrique Veiga de (1957 l). Discurso proferido, em 26 de setembro de 1957, pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, no ato da inauguração da sede da União de Grémios da Indústria Hoteleira. *Boletim do INTP*, n.º 19, 15 de outubro, pp. 751-753.

MACEDO, Henrique Veiga de (1957 m). Declarações feitas aos representantes da Imprensa da Rádio, sobre a instituição das primeiras Corporações, no dia 24 de setembro de 1957, pelo Ministro das Corporações e Previdência Social. *Boletim do INTP*, n.º 22, 30 de novembro, pp. 796-802.

MACEDO, Henrique Veiga de (1957 n). Discurso proferido, em 19 de março, pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, no ato de assinatura do acordo da cooperação e coordenação entre a Federação de Caixas de Previdência – Serviços Médico-Sociais e Junta Central das Casas do Povo. *Boletim do INTP*, n.º 7, 15 de abril, pp. 188-190.

MACEDO, Henrique Veiga de (1958 a). *Espírito Renovador* [Discurso proferido em Braga, no dia 23 de setembro de 1958, por ocasião das comemorações das bodas de prata do Estatuto do Trabalho Nacional e do I aniversário da instituição das corporações]. Braga: JAS.

MACEDO, H. Veiga de (1958 b). *Alguns princípios da política social e corporativa portuguesa. Declarações à imprensa estrangeira do ministro das corporações e previdência social*. Lisboa: Junta de Ação Social.

MACEDO, Henrique Veiga de (1958 c). Discurso proferido, em 7 de abril, no ato inaugural da sede da Casa do Povo do Romeu (Mirandela), pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social. *Boletim do INTP*, n.º 9, 15 de maio, pp. 265-268.

MACEDO, Henrique Veiga de (1958 d). Discurso do Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, proferido na sessão promovida pela União Nacional, no Coliseu do Porto, em 21 de maio de 1958. *Boletim do INTP*, n.º 11, 15 de junho, pp. 301-304.

MACEDO, Henrique Veiga de (1958 e). Palavras proferidas pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social no encerramento da sessão promovida pela União Nacional, em Aveiro, em 1 de junho de 1958. *Boletim do INTP*, n.º 13, 15 de julho, pp. 373-377.

MACEDO, Henrique Veiga de (1958 f). Entrevista concedida pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social aos jornalistas estrangeiros, em Lisboa, no almoço que lhe ofereceu a respetiva Associação, em 6 de julho de 1958. *Boletim do INTP*, n.º 14, 31 de julho, pp. 405-418.

MACEDO, Henrique Veiga de (1958 g). Discurso proferido pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, em 25 de julho de 1958, no ato de cumprimento dos magistrados e funcionários dos Tribunais do Trabalho, pela publicação da Reforma dos mesmos tribunais. *Boletim do INTP*, n.º 17, 15 de setembro, pp. 591-593.

MACEDO, Henrique Veiga de (1958 h). Discurso proferido pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, em 16 de outubro do ano corrente, no ato de posse do vice presidente da Junta de Ação Social. *Boletim do INTP*, n.º 20, 31 de outubro, pp. 717-719.

MACEDO, Henrique Veiga de (1958 i). Palavras proferidas pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, em 24 de novembro do ano corrente, no ato de posse do diretor geral do Trabalho e Corporações. *Boletim do INTP*, n.º 23, 15 de dezembro, pp. 787-789.

MACEDO, Henrique Veiga de (1958 j). Discurso proferido, em 13 de dezembro de 1958, pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, no ato de posse do novo vice presidente da Junta Central das Casas do Povo. *Boletim do INTP*, n.º 24, 31 de dezembro, pp. 815-819.

MACEDO, H. Veiga de (1959 a). *Discurso no Colóquio de Direito Corporativo e do Trabalho*. Braga: [s.n.].

MACEDO, Henrique Veiga de (1959 b). Declarações do Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, feitas em 11 de abril de 1959, no Secretariado Nacional da Informação, no decurso da conferência de imprensa que anunciou a Campanha Nacional de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais. *Boletim do INTP*, n.º 7, 15 de abril, pp. 229-234.

MACEDO, Henrique Veiga de (1959 c). Discurso proferido em Esmoriz, no dia 17 de maio de 1959, pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, no ato da homologação do Contrato Coletivo de Trabalho para a Indústria de Tanoaria. *Boletim do INTP*, n.º 11, 15 de junho, pp. 401-403.

MACEDO, Henrique Veiga de (1959 d). Discurso proferido pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, em 18 de junho de 1959, na 43.^a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, reunida em Genebra. *Boletim do INTP*, n.º 14, 31 de julho, pp. 503-507.

MACEDO, Henrique Veiga de (1959 e). Discurso proferido em Coimbra, pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, em 23 de setembro de 1959, por ocasião das

comemorações do XXVI aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional e do II da instituição das primeiras Corporações. *Boletim do INTP*, n.º 18, 30 de setembro, pp. 668-674.

MACEDO, Henrique Veiga de (1959 f). Palavras proferidas pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, em 22 de outubro de 1959, na cerimónia de agradecimento dos médicos da Previdência Social pelas normas estabelecidas por aquele membro do Governo sobre as condições de prestação e de remuneração do trabalho médico. *Boletim do INTP*, n.º 20, 31 de outubro, pp. 783-784.

MACEDO, Henrique Veiga de (1959 g). Palavras proferidas pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, no Palácio Foz, em 18 de maio de 1959, na sessão de abertura das reuniões da Associação Internacional de Segurança Social. *Boletim do INTP*, n.º 21, 15 de novembro, pp. 849-851.

MACEDO, H. Veiga de (19--). *A Previdência Social e as condições de trabalho dos seus servidores*. Lisboa: Junta de Ação Social.

MACEDO, H. Veiga de (1961 a). *Discurso proferido no Porto no ato da posse da nova comissão distrital da União Nacional do Porto*. Luanda: [s.n.].

MACEDO, H. Veiga de (1961 b). Discurso proferido em Lisboa, em 28 de outubro de 1961, pelo Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, Dr. Henrique Veiga de Macedo. In *A campanha eleitoral de 1961*. Lisboa: União Nacional.

MACEDO, H. Veiga de (1964). *O alferes Dr. José Carlos Ferreira de Almeida*. Lisboa: Círculo de Estudos Alfredo Pimenta.

MACEDO, H. Veiga de (1967). *Grandeza do sacerdócio glória do episcopado*. Santa Maria de Lamas: Tipografia Rios & Irmão.

MACEDO, H. Veiga de (1970 a). *Casas do Povo e Previdência Rural*. Santa Maria de Lamas: Tipografia Rios & Irmão.

MACEDO, H. Veiga de (1970 b). *O doutor Mário de Figueiredo*. Viseu: Câmara Municipal.

MACEDO, H. Veiga de (1971 a). *Política de proteção da velhice*. Santa Maria de Lamas: Tipografia Rios & Irmão.

MACEDO, H. Veiga de (1971 b). *Três campanhas eleitorais um pensamento*. Santa Maria de Lamas: Tipografia Rios & Irmão.

MACEDO, H. Veiga de (1971 c). *A revisão constitucional e o Ultramar*. [s. i.]: [edição de autor].

MACEDO, H. Veiga de (1972). *Problemas da Universidade* [discursos]. Lisboa: [edição de autor].

MACEDO, H. Veiga de (1973). *Reforma do Sistema Educativo*. [s. i.]: [edição de autor].

MACEDO, H. Veiga de (1987). *Ponto de encontro*. São Paulo: [edição de autor].

MACEDO, H. Veiga de (1992 a). *Eu sou de Santa Maria...A Força da Raiz*. Santa Maria de Lamas: Jornal Atual.

MACEDO, H. Veiga de (1992 b). *Trovas...e saudades. Mensagem para os antigos companheiros do Colégio de Ermesinde*. Ermesinde: Colégio.

MACEDO, H. Veiga de (1995). *Ensino Superior Público e Privado no Brasil* [policopiado]. [s. i.]: [edição de autor].

MACEDO, H. Veiga de (1999). *Voz da terra. Poemas*. Santa Maria de Lamas: Casa do Povo de Santa Maria de Lamas.

MACEDO, Henrique Veiga de ([2003] 2007). [entrevista concedida a Jaime Nogueira Pinto]. In Pinto, Jaime Nogueira. *Salazar visto pelos seus próximos*. Lisboa: Bertrand Editora, pp. 45-58.

10. Monografias e artigos

AGUDO, Dias (1931). Considerações oportunas sobre o problema do analfabetismo”. *O Ensino Primário*, 25 de outubro, p. 1.

AMORIM, Diogo Pacheco de (1918). *A nova geração*. Coimbra: França e Arménio.

AMORIM, Diogo Pacheco de (1933). [Depoimento acerca do CADC]. *Estudos*, 1933, n.º 112, abril, pp. 295-296.

ANDRADE, Manuel Rebelo de (1937). Uma série de conferências [Palavras proferidas pelo subsecretário de estado das Corporações, na sessão inaugural da série de conferências promovidas pelo Centro de Estudos Corporativos]. *Boletim do INTP*, n.º 15, 30 de junho, pp. 375-377.

ANDRADE, Manuel Rebelo de (1939). O I Congresso das Corporações Portuguesas [Declarações do subsecretário de estado das Corporações e presidente da comissão organizadora do Congresso]. *Boletim do INTP*, n.º 14, 31 de julho, pp. 349-351.

ANDRADE, Joaquim Mendes de (1963). *Serviço social em empresas*. Lisboa: Junta de Ação Social.

ANTUNES, António, [bispo coadjutor de Coimbra] (1926). O valor social do CADC. *Estudos*, n.º 47 e n.º 48 [número especial comemorativo das bodas de prata do CADC], pp. 650-651.

ANTUNES, António, [bispo coadjutor de Coimbra] (1934). Segundo decénio dos Estudos. *Estudos*, n.º 121, janeiro, pp. 2-5.

BARROS, João de (1931). Uma ideia em marcha. Acabemos com o analfabetismo. *Diário de Notícias*, 13 de setembro, pp. 1-2.

BROCHADO, Costa (1960). *Origem e fins da União Nacional*. Lisboa: Companhia Nacional Editora.

CAETANO, Marcelo (1933). Corporações no Estado ou corporações do Estado? *Cadernos Corporativos*, n.º 4, 5 de março, pp. 151-155.

CAETANO, Marcelo (1941). *Problemas da revolução corporativa*. Lisboa: Editorial Ação.

- CAETANO, Marcelo (1950). *Posição atual do corporativismo português*. Lisboa: Império.
- CAETANO, Marcelo (1956 a). *Problemas políticos e sociais da atualidade portuguesa* [Discurso proferido a 17 de outubro na abertura do ano de trabalho do Centro de Estudos Político Sociais]. Lisboa: Centro de Estudos Político Sociais.
- CAETANO, Marcelo (1956 b). *A Constituição de 1933*. Coimbra: Coimbra Editora.
- CAETANO, Marcelo (1974). *Depoimento*. Rio de Janeiro: Graficolor.
- CAMÕES, Dionysia (1923). Uma obra de ação social que começa. O círculo académico feminino católico (CAFC). *Estudos*, n.º 14, julho, pp. 225-237.
- CAMPOS, Fernando (1938). *O princípio da organização corporativa através da História*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- CÂNDIDO, Armando (1937). *Corporativismo e comunismo frente a frente* [Discurso proferido em Ponta Delgada, na jornada anticomunista de 18 de novembro de 1936]. Ponta Delgada: Papelaria Âmbar.
- CARDOSO, Américo (1931). Uma ideia em marcha. Mandai os vossos filhos à escola. *Diário de Notícias*, 27 de agosto, p. 1 e p. 7.
- CARDOSO, Constantino de Menezes (1937). *O pensamento do corporativismo medieval e a política social de Salazar*. Lisboa: Edições Jocistas.
- CARDOSO, José Pires (1949). *O corporativismo e a Igreja*. Lisboa: Gráfica Lisbonense.
- CARDOSO, José Pires (1958). *Questões Corporativas*. Lisboa: Gabinete de Estudos Corporativos.
- CARMONA, António Óscar de Fragoso (1938). Mensagem lida em 28 do corrente mês, por S. Ex.^a o Presidente da República, na sessão inaugural da Assembleia Nacional. *Estudos*, n.º 22, 30 de novembro, pp. 425-427.
- CARRUSCA, Sousa (1931). Uma ideia em marcha. 4 277 341 analfabetos! *Diário de Notícias*, 15 de setembro, p. 1 e p. 4.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves (1926). Algumas notas sobre o Imparcial. *Estudos*, n.º 47 e n.º 48 [número especial comemorativo das bodas de prata do CADC], pp. 721-745.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves (1934). Discurso do Em.º Cardeal Patriarca sobre Ação Católica. *Estudos*, n.º 132, dezembro, pp. 702-713.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves (1943). *Vinte anos de Coimbra*. Lisboa: Gama.
- CÉSAR, Ângelo (1923). Organização profissional. *Estudos*, n.º 13, maio, pp. 358-360.
- CORREIA, Araújo (1934). *Diretrizes económicas do Estado Novo* [Conferência realizada na sessão inaugural do I Congresso da União Nacional]. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia.

COSTA, Afonso (1895). *A Igreja e a Questão Social. Análise crítica da encíclica pontifícia De Conditione Opificum, de 15 de maio de 1891* [Dissertação inaugural para o Ato de Conclusões Magnas na Faculdade de Direito]. Coimbra: Imprensa da Universidade.

COSTA, Augusto da (1933 a). A derrota do indivíduo e a vitória do produtor. *Cadernos Corporativos*, n.º 1, 20 de janeiro, pp. 4-9.

COSTA, Augusto da (1933 b). Notas e comentários. *Cadernos Corporativos*, n.º 3, 20 de fevereiro, pp. 132.

COSTA, Augusto da (1933 c)). Os tempos e as ideias. Pela criação de uma mentalidade corporativa. *Cadernos Corporativos*, n.º 5, 20 de março, pp. 193-202.

CRISTO, Homem (1931). O analfabetismo. Aplausos à campanha do Diário de Notícias. *Diário de Notícias*, 6 de setembro, p. 1.

DANTAS, Júlio (1931). O problema dos iletrados. *Diário de Notícias*, 11 de setembro, p. 1.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho (1936). Da verdade corporativa e da escravidão comunista. *Estudos*, n.º 150, agosto, pp. 477-495.

FERNANDES, António Júlio de Castro (1945). Discurso proferido por S. Ex.^a o Subsecretário de Estado das Corporações, Dr. Castro Fernandes, no ato de posse da Junta Central e da Comissão Consultiva das Casas do Povo. *Boletim do INTP*, n.º 4, 28 de fevereiro, pp. 99-109.

FERREIRA, Alexandre (1931). Instruir é dar vista aos cegos. É preciso combater o analfabetismo. *Diário de Notícias*, 18 de setembro, p. 1.

FERREIRA, Emília (1951). *Corporativismo português*. Coimbra: Coimbra Editora.

FERRO, António (1978). *Salazar*. Lisboa: Edições do Templo.

FIGUEIREDO, Mário de (1936). *Princípios essenciais do Estado Novo Corporativo*. Coimbra: Biblioteca da Universidade.

FIGUEIRINHAS, António (1929 a)). O que pensa da instrução no Brasil um pedagogo português [Transcrição da entrevista de António Figueirinhas ao jornal do Rio de Janeiro, *A Pátria*]. *Educação Nacional*, n.º 131, setembro, pp. 3-4.

FIGUEIRINHAS, António (1929 b). A instrução primária no Rio de Janeiro e S. Paulo. *Educação Nacional*, n.º 134, setembro, pp. 1-4.

FIGUEIRINHAS, António (1931). A maior vergonha nacional. Como deverá ser resolvido o problema do analfabetismo. *Diário de Notícias*, 14 de outubro, pp. 1-2.

FONSECA, Alberto Diniz da (1922). [Transcrição da entrevista centrada no movimento das Juventudes Católicas Portuguesas, concedida ao jornal *O Século*, a 18 de maio]. *Estudos*, n.º 2, junho, pp. 58-60.

FONSECA, Alberto Diniz da (1926). Elementos para a história do CADC. *Estudos*, n.º 47 e n.º 48 [número especial comemorativo das bodas de prata do CADC], pp. 771-802.

- FONSECA, Carlos Dinis da (1936). Ânsia de justiça. *Estudos*, n.º 151/152, setembro/outubro, pp. 578-593.
- FONSECA, Soares (1935). Ação Católica e Ação Política. *Estudos*, n.º 135 e n.º 136, março e abril, pp. 203-213.
- GOMES, António de Sousa (1935). Dois marxismos. *Estudos*, n.º 133 e n.º 134, janeiro e fevereiro, pp. 38-76.
- GOMES, António Ferreira (1958). Carta do bispo do Porto a Salazar. *Católicos e Política* [Apres. Pe. Felicidade Alves]. Lisboa: [edição de autor].
- LEAL, Cunha (1931). *Ditadura, Democracia, ou Comunismo?* La Coruña: Impr. Moret.
- LEITE, João Pinto da Costa (1936). *A doutrina corporativa em Portugal*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- LOPES, David (1931). Um grande problema nacional. Contra o analfabetismo. *Diário de Notícias*, p. 1.
- LORDELLO, Ruy de (1933). Imprensa estrangeira. *Cadernos Corporativos*, n.º 5, 20 de março, pp. 224-225.
- LOUSSE, Émile (1960). *Organização e representação corporativas*. Lisboa: Junta de Ação Social.
- MALON, Benoit (1891). *Le Socialisme Intégral*. Paris: Felix Alcan, Lib. de la Revue Socialiste.
- MANOILESCO, Mihail (1934). *Le siècle du corporatisme*. Paris: Felix Alcan.
- MANTERO, Carlos (1936). Organização corporativa. Aspeto económico [conferência realizada na Sala dos Atos Grandes da Faculdade de Medicina de Lisboa]. *Boletim do INTP*, n.º 16, 15 de julho, pp. 277-280.
- MATOS, Manuel Vieira de [Arcebispo Primaz de Braga] (1926). CADC. *Estudos*, n.º 47 e n.º 48 [número especial comemorativo das bodas de prata do CADC], pp. 655-657.
- MENDES, Augusto de Azevedo (1938). O problema social em Portugal. *Estudos*, n.º 166/167, abril/maio, pp. 226-236.
- MONCADA, Cabral (1933). [Depoimento acerca do CADC]. *Estudos*, n.º 112, abril, p. 303.
- MONIZ, Jorge Botelho (1949). *Campanha eleitoral* [Palestras radiofónicas]. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia.
- MOURA, Horácio (1952). *Um tema concreto tirado das Encíclicas* [Discurso proferido na FNAT, em Coimbra, no dia do aniversário da publicação das Encíclicas Sociais]. Coimbra: União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho (UCIDT).
- NEGREIROS, Joaquim Trigo de (1940). 7.º Aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional [discurso pronunciado na sessão comemorativa do ETN, realizada a 23 de setembro]. *Boletim do INTP*, n.º 18, 30 de setembro, pp. 408-410.

NEVES, Pe. Moreira das Neves (1939). Sonho e ação. O Dr. Miguel de Sá e Melo e os trabalhadores. *Estudos*, n.º 173, janeiro, pp. 8-12.

NOGUEIRA, Franco (1970). *Debate singular*. Lisboa: Ática.

NOGUEIRA, Franco (1980). O Ataque. In *Salazar*. Coimbra: Atlântida Editora, vol. IV.

NOGUEIRA, Franco (1993). *Juízo final*. Porto: Livraria Civilização.

NUNES, Adérito Sedas (1954). *Situação e problemas do corporativismo. Princípios corporativos e realidades sociais*. Lisboa: Editorial Império.

NUNES, Adérito Sedas (1958). *Princípios de doutrina social*. Lisboa: Editorial Logos.

OLIVEIRA, António Correia de (1954). Saber ler. *A Campanha*, n.º 5, 1 de janeiro, pp. 6-7.

PAIXÃO, Braga (1931). Contra o analfabetismo. O Diretor Geral da Instrução Primária. *Diário de Notícias*, 20 de setembro de 1931, pp. 1-2.

PEREIRA, Pedro Teotónio (1934). As entidades patronais na organização corporativa [conferência realizada pelo subsecretário de estado das corporações, a 17 de fevereiro de 1934]. *Boletim do INTP*, n.º 7, 28 de fevereiro, pp. 1-5.

PEREIRA, Pedro Teotónio (1937 a)). De pois da fase sindical, a fase corporativa [Declarações de Pedro Teotónio Pereira, ministro do Comércio e Indústria, ao Diário da Manhã, a 1 de dezembro]. *Boletim do INTP*, n.º 4, 15 de janeiro, pp. 69-71.

PEREIRA, Pedro Teotónio (1937 b)). *A batalha do futuro*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

PEREIRA, Pedro Teotónio (1937 c). O espírito da gente nova na Revolução Nacional [Conferência realizada em Coimbra, em 27 de fevereiro]. *Boletim do INTP*, n.º 7, 27 de fevereiro, pp. 175-181.

PEREIRA, Pedro Teotónio (1972). *Memórias*. Lisboa: Verbo, 2 vol.

PINTO, José Augusto Vaz (1922 a). Dois congressos. *Estudos*, n.º 1, maio, pp. 9-15.

PINTO, José Augusto Vaz (1922 b). A Reforma, a Revolução e o Bolchevismo [adaptação de uma conferência lida em sessão ordinária do CADC]. *Estudos*, n.º 5 e n.º 6 (setembro e outubro), pp. 143-147 e pp. 181-188.

PINTO, Luís Leite (1949). Discurso proferido no Porto, por S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. Luís Leite Pinto, na II Conferência da União Nacional. *Escola Portuguesa*, n.º 744, 27 de janeiro, pp. 233-237.

PINTO, Francisco Leite (1955). Discurso proferido por S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor Francisco Pinto, no dia 8 deste mês, ao tomar posse da pasta da Educação Nacional. *Escola Portuguesa*, n.º 1059, 17 de julho, pp. 765-767.

PINTO, Francisco Leite ([1956] 1957). Palavras de S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional Senhor Prof. Eng. Leite Pinto [discurso proferido na reunião das comissões da CNEA, realizada a 27 de dezembro]. *Escola Portuguesa*, n.º 1129, 2 de janeiro, pp. 218-219.

PIRES, Maria Adelaide G. (2004). Aspectos da vida pública e da ação cultural de Veiga de Macedo. *Vila da Feira. Terra de Santa Maria*. Vila da Feira: Liga dos Amigos da Feira, Ano III, n.º 7, pp. 7-33.

PORTO, João (1936). A missão dos estudantes na reconstrução social [Conferência pronunciada no CADC, em maio, dia da consagração dos quintanistas católicos da Universidade de Coimbra]. *Estudos*, n.º 147, maio, pp. 298-320.

PROENÇA, José Júlio Gonçalves (1961). *A legitimidade histórica e doutrinária do corporativismo português* [Discurso proferido na sessão de encerramento do I Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência Social]. Lisboa: Junta de Ação Social.

RAMOS, João de Deus (1931). Quem não sabe ler desconhece a Pátria. O papel do Estado, da Igreja e dos particulares na luta contra o analfabetismo. *Diário de Notícias*, 16 de setembro, p. 1 e p. 4.

REBELO, Pequito ([1922] 1923-1924). As doutrinas do catolicismo social [Texto de uma conferência realizada no CADC]. *Estudos*, n.º 20 e n.º 21, dezembro de 1923 e janeiro de 1924, pp. 409-416 e pp. 459-476.

RIBEIRO, José Joaquim Teixeira (1939). Princípio e fins do sistema corporativo português. *Boletim da Faculdade de Direito*. Coimbra: Universidade, 16, 1939-40, pp. 1-96.

Ribeiro, José Joaquim Teixeira (1945). A organização corporativa portuguesa. In *Boletim da Faculdade de Direito*. Coimbra: Universidade, Suplemento 5, pp. 284-296.

RODRIGUES, José Francisco (1954). Para além da alfabetização. *A Campanha*, n.º 7, 1 de fevereiro, p. 12.

ROSEIRA, Mário (1962). *A segurança social na doutrina da Igreja* [Palavras proferidas na sessão solene das bodas de ouro da Juventude Católica do Porto]. Lisboa: Ramos, Afonso § Moita.

ROSEIRA, Mário (1962). *Temas de Previdência*. Lisboa: Junta de Ação Social.

S.A. Primeiras palavras (1922). In *Estudos*, n.º 1 (maio), pp. 1-2.

S.A. (1922). Dois Congressos [O congresso do Centro Católico e o congresso das juventudes católicas]. *Estudos*, n.º 1, maio, pp. 9-15.

S.A. (1929). Uma ideia em marcha. Vão ser criados postos de ensino em todo o país. *Diário de Notícias*, 10 de dezembro, p. 1 e p. 4.

S.A. (1929). As nossas finanças. *Educação Nacional*, n.º 131, 1 de setembro, p.1.

S.A. (1931 a). Analfabetismo. *Diário de Notícias*, 6 de agosto, p. 1.

S.A. (1931 b). Analfabetismo. *Diário de Notícias*, 20 de agosto, p. 1

S.A. (1931 c). A campanha contra o analfabetismo. O Plano de Ação do Diário de Notícias. *Diário de Notícias*, 1 de novembro, p. 1.

- S.A. (1931 d). Postos de ensino. *O Ensino Primário*, de 20 de dezembro, p. 1.
- S.A. (1934 a). Bases da Ação Católica portuguesa [nota oficiosa do Episcopado Português, de 16/11/1933]. *Estudos*, n.º 132, dezembro, pp. 697-701.
- S.A. (1934 b). O CADC e a Ação Católica. *Estudos*, n.º 132, dezembro, pp. 714-725.
- S.A. (1954). Métodos [conclusões do Congresso Interamericano de Educação de Adultos, realizado em 1949, em Quitandinha, Rio de Janeiro]. *A Campanha*, n.º 11, maio, Suplemento [p. 2].
- S.A. (1956). Algumas notas sobre a reunião de Sua Excelência o Ministro das Corporações e da Previdência Social, Dr. Henrique Veiga de Macedo, com os delegados e demais funcionários do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, realizada de 5 a 12 do corrente mês. *Boletim do INTP*, n.º 21, 15 de novembro, pp. 581-588.
- SALAZAR, António de Oliveira (1922). *Centro Católico Português, princípios e organização*. Coimbra: Coimbra Editora.
- SALAZAR, António de Oliveira (1933 a). Discurso de S. Ex.^a o Presidente do Conselho [aos delegados do INTP, a 20 de dezembro]. *Boletim do INTP*, n.º 3, 30 de dezembro, pp. 1-2.
- SALAZAR, António de Oliveira (1933 b). Conceitos económicos e sociais da nova Constituição [Conferência realizada na sede da comissão central da União Nacional, em 13 de março]. *Cadernos Corporativos*, Separata.
- SALAZAR, António de Oliveira (1934 a). O estado atual da organização corporativa [Declarações do Presidente do Conselho ao *Diário de Notícias*, a 14 de agosto]. *Boletim do INTP*, n.º 18, 15 de agosto, pp. 2.4.
- SALAZAR, António de Oliveira (1934 b). A Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa Declarações do Presidente do Conselho ao jornal *O Século*, a 19/11/1934]. *Boletim do INTP*, n.º 1, 30 de novembro, pp. 2-5.
- SALAZAR, António de Oliveira (1935). O Estado Novo e os trabalhadores [excerto do discurso proferido a 27 de abril na Câmara Municipal de Lisboa, perante a oficialidade de terra e mar]. *Boletim do INTP*, n.º 11, 30 de abril, pp. 257-258.
- SALAZAR, António de Oliveira ([1937] 1991). *Como se levanta um Estado*. Lisboa: Mobilis in Mobile.
- SALAZAR, António de Oliveira (1938 a). Fundação e Restauração de Portugal. A próxima e grandiosa comemoração de dois centenários. *Boletim do INTP*, n.º 7, 15 de abril, pp. 125-129.
- SALAZAR, António de Oliveira (1938 b). Palavras de Salazar. *Escola Portuguesa*, n.º 212, de 17 de novembro, pp. 73-74.
- SALAZAR, António de Oliveira (1942). A palavra de ordem de Salazar aos dirigentes dos Sindicatos Nacionais [Comunicação lida na sessão realizada no Coliseu dos Recreios e radiodifundida para o país, a 23 de junho]. *Boletim do INTP*, n.º 16, 31 de agosto, pp. 395-399.

- SALAZAR, António de Oliveira ([1930 a]) 1948). Ditadura Administrativa e Revolução Política. *Discursos*. Coimbra: Coimbra Editora, vol. I. pp. 43-66.
- SALAZAR, António de Oliveira ([1930 b]) 1948). Princípios Fundamentais da Revolução Política. *Discursos*. Coimbra: Coimbra Editora, vol. I. pp. 67-96.
- SALAZAR, António de Oliveira (1949). No fim da campanha [Palavras do Presidente do Conselho ao microfone da Emissora Nacional, a 11 de fevereiro]. Lisboa: SNI.
- SALAZAR, A. Oliveira (1951). *Discursos e notas políticas*. Coimbra: Coimbra Editora, vol. I-VI.
- SALAZAR, António de Oliveira (1953 a). *O Plano de Fomento. Princípios e pressupostos* [Discurso proferido no Palácio Foz, a 28 de maio, no ato inaugural do ciclo de conferências ministeriais e da exposição do Plano de Fomento]. Lisboa: SNI.
- SALAZAR, António de Oliveira (1953 b). Discurso proferido por Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho na primeira reunião dos organismos superiores da União Nacional em 10 de julho de 1953. *Boletim do INTP*, n.º 13, 15 de julho, pp. 332-337.
- SALAZAR, António de Oliveira (1960). *Portugal e a campanha anticolonialista* [Discurso proferido na sessão da Assembleia Nacional, de 30 de novembro]. Lisboa: SNI.
- SALAZAR, António de Oliveira (1961). O Ultramar Português e a ONU. [Discurso proferido na sessão extraordinária da Assembleia Nacional, a 30 de junho]. Lisboa: SNI.
- SANTOS, Manuel Mendes da Conceição [Arcebispo de Évora] (1926). Renovação social e cristã. *Estudos*, n.º 47 e n.º 48 [número especial comemorativo das bodas de prata do CADC], pp. 658-665.
- SARMENTO, Augusto de Moraes (1964). *O corporativismo português e os postulados da sociologia católica*. Braga: Livraria Cruz.
- SILVA, João Serras e (1923). A mocidade de Ozanam. *Estudos*, n.º 19, novembro, pp. 325-339.
- SILVA, João Serras (1931). Acabemos com o analfabetismo. O grande exemplo do povo da Murtosa. *Diário de Notícias*, 13 de outubro, pp. 1-2.
- SILVA, Manuel Abúndio da (1911). *A Igreja e a Política*. Porto: Livraria Portuense.
- SILVA, Manuel Luiz Coelho da [Bispo conde de Coimbra] (1926). O apostolado do CADC. *Estudos*, n.º 47 e n.º 48 [número especial comemorativo das bodas de prata do CADC], pp. 647-649.
- SILVA, Gomes da (1931). Uma campanha nacional. Em dois anos foram construídas 400 escolas! *Diário de Notícias*, 25 de novembro, p. 1 e p. 4.
- SIMÕES, António de Matos (1962). *Bibliotecas para os organismos corporativos e locais de trabalho*. Catálogo. Lisboa: Junta de Ação social.
- SOARES, Henrique (1946). *Corporativismo. Antecedentes e princípios*. Lisboa: Edições Ultramar.

SOUSA, Baltazar Rebello de Sousa (1955). Discurso de Sua Excelência o Senhor Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Baltazar Rebello de Sousa no encerramento da VI Reunião Anual dos Funcionários Superiores do Ensino Primário. *Escola Portuguesa*, n.º 1067, 17/9/55, pp. 881-882.

SOUSA, Baltazar Rebello de Sousa (1956). Na I Sessão Plenária do IV Congresso da União Nacional. Discurso proferido por S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Senhor Dr. Baltazar Rebello de Sousa. *Escola Portuguesa*, n.º 1102, 1 de junho, pp. 681-689.

SOUTO, António de Azevedo Meyrelles do ([1922] 1922-1923). Portugal no passado e no presente; males e remédios [adaptação de duas conferências lidas em sessão de estudo no CADC]. *Estudos*, n.º 7, novembro, pp. 203-208; n.º 9, janeiro, pp. 235-242; n.º 11, março, pp. 329-337.

UNESCO (1949). *Actes de la Conférence Générale de L'Organisation des Nations Unies pour L'Éducation, la Science et la Culture. Troisième Session, Beyrouth, 1948. Volume II. Resolutions*. Paris: UNESCO.

UNIÃO NACIONAL, (1940). *Cartilha do corporativismo*. Lisboa: União Nacional.

URCULLÚ, Fernando (1934). A vida e a obra das Conferências Vicentinas de Coimbra. *Estudos*, n.º 121, janeiro, pp. 16-20.

VALDERRAMA, Fernando (1995). *Histoire de l'UNESCO*. Paris: UNESCO.

VASCONCELOS, António de (1926). Precursores do CADC. *Estudos*, n.º 47 e n.º 48, [número especial comemorativo das bodas de prata do CADC], pp. 691-704.

VIDE, Telo da (1950). *Temas de Moral Corporativa*. Lisboa: Pro Domo.

Winkin, Yves (1999). *Os momentos e os seus homens. Erving Goffman*. Lisboa: Relógio D'Água.

III. Bibliografia

ALMEIDA, Adelino Marques de (1986). *A doutrina social da Igreja e a democracia cristã*. Lisboa: IDL.

AMADO, Janaína e Ferreira, Marieta de Moraes (1996). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

AMARO, António Rafael (1993). O Imparcial, um jornal de combate (1912-1919). *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934). Uma abordagem a partir dos Estudos Sociaes (1905-1911), Imparcial (1912-1934) e Estudos (1922-1934)*. Coimbra: Faculdade de Letras, pp. 83-142.

ARNOVE, R. & Graaf, H. [edit.] (1987). *National Literacy Campaigns*. New York: Penum Press.

AVELINO, Nildo (org.) (2011). *Do governo dos vivos: Curso no Collège de France (1979-1980): excertos/Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Achiamé.

- BARCOSO, Cristina (2002). *O Zé Analfabeto no Cinema. O Cinema na Campanha Nacional de Educação de Adultos de 1952 a 1956*. Lisboa: Educa.
- BAUMAN, Zygmunt (2004). *Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BAUMAN, Zygmunt (2007). *A vida fragmentada. Ensaios sobre a moral pós moderna*. Lisboa: Relógio D'Água.
- BENJAMIN, Walter (2010). *O Anjo da História*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- BOURDIEU, Pierre (1986). L'illusion biographique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 62-63, juin, pp. 69-72.
- BOURDIEU, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- BRANDÃO, Fernando Castro (1991). *A I República Portuguesa: uma cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- BRANDÃO, Fernando de Castro (2008). *Estado Novo. Uma cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- BAUMAN, Zygmunt (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BAUMAN, Zygmunt (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BURKE, Peter (1992). *A escrita da História*. São Paulo: UNESP.
- CANDEIAS, António [dir.] (2004). *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX. Os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CANDEIAS, António (2005). *Modernidade, Educação e Estatísticas na Ibero-América dos séculos XIX e XX*. Lisboa: Educa.
- CARDOSO, José Luís e ROCHA, Maria Manuela (2003). Corporativismo e Estado-Providência (1933-1962). *Ler História*, 45, pp. 111-135.
- CARDOSO, José Luís (2012). *O Gabinete de Estudos Corporativos (1949-1961) e a génese de uma biblioteca moderna de ciências sociais*. Universidade de Lisboa: ICS. [online]: http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2012/wp2012_2.pdf, (acedido a 16/7/2013).
- CARVALHO, Rómulo de (1996). *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da Nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTILHO, J. M. Tavares (2010). *Os procuradores da Câmara Corporativa (1935-1974)*.
- CASULO, J. C. (1988). As Leis de Bases da Educação Nacional: Percurso histórico e condições de aplicabilidade. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga: CEEDC – Universidade do Minho, 1 (3), pp. 21-28.
- CERTEAU, Michel (1994). *A invenção do quotidiano*. Petrópolis: Vozes.

- CHARTIER, Roger (1988). *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.
- CONSELHO Pontifício Justiça e Paz (2004). *Compêndio da doutrina social da Igreja*. S. João do Estoril: Principia.
- CRUZ, Manuel Braga da (1978). *As origens da democracia cristã e o salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- CRUZ, Manuel Braga da (1988). *O Partido e o Estado no salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- CRUZ, Manuel Braga da (1992). O Estado Novo e a Igreja Católica. In ROSAS, Fernando [coord.]. *Portugal e o Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 202-248.
- CRUZ, M. Braga da e PINTO, António da Costa [dir.] (2004). *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix (1992). *O que é a Filosofia?* Lisboa: Editorial Presença.
- ELIAS, Norbert (1993 a). *Mozart. Sociologia de um génio*. Porto: Asa.
- ELIAS, Norbert (1993 b). *A Sociedade dos Indivíduos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- ESTEVES, Sebastião (2000). *Doutrina social da Igreja. Das raízes à Centesimus Annus*. Porto: Edições Salesianas.
- FERRAROTTI, Franco (1983). *Histoire et histoires de vie. La méthode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Librairie des Meridiens.
- FOUCAULT, Michel [apres.] (1997). *Eu, Pierre Rivière, que degolei a minha mãe, a minha irmã e o meu irmão*. Lisboa: Terramar.
- FOUCAULT, Michel. (2005 a). *A arqueologia do saber*. Coimbra: Edições Almedina.
- FOUCAULT, Michel. (2005 b). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Edições 70.
- FOUCAULT, Michel (2006 a). *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.
- FOUCAULT, Michel (2006 b). *Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel (2006 c). *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel (2008). *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal.
- FOUCAULT, Michel (2010). *O governo de si e dos outros* [Curso no Collège de France (1982-1983)]. São Paulo: Martins Fontes.

- FOUCAULT, Michel (2011). A coragem da verdade. *O governo de si e dos outros* [Curso no Collège de France (1983-1984)]. São Paulo: Martins Fontes.
- GARNIER, Christine (1983). *Férias com Salazar*. Lisboa: Fernando Pereira.
- GARRIDO, Álvaro (2009). *Henrique Tenreiro. Uma biografia política*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- GINZBURG, Carlo et al (1991). *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL.
- GINZBURG, Carlo (1998). *O queijo e os vermes. O quotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GOFFMAN, Erving (1993). *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Lisboa: Relógio D'Água.
- GOFFMAN, Erving (2008). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.
- GRAAF, Harvey J. (1989). *Storia Dee'Alfabetizzazione Occidentale*. Bologna: Società Editrice il Mulino, 3 vol.
- GRAAF, Harvey J. (1994). *Os Labirintos da Alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- GRÁCIO, Rui (1995). *Obra Completa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GUIBENTIF, P. (1985). Génese da previdência social. Elementos sobre as origens da segurança social portuguesa e suas ligações com o corporativismo. *Ler História*, 5, 27-58.
- GUSMÃO, M. J. & Marques, A. [trad. e apres.] (1978 a). *Conferências internacionais da UNESCO sobre educação de adultos*. Braga: Universidade do Minho.
- HALL, Stuart (2005). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- LAVRADOR, João (2003). CADC – Cronologia. *Estudos*. Coimbra: CADC, n.º 1, pp. 17-19.
- LEVI, Giovanni (1989). Les usages de la biographie. *Annales*, année 44, n.º 6, nov.-dec., pp. 1325-1336.
- LORIGA, Sabina (1996). La biographie comme problème. In Revel, Jacques. *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*. Paris: Gallimard, pp. 209-231.
- LUCENA, Manuel (1976). *A evolução do sistema corporativo português*. Lisboa: Perspetivas & Realidades, 2 vol.
- LUCENA, Manuel (1977). A revolução portuguesa: do dismantelamento da organização corporativa ao duvidoso fim do corporativismo. *Análise Social*, 541-592.
- MANSOS, Maria do Pilar (2005). *Representações do analfabeto. O Plano de Educação Popular e a Campanha de Educação de Adultos* [Policopiado]. Braga: Instituto de Educação da Universidade do Minho.
- MATOS, Helena (2003). *Salazar. A construção do mito*. Lisboa: Temas e debates, vol. I.

- MEDEIROS, Fernando (1978). *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do Salazarismo*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- MEDINA, João [dir.] (1986). *História contemporânea de Portugal*. Lisboa: Amigos do Livro.
- MELO, Daniel de (2001). *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
- MÓNICA, Maria Filomena (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença.
- NÓVOA, António (1987). *Le Temps des Professeurs. Analyse sócio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII.è-XX.è siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 2 vol.
- NÓVOA, António (1988). A República e a escola. Das intenções generosas ao desengano das realidades. In *Revista Portuguesa de Educação*. C.E.E.D.C. – Universidade do Minho, n.º 3, pp. 29-60.
- NÓVOA, António (1992). A Educação Nacional (1930-1960). In Fernando Rosas [coord.]. *Portugal e o Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 455-519.
- NÓVOA, António [dir.] (1993). *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório Analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- NÓVOA, António & Schriewer, J. (2002). *A difusão mundial da escola*. Lisboa: Educa.
- NÓVOA, António [dir.] (2003). *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Edições Asa.
- NÓVOA, António (2005). *E vid ente mente. Histórias da educação*. Porto: Edições Asa.
- NUNES, Anabela & Brito, José M. Brandão de (1992). Política Económica, Industrialização e Crescimento. In Fernando Rosas [coord.]. *Portugal e o Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença.
- NUNES, João Paulo Avelãs (1993). O CADC de Coimbra nos inícios do Estado Novo – a revista Estudos entre 1922 e 1934. *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934). Uma abordagem a partir dos Estudos Sociaes (1905-1911), Imparcial (1912-1934) e Estudos (1922-1934)*. Coimbra: Faculdade de Letras, pp. 147-233.
- Ó, Jorge Ramos do (1999). *Os anos de ferro. O dispositivo cultural durante a “política do espírito” (1933-1949). Ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Estampa.
- Ó, Jorge Ramos do (1992). Salazarismo e cultura. In Fernando Rosas [coord.]. *Portugal e o Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Ó, Jorge Ramos do (1990). *O lugar de Salazar. Estudo e antologia*. Lisboa: Alfa.
- Ó, Jorge Ramos do (2003). *O governo de si mesmo*. Lisboa: Educa.
- Ó, Jorge Ramos e Carvalho, Luís Miguel. *Emergência e circulação do conhecimento psicopedagógico moderno (1880-1960)*. Lisboa: Educa.

OIT. Delegação portuguesa [43.^a Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho]. OIT [online]:

http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/cit_43.pdf, (acedido a 14/7/13)

OLIVEIRA, César (1992). A evolução política. In ROSAS, Fernando [coord.]. *Portugal e o Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 21-78.

ONFRAY, Michel (2009). *Teoria da viagem. Uma poética da geografia*. Lisboa: Quetzal.

ORIEUX, Jean (1994). A arte do biógrafo. In DUBY, G. et all. *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, pp. 33-41.

ORTIGÃO, José Duarte Ramalho ([1910-1915] 1946). *Últimas Farpas*, Lisboa: Livraria Clássica Editora.

PATRIARCA, Fátima (1995). *A questão social no Salazarismo 1930-1947*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

PATRIARCA, Fátima (2000). *Sindicatos contra Salazar. A revolta de 18 de janeiro de 1934*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

PIMENTA, José da Costa (2009). *Salazar, o Maçon*. Lisboa: Bertrand.

PINHEIRO, Magda (2006). A biografia em Portugal. *Ler História*, 50, pp. 67-70.

PINSKY, Carla Bassanezi [org.] (2005). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto.

PINTO, Jaime Nogueira [org.] (2007). *Salazar visto pelos seus próximos (1946-68)*. Venda Nova: Bertrand Editora.

PIRES, Maria Adelaide Gregório (1990). O plano de educação popular ou a legislação de 27 de Outubro de 1952, nos primeiros anos da sua execução. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Ano XXIV, n.º 24, pp. 477-518.

RAMOS, Rui (1993). O método dos pobres: Educação popular e alfabetização em Portugal (séculos XIX e XX). *Colóquio, Educação e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, n.º 2, Fevereiro, pp. 41-68.

RAMOS, Rui (1998). Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*. Lisboa: ICS, vol. XXIV, 103-104 (4.º, 5.º), pp. 1067-1145.

RAMOS, Rui [coord.] (2001). A Segunda Fundação. Lisboa: Editorial Estampa, vol. 6.

RANCIÈRE, Jacques (2002). *O mestre ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

REVEL, Jacques (1996). Micro-analyse et construction du social. In Revel, Jacques. *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*. Paris: Gallimard, pp. 15-36.

RODRIGUES, Carlos Manuel S. (1994). *Sócio História e reformas educativas em Portugal*. Braga: Universidade do Minho.

- RODRIGUES, César Urbino (1992). *Coordenadas fundamentais do pensamento educacional do Estado Novo*. Braga: Universidade do Minho.
- RODRIGUES, José Paulo (2001). *Salazar: memórias para um perfil*. Lisboa: Pró Homem.
- ROSAS, Fernando (1986). *O Estado Novo nos anos trinta*. Lisboa: Editorial Estampa.
- ROSAS, Fernando (1990). *Portugal entre a Paz e a Guerra*. Lisboa: Editorial Presença.
- ROSAS, Fernando [coord.] (1992). As grandes linhas da evolução institucional. *Portugal e o Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 86-139.
- ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de [dir.] (1996). *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, 2 vol.
- ROSAS, Fernando (2003). Portugal Século XX. *Pensamento e Ação Política*. Lisboa: Editorial Notícias.
- ROSAS, Fernando (2013). *Salazar e o poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-china.
- SAMPAIO, Salvado (1976-1977). *O Ensino Primário 1911-1969. Contribuição monográfica*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência, 3 vol.
- SCHMIDT, Benito Bisso (1997). Construindo biografias...Historiadores e jornalistas: Aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*, n.º 19, pp. 13-21.
- SEABRA, Jorge (1993). O impacto do modernismo em Portugal: o caso dos *Estudos Sociaes*, revista católica mensal. *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934). Uma abordagem a partir dos Estudos Sociaes (1905-1911), Imparcial (1912-1934) e Estudos (1922-1934)*: Coimbra, Faculdade de Letras, pp. 17-81.
- SERRES, Michel (1993). *O terceiro instruído*. Lisboa: Instituto Piaget.
- SHORTLAND, Michael and YEO, Richard [edit.] (1996). *Telling lives in science. Essays on scientific biography*. Cambridge: University Press.
- SOUSA, Baltazar Rebelo de (1956). *Formas e Critérios da Cultura Popular. Conferência proferida por S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, no IV Congresso da União Nacional*. Lisboa: CNEA.
- STEINER, George (2005). *As lições dos mestres*. Lisboa: Gradiva.
- STOER, S. R. (1986). *Educação e mudança social em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- STOER, S. R. & Araújo, H. C. (1987). A Contribuição da Educação para a Formação do Estado Novo: Continuidades e Rupturas (1926-1933). *O Estado Novo: Das origens ao fim da autarquia, 1926-1959*. Lisboa: Editorial Fragmentos, vol. 2. pp. 125-147.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano e Pinto, António Costa [coord.] (2000). *A primeira República portuguesa. Entre o liberalismo e o autoritarismo*. Lisboa: Edições Colibri.
- TELO, António José (1977). *O sidonismo e o movimento operário português*. Lisboa: Ulmeiro.

- TELO, António José (1980-1984). *Decadência e queda da I República Portuguesa*. Lisboa: A regra do jogo, 2 vol.
- TEODORO, António (1994). *Política Educativa em Portugal*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- TEODORO, António (2001). *A Construção Política da Educação, Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal contemporâneo*. Porto: Edições Afrontamento.
- TORGAL, Luís Reis [coord.] (2001). *O cinema sob o olhar de Salazar*. Lisboa: Temas e Debates.
- TRABULO, António (2004). *O Diário de Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- VALDERRAMA, Fernando (1995). *Histoire de L'Unesco*. Paris: UNESCO.
- VALENTE, Vasco Pulido (1976). *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*. Lisboa: D. Quixote.
- VALENTE, Vasco Pulido (2002). *Marcello Caetano. As desventuras da razão*. Lisboa: Gótica.
- VEYNE, Paul (2008). *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70.
- VIÑAO, A. (1989). Historia de la Alfabetización versus Historia del Pensamiento, o sea, de la Mente Humana. *Revista de Educacion*, n.º 288, pp. 35-44.
- VIÑAO, A. (1992). Alfabetización y alfabetizaciones. *In ler y escribir en España. 200 años de alfabetización*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez.
- VINELLE, Duquesne de la (1994). *Mercado e justiça. Uma leitura crítica das Encíclicas*. Lisboa: Verbo.
- ZOLA, Émile (1885). *Germinal*. Paris: Charpentier.

ANEXOS

NOTA:

A documentação que se segue diz respeito à correspondência particular de Veiga de Macedo para Salazar constante do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no período em que aquele exerceu funções governativas. Da correspondência manuscrita e datilografada, foram excluídos os cartões de visita, as propostas de lei e outra documentação considerada não relevante para a economia deste trabalho.

Arquivo de Salazar. Correspondência Particular.

Cota: AOS/CP – 162

Caixa 1019

Ref.^a da pasta 4.4.4/1 [Pasta 1]

Doc. 1 (fls. 273-274)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
GABINETE DO SUB-SECRETÁRIO DE ESTADO

Senhor Presidente do Conselho:

O Senhor Doutor Pires de Lima lembrou-me há dias a vantagem de pedir uma audiência a V. Ex^a, a fim de poderem ser tratadas algumas questões de interesse relacionadas com o Ensino Primário.

O alvitre do meu Ministro encheu-me de satisfação, até porque me seria muito grato ver e ouvir Vossa Excelência ao fim de dois anos e meio de trabalho nesta Casa.

Peço, pois, a Vossa Excelência, se digne, no caso de o julgar conveniente, dar-me a honra de me receber na primeira oportunidade.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência, com respeitosos cumprimentos, os protestos da maior consideração.

De Vossa Excelência,
Henrique Veiga de Macedo
6-2-1952

Doc. 2 (fls. 277-278)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
GABINETE DO SUB-SECRETÁRIO DE ESTADO

Senhor Presidente do Conselho

Na ausência do Senhor Ministro, cabe-me a honra de enviar a Vossa Excelência o volume que contém as principais directivas dadas aos Inspectores do Ensino Primário e directores dos Distritos Escolares, no decurso da IV Reunião Anual, realizada em Setembro de 1953.

Não me atrevo a pedir a Vossa Excelência que leia a publicação, mas se for possível essa leitura, muito grato ficarei se se dignar dizer-me em que pontos, e em que medida estarei, porventura, a seguir orientação inconveniente.

Faço votos pela preciosa saúde de Vossa Excelência, e peço aceite os meus melhores e mais respeitosos cumprimentos.

De Vossa Excelência
muito grato
Henrique Veiga de Macedo
21-9-1954

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
GABINETE DO SUB-SECRETÁRIO DE ESTADO

Senhor Presidente do Conselho:

Li as amáveis palavras que Vossa Excelência, em respeito à minha carta que acompanhou o livro da IV Reunião Anual dos Funcionários Superiores do Ensino Primário, houve por bem dirigir-me e que tão fundo calaram no meu espírito. Constituem elas grande honra para mim, além de alto prémio para uma acção de cinco anos, durante os quais sinto ter envelhecido dez, não tanto pelo esforço posto na realização de uma obra, mas pela tortura ou quase tortura de não me ter sido dado ou possível fazer mais.

Graças a Vossa Excelência, alguma coisa de novo e de útil se fez, no entanto, na elevação do nível de instrução e de educação da nossa gente. E é agora Vossa Excelência – a quem, no fim de contas, tudo se deve – que me felicita com uma palavra de compreensão e apreço. Bem haja, pois, por tudo, e até porque eu bem necessitava dessa palavra de conforto, que tanto me sensibilizou, não só pela justiça que, porventura, possa conter, mas principalmente pela generosa simpatia que a ditou.

Nunca tive, nem tenho, e a Deus peço que não venha a ter, as mais leves aspirações pessoais de ordem política. Foi, assim, com o coração nas mãos que, há cerca de seis meses, pedi ao senhor Ministro da Educação Nacional, o favor de transmitir a Vossa Excelência na primeira oportunidade, o meu forte desejo – e fundamentado propósito – de me ser dada dispensa do exercício das funções em que presentemente estou investido. Esperava que me fosse concedida tal mercê para, então, afirmar a Vossa Excelência, não como responsável, mas como simples português agradecido e educado á sombra tutelar de uma doutrina de resgate, em Vossa Excelência personificada, que uma das razões mais salientes da minha actividade, ao longo destes últimos cinco anos, foi sempre a de prestar um serviço útil ao senhor Presidente do Conselho.

Reconhece Vossa Excelência que alguma coisa de bom se fez. Sinto-me feliz porque, na medida em que, de algum modo, a obra a mim se deve, me é possível, desde já, dedicá-la a Vossa Excelência, como preito de reconhecimento e homenagem do mais profundo respeito e da mais viva consideração.

Agradeço ainda a Vossa Excelência o reparo feito à expressão «direitos das crianças» usada como epígrafe de um capítulo do Sumário da V Reunião Anual dos Directores e Inspectores Escolares. Reconheço que nem todas as matérias foram sumariadas com felicidade. Lembro-me de ter tido hesitações antes de lançar ao papel o título «A criança e os seus direitos». Acabei, porem, por fazê-lo. Mas não satisfeito, julguei aconselhável delimitar o âmbito dessa designação e, por isso, ao desenvolver o sumário geral, escrevi: «Os direitos educativos da criança». Não contente ainda, acrescentei, embora um tanto forçadamente: «Os erros e desvios da pedagogia materialista atentatória dos direitos da criança. A filosofia cristã da educação e a criança». Mesmo assim, estive para eliminar o assunto do Sumário. Terminei por não o fazer, porque as minhas dúvidas ficaram bastante atenuadas com a leitura, então feita, do título «III – A criança e a família – da Lei espanhola de 7 de Julho de 1945, sobre Educação Primária, a qual, no artigo 54, de que me permito juntar uma cópia, trata precisamente dos «direitos educativos da criança».

Compulsando o relatório, bem como alguns discursos dos responsáveis pela educação do País vizinho, que precedem a edição oficial dessa lei, pude concluir ter sido propósito do legislador, ao atribuir categoria legal aos chamados direitos educativos da criança, colocar-se, em certa medida, em oposição ao conteúdo e sentido da Declaração de Genebra dos Direitos da Criança e da Carta Norte-Americana da Criança. E isto –

para adoptar as próprias palavras que daquela edição espanhola constam – porque uma e outra contrariam, por vezes, «os princípios do direito natural, a espiritualidade católica e a concepção integral da pessoa humana».

De qualquer maneira, julgo poder afirmar que a discussão em volta do termo foi conduzida sem ofensa da boa doutrina.

Esclareço ainda Vossa Excelência que o livro remetido encerra as directivas dadas na IV Reunião, realizada, no ano findo – Setembro de 1953. – assim, a matéria sobre «direitos educativos das crianças», tratada no decurso da reunião deste ano – V Reunião – não poderia, como Vossa Excelência verificou, ter sido encontrada no mencionado volume.

A Campanha Nacional de Educação de Adultos acaba, como Vossa Excelência bem sabe, em 31 de Dezembro do corrente ano, se não vier a ser prorrogada. Caso esta prorrogação venha a julgar-se aconselhável, colaborarei, em curto espaço de tempo, como já tive ensejo de dizer ao Senhor Ministro, projecto de decreto nesse sentido, aproveitando a ocasião para aperfeiçoar os diplomas de 27 de Outubro de 1952 e para os tornar de mais largo âmbito de aplicação. Ser-me-ia, então, muito grato ler a Vossa Excelência, e uma vez aprovado pelo Senhor Doutor Pires de Lima, o trabalho a elaborar – aliás a exemplo do que, por honrosa concessão de Vossa Excelência, se fez aquando da apreciação final do Plano de Educação Popular.

Pedindo desculpa da extensão das minhas palavras, exprimo a Vossa Excelência, respeitosamente, os protestos da mais elevada consideração.

De Vossa excelência

Muito grato

Henrique Veiga de Macedo

27-10-1954 – II Aniversario do Plano de Educação Popular.

Doc. 4 (fls. 285-286)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
GABINETE DO SUB-SECRETÁRIO DE ESTADO

Senhor Presidente:

Obtida a concordância do Senhor Ministro, dirijo-me a Vossa Excelência para informar que o Senhor Governador Civil e presidente da Junta Geral do Funchal me convidaram a visitar a Madeira nos meados ou fim do próximo mês.

Não é a primeira vez que o convite me é feito. No entanto, só agora julgo oportuna a minha deslocação ao Funchal, onde, na verdade, um conjunto de problemas escolares exige, segundo presumo, a minha presença.

Poderei aceder ao convite que me foi dirigido? Muito grato ficarei, se Vossa Excelência quiser transmitir-me a orientação que devo seguir. Caso não se veja inconveniente na minha visita de estudo à Madeira, peço a Vossa Excelência o favor de me receber, após o meu regresso. Sinto, efectivamente, necessidade de conversar um pouco com Vossa Excelência.

Respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo

6-5-1955

Doc. 5 (fl. 289)

Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

TELEGRAMA (com carimbo de 23/9/55)

Cumpro gratíssimo encargo saudando Vossa Excelência em nome das forças corporativas do país nesta data comemorativa do XXII aniversário do Estatuto do

Trabalho Nacional que jubilosamente aproveitamos para afirmar a Vossa Excelência e ao país que seremos capazes de reacender o antigo fogo e dar continuidade à cruzada corporativa exprimo a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração

Ministro das Corporações e Previdência Social
Veiga de Macedo

Doc. 6 (fls. 290-291)

MINISTÉRIO DAS CORPORações E PREVIDÊNCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Os dirigentes da FNAT manifestaram vivamente o desejo de que Vossa Excelência visite a exposição de heráldica corporativa. A esse desejo junto gostosamente o meu e por isso me atrevo a pedir que nos dê a honra de passar, se possível, pelo Secretariado, onde a exposição tem estado patente ao público, com agrado geral.

Exprimo a Vossa Excelência os protestos do meu maior respeito.

De Vossa Excelência
Henrique Veiga de Macedo
17-11-1955

Doc. 7 (fls. 292-293)

MINISTERIO DAS CORPORações E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente do Conselho:

Numa das últimas reuniões do Conselho de Ministros, deu Vossa Excelência instruções para que os ministros indicassem os assuntos que tencionavam propor fossem submetidos à apreciação da Assembleia Nacional.

Em obediência aos desejos de Vossa Excelência, tenho a honra de informar que, neste momento, só um é possível sugerir o envio à assembleia de uma proposta de lei sobre formação social e corporativa. Tenho as bases dessa proposta quase prontas. Se a vida interna do Gabinete o não permitir, encarregarei um funcionário superior do ministério de elaborar o projecto do relatório, embora em estreita ligação comigo. Gostaria, porém, que Vossa Excelência se dignasse marcar-me uma audiência, logo que possível, pois sinto necessidade de receber directrizes sobre alguns aspectos do referido trabalho e sobre outros assuntos de interesse para o Ministério.

Quero crer que o plano de formação corporativa que elaborei no seu esboço pode, pelo interesse político do seu conteúdo, impressionar a Assembleia Nacional, preenchendo alguns dias da sua actividade.

Sei bem que a realização do programa de acção social não constitui tarefa fácil. Mas se vier a ser aprovado, pelo menos nas suas linhas gerais, há-de ser executado convenientemente por este Ministério. A sua execução poderá mesmo ser facilitada pela discussão das suas bases na assembleia Nacional. Além disto, a discussão neste órgão de soberania poderá ser útil...para alguns deputados menos integrados nos princípios corporativos.

Apresento a Vossa Excelência os meus mais respeitosos cumprimentos

Henrique Veiga de Macedo

21-11-1955

Doc. 8 (fls. 297-298)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente do Conselho:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência as propostas de lei sobre o Estatuto das Corporações e sobre o Plano de Formação Social e Corporativa, apreciadas nas últimas reuniões do Conselho Corporativo.

Aproveito o ensejo para dizer que os funcionários superiores do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, ao terem conhecimento da aprovação daquelas propostas, me solicitaram, com particular empenho, que fosse interprete junto de Vossa Excelência dos seus respeitosos sentimentos de dedicação e lealdade ao Senhor Presidente do Conselho e da sua fidelidade aos princípios da Revolução Nacional, que continuarão a servir com vontade firme e fé inabalável.

Cumpro, com verdadeira alegria, este encargo e, como Delegado do INTP e Presidente do Instituto, associo-me comovidamente a manifestação tão significativa.

Apresento a Vossa Excelência os meus mais respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo
15-3-1956

Doc. 9 (fls. 299-300)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

À consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho:

Em aditamento à informação pessoal de anteontem, sábado, tenho a honra de juntar o projecto de decreto-lei sobre a reinscrição na Caixa de Reformas da CP de alguns empregados desta Companhia.

Para melhor esclarecimento de Vossa Excelência, junto, além de uma pequena nota informativa, o antigo projecto de decreto-lei, já assinado por todos os membros do Governo, excepto pelo meu ilustre antecessor, e o próprio processo.

Como tive ocasião de informar Vossa Excelência, julgo de justiça e de vantagem a publicação do diploma.

Lisboa, 7-5-1956
Henrique Veiga de Macedo

Doc. 10 (fls. 311-312)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente do Conselho:

Tenho a honra de juntar o Projecto do Estatuto da Ordem dos Médicos com as alterações que julgo terem ficado assentes na última reunião. Não sei, porém, se em todas elas consegui manter-me fiel ao pensamento então definido. Peço, por isso, a Vossa Excelência, se digne dar-me as indicações necessárias para ultimação dos trabalhos.

Sobre a redacção e conteúdo do artigo 9, do parágrafo 4 do artigo 16 e do artigo 137, ouvi os Ministros da Justiça e do Interior, que manifestaram a sua concordância.

Exprimo a Vossa Excelência os meus melhores cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo
9-6-1956

Doc. 11 (fl. 313)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente do Conselho:

Agradeço as indicações sobre o Projecto do Estatuto da Ordem dos Médicos. De acordo com essas indicações procedi à alteração do parágrafo 1º do artigo 126, passando-o, com nova redacção, para parágrafo 3º do mesmo artigo.

Se Vossa Excelência concordar com a alteração, mandar-se-ia o projecto para a Imprensa Nacional, com a advertência de que eu passaria ainda às provas uma revisão final.

Respeitosos cumprimentos.
Henrique Veiga de Macedo
11-6-1956

Doc. 12 (fls. 314-315)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente do Conselho:

Tenho o prazer de informar que o caso da nomeação dos médicos de Cantanhede para os Serviços Médico-Sociais se encontra já solucionado.

Junto uma breve informação que me foi prestada pelo Presidente da Federação e que me parece esclarecer o que se passou. A solução que acabou por ser adoptada é, na verdade, a melhor, no aspecto político e no das conveniências dos Serviços.

Apresento a Vossa Excelência os meus mais respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo
28-6-1956

Doc. 13 (fls. 330-331)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

À consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

Junto o projecto do novo Estatuto da Ordem dos Engenheiros, que julgo em condições de ser remetido à Imprensa Nacional para efeitos da impressão das respectivas provas, as quais procurarei rever antes da publicação definitiva.

Peço a Vossa Excelência o favor de me indicar as alterações que, porventura, reputo aconselhável introduzir. Caso Vossa Excelência veja nisso vantagem, terei satisfação em prestar pessoalmente quaisquer esclarecimentos.

Na elaboração do projecto ouvi o Senhor Ministro das Obras Públicas que, depois de larga troca de impressões, deu a sua concordância ao texto anexo.

O Senhor Ministro da Presidência foi também consultado sobre uma dúvida que surgiu, tendo eu acrescentado a sugestão que teve a amabilidade de apresentar. Devo ainda informar que o Serviço Legislativo da Presidência do Conselho me prestou relevante concurso, na revisão do projecto inicial.

16-7-1956
Henrique Veiga de Macedo

Doc. 14 (fls. 332-333)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente do Conselho:

Formulo os mais sinceros votos pela saúde de Vossa Excelência. Bem gostaria de não perturbar o descanso do Senhor Presidente. Sinto, porém, que devo pedir a Vossa Excelência alguns minutos de atenção para o texto que esbocei para ser lido no próximo dia 23, no acto comemorativo do XXIII aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional. Ficaria grato a Vossa Excelência – no caso de o entender conveniente – se se dignasse dar-me indicação ou conselho sobre o referido projecto de declarações, designadamente sobre o que se diz nos números 8 a 10, e 13 a 15.

Meditei no que escrevi e convenço-me de que há certo interesse em dizer qualquer coisa de parecido.

Tenho quase prontas as bases da reforma da previdência que gostaria de anunciar desde já, embora com naturais cautelas. O que se afirma no discurso contrariará, de alguma forma, o pensamento de Vossa Excelência nesta matéria? Por algumas conversas que tivemos julgo que não. No entanto, Vossa Excelência dirá.

Quanto a salários penso que nada digo de contrário à nossa doutrina e à política definida.

Ser-me-ia bem doloroso não afirmar, ainda que involuntariamente, inteira fidelidade ao pensamento do Senhor Presidente. O que digo e faço é sempre movido pelo forte desejo de ser útil e de criar clima favorável ao desenvolvimento da organização.

Sigo no rápido da noite para Santa Maria de Lamas, aonde vou ver os meus. Regressarei a Lisboa na próxima segunda feira. Se Vossa Excelência o julgar conveniente, terei muito gosto em ir a Santa Comba, embora, repito, me seja muito custoso interromper o tão merecido e necessário repouso de Vossa Excelência.

Apresento a Vossa Excelência os meus respeitosos e afectuosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo

15-9-1956

Doc. 15 (334-335)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho:

A fim de se prover o lugar de Presidente do Conselho Disciplinar da Ordem dos Engenheiros, ouvi o Senhor Ministro da Justiça que concordou na indicação do nome do Dr. António Maria de Mendonça Lino Neto. Na nota que me enviou, o Doutor Antunes Varela diz-me: «nestas condições, tenho muito gosto em indicar o nome deste magistrado que, estou certo disso, não deixará de honrar a nomeação».

Na verdade, o Dr. Lino Neto tem um passado que abona perfeitamente a sua categoria, como se pode verificar pelo seu curriculum:

Licenciatura em Direito: Ciências Jurídicas com 17 valores; Ciências Político-económicas, também com 17 valores.

Concurso para Delegado do Procurador da Republica:

Classificação de “Muito Bom”

Concurso para juiz de Direito:

Classificação de “Muito Bom”

Comissões que desempenhou: juiz do tribunal do Trabalho de Braga, subdirector da Policia Judiciaria do Porto e de Lisboa.

Cargo que exerce: juiz do 5.º Juízo Correccional de Lisboa.

No exercício do cargo de juiz do Tribunal do Trabalho, posso afirmar que deu provas brilhantes da sua formação jurídica e da sua extraordinária capacidade de trabalho.

O Senhor Ministro do Ultramar, ouvido, dá também o seu voto favorável. Vou ouvir ainda o Doutor Marcello Caetano e o Dr. Ulisses Cortez.

Entretanto, se Vossa Excelência concordar, poder-se-ia seguir a orientação que se adoptou no caso semelhante da ordem dos Médicos. Elaborar-se-ia assim, a acta da sessão do Conselho Corporativo que oportunamente se submeteria à assinatura de Vossa Excelência.

Rogo, pois, a Vossa Excelência o favor, logo que possível, de uma palavra orientadora.

Henrique Veiga de Macedo
13-10-1956

Doc. 16 (fls. 336-339)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho:

Em referência à nota de Vossa Excelência sobre o Dr. Sedas Nunes, julgo dever informar o seguinte:

Estou a procura valorizar o Ministério, escolhendo para o servir elementos de categoria intelectual e moral e dotados de sólida formação doutrinária. Penso que na pessoa do Dr. Sedas Nunes se reúnem todos estes requisitos. É um valor entre os novos. Caracteriza-o um espírito crítico independente. Desligado das pessoas que têm ou tiveram, nos últimos anos, responsabilidades políticas, é, no entanto, e quanto a mim, um bom servidor do sistema corporativo. As obras publicadas, o sentido da doutrina que defende, o facto de ser dos únicos intelectuais portugueses devotado, a sério, ao estudo da teoria da doutrina corporativa, a sua integração no Gabinete de Estudos Corporativos da Mocidade Portuguesa e as informações abonatórias recebidas de várias fontes convenceram-me de que se não está, de forma alguma, perante uma pessoa «com posição exclusivamente católica que nada quer com a política».

Como esclareci Vossa Excelência, o dr. Sedas Nunes não é das minhas relações pessoais. Pensei nele pelas suas qualidades e pela posição política assumida na defesa, na divulgação e no estudo do princípio corporativo. Não encontrei melhor. Quando vejo o que se passa com outros elementos que ocupam lugares de responsabilidade, sinto-me tranquilo ao pedir o beneplácito de Vossa Excelência para a nomeação pretendida.

Falhada a solução de uma pessoa da Escola de Coimbra, creio que o Dr. Sedas Nunes provará, no lugar, que é político e dos nossos, sem deixar de ser católico, melhor, precisamente por ser católico. Não é de facto, daqueles «católicos» com pruridos ou inibições apolíticas, que tanto mal têm feito pelo seu isolacionismo pouco esclarecido, bem grave quando estão em causa tão altos valores de ordem moral – que não apenas de ordem política.

Sei, por outro lado, que o rapaz gostaria de trabalhar no INTP, entusiasmado como me dizem estar pela acção que vem sendo prosseguida, o que, em meu parecer, evidencia o desejo de tomar parte activa na política corporativa e social do Regime.

Estarei enganado? É possível. Se assim fosse, teria de penitenciar-me, pois longe estou de admitir que o Centro de Estudos possa ser uma academia ou uma sacristia – isto sem desdouro para a meritória função de uma ou de outro.

Henrique Veiga de Macedo
22-10-1956

Doc. 17 (fl. 340)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho:

Julgo ser altura de o Conselho Corporativo reunir a fim de poder fixar as contribuições dos organismos corporativos e instituições de previdência destinadas à execução do Plano de Formação Social e Corporativa.

Lembro-me de que o Conselho Corporativo poderia apreciar amanhã, por volta das 17,30 horas, aquela matéria, já que às 18,30 horas reúne o Conselho plenário.

Tenho a impressão de que uma hora chega para se tomar uma decisão fundamentada.

No entanto Vossa Excelência decidirá.

Henrique Veiga de Macedo

8-11-56

Doc. 18 (fl. 341)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho:

Tenho prontos os projectos de decreto relativos à criação das Corporações da Lavoura e dos Transportes e Turismo. Estão também concluídos os esboços dos projectos referentes às restantes Corporações previstas na Lei nº 2.086, de 22 de Agosto findo.

Vou agora trocar impressões sobre o projecto da Corporação da Lavoura com o Senhor Ministro da Economia, de acordo com o que acabámos de combinar.

Se Vossa Excelência entender que é vantajoso instituir, ainda este ano, pelo menos, aquela Corporação, far-se-á um esforço nesse sentido. Para tanto, peço apenas que a convocação do Conselho Corporativo se faça com antecedência de alguns dias.

15-11-56

Henrique Veiga de Macedo

Doc. 19 (fls. 342-343)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho:

1 – Tenho praticamente concluído o projecto de diploma relativo à cooperação das instituições de previdência na construção de casas de renda acessível. Julgo tratar-se de um trabalho sério, destinado a ter grande repercussão política, através do qual se dá cumprimento a algumas das afirmações por mim feitas, na Costa da Caparica, em 23 de Setembro, por ocasião das comemorações do XXIII aniversário da publicação do Estatuto do Trabalho Nacional.

As soluções que preconizo vêm sendo apreciadas ao longo dos últimos meses e parece-me que representam um grande passo em frente no combate à crise de alojamentos.

Não junto, agora, o projecto do diploma, que é precedido de um longo relatório, porque o Senhor Ministro das Finanças ainda se não pronunciou – embora vá fazê-lo brevemente, segundo me prometeu – sobre certos aspectos de interesse para o seu Ministério (isenções fiscais).

Terei, porém, muito gosto em remeter, desde já, o referido trabalho, no estado em que se encontra, no caso de Vossa Excelência desejar ou poder, entretanto, apreciá-lo.

De qualquer forma, peço se digne receber-me, logo que possível, pois torna-se conveniente – apresentando o trabalho pessoalmente ou procedendo ao seu envio prévio – prestar vários esclarecimentos e pedir orientação sobre certos aspectos do projecto.

2 – Por outro lado, está também concluída a proposta de lei referente à reforma dos tribunais do trabalho, sobre a qual também tenho necessidade de ouvir Vossa Excelência.

3 – Já agora aproveito o ensejo para dizer que considero prontos o projecto de diploma e o respectivo preâmbulo relativos às Federações das Casas do Povo.

4 – Estou a dar os últimos retoques nestes trabalhos para seguidamente me dedicar à execução do Plano de Formação Social e Corporativa e à elaboração dos decretos constitutivos das primeiras corporações e ainda aos estudos finais da reforma da previdência, que também pode considerar-se concluída no seu esboço geral.

Tudo isto, como Vossa Excelência por certo concordará, exige que, nos próximos tempos, eu me veja obrigado a pedir uma série de audiências, tanto mais que outros problemas e outras preocupações aconselham a que bata, com frequência, à porta do Senhor Presidente, muito embora tudo continue a fazer para não sobrecarregar injustificadamente Vossa Excelência.

Henrique Veiga de Macedo
16-11-1956

Doc. 20 (fls. 344-345)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

À consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

Informei há dias Vossa Excelência de que se encontrava praticamente pronto o projecto de diploma referente à cooperação da Previdência na construção de casas de renda acessível. Para completar o trabalho, esperava apenas algumas indicações do Senhor Ministro das Finanças, as quais ainda não chegaram ao meu Gabinete, embora não devam demorar, pelo que me disse aquele ilustre colega.

Entretanto, decidi-me a enviar o projecto a Vossa Excelência, porque admito que o Senhor Presidente entenda que ele pode ser submetido à apreciação na Assembleia Nacional, dada a sua oportunidade e o seu interesse social e político. A encarar-se esta hipótese, talvez conviesse não perder tempo e por isso apresento desde já à consideração de Vossa Excelência o referido projecto.

Como Vossa Excelência verificará, encara-se, pela primeira vez, o problema da habitação nos meios rurais. Julgo que a orientação que preconizo pode ter efectivação prática. Ele virá, por outro lado, a valorizar a acção das Casas do Povo.

Faço alusão ao facto, porque todo o projecto reflecte a preocupação de prestigiar a Organização Corporativa e a Previdência, interessando-as a sério na solução de um grave problema, que continua na ordem do dia, e que deve ser discutido de novo na assembleia Nacional, a cuja moção do ano findo, sobre a matéria, o Governo ainda não deu satisfação.

Estou convencido de que o trabalho anexo e o projecto de decreto-lei relativo á reorganização do Conselho Superior da Previdência Social, enviado a Vossa Excelência, em 25 do mês findo, satisfariam, em larga medida, a Assembleia, indo mesmo, em certos aspectos, além do que ela pediu ou espera.

Henrique Veiga de Macedo
27-11-1956

Doc. 21 (fls. 346-347)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Agradeço a desenvolvida nota que teve a amabilidade de me enviar sobre a apreciação que fiz ao projecto de decreto-lei relativo à reorganização dos Serviços da presidência do Conselho.

Li atentamente as considerações de Vossa Excelência, procurando entendê-las com espírito aberto e objectivo. Se bem que aqueles amáveis esclarecimentos me tivessem revelado – se acaso o interpretei bem – o pensamento de Vossa Excelência sobre certos aspectos da questão, julgo ser meu dever informar o Senhor Presidente de que se mantêm ainda, em larga medida, as apreensões que inicialmente o projecto me suscitou. O que então disse – como frisei na minha nota de 14 do mês findo – foi ditado exclusivamente por uma preocupação construtiva e pelo desejo de que se reforcem os laços que devem prender os diversos Ministérios, e por isso creio não poder razoavelmente ver-se na base da minha argumentação qualquer ânimo de desconfiança.

Tudo tenho feito e continuarei fazendo para manter esta disposição de espírito, apesar das muitas dificuldades que se vêm levantando à minha acção – sempre norteadas pela firme determinação de inteira lealdade a Vossa Excelência.

Foi também por imperativo destes sentimentos que me permiti formular alguns reparos ao referido projecto de decreto-lei, na convicção de que da aceitação deles só poderiam advir vantagens para a eficiência dos serviços e para a política.

Tenho pena que a minha argumentação sobre a Comissão Técnica Interministerial – Comissão que se apresenta na nova fórmula com bem mais ampla competência do que a prevista no nº 3 da base XVII da Lei nº 2 084 – não tenha logrado convencer ou não haja sido considerada oportuna. Por mim, continuo a pensar que a melhor solução seria a da eliminação dos nºs 1 e 2 do artigo 8 do Projecto. (-- A substituição da palavra ou por e, no nº 1 do mesmo artigo, atenuaria um pouco os inconvenientes que aponte e parece-me que permitiria uma mais perfeita concretização jurídica do pensamento que julgo ter encontrado nas considerações de Vossa Excelência).

De qualquer maneira, lida e meditada a nota de Vossa Excelência, e não obstante as sérias hesitações sobre a melhor forma de, neste caso, cumprir o meu dever de Ministro e de colaborador amigo do Senhor Presidente, entrego confiadamente nas mãos de Vossa Excelência a resolução definitiva do assunto. Faço-o, movido pelos mesmos sentimentos de lealdade e dedicação que determinaram a posição por mim assumida.

Respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo

6-12-1956

Doc. 22 (fls. 348-349)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Tenho o prazer de informar Vossa Excelência de que a manifestação dos trabalhadores contra a intervenção russa na Hungria correu, em toda a parte, com dignidade e sinceridade.

O acto realizado no meu gabinete revestiu-se de aspectos muito significativos. O mesmo aconteceu nas fábricas e nas ruas, onde se registou a suspensão do trânsito e do trabalho.

Por forma impressionante se afirmou assim a indignação da nossa gente pela agressão [imperceptível] ao povo húngaro. Houve cenas comoventes. Mesmo nas zonas fabris mais batidas por propagandas subversivas a manifestação teve real projecção e foi muito além do que era de prever.

Fiquei edificado com o que ouvi, no meu gabinete, a vários dirigentes sindicais e de Casas do Povo, vindos dos diversos distritos do País. Não há dúvida de que todos se mostraram verdadeiramente compenetrados do sentido dos acontecimentos da Hungria.

Oportunamente entreguei a Vossa Excelência a mensagem dos trabalhadores bem como o volume que contem as numerosas actas lavradas nos diferentes sindicatos e Casas do Povo, nas quais os dirigentes desses organismos marcam a sua posição de protesto contra a inqualificável acção comunista naquele País.

Henrique Veiga de Macedo

11-12-1956

Doc. 23 (fls. 350-353)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL

GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

Enviei a Vossa Excelência, devidamente rectificado, o projecto de decreto-lei sobre a dotação inicial a conceder às Casas do Povo. Não me tendo sido possível até então fazer qualquer referencia à parte final da nota de 17 do mês findo, em que Vossa Excelência, a propósito daquele projecto, alude ao problema da acção médico-social aos trabalhadores rurais, permito-me agora dar conhecimento a Vossa Excelência de algumas das minhas apreensões sobre o assunto.

Tem estado muito em voga entre nós –, mas parece que, felizmente se vai atenuando –, uma corrente de opinião sobre a acção médico-social inspirada nas recomendações da Organização Mundial de Saúde de carácter acentuadamente socialista, e nas experiências do trabalhismo inglês.

Tenho visto bons espíritos a defender esta orientação, seduzidos pela enganadora miragem de que, através duma grande planificação, mais ou menos estatizada, será possível melhorar o nível sanitário do povo português. Considero bem perigosas estas tendências. São, além do mais, manifestamente inconciliáveis com os princípios da nossa doutrina corporativa. É evidente que a aplicação entre nós de tais teorias afectaria gravemente a vida dos organismos corporativos e das instituições de previdência e, em particular, das Casas do Povo, cuja obra, neste domínio, não tem outra que se lhe compare, e é tão extraordinária, como desconhecida, não obstante as suas reduzidas possibilidades materiais e o muito que há ainda por fazer – mas que só o será, com eficiência e com respeito do princípio corporativo, se for feito em reforço do realizado naquela matéria por aqueles organismos. Deveriam, para tanto, concentrar-se neles os meios materiais indispensáveis, que actualmente se dispersam e duplicam, por forma quase inoperante, por instituições do mais variado carácter – embora, da sua aplicação resultem, por vezes, alguns benefícios políticos imediatos e pouco mais.

Estou convencido de que há-de ser neste terreno do social, e também do cultural, tanto ou mais do que no económico, que se virá a verificar o êxito ou o inêxito da Revolução Corporativa. Eu não quero, de modo algum, sobreestimar as tarefas que me estão confiadas, mas procuro, mesmo com prejuízo da oportunidade e até do meu sossego, estar vigilante em relação a tudo quanto possa diminuir a politica corporativa e afectar, ao mesmo tempo, não só o seu sentido prático e doutrinário, como o próprio interesse nacional num dos seus mais importantes aspectos.

Ao dizer isto, não nego, antes reafirmo a necessidade de uma íntima e bem orientada cooperação com quaisquer serviços ou entidades interessadas. Mas cooperação, especialmente neste caso, tem de significar respeito pela competência e natural autonomia das instituições de raiz corporativa, e não pode levar, por isso, a subordinações, interferências ou absorções, sobretudo quando estas últimas, mais ou menos veladamente, visem a solução de problemas de carácter geral à custa dos meios afectados, por lei e pelos princípios, a fins específicos de carácter social, e provenientes, na realidade, das remunerações do trabalho.

Somente quando o problema for visto à luz destes princípios, é que fica campo aberto a uma cooperação eficiente e fecunda, que sempre tenho defendido, e da qual podem advir os melhores benefícios. A minha confiança nos bons resultados de tal cooperação foi reforçada nas conversas que tive sobre a matéria com o Senhor Ministro do Interior, e mantenho este optimismo, apesar de algumas dificuldades surgidas independentemente da nossa vontade e que, por isso mesmo, esperamos se removam.

Até porque temo as consequências duma visão unilateral e apaixonada destes problemas, tenho feito sobre mim próprio um grande esforço no sentido de me não faltar espírito de compreensão e objectividade. Mas creio que não se pode razoavelmente esperar de mim que vá além destes limites, quando me empenho – Deus sabe com que dificuldades –, em corresponder, na medida do possível, à espinhosa missão com que Vossa Excelência me honrou.

Henrique Veiga de Macedo
15-12-1956

Doc. 24 (fls. 354-355)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

À consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

Tenho o prazer de juntar o projecto de diploma respeitante às Federações das Casas do Povo. O articulado é precedido de um relatório, porventura um pouco extenso, mas que me pareceu necessário.

Julgo que conviria promover a sua publicação logo que possível, uma vez alterado de acordo com as indicações que Vossa Excelência entenda dever formular. Esta urgência explica-se pela vantagem de as Federações das Casas do Povo estarem constituídas, de modo a poderem ter representação na Corporação da lavoura, cujo projecto, como já informei, está em condições de servir de base à apreciação de Vossa Excelência ou do Conselho Corporativo.

Caso Vossa Excelência entenda que este Conselho deve também apreciar o projecto anexo, darei dele conhecimento ao Senhor Ministro da Presidência, a quem já falei no assunto, e aos Senhores Ministros da Economia e do Ultramar.

Também pode admitir-se a hipótese de o transformar em proposta de lei, para o que basta fazer umas ligeiras alterações no articulado. A ser assim, e independentemente da reforma da previdência – caso ainda seja possível analisá-la a tempo, do que já vou duvidando –, poderiam enviar-se, no próximo mês, à Assembleia, além do projecto junto, referente às Federações, os relativos à remodelação dos Tribunais do Trabalho e à cooperação da previdência na politica habitacional, este último, quanto a mim, do maior interesse e oportunidade. Isto, claro, se Vossa Excelência julgar aconselhável esta orientação.

Henrique Veiga de Macedo
19-12-1956

Doc. 25 (fls. 356-357)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

Tenho a honra de devolver o projecto de decreto-lei relativo ao Fundo de Socorro Social que assinei dada a urgência do assunto. Estou, no entanto, convencido de que o aumento, para o dobro, da taxa a pagar pelas empresas, com mais de 50 mulheres ao serviço, deve trazer, neste momento, algumas perturbações, que por certo agravarão, na indústria têxtil, a tendência que continua a verificar-se para o despedimento de trabalhadores.

Como é sabido, esta indústria atravessa, mormente nos distritos de Braga e Porto, uma crise acentuada, e só através de algumas medidas tomadas pelas Comissões Corporativas interessadas e pelo Ministério se tem evitado que os despedimentos atinjam proporções mais alarmantes. Reputo, assim, inoportuno e inconveniente que, nesta altura, se agrave a referida taxa, sendo certo que ela vai afectar especialmente as empresas da indústria têxtil algodoeira.

Tive ensejo de dar conhecimento ao Senhor Ministro do Interior desta minha apreensão.

Henrique Veiga de Macedo
30-12-1956

Doc. 26 (fls. 361-362)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Tenho o prazer de juntar a proposta de lei respeitante às Federações das Casas do Povo, a qual me parece estar em condições de seguir os seus trâmites.

A Assembleia Nacional terá sessões, segundo me informou o Senhor Dr. Albino dos Reis, nas próximas terça, quarta e quinta-feira. Assim, a proposta anexa bem como a relativa aos tribunais do trabalho, que espero entregar a Vossa Excelência na próxima segunda feira, poderão seguir para a Assembleia desde já.

Aproveito o ensejo para informar que ainda não consegui falar com o Senhor Ministro das Finanças.

Peço a Vossa Excelência se digne aceitar os protestos da minha mais afectuosa consideração.

Henrique Veiga de Macedo
12-1-1957

Doc. 27 (fls. 363-364)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

A sua Excelência o Presidente do Conselho:

Dando cumprimento à promessa verbal ontem feita a Vossa Excelência, tenho a honra e o prazer de juntar, em triplicado, a proposta de lei referente à remodelação dos Tribunais do Trabalho, sobre a qual se pronunciou já favoravelmente o Senhor Ministro das Finanças.

Lisboa, 26-1-1957
Henrique Veiga de Macedo

Doc. 28 (fl. 365)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de sua Excelência o Presidente do Conselho:

De acordo com as sugestões de Vossa Excelência, falei com o Senhor Ministro das Finanças a quem pedi se dignasse rever a posição que tomou no sentido de isentar do imposto de aplicação de capitais os juros decorrentes dos empréstimos a conceder pela previdência e previstos na proposta de lei relativa ao problema habitacional. Sem aludir, como me pareceu conveniente e curial, à conversa havida com Vossa Excelência sobre este ponto, sugeri ao Doutor Pinto Barbosa ouvisse Vossa Excelência sobre o assunto.

O meu ilustre colega anuiu com o melhor espírito e informou-me que não havia fechado a questão, aliás como era sempre sua norma, e que teria muito gosto em concordar com a isenção solicitada, caso Vossa Excelência nisso visse vantagens.

Fico, assim, a aguardar que o Doutor Pinto Barbosa me informe do que vier a decidir em definitivo. Seguidamente remeterei a Vossa Excelência a referida proposta de lei.

Lisboa, 31 de Janeiro de 1957
Henrique Veiga de Macedo

Doc. 29 (fls. 366-367)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente do Conselho:

Tenho a honra e o prazer de juntar a proposta de lei relativa à cooperação das instituições de previdência e das casas do povo na construção de habitações económicas.

Nela introduzi um novo número na última base, (base XXIX), referente à isenção de imposto sobre aplicação de capitais, uma vez recebida do Senhor Ministro das Finanças a anuência à concessão dessa facilidade fiscal.

Aproveito o ensejo para exprimir a Vossa Excelência, com os meus melhores agradecimentos, os protestos da minha mais elevada consideração.

Henrique Veiga de Macedo
Lisboa, 6 de Fevereiro de 1957

Doc. 30 (fl. 369)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho:

Julgo dever levar ao conhecimento de Vossa Excelência a notícia anexa publicada no Diário Popular de sábado. Os termos em que a notícia foi redigida levam-me, para já, a ouvir a Comissão Directiva da Ordem dos Engenheiros, pelo que espero os esclarecimentos desta para poder decidir sobre as providencias que, porventura, se torne mister tomar.

Voltarei à presença de Vossa Excelência, logo que obtenha as informações desejadas.

Henrique Veiga de Macedo
12-3-1957

Doc. 31 (fl. 371)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

À consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho:

Tenho a honra de juntar o projecto de decreto destinado a fixar as prestações a pagar pelos futuros moradores-adquirentes dos bairros de casas económicas de Lisboa, Porto, Queluz e Portimão.

Trata-se do diploma de que há dias dei conhecimento pessoal a Vossa Excelência e sobre o qual, na altura, prestei os esclarecimentos julgados necessários.

Henrique Veiga de Macedo

27-5-1957

Doc. 32 (fls. 372-373)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente do Conselho:

É com viva satisfação que remeto a Vossa Excelência a proposta de lei referente à reforma das instituições da previdência, a fim de poder seguir, desde já, para a Câmara Corporativa, aliás de acordo com a vontade de Vossa Excelência.

A proposta tem a data de 28 de Maio. Julgo que é uma forma expressiva de comemorar condignamente o aniversário da Revolução de Maio, que hoje se regista.

Aproveito o ensejo para exprimir a Vossa Excelência os protestos do mais alto apreço.

Henrique Veiga de Macedo

Lisboa, 28 de Maio de 1957

Doc. 33 (fls. 374-375)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente do Conselho:

Agradeço a nota de Vossa Excelência sobre a proposta de lei referente à remodelação das instituições da previdência.

Tive o cuidado, nas declarações feitas à Imprensa, de salientar que se trata de uma proposta de lei.

Para evitar dúvidas, disse expressamente o seguinte: «Para se ganhar tempo, a proposta acaba de ser enviada pelo Senhor Presidente do Conselho à Câmara Corporativa. É, assim, de esperar que, logo no início da nova legislatura, a Assembleia entre na apreciação das suas bases gerais. Por outro lado, o Governo poderá estudar o parecer da Câmara Corporativa e introduzir na proposta, antes de ela ser submetida à assembleia, as modificações que se considerem aconselháveis para a melhorar ou completar». Noutro passo, afirmei ainda, a propósito do envio do documento à Assembleia: «Isto poderá originar certa demora, mas a delicadeza e a complexidade do problema não se compadecem com precipitações ou exames unilaterais.»

Também na parte final do relatório, de Vossa Excelência conhecido, se alude aos subsídios e novos pontos de vista que o parecer da Câmara Corporativa possa, porventura, trazer à apreciação final, pelo Governo, das questões suscitadas na proposta. Espero ainda, no decurso das próximas reuniões com os dirigentes corporativos, esclarecer, mais uma vez, o assunto, se bem que esteja certo de que a proposta não corre o risco de sofrer grandes modificações, tal foi o cuidado posto na sua elaboração e tal é

a lógica de pensamento que aproxima e torna interdependentes as soluções nela encaradas. Nisto estou eu tranquilo. Assim o estivesse no que toca a outros aspectos e problemas directa ou indirectamente relacionados com a vida deste Ministério.

Impressiona-me, por exemplo, que seja em vésperas da criação das Corporações, e quando se está a fazer um sério esforço para valorizar o sistema, que maior relevo e simpatia se esteja a dispensar a tudo o que não é corporativo ou é anti corporativo. Daí que sinta a necessidade de chamar a atenção para a actividade desenvolvida pelo Ministério das Corporações. Isto se faz com a única intenção de facilitar o prosseguimento da política corporativa e robustecer o seu prestígio. Este o propósito visado, ao dar-se conhecimento directo à Imprensa dos termos da proposta de lei relativa à previdência.

Digne-se Vossa Excelência aceitar os meus mais respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo

29-5-1957

Doc. 34 (fls. 376-377)

MINISTERIO DAS CORPORACÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

À consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho:

Peço a Vossa Excelência se digne ler a nota informativa anexa, relativa a uma pretensão da Ordem dos Médicos sobre a alteração do regime do subsídio por morte previsto no actual regulamento da respectiva Caixa de Previdência. Como a Ordem pôs neste pedido muito interesse, ainda hoje pessoalmente renovado pelo seu Bastonário, permito-me pedir a concordância de Vossa Excelência para a orientação referida naquela nota informativa. Junto também o projecto de decreto sobre a matéria, cujos termos alterarei no sentido que Vossa Excelência venha a indicar, se assim o entender conveniente.

Embora o assunto tratado no projecto de decreto não tenha interesse geral, a consagração da doutrina nele preconizada traria grande contentamento à classe e poderia dar à Caixa de Previdência dos Médicos uma maior aceitação, o que até agora não se tem verificado, em consequência, principalmente, do actual regime de atribuição dos subsídios por morte.

A Ordem tem pendente do Ministério uma série de pedidos, alguns manifestamente inviáveis, e até por isso atribuo à publicação deste decreto real interesse.

Lisboa, 7 de Junho de 1957

Henrique Veiga de Macedo

Doc. 35 (fls. 378-381)

MINISTERIO DAS CORPORACÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente do Conselho:

No começo da próxima semana remeterei a Vossa Excelência, já por mim assinado, o projecto de diploma sobre a Caixa de Previdência dos Médicos. Desde já, agradeço a Vossa Excelência a pronta concordância que se dignou dar à doutrina do decreto referido.

Tomei ainda devida nota da recomendação de Vossa Excelência sobre os assuntos das Ordens, as quais continuam a merecer a minha melhor atenção.

A conversa com o Doutor Jorge Horta, Bastonário da Ordem dos Médicos, correu o melhor possível, se bem que eu tivesse razões para não estar satisfeito, principalmente porque aquele dirigente, talvez pela sua falta de experiência, estava a seguir a orientação de publicar, por sistema, na Secção do Boletim da Ordem, intitulada «A Página do Bastonário», o relato minucioso, e nem sempre exacto, das conferências que comigo ia tendo.

A partir de certa altura, convenci-me de que ele pretendia mesmo vir com frequência e regularidade ao meu gabinete, a fim de ter assunto para alimentar a «A Pagina do Bastonário» por ele próprio criada. Foi particularmente infeliz quando, depois de saber a minha posição, se referiu em termos de intransigência, numa nota publicada naquela Página, ao problema dos Odontologistas, e quando, tendo-me prometido previamente não dar conhecimento público do assunto da alteração do Estatuto da Caixa sem eu o estudar convenientemente (de resto, até por se tratar de matéria a regular por decreto, Vossa Excelência tinha que ser ouvido) faltou à promessa. Do facto me pediu agora desculpa, tendo eu ficado convencido de que da sua parte houve apenas pouco cuidado e não propósito de desrespeitar o compromisso assumido.

De resto, eu não me recusei a recebê-lo. Apenas lhe pedi que aguardasse por algum tempo, e fim de me ser possível ultimar vários trabalhos que tinha entre mãos de interesse para a Ordem. Há dias, tive, casualmente, conhecimento de que ele dera a entender a vários médicos não ser recebido por mim. Ao saber isto, apressei-me a pedir-lhe que comparecesse, ao que anuiu desde logo. No decurso da conversa – aliás amena e compreensiva – pude queixar-me de ele não me ter escrito a dizer da sua estranheza por não ter sido atendido com a prontidão desejada. Julgo que concordou dever ter sido esse o melhor caminho a seguir.

Disse ter feito tudo o que é possível para atender às pretensões da Ordem. Mas tudo tem limites. As reivindicações do Bastonário estão a crescer e eu, positivamente, não posso, para trazer uma classe satisfeita, abrir mão de critérios salutareos ou ferir os interesses gerais cuja defesa me está confiada. Prezo-me de ter sido, em tudo, correctíssimo para com a Ordem e de lhe haver mesmo prestado já alguns relevantes serviços, como já por ela foi reconhecido. Continuarei atento, se bem que o caso dos Odontologistas vá trazer alguns sérios dissabores. Por isso mesmo, tenho-me limitado a preparar o terreno para, na altura própria encarar a questão, de harmonia com a orientação definida por Vossa Excelência.

Quanto à Ordem dos Engenheiros, trabalhei hoje mesmo com a sua Comissão Directiva que se mostra francamente decidida a apressar os trabalhos destinados à execução dos Estatutos. Vim do último Conselho bastante preocupado. Espero brevemente poder falar sobre o problema com Vossa Excelência. Até lá, vou coligindo elementos. Estou, porém, convencido de que as coisas teriam hoje outro cariz se certas pessoas com responsabilidades não houvessem posto no assunto tanta paixão e tanto capricho, colaborando assim, sem dar por isso, com a ala esquerda dos engenheiros que, como é sabido, se habituou, desde longa data, a criar um clima de inquietação na classe.

Apresento a Vossa Excelência os meus mais respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo

8-6-1957

Doc. 36 (fls. 382-383)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Em aditamento à minha carta de 8 do corrente, tenho o prazer de juntar o decreto relativo à Caixa de Previdência dos Médicos Portugueses, cuja sede espero visitar amanhã na companhia do Senhor Bastonário da Ordem.

Peço a Vossa Excelência se digne aceitar os meus mais respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo
11-6-57

Doc. 37 (fl. 384)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

À consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho:

Tenho a honra de juntar um projecto de Decreto relativo à criação de mais duas especialidades médicas: a de anatomia patológica e a de neurocirurgia.

Embora o relatório que precede esse Decreto seja bastante sucinto, julgo que ele é suficientemente elucidativo, principalmente na medida em que por ele se verifica ter sido ouvido o Ministério da Educação Nacional.

A Ordem dos Médicos põe grande interesse na publicação deste diploma. Concordo com a doutrina defendida por este organismo, e por isso me permito pedir a Vossa Excelência se digne dar anuência á solução proposta.

Lisboa, 27 de Junho de 1957
Henrique Veiga de Macedo

Doc. 38 (fls. 385-386)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

O Senhor Ministro da Economia teve a amabilidade de me ouvir sobre os projectos de diploma relativos à intensificação agrária e à reforma da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas. Antes de me pronunciar por escrito sobre o assunto, tive o grato ensejo de trocar impressões com o Dr. Ulisses Cortês. Ciente de algumas sugestões por mim feitas, declarou este ilustre colega que daria delas conhecimento a Vossa Excelência. Em face de tal informação, julgo que posso e devo, desde já, elucidar Vossa Excelência sobre os termos do parecer que levei à apreciação dos Srs. Ministro da Economia e Subsecretário de Estado da Agricultura. Junto pois, cópia desse parecer.

É possível que vários dos meus pontos de vista não venham a merecer concordância. Entendi, porem, que não podia deixar de exprimir o meu pensamento sobre o que naqueles projectos de diploma se reveste de maior interesse para a Organização Corporativa. Espero trocar novas impressões sobre a matéria com os Srs. Dr. Ulisses Cortês e Eng. Vitória Pires, e queria ver se o fazia ainda hoje, pois, nos próximos dias tenho de estar no Porto, a fim de acompanhar minha mulher, que vai ser submetida a observação – tratamento médico, numa casa de saúde daquela cidade.

Permita-me Vossa Excelência que aproveite o ensejo para informar que não compareci na sessão de posse da Comissão Executiva da União Nacional, apenas por que, nesta vida absorvente de trabalho que levo, só pude tomar conhecimento do acto,

horas após a sua realização. Tive pena que não me houvessem dado uma palavra de aviso e que o pessoal do meu gabinete não tivesse tido a lembrança de me prevenir.

Exprimo a Vossa Excelência os protestos do mais alto apreço e respeito.

De Vossa Excelência
Henrique Veiga de Macedo
6-7-1957

Doc. 39 (fl. 403)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Tenho a honra de juntar, para esclarecimento de Vossa Excelência, o 2º relatório que sobre o caso de Alcochete acaba de me ser apresentado pelo meu Delegado em Setúbal. Julgo ter interesse a nova interpretação que para o caso dá agora o Delegado do INTP.

Apresento a Vossa Excelência os mais respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo
31/7/57

Doc. 40 (fls. 411-412)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

À consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho:

Tenho a honra de juntar o projecto de Decreto-Lei respeitante às Federações de Casas do Povo.

Como tive já ensejo de informar Vossa Excelência, seria meu desejo que o diploma fosse publicado no próximo dia 23 de Setembro.

Em anexo, segue também uma informação na qual se faz um confronto entre as soluções da proposta de lei, do parecer da Câmara Corporativa e do projecto. Houve a preocupação de respeitar, tanto quanto possível, o parecer da Câmara. Pode dizer-se que, de modo geral, se perfilharam as soluções por ela sugeridas. Apenas no que diz respeito à matéria do nº 3 da base VI se pôs de parte, sem hesitação, o ponto de vista da Câmara Corporativa. Neste aspecto, entendo que tem de manter-se a orientação do Governo com a qual concorda o relator do parecer, que assinou vencido. O próprio procurador autor da proposta de alteração ao nº 3 da base VI, Doutor Pires Cardoso, em conversa que posteriormente teve comigo, reconheceu não ter visto bem o problema, o que o levou, com a anuência de todos ou quase todos os procuradores interessados, a elaborar nova proposta concordante com a doutrina do Governo.

Esta última proposta do Dr. Pires Cardoso só não veio a ser tomada em consideração pelo facto de o Sr. Presidente da Câmara Corporativa ter entendido não ser curial alterar a primitiva decisão, uma vez que a discussão do assunto havia já sido encerrada.

Caso Vossa Excelência concorde com o projecto, eu procederia desde já à sua assinatura, a fim de se ganhar tempo.

Henrique Veiga de Macedo
23-8-57

Doc. 41 (fls. 413-414)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

De acordo com a conversa havida há dias com Vossa Excelência, troquei impressões com o Senhor Ministro da Presidência sobre o projecto de diploma relativo à Corporação da Lavoura.

O Doutor Marcello Caetano informou-me que não tinha formulado as observações escritas que lhe haviam sido solicitadas por Vossa Excelência, por nada ter a objectar aos termos e soluções daquele projecto.

Aproveitei o ensejo também para conversar sobre outros assuntos referentes à instituição das primeiras Corporações e verifiquei, se bem entendi, que há, entre nós, identidade de pontos de vista, mesmo no que toca à necessidade da criação urgente das Corporações. O Senhor Ministro da Presidência também achou ideia muito interessante a de se aproveitar para o efeito a data do próximo aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional.

Tenho o prazer de informar ainda que se encontram prontos os projectos dos diplomas destinados à constituição de, pelo menos, três Corporações, ou quatro, conforme a posição que vier a ser tomada sobre uma delas. O esboço de relatório que deve preceder o decreto referente à Corporação da Lavoura está também concluído. A elaboração dos outros relatórios é tarefa fácil, em virtude de, no da Corporação da Lavoura, se justificar, com certo desenvolvimento, a orientação comum adoptada.

Grato ficaria a Vossa Excelência se, em face disto, se dignasse dar-me a indicação tida por conveniente. Gostaria que Vossa Excelência me recebesse, se possível, antes da eventual convocação do Conselho Corporativo, até porque aproveitava o ensejo para falar sobre alguns assuntos relacionados com as comemorações do XXIV aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional.

Dada a necessidade que tenho em ir, neste sábado, ao Norte, permito-me solicitar o favor de, para meu governo, me dizer em que dia serei recebido, no caso de Vossa Excelência poder, desde já, dar anuência ao meu pedido.

Exprimo a Vossa Excelência os protestos do meu mais alto e respeitoso apreço.

De Vossa Excelência muito grato.

Henrique Veiga de Macedo

5-9-1957

Doc. 42 (fls. 417-418)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Falei ontem com o Senhor Ministro da Presidência sobre a necessidade de se convocar, para muito breve, o Conselho Corporativo. O Doutor Marcello Caetano também entende que urge promover a reunião desse Conselho. Simplesmente, como o Senhor Ministro da Economia está ausente em Pedras Salgadas, resolveu-se que eu lhe enviaria os projectos relativos aos diplomas sobre as Corporações, o que fiz ontem mesmo. Tive também ensejo de falar, pelo telefone, com o Dr. Ulisses Cortês e hoje, ao fim da tarde, pôr-me-ei de novo e de acordo com o combinado, em contacto com este ilustre colega. Terei, por isso, o parecer do Senhor Ministro da Economia, dentro de pouco tempo.

Como julgo ter informado Vossa Excelência, o Ministério da Economia deu já oportunamente a sua concordância ao projecto-base relativo à Corporação da Lavoura. É de admitir, por isso, que o Dr. Ulisses Cortês não levante agora grandes objecções.

Permito-me aproveitar o ensejo para solicitar se digne, logo que possível, dar-me a honra e o prazer de ouvir a leitura da parte restante da exposição que tenciono fazer aos dirigentes corporativos, no próximo dia 23, por ocasião das comemorações do XXIV aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional.

Desde já me confesso grato pela atenção. Peço a Vossa Excelência creia nos meus sentimentos de profundo respeito e afecto.

Henrique Veiga de Macedo
12-9-57

Doc. 43 (fls. 419-420)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Embora fosse minha intenção fazê-lo, não deixei ontem a Vossa Excelência, por inadvertência, os projectos dos diplomas respeitantes à instituição das primeiras Corporações.

Por isso me permito enviá-los agora.

O projecto referente à Corporação da Lavoura vai acompanhado do relatório respectivo, para que Vossa Excelência dele possa, desde já, tomar conhecimento.

Acabo de saber que o Senhor Ministro da Presidência se ausentou de Lisboa. Não pude assim falar com ele, o que lamento, pois, ainda não foi desta vez que consegui a convocação do Conselho Corporativo. Tentarei, no entanto, encontrar o Doutor Marcello Caetano no princípio da próxima semana, pois os dias vão-se passando, e já agora, seria de todo aconselhável não adiar por mais tempo a constituição das Corporações.

Peço a Vossa Excelência se digne aceitar os meus mais respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo
14-9-57

Doc. 44 (fls. 421-422)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Tenho a honra de juntar o projecto de diploma referente à organização da Corporação do Credito e Seguros. (doc. nº1)

Envio também (doc. nº2) o relatório respeitante à Corporação da Lavoura, o qual sofreu algumas rectificações que, segundo presumo, o melhoraram. Este projecto do relatório inclui novo capítulo – o capítulo IV – em que se faz referência a alguns aspectos específicos da organização das demais Corporações.

Remeto ainda projectos de redacção para os preceitos do artigo 12.º dos diplomas relativos à Corporação de Transportes e Turismo e à Corporação da Pesca e Conservas.

Outras pequenas alterações me parece que podem ser ainda introduzidas, mas creio que não valerá a pena estar agora a fazer-lhes expressa alusão. Amanhã, no decurso da reunião do Conselho Corporativo, terei ensejo de me referir a esses pontos.

Exprimo a Vossa Excelência os renovados protestos da maior consideração e respeito.

Henrique Veiga de Macedo
Lisboa, 18-9-1957

Doc. 45 (fls. 423-424)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Introduzi já nos projectos dos decretos relativos à criação das primeiras Corporações, as alterações hoje votadas na sessão do Conselho Corporativo. Espero remeter amanhã à tarde a Vossa Excelência, prontos para assinatura, os diplomas referidos, em ordem a poderem ser publicados, como se assentou, no próximo dia 23.

Tinha pensado em dar conhecimento directo à Imprensa dos termos e do sentido de tais providências legislativas, dada a importância política do acontecimento. Só o farei, porem, se Vossa Excelência entender que nisso não há qualquer inconveniente. Em caso de anuência, convocaria os representantes da Imprensa para sábado, dia 21, ou para terça-feira, dia 24. Porque o tempo não sobra, optaria de bom grado pela terça-feira, dia em que o Diário do Governo deve ser distribuído. Na segunda-feira, dia 23, não o poderei fazer, em virtude das comemorações do aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional e até porque não conviria sobrecarregar mais a Imprensa.

Na hipótese de se entender que não há interesse de maior em que eu faça aquela comunicação directa, facultarei à Imprensa, nos termos habituais, os textos daqueles diplomas e do respectivo relatório, para serem publicados no domingo, dia 22, ou na segunda-feira, dia 23.

Grato ficaria a Vossa Excelência se se dignasse dar-me, logo que possível, a indicação que tiver por mais conveniente.

Exprimo a Vossa Excelência os meus protestos da maior consideração e respeito.

Henrique Veiga de Macedo
19-9-57

Doc. 46 (fls. 425-426)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

É com a mais viva satisfação que tenho a honra de enviar a Vossa Excelência os diplomas referentes à organização das primeiras Corporações: Corporação da Lavoura, Corporação dos Transportes e Turismo, Corporação do Credito e Seguros e Corporação da Pesca e Conservas.

Creio ter respeitado integralmente o pensamento do Conselho Corporativo quanto às ligeiras alterações votadas na sua sessão de ontem. Introduzirei, porém, gostosamente, naqueles trabalhos quaisquer outras modificações que Vossa Excelência entenda deverem ser feitas.

Conforme tive ensejo de informar Vossa Excelência esta manhã, pelo telefone, dei já conhecimento da instituição, para muito breve, daquelas Corporações a alguns dirigentes de vários organismos corporativos interessados. Estou convencido de que todos eles ficaram satisfeitíssimos por verem chegada uma hora há muito esperada.

Aproveito o ensejo para esclarecer que tentei falar com o Senhor Ministro da Marinha e com o Senhor Comandante Tenreiro sobre a Corporação da Pesca e Conservas, mas não tive o prazer de os encontrar por estarem ausentes de Lisboa.

Se o serviço o permitir, sairei amanhã, ao fim da tarde, para o Norte, pelo que muito agradeço a Vossa Excelência o favor de me transmitir, entretanto, quaisquer indicações que, porventura, julgue convenientes.

Creio dever aproveitar este grande ensejo para exprimir a Vossa Excelência todo o meu reconhecimento pela generosa compreensão com que se tem dignado estimular a minha acção. É neste espírito, que renovo a Vossa Excelência os meus melhores cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo
20-9-1957

Doc. 47 (fls. 431-432)

MINISTERIO DAS CORPORACÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

À consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho:

Estou a proceder aos trabalhos necessários à entrada em funcionamento das Corporações recentemente criadas.

Defini já, nas suas linhas gerais, e nos termos dos Decretos respectivos, a forma a que deve obedecer a designação dos representantes dos diversos organismos ao conselho de cada uma das Corporações. Só não me pronunciei sobre a representação dos Sindicatos dos Ferroviários e do Pessoal dos Carros Eléctricos do Porto e de Lisboa., porque o Conselho Corporativo ainda não usou da faculdade que, nos seguintes termos, a Base XI, da Lei Nº 2.086, de 22 de Agosto de 1956, lhe confere: «O Conselho Corporativo pode decidir que façam parte dos conselhos da Corporação representantes de actividades não organizadas».

Julgo aconselhável assegurar representação, no Conselho da Corporação dos Transportes e Turismo, às actividades dos transportes ferroviários e aéreos e aos transportes colectivos das cidades de Lisboa e Porto.

Esta representação poderia exprimir-se da seguinte maneira: um representante das actividades ferroviárias (Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses e Sociedade Estoril); um representante das actividades de transportes colectivos de Lisboa e Porto (Companhia Carris de Ferro de Lisboa e Transportes Colectivos do Porto) e um representante dos transportes aéreos.

Caso esta orientação mereça concordância, haveria interesse em se convocar, na primeira oportunidade, o Conselho Corporativo, a não ser que se julgue mais prático, a exemplo do que se tem feito noutros assuntos, que eu ouça cada um dos membros do Conselho.

Henrique Veiga de Macedo
15-11-57

Doc. 48 (fls. 433-434)

MINISTERIO DAS CORPORACÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

À consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho:

Em referência à nota de Vossa Excelência de 2 do corrente, que vinha acompanhada de uma exposição respeitante à organização corporativa das actividades da pesca do bacalhau – que devolvo – cumpre-me informar ter ouvido o Delegado do

Instituto Nacional do Trabalho e Previdência em Aveiro, que encarreguei de proceder, com todo o cuidado, às averiguações necessárias ao esclarecimento do assunto.

Junto cópia do ofício daquele Delegado, para o qual me permito chamar a atenção de Vossa Excelência.

Sobre o caso concreto referido na exposição vou dar indicações à Delegação do INTP para intervir junto da empresa, a fim de a levar a cumprir os seus deveres nas relações com o pessoal.

Quanto ao funcionamento dos organismos representativos daquelas actividades concordo com a opinião do Delegado, aliás correspondente ao ponto de vista há muito defendido por este Ministério. Na verdade, os fatos estão a evidenciar, cada vez mais, a necessidade de sujeitar todos os organismos corporativos a uma fiscalização única, e não se vê como esta fiscalização não deva ser exercida através da Inspeção dos Organismos Corporativos.

Além do mais, não me parece que sejam os departamentos com funções de natureza económica a exercer, mormente nos aspectos administrativos ou sociais, uma acção fiscalizadora junto dos Grémios.

Este problema pode assumir um melindre especial, ao atentar-se no perigo de a Organização vir a ser influenciada por pessoas ou agrupamentos económicos de interesses não coincidentes com os das respectivas actividades e com os próprios interesses nacionais. Tenho procurado estar atento ao que neste domínio se vai passando e, pelo que observo, julgo que o meu receio não pode considerar-se de todo injustificado.

Henrique Veiga de Macedo
29-11-57

Doc. 49 (fls. 439-440)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

À consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

Reaberta a Assembleia Nacional, procurei informar-me sobre o momento em que este órgão apreciaria a proposta de lei relativa à cooperação das instituições de previdência e das Casas do Povo no fomento da habitação.

Fiquei então a saber que a referida proposta não tinha sido enviada à Assembleia e se encontrava na Secretaria Geral da Presidência do Conselho.

Porque me parece urgente dar andamento ao assunto, permiti-me pedir o processo à Secretaria dessa presidência, a fim de se renovar a proposta de lei, aproveitando, na medida do conveniente, as sugestões oportunamente formuladas pela Câmara Corporativa, no seu parecer nº 52/VI.

Neste pensamento, envio a Vossa Excelência, devidamente refundida, a proposta de lei sobre a cooperação da previdência na construção das habitações económicas.

Afigura-se-me que esta orientação é a melhor. No entanto, se ela não merecer concordância, peço a Vossa Excelência se digne remeter àquela Assembleia a proposta na sua forma inicial.

Em anexo segue também uma nota em que se confrontam os textos em questão.

Lisboa, 2 de Dezembro de 1957

Henrique Veiga de Macedo

Esta nota encontrava-se elaborada antes da reunião de ontem do Conselho de Ministros.

4-12-1957

Veiga de Macedo

Doc. 50 (fl. 441)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Gostaria de visitar minha filha, presentemente internada num Colégio em Londres. Convir-me-ia partir no dia 14 e regressar no dia 17. Aproveitaria o ensejo para conversar um pouco sobre assuntos corporativos com o Dr. Teotônio Pereira que continua muito interessado com a acção que vem sendo desenvolvida por este Ministério.

Rogo, por isso, a Vossa Excelência se digne informar-me se vê qualquer inconveniente na minha ida, a título meramente particular, a Inglaterra.

Exprimo a Vossa Excelência os protestos do meu profundo respeito.

7-12-57

Henrique Veiga de Macedo

Doc. 51 (fl. 442)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

Em referência à nota de Vossa Excelência de 13 do corrente, tenho a honra de juntar uma informação dos Serviços competentes deste Ministério, a qual, em meu parecer, poderá contribuir para o esclarecimento das dúvidas formuladas por Vossa Excelência a propósito do projecto de portaria sobre o novo regime de previdência a fixar para o pessoal da indústria dos tabacos.

Em virtude de ter estado ausente do País nestes últimos três dias, como é do conhecimento de Vossa Excelência, não pude ainda falar com o Senhor Ministro das Finanças, o que espero, no entanto, fazer brevemente. Estou certo, porém, de que, em devido tempo, elucidei convenientemente o Dr. Pinto Barbosa sobre este assunto. Fá-lo-ei de novo, de acordo com a sugestão de Vossa Excelência, e se não forem levantados quaisquer reparos, darei seguimento à portaria, se Vossa Excelência não vir nisso inconveniente.

Henrique Veiga de Macedo

18-12-1957

Doc. 52 (fls. 443-444)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Em referência ao despacho de Vossa Excelência exarado num extracto de uma carta relativa ao Grémio dos Editores e Livreiros, cumpre-me informar que compreendo bem o desgosto deste organismo corporativo e das entidades por ele representadas pelo facto de não terem procurador à Câmara Corporativa.

Como Vossa Excelência talvez ainda se recorde, propus, na reunião do Conselho Corporativo, que àquele Grémio fosse assegurada representação na Câmara. Tal sugestão não pôde ser aceite, em virtude de se ter então entendido não ser conveniente aumentar, para além de certo limite, o número dos procuradores.

Assim, o Grémio dos Livreiros e outros organismos não puderam figurar na relação dos procuradores à referida Câmara, embora, quanto a mim, em face das conveniências e da lei, devessem ter sido considerados para o efeito.

Quanto ao outro aspecto mencionado na carta referida, não sei o que se terá passado. Posso apenas dizer que venho acompanhando de perto a acção do Grémio e que tenho acarinhado as pretensões que me formulou. Vou, no entanto averiguar o que se passa, e voltarei à presença de Vossa Excelência se os elementos que recolher puderem revestir-se de qualquer interesse.

Exprimo a Vossa Excelência os protestos do meu maior respeito.

Henrique Veiga de Macedo

4-1-58

Doc. 53 (fls. 450-451)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho:

O Dr. Ribeiro da Cunha acaba de me apresentar a seguinte informação:

«Fui procurado pelo Sr. H. Richardson, Secretario da Associação da Imprensa Estrangeira em Lisboa, e que conheço há muitos anos, que transmitiu o desejo daquela Associação em oferecer um almoço a Sua Excelência o Ministro das Corporações e Previdência Social. Desejavam aproveitar essa ocasião para solicitar algumas declarações sobre o funcionamento das Corporações.

Se bem que me pareça conveniente aceitar o convite, penso que as declarações pedidas deverão ser objecto de perguntas escritas a fim de evitar qualquer interpretação menos verdadeira ou menos ortodoxa por parte dos assistentes.

Não deixarei porém de acentuar a Vossa Excelência que quaisquer declarações públicas no momento actual sobre a matéria terão largo eco na imprensa estrangeira.»

Já não é a primeira vez que jornalistas estrangeiros manifestam interesse em que os elucide sobre certos aspectos da nossa organização corporativa e, em especial, sobre as Corporações recentemente instituídas.

Creio que não poderei agora declinar, de novo, o convite. No entanto, permito-me pedir a Vossa Excelência me informe se vê qualquer inconveniente em que corresponda ao pedido formulado pela Associação daqueles jornalistas.

Caso Vossa Excelência entenda que a entrevista pode ser dada, procurarei adiá-la por mais algum tempo, pois conviria que, antes, os Conselhos das Corporações se reunissem pela primeira vez, para os efeitos previstos na Lei. Até ao presente, não foi possível convocar esses Conselhos, em virtude de algumas dificuldades surgidas e sobre as quais tencionava, e tenciono, ouvir Vossa Excelência no decurso da primeira audiência se dignar conceder-me.

Henrique Veiga de Macedo

11/2/58

Doc. 54 (fls. 452-455)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho:

Quando iniciei o exercício das minhas funções neste Ministério, encontrei elaborado um projecto de diploma no qual se previa a possibilidade de os funcionários do I.N.T.P. serem requisitados para presidir às Caixas de Previdência, nos termos e

condições já admitidos para os organismos de coordenação económica e até para as Federações de Serviços daquelas Caixas.

Repugnou-me, então, bastante o princípio e não submeti à apreciação de Vossa Excelência esse projecto. Mas a experiência e a pressão das circunstâncias levam-me, agora, a ter de pedir a Vossa Excelência se digne concordar com aquela orientação, para efeitos não apenas de nomeação dos presidentes das Caixas, mas ainda do provimento dos lugares de presidente da FNAT e de vice-presidente da Junta Central das Casas do povo.

Na verdade, o carácter técnico e a importância do exercício das funções de presidente daquelas Caixas exigem que nelas seja provido apenas quem, merecendo a melhor confiança, se mostrar convenientemente preparado nos complexos assuntos da Previdência Social.

Isto assume particular interesse para as Caixas mais importantes, algumas das quais têm largas dezenas de milhares de beneficiários e uma administração bem complexa e delicada.

Por outro lado, o sistema proposto permitirá trazer para o Ministério novos colaboradores, de que tanto necessito para poderem realizar-se as mais instantes tarefas que sobre ele impendem.

Pelo que respeita à F.N.A.T. e à J.C.C.P., a questão reveste-se também de grande acuidade. Nem um nem outro destes organismos pode, com efeito, cumprir plenamente a sua missão, se não forem dirigidos por pessoas que a eles se dediquem exclusivamente.

Como Vossa Excelência bem sabe, a F.N.A.T. precisa de ser remodelada. Se para o lugar de presidente puder ser designado, em comissão, um funcionário superior dos serviços centrais ou das delegações do I.N.T.P., em muito se facilitará a resolução do problema e poder-se-á, assim, entregar aquela Fundação aos cuidados de uma pessoa que só nela e para ela trabalhe.

Quanto á J.C.C.P., torna-se impossível ao actual vice-presidente, Dr. Cid Proença, como o próprio reconhece, dirigir com regularidade e eficiência tão importante organismo. Também aqui só uma pessoa que dedique todo o seu tempo à obra das Casas do Povo poderá dar-me tranquilidade e executar os programas indispensáveis à valorização desses organismos, em ordem a um mais forte amparo aos trabalhadores rurais.

O número de Casas do Povo está a crescer e nota-se que, no País, em sua volta, existe melhor ambiente. Urge, além disso, que se comece a pensar a sério na previdência dos trabalhadores agrícolas, no que toca ao seguro-doença e à invalidez.

De resto, as ofensivas contra as Casas do povo resultantes da actividade de instituições, serviços e centros sociais sem raiz nem sentido corporativos, além de constituírem duplicações inúteis e perniciosas, continuam a contribuir para dificultar a extensão e o aperfeiçoamento da Organização no domínio da protecção aos trabalhadores agrícolas. Ainda por este motivo se me afigura de grande interesse que a doutrina do projecto anexo possa ganhar forma legal, pois isso me permitiria designar para vice-presidente da Junta um funcionário do Ministério com as necessárias qualidades e dispondo de tempo para bem cumprir naquele posto.

Este o meu parecer. No entanto, Vossa Excelência decidirá como julgar mais conveniente.

Henrique Veiga de Macedo
18/3/1958

Doc. 55 (fl. 463)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

Era intenção minha submeter à apreciação de Vossa Excelência, numa das últimas reuniões em que tive a honra de trabalhar com Vossa Excelência, o projecto de decreto sobre o internamento hospitalar dos beneficiários da Previdência. Não tendo podido fazê-lo e dado que os Srs. Ministro do Interior e Subsecretario de Estado da Assistência continuam a interessar-se pela urgente publicação do diploma, julgo dever pedir a Vossa Excelência o favor de proceder à leitura do projecto que junto e de sobre ele me dar as indicações que entender necessárias.

Creio que o relatório que precede o articulado dispensará quaisquer esclarecimentos. Entretanto, muito gosto terei em prestar os que Vossa Excelência julgue convenientes.

Henrique Veiga de Macedo
28/3/1958

Doc. 56 (fls. 465-466)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

Como Vossa Excelência sabe, encontram-se vagos alguns cargos superiores deste Ministério. Com a preocupação de encontrar o óptimo, estou a correr o risco de retardar para além do conveniente o preenchimento desses cargos. Por isso, e porque o serviço neste Ministério está a crescer progressivamente, vou fazer um esforço no sentido de preencher as vagas existentes.

Para já, creio ter encontrado pessoa em condições de poder desempenhar a função de vice-presidente da Junta de Acção Social, a qual não chegou a ser entregue, como tinha combinado com Vossa Excelência, ao actual Delegado do INTP em Aveiro, pelo facto de este ter apresentado serias razões de escusa.

A pessoa que espero nomear para aquele cargo, se Vossa Excelência nisso não vir qualquer inconveniente, é o Licenciado em Direito Henrique da Silva Osório Vaz, Juiz do Tribunal de Trabalho de Lisboa. O Dr. Osório Vaz, formado em Coimbra com a informação final de 15 valores, tem 47 anos e exerceu, de 1937 a 1944, as funções de Delegado do INTP, e de então para cá, de Juiz dos Tribunais do Trabalho, tendo o seu serviço sido classificado de «Bom», em 1952 e 1953. Pelo que me informou e pelo que conheço, julgo que o Dr. Osório Vaz é a pessoa indicada para o lugar, quer pelas suas qualidades de simpatia e de trabalho, quer pela sua formação e experiência.

Encontra-se também vago o cargo de vice-presidente do Conselho Superior da Previdência Social, sobre cuja remodelação Vossa Excelência já teve a bondade de se pronunciar favoravelmente. A princípio, admiti a hipótese de convidar para esse cargo um antigo Presidente do INTP, mas as circunstâncias evidenciam cada vez mais a necessidade de o Conselho funcionar com regularidade e eficiência. Este objectivo só se poderá atingir se o Conselho for entregue a pessoa especializada na matéria que a ele se dedique inteiramente.

Tratando-se de um cargo que, se recair em funcionário público, será exercido em comissão, não encontro de momento quem o possa preencher senão o Dr. Mário Arnaldo da Fonseca Roseira, actual Chefe da Repartição da Previdência Social e antigo Delegado do INTP em Braga e noutros distritos. Licenciado em Direito com 12 e 15 valores, respectivamente em Ciências Jurídicas (Lisboa) e em ciências Político-

económicas (Coimbra), o Dr. Mário Roseira é inteligente, culto, profundo conhecedor dos problemas da previdência e dotado de especial inclinação para os estudos de carácter social. É funcionário do INTP desde 1941 e sem dúvida um dos seus melhores valores intelectuais. Como acompanhou de perto os trabalhos relativos á reforma da previdência, está também por isso indicado para estudar as delicadas e complexas questões que a regulamentação e aplicação daquela reforma vierem a suscitar.

Agradeço a Vossa Excelência qualquer indicação que entenda dever dar-me sobre este assunto.

5/5/58
a)Veiga de Macedo

Doc. 57 (fls. 467-468)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

À consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

1— Desejo informar Vossa Excelência que os projectos dos regimentos das Corporações se encontram praticamente elaborados.

Vou agora ouvir os Presidentes das Corporações, a fim de que se pronunciem sobre esses projectos, pois parece conveniente que os regimentos sejam apreciados pelo Conselho Corporativo ainda antes das ferias de verão.

2 – Foram também esclarecidas as Corporações já criadas que os respectivos Conselhos deviam reunir, com urgência, a fim de designarem os seus representantes à Câmara Corporativa. Presumo que as Corporações acabarão por eleger os seus procuradores aqueles que já haviam sido indicados pelo Conselho Corporativo em Novembro passado.

O número de procuradores será, porem, acrescido de 4, visto os Presidentes das Corporações serem, por direito próprio, e sem necessidade de eleição, procuradores natos á Câmara.

3 – O Presidente da Corporação da Lavoura, que se tem empenhado em cumprir a sua missão, manifestou o maior interesse em que Vossa Excelência se dignasse receber os membros do Conselho da Corporação, ainda este mês se possível.

Não tenho dúvida em secundar o pedido do Eng. Caldas de Almeida, pelo significado politico que poderia ter a aceitação por Vossa Excelência das saudações do Conselho da Corporação da Lavoura.

4 – Aproveito ainda o ensejo para informar ter-se constituído, há dias, o grémio dos industriais de curtumes e o grémio dos industriais de cortiça do centro, após morosas e delicadas diligencias.

Conseguiu-se também dar um grande passo em frente, no que respeita á formação do grémio da indústria metalúrgica do sul, o que facilitará a próxima instituição da Corporação da Industria.

Podem considerar-se, por outro lado, bastante adiantados os trabalhos para a constituição das federações das Casas do Povo e das Federações dos Grémios do Comercio. Algumas dificuldades surgidas foram já ultrapassadas e outras espero que o sejam dentro em breve.

Lisboa, 17 de Julho de 1958
Henrique Veiga de Macedo

Doc. 58 (fls. 469-470)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

Na nota que enviei a Vossa Excelência informei ser de esperar que os Conselhos das Corporações elegeassem, em regra, seus representantes na Câmara Corporativa os procuradores que já nela têm presentemente assento por designação do Conselho Corporativo.

Tenho de rectificar aquele esclarecimento, pois reparo agora nos termos em que está concebida a resolução do Conselho Corporativo publicada no Diário do Governo de 23 de Novembro do ano findo. Prescreve-se aí que os Conselhos das Corporações designarão os seus procuradores à Câmara Corporativa de entre os membros dos Conselhos das Secções correspondentes.

Esta norma, que limita a escolha dos procuradores aos membros dos Conselhos das Secções das Corporações, poderá alterar, na verdade, as previsões que fiz. Enviarei a Vossa Excelência, no princípio da próxima semana, indicações dos actuais procuradores à Câmara Corporativa que, por não pertencerem aos Conselhos das Secções das Corporações, não poderá ser eleitos para a Câmara Corporativa, a manter-se a doutrina fixada na referida resolução.

Lisboa, 21 de Julho de 1958

Henrique Veiga de Macedo

Doc. 59 (fls. 471-472)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

De acordo com a conversa de há dias, vou dar instruções à Direcção-Geral do Trabalho para que entregue aos interessados, devidamente visadas, as carteiras profissionais de odontologista.

Tenho pensado bastante na forma de reduzir ao mínimo as fortes reacções que, por certo, vão derivar desta decisão. Neste espírito, lembrei-me de encarregar o Dr. Ribeiro da Cunha de comunicar pessoalmente á Ordem dos Médicos as razões que levaram à entrega daquelas carteiras profissionais.

Simultânea ou posteriormente, talvez eu pudesse convidar o Conselho da Ordem a vir ao meu Gabinete, a fim de se tratar de alguns problemas de interesse para os médicos. No decurso desta audiência, dir-lhes-ia que Vossa Excelência e o Governo estavam empenhados em estudar, com todo o interesse, as questões suscitadas ultimamente pela Ordem. Isto permitiria se publicasse uma nota sucinta que, porventura, contribuiria para desanuviar um pouco o ambiente pesado que o “caso dos odontologistas” vai provocar. Mesmo assim tenho dúvidas sobre se este será o caminho correcto ou conveniente.

Poderia Vossa Excelência dar-me uma palavra orientadora sobre este assunto tão delicado?

Exprimo a Vossa Excelência os protestos do meu maior respeito.

Henrique Veiga de Macedo

1/8/1958

Doc. 60 (fls. 473-474)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Sinto necessidade de sair de Lisboa para tentar descansar um pouco durante alguns dias, até porque o mês de Setembro será muito sobrecarregado para mim. Mas não o queria fazer, sem primeiro ouvir Vossa Excelência sobre alguns assuntos pendentes. Só assim conseguirei deixar as coisas encaminhadas de modo a não haver atrasos menos convenientes na resolução de vários problemas de interesse. Torna-se particularmente necessário, quanto a mim, definir posição sobre os regimentos das corporações, que urge aprovar, e sobre os projectos de diploma relativos à instituição das Corporações da Industria e do Comercio.

Ser-me-ia grato que estas Corporações se instituíssem, no próximo dia 23 de Setembro, data do XXV aniversário da publicação do Estatuto do trabalho Nacional.

Permito-me, por isso, pedir a Vossa Excelência se digne, logo que possível, receber-me.

Testemunho a Vossa Excelência os reiterados protestos do meu respeitoso apreço.

Henrique Veiga de Macedo
Lisboa, 16/8/58

Doc. 61 (fls. 497-498)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Peço a atenção de Vossa Excelência para a carta, que junto por cópia, do Senhor Governador Civil do Porto relativa ao sério problema social dos Transportes Colectivos daquela cidade.

Creio poder afirmar que, se não fora a actuação do meu Ministério, já teríamos a lamentar tristes acontecimentos. Aquando da última campanha eleitoral, deixei cair uma palavra de esperança que foi bem recebida, por milhares de servidores daqueles transportes, com bom espírito. Eles têm razão, além de que o problema adquiriu uma feição política grave, por inépcia do Senhor Presidente da Câmara. As últimas declarações que produziu vieram dar maior acuidade á questão, alarmando a cidade com a hipótese do aumento das tarifas. Se o Governador se não opuser, resolvarei o assunto com um despacho de salários mínimos ou, ao menos, anunciarei que a revisão das remunerações será efectuada, por acordo ou por via coerciva, nas primeiras semanas do próximo ano. Isto traria certa acalmia. Como Vossa Excelência sabe, nunca cedo a pressões, mas neste caso a justiça manda que se encare, de frente, o problema. Há anos que a Câmara vem obstinadamente a opor-se a uma resolução equilibrada do problema e por isso me permito pedir uma indicação de Vossa Excelência sobre esta matéria, embora lamente ter de incomodar, uma vez mais, Vossa Excelência com notas desta natureza.

Peço a Vossa Excelência aceite os meus mais respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo
13/12/58

Doc. 62 (fls. 516-522)

Á consideração de Sua Excelência o
Presidente do Conselho

Permito-me juntar o projecto de diploma relativo aos grémios obrigatórios dependentes da Secretaria de Estado do Comercio.

Recebi esse projecto talvez há cerca de duas semanas e, como me suscitou algumas dúvidas, entendi que devia pô-las à consideração do Senhor Secretario de Estado do Comercio, tanto mais que me impressionou a coincidência da instituição da fundação assistencial do Grémio dos Armazenistas de Mercearia.

Quando me dispunha a procurar aquele membro do Governo, adoeci e só pude abandonar o leito, uma semana depois, no dia de Páscoa. Mesmo assim e preocupado com o atraso que o diploma estava a sofrer, tentei falar pelo telefone com o Dr. Correia de Oliveira, o que só consegui no último sábado, tendo-se combinado um encontro para meados desta semana. Assim, conversámos ontem longamente sobre o referido projecto e creio que com utilidade.

-- Sugeri, então, que ao art. 1.º do diploma fosse aditado um parágrafo, na forma seguinte ou noutra equivalente:

«O Ministro das Corporações e Previdência Social e o Secretario de Estado do Comercio fixarão a data a partir da qual os grémios obrigatórios deverão ser integrados, para todos os efeitos, no regime em vigor para os grémios facultativos».

Pretende-se com esta orientação levar mais longe a doutrina consagrada no articulado do projecto e pôr este de acordo com o critério defendido pelo Senhor Secretário de Estado sobre grémios obrigatórios no seu despacho publicado na imprensa em princípios de Outubro. Na verdade, além de se tornar imprescindível a sujeição de todos os organismos corporativos a uma inspecção única, mormente quando vão ser conferidos à organização importantes funções políticas, tenho para mim que o desprestígio que por vezes afectou a politica corporativa resulta da acção dos grémios obrigatórios e de alguns organismos de coordenação económica, considerados na opinião geral como organismos corporativos.

Julgo que não é possível negar-se por sistema, como parece estar em voga, todo e qualquer poder de carácter económico aos organismos corporativos; mas reputo muito perigoso que lhes sejam confiadas excessivas atribuições daquela natureza, conforme acontece com alguns organismos obrigatórios, sobretudo no que respeita á cobrança de taxas, à fixação de quotas, aos rateios, às compras e vendas em nome dos agremiados, etc.

Aos grémios facultativos quase tudo se lhes negou e parece que está a criar-se condicionalismo idêntico em volta das corporações, que correm o grave risco de se desacreditarem por falta de atribuições, mesmo no domínio da mera função consultiva. Pelo contrário, aos grémios obrigatórios concedeu-se demasiada intervenção em assuntos económicos, a qual urge confinar aos limites impostos pela pureza da doutrina e pelas conveniências gerais.

O Senhor Secretário de Estado do Comercio, perante estas e outras considerações, informou-me que não via inconveniente no aditamento do proposto paragrafo e acrescentou que no projecto primitivo chegara a introduzir preceito de sentido idêntico.

-- Á parte isto, ponderei ainda ao Senhor Secretário de Estado do Comercio a vantagem de se eliminarem desde já todas as taxas e outras contribuições especiais cobradas pelos grémios obrigatórios. Com efeito, a faculdade prevista no art. 2.º não é bastante para a resolução de problema tão sério. Assim, também não se me afigurou razoável que aquelas taxas e contribuições possam ser atribuídas aos organismos de

coordenação económica. A manter-se tal orientação, tudo poderá continuar praticamente na mesma, pois os grémios obrigatórios têm actuado quase sempre como verdadeiros organismos de coordenação económica, directamente subordinados ao Ministério da Economia.

Tive ainda ensejo de declarar ao Senhor Secretário de Estado do Comercio que me pareceram menos convenientes, até do ponto de vista político, os termos em que se mostra concebido o relatório que precede o projecto em apreciação. Pode, talvez, inferir-se da sua leitura que se mudou de opinião quanto ao futuro dos organismos de coordenação económica. Por outro lado, fica a impressão decepcionante de que a organização gremial obrigatória teria falhado por inexequibilidade dos princípios, quando se sabe que os excessos ou desvios cometidos têm origem diferente. De resto, os contactos dos dirigentes dessa organização com sectores sem qualquer espírito corporativo havia de conduzir, como conduziu, a situações pouco agradáveis, por manifesta carência de formação. A título de simples exemplo, pedi ao Senhor Secretário de Estado que atentasse na seguinte passagem do relatório: «Não se cometerá erro grave ao afirmar que em alguns casos, hoje, os agremiados existem para que exista o grémio que se transformou quase em identidade autónoma e independente das próprias empresas que lhes deram o ser e que aparece como órgão cujo prestígio, crédito e poder resulta não só do somatório das capacidades técnica, económica e financeira dos elementos que o constituem, mas sim e apenas das atribuições estatais que ao organismo foram dadas».

Não havia necessidade, a meu ver, de publicar impressões deste género, tanto mais que a redacção pode induzir em erro quando se refere aos grémios como entidades autónomas e independentes das próprias empresas que lhes deram o seu ser, sendo certo que estas não tiveram qualquer intervenção na formação de grémios criados por decreto-lei.

-- Informo ainda que não assinei logo o diploma por me ter causado estranheza a decisão do Grémio dos Armazenistas de Merceria de constituir uma fundação de tipo assistencial, sobretudo porque me parece não competir aos grémios o exercício directo de actividades sociais de previdência ou assistência. Sempre me tenho oposto, no prosseguimento de uma política tradicional neste Ministério, a que os grémios cedam à tentação de criar serviços sociais próprios, em duplicação de outros já existentes no seu natural enquadramento. Não tem sido fácil fazer vingar esta orientação e devo mesmo afirmar que pouco se tem conseguido no que respeita aos grémios obrigatórios. Nem falo sequer no que está a acontecer, infelizmente, nalguns organismos de coordenação económica e até em certos serviços técnicos do Estado, que parecem mostrar-se por demais inclinados á criação de serviços sociais – para que não estão preparados – provocando duplicações inúteis e gastos supérfluos.

Neste caso da Fundação, acresce que o diploma relativo ao Grémio preceitua que este: «...depende do Subsecretariado de Estado das Corporações em tudo quanto se refere à acção social...» e que «...o Delegado do Governo tem o direito de opor o seu veto a todas as deliberações dos órgãos administrativos do Grémio que repute lesivas dos interesses da economia nacional ou dos princípios corporativos, ficando tais deliberações suspensas até que sobre elas, conforme a sua natureza, resolva o Ministro do Comercio e Industria ou o Subsecretario de Estado das Corporações e Previdência Social».

É certo que toda a obra social daquele Grémio foi executada à margem do INTP e creio que com a aprovação do Ministério da Economia, como pode concluir-se das visitas oficiais que foram feitas, por exemplo, a uma colónia de férias para crianças.

Consideradas estas circunstâncias e, nomeadamente, o meu desejo de não levantar qualquer dificuldade ao ilustre Colega e Amigo que sancionou a instituição da Fundação e que admiti tivesse ouvido o Ministério da Economia, resolvi não formular qualquer sugestão sobre o assunto.

-- Creio ter dito o essencial para que Vossa Excelência possa julgar a minha posição. Espero, no entanto, ter a honra de, brevemente, poder confiar a Vossa Excelência algumas preocupações que se vão acumulando no meu espírito sobre a consolidação e o desenvolvimento da organização corporativa e, também, sobre as causas que estão na base das dificuldades que vêm surgindo, não por mero acaso, mas, segundo penso, por acção intencional de certos elementos.

Henrique Veiga de Macedo

Lisboa, 4 de Abril de 1959

Doc. 63 (fls. 523-526)

Hotel des Berges
Genève

Senhor Presidente:

Após boa viagem, cheguei a Genebra no sábado passado à tarde, onde, desde logo, tomei contacto com a Delegação Portuguesa à Conferência Internacional do Trabalho.

No domingo assisti a uma cerimónia religiosa integrada nas comemorações do 40.º aniversário da OIT, durante a qual o Senhor Bispo de Lausana, Genebra e Friburgo pronunciou uma homilia de certo nível, mas que, num ou noutro ponto, me suscitou dúvidas.

Tenho procurado acompanhar a Conferência e alguns actos externos a ela ligados. Assim, tomei parte na sessão solene plenária destinada a comemorar o 40.º aniversário da OIT. Os discursos proferidos foram fracos. Apenas um representante patronal francês fez declarações de interesse, ao manifestar com vivacidade a sua discordância por ter sido admitida, para futuro e desde já, a representação patronal russa na Conferência. Esta vitória da Rússia não foi fácil, mas em nome de um princípio da universalidade pôde o comunismo soviético penetrar nas Comissões patronais, ficando, porém, gravemente comprometido o princípio do tripartismo em que a Organização tem assentado desde a sua fundação, em 1919. Impressiona que a Espanha se tenha absterido, na votação, e que o Brasil haja votado a favor da tese russa.

Assisti também a algumas sessões da Conferência, durante as quais ouvi os discursos de vários Ministros do Trabalho. Não gostei. A estas sessões plenárias assistiram poucos delegados, o que se torna desagradável para os Ministros que têm de falar, num enorme recinto, quase sem assistentes.

No almoço e na refeição oferecidas pelo Director-geral da OIT, tive ensejo de conhecer diversos ministros do trabalho. Pude assim conversar um pouco com os ministros da Inglaterra, Espanha, Peru, Paquistão, Alemanha Ocidental e Tunísia e com vários membros da Organização. Dizem-me que o Ministro do Trabalho inglês gostaria de ser convidado para visitar Portugal. Não lhe farei, porém, qualquer convite, pois não sei se Vossa Excelência vê nisso vantagem. Creio que o convite poderá ter interesse para nós, pois o actual Ministro do Trabalho da Grã-Bretanha é indigitado, nos meios londrinos, para assessor do actual Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Vou procurar manter estes contactos, tanto mais que estou convidado para almoçar, jantar ou tomar parte em refeições oferecidas por diversos Ministros ou

delegações. Aceitei já os convites dos Ministros do Trabalho de Inglaterra, Espanha, Itália e do Presidente do Conselho de Administração da OIT, o embaixador brasileiro Barbosa Carneiro que quer ter a amabilidade de homenagear, esta noite, o Governo português, oferecendo-me um jantar, a que assistirão varias personalidades da Organização e da nossa delegação.

Fui também convidado pelos Ministros da Venezuela, Turquia, Polónia, Alemanha Ocidental, Iraque, Tunísia, Líbano, Irlanda, Canadá, França, Áustria, Japão, Vietname, Ghana e outras. Não aceitei estes convites, ou não pude ou poderei estar presente, em virtude de tais actos se realizarem fora do meu período de estadia em Genebra.

Propriamente quanto á Conferencia, só no final poderei relatar, com melhor conhecimento de causa, o que se passou ou vier a passar. Os problemas discutidos são, por vezes, de grande complexidade e melindre. Não me refiro apenas aos aspectos técnicos e sociais, mas também às repercussões políticas de que se revestem. As questões de África estão na ordem do dia, mas não vejo ambiente favorável para as nossas teses. É uma tristeza verificar como os governos ocidentais estão a deixar-se enlear na trama bem urdida das forças comunistas. Quando cheguei, fui informado, por exemplo, de que a França iria propor a filiação das novas repúblicas da sua comunidade na OIT e a participação destas repúblicas com territórios na África negra na reunião, marcada para Luanda, em fins deste ano, da Comissão Consultiva Africana. A nossa delegação deu-me então conhecimento do texto do telegrama que enviara para Lisboa a pedir instruções. A questão é melindrosa, pois a França ameaça não participar na reunião de Luanda se as repúblicas da África negra, integradas na sua comunidade, não puderem estar presentes. Aguardo as directivas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, cujo ilustre titular deve ter ouvido Vossa Excelência, segundo presumo.

Espero falar na sessão plenária de 5ª feira. Lerei o discurso que Vossa Excelência teve a amabilidade de rever. Falarei em português, pois o Vice-Presidente do Brasil, que aqui esteve na semana finda, também usou a nossa língua.

Desejo ainda informar que foram muitos os Presidentes do Conselho e até Chefes de Estado que dirigiram saudações à OIT por ocasião do seu aniversário. Não há dúvida de que se exagera a importância do acontecimento, mas a verdade é que foram recebidas mensagens formalmente expressivas de toda a parte. O Sr. da Rússia também enviou o seu saudar e os seus representantes exercem aqui uma acção permanente. Têm um hotel por sua conta, e de lá vi há dias sair alguns delegados pretos das novas e promissoras nações africanas.

Enfim...no meio destas realidades desanimadoras, quase só existe hoje em dia um Homem capaz de apontar às nações do Ocidente e aos seus chefes o único caminho da salvação. E consola verificar que o pensamento desse Homem começa a impressionar, aqui mesmo, alguns responsáveis.

Exprimo a Vossa Excelência os protestos do meu afectuoso apreço e respeito.

Henrique Veiga de Macedo

16/6/59

Senhor Presidente:

A Conferencia tem-se dedicado, como nos dias anteriores, a estudar os problemas inscritos na agenda. Mas a acção dos ministros presentes em Genebra tem-se exercido, mais acentuadamente, fora das sessões de trabalho da Conferencia. E não pode dizer-se que tal acção externa e directa não se revista de interesse.

Assim, por exemplo, o jantar que anteontem me ofereceu, na sua residência, o embaixador Barbosa Carneiro, Presidente do Conselho de administração da OIT, foi muito útil para mim. Assistiram o Director-geral da BIT, que é americano e que goza de grande prestígio, e um embaixador venezuelano com influência na Organização e que me pareceu pessoa inteligente, culta e bem intencionada. Em ambiente amigável pude trocar algumas impressões com esta gente e, em especial, com o embaixador Barbosa Carneiro que, pelos serviços prestados a Portugal, bem merecia ser galardoado, na primeira oportunidade.

Ontem, pude trocar impressões com o Ministro do Trabalho de Espanha e com o delegado governamental da Holanda, um padre dominicano, que me pareceu bem orientado nas questões africanas. O Ribeiro da Cunha ficou de lhe entregar o discurso ultimamente proferido por Vossa Excelência, o qual deve deixar-lhe a melhor impressão, como felizmente tem acontecido com outras pessoas.

Também ontem pude, numa agradável e proveitosa reunião com a colónia portuguesa de Genebra, conviver algumas horas com algumas dezenas de compatriotas nossos, que se mostraram felizes por poderem contactar com o representante do Governo. Há aqui gente nossa, com alguma influencia, que convinha acarinhar e daí que tenha aprovado a ideia do encontro, que correu admiravelmente.

Hoje, estive com o Senhor Ministro do Trabalho de Espanha que teve a gentileza de me convidar para o almoço que ofereceu. Estavam presentes o Ministro do Trabalho do Reino Unido, o Ministro do Trabalho da Turquia e alguns Ministros das Republicas Sul-Americanas. As conversas havidas com estes ministros e, em especial, com o da Inglaterra, foram proveitosas. A reunião correu no melhor espírito, tendo eu verificado, com agrado, que se distinguiu com especiais atenções o Ministro português.

Logo á noite participei no jantar oferecido pelo ministro inglês. Assiste a este jantar, segundo me disse o titular da pasta do trabalho da Inglaterra, o Ministro dos Negócios Estrangeiros deste país. Das conversas havidas com aquele governante, ficou-me a impressão de que ele gostaria de visitar Portugal. Já na última carta tive ensejo de falar neste assunto a Vossa Excelência. Pois, confirma-se o que então disse. É elucidativa a nota elaborada pelo Dr. Ribeiro da Cunha. Para ela me permito chamar a atenção de Vossa Excelência. Segue em anexo.

Também foram muito agradáveis as conversas com o Ministro da Turquia. Conhece Lisboa e diz-se impressionado com o progresso que verificou em Lisboa e nos seus suburbios. O mesmo não posso dizer dos contactos que tive com o Ministro do Trabalho de Itália. Apresentou-se amável...mas distante. Dizem-me que é socialista. Admito que não lhe tenha sido agradável verificar que há em Portugal um Ministro das Corporações.

Tenho procurado ainda não abandonar a nossa Delegação á Conferencia. Alguns dos seus elementos bem precisam de amparo e de orientação. Reconheço que os nossos representantes patronais e operários sentem muitas dificuldades para cumprir a missão

que lhes cabe. Mas alguma coisa têm feito. Creio mesmo que a Delegação deste ano é melhor do que a dos anos anteriores. A escolha foi, de facto, mais criteriosa, embora me pareça que se torna mister trabalhar melhor na preparação dos delegados. Tenho acompanhado mais de perto os representantes dos sindicatos, tanto mais que os delegados comunistas lhes fazem namoro muito descarado.

Na sessão plenária desta manhã, proferi as palavras que Vossa Excelência conhece. O grande recinto da assembleia registou uma afluência extraordinária, pelo facto de hoje não terem reunido as comissões especiais e considerada a circunstância de falar o Ministro inglês. Há quem admita que a afluência se deve também à curiosidade de ouvir um Ministro das Corporações, pois para muita desta gentinha a designação ainda se apresenta equívoca e “antidemocrática”. Estavam presentes quase todas as delegações dos diversos países – 76 países – e alguns ministros. Lembro-me de ter visto então, os Ministros do Trabalho de Inglaterra, Itália, Espanha e Turquia e de varias repúblicas de África e da América do sul. Os funcionários mais destacados do BIT quiseram também assistir, bem como o embaixador Barbosa Carneiro e alguns políticos brasileiros presentemente em Genebra. Não me causou estranheza que o funcionário superior do BIT quisesse marcar a sua presença, pois a última reunião, em Lisboa, da Associação Internacional da Segurança Social deixou uma grande impressão no espírito de muitos. As coisas correram, de gosto, muito bem e nós pudemos então organizar tudo como até agora não se verificou em qualquer outra parte. Ao fazer esta afirmação, julgo não ser dominado por sentimentos patrióticos, ou semelhantes, mas exprimir, com espírito objectivo, o que, na verdade, se passou.

Quanto à impressão deixada pelas minhas palavras, creio ter sido boa, embora se torne possível, em futuras conferencias, que o representante do Governo português faça afirmações de maior interesse. Trata-se de uma tribuna que convém aproveitar bem, o que até agora nós não temos feito na medida do aconselhável.

Gostei do discurso do Ministro do Trabalho Inglês, que produziu afirmações de nítido sentido anti socialista, mormente quando se referiu ao papel das instituições de assistência e acção social do seu País e ao carácter autónomo da vida dessas instituições. No fundo, foi quase um discurso de inspiração corporativa. Nesta mesma sessão falaram ainda outros delegados e ministros assistentes, e, entre estes, o Sr. M. Nilson, Ministro dos Assuntos Sociais, do Trabalho e da Habitação, da Suécia. Referiu-se especialmente às medidas de seu Ministério, no combate ao desemprego, o que me fez pensar no nosso atraso, nesta matéria.

Espero regressar brevemente a Portugal, pois sinto-me preocupado por verificar que o Ministério está sem chefia. Mas creio que esta minha vinda a Genebra foi útil para os nossos interesses. Não sei como tem evoluído a questão dos pescadores de Matosinhos. Deixei instruções precisas aos meus serviços, mas temo que as coisas não tenham corrido bem, pois, ao partir, verifiquei, com desgosto, que continuavam a prevalecer, em certos sectores, as tendências para as transigências...a todo o custo. O problema dos ferroviários ameaça também agravar-se. Oxalá, porem, que a sua evolução não se haja acentuado no pior sentido, e que as anunciadas greves de França não tenham expressões entre nós.

Sem mais, por hoje, muito me apraz dar, por esta forma e uma vez mais, testemunho da minha lealdade, amizade e respeito por Vossa Excelência.

Henrique Veiga de Macedo

18/6/59

Hotel des Berges
Genève

Senhor Presidente:

Tenciono sair amanhã ou depois de amanhã da Suíça a caminho de Lisboa. Creio que não se torna necessária, por muito mais tempo, a minha presença aqui, se bem que a Conferencia continua por toda a próxima semana. Reuni com alguns representantes da Delegação Portuguesa e com eles combinei a orientação a seguir.

O caso da admissão dos patrões russos continua a dar que falar. Ontem os representantes patronais dos diversos países reuniram para tratar do assunto e decidiram tomar uma atitude corajosa: a de abandonarem a Conferencia se se mantiver a resolução, há dias tomada, da participação patronal russa. O representante da Índia levantou reservas, mas creio que acabou por não votar contra. Informa-me ainda que também deixou muito a desejar a atitude da Espanha. Os restantes delegados patronais foram muito firmes e marcaram uma posição inequívoca, cujas consequências se não podem prever desde já. Mas também pode acontecer que tais delegados acabem por amolecer e voltem atrás, o que seria mau, no meu ponto de vista.

Como informei Vossa Excelência fui convidado para o banquete oferecido pelo Ministro do Trabalho inglês, que se realizou neste hotel em que me hospedei. Estavam presentes representantes de quase todos os países membros da OIT. Assistiu o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido que foi simpático. Dispensou-me atenções visíveis, referindo-se à sua visita a Portugal em termos muito expressivos. A Portugal foi dado o lugar de maior representação, o que, sendo natural, não deixou de ter muito interesse, em face do número e categoria das entidades que enchiam a vasta sala.

No pendor da orientação seguida desde início, contactei com várias entidades de relevo e creio que nisso houve alguma utilidade. As circunstâncias têm-me sido favoráveis, graças a Deus. Estou satisfeito, até porque vinha muito preocupado, pois não tenho tido, no exercício da função ministerial, experiências desta natureza.

Vi ontem num jornal socialista de Genève que em Espanha havia greve geral. Dizem-me tratar-se de notícia tendenciosa. De qualquer maneira, admito que alguma coisa se passa no País vizinho, o que não é nada agradável.

Peço a Vossa Excelência se digne aceitar os meus mais respeitosos cumprimentos.

Veiga de Macedo
20/6/59

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Cumpro, antes de mais, o grato dever de informar que já me encontro em Lisboa em contacto directo com os assuntos correntes do Ministério. Gostaria que Vossa Excelência me recebesse na primeira oportunidade, afim de prestar mais algumas informações sobre a Conferencia Internacional do Trabalho.

Aproveito o ensejo para manifestar o empenho que a direcção da FNAT põe em que Vossa Excelência presida à inauguração do seu novo Parque de Jogos, em Alvalade. O acto realiza-se, no próximo dia 28, às 17,30.

Escusado será dizer que em sentiria feliz se Vossa Excelência se dignasse honrar-me presidindo à inauguração do estádio da FNAT. Creio, por outro lado, que a

alta presença de Vossa Excelência seria muito bem acolhida nos meios sindicais e em toda a organização corporativa.

De resto, ela contribuiria um poderoso estímulo para quantos nesta Casa se esforçam por realizar a política social e corporativa do Governo, em obediência perfeita ao pensamento que a inspira e lhe dá sentido e expressão.

Formulando votos pela saúde de Vossa Excelência, apresento os meus mais respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo

26/6/59

Doc. 67 (fls. 534-535)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Cumpro o grato dever de patentear a Vossa Excelência o meu vivo reconhecimento por se ter dignado assistir à inauguração do Parque de Jogos da FNAT. A presença de Vossa Excelência foi para a direcção da FNAT e para mim altamente reconfortante.

Por isso me apresso a testemunhar a Vossa Excelência os melhores sentimentos da minha gratidão e, com eles, os protestos do meu profundo respeito e afecto.

De Vossa Excelência

Henrique Veiga de Macedo

29/6/59

Doc. 68 (fls. 536-537)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Muito me apraz agradecer a cativante atenção com que Vossa Excelência quis honrar-me, oferecendo-me o V volume de «Discursos e Notas Politicas».

Guardarei ciosamente mais estas magistrais lições e, relendo-as, pude sentir de novo quão grandes são as responsabilidades e a honra daqueles que colaboram na obra de restauração nacional em boa hora empreendida por Vossa Excelência.

Bem haja, Senhor Presidente, e digne-se aceitar os meus mais respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo

7/7/59

Doc. 69 (fls. 538-539)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Estão em condições de ser publicados os despachos que estabelecem as remunerações dos médicos, enfermeiros e assistentes sociais das instituições de previdência.

O despacho referente aos médicos foi muito ponderado e creio que não devo, sem inconvenientes, diferir por mais tempo a sua publicação. Na última audiência, tive já ensejo de me referir ao assunto. Mas não gostaria de o divulgar, sem primeiro ouvir Vossa Excelência, até pelas implicações politicas que o problema envolve. Permito-me, por isso, solicitar o obsequio de me receber, com a brevidade possível.

Aproveito o ensejo para informar que trabalhei no sábado com o Sr. Dr. Teotónio Pereira sobre o projecto de diploma relativo á questão habitacional de Lisboa. A reunião foi muito útil, segundo creio. Como tinha dito na última carta, entreguei ao Senhor Ministro da Presidência as notas que elaborei sobre o assunto. Se puder, ainda hoje, lhe enviarei o projecto das alterações que sugiro e me parece conter alguma coisa de útil.

Digne-se aceitar, Senhor Presidente, os meus mais respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo

20/7/59

Doc. 70 (fls. 540-541)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência

o Presidente do Conselho:

Estou a redobrar de esforços para que as comemorações do XXVI aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional sejam assinaladas com a publicação de vários diplomas.

Para tanto, tenho já preparados alguns projectos, entre os quais os relativos à constituição da Corporação da Imprensa e Artes Gráficas e da Corporação dos Espectáculos, ou da Corporação do Teatro, Cinema e Diversões Públicas, se vier a ser preferida esta designação. Encontram-se também adiantados outros trabalhos.

Permito-me juntar, desde já, um projecto de decreto-lei que, na sua aparente simplicidade, se reveste de certo interesse, pois se destina em especial a evitar perturbações nas assembleias gerais de Sindicatos com grande número de associados e a dar mais autenticidade à representação profissional adentro daqueles organismos.

Nesse projecto atribuem-se poderes ao Governo para resolver questões como a do Sindicato dos Comercialistas, o qual, como Vossa Excelência sabe, foi dissolvido pelo meu antecessor, mas continua em funcionamento porque o Supremo Tribunal Administrativo anulou a decisão ministerial.

No último artigo conferem-se ao Governo, em casos desta natureza, as possibilidades de actuação que a legislação em vigor não lhes faculta.

Ser-me-ia grato que o diploma fosse publicado em 23 de Setembro, mas nada se perde em adiantar tempo pois os outros projectos que, como disse, se encontram em estudo, exigirão exame mais demorado.

Se o projecto anexo suscitar quaisquer dúvidas, terei muito gosto em as esclarecer.

Henrique Veiga de Macedo

21/7/59

Doc. 71 (fls. 544-545)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência

o Presidente do Conselho:

A Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas continua, em officios que dirige aos Grémios da Lavoura, a ser muito desagradável para com a Direcção-Geral do Trabalho e Corporações e a discutir um despacho em que dou conhecimento do acordado há cerca de dois anos, com o titular da pasta da Economia, sobre a passagem daqueles organismos para o âmbito da Inspecção da Organização Corporativa deste Ministério. Não obstante o que ficou combinado com o Ministério da Economia e o que ressalta

inequivocamente, da letra e do espírito do diploma que reorganizou a Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, esta, que durante muito tempo não levantou quaisquer reparos, empenhou-se nos últimos meses, através de processos inadmissíveis, em manter a superintendência administrativa dos Grémios da Lavoura, ora sujeitos – e creio que bem – a uma única inspecção, a Inspecção dos Organismos Corporativos, da Direcção-Geral do Trabalho e Corporações.

Por isso, renovo a Vossa Excelência o meu pedido de audiência em conjunto com o Senhor Secretário de Estado da Agricultura a fim de se tratar do assunto. Já falei com aquele membro do Governo, informando-o desta minha diligência. Se Vossa Excelência não nos puder atender dentro em breve, e dado que a questão está a assumir proporções imprevistas, grato ficaria se se dignasse dar desde já uma indicação, pela forma que tiver por mais conveniente.

Para mais perfeita elucidação de Vossa Excelência permito-me juntar a última informação que sobre o caso me foi prestada pelo Dr. Neto de Carvalho, Director-Geral do Trabalho e Corporações.

Henrique Veiga de Macedo
28/7/59

Doc. 72 (fls. 552-553)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Como disse a Vossa Excelência, tenho alguns assuntos, que reputo de interesse, a submeter à apreciação de Vossa Excelência e não desejaria sair de Lisboa para descansar ou tentar descansar, sem primeiro receber directrizes sobre eles.

Mas, depois da audiência de ontem não posso deixar de reforçar o pedido para que me receba de novo. Não é já a questão de fundo que me preocupa, mas outra que tem a maior importância para quem, como eu, nunca quis ou quer, por motivos muito fundos, sair para sair para fora da linha de rumo definida pelo Senhor Presidente. Por isto, e só por isto, ponho todo o meu empenho pessoal em ser recebido com a possível brevidade.

Apresento a Vossa Excelência os meus melhores cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo
14/8/59

Doc. 73 (fls. 558-560)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho:

Permito-me chamar a atenção de Vossa Excelência para a informação que me é prestada pelo Sr. Director-Geral do Trabalho e Corporações.

Desta vez, a Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas não se limita a intervir na matéria que tem sido ultimamente objecto de discussão. Agora entra abertamente num terreno que nunca lhe pertenceu, em face da lei e da prática seguida. Vou falar, na primeira oportunidade, sobre este caso com o Senhor Secretario de Estado da agricultura. Mas, entretanto, e sobre o problema de fundo insiste a Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas em intervir na vida administrativa dos grémios e em pretender orientar a própria politica corporativa neste importante sector.

Ainda há dias recebi o Sr. Presidente da Câmara de Torres Vedras que apelou para mim no sentido de impedir que um delegado daquela Direcção-Geral continue a interferir no Grémio da Lavoura do concelho, que, em seu parecer, por ela ou pelo seu representante é praticamente dirigido. Embora pareça estranho, a Direcção-Geral tem delegados seus nos Grémios. No projecto de reforma que em tempos me foi dado apreciar e que veio, depois, a ser convertido no Decreto-Lei que hoje regula os mesmos Serviços, aparecia um preceito a permitir a existência de delegados da Direcção-Geral junto dos Grémios. Pedi, para o facto, na altura, a atenção do Sr. Dr. Ulisses Cortez que imediatamente eliminou a disposição, a todos os títulos conveniente.

Mas, pelos vistos, de nada valeu a orientação superior, a julgar pelo que me informam e pelo que me diz o Sr. Presidente da Câmara de Torres Vedras.

Junto o memorial entregue pelo Presidente da Câmara deste concelho, o qual me pediu ordenasse uma inspecção urgente ao Grémio.

É esta a solução que tenho adoptado noutros casos, mas tem acontecido que os funcionários deste Ministério deparam, por vezes, com os inspectores ou delegados da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, que persiste em afirmar que só ela tem competência para fiscalizar os Grémios da Lavoura, quando o que ficou assente foi precisamente o contrario, ou seja, que à Direcção-Geral do Trabalho e Corporações incumbirá toda a acção fiscalizadora à vida social e administrativa da Organização Corporativa da Lavoura, aliás como se faz já relativamente à própria Corporação.

Não há dúvida de que reina um espírito pouco compreensivo na Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas. Esta Direcção-Geral tem á sua frente tarefas urgentes no domínio da técnica e do desenvolvimento económico da Lavoura, mas sente-se por demais inclinada – como é vulgar acontecer com os técnicos – a exercer uma acção que sai fora da sua competência. Tal acção visa, por vezes, objectivos específicos da politica corporativa e social – bem intencionados, porventura, mas nem por isso menos perigosos.

Este é mesmo um dos aspectos que mais tem afectado o natural desenvolvimento do sistema corporativo. E não pode dizer-se, infelizmente, que os técnicos agrícolas sejam os únicos a enfermar do mal.

Henrique Veiga de Macedo

20/8/59

Arquivo de Salazar. Correspondência Particular.

Cota: AOS/CP – 163

Caixa nº 1020

Refª da pasta 4.4.4/2 [Pasta II]

Doc. 1 (fl. 1)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

No decurso das últimas audiências que Vossa Excelência se dignou conceder-me, referi-me ás conversas havidas com o Sr. Ministro do Ultramar sobre os problemas do trabalho, de previdência e da organização corporativa nas nossas províncias de Além-mar.

Julgo, porem, que, para melhor esclarecimento, devo submeter à apreciação de Vossa Excelência a nota que sobre o assunto enviei àquele membro do Governo.

A questão está a revestir-se de crescente acuidade e, por isso, eu não poderia deixar de prestar ao referido Ministério toda a cooperação que me seja possível. Se vier

a ser constituída a comissão interministerial preconizada, e se a esta forem atribuídos poderes bastantes, ter-se-á dado um primeiro passo muito importante para o ajustamento, dentro do possível, da nossa politica corporativa, do trabalho e da previdência em todo o território português.

Henrique Veiga de Macedo
Lisboa, 11.1.60

Doc. 2 (fls. 9-10)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

O Sr. Bastonário da Ordem dos Médicos voltou a dar sinal de si, depois de um período de certa quietude. Esteve, há pouco, em Castelo Branco, onde tratou de problemas que excedem a competência da Ordem, como pode ver-se pelo relato feito no «Jornal do Medico», que junto. O facto de a reunião se ter efectuado em C. Branco é sintomático, pois é desta cidade e nela trabalha o Dr. Lopes Dias que tem sido um dos grandes adversários das Casas do Povo e um dos mais acérrimos defensores da criação de serviços oficiais de saúde e assistência nos meios rurais. Foi este médico um dos que mais influenciou no espírito do Dr. Melo e Castro, não obstante as suas teorias, bem como a sua formação política, serem manifestamente contrárias à nossa doutrina.

É curioso notar ainda que os temas debatidos são, em grande parte, os mesmos que constam do projecto de estatuto de saúde e assistência, que tantas apreensões me vêm causando. Porém não oferece dúvida que o Sr. Bastonário da Ordem, embora por sua conta e risco, começou a preparar ambiente para a aceitação das doutrinas que aquele projecto pretende consagrar. Conhecedor, por certo, deste diploma, em cuja elaboração deve ter cooperado, pois foi ouvido, e fiel ao mandato que se arrogou de paladino do chamado movimento dos médicos novos, cuja inspiração esquerdista é por demais conhecida, o doutor Jorge Horta entendeu, pelos vistos, que deveria agir a tempo, e fê-lo muito antes de me ser dado tomar contacto com o referido projecto de estatuto.

Esta reunião de Castelo Branco merece ser assinalada, pois apresenta-se-me como uma espécie de abertura da 2ª fase da questão médica suscitada, com particular virulência, a partir do Colóquio da Faculdade de Medicina de Lisboa realizado no mês anterior ao da última campanha eleitoral e que, como Vossa Excelência sabe, foi iniciativa da Associação Académica dessa Faculdade.

Por isso, julgo-me obrigado a redobrar de cuidados, tanto mais que o problema não deixa de ter implicações políticas da maior importância. Este é pelo menos o meu parecer, mormente quando medito nos aspectos corporativos que estão em causa.

Exprimo a Vossa Excelência os reiterados protestos do mais profundo respeito e apreço.

Henrique Veiga de Macedo
Lisboa, 22-2-60

Doc. 3 (fl. 37)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Em aditamento à carta de há dias, julgo dever juntar o último exemplar do jornal “O Médico” que insere o projecto do Estatuto da Saúde e Assistência. É muito difícil trabalhar assim!

Por outro lado, os mais recentes exemplares do jornal “Semana Médica”, dirigido pelo Dr. Almerindo Leça, faz desenvolvidíssimas reportagens da visita do Sr. Bastonário da Ordem a Castelo Branco. Pela leitura do que nelas se relata, fico seguro de se estar perante o início duma ofensiva, duma nova ofensiva da Ordem, que me causa naturais apreensões.

Digne-se Vossa Excelência aceitar os meus mais respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo

24-2-60

Doc. 4 (fls. 66-67)

MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

À consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

Tenho a honra de devolver a exposição que a Vossa Excelência foi dirigida sobre a Casa do Povo de Mira. Ouvido sobre ela o Delegado do I.N.T.P. em Coimbra, prestou-me uma longa informação de que junto um resumo (Doc. nº 1) que ordenei fosse feito para evitar perda de tempo a Vossa Excelência. No entanto, e para a hipótese de Vossa Excelência querer ler o processo, este segue também em anexo (Doc. nº 2).

Embora empenhado em estender a Organização Corporativa e, em especial, a que se destina a proteger os trabalhadores agrícolas, conto sempre com reacções que, em certos sectores, podem surgir, de início, contra a criação das Casas do Povo.

Em face de tais circunstâncias, tem-se procurado ser prudente, talvez excessivamente prudente. Assim, a extensão da rede das Casas do Povo vem sendo efectuada com relativa lentidão, mas queria ver se, de futuro, se acelerava um pouco mais o passo, não obstante as dificuldades que se apresentam. Estas, de facto, oferecem por vezes aspectos delicados, como Vossa Excelência poderá ver, a título de exemplo, pelo apontamento anexo (Doc. nº 3) sobre centros paroquiais, que há tempos me foi entregue pela Junta Central das Casas do Povo.

Henrique Veiga de Macedo

Lisboa, 5/4/60

Doc. 5 (fl. 68)

MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Tenho a honra de pedir a atenção de Vossa Excelência para a exposição anexa que me foi dirigida pelo Sr. Presidente da Casa do Povo de Mira. Segue também uma cópia do relatório de um inquérito em tempos feito ao administrador florestal de Mira, hoje Presidente da Câmara Municipal do concelho.

Na verdade, com autoridades administrativas desta formação é muito difícil avançar tanto quanto seria mister neste campo corporativo.

Informa-me o Delegado de Coimbra que o caso está a agravar-se e, como Vossa Excelência me pediu há dias informações sobre ele, permito-me dar conhecimento de mais estes elementos.

Respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo

20/4/60

MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

À consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

Foi publicado no Diário do Governo de 27 do mês findo um decreto-lei dimanado do Ministério das Finanças sobre o esquema a seguir na elaboração do Orçamento Geral do Estado, o qual me suscitou dúvidas. Por isso, submeti o assunto ao parecer da Direcção-Geral do Trabalho e Corporações. Esta, pelo respectivo Director-Geral, prestou-me uma informação na qual sustenta que as receitas e despesas dos organismos corporativos não devem ser incluídas no preâmbulo ou na parte complementar do Orçamento Geral do Estado.

Diz-se nessa informação:

“A inclusão destes organismos no Orçamento Geral do Estado pode trazer mais um argumento para os que querem ver no corporativismo português um corporativismo de Estado disfarçado, ao que também conduz a aproximação que tantas vezes se faz, e no diploma se repete, entre organismos corporativos e organismos de coordenação económica – estes nitidamente estaduais.

A questão tem ainda todo o interesse para efeitos internacionais, sabido como é que a nossa organização sindical levanta críticas, às quais se impõe responder, principalmente no B.I.T..

Ora o critério adoptado é susceptível de ser invocado contra nós em qualquer oportunidade.

Aliás, parece que da Lei nº 2.101 não resulta necessariamente a orientação proposta, uma vez que o artigo 8.º invocado apenas manda incluir no preambulo do Orçamento, ou na sua parte complementar, todas as receitas e despesas públicas de serviços autónomos e não autónomos que não constem do mesmo Orçamento.”

Concordando com a conclusão a que chegou a Direcção-Geral, e julgando que as razões invocadas podiam merecer ponderação, tanto mais que não se vê que o artigo 8.º da Lei de Meios tenha querido abranger a Organização Corporativa, era minha intenção submeter o assunto à apreciação de Vossa Excelência.

Entretanto, o diploma foi publicado e por isso julgo que o devo subscrever.

Concebo que os organismos de coordenação económica e, porventura, os organismos corporativos obrigatórios figurem no preâmbulo ou nos anexos do Orçamento Geral do Estado. Mas não vejo que interesse haja em inserir as receitas e despesas dos restantes organismos corporativos naquele Orçamento Geral. A indicação que no projecto se faz dos organismos corporativos e, em especial, das Corporações, vai dar origem a interpretações ou confusões menos desejáveis, o que se me afigura particularmente inconveniente no momento em que se redobram os esforços para consolidar e prestigiar o sistema corporativo.

Este era e é o meu ponto de vista – que me permito levar ao conhecimento de Vossa Excelência, com o pedido de ser considerado, se possível ou conveniente, na elaboração da próxima Lei de Meios.

Henrique Veiga de Macedo

7/5/60

Doc. 7 (fls. 72-73)

MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

De acordo com o que ficou assente no decurso da última audiência que se dignou conceder-me, dei conta a Vossa Excelência da minha preocupação pelo facto de a Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas se recusar a dar cumprimento à orientação estabelecida sobre a superintendência administrativa dos Grémios da Lavoura.

Nessa audiência, pus Vossa Excelência ao corrente do teor do ofício que àqueles Serviços foi dirigido pelo Senhor Director-Geral do Trabalho e Corporações e da resposta recebida. Permito-me juntar cópias desses ofícios (docs. nºs. 1 e 2).

De acordo com as indicações de Vossa Excelência, junto agora um parecer elaborado pelo Senhor Director-Geral do Trabalho e Corporações (doc. nº 3) que se me afigura insusceptível de contestação séria. De resto, tive o cuidado de ouvir sobre este parecer a Inspeção Superior dos Tribunais do Trabalho que com ele concordou inteiramente. Sei ainda que o Senhor Dr. Neto de Carvalho, embora a título pessoal, submeteu-o à apreciação de um dos seus colegas da Procuradoria-Geral da Republica, que de igual modo lhe deu a sua concordância.

Nestes termos, e considerando as repercussões muito graves que a incompreensível atitude da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas está a acarretar, peço encarecidamente a Vossa Excelência se digne aprovar as conclusões do referido parecer, a fim de que o assunto possa considerar-se definitivamente resolvido.

Lamento muito ter de pôr de novo esta questão á apreciação de Vossa Excelência, mas só o desrespeito, por parte da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas da orientação já há muito consagrada e recentemente confirmada na informação que Vossa Excelência teve a bondade de remeter à Assembleia Nacional, me obriga a solicitar novo despacho de Vossa Excelência, o qual desde já muito agradeço.

Exprimo a Vossa Excelência os renovados protestos do meu maior respeito.

Henrique Veiga de Macedo

Lisboa, 24/6/60

Doc. 8 [Telegrama] (fl. 88)

CUMPRO GRATÍSSIMO ENCARGO DE TRANSMITIR A V. EXCIA MAIS RESPEITOSAS SAUDAÇÕES DE ALTO APREÇO E VIVA GRATIDÃO EM NOME DAS ENTIDADES POLITICAS ADMINISTRATIVAS E CORPORATIVAS DO ALGARVE E DE TODOS OS TRABALHADORES PRESENTES NO ACTO INAUGURAL DA NOVA COLÓNIA DE FERIAS DA FNAT. PERMITA-ME SR. PRESIDENTE QUE JUNTE A TÃO EXPRESSIVOS CUMPRIMENTOS AS MINHAS MELHORES HOMENAGENS. VEIGA DE MACEDO

[s. d.]

Doc. 9 (fls. 89-90)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

Num dos últimos Conselhos de Ministros, dignou-se Vossa Excelência dar conhecimento de algumas impressões colhidas na visita feita ás obras de hidráulica agrícola promovidas pelo Governo espanhol na região de Badajoz. Referiu-se então Vossa Excelência à feição eminentemente social daquele empreendimento, confrontando-o com o que, nesse domínio, se passa entre nós.

Já uma vez, em Conselho, tivera ensejo de me referir ao problema, formulando alguns reparos aos critérios que praticamente têm vigorado em assunto de tanto interesse. De então para cá não me parece que as coisas hajam mudado.

Como é natural, os problemas humanos ligados a estas iniciativas não podem deixar de interessar ao Ministério com maiores responsabilidades na política corporativa e de protecção ao trabalho. É certo que, em virtude do condicionalismo existente, o Instituto Nacional do Trabalho pouco tem podido fazer nesta matéria. No entanto, julgo que poderia haver vantagem em dois ou três funcionários do Ministério se deslocarem a Espanha, a fim de poderem estudar as soluções praticadas no que toca aos aspectos sociais tomados em consideração nas importantes obras de regadio e estruturação agrária aí realizadas.

Na minha projectada visita a Espanha, que por motivos vários tem sido adiada, não obstante a insistência dos Ministros do Movimento e do Trabalho e da Previdência, tencionava inteirar-me do que, neste terreno, ali se tem conseguido em benefício da colectividade e dos trabalhadores rurais, que não só em favor da grande propriedade. Contudo, e como – até para espaçar as deslocações a Espanha de membros do Governo português --, não poderei efectivar imediatamente essa visita, creio ser de interesse mandar alguém do Ministério esclarecer-se sobre a experiência do país vizinho.

Grato ficaria a Vossa Excelência se se dignasse dar-me uma indicação sobre o assunto.

Lisboa, 26/7/1960
Henrique Veiga de Macedo

Doc. 10 (fl. 91)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

Um dos diplomas de que já falei a Vossa Excelência, e que esperava apresentar no decurso de uma das audiências próximas, refere-se à Tabela Nacional de Incapacidades.

O relatório que o precede, embora sucinto, parece-me elucidativo. Por isso, e sempre com a preocupação de não tirar muito tempo a Vossa Excelência, lembrei-me de submeter desde já esse diploma à esclarecida apreciação do Senhor Presidente, pois, na hipótese de não suscitar dúvidas, poderia seguir os seus termos. No entanto Vossa Excelência decidirá sobre o caminho a seguir.

Lisboa, 27/7/1960
Henrique Veiga de Macedo

Doc. 11 (fl. 92)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Tenho o prazer de juntar o projecto de diploma relativo às Comissões Corporativas. Introduzi no projecto as alterações que Vossa Excelência se dignou indicar, as quais muito agradeço.

Muito me apraz renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais respeitoso apreço.

4/8/60
Henrique Veiga de Macedo

Doc. 12 (fl. 97)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

Permito-me submeter à apreciação de Vossa Excelência mais um projecto de diploma legal. Trata-se agora da revisão do Decreto-Lei nº 31.434, de 30/7/1941, relativo às associações mutualistas de carácter familiar.

No preâmbulo do projecto indicam-se as razões que levaram à elaboração do diploma. Creio que não serão precisas outras explicações para se entender o que se pretende. Dá-las-ei, no entanto, se Vossa Excelência delas carecer.

Em anexo, segue também uma nota em que se confrontam o regime vigente e aquele que se preconiza.

Se nisso não houver inconveniente, e no caso de o projecto merecer aprovação, promoverei que a sua publicação se efectue também no próximo dia 23 de Setembro.

Lisboa, 12/8/1960

Henrique Veiga de Macedo

Doc. 13 (fl. 98)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Á consideração de Sua Excelência o Presidente do Conselho

Permito-me pedir a atenção de Vossa Excelência para a nota anexa sobre a questão das receitas das Corporações. Não me foi possível condensar mais o assunto, que já vai tendo uma história bastante longa.

Admito que se torne conveniente convocar, com urgência, o Conselho Corporativo para se definir orientação tanto quanto possível definitiva. De contrario, poderei trocar impressões com os diferentes membros desse Conselho, mas o método pode originar excessiva demora.

De qualquer forma, julgo que o apontamento junto facilitará um pouco o trabalho de Vossa Excelência.

Henrique Veiga de Macedo

17/8/1960

Doc. 14 (fls. 100-101)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Prosseguindo no plano estabelecido para a remodelação e actualização de vária legislação ligada a este Ministério, procedi agora à elaboração de um projecto de decreto-lei relativo ao fomento da habitação económica pelas instituições de previdência. Junto esse projecto com o pedido de que se digne apreciá-lo, logo que possível.

No relatório que o precede, prestam-se esclarecimentos sobre a razão de ser e os objectivos do diploma. Creio que o que nesse preâmbulo se diz será suficiente para se fazer um juízo sobre a bondade das soluções preconizadas, que reputo de grande interesse. Vêm elas de encontro às lições suscitadas pela experiência já obtida na aplicação da Lei nº 2.092.

Mesmo representando um apreciável avanço na matéria, as medidas ora propostas ficam muito aquém daquelas que se promulgaram recentemente para os servidores do Estado, como pode verificar-se por simples confronto.

No entanto, e uma vez que para o funcionalismo se foi em muitos aspectos tão longe, seria difícil que, embora em menor grau, não se melhorasse a legislação sobre a cooperação das instituições de previdência no combate á crise de alojamentos. Isto, de resto, teria, em meu parecer, de fazer-se mesmo que o Estado não houvesse tomado as referidas providencias.

Permito-me informar ainda que a doutrina dos artigos 8º, 10º e 11º foi aproveitada da legislação emanada do Ministério das Finanças em 27/4/1960 (Dec.-Lei nº 42.951).

Apresento a Vossa Excelência os meus melhores cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo

5/9/60

Doc. 15 (fls. 102-103)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Agradeço a Vossa Excelência o ter-me enviado a nota do Sr. Ministro da Economia sobre o projecto de diploma relativo a diversas matérias do trabalho.

Não estou de acordo com as considerações formuladas pelo Sr. Ministro da Economia. Tenho pena de que não deixem ao Ministério competente a jurisdição sobre as questões do trabalho, pois, pelo menos em assuntos de acidentes e doenças profissionais, a dispersão e descoordenação de esforços têm-se feito notar de forma sensível.

Creio, porem, que não devo insistir, ao menos por agora, em tentar convencer o Sr. Eng. Ferreira Dias dos graves inconvenientes que têm derivado do facto de serem atribuídos aos serviços técnicos do Ministério da Economia competência tão dilatada em matéria de segurança no trabalho.

De resto, não seria conveniente aguardar por mais tempo a publicação dum diploma que se torna imprescindível para a resolução de vários outros problemas relacionados com a política do trabalho.

Por isso, e considerando ainda que bem gostaria de ver publicado o diploma no próximo dia 23, decido-me a pedir a Vossa Excelência que concorde com a eliminação do artigo 5.º, que tantas dúvidas suscitou ao Sr. Ministro da Economia.

Na esperança de obter tal anuência, farei, no referido projecto de decreto-lei, a alteração correspondente.

Digne-se Vossa Excelência aceitar os meus melhores cumprimentos.

14/9/60

Veiga de Macedo

Doc. 16 (fl. 107)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente do Conselho

Excelência

Tenho a honra de juntar a proposta de lei sobre regime de contrato de trabalho que foi alterada de acordo com as indicações verbais que se dignou dar-me.

Permito-me sugerir que a proposta seja enviada directamente à Câmara Corporativa, para efeitos de parecer.

Como ficou assente, a proposta tem esta data de 23 de Setembro e dela darei a seguir conhecimento directo á Imprensa.

Apresento a Vossa Excelência os meus melhores cumprimentos.

Lisboa, 23/9/1960.

O Ministro das Corporações e Previdência Social

Henrique Veiga de Macedo

Doc. 17 (fl. 108)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente do Conselho

Excelência

A fim de colher elementos para a remodelação deste Ministério, encarreguei o Director-Geral do Trabalho e Corporações de visitar os Ministérios do Trabalho da França e da Bélgica, cuja organização é considerada das melhores.

Aquele funcionário superior apresentou-me um relatório sucinto que, por conter matéria que reputo de interesse, me permito remeter a Vossa Excelência com o pedido de ser lido, logo que possível.

Reitero a Vossa Excelência os protestos do mais alto apreço.

A bem da nação

Lisboa, 11/10/1960

O Ministro das Corporações e Previdência Social

Henrique Veiga de Macedo

Doc. 18 (fls. 110-111)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Permito-me chamar a atenção de Vossa Excelência para o parecer, que junto, da Procuradoria-geral da Republica relativo ao problema da superintendência administrativa dos Grémios da Lavoura.

Aproveito o ensejo para formular os mais sinceros votos pelo completo restabelecimento de Vossa Excelência.

Apresento a Vossa Excelência os mais respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo

7/1/61

Doc. 19 (fls. 112-113)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Como Vossa Excelência sabe, encontram-se praticamente concluídos os trabalhos da Comissão encarregada de proceder à revisão do Acordo Colectivo dos Ferroviários. Contudo, desde Dezembro último, não pôde o Governo pelos sectores competentes pronunciar-se sobre os aspectos financeiros ligados àquela revisão. Creio que o problema não se compadece com mais delongas, tanto mais que não sei já o que mais deva fazer para manter o clima de certa confiança e de ordem que tem reinado nos meios ferroviários. Receio que, de um momento para o outro, sejamos colocados numa situação difícil, aliás como já tive ensejo de informar os Srs. Ministros das Finanças e

das Comunicações. Não seria possível, ao menos, anunciar-se que o Acordo se celebrará ainda no decurso do corrente mês de Janeiro?

O Sr. Ministro do Interior comunga também das minhas apreensões. Ainda há dias me enviou dois documentos de que me permito juntar as fotocópias. Respondi de acordo com a minuta que também segue em anexo. Por outro lado, o Sr. Ministro da Presidência, com quem há pouco tive o prazer de almoçar, mostrou-se muito preocupado. Esclareci-o do que se estava a passar e do que poderá acontecer. Aconselhou-me a que escrevesse a Vossa Excelência, confirmando o que para essa Presidência tenho dito pelo telefone.

Seria, na verdade, desolador perder o comboio nesta delicada questão social do mundo ferroviário.

Formulo os mais ardentes votos pela saúde de Vossa Excelência.

Respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo

18/1/61

Doc. 20 (fl. 116)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Foi-me presente para assinatura o projecto de diploma destinado a regulamentar a Lei nº 2.100, de 29/8/59, quanto ao processo de eleição do Chefe do Estado. Verifico que da economia do projecto resulta serem eleitores do Chefe do Estado todos os procuradores á Câmara Corporativa sem distinção e, portanto, também os que são designados pelo Governo, através do Conselho Corporativo.

Creio que esta orientação, a manter-se não trará qualquer vantagem. Ao contrário, suscitará reparos e críticas e servirá certamente, de base a fácil especulação.

Do ponto de vista lógico, no plano político e doutrinário, não me parece defensável a solução. Creio, na verdade, que os procuradores não eleitos não deveriam votar na escolha do supremo magistrado da Nação.

Este é o meu parecer. Vossa Excelência no entanto, resolverá. Digne-se Vossa Excelência aceitar os mais respeitosos cumprimentos.

Veiga de Macedo

[s. d.]

Doc. 21 (fls. 117-118)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Creio ter dito, há tempos, a Vossa Excelência que a minha projectada visita a Espanha se realizaria no mês de Maio, dado que não pôde efectivar-se agora por ocasião do 1º Congresso Sindical espanhol. O Ministro Secretário-geral do Movimento, Dr. José Solis, acaba de sugerir-me que vá nos primeiros dias de Maio, de modo a poder assistir à demonstração desportiva das organizações sindicais. Falei já com o Dr. Marcelo Matias que nada objectou ao alvitre do Dr. José Solis, o qual, por isso, estava disposto a aceitar, se Vossa Excelência nisso não visse qualquer inconveniente.

No decurso da visita, poderia ser assinado o acordo sobre segurança social entre os dois países, a exemplo do que já vigora entre Portugal e a França. Sobre este assunto, ainda não tenho parecer, qualquer resposta do Ministério dos Negócios Estrangeiros oportunamente por mim consultado através dos serviços competentes.

Penso ainda que se poderia assinar novo acordo entre a FNAT e a Educacion y Descanso, renovando e completando o que já vigora desde 1948, sobre isso. Desta forma, dar-se-ia maior conteúdo à minha visita, à qual o Governo espanhol, segundo me dizem, atribui alguma importância.

Ser-me-ia grato receber também sobre estes aspectos da visita uma indicação de Vossa Excelência.

Como Vossa Excelência sabe, começou hoje a ser discutida na Câmara Corporativa a proposta de lei sobre a remodelação da Previdência. O Doutor Mota Veiga fez um bom trabalho. Embora não concorde com tudo o que nele se diz, tem, quanto a mim, o grande mérito de manter fidelidade aos princípios corporativos e de considerar, com objectividade, as nossas realidades sociais, políticas e económicas, o que me reconforta um pouco.

Exprimo a Vossa Excelência os protestos do mais vivo apreço.

Henrique Veiga de Macedo

8/3/61

Doc. 22 (fls. 121-122)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Tenho a honra de juntar um projecto de decreto destinado a fixar as prestações mensais relativas às casas económicas acabadas de construir em S. João da Madeira. Creio que as prestações previstas são equilibradas e acautelam os diferentes interesses em presença. De resto tive o cuidado de ouvir sobre o assunto o Governador Civil de Aveiro, o Delegado do INTP e o Presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira.

Apresento a Vossa Excelência os meus mais respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo

24/4/61

Doc. 23 (fl. 123)

MINISTERIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDENCIA SOCIAL
GABINETE DO MINISTRO

Senhor Presidente:

Tenho a honra de pedir a atenção de Vossa Excelência para o projecto de decreto-lei que junto. Parece-me justa e oportuna a decisão que nele se preconiza. Elaborei-o de resto, porque também me falaram no problema o Senhor Presidente da Republica e o Dr. Teotónio Pereira. O Senhor Ministro da Presidência concordou ainda com os termos do diploma.

Vossa Excelência decidirá.

Apresento a Vossa Excelência, com particular reverencia e afecto neste dia 27 de Abril, os meus mais respeitosos cumprimentos.

Henrique Veiga de Macedo

27/4/61